

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**TOTALIDADE URBANA E TOTALIDADE-MUNDO  
AS CIDADES COLONIAIS BARROCAS FACE À *PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL***

**EVERALDO BATISTA DA COSTA**

**São Paulo  
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**TOTALIDADE URBANA E TOTALIDADE-MUNDO  
AS CIDADES COLONIAIS BARROCAS FACE À *PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL***

**Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**Área de concentração: Geografia Humana**

**Orientador: Prof. Dr. Francisco C. Scarlato**

**Versão corrigida após a defesa**

**São Paulo  
2011**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

COSTA, Everaldo Batista da.

**Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global** / Everaldo Batista da Costa; orientador: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011, 427 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Cidade Colonial Barroca. 2. Patrimonialização Global. 3. Totalidade Urbana. 4. Planejamento Urbano. 5. Geografia e Turismo.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Everaldo Batista da Costa**

Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à  
*Patrimonialização Global*

Tese apresentada ao Departamento de Geografia  
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo, para  
obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em: 21 / 01 / 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato (orientador)

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio Castro

Instituição: UNESP / Rio Claro – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

Instituição: UNICAMP / Campinas – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Dedico a todos que me ouviram, depararam em campo e entenderam nesta pesquisa um canal para expressar os dramas historicamente vividos e as esperanças depositadas nas cidades barrocas Ouro Preto e Diamantina.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por chegar até aqui.

Este talvez seja um dos momentos mais marcantes da redação deste trabalho; deparo-me com a importância de algumas pessoas em minha vida, em minha formação.

Reconheço, de maneira muito carinhosa, o papel preponderante de meu orientador e amigo, Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato, na materialização deste estudo, e não somente. Seus ensinamentos se consubstanciam aqui e vão para além da tese. Sua orientação – que vem desde o mestrado – e amizade dirigem-me para uma nova “relação e emoção com o mundo”, fazem-me entender que “temos direito a novas opções neste mundo” e a “liberdade de ter uma relação mais íntima com o mundo”, como disse em uma ocasião. Sua longa experiência de décadas dedicadas a trabalhos de campo e estudo sobre as chamadas “cidades históricas” mineiras – especialmente, Ouro Preto, Tiradentes e São João Del Rei –, seu olhar dialético sobre a realidade, faz-se presente na tese até onde fui capaz de apreendê-los; as falhas são minhas.

Agradeço a todos os professores que marcaram minha trajetória acadêmica até o momento. De forma muito especial, deixo meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Bernadete Castro, pela confiança, pelo respeito, pelos ensinamentos e diálogos de longa data e sempre muito positivos, como o foi por ocasião da qualificação da tese, apontando novos caminhos de análise que deram um importante direcionamento ao trabalho. À Profa. Dra. Amália Inés G. Lemos, de grande estima e a quem também tenho como referência de uma vida dedicada à Geografia, agradeço pelos incentivos e pelo carinho sempre despendidos. Ao Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki agradeço pelo estímulo à finalização da pesquisa e pela confiança que sempre depositou em meu trabalho. Reconheço a importância dos diálogos estabelecidos com os professores: Prof. Dr. Percival Tirapeli, Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes, Prof. Dr. José Bueno Conti, Prof. Dr. Adilson Avansi Abreu, Prof. Dr. Mário de Biasi, Prof. Dr. Manuel Fernandes, Profa. Dra. Solange Guimarães, Profa. Dra. Maria Adélia A. de Souza e Profa. Dra. Rita de Cássia A. Cruz.

Tiveram um papel relevante pelo apoio prestado em algumas atividades de campo, discussões, busca de informações e estímulo, meus alunos do DETUR/UFOP, especialmente Poliana Milani, Anne Karolyne, Luana Soares e Milton Athayde. Também agradeço aos colegas professores do DETUR/UFOP, pelos importantes debates sempre muito reveladores.

Agradeço aos órgãos que prestaram apoio à pesquisa, como o IPHAN, os Escritórios do Monumenta, a Prefeitura Municipal – em Ouro Preto e em Diamantina –, às bibliotecas da USP, da UFOP, da UFSJ, da UNICAMP, da UFVJM, dentre outros.

Deixo um agradecimento muito especial a Tatiane Ferreira que, incondicionalmente, prestou-me um enorme auxílio com a edição gráfica dos quatorze mapas organizados e com a leitura cuidadosa do trabalho final. Para além do trabalho, seu amor e atenção foram substanciais para amenizar os momentos mais tensos de elaboração da tese.

Aos meus amigos e familiares – em especial, à minha mãe –, obrigado por compreenderem minha duradoura ausência.

Por fim, não poderia deixar de reconhecer a importância daqueles a quem esta pesquisa é dedicada, àqueles que vivem, ainda, o drama barroco das cidades mineiras, os protagonistas de sua história em movimento, os seus moradores que compartilharam comigo suas alegrias e angústias por viverem em Ouro Preto e Diamantina.

*A periferia fica largada, tudo só se resume lá no centro, o turista mesmo não conhece a cidade, fica só na realidade do centro e não na realidade da cidade. Aqui não é cidade, moço?*

Depoimento de uma moradora do bairro Cidade Nova, em Diamantina / abril de 2010.

*O conhecimento não é contemplação (...) O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano (...) e a dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico.*

Karel Kosík - Dialética do Concreto.

## RESUMO

COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global.** Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011. 427 p.

Ouro Preto e Diamantina – cidades barroco-rococó mineiras do Brasil *Setecentista* – são tratadas, neste doutorado, como totalidades urbanas inseridas no processo que conceitualizamos como *patrimonialização global*. Essa abordagem exigiu-nos uma periodização para o entendimento da ressignificação simbólica dessas cidades, cujos momentos imbricados desse processo são: **1.** as cidades coloniais como particularidade de um *devenir* universal – *gênese e incipiência do movimento histórico do patrimônio no Brasil*; **2.** as cidades coloniais como *territórios de identidade* nacional; **3.** as cidades coloniais como *territórios de identidade do capital*; **4.** as cidades coloniais emergentes enquanto cidades-patrimônio-mercadoria, na fase mais notória da *patrimonialização global*, que reinventa o barroco e estimula a “recolonização” dos centros históricos brasileiros; e **5.** as cidades coloniais barrocas como *possibilidade* de vir a ser, de *empoderamento* dos bens materiais-simbólicos por parte da população. Tal periodização – pensada na perspectiva dialética do espaço geográfico – favorece a análise do ordenamento socioterritorial de Ouro Preto e Diamantina para além dos limites do tombamento federal, de maneira que a relação *políticas urbanas e políticas de patrimônio* é apontada como a condição primeira ao *empoderamento* deste Patrimônio Mundial mineiro, por parte de sua população local.

**Palavras-Chave:** 1. Cidade Colonial Barroca. 2. Patrimonialização Global. 3. Totalidade Urbana. 4. Planejamento Urbano. 5. Geografia e Turismo.

## ABSTRACT

Costa, Everaldo. **Urban Totality and Totality-World: The Baroque Colonial Towns in face of Global Heritagisation.** Thesis (Doctor’s degree) – Department of Geography, Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences of the University of São Paulo. Advisor: Prof. Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011, 427ff.

Ouro Preto and Diamantina – baroque-rococo Minas Gerais towns of 18th century Brazil – are considered, in this thesis, urban totalities inserted in the process here conceptualized as global heritagisation. This approach demanded a periodisation in order to understand the symbolic ressignification of those cities whose embedded moments in the process are: **1.** colonial towns as a peculiarity of a universal *devenir* – genesis and the incipient stage of the heritage movement in Brazil; **2.** colonial towns as ‘national identity’ territories; **3.** colonial towns as ‘capital identity’ territories; **4.** emergent colonial towns as heritage-goods-cities in the most noted phase of global heritagisation, which reinvents the baroque and stimulates the recolonisation of Brazilian historical centres; and **5.** the baroque colonial cities as a possibility of coming to be, of the population being empowered by the symbolic-goods. Such a periodisation – thought from a dialectic perspective on the geographic space – allows for the analysis of the socio-territorial ordering of Ouro Preto and Diamantina far beyond the limits of federal conservation so that the relation between urban policies and heritage policies is considered to be the first condition for the local population to be empowered by this Minas Gerais World Heritage.

**Key words:** Colonial Baroque Town; Global Heritagisation; Urban Totality; Urban Planning; Geography and Tourism.



## LISTA DE FOTOS, MAPAS, FIGURAS, QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

### FOTOS

Foto 01	-	Tropa de mulas carregadas chegando a Diamantina, na década de 1940.....	83
Foto 02	-	Praça Minas Gerais, em Mariana – uma feição do urbanismo barroco.....	103
Foto 03	-	Rua Direita, em Ouro Preto.....	105
Foto 04	-	Igreja de N. Sra. do Pilar, em Ouro Preto.....	105
Foto 05	-	Igreja de N. Sra. da Conceição e de Sta. Efigênia, em Ouro Preto.....	105
Foto 06	-	Praça Tiradentes, em Ouro Preto; divisor de águas no caminho tronco.....	105
Foto 07	-	Disposição das igrejas em promontório, em Ouro Preto; década de 1940.....	109
Foto 08	-	Praça Tiradentes, em Ouro Preto; expressão de um urbanismo barroco.....	114
Foto 09	-	Vista panorâmica do sítio original de Diamantina, na década de 1940.....	114
Foto 10	-	Igreja de N. Sra. do Amparo, no centro histórico Diamantina.....	118
Foto 11	-	Igreja de N. Sra. do Amparo, em Diamantina, no centro histórico de Diamantina...	118
Foto 12	-	Igreja de N. Sr. do Bonfim dos Militares, no centro histórico de Diamantina.....	118
Foto 13	-	Igreja de N. Sr. do Bonfim dos Militares, no centro histórico de Diamantina.....	118
Foto 14	-	Igreja de N. Sra. do Carmo, no centro histórico de Diamantina.....	118
Foto 15	-	Igreja de São Francisco de Assis, no centro histórico de Diamantina.....	118
Foto 16	-	Igreja de N. Sra. das Mercês, no centro histórico de Diamantina.....	118
Foto 17	-	Praça Barão de Guicuí e Mercado Velho dos tropeiros, em Diamantina.....	118
Foto 18	-	Vesperata em Diamantina – invenção de uma tradição local.....	184
Foto 19	-	Vesperata em Diamantina – invenção de uma tradição local.....	184
Foto 20	-	Vilarejo lacustre no Salzkammergut austríaco, a sudeste de Salzburgo.....	212
Foto 21	-	Incêndio de um bem cultural na Praça Tiradentes, em Ouro Preto.....	236
Foto 22	-	Incêndio de um bem cultural na Praça Tiradentes, em Ouro Preto.....	236
Foto 23	-	Igreja Matriz, em Diamantina, do século XVIII.....	244
Foto 24	-	Igreja Matriz, em Diamantina, reconstruída, no início do século XX.....	244
Foto 25	-	Imóveis deteriorados na rua do Rosário, em Diamantina (2007) .....	301
Foto 26	-	Imóveis recuperados por particulares, na rua do Rosário, em Diamantina (2010)...	301
Foto 27	-	Feiras de sábado no Mercado Velho de Diamantina (Monumenta) .....	310
Foto 28	-	Praça Barão de Guaicuí – apropriação privada.....	310
Foto 29	-	Alcan / Novelis (Ouro Preto) .....	320
Fotos 30 / 31	-	Ladeira de Sta. Efigênia (Ouro Preto), 1947 e 2010.....	322
Fotos 32 / 33	-	Antônio Dias e morros de entorno (Ouro Preto), 1947 e 2010. ....	322

Fotos 34 / 35	Adensamento do Bairro N. Sra. das Dores (Ouro Preto), 1947 e 2010 .....	327
Fotos 36 / 37	Adensamento do centro e do São Cristóvão (Ouro Preto), 1947 e 2010.....	327
Fotos 38 / 39	Adensamento dos bairros S. Francisco e S. Cristóvão (Ouro Preto), 1947 e 2010...	329
Fotos 40 / 41	Vila Aparecida e Casa dos Inconfidentes (Ouro Preto), 1947.....	333
Fotos 42 / 43	Adensamento da Vila Aparecida e o Pico do Itacolomi (Ouro Preto), 1947 / 2010..	335
Fotos 44 / 45	Adensamento da Vila Aparecida e do Barra (Ouro Preto), 1947 / 2010.....	335
Fotos 46 / 47	Adensamento do bairro Sta. Cruz (Ouro Preto), 1947 / 2010.....	336
Fotos 48 / 49	Moradias em área de risco, em Ouro Preto.....	347
Fotos 50 / 51	Vila dos Engenheiros e Morro São Sebastião (expansão recente em Ouro Preto)....	354
Fotos 52 -	Morro São Cristóvão – precárias condições de vida (Ouro Preto).....	355
Fotos 53 / 54	Adensamento dos bairros Jardim e Sto. Inácio (Diamantina), 1950 / 2010.....	373
Fotos 55 / 56	Adensamento do sítio original de Diamantina, 1950 e 2010.....	375
Fotos 57 / 58	Adensamento dos bairros Presidente e Arraial dos Forros, em Diamantina.....	376
Fotos 59 / 60	Panorâmica de Diamantina na década de 1950 e bairro Rio Grande consolidado...	377
Fotos 61 / 62	Córrego Rio Grande, na década de 1950 e em 2010.....	390

## MAPAS

Mapa 01 -	Localização geográfica das principais cidades históricas de Minas Gerais.....	17
Mapa 02 -	Arraial do Tijuco, no século XVIII.....	117
Mapa 03 -	O Programa Monumenta / Ouro Preto – operacionalização da <i>patrimonialização global</i> .....	285
Mapa 04 -	Comércio e Serviços em Ouro Preto: a articulação do território urbano em sua totalidade.....	290
Mapa 05 -	Caracterização dos usos da terra na totalidade do território urbano de Ouro Preto...	290
Mapa 06 -	O Programa Monumenta / Diamantina: estetização da <i>patrimonialização global</i> ....	299
Mapa 07 -	Comércio e Serviços em Diamantina: a articulação do território urbano em sua totalidade.....	305
Mapa 08 -	Caracterização dos usos da terra na totalidade do território urbano de Diamantina..	305
Mapa 09 -	Áreas residenciais em Ouro Preto: predominâncias do uso e enclaves de exclusão na totalidade do território urbano.....	345
Mapa 10 -	Infraestrutura em Ouro Preto enquanto totalidade urbana.....	345
Mapa 11 -	Zonas específicas da fragmentação articulada do território urbano de Ouro Preto...	360
Mapa 12 -	Áreas residenciais em Diamantina: predominâncias do uso e enclaves de exclusão na totalidade do território urbano.....	385
Mapa 13 -	Infraestrutura na totalidade do território urbano de Diamantina – fragmentação articulada do território urbano.....	385

Mapa 14 -	Zonas específicas da fragmentação articulada do território urbano de Diamantina..	394
Mapa da Prefeitura de Ouro Preto 1	Mapa de Densidade Demográfica de Ouro Preto.....	351
Mapa da Prefeitura de Ouro Preto 2	Mapa de zoneamento do Distrito Sede de Ouro Preto.....	351
Mapa da Prefeitura de Diamantina	Mapa de zoneamento do Distrito Sede de Diamantina.....	390
 <b>FIGURAS</b>		
Figura 01 -	Divisão política das Comarcas mineiras no início do <i>Setecentos</i> .....	87
Figura 02 -	Croquis da expansão urbana de Ouro Preto, até a década de 1940.....	107
Figura 03 -	Adensamento do núcleo urbano de Ouro Preto em diferentes fases.....	326
 <b>QUADROS</b>		
Quadro 01 -	Principais Recomendações da UNESCO no Século XX.....	169
Quadro 02 -	Lista do Patrimônio Mundial em Perigo por Região Geográfica.....	192
Quadro 03 -	Lista dos candidatos ao Comitê do Patrimônio Mundial para 2010.....	200
Quadro 04 -	Bens do Patrimônio Mundial por Região Geográfica Estipulada pela UNESCO...	202
Quadro 05 -	Número de bens inscritos na Lista a cada ano, de 1978 a 2009.....	203
Quadro 06 -	Países com o maior número de bens do Patrimônio Mundial até o ano de 2009.....	205
Quadro 07 -	Apresentação do Programa Orçamentário 2010-2011 para o Patrimônio Mundial...	216
Quadro 08 -	Lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) na LPM.....	223
Quadro 09 -	Assistência Internacional ao Patrimônio Mundial na América latina.....	227
Quadro 10 -	Obras finalizadas ou em andamento pelo Programa Monumenta / 2010.....	280
Quadro 11 -	Arrecadações dos imóveis contemplados pelo Programa Monumenta / Ouro Preto.	283
Quadro 12 -	Uso dos imóveis contemplados pelo Programa Monumenta / Diamantina.....	303
 <b>TABELAS</b>		
Tabela 01 -	Número de critérios utilizados por bem da Lista do Patrimônio Mundial.....	194
Tabela 02 -	Número total de critérios utilizados por ano, na inscrição da LPM.....	195
Tabela 03 -	Número de adesões anuais à Convenção Patrimônio Mundial, na América Latina...	226
Tabela 04 -	Número de inscrições anuais na Lista do Patrimônio Mundial, na América Latina..	226
Tabela 05 -	Bens Culturais já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.....	232
Tabela 06 -	Bens Naturais já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.....	233
Tabela 07 -	Número de imóveis e classificação de usos, no centro histórico de Diamantina.....	300

Tabela 08 -	Dinâmica populacional do Município de Ouro Preto entre 1950 e 1980.....	324
Tabela 09 -	Taxa de crescimento populacional de Diamantina, após a década de 1970.....	374

## **GRÁFICOS**

Gráfico 01 -	Distribuição dos 890 bens do Patrimônio Mundial por Região Geográfica.....	202
Gráfico 02 -	Geografia da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.....	233
Gráfico 03 -	Entrevistados em Ouro Preto que sabem o que é o Programa Monumenta.....	259
Gráfico 04 -	Entrevistados em Diamantina que sabem o que é o Programa Monumenta.....	261
Gráfico 05 -	Moradores entrevistados no Morro Santana que sabem o que é o Monumenta.....	261
Gráfico 06 -	Moradores entrevistados no Rio Grande que sabem o que é o Monumenta.....	259
Gráfico 07 -	Moradores do centro histórico de Ouro Preto que sabem o que é o Monumenta.....	277
Gráfico 08 -	Entrevistados em Ouro Preto que sabem o que é o IPHAN.....	277
Gráfico 09 -	Entrevistados em Ouro Preto que reconhecem a saída do morador do centro.....	287
Gráfico 10 -	Bairros que concentram o comércio local em Ouro Preto, segundo entrevistados....	291
Gráfico 11 -	Moradores do centro histórico de Diamantina que sabem o que é o Monumenta.....	299
Gráfico 12 -	Entrevistados em Diamantina que sabem o que é o IPHAN.....	299
Gráfico 13 -	Bairros que concentram o comércio e os serviços locais, em Diamantina.....	306
Gráfico 14 -	Frequencia semanal dos moradores da periferia ao centro histórico de Diamantina	306
Gráfico 15 -	O centro histórico de Ouro Preto no imaginário do residente.....	350
Gráfico 16 -	Acessibilidade popular às festas realizadas no centro histórico de Ouro Preto.....	357
Gráfico 17 -	Entrevistados em Ouro Preto que já participaram de palestra sobre patrimônio.....	357
Gráfico 18 -	Participação do ouropretano nas principais festas anuais do centro histórico.....	357
Gráfico 19 -	Frequencia semanal dos moradores da periferia no centro histórico de Ouro Preto..	357
Gráfico 20 -	Frequencia semanal dos moradores da periferia no centro histórico de Diamantina.	385
Gráfico 21 -	O centro histórico de Diamantina no imaginário do residente.....	385
Gráfico 22 -	Entrevistados em Diamantina que consideram o centro histórico preservado.....	389
Gráfico 23 -	Entrevistados em Diamantina que consideram o centro histórico dotado de infraestrutura urbana.....	389
Gráfico 24 -	Aceitação do desenvolvimento do turismo em Diamantina por parte do residente...	394
Gráfico 25 -	Aceitação do turista em Diamantina por parte do residente.....	394

## LISTA DE SIGLAS

AIF	Associação Internacional de Fomento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRF	Banco Internacional de Reconstrução e Fomento
BM	Banco Mundial
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CECRE	Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
EPA	Escola do Patrimônio Africano
FPM	Fundo do Patrimônio Mundial
FPMA	Fundo do Patrimônio Mundial Africano
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração dos Bens Culturais
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IFAC	Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (UFOP)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LPM	Lista do Patrimônio Mundial
LPMP	Lista do Patrimônio Mundial em Perigo
ONU	Organização das Nações Unidas
PPPV	Plano Permanente de Preservação e Valorização
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PMA	Países Menos Avançados
PMI	Países Menos Industrializados
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFVJM	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
UICN	União Mundial para a Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

---

# Sumário

Nota introdutória.....	16
Procedimentos metodológicos.....	21
Os passos da pesquisa.....	26
<b>1. Por uma concepção geográfica do processo de <i>patrimonialização global</i>.....</b>	<b>28</b>
1.1. <i>A patrimonialização global</i> no viés da dialética espacial.....	31
1.2. <i>A dialética da construção destrutiva</i> e a ressignificação da arquitetura.....	43

## *Primeira Parte*

### **As Cidades Barrocas Mineiras face à *Dialética da Memória* nas Fases de Produção do Patrimônio Cultural no Brasil**

<b>2. O olhar geográfico sobre as cidades coloniais barrocas de Minas Gerais – uma periodização necessária.....</b>	<b>53</b>
2.1. As cidades coloniais barrocas – particularidades de um <i>devenir</i> universal.....	61
2.2. Ouro Preto e Diamantina: singularidades de uma particular formação socioespacial.....	76
2.2.1 Notas sobre a formação socioespacial da mineração no século XVIII.....	78
2.2.2 Ouro Preto – barroca e dramática.....	94
2.2.3 Diamantina – rococó e brejeira.....	113
<b>3. A construção da <i>identidade pelo território - o território como identidade do capital: Ouro Preto e Diamantina no centro da dialética da memória</i> .....</b>	<b>125</b>
3.1. A “cidade histórica” mineira: território e símbolo de identidade nacional.....	128
3.2. A “cidade histórica” mineira no contexto das diretrizes mundiais de <i>requalificação</i> ou <i>recolonização dos centros urbanos</i> .....	144

## *Segunda Parte*

### **Da Projeção Global ao Ordenamento Territorial das Cidades Coloniais Barrocas**

<b>4. O Patrimônio Cultural da Humanidade – sobre a UNESCO e a centralidade dos <i>arquitetos do mundo</i>.....</b>	<b>159</b>
4.1. Os <i>arquitetos do mundo</i> e a busca da renda de monopólio através do Patrimônio Mundial.....	171
4.2. <i>A Geografia do Patrimônio Mundial</i> como resultante de um <i>apoderamento territorial soberano</i> ..	185
4.3. Da <i>Stratégie Globale</i> para o Patrimônio Mundial.....	208
4.4. Da <i>Liste du Patrimoine Mondial en Péril</i> como produto do desenvolvimento geográfico desigual.	221
4.5. Da <i>authenticité et intégrité</i> do patrimônio na era do simulacro das cidades – análise a partir da dialética espacial.....	240

<b>5. Das abordagens teóricas unidirecionais à prática de planejamento uniescalar nas cidades barrocas: o Programa Monumenta no Brasil como produto e produtor dessa lógica.....</b>	<b>257</b>
5.1. O Programa Monumenta no Brasil: entre a gestão do centro e o planejamento de cidades.....	264
5.2. O Programa Monumenta na barroca Ouro Preto – eficácia estética da <i>patrimonialização global</i> ....	276
5.3. O Programa Monumenta na rococó Diamantina – perspectivas da <i>dialética da memória</i> .....	300

### *Terceira Parte*

## **Simultaneidade da Totalidade Urbana e da Totalidade-Mundo Enfoque Necessário à Preservação e ao Planejamento das Cidades Barrocas**

<b>6. Formação das periferias e planejamento urbano em Ouro Preto e Diamantina: a “cidade histórica” para além dos limites do tombamento.....</b>	<b>324</b>
6.1. O processo de periferização de Ouro Preto e sua <i>situação geográfica</i> ante a <i>patrimonialização global</i> .....	325
6.2. Ouro Preto: totalidade urbana e movimento das contradições entre o <i>planejar</i> e o <i>preservar</i> .....	346
6.3. Apontamentos sobre a formação das periferias de Diamantina.....	379
6.4. Diamantina: totalidade urbana / totalidade-mundo e a <i>possibilidade</i> de <i>empoderamento</i> socioterritorial local do Patrimônio Mundial.....	392

### **7. À Guisa de uma Conclusão:**

<b>As Cidades Coloniais Barrocas e as possibilidades contraditórias de seu <i>devenir</i> universal-particular.....</b>	<b>418</b>
---	------------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>426</b>
--	------------

<b>Fontes Primárias.....</b>	<b>439</b>
------------------------------	------------

<b>Apêndice.....</b>	<b>443</b>
----------------------	------------

## NOTA INTRODUTÓRIA

No início do século XXI, faz-se marcante um estreito diálogo entre os governos locais das denominadas “cidades históricas”<sup>1</sup> brasileiras com instâncias dominantes da política internacional ou agências multilaterais, como o BID<sup>2</sup> e a UNESCO<sup>3</sup>, que servem de “ponte” para a difusão de discursos e a promoção de ações que formatam o que Santos (2000) denomina como “inteligência global”, e representam o que Videla *et al* (2010) chama de “arquitectos del mundo”. Esse processo favorece, no estado de Minas Gerais, uma particular tendência no ordenamento territorial de algumas “cidades históricas”, por meio da implantação de novas políticas de patrimônio que dão corpo (no plano local) à lógica que resolvemos denominar *patrimonialização global* dos lugares de memória e da natureza (em uma perspectiva universal-particular).

Nesse sentido, o **tema** da tese é o ordenamento territorial das cidades coloniais mineiras consagradas como Patrimônio Mundial (Ouro Preto e Diamantina) enquanto totalidades urbanas inseridas no processo que conceitualizamos como *patrimonialização global*. Logo, teremos a difícil tarefa de pensar a necessária imbricação entre planejamento urbano e políticas de patrimônio em tais cidades, considerando-as territórios transformados pelo processo universal de mercantilização da terra urbana e da cultura local, em uma perspectiva escalar dialética – particular/universal.

Adiantamos que a principal política de patrimônio vigente nas cidades mineiras consagradas como Patrimônio Mundial diz respeito ao polêmico Programa Monumenta / BID, símbolo primaz da universalização do patrimônio cultural brasileiro; política esta que finda entre os anos de 2010/2011, após uma década de ações desencadeadas tanto em Ouro Preto quanto em Diamantina (o que nos favorece traçar um balanço, após uma década de atuação). Para Vieira (2008), esse programa cria uma estrutura paralela ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), deixando ao seu cargo a fiscalização das obras e aprovação de projetos nos territórios delimitados pelo tombamento federal. Logo, esse órgão nacional de preservação de patrimônio, com suas funções reduzidas e uma estrutura operacional muito precária, acompanha as intervenções locais e os programas nacionais (SANT’ANNA, 2004). Consideramos, assim, o Monumenta como um representante, no

---

<sup>1</sup> O conceito de “cidade histórica”, sempre que empregado, será apresentado entre aspas, pois consideramos toda cidade como histórica e as cidades antigas brasileiras tratadas dessa forma o são por determinadas particularidades que serão discutidas no capítulo 3 da tese. Assim, precisamos rememorar Argan (1995), para quem não deve ocorrer a separação entre zona urbana e rural, também entre zona “histórica” e zona “moderna”, pois todos estes espaços considerados como um todo constituem a cidade. Para Argan, arte e cidade representam uma só coisa e dirigiremos esse olhar para o pensamento da totalidade que envolve Ouro Preto e Diamantina.

<sup>2</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

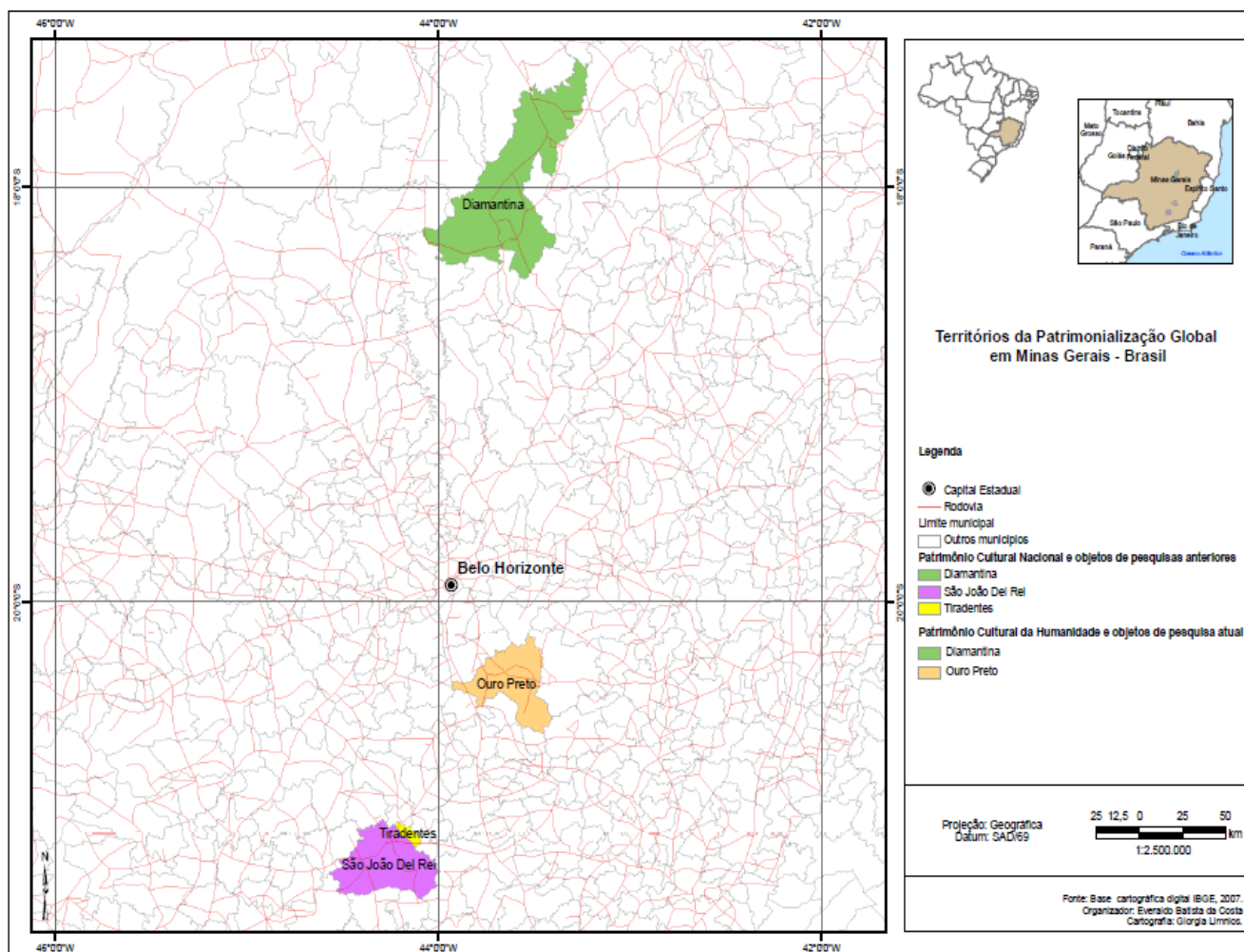
<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Brasil, das ações globais de requalificação e renovação de centros das cidades antigas do mundo, que rebatem, invariavelmente, sobre as duas cidades objetos da tese.

Nesse espectro, a abordagem proposta está calcada em um incessante processo dialético, para subsidiar a discussão sobre os territórios da *patrimonialização global* em Minas Gerais. Segundo Berman (1968, p. 116), a crítica foi concebida para ser dinâmica, para mover e inspirar o que é criticado a ultrapassar tanto as críticas como a si próprio, para impelir ambos os pólos na direção de uma nova síntese, ou seja, desmascarar falsas proclamações de transcendência e exigir uma verdadeira transcendência.

Logo, trataremos do ordenamento territorial total de Ouro Preto e Diamantina (cujas localizações encontram-se no mapa abaixo), em seu movimento histórico e enquanto totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”<sup>4</sup>, ou seja, a proposta é a reflexão da denominada “cidade histórica” para além dos limites do tombamento e inseridas no contexto da lógica global de ressignificação dos lugares de memória e dos territórios de identidade.



O **objetivo geral** da tese é analisar o ordenamento territorial urbano de Ouro Preto e Diamantina (enquanto particularidades de uma formação socioespacial),

<sup>4</sup> O conceito de *totalidade-mundo* é extraído de Milton Santos, em *A natureza do espaço*.

compreendendo a “cidade histórica” para além dos limites do tombamento e no contexto do que tratamos por *patrimonialização global*. Com esse entendimento, poderemos fazer uma leitura crítica propositiva da gestão das emergentes configurações socioterritoriais oriundas da valorização comercial e turística na área central de Ouro Preto e Diamantina, esclarecendo questões relevantes como o tipo de “cidade histórica” que está sendo “construída” (em sua totalidade) e o tipo de “preservação” que é consolidada. Para tanto, será fundamental compreender a densidade e a concentração de ações que favorecem (ou não) a dinâmica urbana no viés da refuncionalização, renovação e planejamento urbanos, na escala mais ampla da “cidade histórica”.

As problemáticas ou as hipóteses de uma tese não podem estar apartadas dos pressupostos teórico-metodológicos que a conduz. Estes, por sua vez, devem estar fundamentados na relação entre Geografia e Filosofia. Consideramos, nesse sentido, que, além dessa relação, o paradigma socioespacial deve ser evidenciado na relação entre a história e o território, a partir da dialética como método da tese proposta; método que, conforme Marcuse (1968), encara o seu objeto, de ponta a ponta, como objeto histórico, crescido em uma dada situação histórica e só perceptível a partir dela: esse é o esforço que empreendemos.

Consideramos a existência de um movimento mundial contemporâneo de busca da “preservação” do patrimônio urbano e natural, o que será discorrido na tese como *patrimonialização global*. Esse processo tem sua representação máxima através da inscrição das cidades estabelecidas nos territórios das nações de todo o planeta na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, concomitantemente à corrida pela mercantilização dos lugares por parte das governanças urbanas. Dessa forma, a tese está alinhada com a proposição de que se vive o desmantelamento da “cidade histórica”, ou seja...

(...) o caso limite de uma crise que não ameaça apenas a paisagem urbana histórica, o figurino dessas cidades simbólicas do urbanismo barroco das Geraes, mas a instituição urbana em si; o processo mercantil em curso minimiza o significado da cidade histórica como embrião, sede e centro do processo civilizatório brasileiro; a lógica mercantil em tela minimiza a própria concepção de espaço como dimensão cultural da vida social, para se tornar palco de atuação do capital. (COSTA, 2009, p. 280).

Diante desse enunciado, a questão que se coloca como **problema** desta pesquisa é precisamente esta (as questões estão imbricadas): quais usos e apropriações evidenciam-se no ordenamento dos territórios da *patrimonialização global* em Minas Gerais (Ouro Preto e Diamantina na interface planejamento / preservação)? Ou seja, como esses territórios do Patrimônio Mundial mineiro, em sua totalidade, estão ordenados? Como as populações dessas cidades do interior veem e sofrem as conseqüências do reordenamento do território urbano dado o processo mercantil oriundo do movimento da *patrimonialização global*? Assim, nossa

leitura socioterritorial de Ouro Preto e Diamantina em sua totalidade – para além dos limites dados pelo tombamento e inseridas no movimento da “totalidade-mundo” –, constitui-se em uma contribuição do enfoque geográfico multiescalar e dialético ao pensamento e à prática uniescalar e unifocal que se tem feito sobre as “cidades históricas”, em diversas áreas, ao serem pensadas pela dinâmica do centro.

Logo, de acordo com a já considerada tendência de crise sobre a “preservação” da “cidade histórica” que se “constroi”, “fragmenta” e “pulveriza”, o fio condutor da pretendida tese está calcado na **problemática** ou **hipótese** central de que, dialeticamente, a “cidade histórica” se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalizam o processo de patrimonialização, projetando-as globalmente) são os mesmos que a divide, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território urbano e um imaginário coletivo distorcido sobre o Patrimônio Mundial, quando as ações público-privadas convergem para a área de tombamento. Nesse sentido, sustentamos, também, que não há uma efetiva preservação de patrimônio, muito menos a verdadeira inserção da população local no processo mercantil turístico que rebate sobre as cidades referenciadas, pois, as mesmas são concebidas, tanto na prática do planejamento quanto nos estudos voltados à sua leitura (em diversas áreas, inclusive na Geografia) como a área delimitada para o tombamento, ou seja, o núcleo urbano tombado, dentro de uma visão distorcida e fragmentada de planejamento urbano, preservação patrimonial e, mesmo, de “cidade histórica” (nas escalas médias e pequenas do urbano).

A visão distorcida de planejamento urbano e de preservação de patrimônio está calcada no discurso difundido de “verdade” e de “autenticidade” que seriam inerentes a essas cidades, e concentradas no seu centro, o que leva à negligência do território em sua totalidade. Questão que deve ser problematizada para o desvendamento da lógica das novas dinâmicas que rebatem sobre esses territórios, que propiciam a valorização da paisagem urbana histórica remanescente entremeada por formas, conteúdos e espacialidades de um novo tempo. A tese representa uma prática da crítica teórica no percurso da crítica da prática política. Fazendo um pequeno parêntese, concordamos com Benjamin (1986), ao dizer que, para o dialético, o sonho que desperta é aquele capaz de ver os monumentos da burguesia como ruínas, antes mesmo que sejam demolidos. Metaforicamente, o autor denuncia a base precária sobre a qual a hegemonia capitalista se sustenta.

Em síntese, a tese parte do pressuposto de que as atuais políticas de ordenamento territorial voltadas ao Patrimônio Mundial mineiro negligenciam a efetiva preservação do acervo por desconsiderarem esses centros históricos internacionalizados como partes integrantes de um contexto social e territorial que extrapola os limites dados pelo

tombamento, um verdadeiro paradoxo. Defende-se, pois, a urgência da busca da preservação da “cidade histórica” enquanto totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”. Há de se considerar tais núcleos urbanos no amplo território urbano que os encerra, ou seja, defende-se sua “sobrevivência” – enquanto totalidade perpassada pela lógica capitalista do mercado global – e a “perpetuação” de seus habitantes, ante um mundo que vive o império da fragmentação articulada dos lugares pelas ações imediatistas e classistas das governanças urbanas locais que visam, cada vez mais, as áreas especiais das cidades. Assim, focar o território mais amplo das “cidades históricas” – quer seja em pesquisas científicas de gabinetes ou de campo, quer seja na prática efetiva de seu planejamento – pode se constituir em potencial instrumento para a minimização dos impactos da “dialética da construção destrutiva” (COSTA, 2009), que envolve as “cidades históricas” brasileiras na atual fase do capitalismo, além de induzir à democratização (utopia?) dos bens culturais do mundo. Proposta que se aplica a pequenas e médias cidades, no que diz respeito a pesquisas científicas. Em sua *Proposition pour la préparation d’une nouvelle recommandation concernant les paysages urbains historiques*, a UNESCO (2008) aponta para a necessidade de se considerar os conjuntos históricos e seus ambientes como uma totalidade, e um todo coerente para a proteção e a conservação, na busca de uma responsabilidade coletiva, com a implementação de políticas públicas e de uma legislação apropriada.

Esta tese está atrelada a uma concepção de desenvolvimento urbano que deve considerar a mudança das escalas de análise e o entendimento da produção de diferenças geográficas. Como diz Harvey (2004), devemos pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intraescares (o que nos faz pensar na “cidade histórica” enquanto totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”). Assim, constitui-se em um crasso erro da teoria urbana e da prática do planejamento o aprisionamento em uma só escala de pensamento, em um só momento do tempo, considerando, pois, as diferenças nessa escala como a linha fundamental da clivagem política, “julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda a pletora de discursos sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global” (HARVEY, 2004, p. 113). Logo, as escalas devem ser pensadas dialeticamente, interligadas; nem só global, nem só local, mas particular-universal ou local-global. A busca deve ser, pois, pela imbricação de outras escalas de atividade para não cairmos em uma tese simplificadora.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada a partir de seis focos principais de atuação: 1. pesquisa documental e bibliográfica; 2. entrevistas com agentes públicos e privados; 3. questionários aplicados na totalidade dos bairros das duas cidades objetos da tese; 4. leitura da situação atual do patrimônio arquitetônico, no que diz respeito à preservação, bem como da ocupação e uso da terra urbana no centro e nos demais bairros das cidades; 5. observações e anotações sobre os fluxos centrífugos e centrípetos na relação centro histórico e periferia das cidades; 6. elaboração de quatorze mapas temáticos que abrangem as duas cidades; mapas que analisam desde condições de infraestrutura urbana até a imbricação de usos da terra em toda a cidade.

Na *pesquisa documental e bibliográfica* foram levantados e analisados os documentos relacionados ao Programa Monumenta em nível nacional e de cada caso abordado pela tese. Buscamos informações sobre as estratégias de gestão do programa e as práticas intervencionistas adotadas para o ambiente construído. Também foram analisados e registrados os objetivos defendidos pelo programa, bem como as suas prioridades. A pesquisa documental realizada para os dois casos subsidiou a realização das entrevistas e dos levantamentos de campo no amplo território urbano. Ainda sobre a pesquisa documental, buscamos fontes (com muita dificuldade) sobre o processo de formação das periferias de ambas as cidades (raríssimos são os documentos ou trabalhos acadêmicos sobre a formação e a *situação geográfica*<sup>5</sup> dos bairros de entorno à área tombada de Ouro Preto e Diamantina). Outros documentos de suma relevância para a tese foram as recomendações e normas publicadas, anualmente, pela UNESCO, que tratam do Patrimônio Mundial (ver referência bibliográfica).

As *entrevistas* foram de fundamental importância para a identificação dos princípios ideários que deram e dão suporte às políticas urbanas e de patrimônio nas cidades analisadas. Foram entrevistados: prefeitos, secretários de turismo, chefes dos Escritórios do Programa Monumenta e outros envolvidos com o patrimônio cultural.

Essas entrevistas foram construídas em dois blocos principais de questões: o primeiro, buscando entender a visão dos agentes públicos em relação ao desenvolvimento do turismo e à preservação do patrimônio, relacionados, ainda, com sua concepção de democratização do centro histórico e sua visão de cidade enquanto totalidade urbana. O segundo bloco diz respeito à visão dos entrevistados em relação ao próprio Programa Monumenta.

---

<sup>5</sup> No último capítulo da tese será aprofundada essa noção de *situação geográfica* urbana.

Os *questionários* foram destinados à população residente nas duas cidades. Não nos abstermos de entrevistar apenas os residentes dos centros históricos, foi necessário ouvir moradores de todos os bairros das cidades, pois, nossa análise, não se atém ao território central, ou seja, ao núcleo tombado, mas às conseqüências de sua mercantilização, que rebate no ordenamento socioterritorial total das cidades (e vice-versa) e transforma o imaginário coletivo, no nosso entender.

Assim, nossa atitude concreta em relação ao fenômeno particular deu-se – além do acervo bibliográfico analisado, que nos possibilita compreender o contexto histórico geral no qual se inserem as ditas cidades Patrimônio Cultural da Humanidade – com o confronto da tabulação dos dados colhidos por ocasião das entrevistas (retórica dos agentes públicos / clamor sublevado dos habitantes), somados à nossa observação empírica oriunda dos campos, que nos ofereceu uma dimensão da realidade socioespacial dessas cidades mineiras e que materializamos nos mapas da tese, apresentados nos capítulos 05 e 06.

Paralelamente à realização das entrevistas, foram executados *levantamentos* sobre o estado de conservação dos bens culturais das cidades contempladas na tese, a intervenção do Monumenta, os cuidados com os centros, a caracterização dos fluxos convergentes e divergentes que envolvem o núcleo tombado e a periferia de tais cidades, além da leitura da ocupação e do uso da terra em seu território total.

Logo, a tese está fundamentada na revisão de literatura pertinente às áreas da Geografia Humana, da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia, da História e da História da Arte, da Arquitetura e Urbanismo, bem como na realização de pesquisas de campo em Ouro Preto e Diamantina, que nos favoreceram espacializar as cidades em sua totalidade. Em suma, além das fontes bibliográficas das áreas mencionadas, foram utilizadas como referência na pesquisa:

- Os documentos internacionais da UNESCO que tratam do Patrimônio Cultural da Humanidade. Anualmente, a Organização publica cartas, memorandos e recomendações que, no decorrer do trabalho, foram consultados a fim de verificar as novas diretrizes voltadas para as “cidades históricas” de todo o mundo.
- Os documentos oficiais sobre uma das mais recentes e mais amplas políticas de patrimônio brasileiras, estabelecida em Ouro Preto e Diamantina (Programa Monumenta).
- Entrevistas realizadas com os agentes diretamente ligados às atuais políticas de patrimônio e ao ordenamento do território nos municípios (prefeitos, secretários de turismo, chefes dos escritórios técnicos do IPHAN<sup>6</sup> etc).
- Entrevistas com as lideranças populares e pesquisadores locais.
- Questionário com a população de todos os bairros das cidades.

---

<sup>6</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- Trabalhos de campo a fim de colher dados sobre o ordenamento territorial propiciado tanto pelas práticas de patrimônio mais recentes que se espacializam, quanto pelo avanço da urbanização, consubstanciando em uma particular *situação geográfica* urbana (a formação das periferias de Ouro Preto e Diamantina é tratada no capítulo 6).
- Fotografias antigas e atualizadas das referidas cidades que sintetizam a lógica do ordenamento territorial total, tanto pelo processo de *patrimonialização global* quanto por outros eventos que levaram à formação dos bairros em ambas as cidades.
- Elaboração de gráficos e mapas temáticos a partir dos dados colhidos em campo.

Em suma, o caminho trilhado para atingirmos nosso objetivo principal, ou seja, nosso percurso metodológico para compreendermos a realidade socioespacial a que nos propomos, não se encerrou na articulação da pesquisa bibliográfica seguida de fichamentos, registros fotográficos / cartográficos e levantamentos de campo, mas, sobretudo, tem grande relevo, em nossa pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas realizadas com agentes públicos e o questionário aplicado junto à população residente.

Buscamos interpretar, junto à população dos bairros das periferias, a realidade socioespacial vivida, através da aplicação do questionário (APÊNDICE 1), com uma amostragem de 700 (setescentas) pessoas em ambas as cidades, com abordagem a homens e mulheres acima de dezoito anos, exclusivamente residentes em todos os bairros entrevistados em cada cidade. O resultado dos questionários é apresentado em gráficos distribuídos ao longo dos capítulos que tratam dos estudos de caso e através da citação de vários depoimentos, nos capítulos 5 e 6.

Por fim, os trabalhos de campo cobriram toda a cidade de Ouro Preto e Diamantina, na busca de entendimento do ordenamento territorial e da leitura da paisagem em todos os bairros, para então podermos coroar a análise da totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo” proposta. A perspectiva apontada é a da primazia pela busca de políticas de patrimônio associadas diretamente às políticas urbanas. Assim, foram desenvolvidas *caminhadas de reconhecimento* (BUARQUE, 2002), que complementaram os escassos dados primários e secundários sobre a cidade total, pois, como já dissemos, são praticamente inexistentes ou pouco disponíveis nas localidades. Está expresso em mapas o conhecimento dos atores e a observação visual direta em relação aos usos e ocupação da terra, a disponibilidade de infraestrutura e ao saneamento urbano, bem como o que chamamos de *situação geográfica* urbana em ambas as cidades (que será discutida no sexto capítulo).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Os campos foram desenvolvidos em todos os bairros de Ouro Preto e de Diamantina. Várias foram as atividades empíricas, ao longo dos anos de 2009 e 2010. As primeiras atividades de campo, para elaboração dos mapas, foram fundamentais para a elaboração da classificação de áreas residenciais, as zonas homogêneas e híbridas e, sobretudo, as condições de infraestrutura e de vida em ambas as cidades, uma vez que as prefeituras pouco dispõem de informações precisas sobre o ordenamento territorial intra-urbano. As cidades foram divididas por setores, para a elaboração do campo: setor norte, setor sul, setor leste, setor oeste e zona central, tanto em

As marcas simbólicas aparecem não apenas na arquitetura ou no centro histórico, mas também no ordenamento do território como um todo e em suas partes, bem como em elementos ou lances de paisagens e no imaginário coletivo. Podemos dizer, assim, que o padrão construtivo, as possibilidades de moradia que formalizam o ordenamento de um dado território, as condições de infraestrutura urbana, expressam o maior ou menor contraste social e econômico, ou dentro de um bairro ou entre diferentes bairros da “cidade histórica”. Essa *situação geográfica* torna o centro histórico “chegável”, “alcançável” ou não; ou ainda, faz do *empoderamento* dos bens culturais por parte de sua população local uma *possibilidade* ou uma *realidade*.

Por fim, a interpretação do ordenamento territorial-paisagístico, com o desvendamento do imaginário popular sobre Ouro Preto e Diamantina, junto ao referencial teórico adotado para a leitura da cidade colonial barroca esboçam o tripé com o qual tentamos alcançar o objetivo geral deste trabalho. Seguem as observações realizadas em campo, para elaboração dos quatorze mapas das cidades;<sup>8</sup> esta metodologia pode ser aplicada em outros estudos de caso, caso visem a “cidade histórica” em sua totalidade urbana

## 1. MAPAS COMERCIAIS [primeiras necessidades; lojas especializadas; serviços em geral e turístico]

- 1.1 Comércio Local e alguns Serviços [bom - regular]
- 1.2 Comércio Local [precário - inexistente]
- 1.3 Comércio Local e Turístico - Serviços - com predominância do Turístico
- 1.4 Comércio Local e Turístico - Serviços - com predominância do Local
- 1.5 Comércio Turístico – Serviços
- 1.6 Comércio de Abastecimento Municipal
- 1.7 Comércio de Abastecimento dos Bairros de Entorno

## 2. MAPAS RESIDENCIAIS

- 2.1 Área residencial de nível I [predominância do uso; próximo a áreas que concentram educação, comércio e lazer; qualidade de vida superior a outras áreas da cidade; elevado padrão construtivo; ou, ainda, zona homogênea do “estilo patrimônio”, no centro]
- 2.2 Área residencial de nível II [uso residencial equilibrado a outros usos; bom comércio local, mas dependente de outras áreas da cidade; alguns equipamentos de educação e lazer; médio padrão construtivo. Ainda, na área de tombamento, são residências em zona híbrida ou em zona homogênea do “estilo patrimônio”]
- 2.3 Área residencial de nível III [predominância do uso; precário ou inexistente atendimento em comércio, lazer, educação e serviços; de médio para baixo padrão construtivo; ou, ainda, zona híbrida do “estilo patrimônio”, na área de tombamento]

---

Diamantina quanto em Ouro Preto. Fomos acompanhados por moradores da cidade nos principais campos – um funcionário da prefeitura e um aluno do curso de Turismo da UFOP, residente, convidados por nós. As classificações serão explicadas devidamente em capítulo em que aparecerem os referidos mapas.

<sup>8</sup> Foram percorridos cerca de 180 km em todos os bairros da cidade de Ouro Preto e cerca de 110 km nos bairros da cidade de Diamantina, no campo final que envolveu a atividade objetiva e sintética de elaboração dos mapas.



- 2.4 Área residencial de nível IV [predominância do uso; o “morar” se desempenha de forma não desejável e não própria para a vida digna; precário padrão construtivo]
- 2.5 Área residencial de nível V [uso residencial existente, porém, não prevalente em relação a outros usos, na área homogêna do “estilo patrimônio”]
- 2.6 Área residencial de nível III com enclaves de nível IV

### **3. MAPAS DE IMBRICAÇÃO DE USOS**

- 3.1 Uso residencial, comercial turístico e comercial local
- 3.2 Uso residencial e comercial turístico
- 3.3 Uso comercial turístico preponderante
- 3.4 Uso residencial e comercial local (vida de bairro)
- 3.5 Uso residencial preponderante
- 3.6 Uso institucional articulador do território
- 3.7 Área de implantação de novos usos
- 3.8 Nova área de expansão urbana

### **4. MAPAS DE INFRAESTRUTURA URBANA <sup>9</sup>**

- 4.1 Marcante presença da municipalidade [presença de todos os subsistemas de infraestrutura]
- 4.2 Razoável presença da municipalidade [presença dos principais subsistemas de infraestrutura]
- 4.3 Frágil presença da municipalidade [alguns subsistemas de infraestrutura]
- 4.4 Ausência da municipalidade [ausência dos subsistemas de infraestrutura mínima]

### **5. MAPAS SÍNTESE<sup>10</sup>**

- 5.1 Zona homogêna favorecedora da fragmentação articulada do território urbano
- 5.2 Zona homogêna resultante da fragmentação articulada do território urbano
- 5.3 Zona híbrida favorecedora da fragmentação articulada do território urbano
- 5.4 Zona híbrida resultante da fragmentação articulada do território urbano
- 5.5 Arco de zonas valorizadas no território urbano pela patrimonialização, universidade e indústria
- 5.6 Manchas das zonas precarizadas do território urbano

### **6. MAPAS DO MONUMENTA**

Foram elaborados dois mapas para o Programa Monumenta, um de Diamantina e outro de Ouro Preto. Esses mapas apresentam: Imóveis privados de uso residencial contemplados pelo Monumenta; Imóveis privados de uso comercial contemplados pelo Monumenta; Imóveis privados de uso misto contemplados pelo Monumenta; Bens tombados contemplados para investimento integrado do Monumenta; Bens culturais tombados isoladamente e no conjunto urbano; *Eixos estruturantes* do Monumenta (processo de valorização imobiliária – principais áreas de investimento) e outros.

---

<sup>9</sup> No texto, serão explicadas cada uma das classificações.

<sup>10</sup> Essa classificação diz respeito à síntese da análise de todos os mapas da tese, será o último a ser apresentado e será explicado no decorrer da análise.

## OS PASSOS DA PESQUISA

Não é possível compreendermos imediatamente a estrutura da “coisa” ou da “coisa em si” mediante a contemplação ou a mera reflexão; cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem integra um determinado *todo*, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente (KOSÍK, 1976). Essa é uma proposição importante que nos ajudou a pensar este trabalho em sua totalidade. Devemos tentar captar os diferentes aspectos de *apropriação* do mundo pelos homens; não podemos entender o ordenamento territorial de Ouro Preto e Diamantina por meio de uma intencionalidade que não corresponda aos mais notórios “eventos” históricos que remetem ao seu presente.

Por movimento histórico também entendemos a cidade em movimento, espaço de vivência e sentidos, bem como de acúmulo material. Isso nos leva a considerar que emerge uma economia política dos signos ora em oposição ora a favor da economia política da produção material (HARVEY, 2004; BAUDRILLARD, 1970). Qual o destino dos habitantes enquanto essas novas cidades são ressignificadas e reordenadas? A resposta a essa pergunta segue o preceito marxista de que a essência das coisas, a “coisa em si”, a “concretude” do mundo é a própria dinâmica dos objetos, ou seja, a sua dialética.

Como a realidade é interpretada não pela redução a algo diverso de si mesma, “mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento” (KOSÍK, 1976, p. 35), é na periodização de nossos objetos – enquanto produtos de um *devenir* universal – que construímos este trabalho.

Nesse sentido, o todo do trabalho é constituído de três partes que dialogam. Como movimento no pensamento e do pensamento, e para negar a primeira impressão da concreticidade sensível da paisagem urbana, analisamos o ordenamento territorial presente de Ouro Preto e Diamantina a partir de cinco momentos e “eventos” históricos correlacionados e diluídos nos capítulos.

A primeira parte, denominada *As Cidades Coloniais Mineiras Face à Dialética da Memória nas Fases da Produção do Patrimônio Cultural no Brasil*, apresenta dois capítulos que discutem a gênese do patrimônio mineiro no contexto de emergência do barroco europeu e o movimento de ressignificação dessa arte no século XX, no Brasil. Em uma abordagem geohistórica que não perde de vista a categoria espaço e o conceito de território, esse primeiro momento do trabalho compreende o transcurso de ressignificação do barroco mineiro *setecentista*, quando as cidades-arte-patrimônio de Minas Gerais são envolvidas pelo movimento de construção de *identidade pelo território*, que redundando na constituição da zona que abarca essas mesmas cidades em *território de identidade do capital*.

*Da Projeção Global ao Ordenamento Territorial da Cidade Colonial Barroca* representa a segunda parte da tese. Se, na primeira parte, aparece uma discussão que aponta para o espectro global da arte que dá forma-conteúdo ao território e à paisagem urbana das cidades barrocas, na segunda parte, será discutido o movimento universal em prol da ressignificação desse mesmo barroco, em que a UNESCO e o que será tratado por *arquitetos do mundo* (agências do governo global) são os protagonistas do processo, juntos às governanças urbanas ávidas pela estetização e terceirização de partes especiais da cidade. Apontamos os principais eventos globais que favorecem o ordenamento do território e a revalorização paisagística de Ouro Preto e Diamantina, cujo representante brasileiro e mineiro é o Programa Monumenta. Assim, os dois capítulos apresentados nessa segunda parte da tese, bem como a primeira parte do trabalho, esboçam a totalidade em movimento na qual as cidades estão inseridas, em seu processo histórico de formação.

Será na terceira parte da pesquisa, tratada como *Simultaneidade da Totalidade Urbana e da Totalidade-Mundo: Enfoque Necessário à Preservação e ao Planejamento das Cidades Barrocas*, que consolidaremos o objetivo do trabalho e verificaremos, de maneira mais aprofundada, a hipótese ou a problemática da tese. Nessa última parte, então, dividida em dois capítulos, entenderemos a formação das periferias e o planejamento urbano de Ouro Preto e Diamantina, bem como apresentaremos as condições de vida na totalidade dessas cidades. Esses capítulos apresentam uma problematização sobre a importância da articulação de políticas urbanas e políticas de patrimônio, para uma efetiva preservação e *empoderamento* dos bens culturais pela população total das referidas cidades – o que pode se constituir em uma *realidade* ou em uma *possibilidade*.

Entretanto, como a dialética – enquanto método de investigação – requer, segundo Kosík (1976), uma criteriosa apropriação do fenômeno, pleno domínio histórico do material, exige-nos a análise de cada forma de desenvolvimento do próprio objeto e, ainda, uma investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de seu desenvolvimento, achamos pertinente apresentar um capítulo introdutório, já um início *mediato*, por conter em embrião a estrutura de todo o trabalho. Segue, então, uma *concepção geográfica da patrimonialização global*; o aporte teórico-metodológico que pretende sustentar a tese desenvolvida no entendimento de que a análise de uma cidade-patrimônio deve entender sua ressignificação histórica, os conflitos que a acompanham e favorecem a dialética de sua construção e desconstrução histórica.

# 1.

## Por uma concepção geográfica do processo de *patrimonialização global*

Primeiramente, consideramos, junto com Santos (2004), que a potencialidade da pesquisa é limitada quando nos consagramos apenas à tarefa de verificar teorias. Impõe-se, permanentemente, a criação de novas teorias ou pequenas teorias. Logo, a teoria tem que se adequar às condições do mundo atual, relacionar-se com o novo e o seu significado original, e as coisas antigas com seus novos significados. “Desse modo, toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária” (SANTOS, 2004, p. 195).

Nesse entendimento, *patrimonialização global* representa um processo; como tal, é indissociável do que já denominamos *dialética da construção destrutiva*<sup>11</sup>, para o esclarecimento da consagração universal do Patrimônio Cultural da Humanidade. Com o fim de tratar tal processo como um conceito, torna-se mister considerar sete observações apontadas por Lencioni (2008) sobre a construção de conceitos. A primeira observação é a de que essa construção é um exercício do pensamento sobre o real; e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real.

Assim, não há uma relação de dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito acerca desse objeto; os objetos existem independentemente de um conceito existir sobre ele. A existência do real independe de pensarmos ou não sobre ele. Os fenômenos, os processos, os fatos, as coisas, tudo que é objeto do conhecimento coloca-se na esfera do pensamento sobre o real, afirma Lencioni (2008). O processo que chamamos de *patrimonialização global* existe independentemente de falarmos sobre ele; buscaremos conceitualizá-lo.

A segunda observação da geógrafa é a de que o conceito é uma representação dos objetos; é um representante do real, com ele não podendo ser confundido. O conceito existe *a*

---

<sup>11</sup> Pretendemos uma releitura do conceito, aprimorando-o, no tópico 1.2 da tese, ao entendermos sua relevância para a análise geográfica das desigualdades socioespaciais que impactam as chamadas “cidades históricas” no Brasil, na dialética “preservação” / mercantilização do patrimônio urbano, aprofundando a análise anterior (COSTA, 2009). Quero reconhecer que esse conceito foi insuficientemente abordado por ocasião de nossa dissertação de mestrado.

*posteriori* dos objetos que representa. Os objetos do mundo real existem independentemente do conceito. A terceira observação é a de que conceitos são, ao mesmo tempo, objetivos e subjetivos. São objetivos pelo seu conteúdo, por estarem vinculados ao real. Quanto mais conhecemos o real, temos mais condições de formularmos um conceito. Porém, são uma realidade subjetiva por existirem em nosso pensamento, em nossa consciência. A quarta observação é a de que não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real. Para Lencioni (2008), qualquer conceito reflete os aspectos essenciais, as relações essenciais, a essência do objeto, do fenômeno ou do processo. Logo, a construção de um conceito exige um exercício, o entendimento do que é essencial para sua formulação e, nesse sentido, reflete um certo grau de generalização. O conceito é sempre uma simplificação do real e ao mesmo tempo sua generalização, dialeticamente.

Afirma Lencioni (2008) que, para se construir uma generalização, é imprescindível pesquisar uma grande quantidade de objetos, compará-los e, ainda, examinar os aspectos particulares e singulares que esses objetos apresentam. Esse é o ponto de partida de qualquer conceituação; quer dizer, verificar semelhanças, diferenças e peculiaridades do objeto na formulação do conceito. Os anos de estudo dedicados às cidades-patrimônio no estado de Minas Gerais<sup>12</sup>, os trabalhos de campo realizados em cidades antigas de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro, o conhecimento de cidades-patrimônio fora do Brasil, junto à busca do entendimento teórico do processo universal que rebate sobre tais lugares, possibilitam-nos tratar da *patrimonialização global* como uma generalização.

A quinta observação se refere a que o conceito existe em movimento. De acordo com Lencioni (2008), o conceito se modifica, se altera e se renova. Com o objetivo de mostrar que o conceito tem movimento e evolui, há autores que usam mais o termo ‘noção’ do que o próprio termo ‘conceito’, a fim de indicar sua fluidez. Por seu movimento, um conceito construído numa determinada época pode se modificar. Se o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique.

A sexta observação colocada pela autora é a de que o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos. Nenhum conceito é, pois, totalmente independente de outros. Guarda sempre estreita relação com outros conceitos, o novo; o que nos leva a relacionar *patrimonialização global, dialética da construção destrutiva*, bem como

---

<sup>12</sup> Foram nossos objetos de estudos geográficos: Tiradentes, São João Del Rei, Diamantina e, nessa tese, Ouro Preto e Diamantina. Estudos que se iniciaram no ano de 2003.

o entendimento de uma *dialética do espaço geográfico* como subsídio teórico e metodológico da tese.

A sétima e última observação é a de que o conceito não existe sem uma definição. Logo, trataremos da *patrimonialização global* a partir da dialética – enquanto método – e da dialética espacial – enquanto uma teoria geográfica – para, assim, defini-la teoricamente e compreendê-la processualmente.

Se, como aponta Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*, nas teses, de um modo geral, e em todos os níveis, em praticamente todos os centros e faculdades, o mundo é quase ignorado, torna-se extremamente relevante tratar, na Geografia, do processo de *patrimonialização global* mediado pela *dialética da construção destrutiva* que ressignifica os lugares da história e da memória, universalmente, cuja síntese é a requalificação e a refuncionalização dos centros urbanos, como trataremos. Discutir esses processos, na Geografia, visa a subsidiar a temática do ordenamento territorial das cidades-patrimônio brasileiras, no momento em que poucos grupos de pesquisa ou pesquisadores isolados da Geografia [em institutos, em teses ou dissertações] tratam do assunto. Os geógrafos agregam-se a arquitetos, a antropólogos e a historiadores, os quais sempre dominaram tal discussão, alguns pouco propensos a interpretar o fenômeno da *patrimonialização* no espectro global-local – a lenta evolução da noção de patrimônio [de monumento à idéia de conjunto] (CHOAY, 2006; COSTA, 2009) atesta tal assertiva. Buscamos entender as “cidades históricas” enquanto totalidades urbanas – para além da noção de conjunto tombado – inseridas na “totalidade-mundo”, o principal objetivo deste trabalho de pesquisa.

## 1.1. A *patrimonialização global* no viés da dialética espacial

O primeiro e salutar ponto que destacamos diz respeito ao conceito que propomos de *patrimonialização global*, que definimos como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária. Há uma verdadeira corrida mundial das governanças urbanas e dos Estados para a inserção dos bens culturais de médias e pequenas cidades antigas espalhadas pelo planeta, na rede internacional do turismo. São cidades que alcançam seu auge junto à estratégia do mercado ao serem contempladas com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO<sup>13</sup>, tomando posição no *frenésié* da “guerra dos lugares” com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial. Jeudy (2005) foi um dos primeiros a discutir o processo de busca pelo patrimônio, denominando-o *patrimonialização e estetização urbanas*, que também significam espetacularização das cidades e por sua vez estão ligadas às estratégias de *marketing* urbano, ditas de revitalização, que buscam resguardar a posição das “novas” cidades na geopolítica espetacular da rede internacional do turismo. Porém, nossa discussão caminha para uma abordagem dialética, do universal-particular, simultaneamente, a qual pode ser desdobrada para um enfoque totalizante do próprio espaço que abarca, por ser a categoria geográfica mais abrangente, a paisagem, o lugar e o território. Assim, buscamos ir para além da crítica à banalização das chamadas “cidades históricas” turísticas, mas apontar para a lógica moderna das novas ações que nos remetem a formas de manutenção da vida cotidiana nas cidades antigas que “sobrevivem” no território e seu ordenamento presente, junto à revalorização da paisagem urbana histórica.

Falar de um processo como a *patrimonialização global* significa reconhecer que o estudo do urbano e da cidade deve interpretar que as formas criadas no passado têm relevante papel ativo na elaboração do presente e do futuro. Conforme Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*, a história da cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fato não pode escapar em nossa análise. Por isso, entendemos o processo enunciado de *patrimonialização global* que rebate, indubitavelmente, sobre as cidades antigas do globo como produto e reproduzidor da valorização da formação urbana

---

<sup>13</sup> No capítulo 04 da tese trataremos do processo de inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, bem como apontaremos as atuais ações internacionais que visam à preservação, conservação e projeção do patrimônio, universalmente. São mecanismos que propiciam, no limite, a catalisação da *patrimonialização global*.

histórica de Ouro Preto e Diamantina, de uma forma muito peculiar e específica, como veremos na terceira parte da tese.<sup>14</sup>

Consideramos que o processo de *patrimonialização global* é produto e representante da transformação da própria história dos lugares em história mundial, não de uma história mundial enquanto um “fantasma metafísico” (MARX e ENGELS, *Ideologia...*, p. 78), mas de ações materiais que rebatem sobre territórios que foram conquistados, dominados, transformados e revalorados, ao longo do tempo, e que hoje ainda são verificados empiricamente, inseridos em um novo contexto do capitalismo, em que a economia urbana é calcada na dinamização do capital financeiro e da prestação de serviços (SASSEN, 2002).

Podemos dizer, nessa abordagem, que as cidades se transformam em decorrência de processos globais que se fazem continuamente (como consequência da produção econômico-material dos lugares, com o aumento das trocas entre localidades distintas e distantes, e de novas racionalidades técnicas que integram territórios díspares), se moldam às transformações do modo de produção vigente e das relações inter e intraclasses. Esse entendimento leva-nos a concordar com Lefebvre (2001, p. 58), ao dizer que o trabalho correto consiste em ir dos conhecimentos mais gerais (*patrimonialização global*) aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às discontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade (como a requalificação dos centros urbanos e sua relação com o planejamento na “cidade histórica” enquanto totalidade); e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana, parte-se para o seu contexto global.

Tratamos da *patrimonialização global* como uma potência vertical de transformação dos lugares singulares, uma generalidade que transforma particularidades e que é movida, dialeticamente, pelas últimas. Não podemos deixar de considerar que, no aspecto das horizontalidades, tal processo aparece como um elemento orgânico de territórios unitariamente vivenciáveis, em suas múltiplas parcelas e facetas<sup>15</sup>. Isso nos faz concordar com Lukács (1967, p. 111) ao afirmar que “lo específico del espacio arquitectónico es su realidad”, pois a realidade imediata que a patrimonialização transforma é a do espaço arquitetônico

---

<sup>14</sup> Abordagem que nos requererá, no capítulo segundo desta tese, tratar Ouro Preto e Diamantina como representantes universais de uma particular formação socioespacial.

<sup>15</sup> De acordo com Santos (1993), as normas se estabelecem em diferentes níveis geográficos e políticos, mas levando em conta a competitividade numa escala global, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, têm a tendência de configurar o resto dos objetos e a totalidade do espaço, onde todos os espaços mostram a presença simultânea das horizontalidades (vetores locais e contíguos) e verticalidades (ações externas e individualizantes). Segundo Santos (2002, p. 284), “de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparáveis.”



tornado irreplicável, que integra o território de identidade<sup>16</sup> e que, por sua vez, representa uma parte do espaço geográfico enquanto totalidade em movimento.

Entender o singular como singular exige o conhecimento mais desenvolvido das particularidades e universalidades que se referem a ele; o singular precisamente como singular, conhece-se tanto mais segura e verdadeiramente quanto mais rica e profundamente se descobrem suas mediações com o universal e o particular, diz Lukács (1965, p. 116). É nessa perspectiva de análise que pretendemos problematizar, no quarto capítulo, sobre os critérios da UNESCO para a inscrição de bens culturais e naturais na denominada Lista do Patrimônio Mundial, à qual Ouro Preto e Diamantina pertencem.

O movimento de *patrimonialização global* – enquanto universalidade da lógica patrimonial; processo de ressignificação dos lugares – depende, para sua existência, da produção de uma materialidade e de símbolos, ou seja, das condições materiais e representativas que nos cercam e que servem de base, hoje, para a produção econômica, dos transportes e das comunicações; depende também de uma nova relação entre países, estados, cidades, classes e pessoas. Acompanhando Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, podemos dizer que a *patrimonialização global* vigora graças a uma nova *situação*, que tem uma base no dinheiro e a outra se funda na informação – informação e dinheiro mundializados. Nessa perspectiva, busca-se o singular nos lugares em vista da possibilidade de uma interconexão global que o leva ao universal. A *patrimonialização global* não se concebe sem a implementação das lógicas locais horizontais de permuta, comércio, consumo e circulação. É no plano dos territórios, ora transformados e revalorados junto às paisagens, que rebate o processo global da *patrimonialização*. “Todo universal abarca los objetos singulares de un modo meramente aproximado. Todo singular pasa a lo universal solo imperfectamente; todo singular está en conexión, por miles transiciones, con outra espécie de singulares (cosas, fenómenos, procesos)” (LUKÁCS, 1965, p. 118).

Para Hall (2006), a globalização emerge como uma mudança que impacta a identidade cultural, um caráter de transformação na “modernidade tardia”; no mesmo sentido, a *patrimonialização global* tratada hibridiza ou recria as identidades territoriais. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, já asseveravam que a modernidade deveria ser concebida como um permanente revolucionar da produção, a transformação avassaladora das condições sociais, a incerteza dos movimentos econômicos e políticos. As sociedades

---

<sup>16</sup> Mais que a paisagem (porém, esta não deve ser negligenciada nem por um só instante), o território em si remete-nos – na perspectiva geográfica da leitura dos territórios do patrimônio – a heranças econômico-culturais, à lógica histórica de conquista material pertinente ao desenvolvimento do capitalismo mundial, à visão de mundo (cultura adjacente) dos construtores de cidades (hoje “cidades históricas”). Mais que a paisagem, pois a contém, o território de identidade agrega situações, ações, fixos, processos, objetos geográficos, desejos, necessidades e temores.

modernas são, por definição, sociedades de mudanças permanentes; é o que vai distinguir sociedades tradicionais e atuais. As sociedades modernas alteram, formal e essencialmente, as sociedades tradicionais, ininterruptamente (HALL, 2006); a *patrimonialização global* é um novo mecanismo socioeconômico e cultural de transformação dos territórios de identidade, de ressignificação dos lugares de memória.

Ao pensarmos as mudanças contemporâneas sobre as cidades, especialmente, devemos priorizar o entendimento da dinâmica da globalização que, como aponta Hall (2006), propicia uma descontinuidade, uma fragmentação e uma ruptura, dentro dos “deslocamentos” impulsionados pela patrimonialização, nos lugares. Nesse processo, as paisagens são profundamente reconfiguradas para se tornarem imediatamente aparentes aos olhos, virando referências cruzadas do estético e do político. São síntese da manipulação de conteúdos sobre o longo tempo histórico, que cria um jogo complexo de ilusão de realidade de vida nos lugares do acontecer (COSGROVE, 1999).

Se cada forma de vida inventa seu mundo, como diz Lévy (1997), temos o ordenamento de territórios particulares como resultado de distintos modos de vida; e se o universo cultural, próprio dos homens, estende ainda mais uma variabilidade das particularidades territoriais, temos a universalização das cidades, de acordo com suas particularidades. Além disso, as materialidades produzidas nos territórios, os chamados “equipamentos de engenharia” (SANTOS e SILVEIRA, 2008), favorecem a universalização das particularidades, tornando os lugares singulares, porém, em um ritmo mais lento que no espectro das virtualidades, da publicidade e da propaganda. Em verdade, é criada uma situação em que vários sistemas se superpõem e vários territórios e paisagens coexistem, dialeticamente. Essa lógica de hibridização nos leva a questionar o critério de *authenticité* afirmada pela UNESCO nas cidades Patrimônio Mundial, o que faremos no tópico 4.5.

Nesse movimento do particular ao universal, do virtual ao concreto, as denominadas “cidades históricas” – quase sempre tratadas pelo centro histórico – são concebidas como matérias inertes e que precisam permanecer inertes, autênticas, irreplicáveis, dentro da generalização e dinâmica impostas pela *patrimonialização global*, um paradoxo que atende aos auspícios do capital. Esse processo se beneficia da aceleração das comunicações e do crescimento exponencial da mobilidade física, o que corresponde ao que Lévy (1997) chama de “onda de virtualização”. Em seu embalo, segue o turismo, a primeira “indústria mundial” em volume de negócios, exigente de mobilidade física e da virtualidade de fluxos, concomitantemente.

Com isso, não podemos negligenciar a lógica de que a revolução das comunicações e dos transportes encurtou as distâncias e metamorfoseou o espaço [anulou o

espaço pelo tempo, como problematiza Harvey (2005)?], mas isso evidentemente está sendo pago com a degradação de áreas naturais e tradicionais que se busca “preservar”.

Retenhamos dessa meditação sobre a saída da ‘presença’ que a virtualização não se contenta em acelerar processos já conhecidos, nem em colocar entre parênteses, e até mesmo aniquilar, o tempo ou o espaço, como pretende Paul Virilio. Ela inventa, no gasto e no risco, velocidades qualitativamente novas, espaços-tempos mutantes. (LÉVY, 1997, p. 24)

Os patrimônios são preservados, busca-se sua manutenção, uma fixidez pretensamente originária, em uma era em que os lugares e os territórios são transformados velozmente, em que as fronteiras nítidas e fixas dão lugar a uma “fractalização das repartições” para usar uma expressão de Lévy (1997, p. 25). Os patrimônios são inseridos na aceleração contemporânea, tornam-se suscetível de serem objetos da construção de metáforas quando vivemos a época dos signos. Para Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*, a aceleração contemporânea produz símbolos que baralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras – é a lógica encarnada, também, pela *patrimonialização global*, que leva à forja da autenticidade e da integridade do patrimônio, na era do simulacro das cidades, tônica do tópico 4.5.

A *patrimonialização global* ganha força após as duas Grandes Guerras Mundiais, pelo desejo das nações de preservar os restos de um passado ou uma identidade materializada em seus territórios e, ainda, não devastadas. O ato de consagração patrimonial global é orquestrado, assim, pelas potências estrangeiras, onde, a partir das catástrofes mundiais (duas Grandes Guerras), temos o marco simbólico de uma nova ordem de transmissão cultural, no nexo da aceleração contemporânea.

A resistência moral invocada contra os riscos do esquecimento coletivo das devastações provocadas pela guerra atômica parece ser, em escala planetária, uma função delegada aos japoneses pelos ocidentais. E foi a partir desse novo espaço que a concepção moderna dos patrimônios encontrou, sem jamais expressá-lo, sua atual legitimidade (...) De uma maneira implícita, a modernidade patrimonial, sob a pressão dos estrangeiros, faz-se significar *a priori* por intermédio de uma catástrofe constitutiva da transmissão (JEUDY, 2005, p. 60)

Se, numa perspectiva de generalização, tratamos da *patrimonialização global*, no plano particular e singular, vislumbramos a análise do ordenamento socioterritorial das cidades da antiga zona da mineração brasileira, bem como da sua preservação, que está indissociável desse processo global.<sup>17</sup> Consideramos que a teoria e a prática sobre os lugares

---

<sup>17</sup> Todo o quarto capítulo, que traz 5 sub-capítulos, aponta para o que denominamos *Geografia do Patrimônio Mundial*, na qual são protagonistas a UNESCO e os *arquitetos do mundo* (agências multilaterais, agente do governo mundial). A atual dinâmica socioterritorial de Diamantina e Ouro Preto só pode ser compreendida, em essência, nesse contexto. Com essa abordagem totalizante seremos capazes de captar as particularidades do ordenamento territorial de Ouro Preto e Diamantina.

de memória e da cultura devem estar, obrigatoriamente, comprometidas com o entendimento da dialética espacial, que nos remete ao espaço-tempo, ou seja, de um espaço que está para além de objetos sistematizados e concretos; consideramos o espaço como representante de um “campo de forças cuja aceleração é desigual”, de acordo com Santos (2004, p.153). Para Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova*, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda natureza, uma dependente da outra, uma vez que a natureza segunda não se realiza sem as condições *a priori* da primeira natureza, que é sempre incompleta e só se perfaz quando a segunda natureza se realiza. “Este é o princípio da dialética do espaço” (SANTOS, 2004, p. 214). Identificamos a noção de dialética espacial também em suas obras futuras, ao esboçar claramente distintas dimensões do espaço como: *forma-conteúdo* (SANTOS, 1986), a indissociabilidade entre os conceitos de *forma, função, estrutura e processo* (SANTOS, 2004a, 2008) e a *indissociabilidade entre um sistema de objetos e um sistema de ações* (SANTOS, 2002) na constituição do espaço geográfico. Porém, antes de elucidarmos, a contento, o entendimento do que pode ser tratado como dialética do espaço, há a necessidade de justificarmos a dialética como método de análise – para lançarmos luz sobre a *patrimonialização global* que reordena os territórios da história e de memória, mundialmente.

Para refletirmos sobre a *patrimonialização* na perspectiva do materialismo dialético, faz-se necessário entender que a matéria não é, como julgava a Física Clássica, uma realidade passiva e inerte que só se transforma sob a ação das forças que sobre ela atuam, ela é essencialmente dinamismo e movimento; o movimento é, pois, o modo de existência da matéria, a maneira de ser da matéria, que não existiria sem o mesmo, segundo Foulquié (1966, p. 58). É com esse enfoque que discorreremos, na primeira parte da tese, sobre a *dialética da memória*, a partir da análise das fases de produção do patrimônio no Brasil.

Conforme Kosík (1976, p. 51-52), a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento real significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: 1) *a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade*; 2) *em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral*; 3) *por fim, o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social*. Consideramos que, se não descobrirmos, por baixo da aparente objetividade que mercantiliza, turisticamente, as cidades-patrimônio, sua autêntica objetividade historicoeconômica, podemos confundir a pseudoconcreticidade (aparência) com a concreticidade de tal fenômeno (essência), tornando-nos “prisioneiros da intuição fetichista,

cujo produto é a má totalidade”, conforme Kosík (1976). Daí já apontarmos para a importância metodológica – a partir da dialética – de se considerar o processo de *patrimonialização global* como causa e efeito da mercantilização turística que rebate sobre o território das cidades-patrimônio. Faz-se preponderante reconhecermos a lógica de ordenamento do território no passado<sup>18</sup>, as ações do presente<sup>19</sup> e as perspectivas de futuro em tais cidades, quando são assoladas por um turismo que, enquanto fenômeno em um movimento universal (de estetização e cenarização dos lugares) se concretiza no plano dos territórios. Só na perspectiva do movimento histórico somos capazes de captar a concreticidade (essência) da lógica que reordena, então, o território de tais cidades.

Convém estudar o movimento das “cidades históricas”, sua estrutura, suas necessidades, com o objetivo de visualizar as contradições do mundo que as abarca.<sup>20</sup> Em nossa análise, a contradição entre a “preservação” e a mercantilização das cidades – que se valem da corrida de encontro da cultura com a mercadoria, dos centros e das periferias, do erudito e do popular, do sagrado e do profano, do transitório e do permanente, do efêmero e do duradouro, da vida e da morte dos lugares – representa um processo que se operacionaliza simultaneamente. Tal processo é *circunscrito por um movimento ininterrupto só entendido na relação entre a particularidade e a universalidade que enreda tais cidades barrocas*, no contexto da consagração dos bens naturais e culturais do mundo, percorrida no quarto capítulo.

Para Lefebvre (1975), não existe, dialeticamente, a “contradição” em geral; existem contradições, cada qual com seu conteúdo concreto, com seu movimento próprio, que deve ser penetrado em suas conexões, em suas diferenças e semelhanças. Como as leis dialéticas apontadas por Lefebvre (lei da interação universal, lei do movimento universal, lei da unidade dos contraditórios, transformação da quantidade em qualidade – lei dos saltos e lei do desenvolvimento em espiral – da superação) constituem, pura e simplesmente, uma análise do movimento, o mesmo implica em diversas determinações no território urbano: continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos e superação que se escancaram no próprio território, como veremos nos capítulos 5 e 6.

Encarar o ordenamento socioterritorial como um produto de um movimento universal, numa perspectiva dialética, dirige a análise para a interpretação da relação entre tal

---

<sup>18</sup> Desenvolveremos, no capítulo 02, para tal entendimento, um olhar geográfico sobre as cidades coloniais barrocas de Minas Gerais.

<sup>19</sup> A partir do capítulo 03, denominado *A construção da identidade pelo território - o território como identidade do capital: Ouro Preto e Diamantina no centro da dialética da memória*, trataremos das políticas de patrimônio e do planejamento em Ouro Preto e Diamantina, no presente.

<sup>20</sup> As contradições devem ser pensadas na concepção da contradição entre forças produtivas e relações de produção, conforme Harvey (2004).

ordenamento e os dinamismos promovidos pela simbiose Estado-mercado. Aqui reside nosso esforço para a leitura das cidades capitaneadas pela *patrimonialização global*. Inseridas em um contexto mais amplo, Ouro Preto e Diamantina representam uma base material-simbólica interligada a uma estrutura de interações socioespaciais horizontais e verticais, nas quais relações sociais de produção são formadoras de tais cidades e contingentes a tais cidades, na perspectiva de seu processo histórico de formação. A análise é dependente da abordagem da “cidade histórica” enquanto totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”.

Abrimos um breve parêntese para esclarecer a noção geográfica de “totalidade-mundo” a partir de Santos (2002). O autor deixa claro que, graças aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, a noção de totalidade permite um tratamento objetivo. “Pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com a *universalidade empírica*” (SANTOS, 2002, p. 115). Nesse sentido, o caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta no atual período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares (SANTOS, 2002). Nossa discussão está alinhada à concepção dialética de totalidade proposta por Karl Marx, Georg Lukács, Karel Kosík, David Harvey e Milton Santos. Entendemos, então, a necessidade de revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob essa perspectiva, o papel dos “eventos”<sup>21</sup> na divisão do trabalho como uma mediação indispensável da análise. Ou seja, *todo o trabalho está estruturado no que apontamos como os mais notórios “eventos” que favorecem a patrimonialização de Ouro Preto e Diamantina, ao longo de sua história urbana, que periodizamos em cinco distintos e consecutivos momentos identificados ao longo da tese.*<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Consideramos o conceito de “evento” proposto por Milton Santos. Para o autor, em *A Natureza do Espaço*, um *evento* é, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço; um *evento* não se repete, são, pois, todos novos. Na verdade, os *eventos* mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. “Os eventos são idéias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade”.

<sup>22</sup> Apontamos, brevemente, tais fases da periodização proposta:

- 1) As cidades coloniais como particularidade de um *devenir* universal – o barroco emerge enquanto evento global que ganha uma feição particular, nos núcleos da mineração no Brasil do século XVIII, envolvidos pela dinâmica da economia mundial e da economia-mundo (BRAUDEL, 1995) que favorecem a *gênese do patrimônio* no Brasil [abordagem do segundo capítulo];
- 2) As cidades coloniais como territórios de identidade, quando o barroco é reconhecido como símbolo cultural do novo Estado-nação, na década de 1930; o que significa a *produção simbólica do patrimônio* no Brasil [foco do terceiro capítulo];
- 3) As cidades coloniais como territórios de identidade do capital, com a incipiente projeção mercantil do barroco, nos anos de 1960, fase do empreendedorismo urbano e a concomitante elaboração de cartas internacionais que apontam para a possibilidade de mercantilização dos centros históricos, o que leva à *projeção inicial do patrimônio* no Brasil (análise do terceiro capítulo);
- 4) As cidades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria, na fase da *cenarização progressiva do patrimônio*, que conduz à reinvenção do barroco e à recolonização dos centros históricos, após a década de 1990, induzindo a uma nova dinâmica territorial nas cidades históricas entendidas como totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo” (discussão que será aprofundada a partir do quinto capítulo) e;

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes (...) Eis por que se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes (...) A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, em seu movimento. (SANTOS, 2002, p. 115-116)

A busca da totalidade, na dinâmica territorial, pressupõe a análise das cidades coloniais barrocas em sua amplitude, pois o real é o processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento; “essa é história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento”, afirma Santos (2002, p. 118). A economia urbana – fundado na ideologia capitalista – não está apartada do processo histórico que é um meio de segmentação das coisas específicas, de forma que o comércio turístico ou o comércio local, os serviços ou atividades que engendram a economia de Diamantina e Ouro Preto estão diretamente vinculadas à lógica em que cada nova totalização cria novos sujeitos e dá às coisas antigas uma nova função, um novo conteúdo, em prol da produção nas/das cidades barrocas em tela.

O espaço geográfico é social, complexo, não homogêneo, descontínuo e diferente do espaço físico no qual engenheiros e planejadores atuam (HARVEY, 1980). Na tese, o espaço é entendido como a totalidade em movimento, em que símbolos, matéria, a subjetividade e a concretude histórica são pensadas relacionalmente, o que acaba por consubstanciar numa dialética espacial nos termos também apontados por Soja (1993), que dá relevo ao espaço-sociedade.

Podemos considerar que as pessoas interpretam as mensagens das paisagens, ou seja, do tempo cristalizado, das formas corporificadas no território, representantes das sociedades pretéritas, através dos processos históricos, que emitem informações apreendidas por cada indivíduo de acordo com sua “visão social do mundo”; é nesse sentido que a análise de Harvey (1980) nos é favorável, por considerarmos, nesta pesquisa, o espaço enquanto totalidade da produção histórico-social representante de relações e práticas sociais globais de época e contemporâneas. Ao jogarmos essa análise sobre Ouro Preto e Diamantina, somos fadados a desvendar os mais notórios eventos que as projetam, ao longo de sua história, o que nos exige o esforço de periodização já enunciada.

---

5) As cidades coloniais barrocas – como possibilidade de vir a ser - de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população.

Como a análise é direcionada ao urbano, cabe considerar a proposta de Scarlato (2005), também dentro de uma perspectiva da geografia crítica e do que reconhecemos como dialética do espaço, para quem há de se trabalhar as cidades não somente no plano de sua materialidade, mas também no da subjetividade, simultaneamente; quer dizer, a sociedade não só produz, historicamente, formas espaciais, condições de sobrevivência, mas também reproduz, no seu imaginário, as representações simbólicas das cidades. Consideramos, assim, as facetas do fenômeno urbano na concepção dialética da materialidade e do símbolo que representam, na perspectiva da paisagem urbana histórica refuncionalizada na lógica da *patrimonialização global* que impacta a cidade barroca mineira em sua totalidade, quando o mundo social é material, “mas também representação e vontade” (BOURDIEU, 2007, p. 118). Daí podermos falar em espaço-tempo; material-simbólico; na tríade uso, troca e simbolismo que ressignificam as cidades barrocas, como faremos no terceiro capítulo da tese.<sup>23</sup>

Consideramos que, ao não ser descoberta a autêntica objetividade histórica da cidade colonial, por baixo da aparente objetividade do fenômeno que a cerca, podemos confundir a pseudoconcreticidade (aparência) com a concreticidade do fenômeno (essência). Pretendemos escapar da ilusão de realidade induzida pela pretensa e aparente objetividade tida por autêntica e universal nas cidades coloniais da antiga zona da mineração no Brasil, que vem ocorrendo sem uma devida problematização de sua representação territorial total. Será através de fontes primárias da UNESCO que tratam desses conceitos (autenticidade e universalidade), da teoria da dialética espacial apontada e da análise do que consideramos como o *devenir universal-particular* das cidades barrocas mineiras, que nos dedicaremos a tal problematização, nos tópicos 2.1, 2.2 e 4.5.

Essa forma de interpretação pode conduzir ao reconhecimento latente de uma verdade que é bem mais do que a simples existência, em nós, de uma ideia irrefutável, a fé imediata naquilo que se apresenta, do sensível: “ele supõe interrogações, dúvidas, ruptura com o imediato, ele é a correção de um erro possível”, como salienta Merleau-Ponty (2006). A análise da refuncionalização do patrimônio e do reordenamento territorial das cidades mineiras deve estar para além da corporeidade dos objetos vigente, da atual retórica produzida sobre a “cidade histórica” bem como para além dos limites impostos pelo tombamento. Estabelecem-se discursos e práticas que se atêm à objetividade do mundo

---

<sup>23</sup> Caminhamos, pois, no movimento da realidade da representação à representação da realidade, entendendo que nenhum método assegura uma “cientificidade”, teórica ou prática, absoluta, diz Lefebvre (1999, p. 65); o autor afirma, ainda, que, nem as matemáticas, nem a lingüística, garantem um procedimento metodológico perfeito e definitivamente rigoroso. Existem ‘modelos’; nenhum dentre eles é acabado nem plenamente satisfatório; nenhum pode ser generalizado, transportado, importado ou exportado para fora do ‘setor’ em que foi construído sem as maiores preocupações.



sensível, contentando-se em propalá-las como autênticas e universais pelo patrimônio edificado “preservado” no centro das cidades.

Há de se considerar, por fim, que a abordagem dialética – método adotado na pesquisa – é, segundo Kosík (1976, p. 15), o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização imposta ou da banalização das representações comuns, como se tem em cidades coloniais envoltas pela lógica da mercadoria. Como não nos contentamos com os esquemas abstratos da realidade e suas simples representações do visível, buscamos “destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSÍK, 1976, p. 16), através de uma análise do movimento histórico que ordena o território total de Ouro Preto e Diamantina.

Nesse movimento de destruição do aparente, que Kosík (1976) denomina “pseudoconcreticidade”, não se nega a existência ou a objetividade do fenômeno que ronda as cidades coloniais no Brasil, mas tenta-se destruir sua pretensa independência demonstrando seu caráter derivado quando se busca dar resposta à **problemática** ou **hipótese** que é o fio condutor desta pesquisa: *dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-as globalmente) são os mesmos que a divide, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território urbano e um imaginário coletivo distorcido sobre o Patrimônio Mundial, quando as ações público-privadas convergem para a área de tombamento.*

Em suma, a partir da dialética – como método de análise crítica – e da dialética espacial – enquanto noção presente na teoria da geografia crítica – poderemos tratar, no quarto capítulo desta tese, do Patrimônio Cultural da Humanidade inserido no movimento que transita da dominação e valorização do território à sua representação, que se encerra e se inicia, simultaneamente, com a universalização da “cidade histórica”, no trânsito do universal abstrato ao particular concreto, simultaneamente. Mais que interpretar o território das “cidades históricas”, a tese pretende desvendar a transformação material e simbólica dessas cidades no bojo de um movimento ininterrupto de ações e forças contraditórias decifráveis na dialética entre o particular e o universal que estabelece, cada vez mais, o singular como atributo necessário à renda de monopólio criada pelo Estado-mercado, nas cidades.

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado definir a si mesmo, de

outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. (KOSÍK, 1976, p. 40)

Por fim, adota-se uma espécie de “estrabismo metodológico” atinente à abordagem geográfica, pois “o fator primário de qualquer situação só pode ser revelado após um exame cuidadoso da totalidade; não se pode escolhê-lo ao acaso, como antecipação a uma tendência e direção da pesquisa” (SANTOS, 2008, p. 71). É questão cardeal da tese apontar, na perspectiva da dialética e da teoria geográfica crítica, a relação entre gênese e validade, entre situação dada e realidade, entre a história e a realidade humana, entre o transitório e o eterno, entre a verdade relativa e a absoluta sobre as cidades contempladas Ouro Preto e Diamantina. Essa relação contraditória conduzirá para a problemática da preservação de patrimônio e do planejamento urbano (que devem ser tratados simultaneamente), que será abordada a partir do entendimento da dialética da totalidade. Consideramos que esse método favorece, pois, a análise do movimento da universalização à particularização do espaço, ou seja, o trânsito da própria categoria espaço geográfico aos conceitos de território, de paisagem e de lugar. Nesse trânsito entre o universal e o particular, do abstrato ao concreto, a abordagem dialética possibilitará a análise geográfica, por fim, dos territórios da *patrimonialização global* (tendência universal) em Minas Gerais (caso particular), entendendo que “la defensa del patrimonio urbano requiere enfrentar la crisis estructural de las ciudades y la injusticia sufrida por los sectores pobres” (CANCLINI, 1999, p. 20).

## 1.2. A dialética da construção destrutiva e a ressignificação da arquitetura

O conceito de *dialética da construção destrutiva* – já discutido em trabalho anterior e resgatado com uma releitura para esta tese – diz respeito à contradição imperante entre a “preservação” e a mercantilização, a busca da democratização e da “elitização” do patrimônio urbano, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente. A partir do conceito, podemos afirmar que o próprio conflito entre “preservação” e mercantilização, que é o princípio interno do ordenamento territorial das cidades-patrimônio, só se mantém com a permanente vitória da mercantilização, mas sem a banalização total da “preservação”, pois depende da mesma para se efetivar. Esse processo contraditório catalisa-se na corrida de encontro da cultura com a mercadoria, nas cidades, da “ascensão” dos centros frente a “precarização” das periferias, do erudito e do popular, do sagrado e do profano, do transitório e do permanente, do efêmero e do duradouro, da vida e da “morte” nos/dos lugares. É um processo de construção e desconstrução que se operacionaliza simultaneamente – *circunscrito por um movimento ininterrupto só entendido na relação entre a particularidade e universalidade das destinações turísticas* – na consagração dos bens naturais e culturais do mundo.

A *dialética da construção destrutiva* rebate sobre os lugares da memória, por vezes, fragmentando-os à lógica contraditória do próprio capitalismo, na construção de uma economia urbana da imagem, dos símbolos e da ressignificação da arquitetura e da arte. Essa dialética está atrelada à construção de paisagens irreplicáveis, na perspectiva do avanço técnico e de implantação de “equipamentos de engenharia” sobre o território, ordenando-o para o favorecimento da acumulação do capital em determinados lugares, apenas para, posteriormente, ser destruído e reconfigurado um novo território, dentro de um processo histórico contínuo, como aponta Harvey (2005).

Entender a *dialética da construção destrutiva* que rebate sobre a cidades-patrimônio exige o esforço de compreensão da própria dialética, evidentemente, de afirmação e negação das proposições, da contradição que envolve os lugares tomados pelo denominado “culturalismo de mercado” (ARANTES, 2002). Há de se compreender a lógica da venda do inalienável – as cidades [recipientes de funções e objetos humanos, diz Mumford (1991)] e a natureza [conjugada dialeticamente com o homem] –, descompromissada e particularmente, o que deveria ser preservado, valorizado e identificado de forma coletiva. Para tanto há de se percorrer dois caminhos indissociáveis, duas análises conjugadas e complementares, a fim de: 1) Obter um maior conhecimento da particularidade que é o objeto estudado – a cidade colonial mercantilizada –, através do reconhecimento da lógica de seu açambarcamento pelo

todo (pontuar quais são os mecanismos do processo de universalização do lugar)<sup>24</sup>; 2) Obter um maior conhecimento da universalidade que representa o fenômeno – mercantilização da cidade – a partir da melhor compreensão da particularidade impactada, transformada e ressignificada (buscar marcas materiais oriundas da intercessão entre verticalidades e horizontalidades, conceitos já descritos no tópico anterior)<sup>25</sup>.

Compreende-se a *dialética da construção destrutiva* (que consagra o Patrimônio Mundial objeto de mercantilização e ressignificação contemporânea dos lugares) a partir de um diagnóstico da configuração de territórios envolvidos pelo espaço enquanto totalidade em movimento; territórios particulares produzidos e que tendem a uma fragmentação articulada imposta e que é necessária à reprodução e à perpetuação do dinheiro, do salário, da renda e do lucro enquanto formas elementares e universais das relações sociais<sup>26</sup>. A partir da síntese dos elementos contraditórios que ordenam o território – valorização e precarização, preservação e mercantilização, uso e troca, “localitarismo” e “globalitarismo”<sup>27</sup> –, temos algo novo: a fragmentação oriunda de uma valorização material-simbólica que objetiva a venda – por vezes, descompromissada – dos lugares de memória, da vida e da natureza. Estabelece-se um dinamismo e um movimento ininterruptos que elaboram um cenário de objetos e ações; fazem-se movimentos distintos e distantes, verticais e horizontais, que produzem paisagens distintas de um só espaço.<sup>28</sup> O cuidado do pesquisador deve ser o de interpretar cada caso particularmente, pois apesar dessa lógica ser universal, ela atua de forma diferenciada em cada lugar.

Temos, pois, no movimento global do processo de patrimonialização, a revalorização paisagística dos lugares. Translada-se a tradição, a história, a memória e a cultura para o presente, valoriza-se o passado na lógica do transitório, do imediato, do encantamento com o que é passageiro, leve e fluído. No contexto de uma *construção destrutiva*, temos a valorização cultural do dinheiro pela desvalorização moral e ética dos lugares da vida humana e da sobrevivência natural biológica.

Logo, a abordagem sobre o ordenamento do território em cidades-patrimônio, na perspectiva dialética, deve transitar da dominação e valorização do território à sua

---

<sup>24</sup> O capítulo 04 almeja analisar os mecanismos criados pela UNESCO que favorecem a *patrimonialização* e a universalização dos lugares, bem como problematizar sobre o papel dos *arquitetos do mundo* em tal processo.

<sup>25</sup> A busca de tais evidências empíricas conseqüentes da universalização do lugar, se dará a partir do capítulo 05.

<sup>26</sup> Problematizaremos, no tópico 4.1, o papel das agências multilaterais como favorecedoras da renda de monopólio nos lugares consagrados como Patrimônio Mundial. A fragmentação articulada do território urbano tanto de Ouro Preto quanto de Diamantina será discussão do quinto e sexto capítulos da tese.

<sup>27</sup> Para usar uma noção proposta por Milton Santos, em *Por uma outra globalização: “capitalismo globalitário”* a partir do “globalitarismo”.

<sup>28</sup> É no ponto de intercessão das verticalidades e horizontalidades que analisamos as cidades patrimonializadas, pois, segundo Santos (2002, p. 284), as horizontalidades são a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada; as verticalidades dão conta de outros momentos da produção, como circulação, distribuição e consumo, sendo o veículo de uma cooperação econômica, política e geográfica mais ampla.

representação, ciclo que se encerra e se inicia com a universalização das destinações turísticas singulares (e o turismo não se constitui na única ou na principal atividade que movimentava essas cidades, como veremos, especialmente nos capítulos 5 e 6).

Esse olhar metodológico justifica-se pela emergência de uma nova disciplina que é representante de uma resposta intelectual muito mais ampla que o colapso das fronteiras intelectuais herdadas da academia, focada, no passado, no positivismo, e a um trabalho crescente de flexibilidade teórica e empírica que alguns rotulam de pós-moderna, como indica Cosgrove (1999). Valendo-se de Marcel Mauss, Cosgrove afirma que “as almas estão misturadas com as coisas, as coisas estão misturadas com as almas (...) através de fantasmas, reencontramos a aura da vida social na aura do lugar”. Essa postura leva-nos a buscar uma interpretação dialética do ordenamento territorial – o que se propõe – de um espaço que não se encerra em sua dimensão material ou temporal, concreta ou abstrata, mas de um espaço que é também tempo por meio de sua concretude e se materializa a partir de sua representação, simultânea e distintamente em cada momento histórico. Essa lógica pode propiciar a *ressignificação simbólica (por vezes material) da arquitetura, por ocasião de sua difusão generalizada* (ressignificação, especialmente, para o residente, que se constitui por meio das circunstâncias de sua vida na cidade, como veremos).

Não podemos negligenciar que há um concatenado intercâmbio entre a histórica reprodução material e o simbolismo cultural que envolve as cidades, universalmente, “entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades” (SÁNCHEZ, 2003, p. 117) de forma correlata ao longo do processo histórico. Na dialética entre o real (essência / concreto) e a representação do real (materialidade / pseudoconcreto), deve ser pensada a forma urbana e sua simbologia em um contexto geográfico amplo, na busca de seu caráter total, para se entender seu viés *formal-representativo particular*. A análise descritiva das formas urbanas não dá conta da realidade que as encerram; o mundo sensível, suporte material das relações e práticas sociais é, sim, portador de novas representações do real, porém, não o desvela ou o esboça diante da complexidade das relações estabelecidas no mundo veloz onde tudo tende a se tornar mercadoria. O desvendamento de tal complexidade exigiu-nos a periodização apontada no tópico anterior, que será esmiuçada no segundo capítulo.

Logo, as cidades coloniais barrocas turistificadas, enquanto símbolos históricos de nossa formação urbana e representantes de um urbanismo característico de uma conformação arquitetônica do espaço, enquanto obras artísticas transplantadas de uma época, ao entrarem no turbilhão da cultura da economia, do “culturalismo de mercado”, tendem a perder sua aura (BENJAMIM, 1986 e 1989; GONÇALVES, 2007), seu espírito (ADORNO,

1970), a desenvolver uma espécie de forma híbrida de *ciudades-patrimônio-mercadoria*<sup>29</sup>. A perda dessa essência indica a necessidade da problematização dos critérios de autenticidade, originalidade e irreplicabilidade almejadas e/ou produzidas pelos agentes hegemônicos do mercado turístico, no território. Lembremos Paes (1998), ao dizer que vivemos na sociedade da reprodução, da valorização dos espetáculos e sabores que há muito perderam a *autenticidade*, de forma que, no período atual, a capacidade técnica da reprodutibilidade é tão ou mais importante que a própria autenticidade perdida. Prossegue Paes (1998) dizendo que a identidade dos lugares não é a cristalização de um passado sacralizado, ela está sempre em construção, e os lugares estão sempre eivados por fluxos globais. É uma lógica de estetização e “banalização pela cenarização progressiva” (COSTA e CASTRO, 2008) que pode ser entendida no movimento processual da *dialética da construção destrutiva* na consagração dos bens culturais e naturais do mundo. Nos lugares do turismo, a tendência é a da estética que se sobrepõe à ética; cada caso guarda suas peculiaridades e *possibilidades* e até resistências ante a patrimonialização; as diferenças devem ser identificadas.

Na busca de uma concepção filosófica da conformação arquitetônica do espaço, Lukács (1967) afirma que é imprescindível conseguir uma compreensão, por mais geral que seja, de sua gênese (o autor trata do espaço geométrico): entender que a realidade e a vivência de um espaço arquitetônico (estético) não se faz de uma hora para outra, que sua existência, sua eficácia – até sua necessidade – não estão dadas de nenhuma forma com a natureza fisiológica e antropológica do homem. Isso quer dizer que o estético, a materialidade objetivada do mundo, nasce no próprio curso da evolução da humanidade, não é uma relação com o mundo nascida simultaneamente com o ser-homem. Só dentro do processo histórico, no movimento ininterrupto da humanidade sobre a Terra, podemos entender a economia, a constituição física, relacional e político-ideológica que se corporifica nos lugares e em suas mais variadas construções.

Es obvio que todos los momentos extra-estéticos de la arquitectura – tanto la necesidad de un espacio que ofrezca protección contra las fuerzas de la naturaleza y contra todo enemigo en general, cuanto el conocimiento acerca de la estructura adecuada de un espacio encontrado o construido para esos fines, así como sobre los medios de su elección o producción – han tenido que existir y obrar durante muchísimo tiempo antes de que pudiera aparecer la premonición siquiera de un espacio arquitectónico, estético. (LUKÁCS, 1967, p. 89)

Assim, a estética arquitetural, a conformação do patrimônio enquanto tal, nas cidades, o próprio turismo – potência de estetização e *banalização pela cenarização progressiva* do mundo objetivo –, devem ser entendidos dentro do modo como se produz ou

---

<sup>29</sup> Trataremos, no tópico 4.5, da construção da *authenticité* do Patrimônio Mundial, como já referenciado.

nasce a conformação de um tal espaço referido ao homem, antropomorfizado, portanto; objetivamente existente e concebido; configurado enquanto necessidade social e satisfação particular. Deve-se entender, conforme referencia Lukács (1967), a estética urbano-arquitetônica como nascente de uma missão social e dentro de uma realização formal e de conteúdo social – o turismo acompanha essa tendência de objetivação das cidades.

Podemos dizer que o processo mercantil implantado nas cidades barrocas (com o turismo, com a nova dinâmica das universidades ou da indústria local, como esmiuçaremos no capítulo 6) cria para o indivíduo um “mundo” circundante à sua realidade, adaptado e adequado, que é espacial e evoca ao mesmo tempo, material e simbolicamente, essa adequação. O indivíduo penetra nesse dito “mundo” e sua relação adequada com ele não é sua transformação, mas sua real existência, sua representatividade a cada momento. A leitura de Lukács (1967) propicia-nos afirmar que isso se expressa, ante todas as determinações do espaço, na relação simultânea de suas dimensões inseparáveis (na perspectiva da dialética espacial), como o tempo, o movimento e a matéria: assim se constitui o patrimônio urbano enquanto arte, uso e “abuso” para algumas classes. O lugar mercantilizado, valorizado, não é produzido para si, mas é mediador do espaço humano, do espaço social; o lugar mercantilizado é síntese das lutas de classe, universalmente; o lugar aparece como máxima de convergência e de divergência dos que o apropriam.

A positividade estética, o visível nas formas arquiteturais urbanas é capaz de levantar o momento não-visível do espaço, ou seja, a cidade colonial turistificada em seu movimento universal, o próprio turismo, devem ser apreendidos e compreendidos para além de sua mera existência no salto do concreto ao pseudoconcreto –para usar dois termos de Kosík (1976). Se se destaca uma evocação visual a ser consumida e recriada, há de se entender também a consciência que a consome e a recria, que ordena o território. “La peculiaridad del espacio arquitectónico consiste en que en él el espacio mismo y la materia son momentos dominantes en aquella unidad. La materia, dice Hegel, es ‘la relación entre el espacio y el tiempo como identidad en reposo’” (LUKÁCS, 1967, p. 119).

Os usos estabelecidos nas cidades coloniais barrocas – cidades especiais –, sua conformação ou apropriação podem ser entendidos na perspectiva do materialismo dialético ao considerarmos que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, ou seja, a conformação vigente da cidade colonial, por exemplo é expressão singular da universalidade impressa pelas classes dominantes, a do dinheiro no território, cujo reflexo desse impasse são os antagonismos internos e externos, seus auges e declínios, suas tragédias e suas comédias, que aparecem simultaneamente nas cidades, representadas em sua estética e no imaginário coletivo. O patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma

vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, em um *devenir* universal-particular, como tratamos em toda a tese. Com Lukács (1967) e Nietzsche (2004), podemos afirmar que a cidade colonial é matéria e espírito, sagrado e profano, conquista e perda, obra humana autêntica e réplica; uma verdadeira autenticidade híbrida, pois síntese do “acúmulo desigual de tempos”.

También es correcto ver en la edificación ‘el ropaje, en cierto sentido’, la más estrecha vida comunitaria’ de los hombres, razón por la cual ‘los pueblos y las épocas históricas pueden aparecer en sus obras arquitectónicas’, y ello ‘precisamente según sus finalidades, sus deseos y sus ideas’. (LUKÁCS, 1967, p. 129)

Gênova – Olhei atentamente, durante um longo tempo, esta cidade, suas casas de campo, seus jardins, e o vasto círculo de suas colinas e das suas encostas habitadas; enfim, preciso dizer: descobro aqui os rostos de gerações que já passaram; esta região está semeada de retratos de homens ousados e soberanos. Viveram e quiseram durar, eis o que me dizem por intermédio das suas casas construídas e decoradas para durar séculos, e não para o instante passageiro: gostavam da vida, por mais cruel que ela pudesse muitas vezes ter sido para eles. Vejo sempre o construtor que havia neles, o seu olhar que se pouso, e se repousa, em tudo aqui que próximo ou distante, está ali construído; quer sobre a cidade ou sobre o mar e as linhas das montanhas, vejo esse olhar que conquista; esse homem submeterá tudo isso ao seu plano, dele fará finalmente a sua posse tornando-se ele próprio uma parcela do conjunto. E do mesmo modo que recusando reconhecer um limite ao horizonte, esses homens punham, na sua sede de novo, um Novo Mundo ao lado do Antigo, assim, em sua terra natal, continuavam a revoltar-se uns contra os outros, cada um encontrava maneira de exprimir a sua superioridade e de interpor o seu infinito pessoal entre si e o vizinho. Cada um reconquistava a sua terra natal por sua conta impondo-lhe as suas idéias arquitetônicas, recriando-a de uma certa maneira, dele fazendo um prazer dos olhos para a sua casa (...) a divinhasse, ao ver estas construções, o gosto da igualdade e da submissão que deve ter reinado na alma de todos os seus construtores. (NIETZSCHE, 2004, p. 150-151).

A cidade colonial barroca – enquanto matéria e espírito, concreto e pseudoconcreto – deve ser compreendida como parte da totalidade do espaço social em movimento. Quer dizer, a essência social não só está indissolúvelmente ligada à existência da arquitetura (das cidades e do patrimônio urbano) senão que, além disso, chega até sua aparência estética e nasce delas (LUKÁCS, 1967). A essência da sociedade é, pois, produto de crises políticas, religiosas, econômicas etc.; enfim, ideais de um tempo que se materializam nas cidades (o que seria o barroco se não o produto de uma crise social histórica, como veremos?<sup>30</sup>). Isso possibilita-nos dizer que todo espaço arquitetônico de importância pode conduzir-nos a um conteúdo emocional social. É na relação *forma-conteúdo* que temos, dessa maneira, uma possibilidade de leitura da peculiaridade mais intensa da historicidade espacial,

---

<sup>30</sup> Ao longo do próximo capítulo, pretendemos analisar os elementos que consideramos como da universalidade excepcional das cidades coloniais barrocas de Minas Gerais resgatando o barroco que, nos últimos anos, passou de um simples adjetivo à *expressão de uma filosofia totalizadora da história*.



de seu movimento processual. “De todo ello puede inferirse una extraordinária sensibilidad de la arquitectura como arte respecto de las transformaciones histórico-sociales” (LUKÁCS, 1967, p. 131).

Pensemos também – no contexto da *dialética da construção destrutiva* enquanto lógica contraditória da preservação e da *patrimonialização global* como processo –, na importância de se interpretar o antigo mediante o princípio do novo, ao invés de utilizar os princípios do antigo para uma autêntica crítica do novo. Logo, tratar da universalização, da patrimonialização ou da mercantilização de cidades-patrimônio, contraditoriamente ao que parece, significa tratar de uma clara abstração do mundo concreto, de forma que devemos entender que sua unidade-universalidade não pode negligenciar a criação de diversidade-particularidade. Essa lógica é a própria do capital discutida por Lukács (1965, p. 87), considerando que “el capital es una relación natural universal y eterna es decir, siempre que deje de lado aquella especificidad que hace del ‘instrumento de la producción’ del ‘trabajo acumulado’ capital propiamente dicho”.

Lukács (1965) afirma que toda análise do capitalismo trata-se de uma questão de detalhe ou do problema básico que envolve um sistema que se cria na dialética do universal e do particular. A historicidade de toda formação econômica está baseada, pois, na dialética universal-particular; não seria diferente com as novas atividades produzidas na modernidade, no contexto de formulação de uma nova economia urbana calcada na mercantilização da cultura que é catalisada pela *patrimonialização global* e rebete, diretamente, nas duas cidades barrocas objetos da tese.

Para tanto, é-nos exigido um sério esforço de abstração, de teorização. Lukács (1965) diz, baseado em Marx, que as abstrações mais gerais surgem de uma rica evolução concreta, quando uma coisa parece comum a muitas, a todas, o que nos faz deixar de pensá-la particularmente, caso da denominada *patrimonialização global*. Sobre a dialética universal-particular, Lukács (1965) confirma que se trata sempre de esclarecer a concreta forma de suas relações em cada caso particular, em determinadas situações sociais, dentro de específicas situações estruturais econômicas, além de buscar em que medida e em qual sentido a troca histórica modifica essa dialética. O universal pode absorver e transformar as particularidades; pode também aparecer em interação com particularidades novas, de forma que tal particular desenvolva-se até se tornar uma generalidade, e vice-versa. É nesse sentido que se recriam os lugares para o turismo ou para outras atividades nas chamadas “cidades históricas”, esboçando suas particularidades, como veremos.

Nesse espectro, a tese visa a questionar a certeza da preservação e do planejamento nas cidades-patrimônio, indagando sobre a legitimidade e a racionalidade da

realidade fetichizada de todos os dias em tais cidades, que agregam fluxos cambiantes diversos e ações em prol do patrimônio, como as do Programa Monumenta (que será tratado no quinto capítulo), atuante no transcurso de uma década. Considerando que a crise das cidades é acompanhada da crise das instituições, da jurisdição e da administração urbanas, faz-se mister indagar a lógica de políticas urbanas e políticas de patrimônio nas cidades contempladas pela tese. Como lembra Lefebvre (2001), no controle do Estado e se institucionalizando no contexto global, o urbano<sup>31</sup> tende a desaparecer como instituição específica, por isso precisamos desvendar a operacionalização socioterritorial de tais políticas.

Torna-se fundamental entendermos o imaginário coletivo na cidade para definir o trabalho da urbanização.<sup>32</sup> A partir da interpretação desse imaginário, seremos capazes de desferir uma análise sobre o “utopismo oculto de tal imaginário para agirmos como arquitetos de nosso próprio destino ao invés de como impotentes marionetes de pano dos mundos institucionais e imagiativos que habitamos” (HARVEY, 2004, p. 211). A cidade, pois, é edificada e imaginada; assim, pode também ser reconstruída a partir da imagem que fazemos dela.

Reconhecemos, nesse capítulo introdutório, que as dimensões do espaço só são interpretadas no ordenamento do território urbano, através do desvendamento das ações economicopolíticas e culturais operantes, de maneira relacional, na perspectiva da interação histórica local-global. Logo, uma abordagem da espacialidade da economia força-nos a discorrer sobre a valorização do território; a espacialidade da política, que remonta ao delineamento do poder, dirige a análise para a questão da dominação do território; já a espacialidade da cultura, que estabelece lugares da consciência, exige uma abordagem sobre a representação do território. O que pretendemos frisar é que a particularização exige um método de análise na perspectiva de busca das distintas e indissociáveis dimensões do espaço total em movimento – enfoque teórico-metodológico que nos permite analisar a cidade colonial barroca como obra artística de uma época e como novo produto do mercado mundial de cidades ou, ainda, como lugar de memória e território de identidade.

Vê-se a necessidade de dar à pesquisa uma ênfase política que articula valorização e representação, o que está explícito nos cinco momentos da periodização já apontada e que norteia o trabalho. Há de se considerar as três análises conjuntamente, pois representam simultaneidade e não sucessão. A lógica que enreda a Lista do Patrimônio Mundial – e por conseguinte, os objetos de análise da tese – agrega essas três dimensões, numa perspectiva global que rebate sobre os lugares do patrimônio, consubstanciando o que

---

<sup>31</sup> Trataremos sobre o papel que a Lista do Patrimônio Mundial assume, no cenário internacional, na leitura da *Geografia do Patrimônio Mundial*, no capítulo 4.2.

<sup>32</sup> O que pretendemos no sexto e sétimo capítulos da tese, com os dados de campo.

trataremos no terceiro capítulo como *dialética da memória*. Quer dizer, na proposição da dialética espacial não reduziremos a cultura, a política, a representação e mesmo a ideologia, muito menos o ordenamento do território urbano, a reflexos puros da economia e nem a um único momento histórico. Entendemos que o território deve ser analisado para além do economicismo; deve ser problematizado na dialética de outros elementos da existência material do mundo concreto espetacularizado no cotidiano. Mundo concreto que é visto, a partir do método dialético, como um complexo de processos, e não como um conjunto de coisas prontas, aparentemente estáveis e imutáveis, um mundo que está em permanente *devenir*.

---

*Primeira Parte*

**As Cidades Barrocas Mineiras face à Dialética da Memória nas  
Fases de Produção do Patrimônio Cultural no Brasil**

---

## 2.

### **O olhar geográfico sobre as cidades coloniais barrocas de Minas Gerais – uma periodização necessária**

Este capítulo aponta para os elementos constituintes da universalidade excepcional das cidades coloniais barrocas de Minas Gerais, superficialmente tratados tanto no turismo quanto no próprio processo de patrimonialização e gestão que as consagram<sup>33</sup>. Para tanto, torna-se preponderante uma periodização, que nos possibilita entender Ouro Preto e Diamantina na perspectiva da dialética espacial, ou seja, do espaço para além da dimensão concreta do mundo, o espaço-tempo. Consideramos, inicialmente, que o barroco e o urbanismo barroco que se desenvolvem nessas cidades não são apenas atributos formais de uma época, materialidade do mundo ou emergência de uma lógica local, mas produtos de um *devenir* universal ininterrupto. Como em movimento, faz-se necessária tal periodização como recurso de método para o entendimento da lógica que enreda essas cidades (e mercantilizadas por isso) como Patrimônio Cultural da Humanidade, no presente. Só com uma periodização somos capazes de apreender tais cidades especiais para além do visível e captar a simultaneidade espaço-temporal apregoada.

A negligência à periodização sobre Ouro Preto e Diamantina representaria o descompromisso com o método adotado na tese, quando a dialética possibilita-nos entender que a universalidade sempre existe em relação à particularidade, a tratar o espaço geográfico como espaço-tempo, a compreender que a distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade, a “cisão do mundo”, é o modo pelo qual o pensamento capta a “coisa em si”. Como a dialética é o pensamento crítico que visa a captar a coisa em si (KOSÍK, 1976), esta última deve ser apreendida em seu movimento – daí a necessidade de uma periodização. E não apenas por isso. Nossas concepções do homem e de nós próprios enquanto indivíduos variam com as circunstâncias em que nos encontramos e mesmo com o objeto dos nossos estudos. Fatos e situações inéditas levam-nos a lançar um novo olhar indagador sobre séculos passados. Fatos e situações, embora definitivamente fixados em si

---

<sup>33</sup> Sobre esse processo, trataremos no capítulo 04, sendo a UNESCO e os “arquitetos do mundo” seu grande favorecedor, com todos seus mecanismos.

mesmos, continuam para nós a sua evolução incessante, sem que se possa prever quando irá ou poderá o historiador ou o geógrafo estabelecer a tal respeito a verdade objetiva e definitiva de forma que a concepção do homem histórico evolui a do homem atual (FOULQUIÉ, 1966, p. 89).

Essa periodização nos remete a cinco indissociáveis momentos e “eventos”<sup>34</sup> dos mais marcantes da geografia histórica não apenas de Ouro Preto e Diamantina, pois nos dá subsídio para compreender o movimento e a formação socioespacial da mineração, os quais estão estritamente vinculadas as cidades coloniais mineiras, de modo que o barroco é a expressão ressignificada em cada uma das cinco fases, que serão analisadas ao longo da tese. Consideramos impossível entender a atual dinâmica urbano-territorial dessas cidades sem a atenta reflexão sobre o que tratamos como os momentos mais significativos da formação dos núcleos da mineração brasileira, uma vez que a valorização econômica vigente está calcada na alegação do valor simbólico que representam e no capital simbólico que agregam ao longo de sua história. A reflexão geohistórica sobre o simbolismo destas antigas cidades subsidiará, então, a crítica à negligência da necessária interface planejamento/preservação, que desenvolveremos a partir do quinto capítulo da tese. Logo, os cinco momentos significativos da periodização da formação das cidades coloniais da antiga zona mineradora são:

1. As cidades coloniais como particularidade de um *devenir* universal – o barroco emerge enquanto “evento” global que ganha uma feição particular, nos núcleos da mineração no Brasil do século XVIII, envolvidos pela dinâmica da economia mundial e da economia-mundo (BRAUDEL, 1995) que favorecem a *gênese do patrimônio* no Brasil [o que abordaremos neste segundo capítulo].
2. As cidades coloniais como territórios de identidade, quando o barroco é reconhecido como símbolo cultural do novo Estado-nação, na década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas e a criação do SPHAN<sup>35</sup>; o que significa a fase da *produção simbólica do patrimônio* no Brasil [foco do terceiro capítulo].
3. As cidades coloniais como territórios de identidade do capital, com a incipiente projeção mercantil do barroco, nos anos de 1960, fase do “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005) e da concomitante elaboração de cartas internacionais que apontam para a possibilidade de mercantilização dos centros históricos, internacionalmente, o que leva à *projeção inicial do patrimônio* no Brasil (análise do terceiro capítulo).
4. As cidades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria na fase da *banalização pela cenarização progressiva do patrimônio* que conduz à reinvenção do barroco e à “recolonização” dos centros históricos, após a década de 1990, induzindo a uma nova dinâmica territorial nas “cidades históricas”, que urgem serem entendidas como totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo” (discussão a partir do quinto capítulo).

---

<sup>34</sup> Como afirmamos no capítulo primeiro, de acordo com Santos (2002), um *evento* é, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço; um *evento* não se repete, são, pois, todos novos. Na verdade, os *eventos* mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. “Os eventos são idéias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade”

<sup>35</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

5. As cidades coloniais barrocas – como possibilidade de vir a ser - de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população (quinto e sexto capítulos).

É por meio da paisagem que o geógrafo deve desvendar o mundo, buscar as desigualdades escancaradas no território. Ou seja, as paisagens refletem as relações sociais históricas. Contudo, o trabalho geográfico não pode permanecer na análise do passado, mas buscar no mesmo os elementos que fundamentam o presente; para tanto, os conceitos geográficos favorecem o entendimento desse movimento. Como a dinâmica de um lugar se expressa no território através de um sistema indissociável e contraditório de objetos e ações (SANTOS, 2002), esse olhar deve reconhecer o papel dos objetos no movimento histórico do território e da paisagem. No limite, consideramos que a histórica ressignificação do barroco mineiro leva ao ordenamento total do território urbano nas cidades-patrimônio.

Logo, paisagem, território e lugar representam conceitos interdependentes, integrantes do espaço geográfico, enquanto um híbrido. Essa interdependência favorece-nos escapar de uma análise focada em particularidades isoladas e puras, que representa a tragédia mais fundamental do espírito científico em Geografia. Tais conceitos, interdependentes, quando particularizados são constituintes de múltiplas relações nas quais se imbricam homens, produtos, coisas que se destacam no mundo sensível e que ainda guardam seu espírito. Como diz Simmel (1996), o detalhe aspira a se tornar um todo, enquanto que o seu pertencimento a um conjunto mais amplo lhe concede apenas o papel de membro, mesmo integrando o todo. Apenas o olhar indagador, compromissado com a busca da “verdade” é capaz de ultrapassar a sensibilidade do mundo e entender essa parte que não se faz fora da universalidade em movimento. Integramos, estamos contidos nesse movimento ininterrupto, juntamente às nossas criações, crenças e aspirações. As cidades barrocas, a arte e o urbanismo, turistificados, na contemporaneidade, em Minas Gerais, são entendidos, nesta tese (com o aporte teórico da Geografia, da História, da Filosofia, da Antropologia e da Sociologia), como produto universal do espaço total, que consagra a cidade colonial brasileira da antiga zona da mineração.

Assim, sempre que observamos uma paisagem e não mais um conjunto de objetos, temos uma tendência que modela a representação do mundo, através da busca de seu significado, da sua essência, do *espírito* da paisagem. Seria, pois, a paisagem, uma particularidade que agrega o universal, representa o geral em um determinado momento, sintetiza, pois, também, todas as singularidades locais – é o contexto em que a arte e o urbanismo barroco se inserem. A paisagem não existe para todos, poucos a identificam como parte do espaço *forma-conteúdo*; assim se perfaz a necessidade de se aguçar um olhar capaz de interpretá-la. O amontoado de objetos pouco nos diz da lógica do processo criativo

universal, atrelado ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Não há como negar que a paisagem, enquanto formação concreta, é produto, também, do espírito, quando o sentimento se torna, por sua vez, uma realidade objetiva, “tão pouco dissociável da primeira quanto as vibrações do ar que nos chegam aos ouvidos não podem ser dissociadas do som com o qual, em nós, elas se tornam realidade” (SIMMEL, 1996, p. 23).

Heidegger (1987) deixa uma questão importante para que indaguemos a essência das coisas, o conteúdo de verdade (*authenticité*) que podemos captar, na perspectiva da Geografia, a partir da paisagem urbana histórica. Ele indaga como é possível saber algo da verdade própria de uma coisa, quando não conhecemos a própria coisa, para decidirmos que verdade lhe pode e deve ser atribuída. Assim, devemos entender a impossibilidade de avaliar ou interpretar as paisagens sem indagarmos a sua constituição histórica (pois, assim teremos as evidências de sua valorização simbólica e econômica) – o que se pretende nesta primeira parte da tese, com o desenvolvimento de uma análise geohistórica da cidade colonial barroca da antiga zona da mineração: cidades-arte de persuasão, cidades-símbolo do Estado-nação e cidades-patrimônio-mercadoria na fase de *banalização pela cenarização progressiva* do patrimônio cultural brasileiro.

Para Heidegger (1987), não podemos ir direto à própria “coisa”; não porque ficaríamos detidos no caminho, mas porque as determinações a que chegamos e que atribuímos às próprias coisas – espaço-tempo, o “isto”, a paisagem – se separam como determinações que não pertencem à própria coisa. Assim, a paisagem é o suporte de propriedades e a verdade que lhe corresponde tem o seu lugar no enunciado, na proposição, que é uma ligação entre um sujeito e um predicado.

Não quer dizer que se um movimento não pode ser constatado, que já tenha acabado. Segundo Heidegger (1987), pode estar, também, na situação de ilusório repouso. O que em algum momento nos aparece como passado, como acontecimento que já não existe, pode ser repouso aparente. O repouso do acontecer não significa a ausência de história, mas ao contrário, uma forma primordial de sua presença. O que apresentamos como passado é, sobretudo, o que em algum momento foi atual, que provocou movimentos e sensações, o que pertence sempre à história, mas não é a autêntica história. O que é passado não pode esgotar o acontecido, mas representá-lo, por vezes, em um movimento contínuo – assim tentaremos apreender o barroco como produto e produtor das transformações contínuas nas cidades referenciadas. O barroco como acontecido e acontecimento provoca, pois, movimentos, ainda exerce seu domínio; seu conteúdo representa um característico repouso do acontecer; o repouso, pois, é o movimento que se detém em si mesmo e que é, muitas vezes, mais inquietante que o próprio repouso (HEIDEGGER, 1987).



Heidegger (1987) afirma que a determinação da individualidade de uma coisa é, do ponto de vista do conteúdo, dependente do modo como é concebida a universalidade do universal, para a qual o singular é um caso particular e um exemplo. É o que identificamos nessas cidades coloniais tidas por universais pela UNESCO<sup>36</sup>; só o são por sua particularidade e irreplicabilidades pretensas, que se manifestam no mundo concreto. Consideramos que a paisagem estigmatiza a evolução das bases econômicas e ideológicas sobre o território, na organização social, o que, no limite, aponta para a interação, o entendimento da transformação cultural, econômica e política do mundo que nos rodeia. A paisagem agrega o resultado de interações sociais e ecológicas *sui generis* em cada parte do globo. Assim, compartilhamos da idéia de Gandy (2004), que enfatiza a proposição de que a paisagem é parte integrante da história cultural de um determinado lugar, fruto de tensões sociais e privações materiais, o que não é diferente na paisagem urbana mineira. Como produto de uma cultura social, essa paisagem faz-se resultado, também, da ideologia. Nessa lógica, a ideologia designa um emaranhado de signos e idéias, que inscreve modos de pensamento dominantes na realidade objetivo-material e confirma a reprodução de certo tipo de interações sociais. “Podemos afirmar, assim, que a paisagem é, por essência, política: toda mudança social constitui, na verdade, um desafio às concepções preexistentes da natureza e às suas representações simbólicas na paisagem”. (GANDY, 2004, p. 80). A paisagem urbana histórica, em Minas Gerais, deve ser apreendida na perspectiva da dialética espacial, como forma-conteúdo, uma dimensão do espaço-tempo, produto material, simbólico e ideológico que atravessa os momentos da história universal e que é sintetizado no barroco.

Para Goulão (1996, p. 64), o barroco, nos últimos anos, passou de um simples adjetivo à *expressão de uma filosofia totalizadora da história* – eis a universalidade das cidades objeto da tese, o enunciado que deveria ser difundido pelos e para os que usufruem ou trocam essas cidades, como mercadorias. O barroco não pode se limitar ao olhar que busca apenas o decorativismo enquanto manifestação paisagística material, deve-se buscar o espírito barroco na conjunção da essencialidade de uma época, do transcurso que nos remeta a lógica global de sua fixação ao território – uma arte em movimento contínuo. O barroco será analisado como centro do desengano do poder humano e do sentido da vida, como matéria simbólica de controle e de persuasão, tudo explícito no território, regendo as cidades e a sociedade da mineração, ontem e hoje. “Seria assim ao nível da sensibilidade, mais do que ao nível das formas, que encontraríamos a explicação para a afinidade e coincidência da cultura barroca com a cultura indígena. Convém recordar que a estética barroca é a estética da

---

<sup>36</sup> Será analisado, no capítulo 04, os critérios de universalidade e autenticidade propalados pela UNESCO, para as cidades-patrimônio do mundo.

estranheza por excelência – no intuito de assombrar e de maravilhar, é capaz de assimilar todos os particularismos e exceções” (GOULÃO, 1996, p. 64).

Concebemos que o exame do mundo em qualquer escala particular revela, de imediato, toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos padrões de vida, nos usos de recursos, na apropriação do território, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais a serem interpretadas a partir da paisagem. Assim, as cidades coloniais brasileiras e a arte que emerge de seu ordenamento podem ser inseridas no que Harvey (2004) considera como a longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas, o que tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos.

Essas cidades devem ser concebidas como um “palimpsesto” – “composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga” (HARVEY, 2004, p. 111). O significado universal de Ouro Preto e Diamantina, geográfica e historicamente, só tem sentido na perspectiva de leitura do espaço geográfico como “acúmulo desigual do tempo” (SANTOS, 2002) ou como um “mosaico geográfico” (HARVEY, 2004), o que, no limite, permite falar não em *authenticité*, mas em uma autenticidade já híbrida, como será analisado no capítulo 4.5.

É um mosaico geográfico uma criação aprofundada pelo tempo e gerida por múltiplas atividades humanas. Porém, não podemos desconsiderar que as chamadas cidades históricas mineiras, como mosaicos geográficos, são produzidas, sustentadas, solapadas e configuradas por meio de novos processos políticos e econômicos e socioecológicos do presente – sendo o barroco a centralidade dos novos discursos e ações do presente. Para Harvey (2004), tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto tem relevância recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividades. O ambiente urbano nas cidades-patrimônio mineiras é reformulado em prol de especuladores que procuram maximizar ganhos ao ressignificarem as próprias cidades. Assim, justificamos esta primeira parte da tese, que já aponta para os cinco distintos e imbricados momentos de ressignificação do barroco como matéria e espírito de uma presença-ausência e projeção de tais cidades; cinco momentos distintos que guardam “verdades” construídas sobre a denominada “cidade histórica mineira”, que deve ser interpretada como totalidade urbana e não focada nos limites dados pelo tombamento. O barroco é um dos principais motes propulsores do movimento territorial

urbano total, nas cidades analisadas. Lembremos que Argan (1995) já se posicionava contra a noção de “cidade histórica” intacta e contrário a divisão entre a “zona histórica” e a “zona moderna”, por gerar um sentido antihistórico à zona moderna e um direcionamento prevalente histórico à área antiga.

Afirma Heidegger (1993) que só o conhecimento é verdadeiro, de forma que conhecer é julgar e em todo julgamento, deve-se distinguir a ação de julgar enquanto processo psíquico real e o conteúdo julgado enquanto conteúdo ideal. Só teremos uma “verdade” sobre as cidades barrocas se logramos, tivermos provas de que, em toda a sua história, sua presença foi e o que poderá ser; análise possível através da periodização apontada. Sem essa prova, as sentenças construídas sobre o mesmo (sua *authenticité* criada) será apenas uma afirmação fantástica que não pode receber nenhuma legitimidade. “Toda verdade é relativa ao ser da presença na medida em que seu modo de ser possui essencialmente o caráter de presença. Será que essa relatividade significa que toda verdade é subjetiva?” (HEIDEGGER, 1993, p. 296).

Nesse sentido, a arquitetura barroca – símbolo paisagístico máximo da mercantilização das cidades objetos dessa tese – é a expressão pura da fundação do homem moderno, caracterizado pela subjetividade, ao mesmo tempo trágica e vigorosa, que o século XVII cuidou em afirmar, como aponta Brandão (1999). O espaço barroco (retratado na paisagem urbana), produto da saga material do homem moderno, se volta para a dimensão existencial humana, sendo representação do ritmo material e conflituoso da própria existência, dialeticamente. “É por isso que o espaço barroco se torna verdadeira expressão da moderna situação do homem no mundo” (BRANDÃO, 1999, p. 136).

É sobre essa materialidade, que retrata a conflituosa existência do homem no mundo moderno, onde Ouro Preto e Diamantina são representantes de tal lógica, que trataremos no tópico que se segue, a fim de entender os valores pouco valorados na mercantilização que consagra tais núcleos no presente. Cada coisa, cada lugar, todas as lógicas, são interpretadas conforme a formação individual de cada sujeito, isso faz com que um arquiteto ande por Ouro Preto e Diamantina analisando as formas e as funções urbanas, especialmente do centro; um historiador observe-as destacando sua ânsia historiográfica, sua curiosidade pela interpretação de um passado que se faz presente nas formas; um engenheiro interrogue como pode uma produção urbana tão arcaica subsistir na história; o geógrafo exclame a importância de se pensar tais cidades enquanto totalidades urbanas capturadas pelo movimento globalizante, para assim mensurar as desigualdades da sociedade do presente rebatidas sobre os territórios de identidade, num movimento ininterrupto do passado ao

presente e a caminho do futuro, ou seja, as vê como partes integrantes do espaço total em transformação incessante.

Partiremos para a análise das cidades coloniais barrocas de Minas Gerais como particularidades de um *devenir* universal. Entretanto, seus significados, seus edifícios, seus símbolos, em síntese, sua materialidade e seu espírito são passíveis de apreciações, comparações, descortinam, a cada momento, horizontes sobre as novas necessidades e desejos sociais, que as transformam, as reconfiguram, as remetem a novos sentidos – daí a necessidade da busca de sua gênese, cujos significados são pretensamente consumidos, hoje. Se, ao analisarmos uma cidade, temos uma primeira impressão de imobilidade predominante, o que se explica ao mesmo tempo pela “natureza inerte das coisas físicas e pela estabilidade relativa dos grupos sociais”, como aponta Halbwachs (1990), a pesquisa astuta pode induzir ao contrário, à cidade fruto da história em movimento, de um processo ininterrupto, que nos remete à superposição de objetos, técnicas, idéias, desejos, medos e ações. Objetos superpostos e refuncionalizados que Santos (2002) trata como “rugosidades”: forma, espaço construído ou paisagem “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Essas rugosidades podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos, sistematizadas, constituindo o espaço geográfico e preparadas para uma nova forma de consumo; podemos dizer que elas representam ideologias, valores e formas de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas, materializadas no espaço ou, de acordo com Santos (2002, p. 140), “as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”.

Com essa análise, podemos dizer: toda cidade é histórica, toda cidade é produto de um processo histórico e as “rugosidades” presentes atestam essa assertiva que pode ser elucidada na busca da compreensão da “cidade histórica” como particularidade singular “reconstruída” no presente, ante a totalidade. O movimento do espaço é efeito e condição do movimento da sociedade global, assevera Santos (1977). Se não se pode criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar, afirma o autor. Para Santos (1977), são as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. É na busca do novo e real conteúdo do barroco que nos dedicamos à interpretação geohistórica do mesmo, realizada ao longo deste capítulo 2.0.

## 2.1 – As cidades coloniais barrocas – particularidades de um *devenir* universal

A história real de vida dos lugares mostra que os objetos são inseridos num meio segundo uma ordem, uma seqüência que acaba por determinar um sentido àquele meio, afirma Milton Santos, em *A Natureza do Espaço*. A noção de tempo torna-se inseparável da idéia dos objetos e de seu valor, na constituição do espaço geográfico. Nessa perspectiva o mundo construído pelo barroco continua em metamorfose no desenrolar da história universal, o que justifica este capítulo da tese. Juntamente com os atributos da totalidade do espaço (quantidades, qualidades, funcionalidades, sentidos), mudam os processos que asseguram a incidência do acontecer e muda a função das coisas, isto é, seu valor específico. O barroco é produto de uma comunidade humana universal; representa a história humana universalizada que favorece a difusão global de paisagens construídas específicas. Porém, quais sentidos da gênese do barroco mineiro são negligenciados por ocasião da difusão universal das paisagens construídas promovida pelo Estado-mercado?

Para entendermos o contexto mais amplo no qual emerge o barroco, na Europa e, na seqüência, no Brasil, faz-se necessário o recurso a Fernand Braudel, em *La dynamique du capitalisme*. O autor reconhece que a história da humanidade deve ser interpretada no contexto de cotidianos particulares, deve ser entendida nos inumeráveis gestos passados, ritos, culturas, acumulados em ordem ou desordem, repetidos infinitamente até nossos dias, guiando-nos em nossa existência. São indicações, pulsões, modelos e formas de agir que nos remetem ao passado de civilizações, ao fim de eras e início de novos tempos que são decifráveis na leitura dos territórios.<sup>37</sup> Isso quer dizer que as civilizações equivalem ao resultado das realizações humanas em determinadas áreas geográficas, que consagram um patrimônio-símbolo da grande caminhada humana rumo a sua emancipação sobre a natureza, ideal maior do mundo moderno, como aponta Gomes (1999).

Braudel (1985) compreende a vida material da humanidade no curso de sua história anterior, que é incorporada na própria vida atual, no entrelaçamento entre os homens de lugares distintos, dadas as experiências e necessidades diversas em seus cotidianos. O barroco não pode ser interpretado fora dessa lógica. Para Braudel (1985, p. 19), os lugares de grande concentração econômica, de uma dinâmica singular de mercadorias e pessoas, sempre exigiram grandes concentrações de meios técnicos, das possibilidades de desenvolvimento de tecnologias e da transformação cultural; cita, nessa perspectiva, a Holanda no século XVII, Veneza no século XV e a Inglaterra no século XVIII. Com essa dinâmica dispersora, tem-se

---

<sup>37</sup> “Tres ancien et toujours vivant, un passe multiseculaire débouche sur le temps present comme l’ Amazone projetée dans l’Atlantique l’ enorme masse de ses eaux troubles” (BRAUDEL, 1985, p. 13).

que todas as técnicas, todos os elementos da cultura são permutados, trocados, transladados pelo mundo ao longo dos séculos, numa difusão ampla, o que se dá, inevitavelmente, também com o barroco. O barroco como um “evento”, tem raízes profundas na consolidação do chamado mundo ocidental, que emerge da “união de espaços alinhados sobre iguais valores, na própria idéia de humanidade” (GOMES, 1999, p. 111).

Braudel (1985, p. 22) afirma que a produção é onde tudo nasce e o consumo é onde tudo se destrói. Diz o autor que tudo que está fora do mercado tem um valor de uso, o que ultrapassa sua porta estreita adquire um valor de troca. Será, para Braudel (1985), o século XVIII, o da aceleração econômica mais ampla, quando todos os objetos de troca entram na lógica de todos os serviços das nações, quando o dinheiro e o crédito correm mais livremente de um lugar para o outro e a cultura nas cidades emerge de tal opulência. É, segundo Braudel (1985), o século XVIII o que leva todo o desenvolvimento à Europa, dada a dinâmica propiciada pelos novos mercados criados com a circulação do capital, catalisada pela Revolução Industrial e o próprio bulionismo, no qual se insere o Novo Mundo, enquanto fornecedor de metais preciosos que ostentam a arte nas cidades, tanto na Colônia quanto na Metrópole. Arte transplantada para novas terras quando da necessidade de fixação do colonizador, a fim de explorar e “complexizar” o território; arte que, na Europa, se enriquece com a rapina do ouro e diamantes das terras exploradas.

A lógica da organização territorial no Brasil, em que o barroco emerge junto à formação dos arraiais, vilas e cidades, é produto simultâneo do desenvolvimento capitalista europeu. Dois são os momentos fundamentais do avanço desse capitalismo, segundo Braudel (1985): as criações e dominações urbanas e as criações e dominações “nacionais”. Até 1750, a Europa teria, sucessivamente, se sustentado em torno de cidades essenciais e transformadas, dada suas importantes funções sagradas: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam; isso se deu, de alguma forma, em todo o mundo, onde economias urbanas se mantiveram e organizaram territórios em favor do grande capital colonizador apoiado, inclusive, pela Igreja; como ocorrido, sobretudo, no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX, com a dinâmica do açúcar e da mineração, especialmente. Precisamos entender o fenômeno barroco mineiro nesse contexto de expansão do capitalismo mundial.

Conforme Braudel (1985), é possível de se fazer um mapa da história do mundo, um cálculo transparente onde, por cada época dada, pode se delimitar grosseiramente os lugares das economias-mundos<sup>38</sup>, que assinalam uma história profunda do planeta, a partir das

---

<sup>38</sup> Economia mundial e economia-mundo. São duas categorias adotadas por Braudel (1985) no entendimento do que denomina *Le temps du monde*. Por economia mundial, o autor entende a economia do mundo todo, “o mercado de todo o universo”. Por economia-mundo, considera a economia de apenas uma porção do planeta, na medida em que forma um *todo* econômico. Para o autor, o Mediterrâneo do século XVI seria uma categoria da

paisagens e da materialidade corporificada nos territórios. Nesse sentido, Braudel (1985) busca entender como as economias-mundos sucessivas influenciam a própria expansão do capitalismo e ordenam as cidades. Para o autor, o avanço dessas economias típicas foram as matrizes do capitalismo europeu, posteriormente, mundial. Assim, acreditamos que a universalidade do Patrimônio Mundial (que será tratada no capítulo 4) propalada pela UNESCO só pode ser entendida dentro dessa expansão do capitalismo que emerge da Idade Média, na forma das relações feudais de produção e que despontam, pouco a pouco, com o capitalismo. A universalidade do Patrimônio Mundial só pode ser entendida na lógica de expansão do capitalismo e seletividade do capital, que busca lugares distintos e distantes para se estabelecer e que teve como centro difusor a Europa, na construção de cidades frutos de uma história mundial, que Braudel (1985) lança luz, através das categorias de economia-mundo e economia mundial. Economia-mundo que mudou e muda, constantemente, de centro, são *décentrages des économies-mondes*, bem como sua divisão em zonas concêntricas (BRAUDEL, 1985, p. 90), o que favoreceu e favorece a produção de materialidades pretéritas ao redor do mundo, dada a própria necessidade de sobrevivência do homem, de necessidade de transmissão de cultos, idéias, culturas, normas e crenças.

Assim, o barroco mineiro é produto da difusão da economia-mundo européia transformada em economia mundial, onde o Estado e a Igreja – por meio das mãos de negros e mulatos artistas – aparecem como produtores dessa arte e do urbanismo que podem ser entendidos pela paisagem que vigora. Como nos lembra Cosgrove (1999, p. 42), a paisagem segue uma seqüência arqueológica estratigráfica de lugares e monumentos, são referências cruzadas do visual e do político, manipulação de conteúdos no longo tempo histórico.

Além da visão de emergência do barroco através da saga material-econômica da humanidade, devemos apontar indissociáveis perspectivas de análise. O barroco emerge como crise da Renascença, na ausência de outra análise mais positiva; aparece antes como noção geral da sociedade da época do que como estilo – desenvolve-se como exclusiva categoria da civilização européia do século XVI e XVII.

---

economia-mundo, um *mundo-em-si*. Afirmo Braudel (1985, p. 85-86) que a economia-mundo pode ser entendida como uma realidade tripla: 1) Ocupa um espaço geográfico dado. Possui limites que a explicam e que são variáveis, bem como uma certa lentidão; apresenta um longo intervalo entre rupturas. Assim foram as grandes descobertas do final do século XV. 2) Uma economia-mundo possui sempre um pólo, um centro, representado por uma cidade dominante, antigamente, uma Cidade-Estado, hoje, uma capital econômica (nos EUA, Nova York, não Washington). Em outros lugares, ela pode existir, de forma prolongada, com dois centros no mesmo instante, formando uma economia-mundo. “Rome et Alexandrie au temps d’Auguste, d’Antoine et de Cléopâtre, Venise et Genes au temps de la guerre de Chioggia (1378-1381), Londres et Amsterdam, au XVIIIe siècle, avant l’élimination définitive de la Hollande. En 1929, Le centre du monde (...) sans ambiguïté, de Londres à New York”. 3) Toda economia-mundo se divide em zonas sucessivas. O centro e a região que se estende ao redor do centro. Ocorrem zonas intermediárias no entorno do “pivot central”. Nas zonas periféricas à economia-mundo, a situação dos homens evoca o Purgatório ou mesmo o Inferno devido a sua “situation géographique”, afirma Braudel (1985).

Logo, o barroco privilegia a visão como sentido intelectual, ou sentido abstrato, é a arte profundamente comprometida com a historicidade do homem, a persuasão, o controle e a atração dos indivíduos para o seio do catolicismo e o controle do Estado<sup>39</sup>. O barroco está vinculado ao Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, para assegurar a unidade da fé (Contra-Reforma) e a disciplina eclesiástica; uma reação à divisão religiosa então vivida na Europa. Nessa perspectiva, lembra-nos Neves (1986) que alguns teóricos tentam demonstrar o Concílio como fonte maior e viva da arte e do pensamento da época que vai rebater sobre as cidades. Atribuem ao Concílio a fonte inspiradora dos artistas, indo mais longe ainda: reconhecem ligações entre a arte religiosa e a dimensão simbólica e alegórica próprias da arte profana da época. Tornam-se, pois, os clérigos, os inspiradores de toda a arte do momento do nascimento do barroco. Assim, Neves (1986) vê um determinismo entre fórmulas de Trento e inspiração artística. Mesclam-se princípios da devoção com a arte, trata-se de misticismo, heroísmo, santidade, triunfo, êxtase, propaganda, martírio, erotismo, controle, formalismo, culto das imagens e culto à imagem, nas cidades européias, que logo refletem no Brasil.

Porém, nesse contexto político-religioso europeu, que representa a epicentro espaço-temporal das cidades coloniais barrocas mineiras, devemos reconhecer que a sensibilidade barroca não seria consequência do Concílio, de pensamentos ou sentimentos dele advindo – como diz Neves (1986) – mas, ao contrário, representa uma das muitas fontes de onde brotou a possibilidade de Trento. “O que equivale a compreendermos não terem sido os clérigos, principalmente os jesuítas, norteadores da sensibilidade e da imaginação do povo, mas, antes, influenciados pelas exigências da devoção popular e do *médium* artístico próprio da época. Tanto a arte religiosa como a popular do século XVII seriam um testemunho o mais precioso sobre o estado de espírito das massas” (NEVES, 1986, p. 122).

Frente ao barroco, estamos diante de uma arte que nos suscita, de imediato, a liberação da sensibilidade de quaisquer ordenações impostas pelo hábito ao ato de contemplação e fruição do objeto estético (ÀVILA, 1970). Quebra-se a linearidade e a rigidez clássicas, no barroco; tem-se, com ele, uma relação visual mais rica de possibilidades perceptivas, no gozo da inteligência, nas paisagens das cidades mineiras. “O fenômeno da alternância de focos, estimulante de novas direções de leitura, foi certamente um dos fatores que levaram Umberto Eco a identificar na obra barroca um exemplo premonitório daquela

---

<sup>39</sup> Para Neves (1986) o barroco, como arte, representa: Passagem do linear clássico para o pictórico barroco (objetos não se encontram mais isolados entre si); Passagem da utilização de planos, no clássico, para a noção de profundidade no barroco; Passagem da forma fechada clássica à forma aberta barroca (idéia de permanente caminhar, movimento, instabilidade); Passagem da pluralidade clássica à unidade barroca (a vida de cada uma das partes se subordina ao conjunto); Passagem da luz absoluta do clássico à luz relativa do barroco (dramatização do claro-escuro).



estrutura de arte de nossos dias que ele viria a chamar de *obra aberta*”, diz Ávila (1970, p. 07-08).

Podemos dizer, então, que o movimento de colonização das Américas e a expansão mercantilista, ao mesmo tempo em que a Contra-Reforma e o Absolutismo político, em suma, todas as facetas da “economia-mundo” européia tornada economia mundial são as principais coordenadas do quadro histórico de um *devenir* universal dentro do qual se inserem as cidades barrocas mineiras – aglomerados de noções histórico-geográficas complexas que devem ser interpretadas nas paisagens integrantes do território da mineração. Assim, há no Brasil, especialmente em Minas Gerais, uma eclosão e o desenvolvimento do estilo, em circunstâncias histórico-econômicas e geográficas bem marcadas – acompanha o mapa do bulionismo ibérico – de forma que a expressão barroco veio a envolver todo o fato caracterizador de um período da economia política mundial na lógica da colonização de Portugal e Espanha. O barroco acompanha e retrata em aspectos formais e de conteúdo as grandes transformações político-econômicas do mundo e, contraditoriamente, “a crise filosófica deflagrada de choques ideológicos e embates religiosos, com repercussões universais e em longo prazo”, como sintetiza Ávila (1970).

As paisagens urbanas históricas mineiras, eivadas do barroco, falam de uma sociedade e relações de classes fortemente resultantes de uma imbricada interação com a natureza, com particularidades próprias, ontem e hoje. Lembrando Claval (1999, p. 92), a paisagem é uma das matrizes da cultura, é o lugar onde as sociedades gravam suas marcas, onde podemos ler as necessidades e os desejos do homem, a imposição de classes e de poder, também sua própria domesticação. No limite, a paisagem nos remete à evolução cultural e técnica da humanidade. Não é diferente nas cidades coloniais barrocas de Minas Gerais, que esboçam tanto técnicas construtivas quanto relações de poder e de classe históricas.

A apreensão universal do sentido do barroco leva-nos ao dilema material existencial do homem e, especialmente, do artista do período. Depois de séculos de um condicionamento filosófico e um processo civilizador alicerçados no rígido esquema teocêntrico, como diz Ávila (1970), o espírito ocidental experimentava, por pouco mais de um século, com as luzes do Renascimento, uma sensação de desafogo, através da qual a razão afinal emancipada se sobrepunha a velhas deformações da alma humana, o que se consubstancia nas cidades mineiras. “O homem conquistava a sua autonomia de consciência perante a antiga idéia avassaladora de Deus e noções como o humanismo, o subjetivismo, o naturalismo, somadas à certeza nova e científica das leis que regem o universo, já desmitificada a Terra pelas viagens de circunavegação e descoberta, concorriam para

edificação de uma imagem antropocêntrica e libertadoramente transfigurada do mundo” (ÁVILA, 1970, p. 13).

Isso nos leva a entender que a paisagem urbana histórica carregada do barroco, em Minas, é modelada sim, pela força física, são evidentes no mundo objetivo, nos levam a raciocinar em termos de áreas geográficas, de “fronteiras” da arte, de localizações culturais e de distâncias a serem transpostas, mas, ao mesmo tempo, retratam um conjunto vivo da organização social e dos sonhos dos homens; o que nos faz concordar com Claval (1999), ao dizer que o mundo deve ser apreendido, também, através dos sentidos.

As cidades coloniais barrocas são tributárias de uma atmosfera de inquietação e novidades que emergiam na península ibérica, núcleo do barroco em potencial, empolgada pelos sucessos da expansão além-mar. Para Ávila (1970), a nova consciência do ser no mundo já não comportaria, sem crise, aquela tentativa desesperada de prolongamento da cristandade triunfante da Idade Média para dentro do mundo moderno. O barroco mineiro emerge dessa extrema tensão da história européia e o seu homem, o seu artista, a sua arte impregnam-se da agonia do instante, estigmatizados pela transformação material e existencial, pela complexidade metafísica própria. “O artista barroco foi, pois, histórica e existencialmente, um ser em crise, sua arte registrou, como um grande radar, as oscilações das idéias e as linhas cruzadas das formas de expressão em mudança. E esse painel vibrátil e sensível ao captar e percutir uma temporalidade agudamente dilemática, não o fez já ao nível de diafaneidade do Quinhentos” (ÁVILA, 1970, p. 14).

O enfoque geohistórico das cidades coloniais mineiras dirige-nos a territórios com uma propensão de indeterminação de limites e imprecisão de contornos e áreas, numa forma que apela para os recursos da impressão sensorial que não se atém à informação estética, mas aos signos que carregam historicamente, de ações e objetos superpostos que levam a sua conformação, que nos remetem ao já denominado “mosaico geográfico”. A cidade barroca traz, nesse sentido, uma representação reformulada do mundo, que converte em processo os recursos dos quais se valeu, no intuito de pagar tributo ao condicionamento ideológico, atuando como instrumento de apoio no embate religioso; por outro lado, o barroco, enquanto eficácia da sugestão ou da comunicação, apura, criadoramente, formas, e delas objetam todo rendimento estético (ÁVILA, 1970).

Logo, a arquitetura barroca mineira é expressão de uma situação de desenvolvimento e de crise decorrentes da Península Ibérica, e não somente. Na perspectiva do movimento histórico, de processo contínuo, diz Bazin (1992) que o barroco, com a Revolução Francesa, impõe ao mundo um racionalismo e o materialismo que dela decorre; a arte deixa de ser um modo de vida para ser mais que um divertimento, uma especulação

estéril, em seu futuro promissor. “N’est ce pasce à quoi nous assitons aujourd’hui?” (BAZIN, 1992, p. 112). O autor ratifica nossa proposição de que o barroco é produto e produtor da cidade em sua totalidade, em seu movimento histórico ininterrupto.

Lançar o olhar sobre o barroco significa, pois, indagar as incógnitas que envolvem a concepção de espaço-tempo histórico do homem colonial em suas cidades. O que temos de movimento do espaço-tempo, bem demarcado para o barroco, é que o mesmo representa a reencarnação de idéias do passado no novo contexto da Contra-Reforma e que se materializa nas paisagens urbanas. Uma nova linguagem artística e novas intenções e projeções urbanas vigoram com o barroco. O espaço infinito, as composições abertas, o ritmo acentuado e o claro-escuro, definem as paisagens criadas pelas formas barrocas, diz Stastny (1992).

Também apresenta, o barroco, como clima intelectual, a necessidade de persuasão emotiva a qualquer custo dos cidadãos, é um estilo, assim, de uma nova época de controle social, de necessidades de dominação territorial, “el estilo de una nueva época que há incorporado en su vocabulário las más osadas conquistas de la ciência ganadas por Giordano Bruno, Galileo, Leibniz, Descartes y Newton” (STASTNY, 1992, p. 25).

Na perspectiva dos autores arrolados, o barroco mineiro deve ser entendido como produto de um sistema de dominação colonial que estabeleceu uma dinâmica contraditória: a sociedade americana era mantida isolada e no seu interior se instalou um sistema arcaico de controle e de exploração semi-feudal. Portugal enviava, assim, as mais modernas estampas religiosas para alimentar a arte e a fé, mas impedia o ingresso dos conhecimentos científicos e filosóficos que pudessem permitir interpretar os códigos de representação utilizados nessas estampas, afirma Stastny (1992). Também podemos considerar o fator de uma diversidade de culturas autóctones que compreenderam vastas extensões de população e que reinterpretaram em seus próprios termos as mensagens chegadas do Ocidente. O barroco aparece como signo de uma sociedade colonial estabelecida sobre antigas civilizações conquistadoras, de forma que se imprimiu uma estratificação socioespacial e cultural baseada na lógica do mundo metropolitano de origem, considera Stastny (1992). Essa análise nos conduz à desmistificação do espaço, seu desvendamento, quando devemos levar em conta dois dados essenciais, como coloca Santos (2004): de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva em evolução e lugar da reificação; de outro lado, a sociedade total, a formação social que anima o espaço.

Assim, a concepção fundamental que temos do barroco é a da transformação do ser pessoalmente rígido e objetivo, bem como dos lugares organizados para a vida econômica, política e cultural em um *devenir*, uma função, um intercâmbio entre indivíduos, sociedade e

objetos – que leva ao controle da sociedade como um todo, na zona da mineração; é uma troca de experiência com o meio, a partir da arte religiosa e urbana da persuasão e do controle. “La intención artística del Barroco es, en otras palabras, ‘cinematográfica’; los sucesos representados parecen haber sido acechados y espiados; todo signo que pudiera delatar interes por el espectador es borrado, todo es representado como si fuera aparente voluntad del acaso” (HAUSER, 1969, p. 102). O barroco busca despertar no contemplador, em suma, o sentimento de inesgotabilidade, incompreensibilidade, infinitude da representação nas cidades, com o objetivo da atração e controle, da inquietude diante da arte nos novos aglomerados urbanos e perante um Novo Mundo.

As cidades coloniais mineiras devem ser entendidas como espacialidades teatrais e solenes que agregam as formas do barroco e esboçam formas artísticas; trazem, em seu âmago, as representações do sagrado enaltecido pelo deliberadamente estético, o mito e a realidade de um período que trata, no jogo da arte, do sentimento religioso, através da persuasão, quer seja pelo fausto, quer seja pela ostentação – caracteres ainda vigorantes e mobilizadores. “A arte é assimilada de tal maneira pelo sistema, na sua organização religiosista e absolutista, que termina por adquirir nele uma função de estrutura e não apenas decorativa, mágica ou de fantasia” (ÁVILA, 1970, p. 15).

É no território colonizado, instalado, dominado e “complexizado” que o barroco – quer em sua natureza de fenômeno estético, quer no seu mais amplo significado histórico-religioso-estatal – consubstancia um instante da potência totalizadora da arte e da dominação social, manifestando-se na paisagem que integra um espetáculo global sublimado. Tal espetáculo é materialmente possível com a edificação de mosteiros, palácios, a magnificência ostentatória do ritual, o estímulo a uma “criação artística exteriorizada em formas que disfarçam, às vezes sob a mais difusa reverberação lúdica, a sua perplexidade motivadora” (ÁVILA, 1970).

Lançar olhar para as cidades coloniais mineiras significa buscar identificar, no antigo território que as abriga, o dilatado pacto lúdico que é o barroco, o urbanismo barroco, antigas cidades brasileiras com suas particularidades e “originalidades” formais e subjetivas, que codificam e determinam caracteres gerais de uma vida e arte *sui generis*, atreladas à empresa da mineração do século XVIII; arte que representa o *jogo* na grande metáfora de uma traumatizada etapa histórica nacional. Queremos dizer que o barroco e sua influência na organização das antigas cidades brasileiras, e sobretudo em Minas Gerais, é tão típico que, para entendê-lo, não se pode recorrer apenas à explicação de uma imanência evolutiva do estilo e sua influência nas cidades da Europa, nem falar de “adaptação” das formas européias às necessidades nossas e nem, tampouco, afirmar uma influência das formas já existentes aqui

sobre as formas importadas (NEVES, 1968). Também se torna impossível explicá-lo por diferenças espirituais ou filosóficas entre o momento europeu do barroco e o momento brasileiro dessa arte.

Faz-se necessário, pois, o entendimento do movimento histórico-econômico que engendra o avanço da sociedade moderna, calcado no Absolutismo como “poder ilimitado” e na concepção do próprio poder, que se manifestaria na existência e na ação – na existência como onipresença do Estado e na ação como dominação dos territórios. Assim, temos o Absolutismo como um brusco movimento impetuoso, um dos catalisadores de toda a arte do século XVII e da primeira metade do século XVIII que domina as cidades coloniais americanas. Da igreja à arquitetura profana do Estado, temos as mesmas características codificadas – da dominação e do controle –, nas cidades. Isso revela a aproximação da Igreja com as cortes absolutas e a interpenetração sempre maior do universo eclesiástico e dos elementos mundanos.

Aqui se centra a diferenciação do estilo que dá forma à paisagem das cidades coloniais barrocas de Minas Gerais que, em decorrência do distanciamento e repulsa à corte, há um depuramento do estilo eivado do fantasma do Absolutismo eclesiástico.

A relação causal existente entre o Absolutismo e a arte barroca aparece muito nítida na pintura das igrejas. Um exemplo disto pode ser notado, sobretudo, na pintura barroca dos tetos das igrejas mineiras, que concretiza onticamente a própria noção abstrata do Absolutismo. Ela é, ao mesmo tempo, afirmação e negação do teto. Ao mesmo tempo, esta decoração fecha e alarga o espaço; é simultaneamente, limitação e negação de todos os limites. Trata-se de uma pintura limitada e ilimitada, relativa e absoluta, à semelhança do conceito de poder absoluto (NEVES, 1986, p. 128).

Assim, é enaltecido um ilusionismo barroco como efeito da virtuosidade absoluta do artista da época, revelando o excessivo poder de transformar a realidade no irreal, o irreal em realidade, o limitado no ilimitado, o orgânico em inorgânico. O barroco mineiro caracteriza-se pelo exibicionismo do poder – o Absolutismo – através de uma unidade abrangente de todos os fenômenos contraditórios, tais como: “o limitado convivendo com o ilimitado; o formal lado a lado com o informal; o simétrico e o assimétrico em um mesmo campo; naturalismo e anti-naturalismo em íntimo conluio” (NEVES, 1986, p. 129). Seguindo a abordagem desse autor, vemos que o paradoxo do barroco, expresso no urbanismo que se cria na zona da mineração, é a utilização de um estilo alimentado pelo Absolutismo para se combater o Absolutismo; o que não se torna complicado, quando o barroco não busca a autenticidade, busca a retórica e busca a ilusão.

Por essa exploração da retórica, o barroco tem na arquitetura um forte meio de expressão característico da arte, e a igreja aparece como o local onde o espaço barroco de fato

se realiza com total plenitude (GULLAR, 1989). Na igreja, o barroco cria falsas perspectivas dentro da perspectiva real, trabalha a ilusão nesse espaço arquitetônico, escadarias que não existem, mármorees que não são mármorees, reentrâncias de vazios e cheios que não existem, mas que a pintura finge nas paredes do lugar sagrado e, especialmente, em seu teto que tem, na arte barroca, uma função muito importante, ao apontar para o céu e seus “figurantes”; “então essa perspectiva alucinada que o barroco cria no espaço da igreja transforma-a inteira num grande *trompe-l’oeil*” (GULLAR, 1989, p. 76). Podemos afirmar que é a igreja o local onde se dá realmente o grande acontecimento do espaço barroco, paralelo ao desenvolvimento do chamado *urbanismo barroco* que, no limite, remetem a uma arte oriunda do Absolutismo que consegue combater o próprio absolutismo, em Minas Gerais, com a astúcia de seus artistas. “De la construcción científicamente fundada, de una formación espacial nace un espacio como mundo propio del hombre en un determinado nivel de la evolución histórico-social” (LUKÁCS, 1967, p. 92). Isso quer dizer que as emoções emanadas pela construção originária barroca (extra-estética) são idênticas às que despertam com a ocupação pelo trabalho e seu produto. São, antes de mais nada, alegria e orgulho pelo controle da sociedade e da natureza e pelo desenvolvimento das capacidades humanas. Da construção originária às primeiras ornamentações urbanas, temos que o mundo do homem, o mundo de suas inter-relações com o entorno, ganha uma plenitude não apenas prática e intelectual pela amplificação da própria prática, mas, também, adquire novas dimensões emotivas, paisagísticas e territoriais. Para Lukács (1967), o temor, a esperança e a piedade são os sentimentos primeiros oriundos do processo evolutivo da arquitetura, que se tornam os elementos fundamentais das representações espaciais.

A sociedade urbana da mineração estava duplamente complicada em termos de repressão – a teológica e a política. É espantoso, nessas cidades, o contraste entre a severidade das regras (separação de classes, regulamentações político-econômicas rígidas, etc.) e a prática consentida do desvio à norma (contrabando, pirataria, libertinagem, compadrios, “vadiagem”). O barroco traz o mundo como sonho, realidade simbólica e material, emerge dele a reflexão sobre a fugacidade da vida, a tendência para impressionar e ordenar o território por meio dos sentidos, a subordinação da estrutura à ornamentação (GOULÃO, 1996). A noção de “obra aberta” traz à dinâmica da forma barroca o diálogo entre o criador e o espectador e a possibilidade de variadas leituras. Assim, as cidades barrocas de Minas Gerais agregam mais que um estilo artístico, representam um estilo de “civilização”, que dá forma-conteúdo particular à escultura, à pintura, à música, à poesia, às festividades, à magnificência do culto religioso e às representações teatrais no território. Se, por um lado, o Brasil Colônia podia ser considerado periferia de Portugal, por outro, representava o local privilegiado da

transcendência estética, com maior liberdade interpretativa, da transformação de dimensões e mesmo dos sentidos, da estrutura ou do programa iconográfico da obra de arte, do acolhimento de influências locais e outros sistemas de pensamento ou formas artísticas – “em suma, a periferia seria caracterizada pelo estímulo e pela abertura” (GOULÃO, 1996, p. 65).<sup>40</sup>

Quando entendemos que o edifício (trabalho acumulado, manifestação do movimento do capital sobre os territórios) e a arte barroca integram o espaço em movimento e o espaço existencial, fica mais fácil vislumbrar que estão em interação com o mundo humano no processo que rompe as amarras que o continham, de forma a estruturar-se com o território ao seu redor – o que nos possibilita interpretar que esse mesmo barroco ressignificado na “recolonização” do centro, rebate no ordenamento territorial de toda Ouro Preto e Diamantina. O espaço sagrado apodera-se do espaço profano e vice-versa, as particularidades interagem com a universalidade, erigem-se os contraditórios como pontos fundantes das cidades barrocas, formando um sistema que governa a mesma e os cidadãos (BRANDÃO, 1999). Logo, o olhar geográfico sobre essas cidades lança luz sobre objetos de comunicação, símbolos da rígida organização de um sistema de poder persuasivo consolidado globalmente, instrumento de ordenamento territorial e controle social. Vislumbramos que a organização dos espaços do barroco visou, especialmente, à fluidez e monitoramento do mesmo e, na pretensão de controle das relações sociais, fornece uma ilusão de plenitude, de infinitude, de vida após a morte, de continuidade. “Nesse mundo infinito, movimento e força são de importância fundamental. Por isso o edifício adquire um caráter dinâmico e aberto, expressão de um sistema que não é mais estático e fechado em si mesmo, ao contrário daqueles do período medieval” (BRANDÃO, 1999, p. 137).

A análise geohistórica das cidades coloniais mineiras exige-nos como abordagem a relação indissociável das características materiais e simbólicas locais com o que ocorreu no plano universal, na transformação político-religiosa da Europa barroca. São, pois, produto da expressão de um homem que busca a segurança perdida, e parte para a criação de um novo sistema, com uma ordem segura e absoluta que sirva como fonte de certezas, diz Brandão (1999). Ouro Preto e Diamantina – e não apenas as duas, no Brasil – são cidades tributárias da renovada Igreja Romana criada pela Contra-Reforma, predominante na Itália, e a monarquia absoluta da França. Nesse contexto, igrejas italianas, palácios e praças barrocas francesas convertem-se em centros representantes de peculiaridades fundamentais, dogmas básicos do sistema de referências que vão produzir territórios pelo Velho Mundo e pela América colonizada, como assinalam os autores referenciados. O mundo barroco faz-se um

---

<sup>40</sup> Com os descobrimentos marítimos, a periferia, até aí limitada ao Mediterrâneo, adquire os contornos do mundo recém-descoberto. A definição de centro e de periferia está diretamente ligada a uma reflexão sobre o espaço e à negação da hierarquização das várias esferas espaciais.

teatro de persuasão coletiva em novos territórios, quando cidades – como as nossas – veem-se invadidas e polarizadas por símbolos e alegorias do poder absoluto que convidam o cidadão a participar do sistema, ao ponto de levar Brandão (1999) a afirmar que a cidade fechada tradicionalmente se abriu, de forma que as igrejas são projetadas em relação a um eixo que as integra no ambiente urbano e o palácio passa a ser o centro de movimentos radiantes em vez de uma fortaleza maciça. Essas características integram o *valeur universelle exceptionnelle* de Ouro Preto e Diamantina, que serão analisadas de maneira particular no tópico 2.2 e ao longo do capítulo 4.

Caminhando para o fim deste tópico, é impossível concebermos que a cidade colonial como forma-conteúdo seja obra de uma mentalidade e de uma época, mas de mentalidades forjadas pela história em seu curso, por lógicas anteriores e contemporâneas às mesmas, as quais legaram um *saber-fazer* nas cidades – assim formando uma sociedade coletiva, histórica e símbolo particular de um *devenir* universal. Ouro Preto e Diamantina, mais que obras de alguns – homens-desbravadores, bandeirantes, portugueses ou nativos – são conjuntos de criações representativas de certa tendência, de certa preocupação e de um particular objetivo coletivo convergente que emerge com a empresa mineradora.

Temos, então, as cidades coloniais como produto do que Romero (2009) reconhece como saga da construção de cidades singulares no mundo ocidental. O autor reconhece o “mundo ocidental” ao que se constitui a partir do século XI, no coração da Idade Média. Cidade ocidental que se diferencia da cidade do Neolítico, época na qual se produz talvez a primeira grande irrupção urbana, a primeira grande onda de criação; não é igual à cidade grega, nem à romana, nem é igual à cidade muçulmana, para mencionar os casos mais característicos de culturas vizinhas, relacionadas com a cultura ocidental e que tem alcançado certo nível de desenvolvimento; também não se parecem com as cidades da Índia, China ou Japão (ROMERO, 2009).

As cidades coloniais mineiras, como forma-conteúdo, são o gradiente de uma sociedade nova, dentro de uma nova lógica que representa o processo de edificação de cidades de forma particular em um momento histórico singular do Brasil, atendendo à perspectiva de um contínuo *devenir* universal. Mais que cidades físicas, as cidades coloniais da antiga zona da mineração do Brasil apontam para um novo estilo de vida, que tende, gradativamente, a partir daí, a sair do campo. Patente nessas cidades físicas, com um jeito particular de localizar as praças, as igrejas, os palácios de governo, os sobrados, as casas térreas etc, estava a organização de uma sociedade hierarquizada, excludente, e que apresentava uma nova mobilidade social. As cidades, por assim dizer, foram uma criação e continuam o sendo, atendendo aos símbolos criados, às necessidades e aos desejos propalados, às imposições



endógenas e exógenas. Em última instância, as cidades representam, localmente, a tendência do movimento global da humanidade, para o bem ou para o mal, particularidades de um *devenir* universal, representações materiais e simbólicas do avanço da civilização.

Após essa análise mais ampla do barroco realizada neste tópico, vamos nos ater ao processo de formação da paisagem urbana histórica de Ouro Preto e Diamantina, no tópico 2.2 a seguir, considerando que ela é integradora do espaço geográfico, guarda a aura de tais cidades que se tenta identificar e preservar; é a sua dimensão abstrata ligada às interrogações dos observadores, é propriedade físico-química atrelada a atributos temporais-simbólicos que promovem o ordenamento territorial (HOLZER, 1999, p. 162). Todos os povos, por meio de suas instituições, buscam guardar suas formas culturais, os produtos materiais e imateriais de sua origem, de alguma maneira. Nem indivíduos, nem a coletividade desligam-se de sua origem; buscam a valorização e a preservação das heranças materiais e imateriais do passado. Nesse sentido, temos que Minas nasce do esplendor barroco que emerge da saga econômico-material lusitana; uma arte esplêndida retratada por igrejas e construções civis que os turistas vão visitar, que a população se apropria e a respeito das quais muito se escreve (pouco na Geografia).

Nesse intuito, podemos dizer que o mundo interno e externo às cidades coloniais mineiras, é abarcado pelo movimento do particular ao universal, onde o primeiro é a categoria estética que marca o particularmente empírico, o mundo do homem, da humanidade que as projeta. Lukács, (1965, p. 301) considera que as formas objetivas sensíveis do mundo externo são signos da vida dos homens, de suas relações, da natureza em seu intercâmbio com a sociedade humana. Na lógica do autor, o universal é tanto encarnação de uma das forças que determinam a vida dos homens quanto veículo de sua vida, da formação de sua personalidade e de seu destino. É no movimento entre o particular e o universal que podemos contemplar o urbano, a cidade barroca enquanto obra “artística” do homem moderno. A cidade colonial é a forma determinada pelo conteúdo do movimento da história universal e assume distintas representações, de acordo com as mudanças do próprio conteúdo outorgado pelas ações humanas, em cada um dos cinco períodos que enumeramos. Lukács (1965 p. 312) faz referência a Marx para dizer que o objeto artístico – a cidade colonial barroca como patrimônio artístico – cria um público capaz de entender a arte e gozar de sua beleza, de forma que a produção não produz só um objeto para o sujeito, mas também sujeitos para os objetos – o que seriam os turistas se não isso? Sobre o objeto, ele não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo mediado pela própria produção, que desconsidera a dialética do universal-particular.

Neste tópico pudemos vislumbrar algumas notas da essência, da aura, do *valeur universelle exceptionnelle* de tais cidades pouco tratados na consagração da paisagem urbana transformada em Patrimônio Mundial pela UNESCO (processo analisado no capítulo 04). Logo, o barroco aparece como *élan* da particularidade singular que “brota” no território da mineração brasileira com a universalidade dinâmica da “economia-mundo” européia transformada em economia mundial através das relações materiais-simbólicas, político-religiosas e ideológicas que emergem no Velho Mundo. O barroco surge como vestígio e aura de uma nova burguesia no território da mineração, entendendo que “o vestígio é aparecimento de uma proximidade, por mais distante que esteja aquilo que o deixou. A aura é o aparecimento de uma distância, por mais próximo que esteja aquilo que a suscita. No vestígio, apossamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós” (BENJAMIN, 1989, p. 226).

A aura que enreda o barroco mineiro é, pois, a universalidade e a autenticidade paradoxalmente vendidas a elevado custo na antiga zona da mineração, seguindo a própria lógica da geografia histórica do barroco mundial, que não é o que sempre foi, mas o que se tornou. Não podemos negligenciar os ensinamentos de Adorno (1970), ao dizer que só enquanto espírito é que a arte nas cidades se opõe à realidade empírica, ao tender para a negação determinada da organização do mundo existente. Tanto a preservação quanto o planejamento, nas cidades coloniais mineiras, não devem desconsiderar que o espírito, a aura, a *authenticité* apregoada, é a essência dos momentos do bem patrimonial, o material é um elemento técnico que não o exclui, mas que depende do mesmo para sobreviver, pois pré-formado histórica e socialmente, “é o seu elemento heterogêneo, é o que nelas resiste à sua unidade” (ADORNO, 1970, p. 379).

A humanização dos técnicos e das técnicas pode ser uma saída ao hábito e ideologia burguesa entranhada no planejamento que, como diz Adorno (1970, p. 343), pouco se importa com o verdadeiro e o não-verdadeiro na arte, quando “o que me agrada pode ser mau, mas não gostaria que disso me lembrassem (...) há a privação da reflexão imanente (...) é uma falsa consciência (...) não se busca a autenticidade (...) o conhecimento certo”.

Resta aos doutos do planejamento compreender que as formas visíveis reportam-se, freqüentemente, a uma ordem funcional pretérita que precisa ser resgatada, entendida e difundida, sobretudo, localmente, para a preservação material e simbólica das cidades<sup>41</sup>. Como lembra Claval (2007), a dimensão cultural não desaparece no ordenamento territorial e os homens vivem, freqüentemente, em lugares que não desenharam. As sociedades

---

<sup>41</sup> Sobre o planejamento urbano das cidades coloniais mineiras, aprofundaremos a partir do capítulo 05. Todos os aspectos formais e de conteúdos que serão esmiuçados até o quarto capítulo devem ser considerados no estudo e na prática do planejamento em tais cidades, pois, ao contrário, perde-se o sentido de ser da palavra e das ações sobre *preservação*.

inscrevem-se em lugares cujos traços são herdados de ancestrais fundadores longínquos ou de dominação estrangeira. Partamos, então, para a compreensão do processo de formação urbana espetacular e espetacularizado em Ouro Preto e Diamantina, pois é pelo espaço – que agrega o território, as paisagens e os lugares, os objetos, os fixos e os fluxos – que podemos ter a ilusão de retornar ao passado, mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente. O espaço barroco nas cidades mineiras é como uma realidade que dura, de forma que nossas impressões se sucedem uma à outra. Nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se essa paisagem barroca não se conservasse, com efeito, no meio material-simbólico que representa; as “cidades históricas” são grandes favorecedoras desse resgate, da construção da memória e imaginário da história (HALBWACHS,1990).

Por fim, o barroco exprime o original estilo de vida social que perdurou em Minas no século XVIII. Retrata uma sociedade que se urbaniza precocemente, quando comparada às demais regiões do Brasil. Uma sociedade miscigenada, submetida, mas não inteiramente submissa ao absolutismo português, de acordo com Dias (1969). Reconhecemos que o barroco e o urbanismo que se difunde em Minas são representantes de um ambiente espiritual que se desenvolveu no cerne da descoberta do Novo Mundo, acompanhado pelo pensamento da Contra-Reforma, representando um caráter dramático de religiosidade que a caracteriza e é escancarado no território de cidades tributárias da geografia histórica e do movimento da arte difundidas com as aventuras marítimas. Essas cidades consubstanciam-se numa base territorial efetiva vinculada à amplitude do espaço e à infinitude do universo que o barroco passa a representar – são, pois, produtos de um *devenir* universal material-simbólico de uma sociedade global que se potencializa no século XVIII com o bulionismo nas *Geraes*.

A universalidade das cidades-patrimônio, em Minas, está diretamente vinculada, então, à objetividade tributária da subjetividade barroca, que pode ser analisada sob a ótica do conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977), atrelada à dialética espacial apregoada neste trabalho. Essas cidades físicas retratam o movimento da universalidade à particularidade, da subjetividade do espaço à objetividade da formação territorial, verificável na leitura da paisagem urbana histórica.

## 2.2 – Ouro Preto e Diamantina: singularidades de uma particular formação socioespacial

Já afirmamos que toda cidade é histórica, advém de um processo histórico. Porém, quais atributos fazem das cidades mineiras “cidades históricas” especiais para assim serem tratadas, diferentemente de São Paulo, com quase 500 anos de história? Sabendo que a Geografia deve se interessar pelas dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, não pelas coisas cristalizadas, pelas imagens invertidas que impedem de apreender a realidade com o recurso à história, tentamos, a partir deste capítulo, captar Ouro Preto e Diamantina em seu movimento. Para tanto, somente o recurso à história da sociedade mundial, indissociável da sociedade local que emerge no século XVIII, em Minas, pode servir como fundamentação à análise da realidade espacial que pretendemos, sendo o espaço social e fruto do processo histórico da humanidade.

Santos (1977) considera que a categoria Formação Econômica e Social é adequada na teorização do espaço, pois, diz respeito à evolução diferencial das sociedades, em sua particularidade e em relação a forças externas que lhe imprime dada lógica. Mais ainda, o autor considera a necessidade de se tratar de Formação Econômica, Social e Espacial, onde natureza e espaço podem ser sinônimos desde que consideremos a natureza transformada, a segunda natureza chamada por Marx, que tem por base a própria produção de mercadorias através do trabalho humano. É uma categoria que extrapola o espaço material e agrega uma nova dimensão que dá conta da problemática social, é de uma dialética espacial que trata o autor, ao reconhecer que cada lugar reproduz um dado global só apreendido na dialética entre universal e particular, totalidade e particularidade, de forma que uma dada sociedade tem um significado particular para cada lugar, mas só compreendido na sua interação com todo.

Podemos entender as denominadas “cidades históricas” como condição da produção atual, resultado de uma territorialização que foi pré-condição produtiva. Consumidas, essas cidades entram no turbilhão da *dialética da construção destrutiva* que, para as mesmas, representa um ciclo (aparentemente) infundável, que terá fim, hipoteticamente, com seu fim.

“Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social?” (SANTOS, 1977, p. 93). Para esse geógrafo, só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. Assim, tratamos Ouro Preto e Diamantina

como singularidades da particular formação socioespacial da mineração, no Brasil, pois, de fato, é de formações socioespaciais que fala Milton Santos.

O enfoque espacial favorece o entendimento da realidade social, do ordenamento territorial para o desenvolvimento das atividades econômicas de cada época em particular, de forma que a variabilidade funcional dos objetos geográficos remete-nos a lógicas distintas de momentos distintos, ou seja, ligados a diferentes momentos históricos, do passado ao presente e, ainda, favorecendo uma perspectiva de futuro. A atual valorização econômica de Ouro Preto e Diamantina tem no passado materializado na paisagem urbana barroca, elaborada no período da formação socioespacial da mineração, seu mote propulsor; é desse passado socioeconômico e da cidade barroca em Minas que trataremos, a fim de, posteriormente, problematizarmos sobre as ações mais recentes que ressignificam a paisagem construída por dinâmicas pretéritas – a periodização apontada no início do capítulo remete-nos a um movimento de ressignificação dessas cidades, consubstanciando o que trataremos, mais a fundo, adiante, como *dialética da memória*.

### 2.2.1. Notas sobre a formação socioespacial da mineração no século XVIII

Como produto de um *devenir universal* a denominada “cidade histórica” mineira retrata a saga material-econômica e política portuguesa no além mar, pois, como aponta Latif (1991, p. 20), “caberá aos portugueses, em busca de ouro, trazer as primeiras notícias positivas sobre este globo desconhecido que o homem habita”. Cidades-símbolos de uma saga econômica mundial, que parte da península ibérica. Analisar Ouro Preto e Diamantina exige-nos entender que são símbolos de uma riqueza que Portugal não retém, apesar de que, num século, produziu-se mais ouro que o resto da América, nessa região. Esse ouro foi o que fez duplicar a circulação monetária da Europa, ativando-lhe o comércio das artes e indústrias.

E, assim como a América espanhola sustentou o surto artístico da Renascença, muito do brilho efêmero do século XVIII é obra incontestável do ouro das Minas Gerais, que a Europa, parodiando o fausto da corte dos *Luíses* de França, desperdiça em indumentárias pomposas e em fogos de artifícios. (LATIF, 1999, p. 28)

Indagar Ouro Preto e Diamantina exige-nos lembrar dos paulistas, das bandeiras paulistas, lisonjeadas pelo apoio régio, que perdem o caráter de simples entradas aventureiras para, num grande esforço, tornarem-se verdadeiras expedições desbravadoras, “após o aprendizado nas pobres minas e engenhos de ferro em São Paulo”, como diz Latif (1991, p. 36). “Essa primeira tentativa brasileira de mineração e engenhos de ferro foi a escola dos bandeirantes paulistas, que realizarão os descobrimentos que Portugal ainda não conseguiu”. Essas cidades mineiras retratam a síntese do roteiro percorrido para a descoberta dos metais preciosos, assim, o reflexo presente de uma imagem pretérita, no território. Roteiros que desbravaram a própria geografia brasileira<sup>42</sup>, uma vez que correram à margem de conhecidos rios, transpuseram poderosas escarpas – como a Mantiqueira –, foram sobranceiros em trajetos penosos e por entre acidentes notáveis do terreno, ao longo dos *Campos Geraes* (LATIF, 1991). Essas cidades são produto do avanço paulista pelos vales dos rios Pará, Paraopeba, das Velhas, das Mortes e Doce.

Os paulistas atuaram por vastas regiões da colônia, dismantelando quilombos, submetendo indígenas e atacando assentamentos de holandeses e espanhóis, de acordo com Moraes (2000, p. 395). Contudo, será com a descoberta do ouro, no *hinterland* do território colonial, que se realiza o maior feito dos bandeirantes paulistas, na última década do século XVII. “A exploração (do ouro e diamantes) comandará a economia (e a formação territorial) brasileira ao longo de todo o século seguinte” (MORAES, 2000, p. 395).

---

<sup>42</sup> Ao observarmos a cartografia da época, fica explícito que os acidentes geográficos (serras, rios, registros de ocupação humana e caminhos) eram ressaltados com exagero em função de sua relevância na ocupação e povoamento do território, sempre mostrando a direção para a chegada a esses núcleos.

Ocorre uma reorientação da economia colonial quando da consolidação da economia açucareira nas Antilhas, que concorre vantajosamente com as áreas produtoras do litoral nordestino brasileiro, episódio que criou as propícias condições para a mudança do pólo econômico do açúcar para a economia da mineração, que desloca o eixo do povoamento para outras regiões do território colonial brasileiro, como aponta Scarlato (1996, p. 124). A mineração do ouro, num primeiro momento, acompanhada pela dos diamantes, cerca de 30 anos depois de iniciada a aurífera, torna-se a saída para a crise da metrópole.

(...) desde 1560, os paulistas já haviam descoberto ouro nas vizinhanças da vila de São Paulo, região do Jaraguá, e nos finais do século XVII já haviam chegado à região das Geraes (...) onde fundaram Sabará. Isso revela que, mesmo com a existência de toda uma legislação portuguesa que controlava as penetrações decorrentes de povoamento para o interior, os paulistas, transgredindo estas leis, expandiam as fronteiras do povoamento em várias direções do território, invadindo, inclusive, os territórios das colônias espanholas na América do Sul, delimitados, até então, pelo Tratado de Tordesilhas. (SCARLATO, 1996, p. 124)

A busca da riqueza mineral das *Alterosas*, nas regiões do Rio das Mortes, do Rio Doce e do Rio das Velhas ocasionou um grande fluxo migratório, que fez da zona do ouro e diamantes o pólo econômico central da estrutura colonial brasileira, no século XVIII. Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, esclarece que a economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Por suas características, a mineração oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios, que exigia poucos recursos<sup>43</sup> –, diferentemente da economia açucareira, que demandava um grande capital para implantação dos engenhos<sup>44</sup>. Portugal chegou a tomar medidas concretas com o objetivo de conter o fluxo migratório. Celso Furtado (1974, p. 74) afirma que a população colonial de origem européia decuplicou no correr do século da mineração:

a população do Brasil teria alcançado 100.000 habitantes em 1600, um máximo de 300.000 em 1700 e ao redor de 1.250.000 em 1800. A população de origem européia seria de cerca de 30.000 em 1600 e dificilmente alcançaria

---

<sup>43</sup> A técnica da mineração evoluiu no decorrer do século XVIII, embora sempre tenha se mantido atrasada, relativamente às possibilidades da época, o que não exigia grandes recursos iniciais na empreitada. Franco (1944, p. 84-5) considera que os paulistas apenas procuravam o ouro, não se preocupando em explorá-lo, de início. Utilizavam-se dos meios mais rudimentares, afastando o cascalho do leito ou das margens dos ribeirões e apurando-o em instrumentos toscos de emergência, “até nos próprios pratos de estanho”. Para o autor, o descobrimento efetivo das minas, o emprego da mão-de-obra escrava e a fixação da população favoreceram o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. “A bateia, vasilha cônica de madeira, própria para separar o metal do cascalho, originária provavelmente da África, representou um passo importante, pela generalidade do seu uso. A exploração do ouro estava ligada à água. Dentro do leito dos ribeiros (ouro da água ou da mãe), ou nas margens deles (ouro de taboleiro), mais longe, nas encostas das serranias (ouro de grupiara), era o metal retirado do cascalho, da piçarra e mesmo do desmonte de pedra com auxílio da água.”

<sup>44</sup> Scarlato (2008) considera a sociedade formada pela mineração eminentemente *promiscua* do ponto de vista da coexistência das classes sociais no espaço urbano, um fato inédito na Colônia, bem como pela relativa mobilidade dos indivíduos entre as classes (notas de curso – Geografia Regional do Brasil II-Região Sudeste. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia / USP).

100.000 em 1700. Ignorando-se qualquer contribuição migratória européia ocorrida no século XVII, deduz-se que o crescimento vegetativo dessa população permitia no máximo que a mesma triplicasse no correr de um século. Se se admite esse ritmo de crescimento para o século seguinte, a população de origem européia deveria alcançar (ignorado o efeito migratório) cerca de 300.000 pessoas ao término do século XVIII. Como os dados de que se dispõe indicam para essa época uma população de origem européia de algo mais de um milhão, deduz-se que a emigração européia para o Brasil no século da mineração não terá sido inferior a 300.000 e poderá haver alcançado meio milhão. Como o grosso desses imigrantes eram lusitanos, cabe deduzir que *Portugal contribuiu com um maior contingente de população para o Brasil do que a Espanha para todas as suas colônias da América.*

A intensa imigração que a região mineradora propiciou ao Brasil pode ser considerada um *rush* de grandes proporções que, relativamente às condições da colônia, foi mais acentuado que o famoso *rush* californiano do século XIX, segundo Caio Prado, em *História Econômica do Brasil*. Esse fato contribuiu para uma rápida transformação socioespacial da colônia, propiciando um povoamento esparso e distribuído em pequenos núcleos separados entre si por enormes vazios; o que acabou caracterizando o povoamento do Brasil até nossos dias, notadamente em algumas áreas do centro-sul<sup>45</sup> (PRADO JÚNIOR, 1983; DUARTE, 1995).

E não apenas isso, junto a esse movimento, o barroco se prolifera, transplantado que foi para o Novo Mundo, por obra da colonização portuguesa e espanhola. Ocorre, pois, um processo de transmissão de formas, porém, em novo espaço-tempo, temos a emergência da sociedade da mineração, com suas cidades encravadas em montanhas e o barroco como expressão cultural dessa sociedade, florescendo novo, distanciado de suas matrizes européias. Logo, as cidades coloniais barrocas da zona das minas traz, em sua formação, a forma-conteúdo da retórica sacra, da pintura e da arquitetura como princípios fundamentais do ordenamento do território e da sociedade nascente. Os homens daquela época viveram e nos legaram um drama sagrado à sombra de anjos, santos e profetas, onde a busca da salvação dá conformação às cidades, organiza os edifícios, as ruas, as praças e os palácios. Logo, o barroco da região montanhosa central do Brasil é redimensionado pelos seguintes atributos: 1) condições do artesanato local, 2) peculiaridades da geografia regional; 3) características singulares dos artistas da zona mineradora; 4) visão de mundo e aspirações da sociedade que

---

<sup>45</sup> Tomando como referência as rodovias BR – 040 e BR – 381, que ligam, respectivamente, Rio de Janeiro a Brasília e São Paulo a Belo Horizonte, além de rodovias estaduais de menor fluxo em Minas Gerais, como as que ligam Belo Horizonte ao Norte de Minas, passando por Diamantina, ou que liga Lavras a Barbacena, verificamos a constituição de grandes espaços vazios, tomados, ainda hoje, por pequenas (na maioria) e médias propriedades agrícolas. Além da grande distância entre as cidades, nesses trajetos, apresentam-se, ainda, em sua maioria, afastadas do eixo rodoviário atual, formando um rosário, o que simboliza, provavelmente, serem núcleos surgidos dos antigos caminhos que ligavam o litoral ao interior. Como exemplo desses núcleos podemos citar: Campanha, Carrancas, Nazareno, Madre de Deus, Prados, Rezende Costa, Mariana, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Santana do Pirapama, Gouveia, Serra Azul de Minas etc.



se constituía hibridamente e; 5) tensão social oriunda da necessidade e possibilidade de mobilidade econômico-social na região das minas. Essas cidades são edificadas na concepção de mundo como teatro, representação e vontade de poder. Assim, os conjuntos urbanos mineiros são cidades que teatralizam a própria vida, são cenários para uma platéia historicamente híbrida que, evolutivamente, transformam esses territórios.

A formação socioespacial da mineração expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas da vida daquela sociedade (econômica, política, cultural e social), daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico representada por suas “rugosidades”. Santos (1977) considera que cada sociedade veste a roupa de seu tempo, de forma que não há uma sociedade em geral, mas uma sociedade existe sob um invólucro histórico específico, caso da antiga zona da mineração. A categoria de formação socioespacial, então, permite-nos buscar o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas particularidades, um conhecimento específico, individual captado num dado momento de seu processo evolutivo. A apreensão do particular aparece como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido em uma de suas frações (SANTOS, 1977, p. 84)

Consideração de suma relevância a ser feita no que tange a formação socioespacial da mineração, é a de que a *empresa* mineira não permitia a ligação direta à terra, como ocorreu nas regiões açucareiras. Sendo a duração da lavra incerta, o capital fixo tornava-se reduzido e a atividade organizava-se, assim, de forma a poder se deslocar em tempo relativamente curto. Por outro lado, a grande lucratividade da extração favorecia concentrar na própria mineração os recursos adquiridos. Dessa maneira, a incerteza e correspondente mobilidade propiciada pela nova *empresa*, a alta lucratividade e paralela especialização marcam a organização de toda a economia mineira e de suas cidades nascentes (FURTADO, 1974, p. 76).

Para Caio Prado, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a indústria mineradora no Brasil nunca foi além de uma aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo em seguida e passar adiante. Para o autor, essa é a causa principal que, apesar da riqueza produzida pela atividade, drenada toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a marcada destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores. Nesse ponto, fazemos uma ressalva, pois o território atual, no qual se estabeleceu a zona do ouro e dos diamantes, é representante do maior acervo barroco do país, considerando o conjunto das cidades coloniais mineiras ainda hoje preservadas.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> O ouro e o diamante são símbolos da conquista territorial que emergiu como determinação principal de Portugal no *Setecentos*, ou como se refere Moraes (2002, p. 31), “como pecado original das colônias, na medida

Há de ser destacado, também, o papel fundamental da mineração no tocante à *articulação* da zona do ouro e dos diamantes com outras partes do território colonial, sua característica *sui generis*. A população emigra em massa do planalto do Piratininga, recursos em forma de mão-de-obra escrava advém do Nordeste açucareiro “decadente” e, em Portugal, forma-se, ineditamente, uma corrente migratória com destino ao Brasil, como visto acima. Contudo, foi a própria dificuldade de assentamento em uma região tão distante do litoral (base do povoamento inicial da Colônia), e inóspita pelas condições naturais (solos pouco produtivos e topografia extremamente acidentada), junto ao desejo de enriquecimento rápido, que favoreceram a articulação do território das minas com o restante da colônia, em nosso entendimento.

Localizada a grande distância do litoral, espalhada e em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um suficiente sistema de transportes. Segundo Furtado (1974, p. 76), a tropa de mulas constituiu autêntica infra-estrutura de todo o sistema minerador. A análise desse autor indica-nos que a dificuldade de abastecimento de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel primordial no funcionamento da economia e favorecesse a articulação territorial, necessária para a sobrevivência da *empresa*.

A mineração propiciou o desenvolvimento de um grande mercado para animais de transporte e mesmo o fortalecimento da pecuária. Para Furtado (1974, p. 77), ao considerarmos em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia do açúcar, em sua etapa máxima de produção. Isso faz com que a economia sul-rio-grandense, onde a criação de mulas ocorreu em ampla escala, se integrasse à economia mineira e colonial.

As tropas de mulas formaram um “corredor” de escoamento (não só de mulas e bovinos – vivos – mas também de charque) que partia do Sul em direção ao Planalto de Piratininga e depois destinados, sobretudo, para a zona da mineração (ver foto 01). Sobre essa articulação, Castro (1979, p.53) deixa-nos minuciosas indicações. Para o autor, o famoso negócio das “bestas de Viamão” (Sorocaba), não apenas propiciava um primeiro vínculo entre o extremo sul e o resto da Colônia, mas também fornecia as rendas de que se nutria o

---

que a expansão territorial e o domínio de espaços se inscrevem como móveis básicos de sua objetivação”. A conquista que acarreta na formação do território induz práticas sociais que se corporificam na estruturação da própria paisagem, dando forma específica ao processo de assentamento da sociedade na zona do ouro e dos diamantes, caracterizando-a singularmente.

importante registro de Curitiba. Esse comércio constituiu-se, por um tempo, na principal atividade econômica dos paulistas. O comércio de muares, dada sua própria natureza, superava o grande desafio enfrentado pela inserção econômica do Sul no resto do país: a necessidade de cruzar a floresta densa que se estendia do sul de São Paulo aos campos sulinos. A mineração e suas exigências de transporte tornaram-se a mola propulsora do desenvolvimento dessa atividade do sul, articulando, ainda, São Paulo.

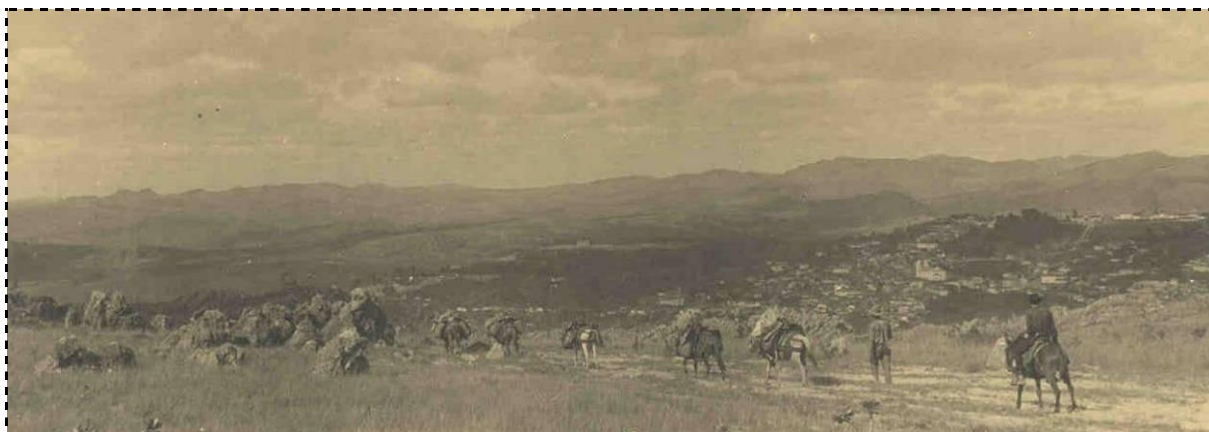


Foto 01 – Tropa de mulas carregadas de produtos chegando em Diamantina, pela parte sul da cidade [década de 1940]. Acervo do IPHAN/Diamantina.

Não é difícil de supor a importância da articulação territorial propiciada pela *empresa* mineradora ao considerarmos, ainda, que sua base geográfica compreendia a vasta área que integra o atual Estado de Minas, a região de Cuiabá, no Mato Grosso, Goiás, o próprio Nordeste, o atual estado de São Paulo e o Sul do país. Essa articulação fez-se pela necessidade do *abastecimento* da região mineira, seja pela carência de produtos alimentícios (pouco produzidos nas primeiras décadas do século XVIII), seja pela urgência de animais de carga.<sup>47</sup> Logo, a mineração foi o mote do desenvolvimento regional e mote da articulação de diferentes pontos da colônia, do Nordeste ao Centro-Sul, contribuindo, assim, para a integração do território brasileiro.

De acordo com Zemella (1990, p. 169-189), o consumo nas minas – diretamente vinculado ao sistema de transportes descrito – variou conforme quatro fatores principais: 1) povoamento; 2) produção das minas; 3) sistematização das correntes de abastecimento; e 4) desenvolvimento dos núcleos locais de produção. Essa consideração da autora remete-nos à complexidade da própria *empresa* e das suas maiores necessidades, apontadas por ela como os

<sup>47</sup> Surge dessa dinâmica uma figura singular justamente lembrada por Deffontaines (1944, p. 08), o *tropeiro*. Segundo o geógrafo francês, houve durante muito tempo mais transportadores do que produtores, onde o ofício convinha à psicologia aventureira da gente pobre, na qual não existia nenhum atavismo de sedentarismo camponês. “Através das solidões mais afastadas, esses tropeiros transmitiam as idéias, os hábitos, as novidades; eles se tornaram um dos principais agentes da unidade brasileira; desde o século XVIII eles penetraram em pleno Mato Grosso, onde tinham achado ouro; por caminhos de burro, as estradas, que eles tinham traçado, eles tinham previsto paradas, repousos, pousos que progressivamente se tornaram pequenas aglomerações”.

seguintes gêneros: 1) cereais, açúcar, toucinho, a carne e o sal; 2) ferro, aço e pólvora; 3) vestimenta e calçados, móveis, arreios (material de lida); e 4) artigos de luxo para os novos ricos das minas. Mafalda Zemella considera a pinga e o tabaco como um grupo a parte, pois, “eram os suavizadores do rude trabalho das lavras (...) a aguardente era vital para os negros que permaneciam durante horas com o corpo mergulhado nos ribeiros, manejando a bateia (...) nessa época acreditava-se seriamente nas virtudes terapêuticas da pinga (...) os escravos podiam viver mal vestidos e mal alimentados, porém jamais poderiam passar sem uma dose diária de aguardente e sem um naco de fumo” (ZEMELLA, 1990, p. 187).

Com o adensamento dos povoados mineradores, ativa-se um comércio interno, pela primeira vez, no Brasil, especialmente de secos e molhados, para atender a região. “O colosso adormecido parece despertar sob o impulso de um coração batendo nas Minas, cujo ouro paradoxalmente divide para melhor unificar” (LATIF, 1991, p. 113). Sob, por toda parte, o preço dos gêneros, e outras áreas começam a produzir para o consumo das Minas. Indagar Ouro Preto e Diamantina, geograficamente, exige-nos recordar, principalmente:

- do gado que aflui dos currais da Bahia pelo caminho do norte, favorecendo a interligação do território das minas com o Nordeste;
- de São Paulo em que a simples remessa de caixetas de marmelada dá origem a uma das maiores fortunas locais, como afirma Latif (1991); o que nos exemplifica que o ouro favoreceu o desenvolvimento de atividades econômicas subsidiárias à mineração e mesmo a outras atividades de relevante significado, como a produção do açúcar, do melado, da rapadura e do anil;
- rememorar que a mineração favoreceu o início do regime do comércio interno;
- que o ouro, enquanto instrumento de troca, permite que distintas regiões do Brasil se diferenciem e se tornem interdependentes;
- que se dinamiza a criação de mulas no sul, incentivada por paulistas comerciantes e pecuaristas. “E de lá (do sul) mandam muito gado, abarrotando as feiras anuais de Sorocaba com tropas e tropas de mulas” (LATIF, 1991, p.111);
- do fumo baiano e do açúcar pernambucano que chegam por mar ao Rio de Janeiro, subindo pelo Caminho Novo até as minas, além de descer o algodão do norte mineiro;
- das condições sociais da produção artística nas cidades, na intenção de explicar os fenômenos artísticos pelas suas relações com a totalidade das condições históricas existentes naquela época, expressas no barroco mineiro. Trindade (1992) fala do problema da mão de obra, da divisão social e técnica do trabalho que é, sem dúvida, nuclear, tanto na perspectiva de evidenciar a conexão entre a produção dita espiritual e a produção material da sociedade, como para o conhecimento da formação socioespacial que tratamos.
- da obra urbanizadora da mineração, que se liberta de uma vez por todas da orla Atlântica, dada a expansão povoadora e a conquista de larga porção do interior do território colonial e da própria Amazônia. Sobre a ocupação duradoura na orla marítima, Moraes (2000, p. 307) considera que esse foi o padrão colonial lusitano em todas as partes do globo; um império “filiforme e talassocrático. Estranho seria a adoção de um novo comportamento na ocupação das terras brasileiras.” O Bandeirismo, que penetra até a Chapada Diamantina e o vale médio do São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra missionária na Amazônia, além da influência do “ciclo luar”, são algumas facetas da produção de núcleos populacionais

no Brasil de então, como nos lembra Aroldo de Azevedo em *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*.

- de duas estruturas urbanas completamente distintas, que Geiger (1963) contrapõe como “estrutura colonial” e “estrutura nacional” (século XX). Fazemos, ainda, outra subdivisão em relação à “estrutura colonial”: chamaríamos “*estrutura colonial litorânea*” e “*estrutura colonial interiorana setecentista*”, que representam duas áreas cujas formas materiais, estruturas relacionais, processos históricos genéticos e funções sociais divergem por se constituírem em diferentes formações socioespaciais. No tópico seguinte, dedicaremos um tempo à *estrutura urbana colonial interiorana setecentista*.
- que se a Coroa foi responsável pela organização do aparelho político-administrativo na zona do ouro e diamantes, as ordens terceiras e as irmandades (organizações laicas) – diretamente ligadas ao Estado – assumiram a organização da vida civil, como também aponta Scarlato (1996, p. 134). Dessa maneira, mais que beleza estética materializada pela Igreja através do barroco na *paisagem urbana histórica*, a instituição assume papel relevante na organização da sociedade da mineração, junto ao poder público. Adquiriram importante papel no processo de estratificação da sociedade nos núcleos urbanos mineiros. Vasconcellos (1997) salienta que a composição das irmandades e ordens terceiras constituiu, em Minas, grupos que teriam de corresponder, naturalmente, aos agrupamentos sociais então existentes, sem maior assistência do clero e de Portugal. Essa tendência, diversa do litoral, marca a constituição social e espacial da zona do ouro e dos diamantes.
- que nas ladeiras das cidades mineiras, um dia, imperou, fora de sua região, o chapéu de couro nortista, o ponche do sul e uma variedade de mascates de distintas regiões; é o momento singular de uma formação social e econômica em que os brasileiros vão se conhecendo, pouco a pouco.

A mineração favorece, então, como já apontamos, a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no Brasil de então (COSTA e SCARLATO, 2009a). Sabiamente, afirma Latif (1991, p. 112) que “em torno aos arraiais mineiros, o Brasil imenso como que se condensa e deixa de ser um todo desconexo para se articular em redor de um primeiro centro coordenador”. O século XVIII da mineração promoveu o estabelecimento, apenas em Minas Gerais, de nada menos que 14 vilas – além dos vários pequenos arraiais erguidos às expensas das vilas –, sendo 8 delas erigidas na segunda década do *Setecentos*, distribuídas por toda a capitania, de acordo com os dados fornecidos por Aroldo de Azevedo.

#### ***Vilas criadas na zona do ouro e diamantes ao longo do Setecentos***

Data de fundação	Ordem	Denominação
1711	1 <sup>a</sup>	Vila Real de Nossa Sra. do Carmo (Mariana) ***
1711	2 <sup>a</sup>	Vila Real de Sabará (Sabará) ***
1711	3 <sup>a</sup>	Vila Rica (Ouro Preto) ***
1712	4 <sup>a</sup>	Vila de São João Del Rei (S. J. Del Rei) ***
1714	5 <sup>a</sup>	Vila do Príncipe (Serro) ***
1714	6 <sup>a</sup>	Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro (Caeté)
1715	7 <sup>a</sup>	Vila Nova do Infante (Pitangui)
1718	8 <sup>a</sup>	Vila de São José Del Rei (Tiradentes) ***
1730	9 <sup>a</sup>	Vila de N. Sra do Bom Sucesso das Minas do Fanado (Minas Novas)
1789	10 <sup>a</sup>	Vila de Itapecerica (Itapecerica)
1790	11 <sup>a</sup>	Vila Real de Queluz (Conselheiro Lafaiete) ***

1791	12 <sup>a</sup>	Vila de Barbacena (Barbacena) ***
1798	13 <sup>a</sup>	Vila Princesa da Beira (Campanha) ***
1798	14 <sup>a</sup>	Vila Paracatu do Príncipe (Paracatu)

Fonte: Aroldo de Azevedo (1956, p. 39-41). Organizado pelo autor.

\*\*\* Cidades analisadas, in loco, pelo autor, antes ou durante esta pesquisa (Tiradentes, São João Del Rei e Diamantina integraram nossas análises anteriores).

Lembremos, com Santos (1977), que uma formação econômica e social deve ser compreendida no quadro de um momento totalizador, em que todos os elementos são variáveis que se interagem e progridem juntas, submetidas à lei do todo. Diferentemente do modo de produção, que representa uma possibilidade de realização, a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*, o que temos em Minas com o advento da mineração, cuja prova são as cidades que perduram. Será a formação econômica e social indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada, ou seja, a objetividade do fenômeno histórico de desenvolvimento é a condição fundamental de seu entendimento, ou seja, a interpretação das cidades antigas plantadas no território.

Logo, Santos (1977) afirma que modo de produção, formação social e espaço são três categorias interdependentes. Os processos que formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, através de uma formação social. A formação social da mineração compreende uma estrutura técnico-produtiva de época expressa geograficamente por uma distribuição da atividade de produção na zona mineradora, o que a impede de ser concebida sem referência à noção de espaço.

As características socioeconômicas e culturais particulares da região mineradora estão diretamente vinculadas ao resultado do arranjo espacial do modo de produção escravista. “O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (SANTOS, 1977, p. 87).

Os lugares são específicos, particulares, guardam os restos de modos de produção pretéritos, as formas espaciais seriam, pois, uma “linguagem do próprio modo de produção passado e presente. Concretizam-se, os modos de produção, em uma base territorial histórica e concreta”, afirma Santos (1977, p. 88). Um determinado lugar representa as necessidades internas e externas de materialização da vida, dos costumes das visões de mundo distintas de classes antagônicas e estruturadas hierarquicamente, no próprio território.

Capítulo à parte é o contexto geohistórico da formação de Diamantina<sup>48</sup>. As minas dividiram-se, até 1720, em três grandes Comarcas, conforme figura 01: do Rio das Velhas (Sede Sabará), do Rio das Mortes (Sede São João Del Rei) e de Vila Rica (Sede atual Ouro Preto). Após essa data, a capitania divide-se, definitivamente, para todo o período da dominação mercantil, em 4 comarcas, pois a Comarca do Rio das Velhas é repartida em duas: Comarca do Serro Frio – na qual se estabelece o território dos diamantes – e a Comarca de Sabará.

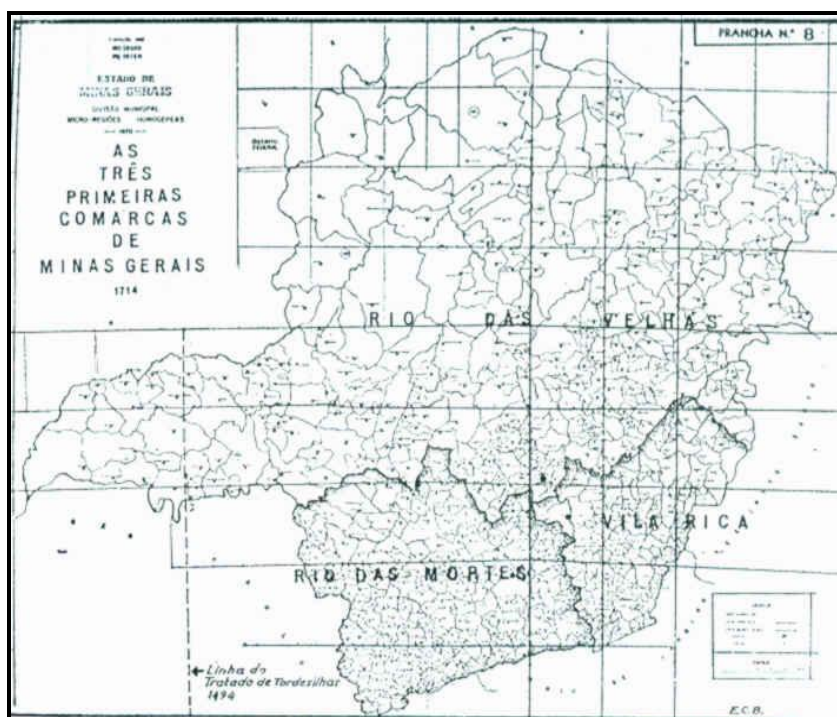


Figura 1: Comarcas mineiras no início do Setecentos / Fonte: Barreiros (1976).

Segundo Joaquim Felício dos Santos, em *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, as lavras do Tijuco até 1729 foram puramente auríferas, logo, sujeitas ao regimento dos superintendentes e guardas-mores das terras minerais (do ouro). As cartas de *data*, na ocasião, eram distribuídas pelo Guarda-Mor da Vila do Príncipe (atual Serro), mediante pagamento dos direitos estabelecidos sobre as lavras auríferas. “É certo (...) que no ano de 1729 já os diamantes estavam descobertos e eram explorados, conquanto ainda

<sup>48</sup> Em sua Tese de Doutorado, *Os negócios de diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina – MG: 1870-1930*, Marcos Lobato Martins menciona a dificuldade em encontrar fontes historiográficas sobre Diamantina. Não é diferente na geografia humana brasileira, onde são escassos os trabalhos monográficos sobre o norte mineiro, em especial sobre a região, ainda hoje, diamantífera. Dessa maneira, são substanciais para nossa breve análise da formação histórica do antigo Arraial do Tijuco, os trabalhos de Caio Prado Júnior – que faz uma curta menção à mineração do diamante e sobre suas características básicas; as minuciosas observações do naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire, em *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, o significativo trabalho de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*; o trabalho de Aires da Mata Machado Filho, *Arraial do Tijuco Cidade Diamantina*, o estudo de José Moreira de Souza, *Cidade: Momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX* e a Tese de Doutorado de Marcos Lobato Martins.

não fossem bem conhecidos (...) D. Lourenço de Almeida, manda suspender todas as minerações de ouro nas terras diamantinas e anulando as cartas de datas obtidas do guardamora.” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1978, p. 49).

Assim, a história dos diamantes em Minas Gerais remonta à terceira década do *Setecentos*. Conforme Martins (2004, p. 63), a Vila do Príncipe, em cujos ribeirões houve significativa extração de ouro na primeira metade do século, foi o ponto de partida de uma série de expedições de mineradores rumo ao norte. Essas expedições descobriram depósitos aluvionares de ouro na base da Serra de Santo Antônio (o sítio original de Diamantina localiza-se na encosta frontal a essa serra), nas terras banhadas pelo Rio Grande. Felício dos Santos (1978) informa que os moradores do Arraial do Tijuco utilizavam grande quantidade de pedras brilhantes retiradas do Rio Grande para marcar pontos nos jogos de cartas, sem saber que eram o diamante. Ao chegar a notícia em Portugal da existência do produto, foram tomadas medidas draconianas de controle, jamais vistas em terras brasileiras.

Não descreveremos as minúcias dos sistemas adotados sucessivamente pela metrópole para a regulamentação da extração do diamante, porém, fica o registro de que foram três os sistemas impostos, com suas principais características: *Livre Extração*, *Contratação e Real Extração*, conforme Caio Prado (1969, p. 181).

Em 1730, a metrópole promulgou o primeiro regimento para os diamantes, onde declarava que o produto era propriedade real. Segundo Martins (2004, p. 63), pelo regimento, era permitida a qualquer pessoa a pesquisa de diamantes, e estabelecia-se o regime de capitação para tributar os mineradores; capitação que se elevava de ano a ano a fim de controlar o volume de diamantes extraídos, de modo a não inundar as praças européias e evitar a queda dos preços da gema.

Em 1731, foi realizada a Demarcação do Distrito Diamantino, como medida significativa de controle da área diamantífera. Conforme Martins (2004), estabeleceu-se um quadrilátero dentro da Comarca do Serro Frio que circundava o Arraial do Tijuco, centro administrativo do Distrito, e incluía outros arraiais e povoados como Milho Verde, Gouveia, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. Apesar dos cuidados da metrópole para que os preços das pedras não despencassem, o seu valor diminuiu em três quartos na Europa, o que forçou a Coroa a limitar a extração e a coibir o contrabando dos diamantes. Em 1740, chega ao fim a *Livre Extração*.

Em 1740, a mineração de diamantes foi retomada sob o regime dos *Contratos*. Os *contratadores*, geralmente reinóis, arrematavam o direito de minerar diamantes e de cobrar impostos, ficando vedada a qualquer outra pessoa a possibilidade de manter lavras ou



garimpos nas terras da Demarcação do Distrito Diamantino (MARTINS, 2004, p. 64). Esse sistema perdurou de 1740 a 1771, sob o comando de seis contratos sucessivos.<sup>49</sup>

Insatisfeito com os descaminhos do diamante, em 1771, Portugal resolveu assumir diretamente a atividade de extração dos diamantes. Dentro da política pombalina, criou-se o *monopólio real dos diamantes*, conhecido como *Real Extração*. Surgiu a Real Intendência dos Diamantes, composta de um Intendente, um Fiscal e três Caixas. Edita-se o *Regimento Diamantino*, que integrava toda a legislação relativa ao Distrito e que ficou vastamente conhecido como *Livro da Capa Verde*, pois o exemplar do Regimento que chegou ao Tijuco era encapado com um pano verde. A *Real Extração* vigorou até a década de 1830. (MARTINS, 2004, p. 65)

Na descrição de Saint-Hilaire (1974, p. 13), o Distrito dos Diamantes foi submetido a uma administração particular, fechado não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, formou um *Estado à parte*,

no meio do vasto império do Brasil (...) esse distrito, um dos mais elevados da Província de Minas, está encravado na comarca do Serro Frio; (...) faz parte da grande cadeia ocidental e compreende uma área, quase circular, de cerca de 12 léguas de circunferência. Rochedos sobranceiros, altas montanhas, terrenos arenosos e estéreis, irrigados por um grande número de riachos, sítios os mais bucólicos, uma vegetação tão curiosa quão variada, eis o que se nos apresenta no Distrito dos Diamantes. E é nesses lugares selvagens que a natureza se contenta em esconder a preciosa pedra que constitui para Portugal a fonte de tantas riquezas.

A bibliografia analisada aponta-nos que o Distrito dos Diamantes ficou como que “isolado do Universo”, nos dizeres de Saint-Hilaire; para nós, um “*enclave territorial*” rigidamente vigiado. Situado em um país governado por um poder absoluto, o distrito foi submetido a um despotismo ainda mais absoluto; sob o sacrifício da própria sociedade assegurou-se à coroa a propriedade exclusiva dos diamantes.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Martins (2004) aponta que embora as cláusulas dos contratos limitassem a 600 cativos a mão-de-obra que podia atuar nos serviços de mineração, o número de escravos que os contratadores empregaram na pesquisa e extração do diamante foi bem superior. Grande parte dos cativos que compunham as *tropas* dos contratadores era escravos de aluguel pertencentes a senhores da Demarcação. Continua o autor afirmando que, em 1745, na tentativa de controlar o fluxo populacional que se dirigia para a Demarcação, a Coroa impediu o livre acesso às terras diamantinas. As pessoas e mercadorias que iam para o Arraial do Tijuco precisavam de autorizações especiais, examinadas nos registros da Demarcação (Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Paraúna). Nesses registros também eram cobrados os direitos de entradas sobre o comércio dos diversos gêneros, inclusive de escravos.

<sup>50</sup> Souza (1993, p. 36-7) faz uma análise interessante sobre o processo de extração dos diamantes. Ciente de que o diamante é artigo de luxo, enquanto tal, é valioso pela escassez, menciona a existência de uma política espacial necessária à extração diamantina, ensaiada por 60 anos com a Real Extração, após o período dos Contratos. O espaço dos diamantes deveria ser rigorosamente controlado para não inserir, no processo mercantil, livres relações de mercado, subvertendo relações entre os Estados. “Se o processo mercantil é inadequado às minas de ouro, na medida em que conflita com os ‘reais interesses’, estabelecendo a soberania do Estado civil sobre o Estado monárquico, ele o é muito mais para a exploração dos diamantes. Essa mercadoria não tem ‘valor intrínseco’, seu valor é simbólico, tal qual o ouro na fase em que se materializava em ídolos, imagens e jóias. Viviam-se a consciência de que as minas de ouro e de diamantes constituíram-se em espada de Dâmocles sobre o

Conforme Caio Prado (1969, p. 182), o Distrito surge como um “verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia”, vivia isolado do resto do país e com uma organização peculiar; não havia governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos. Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares, que eram tudo ao mesmo tempo, e que se guiavam, sobretudo, pelo *Livro da Capa Verde – o Regimento* –, que lhes dava ilimitada competência.<sup>51</sup>

Saint-Hilaire (1974) menciona a estruturação das atividades no Distrito. Além do Intendente e de seu corpo submisso de auxiliares, destaca o papel de alguns agentes. O trabalho relativo à extração dos diamantes era confiado a empregados denominados *administradores particulares*, cujo número variava de acordo com as necessidades do *serviço* – por *serviço* entendiam-se os lugares onde eram extraídos os diamantes, cada *serviço* teria um guarda-armazém e um moleiro, cargos da mesma categoria e do mesmo vencimento dos feitores, além dos *carpinteiros e serralheiros*, que também possuíam seus escravos. Cada *administrador particular* dirigia um certo número de escravos, cujo agrupamento era

---

Estado monárquico e absolutista; qualquer passo em falso favorecia o aliado inconveniente, privatizando definitivamente todas as relações. Mas, principalmente, se o ouro pode circular livremente, desde que, com a devida precaução, se cuide de ressaltar os direitos reais, através do quinto, e se ele é posto exatamente para circular e através dessa circulação se reconhece o poder soberano do Estado, o diamante, ao assumir a posição de mercadoria, perde todo valor simbólico e sua descoberta, mais do que solução, cria o problema de como fazê-lo circular. Símbolo do luxo das cortes, o diamante não pode circular além delas. Desse modo, a extração e comércio dos diamantes trazem embutidos em si, mais do que os do ouro, o desenvolvimento da consciência ‘burguesa’ em suas relações de transformação da nobreza fundiária e eclesiástica (...) Assim, entre os diferentes processos que se desenvolvem no Norte Mineiro: pecuária e extração aurífera, currais da Bahia e caminhos do sul, Minas do Norte, filiadas às de Jacobina e Minas Gerais, assume importância maior o exame das relações entre o espaço do ouro e dos diamantes, enquanto um, representado pela Vila do Príncipe, participa do processo geral de formação do espaço das minas: sejam as de Cuiabá, as dos Goitacases, as de Paranaguá, ou do Rio das Contas; o outro cria características especiais com amplas consequências para a formação do espaço das minas de ouro e, de modo especial, do Norte Mineiro.”

<sup>51</sup> É instituído o Regimento com o fim de coibir abusos, como menciona Machado Filho (1980). “Veio o decreto de 12 de agosto de 1771, que fez privativa da então Real Fazenda a extração dos diamantes, sob a direção de um Intendente e demais funcionários. Machado Filho transcreve o dito Regimento, do qual podemos dar como exemplos de sumo rigor e controle, alguns Parágrafos do *Livro da Capa Verde*; XII – “Mando que na conformidade do capítulo II do Regimento do Governador D. Lourenço de Almeida, (...) as penas acima estabelecidas, fiquem proibidos em todos os arraiais diamantinos (...) as negras de tabuleiro, como no Tijuco, as vendas por casas das negras e dos negros dentro das vendas e lojas ou a comprar ou a vender. XXII – A admissão ou segregação dos Administradores subalternos, feitores e mais empregados no serviço da Administração pertencerão privativamente ao Inspetor Geral e aos Caixas da Administração de Lisboa (...) XXIII – Todas as pessoas que houverem sido empregados no serviço da Administração e dela se despedirem ou forem despedidas pelos Administradores, serão logo mandadas sair, não só das Terras Diamantinas, mas de toda a comarca, por ordem do desembargador Intendente (...) XXXIII – Sendo informado que no arraial do Tijuco, na Vila do Príncipe e em vários outros lugares das Terras da Demarcação dos Diamantes, se tem aumentado a um número excessivo as lojas de fazendas secas, armazéns de molhados e vendas ou tavernas, tendo na maior parte delas por principal objeto muitos dos seus interessados comprarem diamantes extraviados debaixo do pretexto ou motivo de venda de seus gêneros, sou servido ordenar que o desembargador faça logo reduzir ao menor número possível assim no arraial do Tijuco como em todo os mais lugares das Terras da Demarcação, as sobreditas lojas (...) XXXVII – Nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade ou condição que seja poderá entrar na Terra da Demarcação sem licença do desembargador Intendente, a qual requererá por petição antes de entrar no Distrito Demarcado, fazendo certo por um Bilhete de Polícia ou das Justiças do lugar onde ouver saído, o negócio a quem vem e a que lugar se dirige, a distancia, e a diligencia que deve fazer (...)”. Assina o Regimento, no Palácio da Nossa Senhora da Ajuda, em 02 de agosto de 1771, o Rei de Portugal.

chamado de *tropa*. Abaixo dos administradores particulares estavam os *feitores*, que faziam executar as ordens daqueles e fiscalizavam os negros. Todos os escravos ocupados nos *serviços* pertenciam a particulares que os alugavam à administração, um negócio extremamente lucrativo. Também havia uma força militar à disposição do Intendente e da administração, composta de duas companhias de homens a pé, chamados *pedestres*, e de um destacamento do regimento da província contando 50 homens, inclusive oficiais. O destacamento de cavalaria ficava acantonado nas fronteiras do Distrito dos Diamantes a fim de impedir os contrabandos, o restante do destacamento ficava aquartelado no Tijuco e empregado no serviço de patrulhamento, na guarda das caixas, etc. A menção de Saint-Hilaire remete-nos à especificidade de Diamantina em relação às outras cidades da área da mineração, no que diz respeito ao controle imposto na Demarcação Diamantina, diretamente sobre os “olhos do rei”.

Nessa breve análise histórica, pretendemos considerar a existência de duas principais zonas no território da mineração – a *zona do ouro* e a *zona do diamante* - sendo essa última representante de um verdadeiro *enclave territorial* francamente vigiado por Portugal, quer seja pelo valor simbólico do diamante, quer seja por seu valor de mercado.

Apontamos também, que o Distrito Diamantino representa o último baluarte da mineração, abrangendo uma área relevante para a articulação do norte mineiro com o restante do país. Mais uma vez a mineração – agora do diamante, principalmente – vai ser fundamental no processo de formação do território brasileiro, ao integrar o longínquo e pouco conhecido norte mineiro às áreas mais dinâmicas do centro-sul do Brasil Colônia.<sup>52</sup> Conforme Prado Júnior (1983, p. 63), um naturalista alemão que em princípio do século XIX visitou o Distrito, assim se refere a ele: “Única na história esta idéia de isolar um território no qual todas as condições da vida civil de seus habitantes ficassem sujeitas à exploração de um bem da coroa”.

Martins (2004, p. 62) considera que a importância econômica e social da mineração, no Alto Jequitinhonha, predominantemente praticada na forma de garimpo, acentuou-se ainda mais ao longo dos séculos XIX e XX, em razão do fato de que essa região acabou relativamente isolada das redes de comercialização que abrangiam Minas Gerais. “A

---

<sup>52</sup> Moraes (2000, p. 411) menciona que é a ocupação efetiva que qualifica a colônia, que a objetiva como espaço subordinado. Para o autor, o Brasil nasce e se desenvolve sob o julgo da conquista territorial, tratando-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais. “Por isso, a dimensão espacial será uma das determinações fortes em sua formação histórica.” Nesse ponto, fazemos um *gancho* na análise de Moraes (2000), pois as materialidades representantes da própria conquista territorial colonial mineira, cristalizadas nos núcleos urbanos das cidades históricas, foram resgatadas na década de 1930 como símbolos de identidade e cultura na constituição do “Brasil-nação”, como veremos; mais uma vez, a dimensão espacial faz-se determinante como símbolo de coesão e identidade de nossa sociedade.

região tornou-se marginal em relação aos centros dinâmicos da economia mineira, caminhando na direção da economia agro-pastoril de subsistência.” No vastíssimo norte de Minas, o processo mercantil limitou-se a produtos destinados à exportação: as pedras preciosas e o algodão, como aponta Martins. A exceção ficou por conta do Arraial do Tijuco, Cidade de Diamantina, centro dos negócios do diamante e do ouro, que a manteve conectada com outras partes de Minas Gerais e do Brasil. O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo que domina o velho. O novo procura impor-se em toda parte, porém sem poder realizar isso completamente, às vezes, por depender das evidências espaciais do antigo modo de produção, respeitando sua lógica e preservando-o – é a lógica que encarna Ouro Preto e Diamantina, no presente, como cidades antigas apropriadas pela atividade turística, decorrente dos valores e significados que ainda guardam.

Não pretendemos trazer minúcias da *empresa da mineração* no Brasil, mas mencionar algumas das principais características da atividade que representa o móvel da formação socioespacial da mineração, *empresa* que favorece o estabelecimento de uma primeira rede urbana na colônia (SCARLATO, 2008); rede urbana pretérita que é transformada, hoje, numa rede de cidades que atende à ampla rede do mercado global do turismo.

Um dos critérios pelos quais Diamantina fora inscrita na Lista do Patrimônio Mundial foi o de “representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, ou tecnológico, ou paisagem ilustrativa de um ou mais períodos significativos da história humana”; e sobre essa ilustração de um *período significativo da história humana*, não nos restam dúvidas de que, no período da mineração no Brasil Colônia, Diamantina encerra o reduto simbólico do absolutismo na América Portuguesa, seja através das práticas e relações sociais estabelecidas com a mineração, seja pela instituição das *formas* e *conteúdos* característicos do urbanismo barroco-rococó que a caracteriza, e que por isso é mercantilizada. Ouro Preto, “por representar uma obra prima do gênio criativo e esboçar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural, uma civilização viva ou desaparecida”, também é inscrita na Lista. Essas são características identificadas a partir do conceito de “formação socioespacial” aplicado à mineração do século XVIII, no Brasil, por nos ajudar a superpor espaço e tempo em movimento, a entender dinâmicas locais vinculadas direta e fortemente com mecanismos globais de produção no curso histórico, o que propusemos neste tópico.

Santos (1977, p. 89) escreveu que a realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se, assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular; pensar o

consumo nas / das cidades históricas mineiras, hoje, remete-nos à lógica em que foram produzidas dentro de um modo de produção colonial escravista e, atualmente, são consumidas pela simbolismo que enreda essa própria história, em um novo momento do desenvolvimento do capitalismo (que desponta na busca do monopólio nos lugares e confabula uma *dialética da memória* – apoiados em Walter Benjamin). “O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutra” (SANTOS, 1977, p. 89).

A formação socioespacial da mineração representa o próprio ordenamento do território que a abarcou no dado momento histórico, de forma que esse conceito contém a totalidade da unidade da vida social na zona da mineração interconectada à sociedade global. Este capítulo justifica-se quando buscamos ir para além da materialidade criada pela dinâmica do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, e buscar o entendimento de aspectos imateriais inerentes ao próprio processo de produção do ouro, como os dados ideológicos, políticos e culturais atinentes àquela época, e que, hoje, são ressignificados, mercantilizados e pouco resgatados ou deturpados na prática turística.

Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (...) O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p. 91).

## 2.2.2. Ouro Preto: barroca e dramática

Os condicionamentos materiais e imateriais (estrutura da propriedade, modos de produção, opções políticas, etc.) estão na base das formas arquitetônicas e estas se representam no testemunho concreto das cidades. Assim, é possível realizar uma leitura da arquitetura urbana a partir do resgate histórico das próprias relações sociais de produção de um dado período da história mundial e de um local, o que fizemos até agora. A arquitetura, pois, deve ser entendida como fenômeno urbano por excelência.

Aymonino (1984) afirma que o interesse pelo “significado das cidades”, no domínio dos estudos urbanos, deve se dar por meio de uma análise morfológica do conjunto e uma classificação tipológica dos componentes, a fim de se estabelecer uma relação entre elas. O autor estabelece uma limitação temporal de examinar o “significado da cidade” na época moderna e contemporânea, por serem o resultado de significados anteriores, aceites como tendo existido e não como existentes. Por motivos históricos – e não somente –, mas também, geográficos, administrativos, econômicos, o vocábulo *cidade* remete a fenômenos físicos artificiais que, normalmente, não são comparáveis entre si, devido aos usos mais frequentes estabelecidos, as funções, mormente, ordenadoras do território que, no plano local e extra-local, criam um imaginário sobre o próprio significado das cidades (AYMONINO, 1984). Por essa questão, buscou-se formular, histórica e geograficamente, outros vocábulos capazes de estabelecer “fronteiras” de sentido e significado das cidades; surgem, pois, as cidades pequenas, as cidades médias, as cidades grandes, as cidades metropolitanas, as cidades antigas, as *cidades históricas* etc.

Assim, lançamos a seguinte questão: Qual é o significado de Ouro Preto sob um ponto de vista geohistórico e arquitetônico? Há quem afirme que as grandes cidades sejam postos de comando, ou, que a cidade favorece a arte; Ouro Preto não é uma grande cidade, porém é ela mesma arte histórica; apontaremos para uma visão geohistórica e estética da cidade que hoje é consagrada como Patrimônio Mundial e massivamente visitada, justamente por seus valores simbólicos e o capital simbólico construído. Quais são esses valores corporificados na paisagem de Ouro Preto e Diamantina é o que pretende este e o próximo e último tópico do capítulo. Esse esclarecimento dará subsídio à problematização da retórica e das ações que as mercantilizam, no presente, bem como está relacionado com as outras fases da periodização explicitada no início do capítulo e que serão desenvolvidas ao longo da tese.

Os traços culturais que fundam uma dada civilização estão presentes em seus mais diversos produtos, daí a necessidade e a pertinência de se buscá-los em vestígios históricos diversificados (ÁVILA e GOMES, 1992). Indagar o território da antiga zona da

mineração brasileira leva a questões mais diversas de nossa formação cidadina que tem na Igreja um apoio mais que relevante, estruturalmente necessário. Diz as autoras que a predominância de ordenação religiosa do espaço territorial, assim como se deu nos núcleos urbanos, ocorre na organização social através das irmandades. Mas não apenas isso, vejamos a análise de Vasconcellos (1957, 1959) e Marx (1992).

É observável que as cidades coloniais mineiras guardam notória peculiaridade no que tange ao processo de urbanização e a sua conformação histórica. Como aponta o arquiteto Murillo Marx, em *Arraiais Mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos*, o ímpeto e a velocidade de seu estabelecimento, morte ou consolidação rebateram em característica expressão espacial barroca, que a precoce e generalizada decadência cristalizou. Se no Brasil anterior à mineração as propriedades eram demarcadas em grandes glebas de terra ou a ações de posseiros, as datas de mineração se espalharam primeiro ao longo dos rios, em pequenas áreas. As catas eram, pois, desenvolvidas nos pequenos cursos d'água, obtendo a garantia de uma área e a licença do governo para explorar o minério. Porém, logo os mineiros começam a subir as encostas em busca do ouro, que se escasseava nas margens e nos leitos revolvidos, e a fazer suas grupiaras (MARX, 1992).

Assentamentos em linha, glebas mínimas de terra, o caráter religioso dos aglomerados, a fixação do homem a terra, na área urbana, são algumas característica do período. Temos assim, no Brasil, uma tardia institucionalização da vida urbana, o que passa a se concretizar com a mineração na zona do ouro e dos diamantes. Se, em 1711, todos os arraiais mineiros estavam formados e com os seus nomes, bem como data de ereção de vilas, conselhos municipais e *rossios*, havia o problema de não se ter “recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores”, como cita Marx (1992).

Temos então, no primeiro quartel do século XVIII, alguns arraiais provisórios, com capela no meio, caso das vilas de N. S. do Carmo, Rica e do Sabará; em seguida, vêm as primeiras matrizes. O município e a Igreja fazem-se instituições fundamentais para a vida civil e para a questão da terra urbana. “O povoamento súbito, extraordinário, redundaria na eclosão simultânea de um grande número de construções”, aponta Sylvio de Vasconcellos, em *A arquitetura colonial mineira*. De onde sai o chão para as construções súbitas nas vilas da antiga zona da mineração? Murillo Marx aponta, baseado em Vasconcellos, que, a princípio, nas povoações primevas, as construções se aproximam da única capela de construção precária, núcleo da povoação nascente e ponto de referência do lugar. Assim, antes do “barroquismo de qualquer traçado ou espaço citadino, adveio, dentro daquela sociedade

pioneira e do espírito da Contra-Reforma, o solo fértil para o barroco medrar”, considera Marx (1992, p. 391).

As principais ruas desses núcleos correspondem a antigas estradas e, por isso, foram chamadas de rua da Matriz, da Câmara, da Praça. Não por nelas se localizarem estas edificações, mas por a elas conduzirem. “Ora, estas edificações e espaços sobreviveram ao que já havia, aos punhados de quintais e moradias polarizados pelas capelas e fizeram eco à razão de ser de tantas ruas do mundo luso de nome Direita” (MARX, 1992, p. 392).

Vasconcellos (1959) também lembra que, ao contrário das povoações do litoral, onde as igrejas eram construídas no interior das quadras, a tangenciar logradouros públicos, nas Minas, os templos eram erguidos no centro de largos, circundados por praças e ruas e independentes das quadras urbanas mais vizinhas (perspectiva distinta ocorre em Diamantina, como veremos, em que as igrejas se confundem com os sobrados, nas ruas). Em muitos casos, inserem-se em terraços definidos por bifurcação de estradas ou em outeiros (pequenos montes) ao lado delas. Isso valoriza sobremaneira os edifícios religiosos, afirma Vasconcellos, acrescentando às povoações um emergente paisagismo e bons efeitos de perspectiva, normalmente ausentes nas cidades brasileiras do litoral.

Tais largos, tais terraços, tal sábia implantação, aliados ao fato de não comparecerem as ordens regulares e, por conseqüência, os seus claustros, dependências conventuais e cercas, como que liberam os edifícios das capelas e igrejas. Soltas assim, empolgam o espaço urbano, criando visuais insuspeitadas e oferecendo todo o seu corpo à fruição. O casamento dessa independência com as colinas tem um efeito enaltecido por Lourival Gomes Machado e constitui a oportunidade tantas vezes aproveitada pelos arquitetos que, ao cuidarem não somente dos frontispícios *mas também da volumetria dos templos, criaram obras-primas e – o que aqui importa – um fluido espaço urbano.* (MARX, 1992, p. 392, grifo nosso)

Assim, os arraiais mineiros, antes de se fazerem barrocos, nasceram barrocos, diz Marx (1992). Exalta-se o barroquismo pelo traçado, pelas referências arquitetônicas, pelo espaço; esses núcleos emergiram de condições especiais nos confins do mundo da Contra-Reforma. O espaço resultante, movimentado e dramático, deve muito ao talento de seus criadores que eclodiu por entre as fissuras locais de uma rígida sociedade.

Nessa perspectiva de análise, podemos dizer que o poder que oscila ou se alterna rebate sobre diferentes formas na cidade. Seriam diferentes nossas cidades antigas se fôssemos colonizados por ingleses. Teriam outro significado, nossas cidades coloniais, outra forma-conteúdo. Aymonino (1984) diz que o embelezamento da basílica de São Marcos, em Veneza, – com as colunas, os mármores, os cavalos de bronze – se deve aos furtos praticados pelos venezianos em Constantinopla; e Paris seria diferente sem a rapina econômica e cultural de Napoleão I. A influência moura em Portugal rebateu diretamente sobre nossas cidades, na



sua constituição arquitetônica, o que simboliza uma “superposição” de poderes materializados no território. Recife Antigo esboça claramente o acúmulo desigual do tempo em sua configuração espacial, ao trazer marcas do domínio holandês, francês e português, como analisa em sua tese de doutorado Leite (2004). A monumentalidade de Ouro Preto ou o ar bucólico de Tiradentes e Diamantina, então, retratam o grau de poder (político-econômico-religioso) distintamente impresso nesses lugares da antiga zona da mineração no Brasil.

Ouro Preto faz-se barroca e dramática. Cidade barroca na forma e na perspectiva inerente de uma sociedade barroca. Temos, pois, uma concepção de vida barroca, uma concepção barroca da sociedade e uma perspectiva barroca do espaço físico da cidade. Na sociedade barroca, diz o historiador das cidades Romero (2009), viu-se um grande abismo entre os grupos privilegiados e não privilegiados, consagrando uma sociedade dual, não à maneira da sociedade feudal, que se compunha de senhores e camponeses. Foi dual porque o produto da revolução mercantil – a burguesia – se dividiu entre o patriciado, que se juntou à velha aristocracia, e o resto das classes médias, que se vincularam estreitamente com as classes populares. Essa ambigüidade, esse drama social de uma Ouro Preto barroca, consubstancia-se em aspecto físico que revela a vocação pelo espetáculo e teatralização do território e da vida, dando origem a uma das grandes criações do barroco, segundo Romero (2009), a fachada. A grande quantidade de igrejas, palácios e edifícios privados no barroco dão-nos a dimensão da significação das fachadas para o mesmo. Assim, a fachada é uma expressão de que a cidade se transforma em algo que pode e deve ser observado, como se observa um espetáculo teatral.

Fachada que, em Vila Rica, materializa-se nas igrejas e nas casas “rigorosamente cidadinas”, “comprimidas contra os morros”, “desafiando despenhadeiros” sobre as altas pernas de pau que eram os seus esteios; situadas “bem sobre as praças e as ruas”, descreve Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*. Uma cidade barroca e dramática em sua forma-conteúdo; onde vão imperar os “ricaços de casas nobres”, os “mercadores de sobrados”, os mucambos em áreas alagadiças e, por alguns locais, como a atual Rua São José, na sequência da Rua Direita, um grande número de casas híbridas, metade térrea, metade sobrado de um, dois e até três andares. Essas habitações desenvolveram-se, particularmente, nas cidades construídas em terreno desigual ou em planos diversos, como em Ouro Preto e na Capital da Bahia, onde, “às vezes, a frente da casa era térrea e as costas, assobradadas, davam para barrancos e até precipícios”(FREYRE, 2004, p. 310). Ouro Preto barroca emerge dramática ante a austeridade da topografia que lhe dá um balanço e uma densidade variavelmente monumental por todo o conjunto, agregados o valor de sua arte singular e as revoltas e

conflitos sociais que se desenrolam ao longo dos séculos, constituindo-se em símbolo patrimonial nacional e mundial, como veremos nos capítulos 03 e 04.

O mundo barroco fez-se racionalizado, às vezes geométrico em contraposição a falta de geometria da cidade gótica. Ouro Preto barroca deve ser vista como um fenômeno da criação de um novo tipo de cidade que se perfaz como testemunho da diferenciação social de um mundo em emergente transformação. “Se trata, entonces, de una nueva, escindida, que adopta un tono de vida barroco, caracterizado por su tendencia a la espectacularidad, y que se aloja en una ciudad que, a vez, se escinde y se presta a esta tendencia. En la ciudad barroca, como antes en la ciudad gótica, germina e irrumpe, al cabo de muy poco tiempo, una nueva corriente de ideas, una nueva mentalidad y un ejercicio y un análisis de una forma de vida inédita” (ROMERO, 2009, p. 167).

A característica fundamental da cidade barroca do século XVII e XVIII é representada pela divisão, contraposição e coexistência de dois estilos de vida e de duas mentalidades – um setor de privilegiados (burgueses) e outro de não privilegiados (classes médias e populares) – é a expressão primeira da segregação nas/das cidades, que se evidencia, claramente afirma Romero (2009). Segregação que se perfaz no interior da cidade, entre os que se introduzem na *urbes* e entre aqueles pela qual são absorvidos precariamente. Assim, emerge uma arquitetura solene, que introduz a distância entre quem se infiltra na mesma e quem a contempla à distância – controlado – num marco de suntuosidade e de grandeza, paradoxalmente às agruras da miséria e da escravidão implantadas.<sup>53</sup>

Já dissemos que uma rede urbana foi se formando, ao longo de estradas e caminhos, nas encruzilhadas ou nas travessias de cursos d'água, à margem dos locais onde o ouro e o diamante eram encontrados, em Minas; foi um momento da história econômica e cultural brasileira que consolida uma civilização de modo de vida tipicamente urbano, com as ambigüidades inerentes ao mundo barroco, como supracitado. Conforme Telles (1978), na sua grande maioria, esses núcleos tiveram formação totalmente espontânea a partir de uma capela ou venda onde as casas se concentravam, ao longo dos caminhos, que se tornavam o eixo, a rua principal. “Esses caminhos, ou contrariavam a topografia, subindo e descendo encostas

---

<sup>53</sup> “Para los conquistadores y colonizadores, el mundo americano fue un mundo de ciudades: en ellas se concentraron para conservar su fuerza, su religión y sus costumbres; y en ellas actuaba la autoridad de la metrópoli para que las colonias rindieran los frutos que se esperaban de ellas. Imitación de las europeas, las ciudades coloniales no solo repitieron su aspecto físico, con el trasplante de su arquitectura, sino que repitieron también su las formas de vida: México o Lima quisieron ser cortes como las españolas; Bahía o Río de Janeiro, como las portuguesas. Y cada europeo trasplantado trato de reconstruir su ambiente originário en la iglesia suntuosa que se erigia, en el mobiliário con que adornaba su morada y en los modales que adoptaba para no ceder a la tentación de lo que consideraba la barbárie circundante” (ROMERO, 2009, p. 228).

íngremes, ou acompanhavam as curvas de nível, deixando sempre livres os leitos dos córregos e dos rios” (TELLES, 1978, p. 46).

Os arraiais cresciam e, por vezes, se juntavam dois ou mais dando origem a povoados maiores, a vilas e a cidades. Diz Telles (1978) que Ouro Preto, Sabará, Tiradentes, São João Del Rei, Santa Rita Durão, Catas Altas, Padros, Serro, Diamantina, Paracatu, Goiás, Perinópolis seguiram e conservam, ainda, no todo ou em parte, estes traços irregulares, mas, por isso mesmo, extremamente pitorescos e ricos em perspectivas, onde as igrejas matrizes sobressaem no tecido urbano, em platôs, topos de morros, bifurcações, ou em quebras de logradouros, quando seus adros se transformavam em praças.

Ouro Preto resultou, assim, da fusão de alguns arraiais: Padre Faria, Antônio Dias e Ouro Preto. Sua praça cívica, a atual Praça Tiradentes, onde foi edificada a residência dos Governadores e, no final do século XVIII, a Casa da Câmara e Cadeia, localiza-se no divisor de águas entre os dois antigos e principais arraiais, o dos Paulistas e o dos Emboabas, que se desenvolveram em profundos vales cortados por córregos e encostas íngremes, e só se configura com as dimensões e a forma que possui atualmente, no correr do século XIX (TELLES, 1978, p. 46). Estaríamos diante do conflito entre duas sociedades globais, afirma Machado (1973), fazendo referência a Antônio Dias e Ouro Preto, pela oposição da população Emboaba à Paulista; sociedades incomunicáveis, rivais, mas que, geograficamente, se tocavam, e pela própria força e crescimento acabaram por se interpenetrarem espacialmente.

Nesse traçado urbano informal, mas longitudinal, interligado por inúmeras pontes, ladeiras e forte declive, estabeleceu-se o casario feito de pau-a-pique (paredes de barro e estrutura de madeira) e afluíam à Praça Tiradentes, no alto do morro, que domina a cidade. Situadas em plataformas naturais, as igrejas das ordens terceiras e confrarias sobrepunham-se ao casario civil, os quais se enfileiram e se escoram subindo e descendo ladeiras; com escadarias nos adros, esses templos compunham, auxiliados pela natureza, espaços cênicos de efeitos pitorescos (TIRAPELI, 2000).

Parece-nos que a *emoção* e a *surpresa* são duas razões supremas do urbanismo mais de Ouro Preto dramática, menos de Diamantina bucólica e brejeira. Nesse sentido, a maior peculiaridade de Ouro Preto parece ser o sentido duplo dos monumentos religiosos gerados pelas disputas locais, que levaram à construção de duas matrizes, a do Pilar e a de Antônio Dias, duas ordens terceiras, a dos franciscanos e a dos carmelitas, ambas ladeando a casa de Câmara e Cadeia, disputando as melhores áreas urbanas de Ouro Preto, separadas pelo divisor de águas que é a Praça Tiradentes. As igrejas negras também assumem papel importante nesse sítio de confrontos raciais: a igreja de Santa Efigênia, que tem uma pintura representando um papa negro em homenagem ao escravo Chico-Rei, que a patrocinou, e um

adro de onde se avista grande parte do Povoado dos Paulistas; e a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Arraial dos Emboabas, que ostenta o mais barroco projeto da arquitetura brasileira, com planta elíptica (TIRAPELI, 2000). A natureza favoreceu a construção original desses bens, atendendo às necessidades de arquitetos, mestres canteiros, artistas, que utilizaram rochas locais, como o itacolomito e a pedra-sabão, para construir as estruturas das igrejas, portadas, chafarizes e pontes; profissionais, muitos, mulatos e negros. Diz Tirapeli (2000, p. 204), baseado em Germain Bazin, sobre a igreja de São Francisco de Ouro Preto, que, “entre os monumentos do Ocidente, São Francisco de Ouro Preto talvez seja um dos mais perfeitos, um dos que foram inteiramente concebidos por um único homem, o arquiteto e escultor Aleijadinho, que criou este monumento em sua totalidade plástica, traçou o risco, esculpiu ele mesmo a portada, fachada e os púlpitos de pedra-sabão, além de ter executado, com seus discípulos, toda talha da capela-mor”.

Cabe um parêntese para elucidarmos o papel da Igreja no ordenamento socioespacial dos núcleos nascentes em meio às minas, apoiados em Boschi (1998), sobretudo. A única forma de associativismo facultado e reconhecido pelo Estado absolutista português, no Brasil, que abrangia variados segmentos e substratos sociais, eram as organizações que se desenvolveram no interior ou por intermédio das irmandades, confrarias e ordens terceiras<sup>54</sup> (BOSCHI, 1998, p. 352).

No *setecentos*, as irmandades coloniais, sem abandonar a sua essência religiosa-espiritual e assistencialista, voltaram-se para a satisfação de carências econômicas, sociais e políticas de seus membros. No século do ouro e dos diamantes, funcionaram como lugar e instrumento de solidariedade grupal mais afetiva, de identidade social e integração social, apesar de se fazerem, também, como palco de conflituosidades intra e extra-institucionais.<sup>55</sup>

Apesar do papel agregador das irmandades, quanto mais avançavam os séculos, mais claras se mostravam as disparidades sociais, o que redundava no maior número de confrarias, como resultado de conflitos internos. A sociabilidade de que trata Boschi (1998) tem relação direta com o surto de urbanização do Brasil no *setecentos*. As irmandades garantiam a espiritualidade e a ordem cotidiana dos aglomerados urbanos, levavam ao controle social. A criação de vilas e cidades necessitava desse apoio institucional, dentro da perspectiva de um Estado que se pautava na exploração da terra, no fiscalismo e no tributo, a

---

<sup>54</sup> As Ordens Terceiras (um tipo de confraria) são associações de leigos católicos vinculados às tradicionais ordens religiosas medievais (franciscanos, carmelitas e dominicanos).

<sup>55</sup> Boschi (1998) afirma que a sociabilidade intensa não significa integração, assimilação ou castração de identidades. Assim também congrega individualidades, mesmo que originárias de um grupo étnico ou social, não significava que houvesse um processo de absoluta confraternização no conjunto da sociedade. A realidade colonial, e não só ela, continha intrínseca e implicitamente as suas contradições. A conflitualidade era, pois, substrato latente da dinâmica histórica (BOSCHI, 1998).

partir do século XVIII. As vilas e cidades criadas vinham nessa perspectiva de controle social para a dominação estatal do território. Se, no litoral brasileiro, as cidades e vilas perdiam pouco a pouco a rotina vigorosa, na zona da mineração, os ares citadinos ganham corpo com a presença de burocratas, magistrados, militares, novos burgueses, comerciantes, artesãos, artistas, eclesiásticos etc.

Começa a perder força – com o advento da mineração urbanizadora – a bipolaridade econômica agrário-exportadora que imperou no Brasil dos dois primeiros séculos de colonização. Assim, como aponta Boschi (1998), a emergência de relevantes segmentos intermédios, configurando um processo de heterogeneidade social, sepultava em definitivo o propósito metropolitano de transplantar pura e simplesmente os padrões sociais vigentes no reino – um hibridismo social-econômico passa a se incorporar na colônia que se metamorfoseava economicamente. Processo que era evidente na organização dos novos núcleos urbanos.

Assim, a arte urbano-religiosa sai dos auspícios das oficinas conventuais, que era norteada formalmente pelo ângulo canônico destas. As irmandades inauguram a arte elaborada por leigos nascidos na própria Colônia, o que vai imprimir nesta arte e nas cidades maior abertura de tendências formais, quer pela incorporação de traços culturais regionais, quer pela própria liberdade frente às canônicas regulamentadas (NEVES, 1968). O barroco mineiro faz-se, pois, como expressão de poder materializado nas formas sensíveis das cidades da zona referenciada; é a tentativa de expressão de uma liberdade interior a ser conquistada a despeito do jugo colonial metropolitano. As formas de poder, a visão e o desejo do povo, atento, mas calado, mimetizado, é materializado nas formas barrocas abertas. Triunfa, nas cidades mineiras, o sistema de poder religioso da Contra-Reforma, que, dentro dos limites típicos da religiosidade mineira, e destes se aproveitando, se faz valer obscuramente na claridade do ouro; triunfalismo “especular” das irmandades em concorrência, como diz Neves (1968).

Assim, ao considerarmos as edificações hoje ressignificadas, não podemos negligenciar que as irmandades tiveram um papel proeminente que gerou o que Boschi (1998) considera um período florescente na arquitetura religiosa de caráter leigo, sendo da responsabilidade delas e às suas expensas, o “financiamento e a construção da maioria das igrejas locais. Este século assiste, em contrapartida, ao declínio das construções monásticas” (BOSCHI, 1998, p. 360). Na permanente vontade de rivalizar-se e se sobrepor às associações vizinhas, as confrarias procuravam sobrepor-se na arquitetura, na decoração e na ornamentação das suas capelas e igrejas. Por si, essas construções já traziam alterações na paisagem urbana, além dos melhoramentos que produziam em torno dos templos. A isso,

acrescentam-se as construções e reparações em obras públicas relacionadas com o facilitar ou o embelezar das vias de acesso às igrejas. Essas obras e vias assumiam um efeito pragmático e utilitário para as irmandades que por elas se responsabilizavam, pois era através das referidas vias que desfilavam as procissões que promoviam (BOSCHI, 1998). Logo, a análise de Ouro Preto revela-nos o drama do homem barroco ante a influência de fatores geográficos exprimindo-se por via de marcas psicológicas da população; o enriquecimento da arquitetura explica-se como uma imposição do meio em que eram construídos os monumentos. Diz Machado (1973, p. 107) que “se o objetivo espiritual e formal desse estilo foi o esplendor impositivo, parece óbvio que as produções que inspirava não podiam apagar-se modestamente, dissolvidas no contexto físico a que pertenciam”. As igrejas do Carmo, de São Francisco de Assis, de Santa Efigênia, de N. Sra. do Pilar e mesmo os edifícios estatais da Praça Tiradentes deveriam buscar meios de tornarem-se o foco polarizador da atenção visual, ostentosa e opulentamente, tudo com primoroso subsídio das irmandades.

Assim, como agregavam classes distintas, essas irmandades são símbolos categóricos das camadas que desfrutavam de certo prestígio nas novas cidades. As irmandades exclusivas de comerciantes, de militares, de oficiais mecânicos etc, apontavam para isso. Por um lado, essa afirmação atesta a vitalidade das vilas e cidades ultramarinas, por outro lado, comprova a dinâmica social das cidades coloniais mineiras, especialmente. Essa estratificação levava ao afloramento de exclusivismos no interior dos segmentos sociais. Para Boschi (1998), a criação das ordens terceiras atesta essa assertiva, pois eram símbolos de maior prestígio para os seus membros e de privilégios para a associação; afirma que a profissão entre os terceiros era sinônimo de ascendência branca e de comprovada perfeição cristã.

A hierarquia das irmandades imperava no rito que se materializava pelas ruas e por toda Ouro Preto, ao contemplarmos os principais templos nos pontos mais privilegiados da malha urbana, em promontórios, caso da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Igreja de São Francisco de Assis. Logo, a Igreja, junto ao Estado, favoreceu o controle socioespacial. Dos púlpitos ouviam-se as pregações em nome do rei, que regia em nome de Deus, de forma que o quinto representava um direito sagrado e não um tributo estatal. Diz Latif (1991) que os arraiais mineiros, mais do que qualquer outra zona econômica brasileira, cresceram à sombra da Igreja e sobre a proteção dos santos.

A dramaticidade da forma urbana barroca de Ouro Preto, logo, vigora em sua monumentalidade ímpar, no grande número de igrejas que ostentam a liberdade criadora do barroco das minas e no traçado marcado pelo denominado *caminho tronco*, que une o antigo Arraial de Ouro Preto e de Antônio Dias. A Praça Tiradentes, então, é um marco do traçado urbano colonial mineiro, é irregular, reversa e conheceu vários tipos de tratamento ao longo

da história. A situação atual está longe de ser a mais condizente com a importância dos monumentos a volta, como também concorda Toledo (1996). Para o autor, a praça não apresenta unidade, a Rua Direita aparece como um divisor. Os dois edifícios que se defrontam na praça parece reservarem-na para si um espaço singular. Essa configuração está intimamente vinculada à formação do núcleo urbano, como aponta Toledo (1996). Em Minas Gerais, nas cidades de Ouro Preto e Mariana, temos duas grandes expressões do urbanismo barroco. Na primeira, a Praça Tiradentes com o Palácio do Governo e a Casa de Câmara e Cadeia, emoldurados por sobrados opulentos setecentistas; em Mariana, a Praça Minas Gerais, que agrega as igrejas do Carmo e de São Francisco de Assis, além da Câmara Municipal e o Pelourinho, é outro signo maior desse urbanismo característico do século XVIII (ver foto 02). Constituem-se, pois, essas duas espacialidades, em dois fabulosos cenários tomados, diariamente, por turistas.



*Foto 02 – Praça Minas Gerais, em Mariana, com duas igrejas da Ordem Terceira, o pelourinho – defronte às duas igrejas – e, ainda, a Casa de Câmara e Cadeia, símbolo máximo, em Minas Gerais, de uma teatralidade barroca e controle socioespacial. Foto do autor /dez, 2009.*

Concordamos com Scarlato (1996, p. 136), pois, se podemos associar as teorias do barroco e do absolutismo a manifestações *isoladas* das edificações produzidas em Minas (no caso das igrejas, símbolos da constituição de espaços de poder do Estado absolutista), dificilmente poderíamos fazer a mesma associação a uma teoria do urbanismo barroco, onde as grandes praças centrais emolduradas por um alinhamento de casarões com altimetria e volumetria rigidamente projetadas, desdobram-se em quarteirões com vias paralelas, seguindo sempre o plano da “praça central”; esse quadro de urbanismo não é perceptível em cidades de Minas. Scarlato (1996) afirma que esse padrão inexistente em Ouro Preto, tanto pelas razões de

sua topografia como em razão da própria história da edificação da cidade, de forma que as únicas breves manifestações dessa forma de urbanismo podem ser encontradas na Praça Tiradentes e na volumetria do casario, seguindo sempre uma mesma escala, alinhando-se ao longo das vias tortuosas e ladeiras, aproximando-se da plasticidade rígida do urbanismo barroco.

Assevera Toledo (1996) que, em 1711, quando o Governador Antônio de Albuquerque criou juridicamente a Vila Rica de Albuquerque de nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, esta já estava dividida em duas freguesias: Ouro Preto (Matriz do Pilar) e Antônio Dias (Matriz de Nossa Senhora da Conceição), situando-se, as duas matrizes, no eixo principal do nascente núcleo, segundo notável síntese de Sylvio de Vasconcellos, em *Vila Rica: formação e desenvolvimento*, a qual cita Toledo (1996, p. 29):

Dentre os vários caminhos, um é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a estrada tronco. Entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Efigênia. Por isso mesmo, na entrada, designa-se por Cabeças (princípio), entre as matrizes, Rua Direita e, na saída, Vira e Sai. Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana. São estas três alturas, já figuradas na triunfal procissão de 1733<sup>56</sup>, que parecem também no brasão da cidade.

Nesse movimento centrípeto, com a construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia e depois do Palácio dos Governadores (por volta de 1740), unem-se as duas freguesias e, com a delimitação do centro administrativo, estabelece-se o núcleo principal da povoação.

---

<sup>56</sup> Toledo (1996) refere-se ao Triunfo Eucarístico, solenidade realizada no dia 24 de maio de 1733, em Vila do Ouro Preto, que consistiu na transladação do Santíssimo Sacramento que se encontrava na Capela do Rosário, enquanto se processavam obras na Igreja Matriz do Pilar. Adalgisa Campos (1992) afirma que, no discurso dos que apoiaram a impressão percebe-se o reconhecimento de que aquela procissão era exemplar, paradigmática, merecendo ser conhecida nas quatro partes do mundo, a saber, Europa, Ásia, Américas e África, apontando para a universalidade da religião, para o papel de Ouro Preto na história universal dos povos. A própria colonização representa fator expansivo da Cristandade, que deveria seguir os percalços das descobertas ultramarinas. Nesse sentido, essas cidades religiosas, cidades de Deus e do Estado português representam uma nova concepção de universalidade justo com o objetivo de que as novas terras e seus novos fiéis se tornassem tementes a Deus. Seria o universalismo da religião cristã sobre todas as religiões pagãs. Ao caminharmos por tais cidades e vislumbrarmos tamanha religiosidade incrustada no território, via quantidade de igrejas do século XVIII impressas na paisagem, temos uma dimensão da história dessas cidades como história da busca do enriquecimento e da salvação. A Igreja Católica, considerada mais universal, assumia o papel de relevo na organização desses núcleos. Tanto que temos em Minas a organização precoce dos negros em torno de Irmandades do Rosário, já no primeiro quartel do *setecentos*, como coloca Adalgisa Campos (1992). Também, ao considerarmos, junto a autora, que o barroco é a primeira manifestação da arte no mundo moderno a ter uma nota de universalidade extra-européia, tenderemos a encontrar em umas manifestações outras alternativas além da meramente ideológica. Vemos nas procissões, nos ritos religiosos, nas pregações, uma idéia cultural eivada de representações do imaginário do medievo, com conotações de natureza ética e mítica, aponta Adalgisa, “é a história do mundo mediada pela síntese escritural, onde os seres divinos assumem a forma corporal”. Assim, o mineiro conheceria a cultura da humanidade, numa visão simbólico-alegórica do universo, acrescida de fatos próprios da vida nos trópicos (CAMPOS, 1992, p. 466).



Esse núcleo, configurado pela Praça do Palácio, ampliada em 1797 para desafogar a Casa da Câmara e Cadeia, é aqui, uma consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas do que centro de irradiação delas, concorda Toledo (1996). Assim, a Rua Direita integra um referencial eixo da cidade, não podendo ser absorvido pela praça. As fotos de 03 a 06 ilustram partes do eixo tronco longitudinal que, no processo de evolução urbana de Ouro Preto, passa por 6 fases, como aponta o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto: Fase de Formação (1698-1730); Fase de Consolidação (1730-1765); Fase do Primeiro Declínio (1765-1815); Fase de Estagnação (1815-1900); Fase do Segundo Declínio (1900-1945); Fase de Recuperação (1945 - ?). O reflexo dessas fases expressas no ordenamento e adensamento do território urbano está apontado na figura 2, abaixo.

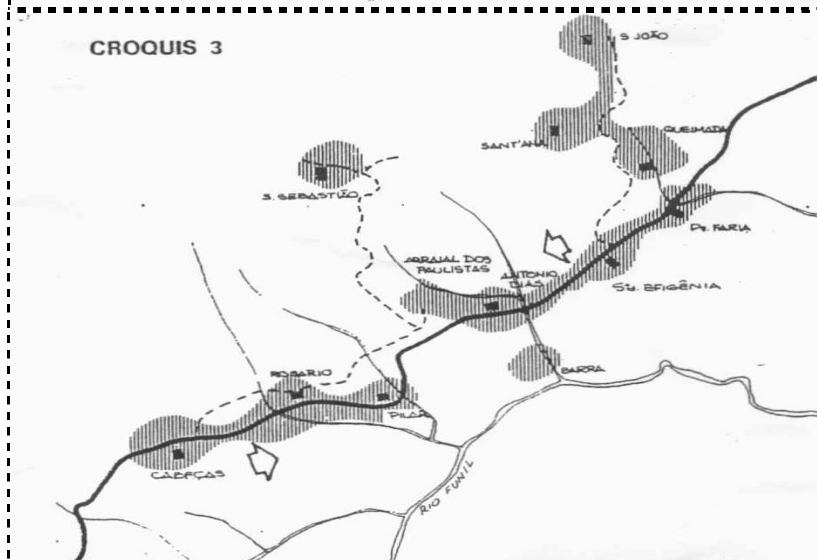
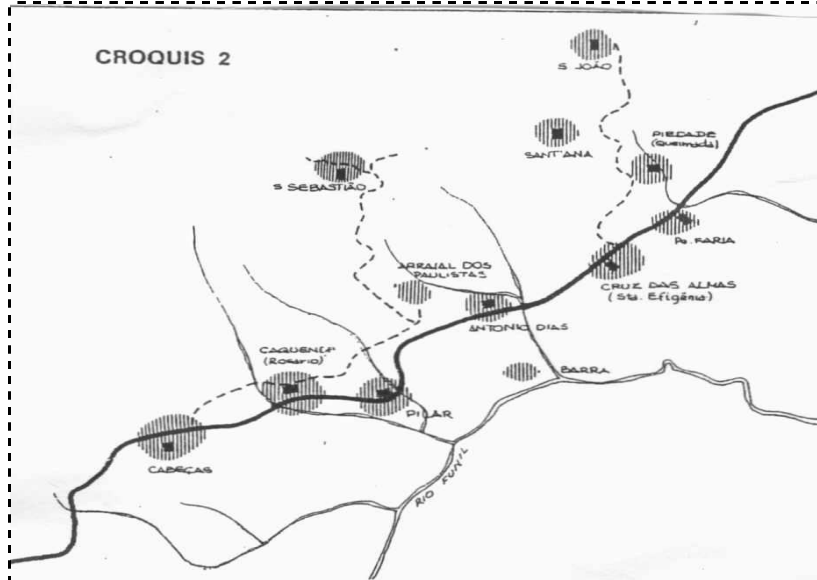


Fotos 03 e 04 – Rua Direita, a partir da Praça Tiradentes, que leva à Matriz de Nossa Senhora do Pilar, integrantes do caminho tronco. Fotos do autor / janeiro de 2010.

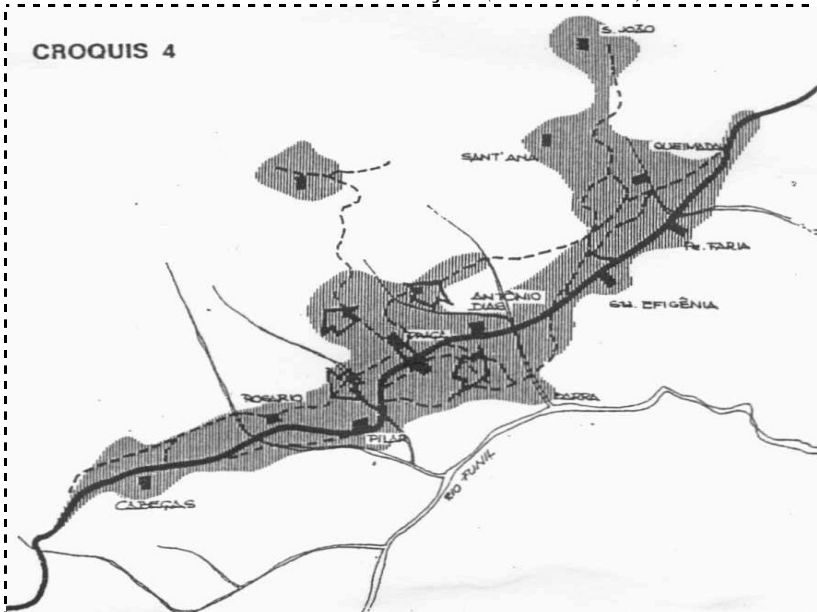


Fotos 05 e 06 – Igreja de N. Senhora da Conceição e Igreja de Santa Efigênia; Praça Tiradentes com a Casa de Câmara e Cadeia; integrantes do caminho tronco. Fotos do autor / respectivamente – maio de 2010 e de 2009.

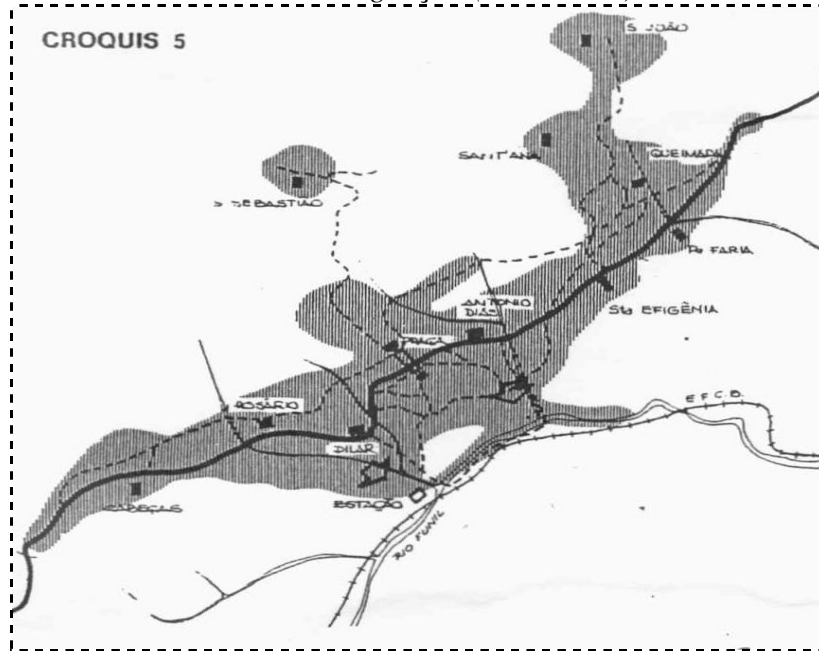
*Fase de Formação (1698-1730)*



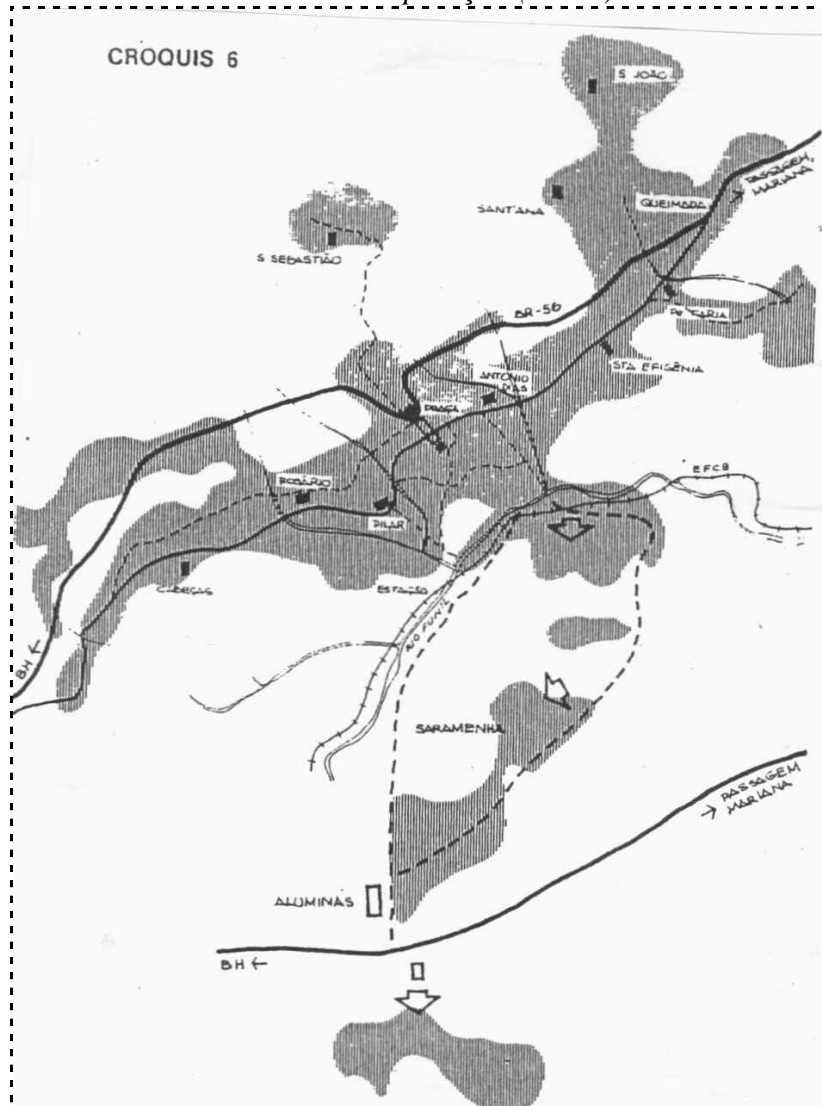
*Fase de Consolidação (1730-1765)*



Fase de Estagnação (1815-1900)



Fase de Recuperação (1945-)



Figuras 02 / Fonte: Fundação João Pinheiro (1974).

Estradas, trânsito e ruas ganham melhor forma no núcleo urbano; são pontos de contato e permanência junto aos espaços públicos como as praças símbolos de sociabilidade (assim como os adros das igrejas, que agregavam os fiéis, reuniam no entorno as casas, vendas e, às vezes, a Câmara Municipal – caso de Mariana, Tiradentes e Diamantina); lembra Castriota (2009) que as casas passam a ser construídas para serem vistas, e as fachadas que dão para elas ganham maior destaque [já tratamos da singificância das fachadas na cidade barroca]. A tipologia da cidade colonial barroca, em Minas, é dada por uma tendência de ruas irregulares, conformando uma paisagem de fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e os limites dos terrenos, na tentativa de construção de superfícies contínuas. Sobre as praças, estas estão ligadas ao papel desempenhado pelas igrejas: “na falta de grandes praças cívicas, aos moldes das *plazas mayores* das cidades de colonização espanhola, as edificações religiosas vão desempenhar o papel de foco da vida urbana, dificilmente sobrepujadas em importância por qualquer outro edifício civil” (CASTRIOTA, 2009, p. 135).

Caminhando para o encerramento deste tópico, é importante, ainda, fazer mais algumas referências a Lourival Gomes Machado que, em seu clássico trabalho *Barroco Mineiro*, nos dá indicações preciosas da diferença entre o barroco e o urbanismo advindo desta arte, na Europa, e o implantado em Minas Gerais. A começar pela edificação das igrejas, que não sentiram “aquela fome espacial” que tantas vezes levou o barroco às expansões paisagísticas e panorâmicas, na Europa. Em Minas, o problema se invertia: tratava-se de plantar a igreja na terra como uma afirmação e nunca se procurou responder ao padrão mais próximo o ritmo arquitetônico. Segundo Machado (1973, p. 187), em Minas, o templo não nasceu afogado pelo casario de cidades antigas, mas sempre teve à sua disposição todo o terreno que desejava. A observação atenta do ordenamento territorial pretérito de núcleos como Diamantina, Tiradentes, São João Del Rei e Ouro Preto, por exemplo, remete-nos à imposição das igrejas no traçado das cidades, sua localização panorâmica e privilegiada em relação ao conjunto, de forma a se evidenciar no cenário urbano (ver foto 07, a seguir). No caso de Ouro Preto, as igrejas do Carmo, de Santa Efigênia, de N. Sra do Pilar e de São Francisco de Paulo, quase em extremidades, formam um conjunto de igrejas postas estrategicamente na malha urbana, delimitando o arraial. Essas igrejas buscaram os lugares mais planos, visíveis e acessíveis ao mesmo, dando mostra de um ordenamento espacial.

No contexto de formação de elementos que esbarram em um urbanismo barroco particular, caracterizado pela marcante presença da Igreja, que teve na arte um instrumento poderosíssimo de controle social, há de se ficar claro que, enquanto na Europa os edifícios religiosos precisavam se adaptar à uniformidade citadina e abria caso especial para si próprio (MACHADO, 1973), em Minas, a Igreja não se defronta com a imposição e a rivalidade do

urbano, pois o antecede, o constitui e o domina. A observação e os melhores indícios apontam para a problemática de que, na zona do ouro e dos diamantes, as igrejas foram postas, inicialmente, em espaços amplos, abertos e vazios – a foto 07, a seguir, ilustra essa afirmativa. Segundo Machado (1973), no caso de Ouro Preto, o casario que cerca suas principais igrejas não ousou encostar nas mesmas, respeitando a circulação livre em toda a sua volta, “quando isso não acontece e a construção civil vem confinar com a religiosa, o faz com toda a timidez e dificilmente encontramos mais de uma face de contato e, ainda assim, quase sempre a construção contígua é de emprego eclesiástico”. Para o autor, fazendo referência a Ouro Preto, a igreja ficava solta no conjunto do burgo e, desde que as moradas começavam a cercá-la, mais adiante e mais acima, haveria uma nova plataforma a espera da nova igreja, de maneira que as datas de construção elevam-se com as cotas orográficas, conforme Machado (1973) – ver foto 07, a seguir. Esse também é o caso das igrejas de Diamantina, todas datadas da segunda metade do século XVIII, de modo que as mais antigas – do Rosário e de São Francisco – localizam-se em dois extremos e nas partes mais baixas do conjunto.

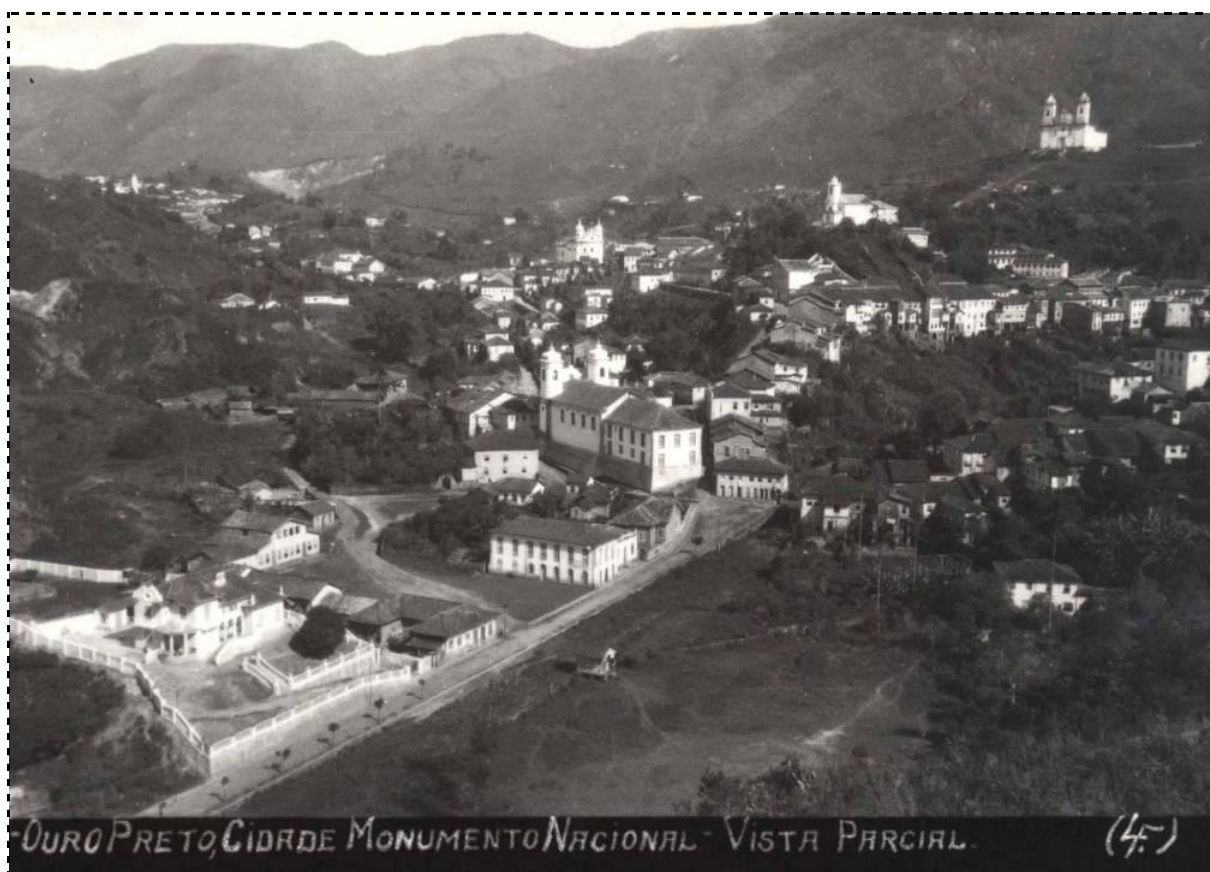


Foto 07 – Igrejas barrocas destacadas no cenário urbano – as encostas, ainda, estavam desocupadas. De baixo para cima, temos: Igreja do Pilar, Igreja do Rosário dos Pretos, Igreja de São José e Igreja de São Francisco de Paulo, no topo da foto. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947].

As cidades barrocas mineiras apresentam uma tipologia *sui generes* no Brasil. A cada igreja corresponde um espaço que agregava a comunidade e favorecia o

estabelecimento de relações de sociabilidade nos núcleos em crescimento. Ouro Preto não fugiu a essa “regra”, onde as igrejas atuam como articuladoras do território e da sociedade que se formava, balizando os núcleos e as áreas de adensamento, sendo significativas e simbólicas sua disposição na malha urbana. Logo, as igrejas dão feição peculiar à paisagem urbana histórica. A compreensão dessas cidades passa, inevitavelmente, pela leitura da trama urbana traçada pela disposição dessas igrejas que balizaram o adensamento dos núcleos. Assim, as cidades da zona do ouro e dos diamantes, em especial Ouro Preto e Diamantina, foram edificadas nas montanhas e delas tiraram proveito. Praças, adros e ruas são estabelecidas em declives. As curvas, as rampas, as descidas, subidas, os becos, o fausto e a ostentação presentes nas *formas* cristalizadas dominam toda a organização urbanística, representam a *estrutura* social em que se edificaram os conjuntos para assumirem determinada *função* dentro do *processo histórico* de formação do território das minas. Degraus, curvas e rampas dominam o traçado de Diamantina; para usar de uma metáfora, podemos dizer que a própria topografia de seu sítio faz-se dramática e barroca. Para Machado (1973), a cidade da zona da mineração já nasceu barroca.

Podemos dizer que o drama social em que viveu a sociedade da mineração (conflitos de classe, controle régio, fiscalismo, segregação socioespacial etc.), projetou-se em revolta do escultor mulato das igrejas mineiras – o Aleijadinho –, homem consciente da distância entre seu estamento e a normalidade social do seu meio geográfico, consumando-se na sua arte extraordinária. “Nesse mulato doente – distanciado socialmente dos dominadores brancos não só pela cor e pela origem como pela doença que foi lhe comendo o corpo e lhe secando os dedos até só deixar vivo um resto ou retalho de homem e de sexo – o ressentimento tomou a expressão de revolta social, de vingança de sub-raça oprimida, de sexo insatisfeito, do dom-juanismo inacabado” (FREYRE, 2004, p. 730). Nas esculturas de Aleijadinho, as figuras de brancos, de senhores, de capitães romanos, aparecem deformadas menos por devoção a Nosso Senhor Jesus Cristo e ódio religioso aos seus inimigos, que por aquela sua raiva de ser mulato e de ser doente; por aquela sua revolta contra os dominadores brancos da colônia; diz Freyre (2004) que todas as figuras de capitães e mesmo de soldados romanos, para não falar nas de judeus, que se vêem nos Passos de Congonhas do Campo, se apresentam com narizes caricaturescos, a forma ou o tamanho dos narizes semitas e caucásicos exagerados ao ponto do ridículo.

O sentido brasileiro, nitidamente brasileiro, ou pelo menos extra-europeu e – Deus me perdoe – até extra-católico, da obra do Aleijadinho, não passou de todo despercebido, embora sob outro aspecto, aos críticos mais recentes do escultor mulato. Entre outros, o Sr. Manuel Bandeira e Mário de Andrade. O aspecto revolucionário, salientou-o o professor Afonso Arinos de Melo Franco (...) O caso, em

ponto grande, grandioso mesmo, do Aleijadinho, em cujas figuras cristãs há evidente deformação em sentido extra-europeu, extra-greco-romano, embora não se possa dizer que em sentido caracteristicamente africano. Marginalmente africano, apenas. Caracteristicamente brasileiro, isto é, mestiço, ou culturalmente plural. (FREYRE, 2004, p. 730-1)

As breves notas deixadas neste tópico, sobre Ouro Preto dramática em sua forma e conteúdo barrocos – longe de querer dar conta de uma discussão que cabe ao historiador da arte –, dar-nos-ão sustentação à problematização que realizaremos sobre o *valeur universelle exceptionnelle* e à *authenticité et intégrité* das chamadas cidades históricas mineiras inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, no capítulo 04. Assim, fica claro que só o recurso à Geografia, à História à Antropologia, à Arquitetura, à interpretação crítica do que resta de preservado em Ouro Preto ou Diamantina pode nos direcionar, em verdade, aos atributos propalados pela UNESCO sobre as cidades antigas do mundo, na era do simulacro das cidades ou da publicidade absoluta que tende à publicidade zero (questão a ser aprofundada no tópico 4.5). A composição barroca, representante de uma unidade que, gradativamente, se perde enquanto criação artística, tenta se reafirmar, de certo modo, na corrida atual pelo consumo do mesmo passado artístico – é a reinvenção do barroco e a recolonização do centro que ordenam todo o território urbano das cidades em tela, na lógica da *patrimonialização global* e de uma nova economia urbana. Para Debord (2008, p. 156), o conhecimento e reconhecimento histórico de toda a arte do passado, tornada arte mundial, o relativiza em uma desordem global que constitui, por sua vez, um edifício barroco ainda mais alto, edifício no qual se fundem a produção da arte barroca propriamente dita e todas as suas ressurreições.<sup>57</sup>

Assim, encantado pela arte desencadeada pela Contra-Reforma e alimentada pelo absolutismo, onde as cidades conseguiram, em terra opulenta e ostentosa da história, atender às solicitações exigentes de uma sociedade nova em plena expansão, o turista contempla. “Não cairia ele, afinal, no preconceito turístico de só ver o que prefigura em espírito antes da excursão?”, indaga Machado (1973, p. 203). Nessas cidades, turistas excitam-se com a perspectiva de compras de antiguidades e artesanato; estudantes de belas-artes analisam as ladeiras e vangloriam-se com as festas “republicanas”; há até mesmo especialistas nessa categoria como “aquele douto professor, cultor da estrita autenticidade, que virou as costas ao lavabo da sacristia de São Francisco de Assis, afirmando ‘não haver inteira comprovação da autoria do Aleijadinho’” (MACHADO, 1973, p. 204). Na verdade, é efetiva e autêntica a

---

<sup>57</sup> “En esta época de museos, cuando ya no puede existir comunicación artística alguna, todos los monumentos del pasado del arte pueden admitirse en igual de condiciones, pues ninguno de ellos sufre más que outro la pérdida de sus condiciones de comunicación específicas, dada la pérdida actual de todas las condiciones de comunicación *en general*” (DEBORD, 2008, p. 156) .

função do barroco na civilização do ouro, que jamais nos perderemos, diante de seu esplendor, em esterilidades abstratas. As próprias igrejas emanam a lógica da opulência e da pobreza e das mazelas das minas, seus dramas raciais e de desigualdades de fortunas, as contradições socioespaciais. Dessas igrejas, lembra Machado (1973), podemos tirar toda a evolução da história que as fez e modificou, a história do ouro e dos diamantes que trazem, inerente, a formação do território brasileiro; também esboçam a lógica de uma nova economia urbana do presente, em que se estabelece um “culturalismo de mercado” às custas de reinvenções de significados.

E por fim, se barrocas e dramáticas são muitas das povoações mineiras, rococó é apenas uma: Arraial do Tijuco, Cidade de Diamantina, à qual nos dedicaremos no tópico seguinte, encerrando este capítulo. “Urbanisticamente, a povoação resolve-se em quadrilátero, com ruas em xadrez, como mandam as Leis das Índias. Definem-na as estradas que, aos quatro lados a tangenciam (...) Se Ouro Preto sugere óperas trágicas, Diamantina inspira operetas. Se Portugal é jardim da Europa à beira-mar plantado, Diamantina é a primavera eterna das Minas, no sertão florindo.” (LEFÈVRE e VASCONCELLOS, 1968, p. 41-43).



### 2.2.3. Diamantina: rococó e brejeira

A partir da análise de Neves (1986), podemos dizer que as cidades antigas mineiras são produtos de três períodos, sobretudo: de 1700 a 1720; de 1720 a 1760; e de 1760 às duas primeiras décadas do XIX. O primeiro período corresponde à época dos primórdios da colonização em Minas, ocupação dos “fundos territoriais” (MORAES, 2002); é a fase das construções das capelas primitivas de grande simplicidade, nos moldes do maneirismo lusitano. O segundo momento é representante da construção das matrizes e da instituição de paróquias e freguesias. É quando a arte vai expressar o grau de desenvolvimento dos núcleos urbanos e a consagração do poder eclesiástico; representa a fase da consolidação do barroco, quando aparecem dois sub-estilos: o nacional português ou barroco jesuítico (1710-1750), caracterizado pela discrição e sobriedade, em contraposição ao posterior – sub-estilo D. João V (1730-1750) –, que se caracteriza pela pintura dos forros em perspectiva. Este último, também denominado barroco tardio, é austero, dramático e pomposo. O terceiro período que produz essas cidades corresponde a uma fase de relativa estabilidade econômica e social, quando emerge o rococó ou barroco-rococó. Embora a atividade aurífera arrefecesse, é de intensa atividade cultural, esse terceiro momento; é quando irmandades e Ordens Terceiras assumem um papel primaz na construção de igrejas próprias, é nesta última fase que os templos e a arquitetura civil do Tijuco se consolidam (NEVES, 1986, p. 135-136).

Na região diamantífera brasileira, várias tendências se integram harmoniosamente sem a intenção de um estilo único (ou seja, não apenas o barroco), na arquitetura de barro e madeira, na pintura perspectivista em que domina o desenho construtivo, ou em que imperam os medalhões centrais de colorido vibrante, na douração com caráter *rocaille*<sup>58</sup> dos altares, arcos-cruzeiros, retábulos e adornos de igrejas, como referencia Amaral (1997, p. 60-61). Logo, dada a marcante presença da variante rococó em Diamantina, mencionaremos, quando a ocasião exigir, o urbanismo barroco-rococó. A autora critica a grande quantidade de trabalhos que negligenciam esta arte da região diamantífera, ao se restringirem à zona do ouro, “por que essa produção em barro, madeira, dourados e cores dosadas de madeira fascinante em geral não interessa tanto aos especialistas?”, questiona Amaral (1997). De acordo com Machado (1973), há noções simplistas, errôneas e de difícil erradicação, entre as quais, as que interpretam a fase final do barroco (a variante rococó) como fenômeno da decadência.

---

<sup>58</sup> Rococó vem do francês *rocaille* e quer dizer concha. É um estilo decorativo que aparece no barroco dos fins do século XVIII.

E não apenas a arte rococó, são raríssimos os trabalhos sobre as cidades da antiga zona dos diamantes brasileira, especialmente na Geografia, o que nos motivou a resgatar essa cidade para esse doutoramento, ampliando a discussão realizada no mestrado.

A arquitetura que expressa o espírito do século XVIII é o rococó, que vai atingir em cheio o coração das Minas. Enquanto o barroco conserva a crença numa grande síntese do mundo, o rococó aponta para a diferenciação e a individualidade (BRANDÃO, 1999). O barroco tardio representa o desenvolvimento do barroco na Europa Central (Alemanha e Áustria), sofrendo influências naturalistas do século XVIII, como expressão natural de um absolutismo e uma Contra-Reforma retardados (BRANDÃO, 1999). Já o rococó é oriundo da vertente francesa mais ilustrada, que chegará, inclusive, até nós via Portugal, marcando a arquitetura colonial brasileira, e esboçando a situação do homem moderno no mundo, cada vez mais cômico de sua independência frente aos sistemas exteriores, afirma o arquiteto.

Com Brandão (1999), podemos dizer que o rococó encobre intensa mensagem apologética e persuasiva própria da sistematização barroca, uma vez que, agora, cumpre abrir espaço para o livre exercício da razão. Assim, se Ouro Preto traz o acúmulo de elementos e a profusa ornamentação barroca (foto 09), Diamantina traz espaços mais limpos e claros, onde dominam formas menos teatrais e dramáticas, mais soltas e brejeiras (foto 08). Diamantina rococó esboça uma leveza que corresponde a maior racionalidade e quantidade de zonas neutras entre os elementos correspondentes ao desejo de uma diferenciação e individualização mais amplas. “Se o repertório utilizado no século XVII era mais persuasivo e dramático, o do século XVIII é mais sensitivo e natural” (BRANDÃO, 1999, p. 223).



*Fotos 08 e 09 – Praça Tiradentes, expressão do urbanismo barroco, em Ouro Preto; e vista panorâmica do centro histórico de Diamantina, onde quatro igrejas confundem-se com a arquitetura civil, emergindo apenas suas torres. Acervo do IFAC – UFOP e do IPHAN, respectivamente.*

Depois da grandeza barroca, a arquitetura rococó sente a necessidade de maior conforto em seus espaços. O mobiliário, por exemplo, como aponta Brandão (1999), adequado a várias circunstâncias, denuncia o gosto mais apropriado ao requinte aristocrático do que à majestade real. Logo, o opulento e variegado século XVIII lega-nos tramas urbanas e uma arquitetura que acompanha o desenvolvimento do homem moderno nascido da crise da

sua relação com o mundo, da descoberta progressiva de si próprio, das leis da natureza e da necessidade de dominá-la.

Sobre o traçado urbano, Diamantina é resultado da compactação de três arraiais, um no vale do Tijuco, na saída para Minas Novas; o Arraial de Baixo, que saía para a Vila do Príncipe e, ainda, o Arraial de Cima, vereda para o sertão baiano de oeste, afirma Tirapeli (2000). Nesse sentido, as igrejas das Mercês, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Francisco serviram de elo para o adensamento do núcleo, formando uma malha que, na concepção de Tirapeli (2000), encontra-se inalterada desde 1771.<sup>59</sup> Assim se desenvolve o núcleo, no Planalto de Diamantina, na região que compreende o maciço divisor de águas de três bacias hidrográficas: do rio São Francisco, do rio Doce e do rio Jequitinhonha.

No entanto, não nos basta lançar o olhar para o núcleo urbano em si (que logo esmiuçaremos), mas devemos entender globalmente as primeiras formações urbanas em Minas Gerais a partir dos caminhos de penetração que as geraram, e aos quais estão subordinadas, como apregoa Assumpção (1996, p. 228). Diz a autora que o caminho de penetração do território, a partir do sul (Santa Bárbara, Itabira, Ouro Preto) chegava ao final, em Serro do Frio (Vila do Príncipe). Daí se bifurcava para noroeste, passando pelo Arraial do Tijuco, alcançando o Rio São Francisco em Guaicuí (saída para o sertão baiano) e para nordeste, chegando a Minas Novas do Fanado e rio Jequitinhonha. Mais tarde, uma saída diretamente para o norte (onde hoje se situa Montes Claros) foi construída através do Arraial do Tijuco.

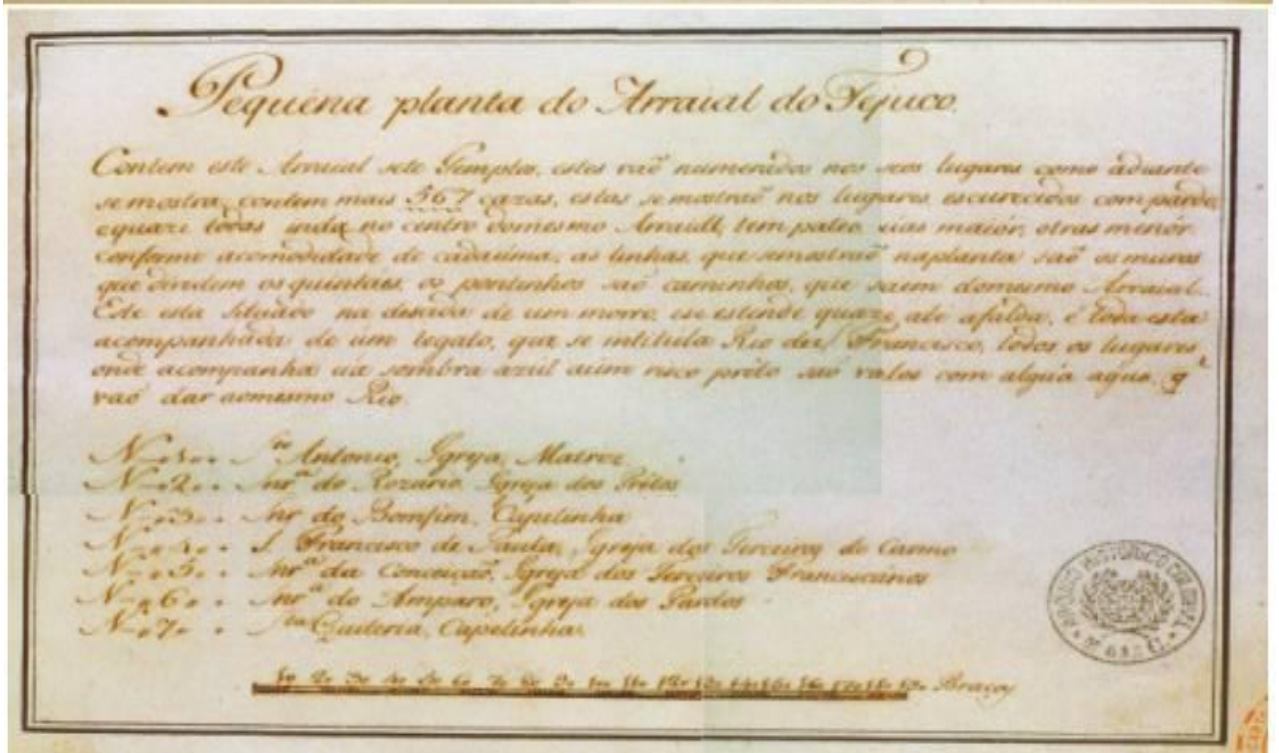
Para Assumpção (1996), até a década de 1950, esses núcleos permaneceram inalterados. Diamantina apresenta uma malha que resulta da ligação, então, entre os primitivos arraiais, através de radiais e perimetrais, que se dividiam em paralelas e perpendiculares, constituindo o arruamento do núcleo central. Tudo isso respeitou os caminhos de penetração a que os arraiais se subordinavam. O mapa 02 atesta essa assertiva, de que Diamantina apresenta uma planta mais regular, quase um tabuleiro, se comparada a Ouro Preto, além de apontar para as três igrejas que balizam o adensamento do núcleo e são pontos de referência para a saída e a chegada ao Arraial. As pequenas igrejas se destacam, apesar de não estarem postas em patamares muito elevados. Se Ouro Preto dispõe de grandes cenários para as suas igrejas barrocas, em Diamantina as mesmas se acomodam no

---

<sup>59</sup> Vasconcellos (1975) também considera três núcleos na origem do Tijuco, cada qual situado na saída para os principais caminhos que partiam do Arraial, confabulando um triângulo (Vale do Tijuco, ao norte; vale do Córrego de S. Francisco e Rio Grande, a leste; e nas grupiarias e alto do morro de Sto. Antônio, a oeste). Assim, na leitura de Vasconcellos, temos que, do lado sul, na saída para a Vila do Príncipe, estaria o Arraial de Baixo. A oeste, na parte elevada da encosta, saída para Barra do Guaicuí e sertão da Bahia, estaria o Arraial de Cima. A Nordeste, na saída das Minas Novas pelo Arraial do Rio Grande ou Tijuco, constituiu-se o núcleo mais populoso, que manteve a denominação para todo o núcleo quando, crescendo os povoados, ligaram-se entre si.

arruamento chegando mesmo a se confundirem com a construção civil. Assim, o traçado de Diamantina é quase reticulado e lembra o modelo de urbanização adotado na América Espanhola. Em contrapartida, as edificações civis inseridas na área delimitada pelo tombamento estão dispostas em sessenta logradouros, ruas becos, travessas, largos e praças, que recebem nomes pitorescos, tais como Rua do Fogo, das Pedras, da Luz, do Jogo de Bola e Beco das Beatas, da Cadeia, das Caveiras, como também analisou Tirapeli (2000). Favorecendo uma percepção de conjunto, há a repetição tipológica das fachadas de tratamento idêntico, amadeirado e em pau-a-pique. Logo, diferentemente de Ouro Preto, a arquitetura de Diamantina apresenta soluções singelas e puras, de forma que as pequenas igrejas parecem querer se alinhar com o casario, em volume, densidade e movimento, “também pintadas nas mesmas tonalidades fortes” (TIRAPELI, 2000).

É importante ressaltar a singeleza das igrejas de Diamantina, que quase se confundem com a grande quantidade de sobrados do núcleo, por sua volumetria. Sem a imponência encontrada em Ouro Preto, as igrejas de Diamantina são muito menores, mas não menos significativas socialmente ou de riqueza artística a ser negligenciada (ver fotos de 10 a 17). Diz Assumpção (1996, p. 230) que, “provavelmente, isso pode ser resultado da dificuldade de terrenos livres onde as Irmandades pudessem prever, além da expansão dos templos, o cemitério anexo e o ‘cenário urbano’. No local da antiga Matriz (demolida em 1932), foi edificada outra igreja bem maior e totalmente descomprometida com a paisagem urbana”, igreja marcada ao centro do mapa 02.



Mapa 02- Arraial do Tijuco, século XVIII / Fonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica / IGC – UFMG. Estão marcadas, da esquerda para a direita, a Igreja do Rosário, das Mercês e de São Francisco de Assis, que serviram de elo para o adensamento do núcleo e eram referências de saída e chegada, respectivamente, de Vila do Príncipe, Minas Novas e Sertão Baiano. Observa-se o traçado reticular de quadras e ruas.



Fotos 10 e 11 – Igreja de Nossa Sra. Do Amparo, centro histórico de Diamantina. Fotos do autor / janeiro de 2010.



Fotos 12 e 13 – Igreja do Senhor do Bonfim dos Militares, centro histórico de Diamantina. Fotos do autor / janeiro de 2010.



Fotos 14 e 15 – Igreja de Nossa Sra. do Carmo e Igreja de São Francisco de Assis, no centro histórico de Diamantina. Fotos do autor / janeiro de 2010.



Fotos 16 e 17 - Igreja de Nossa Sra. das Mercês e a Praça Barão de Guicuí com o Mercado Velho dos tropeiros, no centro histórico de Diamantina. Fotos do autor / janeiro de 2009.

Essa trama de caminhos favoreceu, especialmente, a consubstanciação de um forte comércio regional. Foi essa função que praticamente provocou o estabelecimento dos limites de grande parte de duas laterais dessa área central, a qual resultou em forma próxima a de um quadrado, conforme mapa 02. A grande área livre que se estende a partir da saída sul do arraial, que acompanha quase todo o seu lado leste-nordeste, é o ponto de reunião mais antigo dos tropeiros: o largo da Cavahada Velha, atual Praça Barão de Guaicuí (foto 17, acima), diz Assumpção (1996, p. 229) e prossegue: “Portanto, duas grandes áreas, criadas em função de feira regional, cercam o lugar e contribuem para definir sua malha central quase reticulada (...) Deve ser lembrado, ainda, que em boa parte do limite superior do Arraial, na grande esplanada do seu lado oeste, estavam os currais de gado (que vinha do Nordeste para abastecer o sul) – outra importante função comercial que, juntamente com as outras, contribuía para a ligação que a povoação tinha com a região e o restante do país”.<sup>60</sup>

Não podemos negar que o núcleo, no quadro das cidades coloniais mineiras, destaca-se por sua singularidade urbana antiga. Se a maioria das cidades do ouro e dos

---

<sup>60</sup> Cabe um breve parêntese para apontarmos o papel do comércio para Diamantina. Esse comércio, como em São João Del Rei (COSTA, 2007), favoreceu a manutenção econômica do núcleo com a escassez dos diamantes, quando muitas vilas da mineração estagnaram. É bom lembrar que nem sempre o ouro e os diamantes foram os principais responsáveis pela organização e articulação de vilas e cidades da zona da mineração com outros pontos da Colônia. A Tese de Martins (2004) constitui-se em uma fonte singular que desmistifica a historiografia tradicional que atribui ao declínio da mineração uma miséria crescente na zona áureo-diamantífera. Ao contrário, verificamos que houve uma rearticulação do território colonial, formando redes urbanas de abastecimento inigualáveis na história da colônia, acompanhando, ou não, a atividade mineradora. O quadro que se esboça é o de uma economia com índices de produção agrícola e manufatureira que crescem, mesmo que a mineração enfrente – como realmente enfrentou, especialmente no caso do ouro – momentos de declínio arrasador. Os estímulos do mercado interno em expansão, graças a uma população em contínua ampliação, transmitiram significativo dinamismo à diversificada economia mineira que se apresenta no século XIX. “Ao invés de se falar genericamente em ‘involução’ ou ‘estagnação’, de se aceitar apressadamente o modelo proverbial do *boom and bust*, matriz teórica da historiografia acadêmica pioneira, é melhor pensar em termos de um processo gradual e contínua diversificação produtiva, em uma economia que não estava nem em crescimento acelerado, nem em decadência absoluta, mas em processo de rearticulação interna” (MARTINS, 2001, p. 58). O capital gerado pela mineração favoreceu a diversificação da base produtiva nas Minas Gerais do século XIX. A agropecuária e os setores de beneficiamento e transformação correspondentes estavam disseminados por quase todo o território, embora houvesse áreas em que estas atividades encontravam-se mais desenvolvidas, como as áreas em torno de Pitangui, São João Del Rei e Barbacena, que abasteciam, principalmente, o mercado interno. (MARTINS, 2004 e COSTA, 2007). O dinamismo do comércio estabelecido em Minas do XIX associava-se à existência de grande mercado interno criado pela *empresa* mineradora que se desarticulava. Porém, isso não quer dizer que Minas Gerais encontrava-se apartada de mercados “externos” (MARTINS, 2004, p. 59). As províncias do Rio de Janeiro e da Bahia recebiam quase todas as exportações mineiras: tabaco, algodão, bovinos, suínos, eqüinos, couros, queijos, toucinhos, ouro, diamantes, pedras preciosas e salitre. Identificamos a inversão dos fluxos, que agora ganham envergadura do *hinterland* para a orla atlântica. Nesse quadro mais *diversificado* que *desolador*, a região de Diamantina possuía produção destacada de víveres, ouro, diamantes, pedras preciosas e siderurgia, como afirma Martins (2004). Sua vinculação com o Rio de Janeiro, de onde recebia produtos importados, sobretudo da Inglaterra, era notória, mas a região também possuía relações mercantis com áreas vizinhas. De Minas Novas recebia víveres. Da região Mineradora Central Oeste recebia ferro. Da região Mineradora Central Leste importava víveres, trigo e algodão. Da Bahia chegavam produtos importados e escravos. Ainda segundo Martins, em termos de exportação, a região de Diamantina fornecia ferro para Minas Novas e ouro e diamante para o Rio de Janeiro. Esse é o quadro que vigora em alguns pontos específicos de Minas até o terceiro quarto do século XIX, o que contraria a tradicional visão da pobreza mineira generalizada oriunda do declínio da mineração.

diamantes, no Brasil, tem um traçado urbano alongado, resultado dos caminhos de penetrações de união, como observamos em Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Serro e outras, Diamantina (assim como Tiradentes e Mariana – que apresentam um traçado quadrangular) por ter sido implantada em terreno de melhor topografia – mesmo que em uma encosta – apresenta um traçado quase que reticular, delimitado pelas principais igrejas da cidade, como se, estrategicamente, a guardasse.

Para Assumpção (1996), essa regra geral desenvolve-se de maneira original no Arraial do Tijuco, produzindo, pela interferência de variados fatores, uma conformação urbana concentrada, onde um quase reticulado central lembra o modelo de urbanização adotado na América Espanhola. Por suas particularidades, Diamantina significa um exemplo singular no quadro da formação das cidades mineiras, terreno ainda fértil para muitas descobertas.

“Tal processo de urbanização levou a essa maneira alongada e sinuosa que prepara o espaço barroco” (MARX, 1992, p. 391). Se temos uma conformação típica do espaço urbano colonial, em Minas Gerais, os historiadores e arquitetos apontam Mariana e Diamantina como dois núcleos originalmente organizados ortogonalmente; gostaríamos de evidenciar, também, Tiradentes, como que se formasse quase um quadrado, no traçado. São fundações que sofreram, logo na seqüência da formação, a intervenção direta e mais profunda de outras instâncias do poder que não a das câmaras. Para Vasconcellos (1957), as demais, porém, preferiram configurações longilíneas, esparramadas, sem centros polarizadores definidos. Na maioria, originaram-se de estradas, cujas margens construídas, acabaram por transformá-las em ruas, o que dá às povoações uma configuração mais orgânica, uma adaptação maior às condições do terreno e um agenciamento natural que permite arranjos mais plásticos, que funcionam como cenários, em perfeita harmonia com a paisagem circundante, diz Marx (1992).

Caminhando para o final deste segundo capítulo, que introduz a análise da periodização necessária à interpretação geográfica da cidade colonial barroca mineira, podemos concluir, dessa primeira fase – *cidade colonial barroca como produto de um devenir universal na gênese colonial do patrimônio* –, que o século da definição e ocupação do território que hoje demarca, politicamente, o Brasil, é o século XVIII, o século da expansão geográfica, da ocupação dos “fundos territoriais”, da urbanização colonial e da articulação territorial. Além disso, toda uma civilização se desenvolveu na área das Minas atingindo um alto nível de riqueza material e um especial crescimento cultural e artístico, como diz Telles (1974). A saga da mineração – acompanhada de uma avassaladora onda urbanizadora e, por conseqüência, o estabelecimento de uma economia interna – não deixou que Minas fosse



relegada por uma pobreza urbano-arquitetônica, muito pelo contrário. Poucas décadas bastaram para que a zona da mineração fosse enriquecida por um patrimônio que se difere em número e feição mais expressiva das demais regiões brasileiras; patrimônio da zona mineradora que se soma ao acervo produzido nos duzentos anos de colonização do Brasil filiforme e talassocrático do litoral.

Temos como os principais edifícios construídos nas Minas do século XVIII as Matrizes, as Igrejas de Ordens Terceiras e Irmandades, as Casas de Câmara e Cadeia, as Casas de Intendência, e as residências dos que se enriqueciam com a mineração do ouro e dos diamantes, além dos que se beneficiavam do comércio que ali se desenvolvia (TELLES, 1974). A arquitetura civil de Minas atinge alguns pontos altos, na segunda metade do *setecentos*. Apesar do material precário (da própria região) a maioria das construções: como a Casa da Intendência de Sabará, atual Museu do Ouro; a casa que pertenceu ao Padre Toledo, em Tiradentes, atual Museu da Fundação Rodrigo Mello de Andrade; a casa de Chica da Silva, em Diamantina, são exemplares dessa arquitetura civil significativa; representam construções de notável graça e pitoresco construtivo. Todos os edifícios são, hoje, considerados “ícones” para o desenvolvimento turístico regional e nacional.

Resta ratificar a negligência da geografia histórica sobre os construtores deste acervo, desconsiderados na maioria dos textos que tratam destas cidades, pois, “la mayor parte de los creadores mineiros, arquitectos, pintores, escultores, músicos eran mulatos” (CASTEDO, 1996). Assim, o Brasil faz-se uma colônia cada vez mais mestiça, constitui-se em um país mestiço; as formas culturais foram tanto mais brasileiras quanto mais mestiças. Aparece uma arte mais diferenciada da de Portugal; faz-se, pois, emergente os progressivos atributos nacionais de grandes expressões na movimentada orografia de Minas Gerais, em distinção ao que se havia produzido nas costas brasileiras. Como aponta Castedo (1996), não é uma questão de atributos de valor comparar a arte mineira à da costa brasileira, mas representa uma diferenciação necessária em escalas de caracteres – isso nos remete mais a uma análise do que se busca no interior brasileiro, relacionado com a identidade do Brasil nos tempos do barroco.

A originalidade da arte barroca mineira é atestada pelo próprio híbrido que representa como produto advindo das mãos dos mulatos da terra, inspirados no Velho Mundo e no drama que o movimento mercantil global lhes impingiram. As particularidades, a autenticidade da arquitetura mineira concentra-se em traçados, formas e detalhes somados aos seus significados históricos e mesmo à topografia irreplicável da zona das minas, que acaba por fazer os núcleos já emergirem barrocos. O homem negro escravo e seus descendentes não têm como símbolo do seu protagonismo na formação socioespacial deste país apenas a força

de seu trabalho compulsório que projetou o Brasil no cenário internacional, com a produção colonial mercantil, mas, sobretudo, o negro edificou arraiais, vilas e cidades, que se conformam numa verdadeira rede urbana – inclusive após o período minerador –, que articulou o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul. Esta rede urbana coloca, pela primeira vez na história do país, os próprios negros em circulação pelo território, transitando por distintas áreas de exploração de acordo com a empresa do momento; um novo dinamismo socioespacial até então desconhecido.

Vieram, sim, mestres de vários ofícios, oleiros, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, homens de tradição íbero-mourisca, escultores, estatuários, artistas diversos, arquitetos, mestres-de-obra, etc., mas não foram as mãos delicadas de franceses, holandeses ou mesmo de portugueses que sobrepujaram pedra sobre pedra nos arraiais, vilas e cidades aqui instaladas, como analisamos anteriormente (COSTA, 2008a). Se houve artistas mulatos consagrados na história brasileira, como Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), o mestre Ataíde e Manuel Victor de Jesus (que pintou parte das igrejas de Tiradentes), por exemplo, houve também aqueles que, por preconceitos raciais, foram relegados por negligência de classe; artistas negros e mulatos que nos legaram obras significativas do barroco e rococó brasileiros, presentes, ainda hoje, em inúmeras das chamadas cidades históricas vivas espalhadas pelo território, caíram no ostracismo<sup>61</sup>. Porém, seu legado serve-nos para uma nova lógica cíclica da economia brasileira, com o turismo.

O olhar acostumado com as grandes cidades, mesmo as médias e pequenas cidades brasileiras amplamente impactadas pela modernidade, estarrece-se diante dos núcleos urbanos tombados de Diamantina e Ouro Preto. Talvez porque pareçam nascer do nada entre a severa orografia e o céu; talvez pelo símbolo de uma saga histórica de conquista, instalação e exploração de um território até então desconhecido no vasto sertão brasileiro; talvez pela inquietação que nos causa imaginar seu desenvolvimento em tal área geográfica e em um período de rudimentar avanço técnico e, mesmo assim, com um grande esplendor, ostentação e opulência representados pelo barroco e rococó ali estabelecidos. Mas, o olhar “mal acostumado” estarrece-se não somente diante de tal exuberância, estarrece-se, sobretudo, pelo

---

<sup>61</sup> Reis Filho (1997, p. 234) considera que a produção arquitetônica brasileira do tempo da colônia há de ser entendida através da análise, não só de suas construções, mas também da formação de seus autores, sempre dependentes de uma técnica construtiva limitada aliada a uma precária fonte de informação advinda das imensas dificuldades de comunicação. Segundo o autor, a arquitetura oficial era exercida praticamente com exclusividade pelos engenheiros militares, sendo raros os mestres ou construtores civis trazidos pelas autoridades locais representantes do governo ultramarino. A arquitetura religiosa era repartida entre esses engenheiros militares e os mestres do risco ou artistas das várias ordens aqui sediadas, como Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) e o mestre Ataíde. As construções civis residenciais ficavam à mercê da variadíssima gama de profissionais que iam desde os altamente qualificados, o que era raro, até humildes pedreiros, taipeiros e carpinteiros, que trabalhavam pelo país afora repetindo sempre as lições aprendidas através da observação das obras mais significativas.

impacto causado na “cidade histórica” enquanto totalidade urbana do século XXI. Nessas cidades especiais, o passado é parte sensível e intangível do presente, eis sua universalidade e autenticidade.

Braudel (1988, p. 113), ao analisar a presença do passado em Veneza, afirma que ali não é nem necessário apelar para a história para imaginar o passado, pois este se faz onipresente, como um múltiplo, uma espessura na qual se afunda sem perceber, “no qual o presente também soçobra, e pelo qual é engolido com sonolência”. Ao analisarmos as cidades da antiga zona da mineração no Brasil, não nos foge a onipresença do passado, da espessura de uma lógica pretérita do território e da produção da paisagem, porém, a ser interpretada e percebida. Caminhar por Ouro Preto ou Diamantina significa aprofundar em uma história, algumas vezes, mal contada, mal interpretada e distintamente percebida por diferentes sujeitos (como o turista, o residente e o morador dos distritos vizinhos, que são diretamente dependentes da infraestrutura e serviços [precários] que estas cidades oferecem, como analisaremos a partir do quinto capítulo).

Diamantina rococó e brejeira, Ouro Preto barroca e dramática, em platô, nas Minas Gerais, cada qual acima dos 1000 metros de altitude, comunicam-se com o horizonte das Alterosas. Entre montanhas, estrategicamente, retratam a descoberta territorial, a grandiosidade artística e o desenvolvimento econômico da era de formação de uma nova sociedade em território brasileiro. Significam, atualmente, dada a geohistória aqui retratada, também um novo furor pela acumulação de capital, dentro do processo de turistificação e patrimonialização dos lugares. Dialeticamente, universalidade-particularidade, espaço-tempo, passado e presente, cultura e mercadoria, uso e troca, preservação e mercantilização, sagrado e profano, constituem-se essas cidades.

Se temos, por alguns lances de paisagem (e só alguns), a imagem e a impressão de que nada jamais mudou nem poderia mudar ali, com suas igrejas em promontório, prédios públicos e sobrados em praças principais, logo observamos a transformação do território urbano, ao considerarmos a “cidade histórica” em sua totalidade urbana. Entre montanhas, localizadas em vale – os anfiteatros de montanhas – ao redor do sítio original, fazem-se amontoados ainda de mucambos, de todos os tipos, gostos e possibilidades econômicas. Entender a formação e a evolução dessas cidades requer um olhar atento sobre todos os detalhes, em todos os quadrantes do território urbano e da história que as abarca. É claro, nem tudo é luz e nem tudo é sombra nas chamadas “cidades históricas” mineiras. Porque essas cidades deveriam esboçar, unicamente, passado ou presente, barroco ou moderno, cultura ou economia, grandeza ou decadência, fragmentação ou articulação territorial? De fato, é a partir desses pares que podemos tratar dos processos contraditórios que ordenam, no presente, o

território de Ouro Preto e Diamantina, na interpretação benjaminiana da *dialética da memória*, a qual problematizaremos no capítulo seguinte. Partamos para o segundo momento da periodização proposta.

### 3.

#### **A construção da *identidade pelo território* - o território como *identidade do capital*: Ouro Preto e Diamantina na perspectiva da *dialética da memória***

Pretendemos apontar, neste capítulo, a relevância da relação indissociável entre *valor de uso*, *valor de troca* e *valor simbólico* para compreendermos o ordenamento atual dos territórios que agregam as cidades barrocas Ouro Preto e Diamantina; ordenamento sobre o qual aprofundaremos a partir do quinto capítulo da tese. Não é tarefa das mais simples tratar dessa tríade que, no limite, nos remete a uma *dialética da memória*, quando os objetos geográficos e os lugares são investidos pelo poder do símbolo, do uso e da troca, relacionalmente.

Nessa perspectiva, não vemos alternativa para tal análise a não ser a periodização já enaltecida no primeiro capítulo, o que nos possibilita sobrepor espaço-tempo e pensar numa dialética do espaço geográfico. Tratamos, anteriormente – abordagem substancial para a discussão deste tópico –, da cidade colonial barroca como produto de um *devenir* universal, em que a arte, a economia e as necessidades de uma sociedade global emergente no *setecentos* estão na raiz de seu significado. A partir do movimento global que parte da Europa e cria uma civilização material no centro geográfico de Minas, ocorre, então, a possibilidade, através das cidades coloniais mineiras, de se forjar uma *identidade pelo território*, no Brasil. O barroco passa a ser reconhecido como símbolo cultural do novo Estado-nação, na década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas e a criação do SPHAN, o que representa uma fase de *produção simbólica do patrimônio* no Brasil. Na seqüência deste “evento” e estritamente dependente do mesmo, as cidades coloniais são consagradas como *territórios de identidade do capital*, com a incipiente projeção mercantil do barroco, nos idos de 1960, fase do “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005), da concomitante elaboração de cartas internacionais que apontam para a possibilidade de mercantilização dos centros históricos, e de incipientes ações políticas em prol da mercantilização das cidades antigas brasileiras, o que leva à *projeção inicial do patrimônio* no Brasil, como apontaremos adiante.

Logo, para falarmos em uma *dialética da memória* – mesmo no viés benjaminiano –, precisamos explicitar o que concebemos sobre a palavra *valor*. Para a teoria marxista, o termo *valor* apresenta dois significados distintos que formam um par dialético; algumas vezes

expressa a utilidade de algum objeto particular, e outras, o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro, *valor de uso*, o segundo, *valor de troca*. As coisas de grande valor de uso têm, freqüentemente, menor valor de troca; e, ao contrário, as de grande valor de troca têm, freqüentemente, ínfimo valor de uso. Para nós, a palavra *valor* suscita não dois, conforme apontam, vastamente, os marxistas, mas três significados. Consideraremos um terceiro sentido desta palavra, o *simbólico*; valor simbólico que atribuímos aos objetos, algumas vezes com o franco objetivo de preservação da identidade ou da memória coletiva e individual, outras vezes com o objetivo de se agregar valor econômico aos mesmos via avultamento do próprio valor simbólico, o que, freqüentemente, acaba por ressignificar um anterior simbolismo. Apontamos, dessa maneira, a necessidade de não nos atermos, metodologicamente, a uma abordagem materialista do mundo sensível, mas buscarmos entender como a criação de um *capital simbólico* contribui para a *ultravaloração* econômica dos lugares de memória, ou seja, a dialética do valor de uso e do valor de troca (Marx, *O capital...*) tem na valorização simbólica um adendo para se produzir marcos de distinção nos/dos lugares. São criadas novas mercadorias – por meio das cidades antigas – para a “indústria” do turismo, na perspectiva de uma *dialética da memória*, por estar enredada pelo uso, pela troca e pelo valor simbólico que, no limite, favorece o monopólio<sup>62</sup> econômico-cultural dos lugares de memória.

Para Harvey (2004, p. 17), Marx é descartado como um “pós-ricardiano menor”, “estruturalista” ou “modernista” ultrapassado, como se apresentasse um discurso impossível e longo da história, o defensor de uma transformação histórica utópica. No final da década de 1980, Marx saía da moda política e acadêmica, assumindo um papel negativo diante da “virada cultural”. Logo, Marx e o marxismo são combatidos como tendo pouca preocupação com questões de raça, sexualidade, religião, etnia, cultura etc. “As forças e os movimentos culturais eram tão importantes quanto, se não mais do que, os de classe – e, afinal, o que era a classe senão uma entre muitas diferentes configurações culturais que se atravessam mutuamente?”. Essa afirmação de Harvey é-nos instigadora, uma vez que, por mais que as classes sejam, em essência, caracterizadas por configurações culturais, Marx não tratou dessas questões, realmente. E, nesse sentido, consideramos que a dialética do uso e da troca – apreendida por Marx – hoje, deve ser entendida também dentro de uma nova realidade: *a valorização simbólica que serve de adendo para a transformação do uso em troca nos lugares, especificamente, de memória*. Essa abordagem, então, minimiza a possibilidade de

---

<sup>62</sup> Lógica diretamente vinculada à discussão a ser realizada no capítulo 4.1, sobre *Os arquitetos do mundo e a busca da renda de monopólio através do Patrimônio Mundial*.

um radicalismo marxista sobre as cidades-patrimônio, os territórios de identidade ou os lugares de memória.

Assim, concordamos com Berdoulay *et al* (2001), ao afirmar que é tarefa árdua a do geógrafo (acrescentamos, do arquiteto, do antropólogo, do turismólogo etc.) que busca o entendimento dos processos visíveis que decorrem da simbologia dos lugares, de seus aspectos *mythiques et de leurs connotations subjectives*, especialmente os geógrafos que adotam uma visão crítica do paradigma utilitarista, quer seja na versão positivista, quer seja na versão materialista (nosso caso). Nessa tarefa complexa, a busca dos “eventos” (SANTOS, 2002) que ressignificam os lugares de memória, em Minas, torna-se fundamental. Com esses “eventos” há a possibilidade de movimento, nas cidades referenciadas, de *territórios de identidade a territórios de identidade do capital*, recíproca e simultaneamente. Ao resgate desses “eventos” e práticas – do local ao nacional e global, imbricados – são dedicados os dois tópicos seguintes e o capítulo 04.

### 3.1 – A “cidade histórica” mineira: território e símbolo de identidade nacional

O que se convencionou denominar “cidade histórica”, pois, remete-nos ao valor de rememoração pela paisagem urbana, ou seja, está fortemente ligada ao passado, é atributo da memória nacional. Assim, a “cidade histórica” pode ser concebida como uma construção intencional que, desde a sua concepção, tem função memorial, a referir-se a um dado momento histórico ou marca específica de uma nação. Nesse sentido, o conceito de cidade não é elaborado intencionalmente, como objeto de rememoração, aí reside a primeira grande diferença, que podemos apontar. A “cidade histórica” vem após a mesma cidade; quer dizer, Ouro Preto ou Diamantina, de vila ou arraial à cidade, já não eram históricas?

Tornam-se emblemáticos núcleos do período da mineração, universais por sua importância adquirida para o Estado e para a história da formação nacional e na conformação territorial, especialmente. Nesse sentido, os valores memoriais atribuídos a tais cidades, ao longo de sua existência são subjetivos, na proporção em que são proferidos por nós, indivíduos contemporâneos. Logo, podemos considerar que esse relativismo que provém da abordagem moderna de história, em que a idéia de desenvolvimento e evolução admite o valor atribuído a específicos objetos, seja alterado a cada período histórico (FONSECA, 2005).

A cidade com o valor de rememoração – ou seja, a “cidade histórica” – está ligada à representação do tempo transcorrido no e pelo território, de sua gênese à contemplação contemporânea das evidências paisagísticas de sua própria história, hoje mercantilizada e, por isso, ressignificada. Justamente esse “valor de antiguidade” (RIEGL, 2006) é o que terá grande preponderância no decorrer do século XX, no Brasil, quer seja para a consagração do patrimônio e do barroco como símbolos de uma cultura nacional, quer seja para a dinamização das cidades inseridas em um mercado global de cidades. Esse é um movimento que se dá, em nosso entender, interdependentemente, de forma a se consubstanciar o que denominamos *dialética da memória*, ao se imbricarem uso, troca e simbologia, nas denominadas “cidades históricas” mineiras, inicialmente, e nas “cidades históricas” nordestinas, a posteriori. Sobre a simbologia construída através das cidades antigas do Brasil, vejamos o importante resgate territorial-histórico de Minas Gerais, para o Brasil em “construção”, no segundo momento da periodização que indicamos:

Em junho de 1919, Mário de Andrade chegava a Minas Gerais pela primeira vez. Com o fito de buscar as origens de um gênio artístico autenticamente brasileiro, Mário segue a Minas para contemplar e estudar as construções civis e religiosas da cidade de Ouro Preto. Baseado nessa viagem, Mário publica um estudo denominado ‘A arte religiosa no Brasil’. Procurando flagrar os primeiros indícios de uma arte brasileira genuína, Mário de Andrade elege, a partir deste artigo, os conjuntos arquitetônicos baiano, carioca e



principalmente o mineiro, destaque para Ouro Preto e as obras de Aleijadinho, como os legítimos representantes do que seriam as primeiras manifestações artísticas nacionais. Estas manifestações, calcadas principalmente na arquitetura, indicariam os primórdios de uma identidade brasileira, a origem de nossa nacionalidade (...) Portanto, Minas, principalmente pelas obras atribuídas ao Aleijadinho, compõe a paisagem favorita de Mário no que diz respeito ao começo da formação de uma arte nacional e, por conseguinte, de um cânone de identidade, de uma nacionalidade. Ele vai encontrar nas cidades mineiras ditas históricas, especialmente em Ouro Preto, São João Del Rei e Congonhas, exemplos ou modelos legítimos, originais, de uma autêntica manifestação autóctone. A posição que Minas assume no discurso marioandradino tornar-se-á paradigmática para que se estabeleça as referências do que virá a ser, anos mais tarde, considerado como autenticamente brasileiro. Essa visão marcará profundamente o movimento modernista e será decisiva para a famosa viagem dos paulistas às cidades históricas de Minas Gerais em abril de 1924. Porém, por que Mário de Andrade considerou Minas Gerais como o *locus* onde se desenvolvera o mais característico estilo artístico brasileiro? Para este autor, antes da segunda metade do século XVIII, não teria havido as condições necessárias para a fatura de uma arte ou de uma imagem do que seria o Brasil; subordinado a Portugal na figura de colônia de exploração, dividido em capitânias e regiões bastante isoladas umas das outras, o país ainda não adquirira uma imagem coesa de nação, nem passara por acontecimentos que lhe sedimentassem uma visão histórica coerente e unificada. A partir da segunda metade do século XVIII, teriam surgido as primeiras expressões artísticas e espontâneas de uma identidade nacional. (NATAL, 2007, p. 194-197)

Logo, a “cidade histórica” é uma criação da sociedade moderna do início do século XX, é produto de uma necessidade de afirmação de *identidade pelo território*, na forja do Estado-nacional. O tombamento surge como instrumento político-estatal localizado no espaço-tempo. São valoradas por suas características artístico-históricas (e não há como não falar em arte ao se estudar Ouro Preto e Diamantina – o que justifica o capítulo anterior da tese), não apenas por serem símbolos ou memoriais de grandezas econômicas de países colonizadores ou mesmo de uma dinâmica econômica endógena – devem ser entendidas na relação homem x meio que intermedeia, inevitavelmente, política, cultura, economia e processo dentro do modo de produção específico. Assim, essa visão que trata da “cidade histórica” significa o alvorecer de uma valoração rememorativa – mais do que ícones ligados à memória coletiva, as chamadas “cidades históricas” representam o resgate do valor histórico, artístico e cultural, objetivamente, do Estado-nação emergente.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> E não apenas isso. Segundo Choay (2006), o momento da revolução industrial provocou uma brusca ruptura com um mundo anterior. A modernidade seria, então, uma cultura de ruptura temporal, um mundo em constantes transformações. Emerge a necessidade de se preservar um passado que está sendo pulverizado por um mecanismo de mudança brutal, por meio da urbanização. Em outros termos, na medida em que as metamorfoses da modernidade avançam, os sujeitos vêem a urgência de preservar bens, objetos, ritos, tradições, cidades, memórias enfim, um pretérito que está em curso de se perder para todo o sempre. A modernidade ainda guarda e mudança, os restos e as marcas de um passado distante, de um espaço-tempo fragmentado que deve ser conservado, ou reconstituído (restaurado), como maneira de resgatar uma identidade territorial, histórica e memorial. Para Choay (2006), a estrutura urbana pré-industrial e, especialmente, as pequenas cidades ainda

Em verdade, “cidades históricas”, globalmente, são veículos de legitimação das nacionalidades e dos respectivos projetos nacionais; cidades que deveriam ser (foram e permanecem sendo para quem e a custo de que?)<sup>64</sup> elementos centrais na consolidação do sentimento de pátria ou nação, também no presente. Essas cidades representam, assim, para a Geografia, núcleos difusores da idéia de identidade e de economia urbana histórica pelo território e pela paisagem. Temos a qualificação das sociedades nacionais, do próprio Estado-nacional, por sua espacialidade enquanto expressão clara de um enfoque dialético nas fronteiras nacionais e na formação urbana, que servem de exemplificação geohistórica.

Moraes (1991) considera que, nos países de formação colonial, especialmente os da periferia ultramarina ou do capitalismo hipertardio, a questão nacional emerge com vigor num quadro de identidade problemática. A ruptura com os laços tradicionais de dominação (os coloniais) implicava a construção de um novo Estado, diz o geógrafo. O fato de que, na maioria dos casos, tais processos tenham transcorrido como modernizações conservadoras, não minimiza a necessidade de construir novas formas de legitimação da unidade “nacional”. Por outro lado, tais países também conhecem certa centralidade da dimensão espacial na armação de sua sociabilidade, o que é representado pelas cidades, especialmente as denominadas “históricas”. São países que se originam de processos de expansão territorial e ocupação de “vazios”, prossegue Moraes (1991). O desenvolvimento da formação colonial sempre implicou a apropriação de novas terras e, nesse movimento, na organização de núcleos de povoamento.

A situação colonial é resgatada e estabelecida como um processo concretizado no território: a cidade aparece como um quadro de espacialidade síntese de uma dinâmica da vida social histórica. Essas cidades enquanto “cidades históricas” emergem na questão da forja de uma identidade nacional. Uma identidade que nasce fragmentária, pois se referiu, naquele momento, no caso brasileiro, aos bens das elites coloniais, ao serem adotados critérios parciais para a seleção do que deveria ser preservado e enaltecido como símbolo da cultura nacional: casarões, igrejas e palácios ligados à elite branca colonial. Assim, ao território ordenado, agrega-se a fragilidade das representações da identidade coletiva, em especial naqueles países que não conheceram uma unidade pré-colonial, espalhados pelo globo. Nesse quadro, podemos dizer que há, historicamente, uma tendência a se pensar e trabalhar essas cidades mais como produto cultural elitizado e menos numa abordagem que as esboce como símbolos da formação de territórios ou mesmo da formação socioespacial do Brasil – e para pensarmos as mesmas como símbolos da formação de territórios, sua

---

intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deveria ser protegidos indubitavelmente.

<sup>64</sup> Essa é uma questão diretamente ligada ao nosso problema de pesquisa.

abordagem, no presente, deve ultrapassar os limites dados pelo tombamento, o que aprofundaremos na terceira parte da tese. Não devemos nos esquecer de que o valor atual dos objetos geográficos, como destacou Milton Santos (1977), não pode ser dado por seu valor próprio no que diz respeito à herança de um modo de produção já passado, porém como forma-conteúdo que se consubstancia no movimento total da sociedade.

Concordamos com Moraes (1991), em *Notas de Identidade Nacional*, ao afirmar que se observa, num raciocínio, que a identidade pelo espaço (como o autor denomina) vai fornecer importantes elementos que legitimam a forma de dominação vigente. Num mesmo discurso, prossegue Moraes (1991), apresenta um projeto para as elites, um horizonte referencial unificador de todo o “povo” e também uma justificativa da unidade nacional (tomada como projeto) que em si mesma legitima o Estado. E, ainda, coloca o “povo” no seu devido lugar, que é o de subalterno.

A “cidade histórica”, então, é construída como síntese da formação cultural elitizada brasileira. Como referencia Moraes (1991), éramos uma colônia sem atrativos imediatos para o conquistador, colônia que se constrói pela ocupação da terra e efetiva criação de um aparato produtivo, sendo assim, mais uma obra de edificação de algo novo do que de apropriação de uma estrutura preexistente - como em outras partes do mundo colonial e da própria América. O Brasil, nesse sentido, é, geneticamente, uma invenção lusitana, é um resultado da expansão colonial europeia – cujas “cidades históricas” são representantes da lógica de tal movimento, quer dizer, de uma tendência extensiva de ocupação do território e intensiva de exploração de recursos (MORAES, 1991); cidades que são tomadas, no alvorecer do século XX, como símbolos do novo Estado-nação, pela arte barroca que deveria representar o movimento e as características de um Brasil híbrido quando, pensar nosso país é tratar de uma cultura híbrida, preche de significados historicamente construídos, expressivos na concretude material e em suas representações, o que diz respeito ao próprio campo simbólico do barroco.

Foi na transição da monarquia para a república (e do trabalho escravo para o trabalho livre) que a visão da *identidade pelo território* pareceu adquirir certo relevo na representação simbólica do Brasil. “A mudança da forma de governo recoloca o tema da unidade nacional e do ordenamento (ou reordenamento) do Estado” (MORAES, 1991, p. 171). A “cidade histórica”, no Brasil, emerge em período de muitos ensaios que tematizam a tarefa das elites - a construção do país -, questionando bastante “o povo de que dispomos para realizar tal tarefa” (MORAES, 1991, p. 172). Em verdade, forma-se uma identidade ampla, envolvendo uma classe, especialmente, através da construção simbólica pelo território. Como lembra Haesbaert (1999), a base material serve de referencial para a construção da

identidade. Logo, ela é carregada de objetividade e subjetividade, dialeticamente. Por mais que se constitua simbolicamente um lugar, sua dimensão mais concreta constitui de alguma maneira, um elemento estruturador da identidade. As imagens e representações criadas desempenham notório papel na memória coletiva e os usos que se fazem dessas construções é que vão denotar sua conformação ou ressignificação, ao longo de um processo histórico. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformar tais imagens, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, para os grupos sociais, a memória coletiva tem sua base de apoio sobre as imagens espaciais (HALBWACHS, 1990).

A “cidade histórica” é síntese de um plano da construção simbólica via território, produto, então, de uma *ideologia geográfica* – para usar um termo de Moraes (1991) –, que se manifesta de maneira focada em determinadas regiões brasileiras (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco). É num período de transição político-econômica (Estado Novo e processo de industrialização do Brasil) que surgem tais cidades como tema da construção de uma identidade nacional em bases geográficas, isto é, por referência à história do território e não de toda a sociedade que o habitou ou da sociedade que o habita: é, pois, uma questão da história urbana, de formação territorial do Brasil e de formulação de uma *ideologia geográfica* sobre a nação emergente. O Estado Novo representou um governo de firme formulação oficial de políticas territoriais, salienta Moraes (1991). Foi quando se territorializou, de forma mais efetiva, o aparelho de Estado brasileiro, favorecendo uma nova geografia material-simbólica do país, o que se fez com o resgate de uma cultura pretensamente original, a partir das cidades e do território.

(...) o período também foi rico no que tange à formulação de representações do espaço, uma época de ampla difusão de ideologias geográficas (...) com a entrada em cena do conceito de região [na geografia brasileira]. Este, também uma possibilidade de identidade pelo espaço, conhece uma significativa base objetiva de formulação no país. Indagar a cerca dos sujeitos e contextos de criação e divulgação dos discursos dos diferentes regionalismos presentes no Brasil abre outro formidável universo de pesquisa. Até que ponto a identidade regional cumpriu um papel de *locus* de resistência dos dominados? Até que ponto foi uma estratégia oligárquica para se contrapor ao processo de centralização política? Até que ponto foi um expediente do próprio Estado na composição de sua base de hegemonia? Estas são questões que demandam um cabedal empírico ainda em elaboração. (MORAES, 1991, p. 174)

Logo, não é sua função original que nos remete à “cidade histórica”; mas é nova concepção criada sobre as mesmas, ou seja, somos nós, sujeitos modernos, que a forjamos dentro de nossa lógica e “avanço”, ou na perspectiva da “ordem” e do “progresso” positivistas. No momento atual, a “cidade histórica” visa a representar o que foi e não se replicará jamais, no sentido que aquilo que foi sintetiza um laço insubstituível de um processo de desenvolvimento histórico, econômico e cultural. Nessa acepção reside a

*dialética da memória*, a memória coletiva ou individual, o conhecimento, a religião, a passagem dos ritos e costumes, quando da busca e da imbricação de usos, trocas e símbolos, também faz-nos abandonar a concepção de materialidade, de presença, através dos mecanismos modernos da *patrimonialização global* em voga. Podemos conceber uma *dialética da memória* – nos processos de requalificação e renovação urbana, inclusive, como veremos – quando abandonamos a essência e a própria presença física das coisas que, ao mesmo tempo, tentamos resgatar; lógica dialética na qual Benjamin (2000, p. 43) percebe a destruição da aura no viés de uma *urbanité cannibale*, de uma atitude circunspecta na destruição e reconstrução dos objetos; nesse movimento, entendemos tal conceito.

Como fica claro em Riegl (2006), o prazer estético encadeado na contemplação de um bem não se encerra na verificação de seu caráter antigo, mas se completa com o conhecimento, ainda que tangencial, do estilo utilizado, do momento em que foi construído, da história de um povo; o que envolve um conhecimento de história da arte e, portanto, o prazer proveniente desse conhecimento não é um prazer imediato, ao contrário, é reflexivo e científico, extrapola o valor de antiguidade e caracteriza o valor histórico. Parece ter sido esta a intenção do Estado por ocasião de busca da *identidade territorial* pelas “cidades históricas”, no Brasil. Porém, isso se deu de maneira elitista e segregacionista, como muito já se discutiu.

Se há quem distinga entre cidade e “cidade histórica”, dizemos que não se trata de uma oposição, mas de uma conjunção, de maneira que: a cidade, em sua origem, não foi concebida com finalidade simbólica ou representativa, ao passo que o conceito de “cidade histórica” nos remete às construções usuais com importância para a história e/ou para a arte, tornando-se matéria de culto ao passado, de forma que, enquanto objeto sensível, possibilita a contemplação e o reconhecimento de uma subjetividade na concretude do mundo. Ouro Preto e Diamantina emergem como símbolo e tradição, atendendo a intenções ideológicas que visavam à construção de uma *identidade pelo território*. Há a necessidade de se preservar os suportes materiais da memória que o capitalismo avassala, via novos empreendimentos urbanos, nos dias de hoje, como veremos no próximo tópico. Assim, a memória não é oprimida apenas porque lhe são expropriados os suportes materiais, mas, especialmente, a história oficial da formação da nação, cujos símbolos remetem-nos aos avanços de dominação territorial. É no processo e por base nos “eventos” de projeção dos símbolos nacionais ao mesmo tempo de sua ressignificação material-econômica e subjetiva, ou imbricação de usos, troca e representações, que se perfaz a *dialética da memória*, que tem por suporte a intermediação em grupos específicos e o patrimônio urbano brasileiro.

O território em si é um dado incompleto para se caracterizar uma nação; há de se refletir, também, sobre a comunidade em sentido amplo que o constitui – perspectiva de

análise de Moraes (1991). A língua, uma base idiomática, e a economia agregam-se nesse entendimento, formando uma parte total do todo, capaz de se formalizar como nação; em uma palavra, é a cultura de um povo que dará unicidade ao território nacional. Diz Oliveira (1967) que quem estabelece e caracteriza a própria comunidade é a cultura que, pelo seu poder coesivo, surge no contexto da vida nacional tanto como causa quanto como efeito. A cultura é a força criadora, a causa que modela a alma nacional com a difusão de idéias, sentimentos e aspirações, pelos lugares, pelas paisagens e pelo território. Como força conservadora, mantém conquistas obtidas, preserva bens adquiridos, protege e amplia o patrimônio acumulado historicamente. “A cultura é a instituição mais permanente de uma nação, pois cada nação tem um patrimônio espiritual que reflete sua fisionomia, fixa o seu caráter” (OLIVEIRA, 1967, p. 23). Logo, no processo de instauração oficial de determinados modos de pensar, a história real é substituída por uma história oficial. Sobre essa questão, Henning (2007, p. 103) diz que, “neste processo, se o patrimônio serve como instrumento para rememoração de determinada cultura ou momento histórico, a sua ausência deliberada contribui também para a amnésia coletiva, num procedimento (...) de proscrição do que não se quer perpetuar. Neste processo de reescrita da história, ocorrem erros históricos e etnográficos”.

Assim, a “cidade histórica” o é ao ser tomada como objeto de salvaguarda pelo Estado, no caso brasileiro, do início do século XX. Mesmo em âmbito universal, é um fenômeno relativamente recente, que se operacionaliza quatro séculos depois da invenção do conceito de patrimônio histórico.<sup>65</sup> Conforme aponta Françoise Choay (2006), esse fato diz respeito a uma contribuição específica da cultura européia, de forma que surge na contra-mão de um urbanismo renovador, deparando-se com o processo acelerado de urbanização, ou seja, com a atuação da cultura moderna no desenho das cidades.

Uma cidade é histórica (ou tem partes históricas), diz Aguiar (1999), se estiver associada à presença de determinados conceitos e valores, traduzidos na sua arquitetura, que definem essa sua identidade (*uma identidade pelo território*). Nesse ponto, podemos dizer que a “cidade histórica” sintetiza uma “entidade funcional”, que hibridiza materialização de ações passadas, refuncionalização das formas pretéritas, no presente, em nome das novas exigências da sociedade de consumo na sua relação com as cidades. É, pois, a dimensão representacional do espaço que redundando na valorização do espaço; em outras palavras, pelo viés da *identidade pelo território* temos a possibilidade de construção do *território como identidade do capital*.<sup>66</sup>

Ao ganharem *status* de cidades dinâmicas da mineração, sendo cidades “antigas” brasileiras, e ao representarem, através da forma urbana, reflexos de uma imagem pretérita,

---

<sup>65</sup> Para a elucidação desse histórico, ver Choay (2006) e Costa (2009).

<sup>66</sup> Esse enfoque ratifica nossa perspectiva de tratar Ouro Preto e Diamantina no viés da valorização (análise econômica), da representação (análise do simbólico) e da dominação (análise política) territorial.

Ouro Preto e Diamantina, além de outras cidades da zona do ouro e dos diamantes, serão enunciadas como cidades guardiãs da memória histórica brasileira, que resistem ao movimento acelerado e destrutivo do mundo moderno. Os lugares de memória emergem – de territórios nacionais para o Mundo – do próprio movimento que faz frente à lógica fragmentária da modernidade capitalista, ou seja, de sua preservação. A recriação da “cidade histórica” correlaciona-se com a produção de novas condições oriundas da dramaticidade do mundo moderno; são eleitos resquícios pretéritos sensíveis e não sensíveis que resistem no presente e que tem sua gênese em um momento distinto e distante. Quanto maior o ritmo das mudanças, maior a preocupação com a preservação e a “produção” dos enclaves que servirão como lugares de memória ou testemunhos de um passado mutante.

Logo, a *identidade pelo território* representa a busca de uma memória histórica brasileira que é veiculada por um discurso dominante, que manipula o passado a fim de construir uma auto-imagem legitimadora da identidade de toda a nação; isso representa o que Gomes (1999) reconhece como “ideologia do Estado-nação”, construída por meio de um discurso unitário e pela difusão de pertencimento a uma cultura unitária. Portanto, não são as memórias dos diversos grupos sociais – que compuseram e compõem a nação – que entraram em jogo na construção da memória histórica nacional, pelo inverso; os lugares de memória emergem para cobrir as lacunas deixadas pelo tempo e satisfazer as demandas do Estado-nação em constituição, na busca de uma identidade que, só pretensamente, seria coletiva total e totalizadora (NATAL, 2006). Sob esse espectro da memória histórica resgatada pelo Estado, no caso brasileiro, é que se vão estabelecer os lugares de memória, isto é, territórios que guardam a história que se deve (ou deveria) ser difundida, que deveria ser contada, pois remete aos objetivos do discurso nacionalista oficial: eis a gênese da “cidade histórica” no Brasil.

Conforme aponta Natal (2006), os discursos e as ações voltadas para a preservação, no início do século XX, especialmente com os modernistas brasileiros, esboçam a necessidade de se batalhar contra um processo sociocultural degradante das cidades em tela, de forma a tentar salvar da destruição manifestações e obras humanas corporificadas no território, mas pouco valorizadas no sentido memorial, até aquele momento. Síntese de manifestações e obras humanas impressas no território, essas cidades antigas testemunham, histórica e artisticamente, através de seu aspecto formal, signos econômico-materiais do Brasil colônia, analisados no capítulo anterior.

Para a compreensão das ditas “cidades históricas”, é primordial resgatar o caráter historicizante de nossa sociedade, diz Natal (2006). As transformações frenéticas pelas quais essa sociedade passa – técnicas, científicas, culturais, econômicas, políticas etc – fazem por

fomentar uma gama de ações e atividades (nas cidades) que, por sua vez, dispõem-se às mais variadas (re)construções históricas. Forja-se, conforme o autor, uma perspectiva de haver um passado e de que podemos e devemos concebê-lo ligado ao presente, por mais que este passado seja distinto do momento atual, numa simbiose que representa a tentativa de correspondência ou continuidade temporal.

Em outros termos, podemos dizer que Diamantina e Ouro Preto retratam em que medida a memória histórica foi preservada nos lugares da memória e os usos hoje feitos desses símbolos. A referência a essas cidades como representação de cidades coloniais serve, ao momento atual, como um atestado dos feitos passados que refletem os valores constitutivos da identidade – é o território onde se funda o Brasil enquanto nação. São os próprios vestígios materiais do território, delimitadores da antiga zona mineradora, enquanto signos de identidade, que são protegidos da ação pulverizadora do tempo. Hoje, essa resistência no território dá-se pelas ações dirigidas na tentativa de se resguardar uma origem que é tida como pura, autêntica e universal (para o Patrimônio Mundial, como veremos). A identidade brasileira foi “construída” através do resgate e manutenção de um ponto de origem singular, pretensamente: torna-se o barroco mineiro a síntese da cultura nacional. Mistifica-se, assim, a origem de uma nação através do que é possível de se identificar, materialmente, no território, para então serem delineados os pressupostos simbólicos “incrustados” nos objetos do passado, e mesmo na “cidade histórica”. Não podemos nos esquecer dos ensinamentos de Adorno (1970), ao afirmar que a economia burguesa é cega ideologicamente ao considerar que as obras do passado poderiam ser melhor compreendidas do que as contemporâneas. A consciência atual tem maior dificuldade de compreender pressupostos filosófico-históricos estranhos à contemporaneidade. Ao que parece, esse foi o caminho na “construção” da *identidade pelo território*, no Brasil.

A idéia de origem segue, invariavelmente, a noção de autenticidade. Para Natal (2006), no passado original encontram-se os autênticos preceitos que garantem a singularidade e a grandeza de uma nação; é nesta origem que a nação se diferencia das demais e assume a sua identidade – é essa autenticidade a requerida pela UNESCO, hoje, para inscrição dos bens culturais do mundo em sua Lista. Nesse sentido, Ouro Preto e Diamantina devem traduzir o autêntico e o singular do brasileiro e do mineiro, e essa pretensa autenticidade e singularidade constituem os aspectos fundantes de seu valor histórico, uma vez que marcam as diferenças e os intertícios entre o passado e o presente, e permitem reconhecer tais cidades como objetos de outrora. Diz Natal (2006) que o valor artístico que também será atribuído a Ouro Preto está estreitamente vinculado ao valor histórico. Logo, trata-se de uma invenção histórica, ou seja, da construção de um olhar: “a cidade é vista como



depositário de referências estéticas e estilísticas pretéritas caras à constituição de uma identidade nacional; seu valor de arte se baseia, primeiramente, em sua imagem de ‘lugar da memória’, isto é, um lugar onde valores artísticos autenticamente nacionais, legítimos, puros e fundamentais, pois que pertencentes à origem da nação, estão salvaguardados da ação derrisória do tempo” (NATAL, 2006, p. 10). O próprio barroco mineiro, caracterizado nas cidades em tela, diz respeito à idéia de origem de um gênio artístico particularmente brasileiro, que, por isso mesmo, buscou-se preservar.<sup>67</sup>

Ver Ouro Preto em seus traços Barrocos, em sua estética singular, significa, então, ver o passado, ou melhor, ver a própria história composta pelos grandes feitos históricos e gestos artísticos que concorrem à formação de um caráter nacional. Portanto, é sob o ponto de vista de um “lugar de memória” que devemos compreender a construção da imagem de cidade histórica. Embora muitos discursos tragam uma ligação emotiva, afetiva e pessoal com a cidade, é pela esfera de uma identidade maior, nacional ou mineira, que Ouro Preto será evocada, isto é, segundo uma memória histórica coletiva, oficial e nacionalista (...) e não do ponto de vista de uma memória de grupos sociais ou individual (memória espontânea, cotidiana). A cidade histórica se conforma sobre os pressupostos simbólicos da memória histórica, atua como suporte dessa memória oficial e nacionalista, e não se sustenta em memórias de vivências individuais ou sociais. (NATAL, 2006, p. 10)

A perda da sua centralidade política, muitos discursos a projetaram enquanto a cidade guardiã dos valores mineiros. Com a transferência da capital para Belo Horizonte, a ideologia difundida é a de que a cidade não deveria mudar sua condição patrimonial, mas guardar suas marcas do passado em seu traçado urbano-arquitetônico. A visibilidade da paisagem urbana tal como ela se fazia era o requisito fundante de sua identidade histórica. Claval (2005, p. 99) afirma que é sobre ensaístas, pintores, artistas e historiadores que repousa a construção da idéia de nação, os quais encontram razões distintas para propagar e estabelecer as funções das paisagens. Certas paisagens são escolhidas por se considerar que têm um lugar essencial na construção da nação e na formação de sua cultura.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Fazendo uma análise comparativa da arte mineira com a italiana, diz Mário de Andrade que “as igrejas do Aleijadinho não se acomodam com o apelativo “belo”, próprio à São Pedro de Roma, à catedral de Reims, à Batalha, ou à São Marcos de Veneza. Mas são muito lindas, são bonitas como o quê. São dum (sic) sublime pequenino, dum equilíbrio, duma pureza tão bem arranjadinha (sic) e sossegada, que são feitas pra querer bem ou pra acarinhar, que nem na cantiga nordestina. São barrocas, não tem dúvida, mas a sua lógica e equilíbrio de solução é tão perfeito, que o jesuitismo desaparece, o enfeite se aplica com uma naturalidade tamanha, que se o estilo é barroco, o sentimento é renascente. O Aleijadinho soube ser arquiteto de engenharia. Escapou genialmente da luxuosidade (...) do movimento inquietador, do dramático, conservando uma clareza (...) puramente da Renascença”. (ANDRADE, 1975, p. 35)

<sup>68</sup> “A representação de Ouro Preto enquanto cidade histórica fundamentava-se na estreita ligação entre o visível e a palavra escrita, como se nos prédios da cidade viessem etiquetados (legíveis) os signos de grandes eventos do passado. A paisagem urbana era agora enaltecida por um discurso que a representava como a realidade de um tempo pretérito. Denominando-se os lugares da cidade, evocar-se-ia e se concretizaria sua história. O espaço urbano passa a ser teatralizado, ou seja, tido como um meio cenográfico onde se poderia ver o próprio passado; a cidade transforma-se em um palco da história” (NATAL, 2006, p. 19).

Também podemos dizer, com Mário de Andrade, que emerge em Minas Gerais uma arte singular, graças ao relativo isolamento e à distância das cidades mineiras em relação aos centros litorâneos, peculiaridade já discutida no capítulo segundo. A geografia da região, bem como a localização geográfica da zona mineradora, de difícil acesso, pôde favorecer, naquelas terras, a “mais característica arte religiosa do Brasil”, como aponta Andrade (1993). Logo, tanto o fator geográfico quanto a crise da mineração, redundou na depauperação das cidades mineiras durante a segunda metade do século XVIII, após um curto período de bonança visto no começo do *setecentos*. A estagnação econômica atrelada à geografia regional levou Minas a uma produção artística mais autônoma, pois foi “empobrecida” e isolada de brusca influência portuguesa ou do litoral, e é justamente essa peculiaridade a enaltecida na busca da *identidade pelo território*, através do Estado, na década de 1930.<sup>69</sup> Devemos lembrar, também, que a letargia econômica do fim do século XIX e início do século XX, nas cidades referenciadas, favoreceu, sobretudo, a preservação do acervo na zona mineradora, paradoxalmente.

Assim, Andrade (1993) encontra no patrimônio das cidades da zona da mineração um estilo original e único no Brasil, tratando-se, pois, de uma unidade estilística que esboçava um notório acervo artístico e cultural nacional. Seria, pois, o denominado “barroco mineiro” (ANDRADE, 1993; MACHADO, 1974) o símbolo de identidade nacional pelo território das cidades contempladas na zona da mineração do ouro e dos diamantes. “O barroco mineiro, enfim, seria o primeiro estilo artístico da nacionalidade tupiniquim” (NATAL, 2007, p. 199). Logo, essa arte, em Minas Gerais, é mais que um estilo, é o símbolo primaz da história da formação do território nacional, uma vez que estabelece o início de uma tradição artística e de uma morfologia urbana importante da constituição de uma arte “regional” e da emergência de uma rede de cidades antigas que vão sintetizar o Brasil-nação.

Se a ideologia e a criação de símbolos são as bases do pensamento de uma sociedade de classes, no transcurso conflituoso da história, como afirma Debord (2008), a construção simbólica das antigas cidades da mineração, na década de 1930, com o SPHAN, favorece, simultaneamente, sua apropriação e a materialização da ideologia capitalista da troca; as cidades apresentam, então, distintos momentos da ideologia materializada. O particular êxito da produção econômica das “cidades históricas” mineiras, alavancada pela

---

<sup>69</sup> Conforme Natal (2007), o empobrecimento das Minas teria exigido de seus artífices soluções construtivas mais simples e econômicas que as do barroco lusitano, isto é, improvisações e invenções que respondessem aos limites materiais impostos por um meio socioeconômico bastante instável e severo, diz o autor. Por seu turno, o isolamento geográfico teria conferido aos construtores mineiros liberdade e espontaneidade para que se criassem essas novas soluções sem a influência peremptória dos modelos reinóis. “Portanto, Minas Gerais, por suas oscilações econômicas e pela posição distanciada que mantinha dos grandes centros, como Rio de Janeiro e Salvador, que ficavam mais expostos à influência lusitana, teria apresentado as condições para que ali se concebesse e erigisse uma arte religiosa autenticamente nacional, livre do cânone português” (NATAL, 2007, p. 198).

forma do espetáculo contemporâneo, onde se confunde, conforme Debord (2008), a realidade social e a própria ideologia, tem por sustentáculo o movimento histórico da *identidade pelo território* aos *territórios de identidade do capital*, onde são preponderantes e não excludentes: os usos, as trocas e os símbolos recriados em tais cidades. Como lembra Benjamin (1986), quando a autenticidade deixa de ser fundamental no caráter do ser artístico e da arte, do patrimônio artístico, ocorre o movimento da práxis ritualística para a práxis política.

Sobre o poder simbólico, Bourdieu (2007) afirma que este é o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Por conseqüência, aparecem, na análise de Bourdieu, diferentes universos simbólicos como o mito, a língua, a arte e a ciência, enquanto instrumentos de conhecimento e de construção do mundo material, como formas simbólicas, o que aponta para o aspecto ativo do conhecimento. Formas universais tornam-se formas sociais – arbitrárias –, determinadas de acordo com as necessidades e os desejos de cada época.

Podemos considerar que Ouro Preto e Diamantina, enquanto símbolos (instrumentos de conhecimento e de comunicação, como diz Bourdieu, 2007) trazem em seu cerne formas particulares, funções políticas e função gnoseológica, que também nos remetem aos interesses da classe dominante, tornando-se, também, *territórios de identidade do capital* por meio de símbolos criados, usados e objetos de permuta. Pois, como afirma Bourdieu (2007, p. 10), a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

Em suma, no contexto geral apresentado e de acordo com a importância histórica dos modernistas preocupados, num primeiro momento, com o resgate das Artes no Brasil, e em um segundo instante, voltandos para a descoberta de um país pouco conhecido, olhando para o passado distante através da herança barroca, Ouro Preto, Diamantina e uma gama de outras cidades antigas brasileiras são tombadas<sup>70</sup>, durante e após a década de 1930.

Diamantina foi inscrita em apenas um dos livros do tomo, enquanto *Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina*, no Livro das Belas Artes, Volume I (Processo: 64-T-38; número de inscrição, 66; número da folha, 12; data: 16/05/1938). Ouro Preto foi inscrita em dois livros do tomo, como *Conjunto arquitetônico e urbanístico de*

---

<sup>70</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937, o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito em um dos livros do tomo, segundo Silva (2003).

*Ouro Preto*, no Livro de Belas Artes (Processo: 0070-T-38; número de inscrição, 39; data: 20/04/38) e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1986, após ser a primeira cidade brasileira inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. São quatro os livros do tomo, nos quais podem ser feitas as inscrições dos bens culturais: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Para efeito comparativo, mencionamos que Congonhas foi inscrita, também, no Livro do Tombo das Belas-Artes (o Santuário do Bom Jesus do Matozinhos); Salvador, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Brasília, no Livro do Tombo Histórico.<sup>71</sup>

Se produtos de um *devenir universal*<sup>72</sup> e *territórios de identidade nacional*<sup>73</sup>, na imbricação do uso, da troca e da construção de símbolos, chegamos a Ouro Preto e Diamantina como *territórios de identidade do capital*<sup>74</sup>. O olhar não deve estar atrofiado ao imediato, sem interioridade, levando a memória ao ponto estéril de uma função supérflua, pois guarda, inevitavelmente, uma espessura existencial e política (GONÇALVES FILHO, 1989, p. 95). A memória representa um olhar que se desperta em direção ao passado do território, dos lugares, da paisagem e dos objetos, envolve-se nas imagens de outro tempo, enaltecida na materialidade persistente no mundo, nas obras que a mente impregnou, de forma a instaurar uma harmonia em desequilíbrio com a lógica do presente, pois o último é representado como progresso, o progresso promovido pelo poder do dinheiro no território. “Mas que progresso, se o homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações do presente? Que memória, se não há memória para aqueles a quem nada pertence?” (WEIL, 1979, p. 45).

A memória oferece o passado através de um modo de ver o passado: exercício de congenialidade, onde há, pois, investimentos do sujeito recordador e da coisa recordada, de maneira que ao termo e ao cabo do trabalho de recordação já não podemos mais dissociá-los: então fará tanto sentido entender o sujeito a partir do que recordou quanto o que recordou a partir do modo como o fez. A recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a marca de sua inteligência, a encontrar razões do passado – e a recordação traz, ao mesmo tempo, as determinações do passado na urdidura daqueles padrões, daqueles valores, daqueles sentimentos, daquela inteligência. (GONÇALVES FILHO, 1989, p. 99).

Se a produção aparece, originariamente, como reprodução, manutenção e propagação da sociedade, de acordo com as existentes condições naturais, sob atuais modos de produção, com a vida *material* reproduz-se também a vida *ideal* (como nos ensinou Marx).

---

<sup>71</sup> Fonte: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) – Arquivo Noronha Santos.

<sup>72</sup> Primeiro momento da periodização proposta, analisada no segundo capítulo.

<sup>73</sup> Segundo momento da periodização indicada, enaltecida no capítulo 3.1.

<sup>74</sup> Terceira fase da periodização da tese, analisada a partir do tópico 3.2.

Para acrescentar, podemos dizer que as representações, a produção das idéias e dos símbolos estão diretamente ligadas às atividades materiais e na relação concreta dos homens. Cada geração fundou-se na sua reprodução, em predecessoras, tomando como herança os materiais e simbologias remetidos pelas mesmas: forças de produção, modos de produção, significantes e significados são recriados, ininterruptamente. Esse trânsito de materiais e símbolos acontece sob novas bases, circunstâncias gerais modificadas. “A geração só pode tornar-se sujeito da história, se se reconhece e se percebe enquanto objeto da história, quando ela saca do conhecimento sua peculiar situação histórica” (MARCUSE, 1968, p. 65). Na paisagem podemos decifrar o movimento da humanidade, a imposição de classes e seu poder, também “sua própria domesticação” – para usar um termo de Claval (2005).

A emergência singular do barroco em Minas Gerais – por meio da dinâmica econômica e da geografia próprias da região mineradora –, e a criação do SPHAN pelo Estado Novo – que favorecem a inscrição de Ouro Preto e Diamantina nos livros do tomo, num contexto político-econômico peculiar do Brasil no início do século XX – são os primeiros “eventos” (SANTOS, 2002) da “construção” do patrimônio e dos *territórios de identidade* nacional, que remetem à projeção internacional das “cidades históricas”, ligadas à atual lógica global que revaloriza e transforma, material e simbolicamente, os centros antigos, como aprofundaremos a partir do tópico que se segue. São dois momentos e eventos que marcam, simbolicamente, o percurso das cidades enaltecidas e a periodização tratada.

Através do uso, da troca e do simbolismo que se cria sobre as “cidades históricas”, o capital é capaz de fragmentar, subdividir e subjugar, absorver e recriar, metamorfosear e projetar tradicionais culturas, de favorecer distinções paisagísticas e territoriais. Em uma palavra, o capital mobiliza, em sentido amplo, e consolida, localmente, uma *dialética da memória*, quando se busca rememorar fatos e objetos no mesmo movimento de desconstrução das coisas fabricadas pelo homem e alvos de tal recordação. Como diz Arendt (2010), o mundo de coisas feito pelo homem, o artifício humano construído, torna-se um lar para os homens mortais, cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento de permanente mudança de suas vidas e ações, apenas na medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para o uso. Ou seja, a sobrevivência só é garantida pela transcendência da funcionalidade das coisas de consumo e a utilidade dos objetos de uso; talvez esteja na memória, na recordação, o suporte da permanência das ações e dos objetos, para o uso e para o abuso da sociedade de classes. Assim, na *dialética da memória*, o patrimônio passa a representar, pois, o movimento do basicamente útil para a rememoração coletiva ao fundamentalmente estético e mercantil para uma rememoração particular; é a hibridação da

identidade coletiva e da identidade do e para o capital que redonda, paulatinamente, em uma diferenciação, em um afinamento, em uma abrangência e aprofundamento das emoções que passa a suscitar. O princípio unificador dessa estética, em âmbito universal, torna-se a própria história territorial. Assim, é elucidativa a proposição de Marx citada por Lukács (1967), de que “el tiempo es el espacio de la evolución humana”.

Com a *dialética da memória*, a arquitetura em Ouro Preto e Diamantina, especialmente, torna-se arte, uso e abuso que se perfaz junto ao ordenamento territorial dado pela coletividade concreta, que transforma essas cidades enquanto totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”. Para retomar o método que nos dirige, é a própria totalidade um conceito dialético; “na filosofia materialista, a categoria da totalidade concreta é, sobretudo, e em primeiro lugar a resposta à pergunta: que é a realidade? Como conhecê-la?” (KOSÍK, 1976, p. 44). Isso justifica o esforço que empreendemos até aqui – e continuaremos –, para tratar, então, da mercantilização da paisagem urbana histórica e do ordenamento do território das cidades mineiras tidas por Patrimônio Mundial, para além dos limites do tombamento, pois “todo fato só é conhecido no seu contexto e no todo” (KOSÍK, 1976, p. 53). Incompleta seria uma análise que se baseasse em técnicas de construção, formas construídas ou no planejamento ou gestão atuais do território, somente, sem o recurso à periodização da formação e projeção global das denominadas “cidades históricas”. A redação até aqui busca atingir essa periodização. No estudo da paisagem, não podemos nos ater ao que é visto hoje, como uma realidade objetiva. Lembra-nos Claval (1999) que o papel desempenhado pelos lugares nos processos culturais e os valores que aí se leem devem ser estruturantes das pesquisas em Geografia, no atual momento de revalorização da cultura nos territórios, reordenando-os, inclusive.

Não seriam os momentos de ressignificação do barroco, de sua gênese ao processo de tombamento das cidades mineiras e na emergência da “recolonização” dos centros, os fatores da transformação territorial de Ouro Preto e Diamantina, enquanto cidades totais? Alinhado com nossa problemática de pesquisa, Eagleton (2005) argumenta que, hoje, o que divide o mundo são os próprios processos que se supõe que os estejam unificando; isso nos possibilita dizer que os instrumentos globalizantes e seus arautos sobrevivem e vangloriam-se do esfacelamento e da recriação de particularidades e singularidades mais fracas, porém, potenciais. Por isso, o próximo tópico dedica-se ao entendimento dos “eventos”, dos princípios e das diretrizes globais que favorecem o movimento, nas “cidades históricas” do mundo, de *territórios de identidade a territórios de identidade do capital*, que influenciam o Brasil e, sobretudo, os núcleos urbanos mineiros em tela.

### **3.2 – A “cidade histórica” mineira no contexto das diretrizes mundiais de requalificação ou “recolonização” dos centros urbanos**

Este tópico do capítulo e o capítulo que se segue tem por objetivo apontar a perspectiva contemporânea mais ampla na qual se inserem as cidades objetos da tese, ou seja, enumerar o que consideramos os mais notórios “eventos” que as inserem no turbilhão do mercado global de cidades e da *patrimonialização global* – assim, o percurso de projeção universal das cidades barrocas mineiras. Em meados do século XX, as velhas cidades dos países centrais, especialmente os anglo-saxões, apresentavam um processo de degradação física em suas áreas centrais, como resultado do esvaziamento populacional, deterioração do patrimônio edificado e falta de investimentos econômicos, como salienta Colvero (2010).

Emergem, após a década de 1950, ações que visam à renovação, reabilitação, requalificação, revitalização e refuncionalização dos centros degradados de cidades, como alternativas para tratar dos problemas físicos, sociais e econômicos que se perpetuavam nas áreas urbanas mais antigas, os chamados centros históricos. Temos estes que possuem sentidos diferentes, apesar de convergirem para o mesmo foco, que é a revalorização de áreas – sobretudo, as centrais – da cidade. Aqui reside nossa principal problemática, a de que a “cidade histórica” deve ser pensada, planejada, enquanto totalidade urbana e não centrada no núcleo tombado, para assim se efetivar tanto a preservação do patrimônio quanto a prática do planejamento urbano.

Conforme Colvero (2010), a *reabilitação* urbana foi concebida, na Europa, em meados da década de 1950, e se caracteriza como política dirigida às áreas consolidadas da cidade para valorização de potencialidades sociais e econômico-funcionais; é quando o patrimônio é incorporado como objetivo do planejamento físico-territorial, e a reabilitação das residências é tomada como a ação de manutenção física e da composição social dos seus moradores. A *renovação* de cidades, por sua vez, diz respeito aos projetos de modernização do território, com mudanças formais, de maneira que a renovação é precedida à demolição dos bens construídos. A *revitalização* está mais ligada “à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território” (COLVERO, 2010, p. 40). A *requalificação* engloba os conceitos anteriores, porém, está vinculada a projetos que visam a devolver ou propor qualidade ao ambiente físico

e social dos espaços construídos, baseados na compreensão da relação entre processos de produção social do território e sua realidade enquanto lugar da vida.

Concordamos com Paes (2005, p. 96), ao enfatizar que a apropriação dos bens culturais vem seguindo a conduta de transformação do patrimônio cultural em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo, agora, à ideologia do consumo, e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. Isso nos leva a afirmar que os termos *requalificação*, *renovação* e *refuncionalização* urbanas são os mais apropriados para a análise geográfica do que podemos tratar como transformação territorial urbana pela “recolonização” dos centros. Para tal foco de análise, devemos lembrar Smith (2006, p. 83), ao enfatizar que os arautos da estratégia de renovação e regeneração urbanas mascaram as origens sutilmente sociais e os objetivos da mudança urbana, apagam as políticas de ganhadores e perdedores de onde emergem tais linhas de ação, quando “um segundo silêncio sistemático é o dos perdedores”. E sobre tais perdedores, em sua maioria, no caso das cidades objetos da tese, não se encontram no centro de Ouro Preto e Diamantina, mas em suas franjas; daí, como conceber a preservação ou o planejamento (na teoria geográfica ou na prática do ordenamento territorial) com o foco das ações no centro da cidade, somente?

O avanço crescente da urbanização mundial, na década de 1950, e os problemas decorrentes de tal processo (periferização, degradação ambiental, desemprego, subemprego etc) fizeram com que políticos e capitalistas buscassem planos estratégicos para a crise das cidades, ao colapso das áreas centrais em situação de empobrecimento e esvaziamento, o que leva à “recolonização” dos centros em um mercado globalizado de cidades. Logo, não podemos negligenciar a análise de Harvey (2004), ao afirmar que a “Globalização” representa um dos termos mais hegemônicos para compreender a economia política do capitalismo internacional e o empreendedorismo urbano que emerge na metade do século XX. Os usos e a apropriação da cidade vão bem além do mundo dos negócios, atingindo questões políticas, culturais, de identidade nacional etc. Assim, de onde terá vindo o conceito de globalização, interroga o autor e nos dá a resposta: “parece ter adquirido proeminência pela primeira vez quando a American Express fez propaganda do alcance global de seu cartão na metade dos anos 1970. Legitimou a desregulamentação dos mercados financeiros, ajudou a fazer parecer inevitável a redução dos poderes estatais em termos de regulamentação dos fluxos de capital e se tornou um instrumento político extremamente potente de privação de poder dos movimentos sociais. Em 1980, ajudou a criar uma pesada atmosfera de otimismo empresarial em torno do tema de libertação dos mercados de tutela estatal. Veio a ser, em resumo, um



conceito central associado ao admirável mundo novo do neoliberalismo globalizante” (HARVEY, 2004, p. 27).

No espectro da globalização e incipiente difusão do mercado global de cidades, então, Manuel Castells (1982) demonstra que, nos idos de 1970, o centro de Paris passou por uma massiva renovação e, em parte, requalificação urbana dirigida por uma nova política de intervenções patrimoniais para a cidade. As áreas mais deterioradas foram tomadas pelos agentes hegemônicos do capital para a instalação de comércio de luxo e escritórios, redundando na terceirização de especiais setores do centro. Na perspectiva dos agentes de mercado, essas ações contrapunham a ideologia urbanística que era, retoricamente, de caráter totalizante para o território; foram negligenciadas as políticas voltadas para a população carente dos setores de intervenção. Além desse caráter elitista, Castells (1982) enaltece que os projetos de renovação, com demolições dos bens imóveis e construção de prédios e novos equipamentos públicos, estava baseado na implantação de novas tecnologias e materiais do mercado da construção civil, além de infraestrutura de renovação do território.

Para Jameson (1997, p. 120), o apetite pela arquitetura está direcionado para os centros das cidades. Coloca-se em questão o monumental atrativo. “O apetite pela arquitetura em nossos dias, portanto (...), na realidade, deve ser desejo de alguma outra coisa”. Jameson (1997) acredita que há, em verdade, um apetite pela imagem, pela fotografia, pelo que a publicidade divulga; o que queremos consumir, hoje, não são os próprios edifícios, que mal podemos reconhecer, os centros urbanos tornam-se algo insípido, até que nos lembramos de suas imagens. As cidades estão envolvidas pela lógica dispersiva e disjuntiva do capitalismo, que não tende a totalidades de nenhuma espécie, a não ser a totalidade da renda através de áreas especiais das cidades. Para Jameson (1997), a interpretação do todo em nosso modo de produção, como no poder do Estado (ou, dizendo de forma diferente, na construção de uma burocracia estatal), esse esforço pode ser visto como uma reação à dispersão e à fragmentação, uma forma reativa ao processo perverso, nas próprias cidades.

Não podemos desconsiderar que o conceito de espaço, ao ser aplicado enquanto mediador da vivência do homem sobre a Terra, com o viés estético predominante, traz, de saída, conseqüências cognitivas por um lado e, em outro sentido, conseqüências sociais e políticas perversas. Daí a importância do entendimento de uma dialética espacial, de um espaço entendido em suas múltiplas dimensões como já pronunciamos, a fim de apreendermos as práticas sociais nas cidades, o ordenamento do território em sua totalidade e inserido na “totalidade-mundo”.

Assim, o que identificamos como prática de empreendimento nas cidades antigas existe, antes de tudo, na imaginação do capitalista e com subsídio do Estado. Conforme

afirma Harvey (2004), o incrível poder do capitalismo como sistema social está em sua capacidade de mobilizar os múltiplos imaginários dos empreendedores, financeiros, promotores do desenvolvimento, artistas, arquitetos e mesmo planejadores e burocratas governamentais, no sentido de se envolverem em atividades materiais que mantêm o sistema em auto-reprodução, ainda que em escala crescente. Em outro estudo, Harvey (2005) também enaltece que há um movimento no planejamento urbano de uma abordagem “administrativa”, da década de 60, para formas de ação iniciadoras e empreendedoras, nas décadas de 70 e 80, neste último período, buscando benefícios econômicos positivos nas cidades. É um grande problema, na concepção do autor, a reificação das cidades em combinação com a linguagem que considera o processo urbano aspecto ativo em vez de passivo do desenvolvimento político-econômico. Faz parecer como se as cidades pudessem ser agentes ativos quando são territórios ordenados; a cidade é, na verdade, um processo sócio e espacialmente fundado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas e com um conteúdo de classe definido. O conjunto dos processos sociais, a urbanização, produz diversos objetos: formas construídas, territórios ordenados e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados numa configuração espacial distintiva. A ação social subsequente deve levar em consideração estes artefatos, pois muitos processos sociais (como viajar diariamente para o trabalho, a busca pelo centro, para diversas práticas) se tornam fisicamente canalizados por esses artefatos (HARVEY, 2005).

Nessa onda de transformação e ressignificação de áreas especiais de cidades, em todo o mundo, o processo de requalificação do território central de Londres – a título de exemplificação, como os outros que se seguem – retrata a chancela do urbanismo inglês embebido no neoliberalismo inglês, quando foi atribuída ao capital a gestão de lugares e de políticas públicas urbanas (COMPANS, 2004; COLVERO, 2010). No mesmo sentido, ratifica Colvero (2010) que, em Nova Iorque, a delegação pelo poder público ao capital privado para recuperar e requalificar o território de Manhattan culminou com o processo de *gentrification* (nobilitação, conforme Salgueiro, 2006) e expulsão dos grupos pobres que se deslocaram para bairros segregados, no contexto da reestruturação econômica da cidade.

Isso nos dirige para as denominadas requalificação e renovação como perspectivas à “recolonização dos centros”, quando descompromissadas com os sentidos simbólicos locais, acelerando a transformação da paisagem urbana, as apropriações e os usos: pode favorecer um recuo no avanço, que promove o urbano e rebaixa a instituição urbana em si. Salgueiro (2006) trata bem dessa questão, ao escrever que falar de esvaziamento dos centros significa a saída de algumas funções da área central, o que, em variadas cidades

européias, trouxe graves problemas ao nível de redução de empregos e de residentes. Tem-se um elevado número de imóveis cujo uso residencial é substituído por estabelecimentos comerciais, nesses processos, acarretando no fenómeno tratado por terceirização, que é o responsável pela diminuição do número de residentes e formação de centros de negócios, empresariais, comerciais e financeiros, especialmente com a catalisação da atividade turística, como ocorre, gradativamente – e afirmamos, incipientemente – em Diamantina e Ouro Preto. Essa tendência em ambas as cidades será esmiuçada a partir do capítulo 5.

Outro importante caso internacional é o de Barcelona, cujo centro antigo é amplamente estudado, inclusive por pesquisadores brasileiros. Afirma Claver (2006) que o caso de Barcelona apresenta algumas características específicas que o diferenciam da maior parte das cidades européias. A intervenção pública foi determinante, mas não atingiu uma amplitude social esperada, quando a prefeitura optou por um processo de abertura dos espaços públicos sim, mas de uma localização seletiva dos equipamentos culturais. Para Núria Claver (2006), esse processo implantou-se com base no consenso que resultava das instâncias de consulta e de decisões que reuniam, ao menos formalmente, diferentes atores, ainda que na última etapa algumas críticas tenham sido levantadas, especialmente de parte das associações de moradores. Seguindo e respeitando as exigências de agentes privados sempre envolvidos na requalificação do centro, “a prefeitura baseou sua estratégia na localização das atividades econômicas consideradas regeneradoras, assim como nos equipamentos culturais em pontos estratégicos” (CLAVER, 2006, p. 152).

Nesse momento de análise mais ampla, cabe destacar as considerações de Criekingen (2006, p. 112), que desenvolveu sua tese de doutoramento sobre o processo de revitalização residencial em Bruxelas e Montreal, pois podemos transpô-la para nossos casos de análise. Afirma o autor que, para se compreender as transformações contemporâneas dos centros urbanos antigos, tanto para superar o entusiasmo imediato dos discursos sobre o “renascimento” do centro, como a desolação fatalista quanto a seus impactos sobre as populações mais pobres, exige, antes de tudo, quebrar o molde indiferenciado do “gentrificador” ou mesmo do “planejador” e da dinâmica cuja qual ele é o herói. Diz Criekingen (2006) que a demanda por espaços urbanos requalificados e renovados é assegurada por grupos econômicos e demográficos diversificados, com modos de inserção no mercado da habitação e itinerários residenciais variados (e mal conhecidos). Como veremos com o Programa Monumenta em Ouro Preto e Diamantina, tal diversificação de usos e apropriações – podemos dizer, tendenciosa – fica evidente.

Logo, quais são os mais notórios mecanismos ou “eventos” internacionais e nacionais que catalisam a requalificação ou a “recolonização de centros” urbanos, e como o Brasil é influenciado pelos mesmos?

Não podemos perder o foco da discussão posta acima, com alguns exemplos, quando frisamos o papel do novo empreendedorismo urbano que minimiza o papel do administrativismo, após a década de 1970, mundialmente; também não podemos negligenciar o papel dos organismos nacionais, como o IPHAN, na valorização memorial e simbólica das “cidades históricas” brasileiras, ao longo de todo o século XX, como foi analisado no tópico 3.1. As várias propostas de requalificação ou refuncionalização de áreas centrais e históricas de cidades brasileiras ganharam campo ao longo do século passado, sobretudo aquelas que, nos discursos e na redação dos documentos normativos, visavam à recuperação e intervenção em espaços públicos patrimonializados, para que os mesmos pudessem ser reaproveitados pela população em geral e para incentivar o mercado imobiliário na elaboração de projetos para requalificação de imóveis do centro e que os mesmos pudessem ser voltados para a moradia popular (COLVERO, 2010).

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil, que tinha significativa parcela da população no meio rural, torna-se, eminentemente, urbano. Esse *boom* urbano subverteu o modelo de cidade até então vigente. De acordo com Cardoso (2007, p. 75), problemas comuns a qualquer centro urbano que cresce sem planejamento passam a aterrorizar os administradores municipais. Surgem questões voltadas a sub-moradias (favelas, cortiços, ocupações desordenadas de encostas, áreas de risco etc.), ao adensamento de áreas centrais negligenciadas pelo mercado, ao crescimento desordenado de áreas periféricas carentes de infra-estruturas, enfim, desencadeia-se a precarização urbana junto ao crescimento desenfreado, de forma que, ao final da década de 1960, falar-se em *morte das cidades*.

Cardoso (2007, p. 75) aponta que, contrastando com esse período de acentuadas mudanças citadinas, a legislação de preservação do IPHAN continuou inalterada, limitando-se, como antes, à conservação de monumentos que, no nosso entender, foram escolhidos a partir de critérios elitistas e exclusivistas de cultura. Não podemos nos esquecer de que as culturas se transformam e as cidades criam novas estratégias para “*animer les territoires*”, assegurar uma visibilidade e criar um conjunto de práticas a valorizar os lugares. Junto com a transformação do território urbano, são renovados os espetáculos e as participações variadas; uma nova tendência de apropriação dos lugares e das paisagens estabelece-se nas cidades, por parte dos residentes e forasteiros. Logo, a cultura se apresenta como um novo elemento estratégico de desenvolvimento das cidades; novos estudos analisam as práticas, os eventos e os lugares culturais, porém, ainda são menos numerosos do que os trabalhos que abordam o

comércio, a indústria, os transportes, as populações e as dificuldades nas periferias (AUGUSTIN, 2009). O olhar sobre a “cidade histórica” como totalidade urbana conduz-nos à imbricação desses dois focos – indissociáveis em nosso entendimento.

Para retomar a análise dos “eventos” que marcam a projeção global das cidades barrocas de Minas, podemos dizer que o ideal democrático e mais abrangente da política de preservação de patrimônio proposto por Mário de Andrade ficou estagnado por três décadas. O ideário nacionalista vigente à época adotou outras prioridades, como a “campanha do petróleo, a construção da capital federal, a caminhada do milagre econômico e, ao final, o enfrentamento do propenso ‘perigo comunista’” (CARDOSO, 2007, p. 75).

Muito contraditória e exigente de uma pesquisa aprofundada é a política de patrimônio que se adotou durante a ditadura militar no Brasil. De acordo com Cardoso (2007), os ideais de Mário de Andrade somente foram postos em prática (acreditamos que em parte e atendendo aos interesses da própria repressão) na década de 1960, criada pelo aparato técnico-burocrata da ditadura militar instaurada no país a partir de março de 1964. Para o autor supracitado, nessa época, o regime ditatorial, sentindo que poderia ocorrer um desgaste ideológico, iniciou uma aproximação do Brasil com os organismos internacionais dedicados à proteção do patrimônio cultural. O primeiro marco dessa aproximação – e assim, um primeiro “evento” significativo para a projeção global das cidades objetos dessa tese – foi a publicação da *Carta de Veneza* (1964)<sup>75</sup>, a qual viria consolidar uma noção mais abrangente de “bem cultural”, mais vinculada ao campo histórico e propondo normas jurídicas de proteção mais rígidas e modernas que as vigentes até então.

Novamente, no contexto de um regime político autoritário, o setor da cultura passa a ser componente estratégico de um discurso unificador, e a configuração político-econômica, após 1964, trouxe consigo demandas de estrutura econômica que a estrutura tradicional do Ministério da Educação e Cultura não conseguiu suprir, de acordo com Tozi (2007, p. 34).

São iniciados, em 1965, os contatos com a UNESCO, produzindo documentos sobre a situação do patrimônio cultural no Brasil, dentre eles um relatório de acentuada importância elaborado por J. B. Perrin, denominado: *Valorização dos Conjuntos e Locais Classificados no Brasil*, Paris, Unesco, 1972 (CARDOSO, 2007, p. 76). Momento em que, também, tornamo-nos signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, um segundo “evento” relevante da projeção global de Ouro Preto e Diamantina, bem como das demais

---

<sup>75</sup> A Carta de Veneza reitera que os bens culturais devem ser objetos de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização; essa vem em contraponto à Carta de Atenas, que desconsiderava a preservação dos centros históricos das cidades, valorizando monumentos isolados, numa visão reducionista do patrimônio (ver capítulo 4.5 desta pesquisa)

cidades antigas turistificadas, hoje, no Brasil. Todo o quarto capítulo que se segue nos remete ao papel da UNESCO e dos mecanismos criados para a projeção planetária das cidades referenciadas. No capítulo 4.1 trataremos da *Recomendação sobre a preservação dos bens culturais em perigo pelos trabalhos públicos e privados* (Carta de 1968, da UNESCO); da *Recomendação de Nairóbi sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea* (de 1976); da *Carta de Washington para a conservação das cidades históricas e as zonas urbanas* (de 1987); do *Memorando de Viena sobre o Patrimônio Mundial e a arquitetura contemporânea – Gestão da paisagem urbana histórica* (2005). Documentos que nos remetem a uma noção mais ampla de paisagem urbana histórica e mesmo de “cidade histórica”, quando a preservação sai da esfera do bem isolado e contempla o conjunto antigo, onde se analisa os tipos de uso da terra, o ordenamento territorial, as relações visuais das cidades, o solo, as técnicas que rebatem sobre as cidades-patrimônio.

Em 1967, o Brasil havia assinado a Carta de Quito, o primeiro documento nascido no âmbito interamericano, que além de conter os princípios mais relevantes da Carta de Veneza – subsidiária de praticamente todos os documentos sobre centros históricos que emergem após a mesma –, procurava conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção do patrimônio cultural, propondo a todos os partícipes do evento que fizessem constar de seus planos de desenvolvimento econômico as políticas preservacionistas, dando-lhes relevante importância. Este é um “evento” que favorece a consolidação de uma rede de preservação e mercantilização de cidades-patrimônio, na América Latina.

Como vimos no tópico 3.1, durante muitos anos, no Brasil, o paradigma da preservação do patrimônio esteve ancorado na idéia de construção de uma nacionalidade, contando, exclusivamente, com recursos públicos para as atividades de restauro e conservação dos bens culturais; enquanto responsável pelo desenvolvimento econômico e social, as políticas de patrimônio eram incontestavelmente função do Estado. Dessa maneira, a partir da década de 1970, no entanto, pela impossibilidade de o IPHAN manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção de todo o acervo nacional, inicia-se um processo de descentralização das políticas preservacionistas no Brasil, cujo resultado contribuiu, segundo Leite (2004, p. 53), para flexibilizar a difícil tarefa de atribuir valor aos bens que poderiam ser relevantes para estados e municípios, mas não para a genérica concepção do IPHAN a respeito da memória e identidade nacionais. Do ponto de vista operacional, essa descentralização se deve a três fatores básicos, de acordo com o autor: esgotamento das estruturas burocráticas tradicionais, a modernização administrativa do aparelho de Estado e a definição de uma nova divisão de tarefas entre União, Estados e Municípios.

Com essa descentralização, houve uma considerável expansão da política de preservação em vários programas e órgãos federais, resultando na divisão de responsabilidades do IPHAN entre esferas estaduais e municipais de preservação, fazendo surgir novas estruturas e legislações em nível regional, de forma a propiciar, mais uma vez, a ampliação tipológica, cronológica e geográfica do patrimônio cultural<sup>76</sup>, no nosso entender.

Importante enaltecer que o grande marco desse processo de descentralização da política de preservação de patrimônio, no Brasil, foram os *Encontros de Governadores* em Brasília (1970) e em Salvador (1971), nos quais traçaram-se novas estratégias de preservação com a participação dos estados. Segundo Leite (2004), foi proposto, nos encontros, o anteprojeto de lei para *setores monumentais e paisagísticos*, apresentado por Paulo Ormino, no Encontro de Salvador. Tal proposta indicava a criação do Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV), que, segundo as recomendações da Carta de Veneza (1964) e do Encontro de Quito (1967), sugere a mesma estrutura de zonas de proteção das Normas de Quito, associando *preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano*. Estava selado o processo simultâneo, relacional e contraditório de uma “preservação” para a “mercantilização” do patrimônio no Brasil, na perspectiva da *dialética da construção destrutiva*, necessária à reprodução do capital nas “cidades históricas” através do turismo. Proposta esta – de associação entre preservação e planejamento – extremamente necessária, mas ainda não evidente nas cidades históricas de Minas Gerais, como apontaremos a partir do capítulo 5. O Patrimônio Mundial, em Minas, faz-se sócio-territorialmente fragmentado.

Essas diretrizes foram fundamentais para a redefinição das práticas de preservação no país, na medida em que a idéia de “entorno” ampliou o âmbito de atuação dos órgãos de patrimônio para além das fachadas dos bens ressaltados como portadores de valor arquitetônico. Para Leite (2004, p. 54), a noção de ambiência circunscreve o bem, que, no caso do patrimônio edificado das cidades, se traduz, sobretudo, na prática de intervenção a partir do reconhecimento do valor urbanístico (e sua potencialidade comercial para o turismo) do bem ou conjunto a ser preservado. Devemos lembrar, com Oliveira (2010), que os *Encontros de Governadores* promovidos pelo Ministério da Cultura estabeleceram como metas principais estimular a criação de órgãos de preservação do patrimônio nos municípios e estados, buscando realizar políticas locais de preservação – o que corrobora com nossa análise.

As novas orientações de preservação do patrimônio, no Brasil, começam a seguir uma conduta de valorização das dimensões sociais e *econômicas* dos bens culturais, ultrapassando assim uma orientação corrente nas políticas de preservação até então vigentes,

---

<sup>76</sup> Sobre tais ampliações, ver (CHOAY, 2006 e COSTA, 2009).

que privilegiavam aspectos predominantemente estilísticos. Dessa forma, os *Encontros dos Governadores* constituem-se em preponderantes “eventos” (SANTOS, 2002) que favorecem a mudança dos critérios e objetivos de preservação de patrimônio, em âmbito nacional, estadual e local, com os olhos voltados para a Europa e para a dinâmica que enreda os principais destinos turísticos do planeta.

Desses encontros e reuniões convocadas pelo Ministério da Cultura, na década de 1970, que congregaram os governadores dos estados, prefeitos das cidades tombadas e dirigentes dos órgãos relacionados com a política urbana que, de alguma maneira, poderiam atuar no problema dos conjuntos urbanos, tais como a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), originaram-se desde logo, nos âmbitos estaduais e municipais, institutos e programas específicos de preservação de bens culturais. Assim, em 1973, foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), por iniciativa do ministro Reis Veloso, pela Secretaria do Planejamento da presidência da República e com a intervenção do IPHAN e da EMBRATUR. Segundo Telles (2000, p. 463), o PCH previa uma ação conjunta com estados e municípios, os quais, provendo uma contrapartida de 20% de recursos, receberiam dotação suficiente para elaboração de projetos, execução das obras, equipamento e fiscalização. O PCH vigorou até 1979, deixando resultados que, de acordo com Telles (2000), ainda aparecem em muitas localidades do Brasil, além de consolidar a iniciativa e a participação na preservação dos bens culturais, das administrações estaduais e municipais e a conscientização das comunidades nessa problemática. Como afirma Oliveira (2010), o PCH deixou bem claro a intenção de se criar uma dimensão mercadológica do patrimônio, ao transformar os bens culturais em bens rentáveis e, assim, tentar minimizar a falta de investimento de capital nesses bens.

Em face das dificuldades econômicas em conservar e restaurar o grande acervo patrimonial brasileiro, adotou-se uma política de valorização que permitia a integração das cidades buscando soluções “autofinanciáveis” a partir da “indústria” do turismo, ou seja, as tratadas “cidades históricas” seriam objetos de investimento para o desenvolvimento dessa atividade.

Para Leite (2004, p. 55), tal redefinição marca o início de um complexo percurso, iniciado no Encontro de Quito (1967), em que o patrimônio é incorporado às políticas urbanas e articulado ao desenvolvimento regional e ao incremento do turismo. Nas Normas de Quito, encontra-se a seguinte consideração sobre a valorização econômica dos monumentos: “Partimos do pressuposto de que os monumentos (...) constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de



desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles” (IPHAN, 1967, p. 04). Quer dizer que o entendimento do longo processo histórico de produção do patrimônio, no Brasil, torna-se assaz elucidativo da conformação de nosso território, sobre o entendimento da visão/atuação do Estado sobre a cultura na formação de uma nacionalidade, além de nos remeter à lógica que envolve a apropriação dos bens culturais para o desenvolvimento local e regional, de forma que o Estado e os agentes de mercado tornam-se os principais fomentadores dos *territórios de identidade do capital*.

Nessa construção de *territórios de identidade do capital*, então, as Normas de Quito representa “evento” fundamental. Prossegue o documento afirmando que “trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, *passando do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares*” (IPHAN, 1967, p. 05). Entretanto, não seria o contrário, hoje, identificado em parte das cidades-patrimônio brasileiras, quando o patrimônio urbano sofre uma tendência de confinamento ao reduto de uma possível fruição e interpretação por parte das elites?

Tem início um novo período de práticas de preservação e gestão de centros históricos no Brasil, associando ao patrimônio funções de desenvolvimento urbano. “Nesse sentido, a década de 70 representou o período de transição entre a antiga prática de preservação, fundamentada exclusivamente em critérios estilísticos, e uma nova prática em que os problemas inerentes à atividade de preservação eram compreendidos a partir da perspectiva integrada, e também abrangia critérios econômicos e sociais” (LEITE, 2004, p. 55).

Essa mudança de enfoque sobre os bens culturais é coroada, em 1972, em âmbito internacional, com a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* – que apresentaremos no capítulo que se segue – a qual consagra a existência de um Patrimônio Mundial. Em 30 de junho de 1977, através do Decreto Legislativo nº 74, o Brasil passa a signatário da Convenção, marcando seu engajamento na internacionalização das políticas preservacionistas.

Além das ações já apontadas acima, merecem destaque para a compreensão da trajetória política que envolve o patrimônio no Brasil, conforme Oliveira (2010): a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em nova fase do IPHAN, em que é reestruturado o SPHAN, em 1979, que tinha como finalidade contribuir para o inventário, a classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural do Brasil, no governo de João Batista Figueiredo. Outro importante feito foi a criação do TGR – Termo

Geral de Referência – do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH –, em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal Plano, conforme Oliveira (2010), é um instrumento de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional, que se destina ao desenvolvimento de ações de preservação de cidades históricas em nível federal. “A criação do PPSH veio enfatizar a importância de se aliar a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento dos sítios históricos, incentivando uma gestão compartilhada” (OLIVEIRA, 2010, p. 190).

Não era fato novo que a cidade estivesse associada à divisão social e territorial do trabalho, à acumulação do capital e à apropriação privada da terra urbana. No entanto, a partir da década de 1960, identificamos a nova aura vigorante e caracterizadora de algumas “cidades históricas” brasileiras, como Ouro Preto e Diamantina, ao assumirem, também, o *status* de mercadoria, de maneira a identificarmos a minimização de seu valor de uso para sua revalorização de mercado, em prol do desenvolvimento turístico.

O patrimônio cultural começa a deixar, na década de 1970, o caráter especial de *esclarecimento* – ligado ao valor *cognitivo* e mesmo *afetivo* – para ser enredado, gradativamente, pelo fetiche da mercadoria, sendo incorporado ao mundo do consumo simbólico do turismo. Não podemos perder a perspectiva de que a análise de tal revalorização e requalificação dos centros urbanos assenta-se em um dos pilares fundamentais desta tese, que também explica uma das principais linhas divisórias de nossa época: diz respeito à complexa questão da relação entre “particularidade” e “universalidade” na construção do conhecimento, como coloca Harvey (2004, p. 30).

A valorização simbólica do patrimônio propiciada pela política implementada pelo Estado Novo e as ações de descentralização da política de preservação do patrimônio no Brasil, que acompanharam conceitos, normas e diretrizes internacionais, são “eventos” que, no limite, projetam as cidades históricas mineiras, em especial Diamantina (cidade dos diamantes e de Juscelino Kubitschek) e Ouro Preto (símbolo e laboratório de análise do patrimônio no Brasil), no cenário nacional e internacional para o turismo, além de impactarem todo o território de tais cidades.

Essas novas diretrizes foram marcantes para a redefinição das práticas de preservação no país e, especificamente em Minas Gerais, na medida em que o estado e os municípios figuram-se como agentes interessados na preservação de seus bens. A manutenção dos sítios é incorporada às políticas de desenvolvimento local e regional, com o incremento do turismo. A segunda metade do século XX é marco para a transformação valorativa dos objetivos de preservação do nosso acervo arquitetônico, em um movimento que vai da busca de uma identidade nacional ao desenvolvimento da economia local.

Em linhas gerais, as políticas de patrimônio brasileiras, fortemente vinculadas ao governo federal, historicamente, buscam a parceria com o setor privado, que assume os gastos financeiros da preservação para a mercantilização, enquanto o Estado, através de seus aparatos (como o IPHAN e o IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico), responsabiliza-se pela monitoria dos projetos. Conforme Oliveira (2010), serão o Programa Monumenta e a Lei Rouanet<sup>77</sup> que vão evidenciar, claramente, a postura da *privatização da preservação*, no início do século XXI, no Brasil.

No que se refere a Lei Rouanet, o governo FHC não só ratificou essa lei como promulgou diversos textos legislativos para especificar alguns artigos com o intuito de atualizá-la e melhorar a sua eficácia. Com todas as modificações, a Lei Rouanet definitivamente se tornou um dos principais meios de financiamento de projetos culturais por intermédio do Estado, dentre eles o de preservação do patrimônio cultural. (OLIVEIRA, 2010, p. 188).

Mais que isso, torna-se mister enfatizar que o Programa Monumenta pode ser tratado como a síntese de todas as ações históricas que rebatem sobre os *territórios de identidade* no/do Brasil, quando se torna o primeiro programa nacional de patrimônio que tem como subsídio o capital estrangeiro, representado por um dos *arquitetos do mundo*, o BID<sup>78</sup>. O Programa Monumenta, indubitavelmente, emerge como produto de uma histórica e indissociável valorização simbólica e de mercado dos centros históricos brasileiros; é a síntese mais atual da longa trajetória do patrimônio no Brasil. Em suma, as cidades barrocas, como produtos de um *devenir* universal, são apropriadas simbólica e economicamente, nos cinco momentos distintos e consecutivos de sua história, cuja elucidação favorece-nos o entendimento da resignificação que as abarcam em seu percurso.

Para concretizar a leitura dos três primeiros momentos da periodização indicada para Ouro Preto e Diamantina, que guardam os principais eventos de sua significação e projeção históricas (produtos da *economia-mundo* – quando são edificadas e postas em movimento ininterrupto –; *territórios de identidade nacional* – redescobertas, na década de 1930, pelo Estado e pelos modernistas –; *territórios de identidade do capital* – projetadas nacional e internacionalmente pelos “eventos” nacionais e globais analisados). Resta aprofundar no mais notório “evento” global que projeta, universalmente, Ouro Preto e Diamantina, que é a “construção” do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Somente após a leitura do capítulo 4, que se segue, teremos condições de refletir sobre os resultados socioterritoriais das ações do Estado e da gestão municipal, sobretudo, no

---

<sup>77</sup> A Lei Rouanet, nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, inclui o Mecenato Incentivado, permite que projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura recebessem patrocínios e doações de empresas e pessoas, podendo os doadores abaterem, ainda que parcialmente, os benefícios concedidos do Imposto de Renda devido, afirma Oliveira (2010).

<sup>78</sup> O capítulo 4.1 dedica-se ao entendimento do papel desses agentes do mercado de cidades no cenário global.

que tange a necessária relação entre preservação patrimonial e planejamento urbano, em ambas as cidades, pois, apesar do discurso proferido pelos gestores e planejadores municipais, encontram-se desvinculados e, às vezes, negligenciados, um ou outro. Mostraremos, por meio do ordenamento territorial e do imaginário coletivo, os produtos da negligência da necessária imbricação entre preservação e planejamento, que faz com que o Patrimônio Mundial deixe de ser, pouco a pouco, patrimônio local – os reflexos dessa negligência se dão no âmbito da paisagem, do território e da sociedade totais que agregam Ouro Preto e Diamantina enquanto patrimônios culturais da humanidade.

Mostraremos, a partir do quinto capítulo, então, como erraram – e ainda erram – agentes públicos, instituições públicas e privadas – e mesmo a teoria urbana – no trato às “cidades históricas”, pois não se criaram mecanismos suficientes para a vinculação necessária entre preservação e desenvolvimento territorial urbano, em um momento em que a requalificação ou “recolonização dos centros” parece dirigir as ações municipais para a zona territorial especial das cidades que, normalmente, é o chamado centro histórico.

Há uma gama de trabalhos acadêmicos que evidenciam o histórico das políticas públicas de patrimônio e de turismo, especialmente, em Ouro Preto, que são relevantes. Porém, não identificamos trabalhos que tratem a cidade barroca enquanto totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo” e, assim, que esclareçam o atual diagnóstico do ordenamento territorial dessas cidades, caminho que escolhemos para esta tese, onde pretendemos explicitar a realidade socioespacial e paisagística das cidades Patrimônio Mundial de Minas Gerais.

---

*Segunda Parte*  
**Da Projeção Global ao Ordenamento**  
**Territorial das Cidades Coloniais Barrocas**

---

## 4.

### **O Patrimônio Cultural da Humanidade – sobre a UNESCO e a centralidade dos *arquitetos do mundo***

O que faz com que a vida política possa ser analisada na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção e a representação do mundo social pautadamente formulada, diz Bourdieu (2007). O campo político aparece como lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos, problemas, desigualdades socioespaciais, programas de ordenamento do território, análises sociais, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” (por momentos, marginalizados), poucas vezes são ouvidos. A população de Ouro Preto e Diamantina foi surpreendida, ao longo das décadas de 1980 e 1990, respectivamente, com suas cidades projetadas mundialmente e transformadas, de forma incipiente, por novas ações que se estabeleceram em seus territórios, após o recebimento da chancela da UNESCO (tal situação foi potencializada com a implantação do Programa Monumenta).

É à lógica de consagração e ressignificação mundial de cidades antigas (que já conceitualizamos *patrimonialização global*) que dedicamos este capítulo, com foco nas ações, diretrizes, memorandos e recomendações da UNESCO, bem como à problematização do papel dos *arquitetos do mundo* (Banco Interamericano de Desenvolvimento / BID, Estados nacionais e, por vezes, o Banco Mundial / BM), nesse contexto. Em síntese, este quarto capítulo da tese pretende analisar o contexto mais amplo no qual Ouro Preto e Diamantina estão inseridas, que é o da universalização do patrimônio urbano através dos novos mecanismos da patrimonialização promovida pelo Estado-mercado.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Discorreremos sobre os principais mecanismos que levam à patrimonialização, em nível global, reconhecendo as principais regiões do globo contempladas pela chancela da UNESCO e as regiões negligenciadas, o que configura em uma desigual *Geografia do Patrimônio Mundial*; analisaremos o papel da Lista do Patrimônio Mundial, bem como o da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo como reflexos do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo; problematizaremos os conceitos de *valeur universelle exceptionnelle* e *authenticité et intégrité* propalados pela UNESCO (**mantemos algumas palavras ou pequenos trechos em francês, no texto, para dar ênfase aos conceitos ou noções de maior relevância e mais presentes nas fontes primárias consultadas da UNESCO, as quais são em francês ou inglês**).

A universalização do patrimônio urbano aparece, pois, como uma dominação dos territórios de identidade por parte dos agentes públicos e privados hegemônicos. Bourdieu (2007) compreende que, numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um mecanismo dos mais poderosos, por meio do qual se exerce a dominação simbólica ou, se se preferir, a imposição da legitimidade de uma ordem social. A institucionalização dos lugares ou de normas “universais”, informa, em realidade, a prática do conjunto dos agentes hegemônicos, para além das diferenças de condições e de estilo de vida. O efeito de universalização pode ser compreendido também como efeito de normatização, que aumenta, por seu turno, a presença de autoridades sociais que a cultura então contribui para legitimar. São questões que envolvem o ordenamento do território em Ouro Preto e Diamantina, não apenas na área delimitada pelo tombamento federal.

Podemos dizer que, se existe a verdade, a mesma se mimetiza na materialidade do mundo ou, como diz Bourdieu (2007, p. 293), “a verdade está em jogo nas lutas”. Os juízos, valores, crenças e objetos, hoje, são produtos de uma pretensão à universalidade, ao juízo absoluto, que é a própria negação da relatividade dos pontos de vista, vai dizer Bourdieu (2007). Nesse movimento, o “pensamento essencial” que organiza os territórios de identidade opera em todas as facetas das relações nas cidades, em todos os universos sociais, no campo da produção cultural, na arena religiosa, no contexto científico, nos aspectos jurídicos, na valorização paisagística etc.; onde se jogam jogos em que está em cena o universal e a universalização de singularidades.

Na busca da universalização dos lugares, são estabelecidos sentidos figurativos da linguagem que se tornam literais por ocasião da difusão de uma “visão de mundo”, como vem ocorrendo com o emprego massivo da idéia de “Patrimônio Cultural da Humanidade”. A transfiguração da metáfora alcança a representação social, quando da difusão de irreplicáveis “objetos” mundiais. Nesse sentido, concordamos com Sánchez (2003), ao afirmar que, impondo ao mundo todo determinadas categorias de percepção e representação, os atores promotores de políticas públicas refazem o mundo à sua imagem, com uma colonização mental que se opera por meio da difusão de categorias e representações produzidas em um processo de luta econômico-simbólica, de forma que “o que está em jogo no campo simbólico é o poder propriamente político” (SÁNCHEZ, 2003, p. 137). Indiretamente, a UNESCO e, de forma direta, o BID e o BM, são agentes da política universal de profusão de cidades para o mercado global; Ouro Preto e Diamantina estão inseridas nesse contexto.

Com sua criação, em 1945, a UNESCO definiu, naquele momento, no parágrafo I de sua Constituição, as diretrizes para a preservação do patrimônio cultural da humanidade ainda em “construção”, conforme Mohen (1999, p. 284, tradução nossa):

Manter, desenvolver e difundir o conhecimento, assegurando (entre outras) a conservação e a proteção do patrimônio do mundo, os livros, as obras de arte e os monumentos da história e da ciência, e recomendar, às nações responsáveis, instituir as convenções internacionais necessárias.

Todavia, somente em 1972, através da “idea de salvaguardar el patrimonio humano, la riqueza monumental de la humanidad” (BOSQUE, 1996, p.80), a UNESCO formaliza a defesa do também denominado *Patrimônio Mundial*. A mundialização dos valores e das referências ocidentais sobre as práticas patrimoniais difundidas pelos aparatos globalizantes culminou na *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, adotada em 1972, através da 17ª Conferência Geral da UNESCO, onde se consolidou a noção de *Patrimônio Mundial*.

As principais decisões sobre o Patrimônio Mundial são tomadas na Conferência-geral, constituída pelos representantes dos Estados-membros da Organização, que se reúne a cada dois anos. As convenções elaboradas sob o patrocínio da UNESCO são típicos tratados multilaterais, como aponta Silva (2003). As instituições previstas na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, compõem a estrutura de uma *autoridade internacional de proteção*, cuja função principal é conferir plena execução à própria Convenção, promovendo a inscrição de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial ou na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, e prestando assistência internacional (SILVA, 2003, p. 77).

Essa *autoridade internacional* representa-se por meio de um órgão executivo permanente, o Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por um Comitê consultivo composto por representantes do ICCROM (Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração dos Bens Culturais), organização ligada à restauração dos bens culturais, criada pela UNESCO, em 1951, durante sua 6ª Conferência-geral e do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico), organização não governamental fundada em 1965, fruto das diretrizes do Congresso de Veneza, de 1964.<sup>80</sup> O ICOMOS promove a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicadas na conservação<sup>81</sup> e proteção do patrimônio arquitetônico. Ainda há um *fundo internacional*, paralelamente às ações do Comitê, para recolher e distribuir os recursos necessários para financiar as ações protetoras do Patrimônio Mundial, como veremos no tópico 4.3.

---

<sup>80</sup> Veremos, ao longo de todo o capítulo, o quanto a Carta de Veneza foi fundamental para elaboração de outras cartas e recomendações, além das ações que passam a organizar o território central das cidades antigas, no mundo.

<sup>81</sup> A Carta de Nara, de 1994, define “conservação” como “todas as operações que visam a compreender uma obra, a conhecer sua história e sua significação, a assegurar sua salvaguarda material e, eventualmente, sua restauração e sua valorização” (UNESCO, 1994, p. 06, tradução nossa).



A análise do original da Convenção esclarece-nos, em seu Artigo 8, que, “le Comité du patrimoine mondial (...) est composé de 15 Etats parties à la convention, élus par les Etats parties à la convention réunis en assemblée générale (...) Le nombre des Etats membres du Comité sera porté à 21 à compter de la session ordinaire de la Conférence générale qui suivra l’entrée en vigueur de la présente convention pour au moins 40 Etats.” (UNESCO, 1972, p. 04). O Comitê, então, é composto de 21 membros representantes dentre os Estados-parte.

Segundo Bosque (1996, p.80, tradução nossa), os objetivos do Comitê do Patrimônio Mundial, estabelecido pela Convenção são:

- 1) identificar e propor os lugares de interesse natural e cultural que devem ser protegidos pela Convenção do Patrimônio Mundial, inscrevendo-os na Lista do Patrimônio Mundial;
- 2) difundir, por todo o mundo, a existência desse patrimônio e procurar despertar, na opinião pública, a consciência de sua responsabilidade, respeito à salvaguarda de cada um dos bens que constituem essa Lista;
- 3) proporcionar ajuda técnica ao fundo do Patrimônio Mundial para preservar, de todos os modos possíveis, aqueles bens, quando os recursos dos países integrantes são insuficientes.

Em um novo momento da política patrimonial, em nível global, a Convenção amplia, sobremaneira, a noção de patrimônio cultural, considerando (UNESCO, 1972, p. 02, tradução nossa):

- *os monumentos*: obras arquitetônicas, de escultura ou de pinturas monumentais, elementos ou estruturas de características arqueológicas, inscrições, grutas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- *os conjuntos*: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em razão de sua arquitetura, de sua unidade, ou de sua integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- *os sítios*: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas de sítios arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Torna-se relevante frisar que, independente do conceito (monumento, conjunto ou sítio), o Patrimônio Mundial está envolto por um conjunto de documentos normativos<sup>82</sup>,

---

<sup>82</sup> De forma particular, conforme a UNESCO (2008, p. 02): “Charte internationale pour la conservation et la restauration des monuments et des sites (Charte de Venise, 1964), la ‘Recommandation de l’UNESCO concernant la préservation des biens culturels mis en péril par les travaux publics ou privés’ (1968), la ‘Recommandation de l’UNESCO concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine’ (1976), la ‘Charte internationale des jardins historiques’ (Charte de Florence, 1982), la ‘Charte internationale pour la sauvegarde des villes historiques’ (Charte de Washington, 1987), le ‘Document

notadamente as cartas e recomendações, sobre o tema das *villes historiques* e de seu quadro geral, que têm sido útil [ou poderiam ser, no caso, se fossem consultadas pelas municipalidades mineiras]<sup>83</sup> para guiar as políticas e práticas sobre o patrimônio, em todo o mundo, com bons resultados (UNESCO, 2008). No entanto, a Organização reconhece que a taxa atual da população urbana mundial e seu aumento previsível levam a pressões sobre as *villes historiques*, fazendo da conservação dos centros urbanos históricos uma das tarefas mais árduas de nosso tempo.

Conseqüência direta dessa situação, a realização das sessões do Comitê do Patrimônio Mundial visa ao debate sobre o impacto das ameaças contemporâneas às cidades classificadas como Patrimônio Mundial; o que vem sendo reforçado após a década de 1990, dado “les problèmes allant de la pression de la circulation et du tourisme á la construction de tours et à l’évolution de l’usage fonctionnel des centres-villes” (UNESCO, 2008, p. 02). Contudo, já em 1976, a UNESCO, por meio da *Recommandation de l’UNESCO concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur role dans la vie contemporaine* (Recomendação de Nairóbi), confrontava com os problemas das novas pressões que surgiam com o crescimento das cidades (UNESCO, 1976). A *Recomendação de Nairóbi* traçava diretrizes para as políticas de preservação a serem implantadas num momento de desenvolvimento tecnológico, de todas as formas de poluição, do avanço dos meios de transporte ou da “super-exploração” turística<sup>84</sup>. O texto refere-se não apenas à proteção de particularismos étnicos e locais, mas também discute o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e seus meios.

Reavaliando essa Recomendação, tratada em 1976, o conceito de *paisagem urbana histórica* é retomado em 2005, através do *Memorando de Viena – Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Comme gérer les paysages urbains historiques* – que o considera como a expressão clara das evoluções sociais pretéritas e presentes que caracterizam a cidade histórica e urge ser preservada.<sup>85</sup> O Memorando de Viena propõe uma relação integrada e harmoniosa entre a conservação e as novas transformações arquiteturais e urbanas, a fim de preservar a integridade da paisagem histórica. Constituem a *paisagem*

---

de Nara sur l’authenticité’ (1994) redigé lors de la Conférence de Nara sur l’authenticité dans le cadre de la Convention Du patrimoine mondial, ainsi que la conférence HABITAT II et l’Agenda 21 ratifié par lês États membres à Istanbul (Turquie) en juin 1996”.

<sup>83</sup> Identificaremos, nos capítulos que tratamos dos trabalhos de campo realizados em Ouro Preto e Diamantina, a negligência das governanças urbanas para com as recomendações preparadas pela UNESCO.

<sup>84</sup> Choay (2006, p. 223) considera a Recomendação de Nairóbi a exposição de motivos e a argumentação mais complexa em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas. Esse documento, para a autora, constitui também o texto mais lúcido sobre os perigos inerentes a essa política.

<sup>85</sup> O Memorando de Viena, estabelecido na 15ª Assembléia Geral dos Estados-partes na Convenção do Patrimônio Mundial, retoma cartas e recomendações internacionais anteriores, inclusive a Recomendação de Nairóbi, dada a ampla evolução da noção de patrimônio cultural e as novas dinâmicas que o envolve, que essas cartas não acompanharam ao longo das últimas décadas (UNESCO, 2005, p. 03, tradução nossa).

*urbana histórica*, na concepção do *Memorando de Viena*: formas de ocupação do solo e sua afetação, a transformação do espaço, as relações visuais, a topografia e o relevo, a vegetação e todos os elementos de estrutura técnica, além de todos os detalhes das construções [calçadas, canaletas, iluminação, telhados, etc.] (UNESCO, 2005, p. 03, tradução nossa).

O Memorando de Viena é um documento transitório que faz alusão a uma visão de “l’écologie humaine et marque une évolution vers le développement durable et un élargissement du concept d’espace urbain” (UNESCO, 2008, p. 03). A palavra chave do documento é o conceito de “paysage”, não paisagem elaborada e evoluída que conhecem a maioria dos especialistas de conservação, mas “paysages associatifs ou paysages de l’imagination”. É um conceito que tem a capacidade de estreitar o diálogo entre a comunidade e as disciplinas sobre a questão das transformações contemporâneas nas *villes historiques*. O diálogo é considerado, no Memorando de Viena, significativo instrumento da gestão urbana; trata, assim, a experiência partilhada como ponto de partida para se compreender a importância dos territórios de identidade e das paisagens urbanas históricas.

Três reuniões internacionais foram organizadas pelo Centro do Patrimônio Mundial e representam importantes “eventos” que sustentam o processo de estudo sobre a conservação das *paysages urbains historiques* atualmente em curso: em Jerusalém (Junho de 2006); São Petersburgo (Janeiro de 2007) e Olinda (Novembro de 2007). O Memorando de Viena (UNESCO, 2005) foi a base para as discussões, ao buscar subsídios para tratar dos processos de preservação das *villes historiques* e de suas *paysages urbains et naturels*.

- a) A Reunião de Jerusalém preconizou: 1. Um processo de cartografia cultural como objeto para identificar o *genius loci* dos conjuntos históricos em seu quadro geral; 2. Desenvolvimento de técnicas de avaliação de impactos (ambientais, visuais, culturais e sociais).
- b) A Reunião de São Petersburgo insistiu sobre a necessidade: 1. De uma reflexão aprofundada sobre a ligação entre paisagens culturais e paisagens urbanas; 2. De uma aproximação integrada do urbanismo e da conservação do patrimônio para fazer frente ao crescimento urbano e ao desenvolvimento que se acelera atualmente em grande parte da Europa central e oriental.
- c) A Reunião de Olinda, de amplo debate, apontou a necessidade de: 1. Rediscutir o conceito de cidade histórica em revisão às *Orientações*, para incluir a noção de sítio como categoria suplementar para se propor a inscrição de cidades históricas na Lista do Patrimônio Mundial; categoria que facilitaria uma aproximação holística da conservação do patrimônio. 2. Trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de um conjunto de regras para a conservação urbana; 3. Remediar as disparidades sociais e garantir a viabilidade ambiental dos conjuntos urbanos, em particular no contexto da América Latina.

Hoje, são reconhecidas novas dinâmicas no domínio da arquitetura e do desenvolvimento urbano, notadamente os processos mundiais que criam novas dificuldades para a conservação e a gestão do patrimônio urbano. São dinamismos na escala do globo que

exigem um exame crítico das novas linhas diretivas fixadas há quatro décadas pela UNESCO. Logo, a UNESCO (2008, p. 05-06, tradução nossa) já esboça um estudo preliminar que se apóia sobre os documentos normativos existentes, nas *Orientações* (Recomendação de Nairóbi, de 1976) e no Memorando de Viena, de 2005, que traçam alguns princípios. Dentre os mesmos, o que mais nos chamou a atenção é “a necessidade de considerar os conjuntos históricos e seu ambiente como uma totalidade e um todo coerente, em que a proteção e a conservação sejam de responsabilidade coletiva e que se faça objeto de políticas públicas e de uma legislação apropriada”.<sup>86</sup>

Não podemos nos esquecer que a transfiguração de metáforas alcança a representação social quando da difusão de irreplicáveis objetos mundiais; abordagem que não deve ser negligenciada, pois o virtual, com muita frequência, “não está presente” e nos ilude, afirma Lévy (1997). Os elementos da “empresa virtual” são nômades, fluídos, por vezes, não apresentam uma posição geográfica fixa. As indicações normativas da UNESCO estão no plano de uma virtualidade que nem sempre complementam o real, por serem desconsideradas pelas governanças urbanas; fato que verificamos tanto em Ouro Preto quanto em Diamantina, quando as municipalidades afirmam, em entrevistas, não terem ciência dos documentos publicados, anualmente, pela UNESCO.

A própria memória coletiva ou individual, o conhecimento, a religião, a passagem dos ritos e costumes, deixam-nos abandonar a concepção do mundo concreto, de presença, muito antes do período técnico, científico e informacional, que catalisa o que apontamos como *patrimonialização global*, no capítulo primeiro. Assim, podemos conceber uma *dialética da memória* nos processos de renovação do território urbano, requalificação do centro ou ressignificação dos lugares; discutida na primeira parte da tese. *Dialética* que nos faz abandonar a presença física das coisas e, ao mesmo tempo, resgatá-la; lógica na qual Benjamin (2000, p. 43) percebe a destruição da aura e uma atitude circunspecta na destruição das coisas.<sup>87</sup>

A *patrimonialização global* perfaz-se, materializa-se, por meio dessa virtualidade que consagra e nega os objetos sobre o território. A Lista do Patrimônio Mundial, por exemplo, entendida em sua totalidade, representa uma comunidade internacional não tangível<sup>88</sup>. Porém, está repleta de desejos, necessidades, paixões, projetos, conflitos e jogos políticos que, pela possibilidade da virtualidade e da fluidez global, rebate sobre o ordenamento dos territórios de identidade.

---

<sup>86</sup> Este ponto esbarra no contexto de elaboração desta tese, que é o esforço de compreensão da “cidade histórica” enquanto totalidade urbana, inserida na “totalidade-mundo”.

<sup>87</sup> No capítulo 4.5 avançaremos sobre a questão da aura, da *authenticité* apregoada pela UNESCO.

<sup>88</sup> Trataremos da *Geografia do Patrimônio Mundial*, que diz respeito a uma espacialização dos bens inscritos na Lista, até o ano de 2010, no tópico 4.2.

Virtualizada, difundida no cenário planetário, a “cidade histórica”, o Patrimônio Mundial “desprege-se” do lugar, da temporalidade do relógio e do calendário. Não ficam totalmente independentes do espaço geográfico, pois, este, está aí, para além da concretude do mundo, e em movimento. A consagração do Patrimônio Mundial se dá pela lógica da ubiquidade, da simultaneidade, de uma distribuição irradiada ou massivamente paralela, numa perspectiva apontada por Lévy (1990). Isso representa que as cidades são inseridas numa unidade de tempo, da onipresença, sem total unidade física e fixa de lugar, o que promove a chamada Lista do Patrimônio Mundial, da qual trataremos no tópico 4.2. Esse sincronismo que remete as cidades para além da unidade de lugar, que as projetam por meio da informação e das técnicas representa a via régia do processo de *patrimonialização global*.

Em meio a essa virtualização por uma difusão e transformação generalizada dos territórios de identidade, das cidades-patrimônio ou “cidades históricas”, as principais cartas e recomendações da UNESCO servem tanto às governanças urbanas comprometidas com a *democratização do patrimônio* quanto aos *arquitetos do mundo* – sobre os quais trataremos no tópico a seguir – que visam a inseri-las no mercado mundial de cidades. Esse híbrido de ações propicia a *dialética da construção destrutiva* que, no limite, nos remete à lógica da “preservação” para a mercantilização dos lugares, nos quais a estética prevalece à ética. Esses documentos devem ser interpretados à luz da idéia de movimento da modernidade apregoado por Bauman (2001). Nossa época vive uma modernidade diferente da que adentrou o século XX. Vivenciamos hoje uma contínua e sempre incompleta, *modernização* dos territórios (e, por conseqüência, dos lugares da memória e da cultura), levando ao que Bauman (2001) chama “insaciável sede de destruição criativa”, que almeja “limpar o lugar” em nome de um novo “aperfeiçoamento” de projetos, em nome do economicismo, da competitividade e produtividade ligada à cultura local.

Logo, as ações internacionais em prol do Patrimônio Mundial estão envoltas por um tipo de busca pela “utopia da satisfação generalizada”, nas cidades, que pode ser considerada uma metáfora resultante da lógica da aceleração do mundo moderno, que insere as cidades na seara da mercadoria, quando o espaço é unificado globalmente, conforme aponta Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*. Os documentos da UNESCO precisam ser lidos pelos municípios, difundidos generalizadamente e interpretados a partir do entendimento do movimento dirigido do meramente útil ao fundamentalmente estético, que redundando paulatinamente, numa diferenciação, num afinamento, numa ampliação e aprofundamento das emoções que se suscitam nos lugares e os transformam, conforme Lukács (1967, p. 108). O princípio unificador dessa estética, em âmbito universal, torna-se o próprio espaço humanizado, interpretado, que se totaliza, isto é, o espaço para além de uma dimensão

concreta, que engloba as paisagens como forma-conteúdo, o território como identidade histórica e que representa, assim, a possibilidade da estetização do mundo (na dialética local-global que dá suporte a essa dinâmica). Os conceitos e documentos tratados pela UNESCO devem ser interpretados sabendo-se que a arquitetura torna-se arte e mercadoria, a partir do reordenamento dos territórios, universalmente – o discurso da Organização é apropriado e mimetizado pelos *arquitectos do mundo* (agências multilaterais – BID / BM e Estados nacionais). Da arte coletiva à mercadoria globalizada e da tendência da universalização à dissipação da autenticidade, Lukács (1967, p. 109) afirma que,

No puede ser casual que no se convierta en un arte auténtico más que cuando la producción consciente de un espacio así tiene lugar sobre una base colectiva, cuando el carácter de un tal espacio no está determinado por las necesidades y las exigencias de un hombre individual, sino por las de una comunidad.

Para o esclarecimento de algumas notórias cartas e recomendações do século XX, que emergem como indicações das mais significativas para as ações que regem o ordenamento do território em cidades antigas do mundo, trazemos o quadro 01. As ações, os discursos, os estudos científicos, as instituições do Estado, enfim, o esforço para a preservação do Patrimônio Mundial vem servindo, indiretamente, aos agentes hegemônicos do capital, que se aproveitam desses mecanismos que visam à preservação para se organizarem em prol da venda dos lugares simbólicos, tidos por *universelles exceptionnelles*, irreplicáveis, reconhecidos por sua *authenticité et intégrité* exigidos ou elaborados pela UNESCO; conceitos que aparecem no Memorando de Viena, de 2005, conforme o quadro.

O exame atento aos documentos apontados no quadro 01 revela-nos que suas definições convergem para a evolução da idéia de preservação de objetos isolados aos conjuntos urbanos. Seus princípios gerais avançam para ações sociais e para o discurso da participação nas cidades. As ameaças que visam a fazer frente vão, na década de 1960, dos impactos causados pela consolidação de objetos técnicos nas cidades, à destruição da aura dos objetos, com o avanço técnico e informacional. As políticas e estratégias recomendadas vão de investimentos públicos à busca de novos mecanismos de investimentos que incorporam o Estado-mercado.

A observação aos princípios gerais dos documentos apontados no quadro 01 remete-nos à importância que a UNESCO dá à observação da “cidade histórica” em sua globalidade – áreas do patrimônio e seu entorno enquanto um todo coerente. O quadro 01, ainda, aponta para as principais ameaças que degradam as áreas tombadas das cidades, ao longo do século XX, que também assolam as cidades objetos da tese, como o intenso trânsito de veículos, desenvolvimento urbano e impactos da industrialização.

	1968	1976	1987	2005
	RECOMENDAÇÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS EM PERIGO PELOS TRABALHOS PÚBLICOS E PRIVADOS	RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS OU TRADICIONAIS E SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA	CARTA DE WASHINGTON PARA A CONSERVAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS E AS ZONAS URBANAS	MEMORANDO DE VIENA SOBRE O PATRIMÔNIO MUNDIAL E A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA – GESTÃO DA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA
DEFINIÇÕES	<p>** <b>Bens Imóveis:</b> sítios arqueológicos, históricos e científicos, incluindo os grupos de estruturas tradicionais, bairros históricos de zonas urbanas ou rurais, edifícios e estruturas etnológicas</p> <p>**Bens Móveis: sem objetos estipulados</p>	<p>**<b>Conjunto histórico e arquitetural:</b> grupo de edifícios, de estruturas e espaços construídos num ambiente urbano ou rural cuja coesão e valor são reconhecido do ponto de vista arqueológico, arquitetural, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.</p> <p>**<b>Ambiente:</b> quadro natural ou criado pelo homem que influencia a percepção estática ou dinâmica dos conjuntos ou que seja diretamente relacionado no espaço ou nos lugares sociais, econômicos ou culturais.</p>	<p>**<b>Zonas Urbanas Históricas,</b> grandes e pequenas cidades, os centros ou bairros históricos com seu quadro natural e criado pelo homem.</p>	<p>**<b>Paisagem Urbana Histórica:</b> vai além da noção de centro histórico, conjuntos, ambientes, para incluir o contexto territorial e paisagístico mais amplo. Composta de elementos que definem sua característica: modo de uso da terra, organização espacial, relações visuais, topografia e solo, vegetação e todos os elementos das infra-estruturas técnicas</p>
PRINCÍPIOS GERAIS	<p>**Preservação da totalidade do sítio ou da estrutura contra os efeitos dos trabalhos públicos ou privados.</p> <p>**Recuperação ou salvaguarda do bem se a zona está em processo de transformação. As ações são destinadas à preservação e isolamento do bem.</p>	<p>**Os conjuntos históricos e seus ambientes devem ser considerados em sua globalidade, como um todo coerente, em seu equilíbrio e natureza específica, dependente dos elementos que o compõem.</p> <p>**Os elementos a serem preservados incluem as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial e seus ambientes</p>	<p>**A conservação deve ser parte integrante de políticas coerentes de desenvolvimento econômico e social, do urbanismo e do ordenamento territorial</p> <p>**As qualidades a serem preservadas são, notadamente, a organização urbana, as relações entre construções e espaços não construídos, os aspectos exteriores dos edifícios, as relações com o quadro ambiental e as funções urbanas.</p>	<p>**Modificação permanente reconhecida como integrante da tradição da cidade: a resposta à dinâmica do desenvolvimento deve facilitar as transformações e o crescimento, tanto em respeito à fisionomia urbana pretérita e sua paisagem como a autenticidade e a integridade da cidade histórica.</p> <p>**Melhorar a qualidade de vida e a eficiência da produção como meio de reforçar a identidade e a coesão social</p>
AMEAÇAS IDENTIFICADAS	<p>**Expansão urbana e projetos de renovação de estruturas em torno de construções classificadas.</p> <p>**Modificação pouco justificada de certos edifícios.</p> <p>**Barragens, auto-estradas, pontes, minas etc.</p>	<p>**Conjuntos recentemente instalados que oferecem o risco de descontinuidade de conjuntos históricos contíguos</p> <p>**Desfiguração do conjunto histórico causado pelas infraestruturas, a poluição e a degradação ambiental.</p> <p>**Espetacularização que coloca em perigo os interesses de toda a comunidade.</p>	<p>**Degradação física e destruição causada pelo desenvolvimento urbano e a industrialização.</p> <p>**Circulação automobilística e estacionamentos não controlados, construção de ruas no interior das cidades históricas, catástrofes naturais, poluição e vibração.</p>	<p>As transformações socioeconômicas e o crescimento que não respeita a autenticidade e a integridade das cidades históricas, também sua fisionomia passada e sua paisagem.</p>

<p>POLÍTICAS PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS RECOMENDADAS</p>	<p>**Adotar e manter as medidas legislativas necessárias para garantir a preservação ou a salvaguarda dos bens culturais em perigo.</p> <p>**Prever os investimentos / gastos públicos adequados para as atividades de preservação ou de salvaguarda.</p> <p>**Encorajar a preservação através das taxas de impostos, subvenção, empréstimos favoráveis etc.</p>	<p>**Preparação de estudos detalhados sobre os conjuntos históricos e de seu entorno, incluindo dados arquiteturais, sociais, econômicos, culturais e técnicos.</p> <p>**Estabelecer planos e documentos adequados definindo os conjuntos e os elementos a serem protegidos, as normas a serem respeitadas, as regras de regulação de construções novas etc.</p> <p>**Determinar as prioridades para a alocação dos fundos públicos.</p> <p>**A proteção e a restauração devem ser acompanhadas de uma política de revitalização social e econômica a fim de evitar toda a ruptura do tecido social.</p>	<p>**Os planos de conservação devem cobrir todos os fatores pertinentes, notadamente a história, a arquitetura, a sociologia e a economia, e devem garantir uma relação harmoniosa entre o conjunto urbano histórico e o conjunto de toda a cidade.</p> <p>**As novas funções e atividades devem ser compatíveis com as características do conjunto histórico.</p> <p>**Os programas de educação e de formação especiais devem ser estabelecidos.</p>	<p>**O urbanismo das paisagens urbanas históricas exige uma formulação detalhada das oportunidades e dos riscos a fim de garantir um desenvolvimento equilibrado.</p> <p>**A arquitetura contemporânea deve ser conjugada com os valores da paisagem urbana histórica e não deve colocar em perigo a natureza histórica da cidade.</p> <p>**O desenvolvimento econômico deve ser ligado aos objetivos de preservação do patrimônio em longo prazo.</p>
---	--	--	---	--

Quadro 01 – Principais Recomendações da UNESCO no Século XX / FONTE: UNESCO (1976, 2005, 2008) – Organizado por Everaldo Costa.



## 4.1 Os *arquitetos do mundo* e a busca da renda de monopólio através do Patrimônio Mundial

Por um lado, a UNESCO, através o Comitê do Patrimônio Mundial e da Convenção do Patrimônio Mundial (1972), visa a fazer frente às ameaças do mundo pelas quais passam os territórios de identidade e propala seu objetivo de proteger e conservar os bens mundiais de *valeur universelle exceptionnelle* com o discurso da participação de todos e com interesses acordados (UNESCO, 2009, p. 03, tradução nossa). Por outro lado e simultaneamente à busca da proteção, caminham os agentes diretamente propulsores da *patrimonialização global*, aqui tratados como *arquitetos do mundo*, como também abordou Videla *et al* (2010). Logo, graças à ciência, à tecnologia e à informação (que dão nova forma aos territórios e favorecem conexões mais longínquas que levam ao desenvolvimento das relações internacionais), além da difusão do conhecimento sobre os lugares especiais, que objetivam a preservação das singularidades, o processo de mundialização econômica subsidiada pelas agências multilaterais se apodera de tais singularidades (no caso, o Patrimônio Mundial) e mesmo de discursos científicos para se auferir não apenas o lucro, mas a renda de monopólio nos lugares “construídos” como especiais.

É nesse contexto de *virtualização* e mercantilização dos lugares que a Convenção do Patrimônio Mundial (1972) – e algumas das diretrizes globais que a sucedem, como as apontadas no quadro 01 – são tomadas pelas governanças urbanas, que dão relevância ao conceito de *valeur universelle exceptionnelle*, como princípio diretor para a conservação e a gestão dos bens do Patrimônio Mundial, na lógica, então, da “preservação” para a mercantilização. Há, também, por parte da UNESCO, a crescente importância dada ao conceito de *paysage urbain historique*, como estratificação de dinâmicas anteriores e atuais que envolvem o ambiente natural e construído, o patrimônio material e imaterial. Isso leva a uma preocupação atual e global com a função da arquitetura contemporânea nos conjuntos históricos e sua harmonia com os valores de contexto histórico (e não simplesmente a contextualização de novas construções).

No cerne da *patrimonialização global*, dos aspectos econômicos e da evolução da função das cidades (que envolvem o alavancamento da economia urbana com o turismo), há a influência dos agentes econômico-financeiros mundiais, que se apoderam da polêmica *d'authenticité et d'intégrité*<sup>89</sup> propaladas pela UNESCO por ocasião da preocupação do organismo com as *villes historiques vivantes*, construindo seu próprio discurso. Sánchez (2003) lembra-nos que o esforço político de prefeitos e governos de cidades em vender o

---

<sup>89</sup> Problematizaremos esses conceitos discutidos pela UNESCO, no tópico 4.5.

sucesso e promover a reinvenção dos lugares encontra-se diretamente associado aos arranjos de interesses originados nos mercados de políticas públicas, do turismo, de consumo, imobiliário, e outros, bem como de dar visibilidade internacional a seus projetos e ações urbanas, objetivando um trânsito notável junto aos *arquitetos do mundo* (agências multilaterais – BID / BM – e Estados nacionais, além de ONGs e outros organismos).

Entendemos que os documentos normativos e as diretrizes da UNESCO, os conceitos tratados e as propostas indicadas favorecem a ampla divulgação dos projetos de cidade cada vez mais adaptados às diretrizes globais, inserindo-se em um novo contexto espacial que exige uma espetacularização das representações locais, difundidas pelas agências multilaterais. Diz Sánchez (2003) que é no processo de construção de um mercado de cidades que essas agências têm centralidade política e, nesse contexto, a explicitação e a circulação de imagens do que denomina “cidades-modelo” ganha especial sentido. Nessa trama, insere-se a busca da chancela da UNESCO (veremos, no quinto capítulo, que o Programa Monumenta [BID / República Federativa] exige, antes de qualquer coisa, que as cidades contempladas estejam inscritas em um dos livros do tomo do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Identificaremos, também, que o Programa Monumenta contemplou a quase totalidade das cidades brasileiras inscritas na Lista do Patrimônio Mundial).

Tratar o BID e o BM (atrelados aos Estados nacionais) como *arquitetos do mundo* justifica-se pela situação dual que o termo *arquitecto* nos remete, de acordo com Videla *et al* (2010): se, por um lado, traz a idéia de “mestre construtor” (no grego antigo *arkhein* nos remete a “quem começa”, “quem comanda” e, no latim, *textura* significa “rede, textura, estrutura”), por outro, normalmente, arquiteto é um técnico (privilegiado e capacitado) formado para “ordenar” para quem tem o poder de contratá-lo e não para quem necessita do mesmo para uma vida digna nas cidades.

É claro que nem todos os agentes que operam no mercado de cidades têm a mesma transcendência política ou o mesmo alcance territorial. Logo, as instituições internacionais, especialmente as agências multilaterais, representam uma centralidade como agentes do mercado do Patrimônio Mundial. Diz Sánchez (2003) que, mediante redes de informação, programas de financiamento para ações localizadas, documentos, relatórios técnicos e manuais, bem como através da outorga de prêmios e láureas às chamadas “experiências de sucesso”, essas agências condicionam as pautas e determinam os processos de legitimação internacional de algumas imagens de cidade e, portanto, de alguns projetos de cidade. Diz a autora que esse interesse ideológico e prático-estratégico das agências em promover projetos representa a possibilidade de investimento e fonte de lucro; afirmamos que não apenas o lucro, mas a renda de monopólio.

Não podemos perder de vista que os processos contemporâneos de globalização econômica (e, nesse espectro, os agentes hegemônicos do capital) se relacionam com as localidades e as formas culturais, através do significado de “renda monopolista” um conceito da economia política, diz Harvey (2005). Na perspectiva desse geógrafo, o conceito pode propiciar interpretações valiosas sobre muitos dilemas práticos e pessoais resultantes do nexo entre globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos.

Toda renda se baseia no poder monopolista dos proprietários privados de determinadas porções do planeta. A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único, irreplicável. (HARVEY, 2005, p.222)

Logo, a difusão do conhecimento (saber da existência) sobre os lugares tratados pela UNESCO como de *valeur universelle exceptionnelle* é, por contraste, uma relevante e, por vezes, primeira manifestação da situação de contato, isto é, a primitiva quebra do “isolamento”. Em realidade, o isolamento absoluto torna-se relativo à partir da descoberta da comunidade isolada, torna-se um semi-isolamento, o qual passa a se diferenciar, a partir desse momento, pelos graus de contato e interação da comunidade contatada com a sociedade nacional e internacional. Na concepção de Harvey (2005), quanto maior o contato, menor a autenticidade da cultura e menor a originalidade local, contradizendo a lógica da valorização dos lugares estipulada pela própria UNESCO, que inscreve na Lista do Patrimônio Mundial os bens considerados por sua *authenticité et intégrité* e, na sequência, esses lugares se vêm repletos por turistas, como verificamos tanto em Ouro Preto quanto em Diamantina, cidades que, após as inscrições na Lista, respectivamente em 1980 e em 1999, tiveram o fluxo turístico elevado e as ações em prol do patrimônio redimensionadas.

Faz-se necessário um parêntese para entendermos o que a UNESCO trata por *valeur universelle exceptionnelle* – conceito que é objeto de múltiplas reflexões desde a entrada em vigor da Convenção do Patrimônio Mundial (1972) – e para apontarmos os critérios utilizados para a inscrição dos bens na Lista. “O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural excepcional que transcenda as fronteiras nacionais e que apresente características inestimáveis para as gerações atuais e futuras, para a totalidade da humanidade. Dessa maneira, a proteção permanente deste patrimônio é da mais alta importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens sobre a Lista do Patrimônio Mundial”, continua o documento (UNESCO, 2008a, p. 04, tradução nossa), “por ser considerado de um valor universal excepcional, um

bem deve igualmente responder às condições da integridade e/ou de autenticidade e deve se beneficiar de um sistema adaptado de proteção e de gestão para assegurar sua salvaguarda”.

- *Exceptionnelle*: Para que os bens tenham um valor universal excepcional, é fato que seja excepcional. A Convenção do Patrimônio Mundial aponta para a necessidade de uma “géographie du superlatif – les lieux naturels et culturels les plus exceptionnels de la Terre” (UNESCO, 2008a, p. 02).
- *Universelle*: o campo de aplicação da Convenção é mundial pela amplitude da importância dos bens a serem protegidos e de seu valor para todos os homens do planeta. Por definição, então, não se deve avaliar o valor universal excepcional dos bens de um ponto de vista nacional ou regional. [Verificamos, nesse ponto, uma grande contradição, quando a UNESCO (2009n, p. 03-04) aponta que as comunidades locais devem valorizar e reconhecer a relação do Patrimônio Mundial com seu patrimônio nacional, regional e local, contribuindo integral e positivamente para o *développement durable*. Antes de qualquer caracterização, o patrimônio cultural possui uma base geográfica da qual não se despreza materialmente, sendo referência local ou mundial para a comunidade local].<sup>90</sup>
- *Valeur*: um bem excepcional e universal, seu valor, significa claramente definir sua preciosidade, tratado sobre bases de critérios claros e coerentes, além de apontar o reconhecimento e a avaliação de sua integridade.

Os critérios utilizados pela UNESCO para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial foram se aprimorando ao longo das quase quatro décadas da Convenção, que tem como chave para seu sucesso a credibilidade oriunda da aplicação rigorosa e transparente do *valeur universelle exceptionnelle* (UNESCO, 2009, p. 03, tradução nossa). Seguem, abaixo, os dez critérios utilizados pela UNESCO (2008a, p. 05-06, tradução nossa) para cancelar um bem:

- critério (i): representar uma obra prima do gênio criativo.
- critério (ii): testemunhar uma influência considerável, durante um período dado ou em uma área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento das cidades ou da criação de paisagens.
- critério (iii): representar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural, uma civilização viva ou desaparecida.
- critério (iv): representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, ou tecnológico, ou paisagem ilustrativa de um ou mais períodos significativos da história humana.

---

<sup>90</sup> Contradição, pois, como conceber o Patrimônio Mundial apenas na perspectiva de um valor pretensamente *universelle exceptionnelle*? Nosso esforço é o de apontar a necessidade de uma visão dialética universal-particular que envolve os bens culturais do mundo, considerando que é na relação entre a construção global do patrimônio – que se dá através dos mecanismos da *patrimonialização global* – e a transformação local das cidades-patrimônio, que podemos desvendar a lógica que as transforma material e simbolicamente.

- critério (v): ser um exemplo eminente do estabelecimento humano tradicional, de uso tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou de culturas), ou da interação humana com o ambiente, especialmente quando esse se torna vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível.
- critério (vi): ser diretamente ou materialmente associado aos eventos ou às tradições vivas, das idéias, das crenças ou das obras artísticas ou literárias, adquirindo uma significação universal excepcional. (O Comitê considera que esse critério deve, preferencialmente, ser utilizado em conjunção com outros critérios).
- critério (vii): representar fenômenos naturais significativos; áreas de beleza natural e de uma importância estética excepcional.
- critério (viii): ser conjuntos eminentemente representativos de grandes estágios da história da Terra, compreender testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomorfológicos ou fisiográficos de grande significação.
- critério (ix): ser exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento dos ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos.
- critério (x): representar habitat natural o mais representativo e o mais importante para a conservação *in situ* da diversidade biológica, compreendendo aqueles onde sobrevivem as espécies ameaçadas que possuem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

A partir do exame do conceito de *valeur universelle exceptionnelle* e dos dez critérios utilizados para inscrever bens culturais (critérios de i a vi) e bens naturais (critérios de vii a x) na Lista, podemos dizer que a busca da renda de monopólio – pela irreplicabilidade construída sobre os lugares – é tributária da lógica dialética universal-particular teorizada no primeiro capítulo. Entendemos, em amplo aspecto, que cada nova classe ou grupo hegemônico que ocupa o lugar do grupo que dominava anteriormente vê-se obrigado, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses político-econômicos como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade. Ou seja, para expressar isso em termos ideais, tal grupo dominante é obrigado a dar às suas idéias e objetos a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas idéias racionais e universalmente legítimas, como apregoam Marx e Engels (*Ideologia...* p. 79-80). Se a UNESCO não visa, diretamente, a essa idéia, são os *arquitetos do mundo* que a consolida ao se apropriarem do movimento universal da preservação, dos instrumentos construídos para tal fim – no âmbito da própria UNESCO –, com o objetivo de mercantilizar os lugares de memória, os territórios de identidade e da natureza.

Podemos dizer que alegações de singularidade, excepcionalidade, universalidade, autenticidade, particularidade e especialidade atribuídas aos lugares pelos órgãos de preservação e conservação<sup>91</sup> são as alegações que também sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas nos lugares. Torna-se, então, o melhor terreno possível para se fazer tais alegações o campo das práticas culturais, os territórios de identidade e as “rugosidades”<sup>92</sup> historicamente constituídas. Para Braudel (1985, p. 115-117), o capitalismo de hoje só pode ser entendido no processo que remonta à sua origem, e a busca da renda de monopólio segue esse fluxo histórico e cambiante. Hoje, ele mudou de forma e de proporção, fantásticamente, afirma o autor. Sua natureza está fundada nas seguintes provas:

- O capitalismo *baseado sobre uma exploração dos recursos e das possibilidades internacionais*, em outras proporções, a fim de atingir o mundo inteiro, *ganha, inexoravelmente, potência. Seu volume se faz presente; busca reconstituir este universalismo.*
- *O capitalismo está sempre apoiado, hoje, pelos monopólios de direito e de fato, apesar das violências provocadas para tanto.*
- Há de se considerar, com Braudel (1985), ainda, que o capitalismo não cobre toda a economia, toda a sociedade do trabalho igualmente; ele jamais os coloca em um sistema perfeito – está dividido em uma via material e na economia de mercado, que integram a economia capitalista, de maneira desproporcional, no território.

Braudel (1985, p. 118) reconhece a tendência monopolista do capitalismo, hoje, de forma que mercadorias e capitais não deixam de correr simultaneamente; os capitais e os créditos buscam atender e reforçar o comércio, as trocas exteriores, nacionais, regionais e locais, na interação local-global. Há de se considerar, nesse sentido, que o capitalismo segue o fluxo da história, que está sempre recomeçando, está sempre se refazendo e se ultrapassando; as ações voltadas ao Patrimônio Mundial – a partir dos *arquitetos do mundo*, notadamente – atendem à lógica universal e universalizante do capitalismo, que não se operacionaliza fora dos lugares pretensamente singulares: essa é uma nova tendência da consolidação da renda de monopólio a partir da mercantilização da cultura catalisada pelos *arquitetos do mundo*, com projetos e programas implantados em várias partes do mundo.

Paralelo à busca do monopólio nos lugares por parte tanto de municipalidades quanto de agentes do capital que atuam nas cidades, o BM proclama em sua página virtual ser

---

<sup>91</sup> Não podemos nos esquecer, como alerta Vieira (2008, p. 63), que o conceito de conservação advém da própria transição da preservação do bem isolado (monumento) para o conjunto urbano enquanto bem cultural ou monumentalidade urbana, que se deu ao longo do século XX (COSTA, 2009). “Tal transformação no pensamento preservacionista acaba por desembocar no desenvolvimento do conceito de conservação urbana”. Logo, se o sentido original de preservação diz respeito à limitação da mudança, o de conservação diz respeito à inevitabilidade da mudança e à gestão desta mudança, como podemos ver na análise de Vieira (2008).

<sup>92</sup> Se o trabalho cria e transforma valores, pensemos um pouco na materialidade pretérita, nos objetos históricos estabelecidos nos territórios e reapropriados no presente, com o turismo. As formas do passado, estruturas socioespaciais pretéritas, hoje no espaço, são tratadas por Santos (2002, p. 140) como “rugosidades”.

uma fonte de assistência financeira e técnica vital para os países em desenvolvimento de todo o planeta; e o BID se declara ser a principal fonte de financiamento multilateral na América Latina e Caribe. Videla *et al* (2010) afirmam que o BM, criado em 1944, não pode ser considerado um banco no sentido corrente; ele é propriedade de 186 países membro e é constituído de duas instituições singulares – o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF) e a Associação Internacional de Fomento (AIF). O BID, criado em 1959, apóia, financeiramente, a América Latina e o Caribe através de alianças com governos e empresas (caso do contrato com a República Federativa do Brasil, que redundou no empréstimo para o Programa Monumenta, como veremos no quinto capítulo da tese). Conforme Videla *et al* (2010, p. 05),

El BID informa prestar recursos financieros, otorgar donaciones, apoyar a la investigación y ofrecer asesoría y asistencia técnica para áreas fundamentales como la educación, la reducción de la pobreza y la actividad agropecuaria. Y resalta su papel protagónico en el comercio transfronterizo, la infraestructura y la energía a través de ejes carreteros, interconexiones de sistemas eléctricos, parte de la red de gasoductos, habiendo destinado casi el 50% del financiamiento a la integración física, económica y social. El Banco ha establecido el apoyo a la integración económica como una de sus prioridades, incluyendo desde acuerdos comerciales como en el caso del ALCA, hasta procesos de integración de infraestructura como el Plan Puebla Panamá, que incluye a los países centroamericanos y México.

Logo, não temos dúvida de que as agências multilaterais intervêm nos processos de ordenamento territorial, em distintas escalas geográficas, ao apresentarem suas ideologias (veladas) na forma de estratégias mundiais que acompanham ações e programas de requalificação urbana e de renovação do território, como veremos com o Monumenta no Brasil. Ao analisarmos Sánchez (2003) e Osmont (1995), verificamos que as agências multilaterais podem ser identificadas como centros fortes de elaboração doutrinal ao que concerne o apregoado “desenvolvimento urbano”. Na doutrina das agências, as estratégias são datadas e correspondem às últimas três décadas, com uma reconfiguração na década de 1990 – na transição de gestão urbana que Harvey (2005) trata como transposição de um administrativismo para um empreendedorismo urbano, após a década de 1970, mundialmente.

Se as preocupações clássicas dos anos 70 continuam presentes até hoje, aquelas relativas ao desenvolvimento urbano para a ‘promoção do emprego’, ‘equidade’ e ‘luta contra a pobreza’, um novo campo de preocupações aparece e vai modificar em profundidade as estratégias de desenvolvimento urbano a partir dos anos 80: o campo da gestão urbana, privilegiando a escala local mais que a regional ou a nacional. (SÁNCHEZ, 2003, p. 278-279)

Sánchez (2003) afirma ainda que, desde a década de 1980, o privilégio da escala local e o interesse pelo campo da gestão urbana, determinam o papel central das agências multilaterais como mediadoras do processo de mercantilização das cidades e, portanto, da

construção de um mercado mundial de cidades. Porém, entendemos, a partir de Harvey (2005), que as tentativas de acumulação absorvem os desenvolvimentos e as tradições culturais locais; fica claro que há o interesse atual tanto na inovação cultural local como na ressurreição e invenção de tradições locais, que se vinculam ao desejo de extrair ou de se apropriar da renda de monopólio, cada vez mais oriunda da difusão global das irreplicabilidades culturais locais. Logo, para David Harvey, não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais, que incorporam as ações voltadas ao Patrimônio Mundial e o alcance da renda de monopólio, na mediação universal-particular-singular.

A singularidade dos lugares possui uma riqueza diversa de determinações quando é enlace final de uma cadeia de conhecimentos, cheia de legalidades descobertas, de concretas universalidades; a singularidade emerge como meta do processo de pensamento e atributo da *práxis*, afirma Lukács (1965). Temos, dessa maneira, que a forma natural determinada de cada uma das mercadorias criadas nas cidades (e a própria cidade tornada mercadoria) é, ao mesmo tempo, uma particular forma de equivalência junto a muitas outras mercadorias<sup>93</sup>. Nesse processo, o movimento da forma valor, afirma Lukács (1965, p. 109), que é produzido pela real evolução econômica, se levanta na realidade objetiva a partir da singularidade até a universalidade, passando pela particularidade (que, juntas estimulam a renda nos lugares). A derivação dialética da *patrimonialização global*, seguindo os preceitos do materialismo histórico, remete ao transcurso do meramente individual ao universal, passando pelo particular, que consagra os lugares do Patrimônio Mundial. “En el materialismo dialéctico todos los conceptos y todos los procesos de pensamiento tienen su punto de partida en la realidad objetiva independiente de la consciência, en la naturaleza y en la sociedad, sino también, y consecuentemente, en su esencia lógica” (LUKÁCS, 1965, p. 112).

Fica claro, a partir da análise de Lukács, que a universalidade não é, via de regra geral, um ponto final substantivado do pensamento, pois há sua objetivação (o que temos na consagração do Patrimônio Mundial). Também em Marx (1982), verificamos que o caminho a ser percorrido pelo conhecimento humano vai da realidade concreta dos fenômenos singulares até as mais altas abstrações, e destas até a realidade concreta. O conhecimento de um fenômeno, então, exige o suporte dessas abstrações; pode ser captado de modo cada vez mais aproximadamente correto a partir da dialética do particular-universal – análise essencial para

---

<sup>93</sup> O patrimônio urbano aproxima-se de *equivalente geral de valor*, quando seu sentido de existência passa a ser o nexos do dinheiro (MARX, 1982).



o entendimento das ações das agências multilaterais que impactam os territórios de identidade que se globalizam.

Conforme Harvey (2005), o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar (o que se torna o Patrimônio Mundial), dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital mais gerais. O capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares especiais, como Ouro Preto e Diamantina, é de grande importância ao conferir a tais lugares preponderância econômica em relação a outros; estes últimos precisariam aumentar o nível de capital simbólico representativo, bem como aumentar seus marcos de distinção, para melhor basear suas alegações de singularidade geradora da renda monopolista – é o que exigem os *arquitetos do mundo*. Isso quer dizer que a apropriação dos objetos, o consumo, é ordenado pela captação de imagens sobre um mundo *d'efficacité miraculeuse* (BAUDRILLARD, 1970). Nesse sentido, a abundância transforma-se em algo cotidiano (desproporcionalmente), torna-se “real” apenas como miragem. Na verdade, temos um paradoxo; a abundância de objetos segue a lógica de especialidades, de singularidades, da apropriação do *universelle exceptionnelle*, é enredada e disponibilizada através da instância mitológica do benéfico geral, quando da mercantilização dos lugares. Como diz Baudrillard (1970), o que nos resta como herdeiros da abundância de objetos, são os produtos diversos e contraditórios da Técnica, do Progresso, do Crescimento etc.

Em nosso objeto de tese – as cidades Patrimônio Mundial de Minas Gerais – identificamos uma relação muito próxima de causa e efeito entre a distorção da produção e a distorção do consumo, que estão ligados, sobretudo, à abertura que as governanças urbanas oferecem ao capital especulativo nacional e internacional. Isso favorece uma nova onda de circulação de pessoas, mercadorias e capitais para esses territórios urbanos do interior, receptores de fluxos advindos dos grandes centros brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Há um reordenamento dos territórios do patrimônio para atender à demanda externa inerente ao turismo nacional e internacional em desenvolvimento, o que impacta toda a população e o território urbano.

A lógica do comércio e do consumo que envolve essas cidades do interior esboça a multiplicação dos tipos de capitais, dos tipos de trabalho e dos tipos de produtos postos a venda, na atualidade. A cultura, o lazer, a ideologia, a política, a sociedade e o território se misturam à economia, vestem sua roupagem e tornam-se indefinidos (SANTOS, 1989). As cidades-patrimônio, como capital simbólico, são tratadas como peças importantes do “exército de reserva de lugares” (SANTOS, 1989) pelo grande capital, que reordena os territórios à lógica do monopólio que tais cidades passam a potencializar. Essa é uma

abordagem de análise potencial para Ouro Preto e Diamantina, que se tornam nós relevantes da *Rede do Patrimônio Mundial*. Só nesse amplo contexto somos capazes de desvendar os mecanismos que ressignificam essas cidades.

Na visão de Videla *et al* (2010), as geografias modeladas pelo BM e o BID para a América Latina, por exemplo, implicam em aprofundar as enormes transferências de valores das regiões pobres do mundo (através dos financiamentos) para as nações centrais. Seus planos fortalecem, também, certas frações das burguesias locais, internacionalizando as contradições do capital (localizada em cada Estado-nação) e seus antagonismos com os trabalhadores, com as lógicas de reprodução social e com os processos reprodutivos da natureza. Logo, as ações das agências multilaterais não são barradas; faz-se incapaz a resistência sociopolítica, o que leva a uma exploração de países pobres, com benefícios muito concentrados e excludentes<sup>94</sup>, afirma Videla *et al* (2010).

Como nos lembra Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, a política é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Também não há política apenas para os pobres, nem apenas para os ricos, o que faz a eliminação da pobreza ser um problema estrutural. Para esse geógrafo, o que se pretende é encontrar formas de proteção a certos pobres e a certos ricos, escolhidos segundo os interesses dos doadores. Mas a política tem de cuidar do conjunto de realidades e do conjunto de relações – no cerne dessa seleção e escolha entre pobres, ricos e lugares estão as ações político-econômicas globais que ordenam os territórios de cidades de maneira diferenciada. É nesse sentido que a UNESCO foi estimulada a desenvolver um projeto transversal sobre o tema da redução da pobreza. O projeto intitulado *Gestion durable des sites du patrimoine mondial en vue de la réduction de la pauvreté* agregou projetos pilotos na Guiana, em Benin, na China, no Laos, na Mauritânia e no Senegal, buscando, através de seu patrimônio e de financiamento externo, desenvolver ações econômicas e educativas destinadas aos jovens desses países (UNESCO, 2002, p. 05, tradução nossa). Essa ação representa o viés positivo-construtivo do processo da *dialética da construção destrutiva*, que é regido pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo.

O que não podemos deixar de reconhecer é que, se por um lado, os financiamentos externos tentam a dinamização econômica local, por outro, as ações relativas à infra-estrutura obedecem a um planejamento de investimentos, orientado pela análise das opções estratégicas de reordenamento e fragmentação articulada do território, como veremos

---

<sup>94</sup> Veremos, no quinto capítulo, que o Programa Monumenta, financiado pelo BID, apresenta princípios e critérios claramente mercantis, elitistas e segregacionistas, nas cidades.

para as cidades em tela, nesse estudo<sup>95</sup>. Sánchez (2003) lembra dessa postura do BID, caracterizando-o como organismo político que impõe condições específicas, como a elaboração de planos estratégicos, ou mudanças organizacionais na gestão municipal, como requisitos para conceder financiamentos para os projetos de requalificação e renovação urbanas – o que se deu com o Programa Monumenta brasileiro.

A mudança doutrinal e retórica das agências multilaterais (que promulgam seu papel de minimizadoras da pobreza no mundo) corresponde ao período do empreendedorismo urbano, pós década de 1970, que reconhece nas cidades *locus* de investimentos, no contexto da globalização da economia. A leitura de Sánchez (2003) favorece-nos dizer que, paralelo a um projeto de desenvolvimento econômico que promove investimentos estrangeiros e aplicação dos intercâmbios internacionais, as agências associam a questão urbana ao enfrentamento de “situações de crises” – sugere a autora –, cujas quais os governos de cidades podem responder por meio de projetos que sustentem o dinamismo dos investidores externos, bem como por meio da adaptação das estruturas de gestão e administração públicas para fazê-las flexíveis, a ponto de promover e participar das taxadas parcerias público-privadas.

É interessante notar a generalização na particularidade imposta pelo BM. Se, por um lado, como aponta Sánchez (2003), o poder financeiro e político-ideológico das instituições internacionais (BM e BID) promove a operacionalização do “desenvolvimento urbano”, por outro lado, isso se dá de forma centralizada, atualizada e aperfeiçoada, não deixando de ter uma visão universalista, ou seja, seus princípios são atrelados a um projeto global de desenvolvimento. O modelo operacional das agências é padronizado. Independente das formas geográficas, da estrutura sociocultural próprias de cada região, o Banco Mundial impõe iguais projetos de desenvolvimento urbano em todas as latitudes, reveladores de uma visão quase totalitária do modo de intervenção do Banco nas cidades, diz Sánchez (2003).  
Prossegue a autora,

Embora a instituição não apresente uma definição clara do que entender por ‘desenvolvimento’, os documentos recentes associam o desenvolvimento urbano à intensificação dos intercâmbios econômicos. Constroem assim uma legitimação retórica da chamada ‘globalização’. Nessa direção é que o banco modifica radicalmente seus dispositivos operacionais, baseado num modelo produtivista de sociedade urbana e técnico-economicista de questões como pobreza urbana, emprego e habitação. (SÁNCHEZ, 2003, p. 282).

Sem a tensão eficaz dos pólos local / global, sem a constante mutação dialética das determinações mediadoras e das questões intermediárias que ordenam o território urbano, sem essa tal unificação de pólos, que é representada pela busca das singularidades locais na interação particular-universal, rica em contradições, não nos aproximamos da realidade que

---

<sup>95</sup> O que será aprofundado na terceira parte do trabalho.

abarca a *patrimonialização global*. O detalhado tratamento do particular representa um meio para se alcançar o nível mais superior da universalidade, o que nos leva a considerar a análise empírica (em Ouro Preto e Diamantina) como o complemento para o entendimento da *patrimonialização global* – catalisada pelas agências de fomento ao “desenvolvimento urbano”. Logo, os objetos tidos por singulares devem ser interpelados, cada vez mais, à luz da análise do universal e do particular.

Podemos, pois, tratar de universalidades relativas, ao ser necessário destacar seu caráter particular que é dependente, também, das singularidades locais. Essa complexidade, que representa o movimento geral do capitalismo para a reprodução ampliada e para o alcance da renda de monopólio é, pois, fundamento vivo do pensamento moderno, que busca o caráter universal das particularidades e singularidades. A *patrimonialização global* é um universal processo particular do capitalismo que metamorfoseia e ressignifica os lugares da história, da memória e da arquitetura que, do uso à troca, tornam-se arte mediada pelo dinheiro, gestada pelo capital. Conforme Lukács (1967, p. 111), o espaço arquitetônico é real e rodeia o homem em sua cotidianidade, de maneira que, enquanto arquitetura e arte, esse espaço transforma o homem que é tomado pela mesma, onde só como espaço real pode se converter em espaço próprio do homem em um sentido imediato, remetendo-o a novos usos e a novas apropriações.

Logo, para a renda monopolista se materializar nas cidades-patrimônio, é preciso tornar encontrar algum modo de conservar únicos e particulares esses lugares e suas mercadorias, onde a vantagem monopolista se encontra em uma economia mercantil e competitiva entre lugares. A competição sempre tende para o monopólio ou oligopólio, pois a sobrevivência do mais apto, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas, afirma Harvey (2005). Quanto mais intensa a competição, mais rápido se tende ao oligopólio ou ao monopólio. O poder monopolista da propriedade privada é tanto o ponto de partida como o ponto final de todo o movimento capitalista; não podemos negligenciar o fato de que, à medida que as barreiras espaciais diminuem por meio do pendor capitalista para a “aceleração” e a “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 1994), muitas indústrias e serviços vinculados a lugares especiais perdem suas proteções locais e seus privilégios monopolistas; forma-se uma competição contra produtores de outras localidades, que visam ao monopólio.

A globalização diminuiu forçosamente a proteção monopolista conferida historicamente pelos altos custos de transporte e comunicação, embora a remoção das barreiras institucionais ao comércio (protecionismo) também tenha reduzido as rendas monopolistas a serem obtidas por esse meio; o capitalismo não pode existir sem poderes monopolistas, e busca meios de reuni-los (HARVEY, 2005). Assim, a ordem do dia é como

agregar os poderes de monopólio em uma realidade onde foram minimizadas as proteções proporcionadas pelos consagrados “monopólios naturais” da localização, assim como as proteções políticas das fronteiras nacionais. Para Harvey (2005), a idéia de cultura (e de patrimônio) está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade, *authenticité et intégrité* podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis. As alegações monopolistas são tanto uma influência do discurso, como resultado do empenho enquanto reflexão a respeito das qualidades do produto (HARVEY, 2005).

A incessante busca por rendas monopolistas impõe a procura de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade em cada um desses domínios. Para Harvey (2005), caso não seja possível estabelecer a singularidade pelo apelo à tradição, ou pela descrição direta de alguma característica, outros modos de distinção deverão ser invocados para estabelecer alegações e discursos monopolistas, idealizados para garantir a veracidade dessas alegações (eventos diversos, festas populares transformadas em produtos turísticos – caso das Vesperatas, em Diamantina<sup>96</sup> (fotos 18 e 19), e da Semana Santa nas cidades mineiras, atraindo cada vez mais visitantes que dinamizam o turismo nessas cidades).

---

<sup>96</sup> Vesperatas são as exhibições de bandas de música nas sacadas dos sobrados coloniais. Acontecem de março a outubro, duas ou três vezes a cada mês, com venda de mesas para turistas, que ocupam a parte interna do cordão de isolamento próprio para o evento. Esse cordão é um símbolo marcante da limitação de acessos no centro histórico, que causa insatisfação generalizada à população residente, conforme identificamos em trabalho de campo. É uma das grandes contradições socioespaciais que identificamos na cidade, uma das facetas da transformação do uso em troca, em Diamantina. A origem da Vesperata remete-nos ao século XVIII, no Arraial do Tijuco, quando as irmandades incentivaram a formação de músicos como um ofício importante e seguro. A partir daí, todas as celebrações religiosas eram cantadas, a exemplo das festas e procissões, das ladainhas, alvoradas, novenas e missas. Em todas as ocasiões eram encomendadas músicas aos mestres de ofícios. No início do século XX, a Vesperata foi resgatada por João Batista de Macedo, regente da banda do 4º Corpo Militar de Diamantina, em uma das audições realizadas no coreto da praça. O regente, inspirado pela linha de composição da música apresentada, teve a idéia inovadora de posicionar os blocos de solistas nas sacadas e janelas dos casarões da antiga praça. Essa disposição dos músicos foi passada de maestro a maestro que assumia a regência da banda, até se consolidar, conforme aponta Freitas (2008). Em 1940, impulsionada pelos processos de urbanização e pelas novas opções de lazer, a prática perdeu força, desaparecendo. Somente em 1997, quando a cidade começava a se preparar para a busca da chancela da UNESCO é que a tradição ressurgiu, com a mesma *forma*, porém, com novo *conteúdo*. “Durante todos esses anos de contínuas apresentações, a Vesperata tem conseguido atrair, a cada realização, uma multidão de turistas que lotam os hotéis e restaurantes da cidade” (FREITAS, 2008, p. 227). De evento cultural-religioso torna-se produto do “culturalismo de mercado”, o que representa uma das facetas da revalorização do patrimônio, em Diamantina.



Fotos 18 e 19 – Vesperata, em Diamantina: invenção de uma tradição. Foto do autor, set. 2010.

Assim, no cerne do processo de valorização não está apenas a busca do lucro, mas o alcance das rendas monopolistas. Nisso, por um lado, a linguagem de *authenticité et intégrité, valeur universelle exceptionnelle* da UNESCO e o discurso sobre as qualidades irreplicáveis especiais sobre Ouro Preto e Diamantina avultam em abundância quando apropriados pelo mercado, por também serem “cidades-modelo” (SÁNCHEZ, 2003) das agências multilaterais; por outro lado, constituem-se em símbolos de história nacional, simultaneamente. A particular universalidade do mercado globalizado gera uma força poderosa que procura garantir não apenas a continuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas, também, as rendas monopolistas que resultam da descrição de mercadorias como sendo mercadorias únicas – é o que também se tornam Ouro Preto e Diamantina, no mercado global de cidades ou na *Rede do Patrimônio Mundial*.

Por fim, apenas o entendimento da *Geografia do Patrimônio Mundial* possibilita-nos interpretar, mais a fundo, a lógica desigual que as relações apontadas neste tópico (ações globais padronizadas dos *arquitetos do mundo*, busca da *renda de monopólio* pelas governanças urbanas e consagração do Patrimônio Cultural da Humanidade) imprimem na instituição de um mercado global de cidades antigas.

A abordagem desta segunda parte da tese, mais ampla, busca lançar luz sobre Ouro Preto e Diamantina, totalidades urbanas inseridas na totalidade-mundo e capturadas pela patrimonialização global, como já apontamos.

## **4.2. A Geografia do Patrimônio Mundial como resultante de um apoderamento territorial soberano**

O que tratamos como *dialética da construção destrutiva*, no tópico 1.2. da tese, remete-nos ao processo universal de consagração mercantil dos lugares para o desenvolvimento de atividades que se agregam à nova economia urbana que tem na valorização da paisagem e da cultura seu mote propulsor, na fase de “transição do administrativismo para o empreendedorismo urbano”, como coloca Harvey (2005) para o pós-década de 1970. É um processo catalisado pela interação dialética Estado-mercado que busca novas formas de apropriação, na era das cidades-empresas, tornando-as símbolos de cultura e de mercadoria, de valor simbólico e valor econômico, da “preservação” e da mercantilização, fazendo profano o sagrado, sacralizando o profano e fazendo do erudito o popular e vendendo o popular para os eruditos. É um movimento de continuidade e descontinuidade, avanço e recuo que “promove” a cultura urbana, minimizando-a na sua maximização como valor de troca. Evidencia-se um desenvolvimento desigual e fragmentado da sociedade nos territórios, onde o capital constrói, destrói e reconstrói as destinações turísticas, as paisagens e a cultura à sua lógica e semelhança, no movimento universal de desenvolvimento do turismo internacional.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os públicos, hoje, interessam-se pelas paisagens na medida em que são consideradas fator-chave na construção de identidades, em uma época onde as sociedades ocidentais passam por uma série crise neste domínio, ao serem espetacularizadas e banalizadas (CLAVAL, 2005, p. 89). As transformações pelas quais o mundo contemporâneo passa exigem uma nova leitura do ordenamento do território e da refuncionalização da paisagem, e não tem paralelo na história: documentos e objetos, que não foram valorizados até o momento, passam a ter um valor de testemunho alarmante e são sistematicamente preservados (CLAVAL, 2005), ao ponto de se atingir, nas cidades, o que Jeudy (2005) chama de espelho das cidades. Vivemos o momento da percepção global do

desaparecimento dos documentos, das coisas, dos objetos pretéritos substituídos pela modernidade, conforme Jeudy, o que favorece o falseamento das coisas, da própria história, no afã do brusco movimento da preservação, de se resguardar uma identidade, marcos do processo de nossa constituição enquanto sujeitos sociais, um paradoxo. Busca-se tanto a memória, que parece inexistir, ou caminhar para o seu fim; o fim da memória e da identidade tradicionais no auge das possibilidades de sua manutenção.

“Pour les géographes, la culture est fait de tout ce que les hommes acquièrent au cours de leur vie” (CLAVAL, 2005, p. 90). Para esse geógrafo, cada um recebe um equipamento fundamental de práticas, de atitudes, de comportamentos, de saber-fazer, de conhecimento e de crenças de seus pais e das pessoas com as quais vive em sua mocidade: a cultura é, assim, constituída a partir de elementos que provém do passado, isto é, um patrimônio; também constitui a cultura a experiência de cada um e a maneira como reagimos aos eventos que cada pessoa vive, o que constituí, também, parte do presente; a cultura incorpora os planos que os indivíduos e os grupos sociais imaginam para seu futuro. “La culture est de la sorte une notion dynamique, qui relie, pour chacun, le passe, le présent et le futur.” (CLAVAL, 2005, p. 90).

A partir da tentativa de resgate ou entendimento da cultura significativa na escala da humanidade é que se vem construindo uma *Geografia do Patrimônio Mundial*, que se operacionaliza no movimento da *patrimonialização global*, ou seja, no *brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação*; em síntese, *é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária*. No limite, tal movimento universal de espetacularização hibridiza o saber-fazer tradicional e os objetos geográficos através de um apoderamento territorial soberano que, por seu turno, é capaz de tratar da *authenticité* dos lugares na era do simulacro das cidades, como veremos no tópico 4.5. Para Claval (2005), as culturas vernaculares, populares, por exemplo, aparecem, de mais em mais, como modelos comprimidos pelo consumo das culturas globais, no contexto da renda de monopólio que se consolida nos lugares.

Lembremos, ainda, que, dialeticamente, nenhum conhecimento é totalmente dado *a priori* ou *a posteriori*; ele resulta do diálogo justamente entre o *a priori* e o *a posteriori*. A atividade mental do homem é regida pelo princípio de uma dualidade (FOULQUIÉ, 1966, p. 93). Conforme o filósofo, um termo totalmente abstrato, que não evoque qualquer realidade concreta, será vazio de sentido; o que nos obriga a tratar Ouro Preto e Diamantina na perspectiva da *patrimonialização global*, da *dialética da construção destrutiva* e da lógica que consagra o Patrimônio Cultural da Humanidade. Essa realidade concreta necessária ao



pensamento não é o objeto do pensamento; mas este deve apoiar-se sobre ela para superá-la e se elevar até o universal abstrato designado pelas palavras. Assim, ao adotar a dialética como método de pesquisa, apontamos para o próprio movimento das coisas para os conceitos, das noções para as coisas e do abstrato para o concreto, da *patrimonialização global* para as cidades coloniais barrocas de Minas Gerais e dessas cidades para o entendimento desse processo universal. Esse é o esforço ao qual se dedica esta tese, ao qual é imprescindível o entendimento da consagração do Patrimônio Mundial e da geografia resultante desse movimento universal, o que se pretende neste capítulo.

Na perspectiva do movimento representado pela *dialética da construção destrutiva* e da *patrimonialização global*, gestadas pelo Estado-mercado (análise esmiuçada no primeiro capítulo), que trataremos do *frénésie* pela Lista do Patrimônio Mundial e da geografia desigual que advém da representação da mesma. Essa análise justifica-se ante nossa hipótese de pesquisa em que, *dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização) são os mesmos que a fragmentam, simultaneamente*. Partamos para o entendimento dessa lógica universal que constrói uma *Geografia do Patrimônio Mundial*, na qual estão inseridas Ouro Preto e Diamantina.

Toda nação pode inscrever seus bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial. Para tanto, cada uma das 187 nações signatárias da Convenção, caso do Brasil, deve, na medida do possível, apresentar ao Comitê do Patrimônio Mundial um inventário dos bens do patrimônio cultural e natural situados em seu território que possam ser incluídos na Lista. A inclusão do bem não é feita sem o consentimento do Estado interessado (UNESCO, 1972, p. 05, tradução nossa) e o mesmo deve ser um patrimônio nacional; no caso brasileiro, inscrito em um dos Livros do Tombo do IPHAN.

Para a inscrição do bem, na Lista do Patrimônio Mundial, duas etapas distintas devem ser cumpridas. O Estado interessado deve inventariar o bem cultural e aplicar as medidas necessárias à sua proteção, na primeira etapa, de acordo com a Convenção, o que fora feito, no plano teórico, por Diamantina e Ouro Preto, por ocasião de sua inscrição.

Cada um dos Estados-partes, na presente convenção, reconhece que lhe incumbe a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural (...) situado em seu território (...) adotar uma política geral visando dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade (...) instituir em seu território serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural (...) desenvolver estudos e pesquisas científicas e técnicas, aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado fazer frente aos perigos que ameacem seu patrimônio cultural ou natural (...) estimular a pesquisa científica nesse campo. (UNESCO, 1972, p. 03, tradução nossa).

No segundo momento, a solicitação da inscrição do bem cultural é submetida ao exame e à deliberação do Comitê do Patrimônio Mundial, que poderá deferir ou não a proposta de inscrição do bem. Segundo Silva (2003), a inscrição do patrimônio cultural de cidades brasileiras é proposta pelo Governo Federal por intermédio do Ministério das Relações Exteriores mediante dossiês encaminhados ao ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico), instruídos com o nome do patrimônio e dos bens que o constituem, sua localização geográfica, as medidas de proteção e a justificativa de seu *valor universal excepcional* e dos critérios que justificam a inscrição, já explicitados no tópico anterior (critérios de i a x).

Compete ao Comitê definir este *valeur universelle exceptionnelle*, bem como analisar a autenticidade do bem e comprovar a efetiva adoção de medidas adequadas de proteção ao objeto de inscrição por parte do Estado interessado. É importante ressaltar que esta competência do Comitê é concedida pela Convenção. Lembremos, com Marx e Engels (*A Ideologia...*, p. 80), que as idéias dominantes serão cada vez mais abstratas, na busca de sua universalidade para a legitimação de classe; “por isso, cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade”. Essa idéia de universalidade, então, surge a partir da necessidade de uma dominação universal-global por parte de um grupo hegemônico, enquanto idéias universais que devem ser apresentadas como legítimas, em um movimento dado pela capacidade de *apoderamento territorial soberano* dos países capitalistas avançados. O Patrimônio Mundial representa, dentro dessa proposição, uma “verdade universal” difundida pela simbiose: Estados nacionais, agências multilaterais e agentes hegemônicos do capital, que promovem, conjuntamente, a difusão global dos bens culturais do mundo, via Lista do Patrimônio Mundial.

A Convenção do Patrimônio Mundial representa preponderante mecanismo da *dialética da construção destrutiva*, pois, por um lado, favorece a busca e a preservação dos bens culturais da humanidade e, por outro lado, simultânea e indiretamente, difunde para os agentes do capital os objetos geográficos, lugares, territórios e paisagens propícias à mercantilização. A UNESCO (2008a, p. 03, tradução nossa) afirma que a Convenção é um instrumento internacional que leva a um visível impacto sobre a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural e natural de diferentes regiões do mundo, classificados em diferentes categorias, compreendendo paisagens e rotas culturais utilizadas para definir as *zones du patrimoine*. A Convenção apresenta uma tendência a contribuir para a modificação de comportamentos anteriores – mais eurocêntricos de valorização do patrimônio – e busca, cada vez mais, computar as realidades socioculturais de regiões as mais diversas (UNESCO,

2008a). A própria UNESCO reconhece o poder da Convenção em favorecer que reescrevamos *l'histoire mondiale de l'art, de l'architecture, de l'urbanisme et aussi de la technologie*, refletindo o volume crescente de estudos temáticos e comparativos sobre o patrimônio. Busca-se, numa *Stratégie globale* (que será discutida no sub-capítulo seguinte), a diversidade do patrimônio e de seus valores, um patrimônio ligado, notadamente, a reis e de caráter espetacular e, por vezes, simples e vernaculares, de forma que consigamos entender que todos sintetizam expressões do espírito criativo do homem, dos esforços para o desenvolvimento e da *mémoire de l'humanité*; eis o discurso da UNESCO. Ao que nos parece, baseados em Simone de Beauvoir – *Pour une morale de l'ambiguïté* – podemos dizer que a lógica global da UNESCO com suas estratégias para os bens da humanidade é a da perpetuação da memória evolutiva da mesma, ao mundializar sua chancela, pois, como lembra a autora “nada nem ninguém pode afirmar que a humanidade se extinguirá: sabemos que cada homem é mortal, mas não que a humanidade deve morrer (...), representando uma *perpétuel dépassement d'elle-même*” (BEAUVOIR, 1947, p. 237, tradução nossa).

Na 32ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada no ano de 2008, no Quebec, o órgão decidiu, em vista da aproximação do quadragésimo aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, em 2012, e da inscrição de 1000 (mil) bens na Lista do Patrimônio Mundial, organizar um evento, em 2009, para refletir sobre o papel da *Convention*. Fica evidente, no documento resultante de tal evento<sup>97</sup> e consultado por nós, que a chave do sucesso da Convenção, para a UNESCO, é o reforço de sua credibilidade para toda a humanidade; credibilidade só alcançada com a aplicação rigorosa e transparente do *valeur universelle exceptionnelle*, afirma. Para tanto, cinco noções são tratadas pela UNESCO (2009, p. 04, tradução nossa): *credibilidade; desequilíbrios da Lista do Patrimônio Mundial; percepção pública e otimização do valor do selo do patrimônio mundial; prioridade atualmente acordada para inscrição em detrimento da conservação; estruturas de governanças não-partes*.

A *credibilidade* não se refere à Lista do Patrimônio Mundial como signo representativo e geograficamente equilibrado dos bens culturais e naturais, muito pelo contrário. O conceito é aplicado por muitos países por se considerar a credibilidade da Convenção do Patrimônio Mundial e do Comitê do Patrimônio Mundial no quesito coerência das decisões tomadas (UNESCO, 2009). Paradoxalmente, o desequilíbrio da Lista, como veremos, é alarmante, esboçando uma *geografia desigual do Patrimônio Mundial*, o que

---

<sup>97</sup> O evento denominou-se *Atelier de réflexion sur l'avenir de la Convention du patrimoine mondial*, e aconteceu entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2009, na Sede da UNESCO, em Paris, com o apoio dos governos australiano, brasileiro, israelense e holandês. O mesmo reuniu 129 profissionais de 72 Estados-parte (com 35 países em desenvolvimento), representantes da UICN - *Union Mondiale pour la Nature* –, do ICOMOS e do ICCROM, e 29 participantes de ONGs (UNESCO, 2009, p. 02, tradução nossa).

reflete uma contradição ao se falar em credibilidade pelas ações coerentes do Comitê, apesar do esforço que vem empreendendo em prol da *Stratégie globale*. Por essa complexidade, dedicaremos o tópico 4.3 a tal *Stratégie*.

Sobre os *desequilíbrios da Lista do Patrimônio Mundial*, verifica-se, atualmente, a necessidade de um sério inventário dos bens de *valeur universelle exceptionnelle*, mundialmente. Consta-se, na Lista, que o aspecto *universelle* é representado por diversas unidades culturais e que, apesar dos esforços para reequilibrar a mesma, aparecem lacunas a serem preenchidas. Os seguintes pontos publicados pela UNESCO (2009) visam a melhorar a gestão da Lista do Patrimônio Mundial:

- Desenvolver estratégias para *diminuir* a cadência de *inscrições* de temas e de categorias de patrimônio bem representados na Lista (há uma prevalência dos bens culturais em detrimento dos bens naturais e mistos, como pode ser constatado no quadro 02, a seguir).
- Reexame e revisão da *Stratégie globale* para dar ênfase aos temas sub-representados por regiões geográficas da Terra.
- Revisão das listas indicativas existentes dos Estados-parte ao Patrimônio Mundial e coordenação para a preparação de novas listas, a fim de favorecer a gestão/trabalho no que diz respeito às estratégias de proposição das inscrições.
- Cooperação entre Estados-parte bem representados e não representados ou sub-representados na Lista, para a preparação de novas proposições de inscrição.

A respeito da *percepção pública e otimização do valor do selo do patrimônio mundial*, a UNESCO (2009) reconhece que os sítios do Patrimônio Mundial são irreplicáveis, mas que os valores adicionados a esses sítios pela inscrição na Lista não estão sendo otimizados, ou seja, a UNESCO esboça sua preocupação com a pouca valorização econômica atribuída ao Patrimônio Mundial. Conforme o documento, o principal consultor do *Brand Finance* – empresa multinacional especializada na avaliação da riqueza das marcas mundiais – estima a arrecadação pelo selo do patrimônio mundial a uma média máxima de “seulement 500 millions de dollars EU par an” (UNESCO, 2009, p. 04). O documento aponta que se poderia facilmente aumentar os valores econômicos auferidos do Patrimônio Mundial por intermédio da Convenção, através:

- Da criação de instituições que permitam à Convenção valorizar sua imagem de marca diante do público e a sensibilizar a opinião pública dos objetivos e trabalhos sobre o Patrimônio Mundial.
- Do desenvolvimento de um trabalho comum de *bonnes pratiques*, não somente através de reuniões especializadas, mas também com reuniões do Comitê e da Assembléia Geral, criando, por exemplo, prêmios para definir as melhores práticas nos diferentes domínios de interesse comum (iniciativas de conservação acompanhadas de *tourisme durable* sobre os sítios do Patrimônio Mundial; formação e

reforço das capacidades em matéria de conservação e de proteção das diversidades biológicas).

A *Geografia do Patrimônio Mundial* está ligada a este reconhecimento de imagem-marca dos lugares e, ao estar vinculada à própria geografia da acumulação do capital, merece um tratamento mais nuançado do que o esboço difusionista oferecido por análises descompromissadas com o processo que mercantiliza as cidades antigas. Isso nos faz concordar com a afirmação de Harvey (2004), que aponta para a necessidade de uma compreensão mais teorizada da dialética espaço/lugar no desenvolvimento capitalista, que representa uma dialética espacial, já apresentada no primeiro capítulo. “Como lugares, regiões e territórios evoluem dadas relações espaciais em mudança? Os jogos geopolíticos de poder entre nações-Estado (ou outras unidades territoriais) se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegia, por sua vez, certas localizações e certos territórios para acumulação capitalista”. (HARVEY, 2004, p. 51). Ouro Preto e Diamantina são produtos de uma rede do mercado mundial de cidades especiais que se forma e que, progressivamente, tornam-se referenciais no globo por uma unidade econômica: a do monopólio, pela singularidade que representam. Torna-se uma negligência do método geográfico tratar de tais cidades sem o devido reconhecimento da universalidade que integram: a lógica da *Geografia do Patrimônio Mundial*.

Sobre a *prioridade atualmente acordada para a inscrição na Lista em detrimento da conservação*, a UNESCO (2009) pontua que conservar os sítios de *valeur universelle exceptionnelle* constitui a imagem e o elemento central do trabalho do Patrimônio Mundial. Observa-se que, de forma ampliada, nos países signatários, ocorre uma má conservação e uma constante ineficiência que desvaloriza o selo do Patrimônio Mundial. Já a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (a ser esmiuçada no tópico 4.4), tem suscitado preocupações particulares, pois não vem sendo cumprido o que deveria ser inicialmente, ou seja, objeto permanente de mobilização da assistência internacional. Considera-se, no documento, que os sítios do Patrimônio Mundial devem apresentar uma função de gestão exemplar, de transferência de conhecimentos sobre as melhores práticas e de desenvolvimento comunitário para outros sítios patrimoniais. A UNESCO (2009) reconhece que as vantagens ligadas ao Patrimônio Mundial não são evidentes para as comunidades locais e não contribuem sempre para reduzir a pobreza em decorrência *d'un engagement public insuffisant*. O documento aponta como sugestões de trabalhos a serem feitos em prol do Patrimônio Mundial:

- Difusão de métodos mais eficazes de gestão da conservação, e notadamente uma melhora contínua das medidas corretivas para a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (*o quadro 02 aponta o Patrimônio Mundial em Perigo por região geográfica – ficam*

*notórios os dois extremos de regiões. Por um lado, a Europa e América do Norte com apenas 2 bens na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, enquanto a África apresenta quase 40% de todos os bens do mundo na referida lista).*

- O estudo de possibilidades de projetos pilotos sobre as relações entre a conservação e o *développement durable*, como meio de reforçar as atividades de conservação e a função dos planos de gestão, todos sustentando, ao mesmo tempo, a participação das comunidades locais.
- Estímulo aos profissionais capacitados para criação de redes de sítios do Patrimônio Mundial que possuam características comuns; propiciar a divisão de experiências em matéria de gestão, definir melhores práticas; formação de pessoal e realização de reuniões com os especialistas envolvidos de distintos lugares.
- A orientação em matéria de indicação de conservação e de estudos de impactos pelas transformações territoriais associadas às ameaças como exploração mineradora, o turismo, a implantação de infra-estruturas e as catástrofes naturais ou de origem humana.
- Ampla difusão das *Orientations* (UNESCO, 2005) para melhorar a transparência e a coerência das exigências de conservação nos termos da Convenção.

**Quadro 02 – Lista do Patrimônio Mundial em Perigo por Região Geográfica Estipulada pela UNESCO**

REGIÃO	CULTURAL	NATURAL	MISTO	TOTAL	%
África	01	11	0	12	40%
Estados Árabes	5	0	0	5	16%
Ásia e Pacífico	5	1	0	6	19%
Europa e América do Norte	2	0	0	2	5%
América Latina e Caribe	3	3	0	6	19%
<b>Total</b>	16	15	0	31	100%

Fonte: UNESCO (2009) e whc.unesco.org. Organizado por Everaldo Costa.

No tocante às *estruturas de governanças não-partes*, a UNESCO (2009) reconhece que o sistema do Patrimônio Mundial compreende numerosos parceiros diferentes, como instituições científicas e de formação como: universidades, gestores de sítios, comunidades locais e nacionais, comunidades autóctones e tradicionais, governos locais e outros poderes públicos, visitantes de sítios, setores privados etc. É notório que o sistema do Patrimônio Mundial, que pode ser descrito de maneira sintética como as relações entre o Comitê do Patrimônio Mundial, o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO e as

Organizações Consultivas (UICN, ICOMOS e ICCROM) apresentam pontos críticos. Uma desorganização do funcionamento que se estabelece entre esses órgãos oferece um impacto negativo sobre a credibilidade permanente da Convenção. Observamos que há uma preocupação do Organismo pela impossibilidade atual de mais reuniões do Comitê, para tratar dos problemas de maior urgência do Patrimônio Mundial e informá-los aos Estados-parte, aos membros do Comitê, às Organizações Consultivas e aos observadores gerais.

Apesar de toda a preocupação da UNESCO, é latente uma *Geografia peculiar do Patrimônio Mundial* que, no limite, retrata uma desigualdade de possibilidades (influência político-econômica) no âmbito das relações internacionais. Conforme Scifoni (2006), que tratou, em seu doutoramento, da *Construção do Patrimônio Natural*, a Lista do Patrimônio Mundial, longe de constituir-se apenas como um instrumento técnico-científico neutro e imparcial, revela o caráter das relações de desigualdades presentes no mundo. Isso nos leva a afirmar, mais uma vez, a importância da concepção da *dialética da construção destrutiva*, que promove a requalificação dos centros urbanos e a renovação de territórios no espectro da *patrimonialização global*. A análise feita até o momento e os dados que serão oferecidos a partir deste ponto servem para refletirmos sobre o sentido tomado pelo *valeur universelle exceptionnelle*, pela *authenticité et intégrité*, uma vez que precisamos questionar o que se deseja com o movimento global de patrimonialização e os rumos tomados pela preservação e conservação do patrimônio, no momento em que os *arquitetos do mundo* e os próprios Estados-parte têm a maior preocupação precedente com a mercantilização do acervo histórico ou natural, inserindo-os no mercado mundial de cidades, via turismo internacional.

É variável o número de critérios (que dizem respeito ao *valeur universelle exceptionnelle*) utilizados para cada bem incluído na Lista do Patrimônio Mundial, na perspectiva do *frénésie* estabelecido pela chancela da UNESCO (retomar os critérios já descritos no tópico 4.1). Em certos casos, apenas um critério foi utilizado, em outros, aparecem entre dois e seis critérios justificando a inscrição. Na maioria dos casos, são utilizados dois ou três critérios para justificar a inscrição do bem. Um critério tem sido empregado em 14% dos bens; 42% dos bens foram inscritos na Lista com dois critérios; três critérios em 30% dos bens; 10% do patrimônio está inscrito com a utilização de quatro critérios; cinco critérios dão subsídio a 4% de todos os bens da Lista<sup>98</sup>. Apenas três casos dos 890 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial foram eleitos com a consideração dos seis critérios, a saber: “*Le Mont Taishan (Chine), les grottes de Moga (Chine) et Venise et sa*

---

<sup>98</sup> Como exemplo de bens inscritos com a adoção de apenas um critério podemos mencionar o Campo de Concentração de Auschwitz, Polônia (1979) e o Memorial da Paz de Hiroshima, Japão (Cúpula de Gembaku) (1996), ambos eleitos com base no critério (vi). (UNESCO, 2007, p. 11).

*Lagune (Italie)*” (UNESCO, 2008a), todos inscritos em 1987. O Monte Taichan é um bem misto (cultural e natural) e foi inscrito, também, sobre a base do critério vii, por suas qualidades naturais, sobre um total de sete critérios. A tabela 01 sintetiza essas informações supracitadas ao apontar o número de critérios utilizados por bem, por ocasião da inscrição.

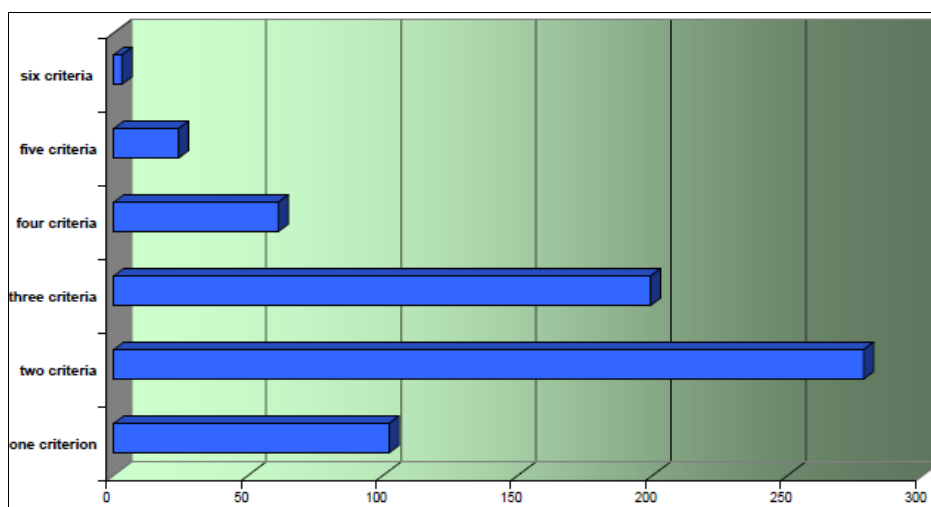


Tabela 01: Número de critérios utilizados por bem da LPM – Fonte: UNESCO (2008a)

A UNESCO busca encorajar os Estados-parte a inscreverem novos tipos de categorias do patrimônio. Nessa perspectiva, os critérios foram ajustados, nos últimos anos, a fim de atender a um novo panorama, mais diverso do patrimônio, que a Lista deve apresentar. Fica claro que a aplicação dos critérios já descritos depende das prioridades privilegiadas pelos distintos Estados-parte, dos recursos oferecidos pelas Organizações Consultivas e do próprio julgamento do Comitê do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008a, p. 18, tradução nossa).

A aplicação de tais critérios pelo Comitê, pelas Organizações Consultivas (ICOMOS) e pelos Estados-parte evoluiu consideravelmente após 1978. A tabela 02 foi construída a partir de informações contidas nos documentos de proposição de inscrição apresentados pelos Estados-parte, as avaliações das organizações consultivas e as decisões finais do Comitê. Nos primeiros anos, os Estados-parte propunham somente uma justificativa genérica para proposição da inscrição, sem indicar nenhum critério. Contudo, a indicação de critérios, por ocasião do pedido de inscrição pelos Estados-parte, aumentou, progressivamente, nos anos 90, atingindo 100% em 2002. Em 1978 e 1979, o ICOMOS especificou os critérios em suas avaliações escritas apenas para metade dos casos avaliados; a partir de 1980, entretanto, faz uso regular dos critérios em suas recomendações [quando Ouro Preto é inscrita na Lista, sobre a base dos critérios (i) e (iii)]. Na maioria dos casos, o Comitê do Patrimônio Mundial aprova as recomendações do ICOMOS; quando há desacordo, o ICOMOS revisa o texto dos critérios e reenvia para nova avaliação do Comitê. Além dos



critérios utilizados por ano, a tabela também nos remete ao grande número de aplicação dos critérios ii e iv, o que nos dá uma dimensão do montante de sítios históricos e monumentos inscritos na Lista, em detrimento do patrimônio natural. Também verificamos na análise da tabela 02 que, com a elevação do número de critérios aplicados, também há o aumento da quantidade de inscrição de bens na Lista, após 1990, período de uma verdadeira corrida pela mesma, no momento em que o setor de prestação de serviços (incluindo o setor do turismo) e o capital financeiro ganham fôlego mundialmente.

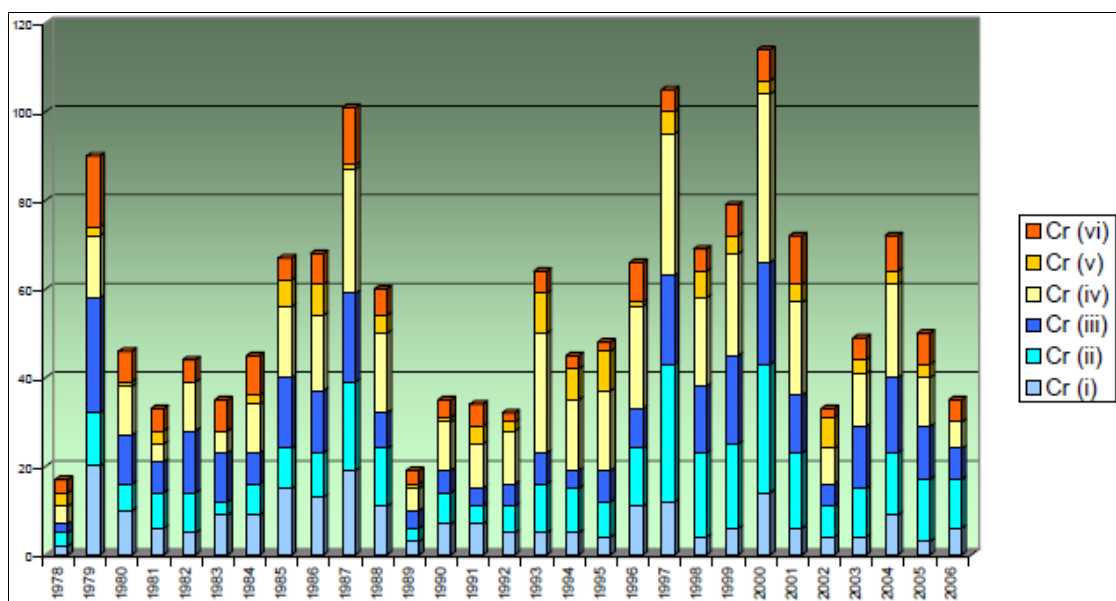


Tabela 02: Número total de critérios utilizados por ano, na inscrição da LPM – Fonte: UNESCO (2008a)

Atualmente, o Brasil possui dezoito bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Desses, as Missões Jesuíticas dos Guaranis estabelece-se enquanto um bem transnacional (Brasil-Argentina), enquanto os outros dezessete dividem-se entre os mundiais naturais e os mundiais culturais unicamente brasileiros.

São em número de nove as cidades brasileiras inscritas, atualmente, na Lista do Patrimônio Mundial. Em 2010, foi inscrita a mais recente cidade na Lista, São Cristóvão, no estado do Sergipe (SE), além de **Ouro Preto (MG)**, Olinda (PE), Salvador (BA), Congonhas (MG), Brasília (DF), São Luís (MA), Cidade de Goiás (GO) e, por fim, **Diamantina (MG)**. Ouro Preto é a primeira cidade brasileira inscrita na Lista, em 1980, e uma das 100 primeiras do mundo inscritas. Diamantina é inscrita em 1999. As cidades integraram a Lista com base nos seguintes critérios, deferidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial:

- **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto (1980): critérios (i)<sup>99</sup> e (iii)<sup>100</sup>; a cidade propôs ambos os critérios e não foram revogados pelo Comitê.**

<sup>99</sup> critério (i): representar uma obra prima do gênio criativo.

<sup>100</sup> critério (iii): representar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural, uma civilização viva ou desaparecida.

- Centro Histórico de Olinda (1982): critérios (ii) e (iv);
- Centro Histórico de Salvador (1985): critérios (iv) e (vi);
- Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, Congonhas (1985): critérios (i) e (iv); *não foi inscrito um conjunto, mas a Igreja do Senhor Bom Jesus, juntamente com os Passos da Paixão, devido à descaracterização quase completa do antigo núcleo.*
- Conjunto Urbanístico de Brasília (1987): critérios (i) e (iv);
- Centro Histórico de São Luís (1997): critérios (iii), (iv) e (v);
- **Centro Histórico de Diamantina (1999): critérios (ii)<sup>101</sup> e (iv)<sup>102</sup>; a cidade propôs os critérios ii, iv e v<sup>103</sup>, contudo, o Comitê julgou incoerente a atribuição do critério v; e**
- Centro Histórico da Cidade de Goiás (2001): critérios (ii) e (iv).
- Conjunto Monumental da Praça São Francisco, em São Cristóvão (2010): critérios (ii) e (iv).

As propostas de critérios pelos Estados-parte esboçam o claro desejo do país interessado em atribuir maior valor simbólico ao seu bem, quando da indicação de um alto número de critérios para inscrição na Lista; o objetivo de cada país proponente é engrandecer o *valeur universelle exceptionnelle* do bem, em nosso entender. A preocupação e tentativa de caracterizar ao máximo os lugares faz-nos pensar que a valorização simbólica<sup>104</sup> dos bens culturais torna-se, cada vez mais, indispensável para lhes atribuir valor de mercado, na perspectiva de recriar um bem especial, irreplicável, em prol do monopólio local (na maioria dos casos, o Estado-parte indica mais de dois critérios, sendo aceito um ou dois pelo Comitê, conforme tabela 01 e síntese dos documentos consultados).

No limite, o Patrimônio Mundial – enquanto obra arquitetural artística, como esboçado nas considerações dos critérios descritos – representa a mediação concreta entre a estrutura de obras humanas e a estrutura de toda a sociedade em movimento, são signos concretos absolutos e subjetivos, pois são, também, uma criação imaginária enquanto arte. A partir de Adorno (1970), podemos dizer que surgem como fato e escapam de sua objetividade própria, perdem sua idéia de verdade, da própria *authenticité* almejada, quando categorizados a partir de critérios impostos. Logo, a arte tem sua força de resistência no fato de que o materialismo realizado seria igualmente sua própria destruição, a do domínio dos interesses

<sup>101</sup> **critério** (ii): testemunhar uma influência considerável, durante um período dado ou em uma área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento das cidades ou da criação de paisagens.

<sup>102</sup> **critério** (iv): representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, ou tecnológico, ou paisagem ilustrativa de um ou mais períodos significativos da história humana.

<sup>103</sup> **critério** (v): ser um exemplo eminente do estabelecimento humano tradicional, de uso tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou de culturas), ou da interação humana com o ambiente, especialmente quando esse se torna vulnerável sob o impacto de uma mutação irreversível.

<sup>104</sup> Consideramos que se a valorização simbólica dos objetos não estiver comprometida, primeiramente, com o objetivo de preservação de nossa identidade ou da memória e sim com uma necessidade única e negligente de se agregar valor econômico aos bens culturais, corre-se o risco de se metamorfosear e perdermos um suporte espacial original, modos de vida e os símbolos de nossa “formação socioespacial” (SANTOS, 1977 e 2004).

materiais. Por trás da chancela da UNESCO, alcançada quando os critérios possíveis são atendidos, as obras artísticas humanas espalhadas por sobre a Terra levam a cabo uma decadência na concreção, quando sua “realidade” pouco é identificada e valorizada. Sobre a realidade concreta, ela está para além da máscara do abstrato, do particular determinado na aparência, não é simplesmente o exemplar material representativo e enganador do *universelle* que se identifica com a ubiqüidade do monopólio (ADORNO, 1970, p. 44). O *universelle* do Patrimônio Mundial só pode ser interpretado com o esmiuçar dos mecanismos que o projeta e na perspectiva de entendimento do território e da paisagem como integrantes do espaço, como forma-conteúdo e como processo histórico.

O Patrimônio Mundial é consagrado numa sociedade em que tem prevalecido o falseamento e o isolamento do homem e dos objetos (DEBORD, 2008), um paradoxo. Logo, a *Geografia do Patrimônio Mundial* é configurada ante o espetáculo que é o desvanecimento da distinção entre o eu e o mundo por destruição do eu assediado pela presença-ausência do mundo. A *Geografia do Patrimônio Mundial* é construída também no desvanecimento da distinção entre o verdadeiro e o falso por repressão de toda verdade vivida em benefício da presença real da falsidade que garante a organização das aparências, seguindo o pensamento de Debord (2008, p. 175).

Podemos dizer que há uma espécie de fantasmagoria (o qual a busca dos critérios que remetem ao *valeur universelle exceptionnelle* esconde) nas obras artísticas representantes da humanidade que as tornam irresistíveis. Diz Adorno (1970) que o caráter enigmático das obras de arte sobre a Terra permanece intimamente ligado à história. Por ela (a própria história) se tornaram outrora enigmas (as obras artísticas), e ela continua a sê-lo e, inversamente, só esta, que lhe conferiu autoridade, mantém delas afastada a penosa questão de sua *raison d'être*. Apesar dos critérios apontados para o Patrimônio Mundial, enquanto obras artísticas da humanidade, o mesmo se perfaz como enigma que é; diz algo e, no mesmo instante, o oculta pela necessidade e pelo poder mimético da estética atrelada ao capital. “A arte não é o que sempre foi, mas o que se tornou” (ADORNO, 1970, p. 387).

Antes de apontarmos o panorama geral da *Geografia do Patrimônio Mundial*, precisamos considerar que algo semelhante à globalização tem uma presença na história do capitalismo, de forma que pode ser visto como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político universal. Por ocasião das grandes navegações, no final do século XV e mesmo antes disso, a internacionalização das trocas e do comércio estava em pleno florescimento (HARVEY, 2004, p. 80). Assim, o capitalismo não sobrevive sem seus ‘ajustes espaciais’, sem a “reorganização geográfica” como solução parcial para suas crises e seus impasses – o Patrimônio Mundial entra nessa esfera de “ajuste espacial” e

espetacularização. O capitalismo constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança, diz Harvey (2004). A *dialética da construção destrutiva*, pois, está atrelada à construção de paisagens irreplicáveis, de *valeur universelle exceptionnelle*, dentro da lógica de avanço técnico e de implantação de equipamentos de engenharia sobre o território, ordenando-o para o favorecimento da acumulação capitalista em determinados lugares, apenas para, posteriormente, ser destruído e reconfigurado um novo território, em um processo histórico contínuo.

O capitalismo pulveriza todas as barreiras possíveis ao seu desenvolvimento. Assim, é produzida a paisagem geográfica (através de relações políticas, ordenamento territorial, sistema de lugares interligados por meio de uma rede na divisão internacional do trabalho e das novas funções urbanas) apropriada à dinâmica da acumulação. São tributos dessa lógica: reduções do custo e do tempo de deslocamento; construção de infra-estruturas físicas fixas destinadas a facilitar esses deslocamentos e a dar suporte a atividades produtivas, atividades de troca, atividades de distribuição e de consumo. Logo, o ordenamento territorial das cidades-patrimônio se dá, primordialmente, por meio do poder estatal – atrelado aos *arquitetos do mundo* – de regular o dinheiro, a lei e a política, e monopolizar os meios de coerção de acordo com um *apoderamento territorial soberano*. É dentro dessa perspectiva que devemos nos concentrar na *Geografia do Patrimônio Mundial*, à qual estão relacionadas Ouro Preto e Diamantina.

Diante desse panorama, a UNESCO (1999, p. 07, tradução nossa), ao final do século XX, já reconhecia o problema do grande número de proposições de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, especialmente pelo desequilíbrio geográfico apontado em sua representação, e afirmava a necessidade de se abordar esse problema não somente *verbalement mais aussi avec une véritable volonté politique*. Sobre essa vontade política, o documento aponta como bom exemplo a declaração por escrito da Itália que, em nome do sistema de rotação do Comitê do Patrimônio Mundial, sendo reeleita para integrar a Organização, ela recusaria a missão (esse país é o dos que possui maior número de bens inscritos na Lista, no mundo).

No caso da América Latina, sobre os trinta e um Estados-parte da região, dez conseguiram a eleição no Comitê, ao longo dos quase quarenta anos da Convenção. Há casos em que o país permaneceu vários mandatos consecutivos, por exemplo, o Brasil de 1980 a 1999 (coincidência ou não, são as duas datas de inscrição, respectivamente, de Ouro Preto e Diamantina, na Lista do Patrimônio Mundial) e o México de 1983 a 2003 (UNESCO, 2004, p. 26, tradução nossa).

É importante notarmos que, como aponta a própria UNESCO (2004), ao ser membro do Comitê, o Estado-parte deve colaborar com a apreciação de listas indicativas, com a inscrição de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, com o exame do estado de conservação dos sítios, com a demanda e a recepção de uma assistência internacional do Fundo do Patrimônio Mundial, além da participação e acolhimento de eventos do Patrimônio Mundial. O Brasil é membro do Comitê no atual mandato e subsidiou, em Brasília, a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial<sup>105</sup>, onde serão eleitos os novos membros do Comitê. Conforme a UNESCO (2009b, p. 5, tradução nossa), até 2008, 77 Estados-parte, de um total de 185, foram ao menos uma vez membros do Comitê do Patrimônio Mundial, de forma que alguns dentre os mesmos passaram 23 anos no Comitê. Dos 77 Estados-parte, 11 permaneceram mais de um mandato consecutivo. Logo, para facilitar o acesso dos 108 Estados-parte que nunca foram membros do Comitê (dentre estes, 42 não possuem bens inscritos na Lista), algumas possibilidades foram levantadas pela UNESCO (2009b, p. 05-08, tradução nossa):

- Reservar vagas para os Estados-parte ainda não eleitos e aos Estados-parte que ainda não possuem bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.
- Instaurar um período mínimo obrigatório sobre o qual o Estado-parte não poderá apresentar candidatura à reeleição ao Comitê, o que barraria mandatos consecutivos.
- Propiciar que o Estado-parte membro do Comitê, voluntariamente ou sobre algum novo regulamento, durante o mandato, não apresente proposição de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.<sup>106</sup> Por um lado, essa medida pode ser vista como uma maneira para minimizar o desejo dos países não representados ou sub-representados na Lista a se candidatarem ao Comitê, mantendo a hegemonia dos países ricos representados. Por outro lado, há um conflito de interesses políticos, pois os membros do Comitê submetem proposições de inscrição durante seu mandato.<sup>107</sup>

Seguem, no quadro 03, os novos candidatos ao Comitê do Patrimônio Mundial, dentre os quais, alguns são os atuais membros, o que representa uma tentativa de permanência e o desrespeito à política de rotatividade que a própria UNESCO apregoa, a fim de se buscar o equilíbrio da Lista, um paradoxo quando *l'élection des membres du Comité doit assurer une représentation équitable au sein du Comité* (UNESCO, 1999, p. 09). Vemos como um fator

<sup>105</sup> São os atuais membros do Comitê do Patrimônio Mundial: África do Sul, Austrália, Barbados, Brasil, Camboja, China, Egito, Emirados Arabes Unidos, Estônia, Etiópia, Federação Russa, França, Iraque, Jordânia, Mali, México, Nigéria, Barém, Suécia, Suíça e Tailândia. Fonte: whc.unesco.org.

<sup>106</sup> Essa proposta visa “d’éviter une situation dans laquelle l’appartenance au Comité serait utilisée pour obtenir un examen prioritaire des propositions d’inscription présentées par les membres du Comité” (UNESCO, 2009b, p. 21)

<sup>107</sup> “Certains autres États parties ont suggéré que toute mesure sur la présentation de nouvelles propositions d’inscription s’applique aux membres du Comité de manière différenciée en fonction du nombre de biens qu’ils ont déjà sur leur territoire”. (UNESCO, 2009b, p. 08).

positivo que, para a atual eleição do Comitê, a maioria dos candidatos não são europeus, uma vez que o exame das eleições da década de 1980 e 1990 nos mostra uma prevalência de países como França (que continua), Espanha e Itália. O Brasil não almeja uma nova candidatura, neste momento.

**Quadro 03 - Lista dos candidatos ao Comitê do Patrimônio Mundial para 2010**

Estado-parte	Mandato proposto
1 – Afeganistão	4 anos
2 – África do Sul	4 anos
3 – Arábia Saudita	4 anos
4 – Bolívia	4 anos
5 – Bosnia Herzegovina	4 anos
6 – Bulgária	4 anos
7 – Camboja	4 anos
8 – Colômbia	4 anos
9 – Croácia	4 anos
10 – Emirados Árabes Unidos <sup>108</sup>	4 anos
11 – Estônia	4 anos
12 – Etiópia	4 anos
13 – Federação Russa	4 anos
14 – França	4 anos
15 – Hungria	4 anos
16 – Indonésia	4 anos
17 – Irã	4 anos
18 – Iraque	4 anos
19 – Irlanda	4 anos
20 – Malavi	4 anos
21 – Mali	4 anos
22 – México	4 anos
23 – República Democrática do Congo	4 anos
24 – República Unida da Tanzânia	4 anos
25 – Senegal	4 anos
26 – Sudão	4 anos
27 – Suíça	4 anos
28 – Tailândia	4 anos
29 – Togo	4 anos
30 – Iêmem	4 anos

Fonte: UNESCO (2009a, p. 02, tradução nossa). Organizado por Everaldo Costa.

Conforme Silva (2003), o Comitê do Patrimônio Mundial, desde sua primeira sessão, objetivou promover um modelo de Lista do Patrimônio Mundial que representasse um número equilibrado de bens culturais e naturais de todas as áreas do planeta, a partir da idéia de *universalidade* que envolve a Lista. “Espera-se que um dia a Lista tenha um caráter plenamente universal e que sirva de referência definitiva das obras-primas da cultura e da

<sup>108</sup> Estado-parte que não possui bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial

natureza cujo destino concerne, hoje, a todos os países e a todos os homens” (ZARAGOZA, 1988, apud Silva, 2003, p. 91).

Bosque (1996) tenta justificar a desigualdade da *Geografia do Patrimônio Mundial*. Para o geógrafo espanhol, essa realidade ocorre pelas variações lógicas no desenvolvimento natural da história da Terra. O autor faz uma comparação entre o Brasil e a Espanha, onde o primeiro concentra maior número de riquezas naturais que o segundo, o que o faz ter maior número de bens naturais inscritos na Lista. Quanto aos bens culturais, a Espanha possui, de acordo com Bosque (1996), maior diversidade monumental retratada que o Brasil justifica-se por sua história “mucho más larga y mucho más complicada”, o que faz ser natural possuir maior número de bens inscritos. Para nós, essa *geografía desigual* deve ser encarada no plano da política e da economia mundiais, ou seja, no próprio quadro das relações internacionais (como também considera Scifoni, 2006, que nos estimulou essa análise), na posição de cada país signatário, no cenário planetário, e não determinada pelo quadro natural ou histórico de cada país. Essa desigualdade está ligada, na verdade, ao poder de atuação/persuasão político-econômica de cada país signatário, uma vez que identificamos uma especialização desequilibrada do Patrimônio Mundial, cuja distribuição dos bens esboça desigualdade perante uma humanidade que se diz e se quer constituída e integrada. No entanto, como aponta Beauvoir (1947, tradução nossa), a humanidade não pode ser analisada apenas como uma *dispersion sans fin*; ela é feita de homens de carne e osso, apresenta uma história singular, uma figura definida e indefinida que se metamorfoseia no processo histórico.

Primeiramente, indagamos o seguinte: Qual o critério adotado para a classificação dos bens do Patrimônio Mundial por regiões? Pois, aparecem distribuídos em cinco grandes regiões do globo, de acordo com a Lista estabelecida pela Convenção, da seguinte forma:

- Europa (inclusive Federação Russa) junto a toda América do Norte;
- África;
- Ásia e Pacífico;
- Estados Árabes; e
- América Latina e Caribe.

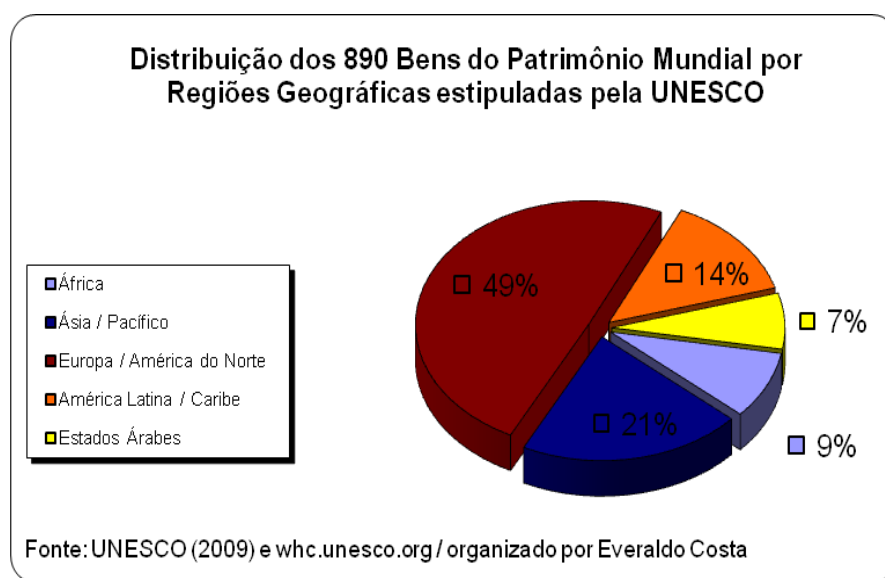


Gráfico 01

**Quadro 04 – Bens do Patrimônio Mundial por Região Geográfica Estipulada pela UNESCO**

REGIÃO	CULTURAL	NATURAL	MISTO	TOTAL	%	Estados- parte com os bens inscritos
África	42	33	3	78	9%	29
Estados Árabes	60	4	1	65	7%	16
Ásia e Pacífico	129	48	9	186	21%	28
Europa e América do Norte	375	56	9	440	49%	49
América Latina e Caribe	83	35	3	121	14%	25
<b>Total</b>	<b>689</b>	<b>176</b>	<b>25</b>	<b>890</b>	<b>100%</b>	<b>148</b>

Fonte: UNESCO (2009) e whc.unesco.org. Organizado por Everaldo Costa (em novembro de 2010, o número de bens inscritos é registrado em 911).

O gráfico 01 e o quadro 04 oferecem-nos um panorama geral da *Geografia do Patrimônio Mundial*, que não deve ser interpretada apenas por esses dados de localização geográfica, que nos apontam para a concentração do patrimônio chancelado na Europa, mas nas disparidades socioeconômicas, culturais e políticas que envolvem os Estados-parte da Convenção, no espectro das relações internacionais. Em verdade, devemos lançar luz sobre esses dados na perspectiva da proposta desta tese, considerando a relevância teórica geográfica de uma dialética espacial. Pensar, pois, as cidades-patrimônio, na seara da Geografia, exige-nos a teoria do espaço que o conceba para além das dimensões geométricas e arquitetônicas – mas que o entenda como espaço-tempo, a totalidade em movimento –, para que possamos tratar do processo de *patrimonialização global* no contexto da “dialética da



construção destrutiva”. Se a dialética é “dinamismo” como salienta Foulquié (1966), conceber a dialética do espaço é considerá-lo em um infinito movimento, fora de uma inércia, ou então concebido como uma “inércia dinâmica”, como propõe Milton Santos. É nessa perspectiva que trazemos esse olhar sobre a *Geografia do Patrimônio Mundial* construída pelas nações ricas do mundo. Torna-se impossível e negligente tratar, no espectro da Geografia, do Patrimônio Mundial, fora de uma perspectiva que nos dê subsídios para a interpretação material-simbólica e particular-universal das mesmas; o esforço deste tópico vem no sentido de apresentar essa particular universalidade desigual do Patrimônio Mundial construída pela dialética Estado-agentes do capital.

Logo, o *apoderamento territorial soberano* oriundo da força político-econômica das potências mundiais reflete-se no quadro 05, quando a Europa, junto à América do Norte inscrevem, desde o primeiro ano da Lista do Patrimônio Mundial, o dobro da soma dos bens inscritos por todas as outras regiões do globo, divididas pela UNESCO (regionalização que também mostra o caráter elitista da coordenação do organismo, ao agregar, geograficamente, Europa e América do Norte, um continente em cada quadrante do globo. Tal regionalização parece ser atribuída conforme o poderio econômico e a importância do país na vitrine do turismo internacional).

**Quadro 05 – Número de bens inscritos na Lista a cada ano e por região estipulada pela UNESCO**

ANO	Número de bens inscritos	Europa e América do Norte	Ásia e Pacífico	América Latina e Caribe	Estados Árabes	África
1978	12	7	0	2	0	3
1979	45	25	5	2	9	4
1980	27	10	3	3	4	7
1981	26	11	5	3	2	5
1982	24	3	5	4	9	3
1983	29	18	4	5	0	2
1984	22	10	3	2	4	3
1985	30	14	5	4	6	1
1986	29	17	5	2	3	2
1987	41	17	11	9	2	2
1988	27	12	5	4	3	3
1989	7	3	1	0	1	2
1990	16	8	4	3	0	1

1991	22	8	9	3	0	2
1992	20	12	6	1	1	0
1993	33	16	10	6	1	0
1994	29	15	7	4	1	2
1995	29	18	6	5	0	0
1996	37	25	5	3	2	2
1997	46	25	10	6	3	2
1998	30	21	5	3	1	0
1999	48	22	10	12	0	4
2000	61	34	11	12	1	3
2001	31	19	3	4	1	4
2002	9	4	2	2	1	0
2003	24	8	8	3	2	3
2004	34	16	11	2	2	3
2005	24	11	5	4	2	2
2006	18	5	3	3	2	5
2007	22	9	7	1	1	4
2008	27	12	8	3	2	2
2009	13	6	4	1	0	2

Fonte: UNESCO (2009) e whc.unesco.org. Organizado por Everaldo Costa.

Afirmar que o desequilíbrio da Lista deve-se ao longo processo de organização territorial dos países consagrados é, no mínimo, desenvolver a análise na ótica eurocêntrica, pois temos, na representação, por um lado, os Estados Unidos liderando junto à Europa na classificação dos bens inscritos da Lista, um país de formação territorial relativamente recente. Por outro lado, temos os Estados Árabes, cuja organização de seus territórios e formações culturais datadas de milênios, como os relegados do processo; são pouco representativos na Lista (as guerras pelas quais passaram teriam devastado todo o acervo cultural desses países? A solução seria a patrimonialização dos escombros como alternativa à rememoração de “eventos” significativos da humanidade, como ocorreu com o Campo de Concentração de Auschwitz, Polônia, inserido na Lista pelo critério [vi]?). A tendência da concentração da economia mundial nos países do norte persiste, agora, forjando-se uma nova mercadoria, o Patrimônio Cultural da Humanidade, consagrado, singularmente, pelo turismo, uma das “indústrias” que mais cresce em todo o mundo.

Para Scifoni (2006, p. 72), a supremacia européia e norte-americana na Lista do Patrimônio Mundial reflete, portanto, uma hegemonia de idéias, um ideário de valores totalizador que foi mundializado e que foi construído, antes de tudo, sob as bases de uma hegemonia política e econômica configurada, sobretudo, no cenário geopolítico mundial do pós-guerra. Sobre tal hegemonia político-econômica, a desigual geografia retratada pela Lista esbarra no interesse da dinamização turística internacional, o principal fator que motiva a disputa, uma vez que os países líderes no *ranking* da Lista são também os maiores destinos turísticos do planeta, como indicamos no quadro a seguir (Simone Scifoni desenvolveu sua análise, em 2006, focada na “construção do patrimônio natural”; a fazemos no viés da consagração do patrimônio cultural mundial; a análise dessa geógrafa foi-nos salutar para o pensamento deste capítulo da tese).

<b>PAÍSES COM O MAIOR NÚMERO DE BENS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ O ANO DE 2009 (ORDEM DECRESCENTE)</b>		
PAÍS	Nº DE BENS NA LISTA	POSIÇÃO NO RANKING DO TURISMO MUNDIAL
Itália	44	5º
Espanha	41	2º
China	38	4º
Alemanha	33	9º
França	33	1º
Índia**	27	**
México	29	7º
Reino Unido	28	6º
Federação Russa	23	10º
Estados Unidos	20	3º
Austrália**	17	**
<b>BRASIL**</b>	17	**
Grécia	17	17º
Canadá	15	12º

Quadro 06 - Fonte: UNESCO (2009) / whc.unesco.org / World Tourism Organization

([http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/indicators/ITA\\_top25.pdf](http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/indicators/ITA_top25.pdf)) / Organizado por Everaldo Costa.

\*\*Países não representados no ranking consultado (World's Top Tourism Destinations 2005 [absolute numbers])

A discussão proposta neste tópico – da *Geografia do Patrimônio Mundial como resultante de um apoderamento territorial soberano*, orquestrada pelos países capitalistas avançados – colocou, ainda, outras duas questões a serem tratadas neste quarto capítulo. A primeira esboça a necessidade de uma reflexão sobre a *Stratégie globale* promulgada pela UNESCO, entendendo que a mesma faz-se necessária no movimento em que a cultura que une é também a cultura que separa (enquanto instrumento de distinção que se tornam os lugares) e que legitima as irreplicabilidades (que não representam todos os lugares), compelindo todas as culturas a definirem-se pelas suas distâncias e singularidades (BOURDIEU, 2007), é o que promove o desequilíbrio da Lista e a geografia que se origina

daí. Podemos aferir que o *frénésie* pela Lista retrata uma corrida pela produção de símbolos especiais locais tornados universais; representa um campo de lutas simbólicas entre classes e grupos sociais. Ocorrem lutas internas inter e intra-classes para atender a interesses de produção econômica dos lugares a partir de sua consagração cultural universal, de forma que produtores locais servem aos interesses de grupos externos ao campo de produção, aí estabelecendo um conflito de interesses e plantando-se a desigualdade. Os gráficos elaborados pela tabulação dos questionários e entrevistas aplicados em Ouro Preto e Diamantina apontarão para essas questões, como veremos a partir do quinto capítulo.

A *Geografia do Patrimônio Mundial* retrata a potência da construção do poder simbólico, que só se constitui enquanto tal, em nossos dias, se for reconhecido e ignorado como o arbitrário poder do valor de troca. A partir de Bourdieu (2007), consideramos que a enunciação dos lugares (que carregam um poder mágico que permite conseguir aquilo que, normalmente, só se adquire através da força física ou econômica), possibilita o poder de mobilização, o que precisa ser reconhecido como o papel da Lista do Patrimônio Mundial. Como que se nos muníssemos de algo indispensável (a Lista do Patrimônio Mundial enquanto poder simbólico e poder do dinheiro) para proceder como é necessário, a fim de obter aquilo que se deseja obter (a renda nos lugares de memória).

Temos, pois, a oportunidade de identificar em Harvey (2004) a sucinta explanação do que foi dito até agora. A *Geografia do Patrimônio Mundial* representa a marca da geografia capitalista. O ordenamento de territórios oriunda da dinâmica desferida da consagração do Patrimônio Mundial constitui a dinâmica da acumulação do capital e da luta de classes, atendendo a um processo incessante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital, de construção e desconstrução por meio da consolidação de uma nova economia urbana pautada no “culturalismo de mercado”.

O capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação do capital e, em conseqüência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. (HARVEY, 2004, p. 86)

A segunda questão que o esclarecimento da *Geografia do Patrimônio Mundial* nos coloca é sobre a *authenticité et intégrité* apregoadas pela UNESCO para inscrição dos bens na Lista. Como pensar um critério de autenticidade do patrimônio na era dos simulacros e da espetacularização aceleradas pelas técnicas, pela ciência e pela informação? Trataremos dessa questão no último tópico deste capítulo, o 4.5. Como lembra Adorno (1970), as obras artísticas por sobre a Terra tornaram-se bens de consumo na época da superprodução, valor de uso que se submete à moda, ao caráter da mercadoria, à paródia da aparência estética.

Só a partir do entendimento dessa discussão, que continuará nos próximos três tópicos deste quarto capítulo, poderemos analisar, empiricamente, Ouro Preto e Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade – (quando a denominada “cidade histórica” deve ser analisada, geograficamente, enquanto *totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”*). A universalidade é concebida em uma tensão constante com a singularidade – o que é promovido pela Lista do Patrimônio Mundial –, em vigorante mutação em particularidade e vice-versa (LUKÁCS, 1965, 113). Sem a relação dialética entre o particular e o universal é impossível identificarmos o singular dos territórios de identidade analisados. Assim, podemos dizer que a construção da universalidade de tais cidades remete-nos, simultaneamente, à sua particularidade, que pode esboçar sua singularidade. “La aproximación dialéctica en el conocimiento de la singularidad no puede en modo alguno disociarse de sus complicadas relaciones con la particularidad y la universalidad” (LUKÁCS, 1965, p. 115-116).

É na tensão da universalidade-particularidade que a singularidade dos lugares é construída (de maneira geograficamente desigual, no globo) e isso representa o movimento histórico da burguesia, que tanto cria quanto destrói os fundamentos geográficos – ecológicos, espaciais e culturais – de suas próprias atividades, forjando um mundo à sua imagem e semelhança própria, como aponta Harvey (2004). Para esse autor, sem as possibilidades de expansão geográfica, reordenamento territorial e desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo não se sustentaria como sistema econômico-político-social. Deve ficar claro, então, que a acumulação de capital ocorre em áreas geográficas específicas, que delineia uma inserção desigual de territórios no movimento mais acelerado do capitalismo, que cria uma geografia histórica global da acumulação, cuja lógica é escancarada na interpretação da *Geografia do Patrimônio Mundial* construída pelo movimento de um apoderamento *territorial soberano* dos países capitalistas avançados.

Passemos ao entendimento das ações que visam a minimizar as disparidades da Lista (utopia?), considerando, previamente, que a universalidade do Patrimônio Mundial deve ser entendida, em uma perspectiva geográfica crítica, a partir de cinco pontos-síntese que, no limite, aproxima-nos da “concretude” (KOSÍK, 1976) do fenômeno Patrimônio Cultural da Humanidade, que capturou Ouro Preto e Diamantina:

- 1) Da lógica do mercado global que busca “originalidades” [*authenticité et intégrité*] nos “novos” lugares de memória, territórios de identidade e da natureza, perfazendo a renda de monopólio.
- 2) Da ilusão de “realidade” histórica que emana dos objetos pretéritos, satisfazendo a necessidade humana de auto-conhecimento – a qual é prometida com a retórica da salvação que se espera das novas economias urbanas.
- 3) Da relação do patrimônio urbano com o *equivalente geral de valor* [dinheiro].

- 4) Da difusão generalizada e mútua dos territórios do patrimônio em nível internacional, como jamais identificado na história universal, dado o avanço científico, técnico e informacional.
- 5) Do interesse das governanças locais de se consagrar cidades como patrimônio cultural da humanidade, na busca da preservação e da mercantilização do patrimônio, dialeticamente.

### 4.3– Da *Stratégie Globale* para o Patrimônio Mundial

Numerosos debates estão sendo travados em busca de se assegurar a representatividade universal da Lista do Patrimônio Mundial, desde a adoção da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972. Diante do reconhecimento da própria UNESCO (1999, p. 05, tradução nossa) da predominância da arquitetura monumental da Europa ocidental em relação ao patrimônio não monumental de outras regiões do globo, verifica-se a necessidade de reforçar a proteção das interações passadas e contínuas do homem com os territórios em aspecto global, de maneira que a Europa não pode ser tratada como única privilegiada por uma herança do movimento da economia mundial ou da “economia-mundo” (BRAUDEL, 1985).

É nessa perspectiva que, em 1994, um grupo de *especialistas* organizaram, pelo Centro do Patrimônio Mundial e o ICOMOS, uma reunião em busca de uma metodologia para remediar as disparidades existentes na Lista. O grupo definiu, então, a *Stratégie globale*, metodologia temática que visa a corrigir os desequilíbrios geográficos, temporais e espirituais da Lista (UNESCO, 1999, p. 06, tradução nossa).

A *Stratégie globale* constitui um quadro de referência e uma metodologia para o trabalho da Convenção Mundial. Ela se baseia nas definições regionais e temáticas de categorias de patrimônio com um *valeur universelle exceptionnelle* para melhorar o equilíbrio e a representatividade da Lista do Patrimônio Mundial, encorajando os países a se tornarem Estados-parte da Convenção, a prepararem as listas indicativas equilibradamente e a submeter proposições de inscrição de bens pertencentes a categorias e a regiões atualmente sub-representadas sobre a Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1999, p. 06, tradução nossa). Logo, a expectativa é a de que a Lista, um dia, possa refletir a diversidade dos conjuntos de culturas e de ecossistemas de todas as regiões do globo (utopia na era em que o patrimônio aproxima-se do equivalente geral dinheiro?).

Podemos dizer, a partir de Jeudy (2005), que, contraditoriamente, a expansão das pesquisas desenvolvidas por etnólogos, historiadores, antropólogos e, mais recentemente, geógrafos, além das ações da UNESCO, favorecem a patrimonialização generalizada (em alguns casos, perversa) enquanto um fato contemporâneo, expressão de facetas múltiplas da sociedade moderna. Estamos inseridos em um ciclo tal que favorecemos, pelo conhecimento gerado sobre as cidades e o patrimônio, a potencialização do que criticamos, ou seja, as próprias análises científicas, nas mãos de agentes afoitos e imediatistas, favorecem o processo de patrimonialização em âmbito universal (não respeitando, por vezes as idéias democráticas e críticas que as mesmas apresentam). Governanças urbanas desrespeitam, descaradamente,

diretrizes, normas, metodologias e teorias criadas para o desenvolvimento socioeconômico mais democratizado dos lugares da memória; adotam ações contraditórias que são guiadas por uma leitura ao avesso do conhecimento formulado. A desconsideração dos municípios às informações publicadas pela UNESCO, ano a ano, é um bom exemplo.

Quando a própria UNESCO (1999, p. 14, tradução nossa) reconhece que a repartição geográfica desigual dos bens culturais do mundo na Lista deve-se à *nature e les réalités géopolitiques* dos Estados-parte, e não à maior ou menor diversidade entre eles, fica fácil colocarmos em cheque a possibilidade do equilíbrio da Lista, apesar da *Stratégie globale*. Em *Por uma outra globalização*, Milton Santos nos lembra que a política, agora, é feita no mercado, só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo (o que representa a Lista do Patrimônio Mundial e o *frénésie* global pela inscrição na mesma). No limite, não podemos esquecer, como aponta esse geógrafo, que a lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. “Nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas” (SANTOS, 2000, p.77).

Um balanço feito pela UNESCO (2008a, p. 31, tradução nossa) mostra que, decorridos 14 anos da *Stratégie globale*, os resultados dos trabalhos não indicam que as desigualdades tenham sido mitigadas (vide quadros do tópico anterior). A importância atribuída a uma aproximação temática (inclusão dos temas negligenciados na Lista, como os bens da natureza e os mistos) foi bem acolhida à época e adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, porém, o trabalho desta aproximação não foi expresso claramente em termos práticos. No plano teórico, o avanço dos estudos temáticos globais se dão pelo ICOMOS. Aparecem como temas de discussão para o equilíbrio representativo da Lista do Patrimônio Mundial: 1. Estudos temáticos sobre *l'art rupestre en Asie Centrale*; 2. Estudos temáticos sobre *Sites Potentiels d'hominidés pour inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial*; 3. Estudos temáticos sobre *Paysages culturels agro-pastoraux*; 4. Estudos temáticos sobre *Astronomie et Patrimoine Mondial*; 5. Estudos temáticos sobre *Systèmes d'irrigation et de gestion de l'eau*; 6. Estudos temáticos sobre *Volcans et les paysages volcaniques*; 8. Estudos temáticos sobre *les Grottes et le karst*; 7. Estudos temáticos sobre *Déserts et les paysages désertiques*; 8. Estudos temáticos sobre *Régions polaires et subpolaires* (UNESCO, 2009o, p. 01-12).

Os esforços foram atribuídos sobre a organização de conferências e de iniciativas regionais que visaram a melhorar a sensibilização para a natureza das proposições de inscrições eficazes e capacitadas para a seleção de bens e, também, a inspirar nomeações temáticas que permitiriam perfazer o equilíbrio geral e a credibilidade da Lista do Patrimônio



Mundial, no nível regional (equilíbrio geográfico) e temático (temas a serem incluídos). No entanto, as várias conferências não trouxeram resultado efetivo para o equilíbrio geral, sobre o ângulo temático ou regional (UNESCO, 2008a).

Contudo, a *Stratégie globale* aponta para alguns efeitos positivos. O acento sobre a busca do equilíbrio da Lista contribui para esclarecer a natureza do desequilíbrio, o que favoreceu a fixação de objetivos alternativos. A simples comparação estatística entre os bens culturais e naturais que figuram na Lista não tem sentido em si. Paralelamente, o foco não pode ser o interesse pelas zonas dos territórios globalmente incluídas, mas centrar as ações na busca de proposições de inscrição que venham a preencher as lacunas percebidas na Lista. O mais relevante a considerar é em que medida os bens propostos representam aspectos significativos do patrimônio cultural e natural; mais do que se ater, unicamente, ao número de nomeações temáticas.

Isso quer dizer que a *Stratégie globale* suscita o interesse positivo por uma *gestion domestique* mais rigorosa, que busque compreender melhor a importância e a definição geográfica das inscrições. Esse esforço (incorporado nos *inventaire rétrospectif* e nas declarações de *valeur universelle exceptionnelle* para as primeiras nomeações temáticas na Lista) tem mostrado que, para examinar a qualidade de um equilíbrio, importa compreender claramente o conteúdo da Lista e o que ela representa (UNESCO, 2008a). A Organização reconhece que a *Stratégie globale* tem um impacto sobre o número crescente de revisões das proposições de inscrição antigas e sobre os limites e nomes dos bens que figuram sobre a Lista. Nas primeiras inscrições, as qualidades arquiteturais e de concepção urbanas foram mais valorizadas, o acento mantêm-se, desde então, *sur les fonctions socio-économiques et culturelles des biens*.

Não podemos perder o foco de que a denominada *patrimonialização global*, nesta tese, também deve ser compreendida como um movimento que transforma os próprios agentes regionais em propagadores de ilusão e de ideologia; a *Stratégie global*, ao mesmo tempo que visa a equilibrar a *Geografia do Patrimônio Mundial* apresenta instrumentos que aceleram a patrimonialização, através da difusão da informação. A consagração patrimonial global, ou a *patrimonialização global*, esboça o desejo da humanidade de exaltação das culturas construídas como singulares, publicização absoluta de valores étnicos, culturais, memoriais e tradicionais de lugares, uma publicidade absoluta que tende à publicidade zero, como se refere Baudrillard (1991). Nessa consagração, tal qual os edifícios históricos, a cultura, os ritos, a tradição tornam-se objetos patrimoniais, os bens culturais intangíveis. Bens materiais e imateriais (o território em si, para ultrapassarmos o pseudoconcreto do mundo sensível) são o espelho da própria história, o que Jeudy (2005) denomina “processo de reflexividade”. Temos

assim, a construção de uma identidade patrimonial de territórios, onde a encenação dos bens universais adquire sucesso através da retórica dos bons governos global e local, que dão sobrevivência à transformação corrente das cidades e do urbano. O que, indiretamente, favorece, também, a *Stratégie globale*.

O processo de nomeação temática do patrimônio se desenvolve no contexto de uma ampliação contínua da definição de patrimônio cultural. A idéia de se estabelecer referências do patrimônio fixas no tempo representa um equívoco. Para a UNESCO (2008a), a reformulação do que constitui o patrimônio cultural é um processo aplicado em todos os países e está, direta ou indiretamente, vinculado ao que se passa no Patrimônio Mundial. Logo, o Comitê adota a iniciativa de tratar do que chama *paysage culturel*, após 1993. Em outras ocasiões, o Comitê promove, junto a iniciativas dos Estados-parte, debates sobre o patrimônio vernacular ou industrial ou, mais recentemente, os lugares associados à arquitetura do século XX (caso de Brasília, como apontamos no tópico 4.2), e da *identification d'espaces culturels* que acolhem tanto objetos (patrimônio construído) quanto tradições (patrimônio intangível) relevantes para a humanidade.

A formulação de novos conceitos (que passam a vigorar para a inscrição na Lista), então, passou a ser considerado fundamental no objetivo de equilibrar a Lista. Para a UNESCO (2000 e 2001), a introdução das *paysages culturels* tem conduzido à revisão do conceito de bem cultural porque dá uma nova dimensão e uma mudança de horizonte, por englobar distintos elementos do território e ser um ponto de referência para os homens no tempo. O conceito divide-se em *paysage historique d'évolution* e *paysage culturel d'association*. A *paysage historique d'évolution* forma-se de uma necessidade social econômica, administrativa e/ou religiosa que adquire sua forma atual em associação com o meio natural. Ela conserva uma função social ativa na contemporaneidade e está estreitamente ligada a maneira de viver tradicional. Nesse sentido, ela traduz um processo de evolução em curso. A *paysage culturel d'association* é caracterizada pelo fato de ser fortemente associada aos fenômenos religiosos, artísticos e culturais, mesmo na ausência de traços culturais tangíveis, ou da relação entre construções e natureza e os eventos históricos que abrigou. Sobre as *paysages cultureles* inscritas na Lista, podemos deixar como exemplo a Cordilheira das Filipinas (com a produção de arroz) e a cultura Hallstatt (extração do ferro e a produção do sal – foto 20).



Foto 20 – Vilarejo lacustre no Salzkammergut austríaco, a sudeste de Salzburgo. Fonte: [whc.unesco.org/fr/list/806](http://whc.unesco.org/fr/list/806)

Fica evidente que a UNESCO busca ampliar a possibilidade de inscrição na Lista, quando essas novas categorias tratam da interpretação da utilização do território, que é produto de uma sucessão de diferentes culturas e constitui o valor específico das *paysages historiques*. Essas categorias visam a satisfazer a exigência de incluir na Lista os sítios que mostram de maneira *exemplaire l'interaction entre l'homme et la nature*. Nesse sentido, os geógrafos são convocados para a discussão, de maneira que a UNESCO (2000, p. 06) aponta a necessidade dos Estados-parte se debruçarem sobre a nova visão de *experts, tels que des géographes et des anthropologistes* sobre o território e a paisagem. “Les catégories de paysages du patrimoine mondial ont été l’objet d’analyse académique et de critiques depuis 1992, et ont montré que’elles peuvent faire face à une analyse académique et qu’elles ont été internationalement reconnus” UNESCO (2000, p. 06).

Lembramos que já tratamos, no tópico 4.0, do conceito de *paisagem urbana histórica*, rediscutido em 2005, através do *Memorando de Viena – Patrimoine mondial et architecture contemporaine – Comme gérer les paysages urbains historiques*. Resta dizer que a UNESCO (2009c, p. 01-06, tradução nossa), em reexame do quadro de conservação do patrimônio urbano mundial, está preparando uma nova *Recommandation concernant la conservation des paysages urbains historiques*.<sup>109</sup> A experiência de quase quarenta anos da Convenção do Patrimônio Mundial recai sobre esse documento, que se funda sobre as novas

---

<sup>109</sup> Os seguintes documentos fazem parte da reavaliação do conceito no quadro da conservação urbana: “*Recommandation concernant la sauvegarde de la beauté et du caractère des paysages et des sites*, adoptée par la Conférence générale de l’UNESCO le 12 décembre 1962; la *Recommandation concernant la préservation des biens culturels mis en péril par les travaux publics ou privés*, adoptée par la Conférence générale de l’UNESCO le 20 novembre 1968; la *Recommandation concernant la protection sur le plan national du patrimoine culturel et naturel* (1972), adoptée par la Conférence générale de l’UNESCO de 16 de novembre 1972; et la *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*, adoptée par la Conférence générale de l’UNESCO de 26 de novembre 1976” (UNESCO, 2009c, p. 02).

dinâmicas em matéria de arquitetura e de desenvolvimento urbano, a fim de minimizar as pressões do avanço da urbanização, da relação entre mundialização e desenvolvimento local, do novo desenvolvimento incompatível com as paisagens urbanas históricas e *tourisme non durable et la dégradation de l'environnement*, além das mudanças climáticas. O novo documento, ainda, versará, enfaticamente, sobre a importância da função das comunidades na vida das *villes historiques* e sublinhará a necessidade de desenvolver aproximações integradas e coerentes dos valores imateriais associados às *paysages urbains historiques*.

É interessante notar que, no transcorrer da elaboração de documentos, discursos da conservação, difusão e problematização das novas categorias de paisagens a serem inscritas na Lista, em vista de seu equilíbrio, ocorre a *Convention européenne du paysage*, em 2000 (UNESCO, 2000a, p. 01-08), claramente em prol da projeção da *paisagem-mercadoria*. Se, por um lado, a ampliação dos conceitos por parte da UNESCO visa ao equilíbrio da Lista, por outro, os mesmos conceitos são discutidos em eventos, também da UNESCO, que consideram que “le paysage participe de manière importante à l'intérêt general, sur les plans culturel, écologique, environnemental et social, et qu'il consitue une *ressource favorable á l'activité économique, dont une protection, une gestion et un aménagement appropriés peuvent contribuer á la creation d'emplois*”.

Nota-se, mesmo reconhecendo a importância da valorização econômica das paisagens européias e mundiais, a preocupação da *Convention européenne du paysage* com a sua transformação a partir da evolução das técnicas de produção agrícola, silvícola, industrial e de mineração; práticas de transformação do território com o urbanismo, o transporte, as redes do turismo e do lazer. Em suma, reconhece-se que as transformações econômicas mundiais continuam acelerando a modificação das paisagens, ao mesmo tempo em que são valorizadas como atributos mercantis para o desenvolvimento econômico dos lugares especiais. Mais uma vez, verificamos a relevância de tratar, indiscutivelmente, da tríade que passa a representar a palavra valor; para nós, a palavra valor suscita não dois, conforme apontam, vastamente, os marxistas, mas três significados. Não podemos negligenciar um terceiro sentido dessa palavra, o valor simbólico, que, no limite, remete-nos à já discutida renda de monopólio que se busca estabelecer com a forja dos lugares especiais.

Faz-se importante um breve parêntese, referenciado em Hannah Arendt – *A Condição Humana* – para refletirmos sobre a “concretude” das ações que enredam, na contemporaneidade, as paisagens do mundo. Podemos dizer que as paisagens são obras de nossas mãos que fabricam “a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano” (ARENDET, 2010, p. 169). Conforme a autora, essas coisas, que constituem a paisagem humana, são objetos destinados ao uso, dotadas da durabilidade de que Locke

necessitava para o estabelecimento da propriedade, são dotadas do “valor” de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e dão testemunho da produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. Assim, a variedade de coisas que, somadas, constitui o artifício humano, não apresenta uma durabilidade absoluta, o uso que dele fazemos, embora não o consumamos, o desgasta, invariavelmente.

No limite, se não usarmos as coisas do mundo, elas também perecerão e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas, diz Arendt (2010). Caso abandonado à própria sorte ou descartado do mundo humano, o edifício se converterá num amontoado de concreto, e o concreto se desgastará e retornará à terra, de onde são extraídos os minérios e plantas que constituem o material de construção. Porém, embora o uso esteja vinculado à deterioração dos objetos, a deterioração não é o destino destes últimos, no mesmo sentido em que a destruição é o fim intrínseco de todas as coisas destinadas ao consumo. Para Arendt (2010), o que o uso desgasta é a durabilidade. Nessa perspectiva, a consagração do Patrimônio Mundial a partir da valorização dos territórios e das paisagens aparece como uma possibilidade de evidência das coisas do mundo, que têm sua durabilidade ameaçada, a própria “durabilidade do mundo”.

A paisagem passa a representar o mito da capacidade do turismo e do setor de serviços minimizarem as desigualdades socioespaciais históricas e estruturais que se consubstanciam nos territórios, quando, em realidade, está em questão a “durabilidade do mundo”. No denominado mercado global de cidades, o setor de serviços é apontado como um dos principais elementos promotores do desenvolvimento econômico (que se evidencia de maneira, cada vez mais, desigual). Sobre a criação de vagas de empregos a partir do turismo ou do setor terciário, Harvey (2004, p. 167) deixa claro que, após a década de 1960, as circunstâncias que regulam os salários passaram por grandes alterações. A desindustrialização da economia levou a radicais mudanças na circulação de capital nas cidades. Os empregados afastados do setor industrial passam a se inserir no chamado “setor de hospitalidades” – hotéis, turismo, convenções, museus – que formaram a base do esforço de redesenvolvimento urbano (o autor analisa o caso de Baltimore). Contudo, o que vigora, para esse geógrafo, é um amplo desemprego estrutural de longo prazo e a passagem ao emprego não-sindicalizado e feminino em tarefas não-especializadas de baixos salários, além do trabalho temporário que remunera ainda menos por semana, sem benefícios, gerando “pobres empregados”.

Retomando a análise da *Stratégie globale*, ela não se atém a reformulação ou proposição de conceitos, na tentativa de ampliação das possibilidades de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial por parte dos países sub-representados. Ao reconhecer que os Estados-parte que dominam a *Geografia do Patrimônio Mundial* mantém seu *apoderamento*

*territorial soberano*, pois guardam uma longa prática de conservação e possibilidades de investimentos econômicos no patrimônio, enquanto outros Estados-parte precisam dispor de seus poucos recursos integralmente à educação, à saúde ou à luta pelo controle da pobreza (quando o fazem), a UNESCO desenvolve mecanismos de auxílio financeiro através do Fundo do Patrimônio Mundial e de doações ao Fundo, uma segunda frente da *Stratégie globale*.

Para que tenhamos uma dimensão do Fundo do Patrimônio Mundial, a partir da UNESCO (2009d, p. 01-24), apontamos que o orçamento para o biênio 2010-2011 é de 6.672.357 dólares (EUA), além dos 28.091.560 dólares (EUA) que representa o Fundo Extra-Orçamentário, distribuídos conforme o quadro 07, abaixo. A *Stratégie globale* articula as atividades da Convenção em quatro eixos principais, aos quais se destina o orçamento, a saber:

- ***Crédibilité de la Liste du patrimoine mondial***
- ***Conservation des biens du patrimoine mondial***
- ***Renforcement des capacités des Etats parties***
- ***Communication***

Denominados *quatre C* – Credibilidade, Conservação, Capacidade e Comunicação – constituem uma orientação essencial em nível mundial, mas que devem ser conjugadas, sobretudo, em nível regional (UNESCO, 2004, p. 86, tradução nossa). No que diz respeito ao aspecto temático, a *crédibilité* é centrada sobre a representatividade. A *conservation* recobre os termos e conceitos da gestão: avaliação, economia, turismo, e problemas mais amplos da interação sociedade-patrimônio. É à conservação que a UNESCO destina a maior parcela dos orçamentos, conforme o quadro 07; os territórios mais favorecidos são: África, Territórios Palestinos, Pacífico.<sup>110</sup>

Os outros dois *C* são centrados sobre as tendências e os investimentos atuais em matéria de reforço de *capacités* e da *communication*. A leitura atenta aos documentos mostramos que os quatro *C* esbarram na tendência à já discutida *patrimonialização global*, onde a preservação e a conservação estão a serviço, sobretudo, das possibilidades da troca favorecidas pelo *brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cearização progressiva dos lugares promovidas pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação*. “Ainsi, une gestion saine contribue à la fois à la crédibilité et à la conservation du patrimoine mondial” (UNESCO, 2004, p. 86, tradução nossa).

---

<sup>110</sup> A prioridade da demanda é reservada aos países menos avançados (PMA) e aos países menos industrializados (PMI), que submetem a solicitação ao Comitê, para aprovação.

**Apresentação geral do Programa Orçamentário 2010-2011 para a  
Convenção do Patrimônio Mundial**

	Fundo do Pat.Mund (dólares EUA)	Fundo Extra-orçamentário estimado*** (dólares EUA)	UNESCO (Programa Ordinário) (dólares EUA)	TOTAL (dólares EUA)
<b>Ação 1</b>				
<b>Apoio aos Órgãos estatutários do Patrimônio Mundial</b>				
<b>1.1 Organização de Reuniões</b>	<b>3.956.357</b>	0	780.000	4.736.357
1.2 Estudos e avaliações	0	0	0	0
1.3 Gestão da informação	100.000	0	230.000	330.000
1.4 Carga comum da UNESCO	0	0	361.166	361.166
1.5 Despesas gerais	0	0	550.231	550.231
<b>TOTAL</b>	<b>4.056.357</b>	<b>0</b>	<b>1.921.397</b>	<b>5.977.754</b>
<b>Ação 2</b>				
<b>Proteção do Patrimônio Mundial</b>				
2.1 <b>Credibilidade</b> da Lista do Patrimônio Mundial	100.000	1.200.000	410.000	1.710.000
2.2 <b>Conservação dos bens do Patrimônio Mundial</b>	<b>2.095.000</b>	<b>24.498.960</b>	1.758.603	28.352.563
2.3 Reforço das <b>capacidades</b> nos Estados-parte	100.000	1.300.000	507.000	1.907.000
2.4 Sensibilização, participação e apoio ao público do Patrimônio Mundial para a <b>comunicação</b>	<b>321.000</b>	0	45.000	366.000
2.5 Custo de pessoal	0	1.092.000	7.779.400	8.872.000
2.6 Despesa geral de funcionamento	0	0	0	0
2.7 Carga comum da UNESCO	0	0	0	0
2.8 Despesas ligadas ao setor	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.616.000</b>	<b>28.091.560</b>	<b>10.500.003</b>	<b>41.207.563</b>
<b>GRANDE TOTAL</b>	<b>6.672.357</b>	<b>28.091.560</b>	<b>12.421.400</b>	<b>47.185.317</b>

Quadro 07 - Fonte: UNESCO (2009d, p. 02-24) / Organizado por Everaldo Costa.

\*\*\*Esse montante figura a título indicativo, pois compreende o acordo firmado com países doadores.

Ao se tratar de *Capacité et Communication*, devemos lembrar Berman (1986, p. 91). O autor afirmar que, se a burguesia já realizou aquilo que “poetas, artistas e intelectuais modernos apenas sonharam, em termos de modernidade”, ou se “realizou maravilhas que ultrapassam em muito as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas”, ou se “organizou expedições que fazem esquecer todas as migrações e as cruzadas anteriores” (MARX, *O Manifesto...*, p. 52), ela continua sua saga, favorecida pelo processo modernizante em franca expansão, que cobre todo o globo terrestre, como nunca na história humana, tornando seres, coisas, ideologias, costumes e cotidianos os mais novos produtos do mercado mundial – lógica envolvente da *patrimonialização global*, à qual a UNESCO é causa e efeito, protagonista e refém.

Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não tem em si senão um interesse transitório e intermediário. (BERMAN, 1966, p. 92)

Devemos resgatar, também, Adorno (1970) ao dizer que, o que temos por patrimônio e arte, hoje, têm em comum com a sociedade, mais que sua objetividade, a aparição das forças produtivas, no íntimo dessa materialidade (absorção das técnicas, o avanço científico, controle político dos territórios). Porém, as técnicas não favorecem apenas

o progresso, quando vigora o antagonismo dentro da constituição das forças produtivas humanas. É nesse antagonismo que se patenteiam os lugares a partir dos órgãos internacionais de turismo ou de patrimônio. Os lugares “homologados”, autorizados dentro de normas de segurança ou acesso, ganham maior valor relativo de venda nas redes mundiais do turismo (SILVEIRA, 1997). A valorização dos lugares turísticos é desencadeada, pois, pela *dialética da construção destrutiva*, que captura os lugares por meio de lógicas alienadas e alienígenas de ordenamento territorial pelo e para o turismo, na perspectiva do antagonismo das forças produtivas.

A dialética é fundamental para o entendimento dessa *Stratégie globale*. Através dela somos capazes de ver que a universalidade sempre existe em relação à particularidade: são inseparáveis, ainda que constituam momentos distintivos de nossas operações conceituais e nossos engajamentos práticos, como também aponta Harvey (2004) e podemos aplicar ao entendimento das ações voltadas ao Patrimônio Mundial. Os conceitos de *dialética da construção destrutiva* e *patrimonialização global* (como complementares) estão intimamente ligados à passagem do universal ao particular, na busca de entendimento da singularidade, da ‘tradução’ do que se consagra como irreplicabilidade hoje, quando adota-se uma *stratégie* que visa a minimizar os desequilíbrios da Lista e o objetivo não é alcançado. É uma espécie de tensão criativa e destrutiva, simultânea; uma força mobilizadora no âmbito da qual as instituições globais do patrimônio fazem a mediação, a fim de reivindicar direitos e apontar possibilidades, sobrepondo-se aos indivíduos e às comunidades em nome de um princípio universal. Lembra-nos Sánchez (2003) que os territórios que estão sendo ordenados, dos quais participam como atores as organizações internacionais junto ao Estado e às empresas, reorganiza os fatores de dominação inerentes à hierarquia dos atores e dos lugares. Esse reordenamento tende a impor uma racionalidade que tem a escolha de lugares específicos como instrumento privilegiado.

Os lugares patrimonializados e transformados em alegoria da vida são reduzidos a cenários do fetiche; é a negação na pura afirmação do *capital simbólico*, histórica e socialmente produzido. É a contradição desnudada pelo método dialético adotado na tese. Pressiona-se a cultura para o presente, valoriza-se o transitório, o imediato, o encantamento com o que é passageiro e leve. Assim, a *Stratégie globale* é a afirmação e a negação do estabelecimento da vida efêmera de lugares seletos, é o incentivo e o impedimento à guerra dos lugares, ao desenvolvimento da economia urbana, onde a cultura tornou-se mote propulsor. Em suma, a *Stratégie globale* é a possibilidade e a impossibilidade do ingresso de todos os lugares nos roteiros internacionais de turismo.



Esse olhar é direcionado pelo entendimento da simultaneidade entre materialidade e temporalidade sociais na constituição do espaço geográfico, sendo incoerente, pois, tratar os lugares, basicamente, como objetividade particular do mundo. A leitura do ordenamento do território urbano de Ouro Preto e Diamantina, a que se propõe a tese, pois, não pode ser vista como um palco, um reflexo endógeno, um espelho da dinâmica e da consciência sociais locais, apenas. Há de se considerar tal organização das cidades em seu processo social-histórico dinâmico e universal.

Retomando a prática da *Stratégie globale*, ela construiu, particularmente, também uma *stratégie globale de formation* que envolve: *cadre de principes, stratégies et programmes internationaux, stratégies et programmes de formation régionaux, définition claire des rôles, stratégie générale de financement et d'exécution* (UNESCO, 2000a, p. 07).

Sobre esses pontos, mencionaremos as principais características que aparecem nos documentos para uma *stratégie globale de formation*. Essa formação não se refere unicamente a dotar os especialistas do patrimônio de maior competência. Ela é direcionada às pessoas que assumem um posto de responsabilidade perante o patrimônio, cujas decisões recaem, diretamente, sobre a conservação e a preservação dos bens. Fica claro na documentação consultada que as estratégias de formação devem levar em conta as necessidades e a compreensão dos políticos, dos administradores, dos proprietários privados e públicos, dos promotores dos lugares, dos banqueiros e dos empreendedores, dos artesãos e dos comerciantes, do grande público, etc. além dos especialistas responsáveis pelos sítios.<sup>111</sup> Reza-se que a formação seja interdisciplinar e inter-setorial a fim de estimular o diálogo entre atores envolvidos (UNESCO, 2000a, p. 09, tradução nossa).

A grande crítica mundial que a própria UNESCO (2000a) reconhece que lhe é feita diz respeito aos programas de formação e de educação pouco apoiados ou desenvolvidos junto às universidades, que deveriam constituir numa rede global de formação para o Patrimônio Mundial a partir das instituições. Afirma o documento que a relação com as universidades favoreceu o estudo mais aprofundado de algumas regiões, o que levou a um favorecimento de ajuda financeira do Comitê (por exemplo: África Subsaariana, Ásia do Sudeste, cidades históricas da América Latina e as cidades históricas do Nordeste da Europa). Logo, considera-se que a *stratégie globale de formation* deve ser reconhecida como um processo, mais do que um resultado ou uma série de resultados.

---

<sup>111</sup> Essa *formation* deve compreender as atividades pedagógicas convencionais, além de seminários ou de fóruns que ofereçam a possibilidade de diálogos, a produção e utilização de materiais escritos e audiovisuais de diferentes formatos e em diferentes fontes ou de veículos que favoreçam o fortalecimento de redes de troca de comunicação. (UNESCO, 2000a, p. 09).

Nesse processo que é a *stratégie globale de formation*, a UNESCO (2000a) aponta para a América Latina e reconhece que no México, em Cuba, na Venezuela, na Colômbia, no Equador, no Peru, no Chile, na Argentina e no Brasil foi formada uma importante rede de comunicação entre instituições para compartilhamento de experiências sobre conservação de sítios históricos. Cita Recife, no Brasil, que desenvolveu uma capacidade institucional individual para atender a educação à distância para o patrimônio, na qual a Universidade Federal de Pernambuco tem papel preponderante.

Por fim, ao considerarmos que a história que se passa, nesse exato instante, em qualquer lugarejo do planeta, não se restringe aos limites do mesmo, ela vai muito além, precisamos referenciar Santos (2008). Para o autor, a história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos. É nessa perspectiva que entendemos Ouro Preto e Diamantina, como produtos do processo aqui denominado *patrimonialização global*, do qual a UNESCO é peça fundamental, direta ou indiretamente ligada ao movimento universal da preservação, mercantilização e ressignificação dos lugares. Tratar, pois, do planejamento urbano em interface com as políticas de patrimônio nas referidas cidades, sem pensar no contexto universal que as mesmas se inserem, representa uma negligência com o próprio método dialético, que não considera os fenômenos fixados, mas mediatos e derivados, como afirma Kosík (1976).

O desenrolar dos processos históricos são acompanhados por contradições e jogos relacionais simultâneos frutos da necessidade de expansão do capitalismo, que rebatem sobre os territórios; a discussão apontada neste capítulo insere-se nesse contexto, e daremos continuidade. Tratar Ouro Preto e Diamantina (patrimônios culturais da humanidade), na seara da Geografia, desconsiderando a lógica que constrói o Patrimônio Mundial seria, no mínimo um equívoco metodológico, quando, como afirmou Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*, nas teses, de um modo geral, e em todos os níveis, em praticamente todos os centros e faculdades, o mundo é quase ignorado. O conhecimento não se reduz à contemplação local de um fenômeno e a realidade não se examina na imagem física do mundo; não podemos negligenciar a “práxis objetiva da humanidade” (KOSÍK, 1976), a qual tem uma de suas facetas no atual processo de *patrimonialização global*.

Assim, tratar da *Geografia do Patrimônio Mundial* e da *stratégie* para sua regulação, do papel dos *arquitetos do mundo* nessa conformação, ou da renda de monopólio que se objetiva na construção de lugares irreplicáveis, justifica-se pela exigência da dialética, enquanto método adotado na tese. Como diz Kosík (1976), a dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem, segundo o autor. Para chegar

à sua compreensão (Ouro Preto e Diamantina enquanto totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”, no caso), é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por esse motivo, o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa (KOSÍK, 196); com isso não pretendemos apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade urbana ou do ordenamento de territórios, mas, especialmente, e sobretudo, tratar da práxis humana que os encerra – o que exige uma análise na perspectiva da construção da universalidade através da particularidade e vice-versa.

#### 4.4– Da *Liste du Patrimoine Mondial en Péril* como resultante do desenvolvimento geográfico desigual

A um fato se sucede outro, os fatos representam instabilidade, movimento. Conforme Santos (2008), por trás de uma fotografia, de uma situação, há o movimento. O processo é a própria história, a luta entre contrários, movimentos que se chocam e criam uma nova realidade. Para Santos (2008), o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado são três das grandes contradições de qualquer situação, são três pares dialéticos referentes ao fato geográfico. É com essa noção de processo que tentamos desnudar o contexto mais amplo ao qual estão inseridas Ouro Preto e Diamantina, consagradas como Patrimônio Mundial. Essas cidades, ao serem consagradas como de *valeur universelle exceptionnelle*, são impactadas pelas resultantes das ações dos potenciais instrumentos globais de patrimonialização, como a Convenção do Patrimônio Mundial, a Lista do Patrimônio Mundial, *l'Stratégie Globale* e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo – LPMP (à qual Ouro Preto esteve na iminência de ser inserida, no ano de 2003), sobre a qual trataremos neste tópico.

A análise realizada até o momento permite-nos verificar uma potência global de patrimonialização que estabelece uma sinergia entre ações e resultados que, no limite, leva à mescla dos usos e das apropriações coletivas – com uma tendência à mercantilização da paisagem urbana histórica – dos territórios do patrimônio (afirmação que se baseia nas análises desenvolvidas sobre as cidades-patrimônio de Minas Gerais). Se, na busca do equilíbrio da Lista do Patrimônio Mundial, a *Stratégie globale* estimula novas inscrições de bens por parte dos Estados sub-representados na UNESCO, o que favorece o *frénésie* pela Lista também pelos países em desenvolvimento, por outro lado, há a dinamização dos fluxos de capital, pessoas e mercadorias para tais lugares, podendo gerar pressão sobre os sítios e, em casos específicos, desigualdades socioespaciais. É essa nova dinâmica uma das instâncias favorecedoras da inscrição de tais bens na *Lista do Patrimônio Mundial em Perigo*, quando as cidades ou países não apresentam uma propícia política nem uma economia de subsídio aos altos custos e às tramas de interesses que enredam a gestão do patrimônio, que deveria passar a vigorar. Em âmbito universal, *l'Liste du Patrimoine Mondial en Péril* é a explicitação escancarada da *dialética da construção destrutiva*, ou seja, a evidência da contradição latente entre a “preservação” e a mercantilização, a busca da democratização e da “elitização” do patrimônio urbano, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente; é a resultante do desenvolvimento geográfico desigual que reflete na geografia do Patrimônio Mundial.

O que chamamos *dialética da construção destrutiva* – enquanto um processo que nos remete ao *frénésie* contraditório da *patrimonialização global* e que visa a “preservação” pela mercantilização dos lugares, ressignificando-os – diz respeito a uma decadência da missão social confiada à arquitetura, sua ressignificação na abstração – fenômenos que são condicionados histórico-socialmente pelo capitalismo, como referencia Lukács (1967). É um movimento que tem como direção a tendência à minimização da arquitetura como uso e arte para sua recriação como mercadoria. O patrimônio cultural ou natural e a cidade antiga entram no processo de mudança qualitativa produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas dentro do modo de produção vigente com sua hegemonia.

Devido à complexidade dessa lógica, verificamos a necessidade deste quarto capítulo da tese, com seus sub-capítulos que tratam dos principais mecanismos de consagração do Patrimônio Mundial, aos quais também respondem as cidades-patrimônio referenciadas, entendidas enquanto totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”. O que não podemos perder de vista, nem por um só instante, é que os mecanismos universais da patrimonialização correspondem, em essência, à lógica da globalização, que é a expansão e a seleção, em um planeta que, por sua própria natureza, é marcado pela diversidade, em termos tanto geográficos e climáticos como históricos (HOBSBAWM, 2009).

É nessa expansão e seleção, que acompanha a tendência do “capitalismo globalitário”, que as ações da *Stratégie globale* abrangem, especialmente, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), a África, os Países Nórdicos, a América Latina e o Pacífico. Expansão e seleção que, ao cancelar essas nações, imprimem uma nova lógica territorial urbana e leva alguns deles à Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, sendo, mais uma vez, divulgados mundialmente.

O Departamento de Ajuda Econômica e Social da ONU (Organização das Nações Unidas) denominou 52 pequenos Estados insulares divididos em três regiões geográficas: o Caribe (com 23 Estados), o Pacífico (com 20 Estados) e a denominada Região de AIMS – África, Oceano Índico, Mediterrâneo e o Mar da China Meridional – com 9 Estados. Contudo, no contexto da Convenção do Patrimônio Mundial e para o trabalho da *Stratégie globale*, a lista dos PEID compreende **38 Estados-Parte autônomos** nas regiões da África, Ásia-Pacífico e Caribe, sub-representados na Lista do Patrimônio Mundial<sup>112</sup> (UNESCO, 2009f, p. 02-03, tradução nossa). Vejamos o panorama geográfico da expansão e seleção também

---

<sup>112</sup> “AFRIQUE (5): Cap-vert; Comores; Maurice; São Tomé-et-Prince, Seychelles. ASIE et PACIFIQUE (19): Îles Cook; Fidji; Kiribati; Maldives; Îles Marshall; Micronésie; Nauru; Niue; Palau; Papouasie-Nouvelle-Guinée; Samoa; Singapour; Îles Salomon; Timor-Leste; Tokelau; Tonga; Tuvalu; Vanuatu; avec l’ajout dans ce rapport de Bahrein (États arabes). CARAIBES (13): Antigua-et-Barbuda; Bahamas; Barbades; Cuba; Dominique; République Dominicaine; Grenade; Haiti; Jamaïque; Saint-Kitts-et-Nevis; Sainte-Lucie; Saint-Vicent-et-les-Grenadines; Trinité-et-Tobago” (UNESCO, 2009f, p. 02).

conduzida pela UNESCO, a fim de endossar e equilibrar a Lista do Patrimônio Mundial e, por consequência e paradoxalmente, a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

Depois da *Stratégie globale pour une Liste du Patrimoine Mondial équilibrée, représentative et crédible* o Centro tem buscado planos de ações regionais ligadas ao patrimônio mundial nos PEID; planos que difundem a função da cultura no *développement durable* dos pequenos Estados insulares. O apoio da UNESCO a esses pequenos países diz respeito à criação de políticas gerais integradas em matéria de patrimônio natural, cultural, imaterial e móvel, e contribui com a localização de atividades associadas ao Patrimônio Mundial sobre as Ilhas do Caribe, do Atlântico, dos Oceanos Índico e Pacífico – sub-representados na Lista. Isso implica, também, em assistência técnica para preparação de listas indicativas e de proposição de inscrição.

Nesse contexto, o quadro 08 aponta para o resultado dessa política da UNESCO. Em 2005, 29 Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) eram Estados-parte na Convenção. Em 2009, São Tomé e Príncipe (África) e as Ilhas Cook (Pacífico) ratificam a Convenção, totalizando 31 Estados-parte. No mesmo ano, dez Estados-parte submeteram novas listas indicativas (3 da África, 5 do Pacífico e 2 do Caribe), totalizando 24 listas indicativas submetidas ao Comitê do Patrimônio Mundial. Além disso, cinco novos bens são inscritos na Lista, chegando a um total de 21 Estados-parte representados na Lista.

		PEID da África	PEID da Ásia e Pacífico	PEID do Caribe	TOTAL
Ratificações	2005	4	13	12	
	2009	1	1		31
Listas Indicativas	2005	2	5	7	
	2009	3	5	2	24
Inscrições	2005	2	2	12	
	2009	2	2	1	21

Quadro 08 - Fonte: UNESCO (2009f, p. 05) / Organizado por Everaldo Costa.

Como resultado, há a ratificação de novos países à Convenção do Patrimônio Mundial, a elaboração de novas listas indicativas, a promoção de novas inscrições na Lista, a elaboração de manuais que cobrem módulos relativos ao turismo e ao planejamento preventivo de riscos às *paysages culturels et aux villes historiques*. A UNESCO (2009f) reconhece como maior resultado da estratégia – *ses fruits* – a submissão de mais proposições de inscrição e a elaboração de um projeto experimental *Mise en valeur de notre patrimoine – Échanges d'expériences* financiado pela Fundação Shell, entre os anos de 2004-2008, que buscou desenvolver iniciativas de proteção dos sítios do patrimônio mundial natural. Fica explícito nos documentos que a preocupação maior se destina a *garder cette dynamique* de

novas proposições para a Lista a partir dos países em desenvolvimento, além de promover a comunicação e o acesso à informação para incluir todos os PEID no que a UNESCO (2009f) denomina *Rede do Patrimônio Mundial*, à qual estão incorporadas Ouro Preto e Diamantina.

É digno de nota que a própria UNESCO (2000a) reconhece que o sistema de proteção do patrimônio cultural nesses países reflete um *stade précaire*, diante de desastres naturais de grande envergadura, devido às condições climáticas extremas (temperaturas e umidade elevadas nas regiões tropicais e subtropicais, ou condições de aridez nas regiões desérticas) e os tremores de terra. A diversidade política, social e lingüística das regiões representa outro entrave, quando as línguas de trabalho internacional como o inglês e o francês não são de uso corrente nas regiões.

Frente a todas as dificuldades, está em andamento a criação do Fundo do Patrimônio Mundial para o Pacífico (UNESCO, 2009g, p. 01-05), cujo *Plan d'action* propõe:

- Favorecer o diálogo entre as comunidades, os agentes privados e as organizações na região do Pacífico, em benefício *de la communauté mondiale*.
- Promover a autonomia das comunidades locais para uma sensibilização das ***vantagens da preservação*** de seu patrimônio, além de encorajar a participação comunitária (*en particulier des jeunes et des femmes*) para todas as etapas do processo do Patrimônio Mundial.
- Identificar os *sites potentiel* possíveis para se aumentar o número de proposições de inscrição, a fim de melhorar a representação da região sobre a Lista.
- ***Preparar as comunidades para desenvolverem trabalhos no sentido da exploração econômica do patrimônio.***
- Criação de redes de comunicação entre as ilhas.
- ***Integrar o patrimônio na lista mais geral das prioridades de desenvolvimento, assegurando a promoção do patrimônio no meio político.***

Com relação à África, já existe um Fundo para o Patrimônio Mundial Africano (FPMA), criado em 2006, para a conservação e a proteção eficaz do patrimônio do continente. O Fundo visa a *améliorera aussi sa visibilité sur la scène internationale* (UNESCO, 2009h, p. 01-06). Apesar da busca de melhora da visibilidade internacional da África e do patrimônio africano, o site do FPMA opera em inglês e operará em francês (UNESCO, 2009h), apenas duas línguas; além dos cadernos de promoção do Fundo serem impressos em inglês, francês e árabe. Verificamos que as ações da UNESCO para a África – região sub-representada na Lista – estão dirigidas, também, à ampliação da Lista do Patrimônio Mundial, de forma a *amélioration du nombre et de la qualité des propositions d'inscription* (UNESCO, 2009h, p. 03).

Também é notória a estratégia de parceria do FPMA com o Banco de Desenvolvimento da África do Sul para atender às necessidades de infraestruturas para o desenvolvimento turístico dos sítios do Patrimônio Mundial. A UNESCO (2009h, p. 05, tradução nossa) explicita que estão em curso projetos destinados à consolidação de melhores formas de valorização do patrimônio africano como destinações turísticas para *exploiter les opportunités économiques et les bienfaits que le tourisme peut apporter aux zones (souvent) rurales*.

O FPMA, juntamente com o Banco de Desenvolvimento da África, sustentam 17 projetos em quinze países, executados com o apoio de instituições nacionais e regionais (aos moldes do Programa Monumenta – República Federativa / BID –, no Brasil, que será tratado no quinto capítulo). Tais projetos procuram catalisar a inscrição de qualidade dos bens africanos na Lista e trata de questões de conservação e gestão do patrimônio (UNESCO, 2009h, p. 05, tradução nossa). Dentre os problemas principais apontados pela UNESCO para, sobretudo, a África Subsaariana, destacam-se:

- *Os hommes politiques e as coletividades locais não têm consciência da função econômica e social da conservação em franca expansão.*
- Os inventários nacionais do patrimônio cultural são incompletos ou inexistentes.
- A falta de planejamento e gestão da conservação leva à degradação do patrimônio.
- *Não há estratégias eficazes para un tourisme durable, de interesse tanto para as comunidades locais quanto para o patrimônio em si.*
- Falta de profissionais (*architectes, archéologues et planificateurs*) e artesãos competentes, capazes de executar intervenção e reparação com utilização de métodos e materiais tradicionais.
- Faltam recursos para se manter um nível de conservação aceitável.

No que diz respeito à América Latina, a UNESCO (2004, p. 18, tradução nossa) afirma que diversos fatores contribuem para uma degradação considerável de seu patrimônio. Dentre tais fatores, aponta o aumento demográfico, a planificação limitada e a forte dependência da exploração dos recursos naturais. Sobre os principais problemas ambientais das zonas costeiras e marítimas da América Latina e Caribe, destacam-se a conversão e a destruição do habitat, causados pelo turismo, o desenvolvimento de infraestruturas, a urbanização, a agricultura, a super-exploração da pesca. Reconhece-se, também, que essa situação agrava-se devido aos problemas das mudanças climáticas e do aumento do nível dos mares, em particular no Caribe.

Diante desse quadro, a UNESCO, em 2004, apresentou um estudo com o panorama do Patrimônio Mundial da América Latina e Caribe, considerando, inclusive a



disposição dos *banques de développement et institutions financières régionales et internationales* em financiar grandes projetos de investimentos; quadro no qual se insere o financiamento do Programa Monumenta, no Brasil.

No contexto de 176 Estados-parte do mundo à época, na Convenção, a América Latina e Caribe se fizeram presentes com 31 Estados-parte. Através da tabela 03, identificamos o número crescente de adesões, por ano, à Convenção, tanto em nível global, quanto da América Latina, que apresentou suas adesões, especialmente, nos primeiros vinte anos da Convenção. A tabela 04 aponta-nos uma equidade no que diz respeito ao número de inscrição de bens, por ano, na Lista do Patrimônio Mundial, pela América Latina, quando há uma tendência ascendente de inscrição, especialmente pela Europa e América do Norte, como já apontado. Os anos de 2000 e 2001 foram os de maior número de inscrições de bens na LPM, em todo o mundo e na América Latina, como se pode ver na tabela 04.

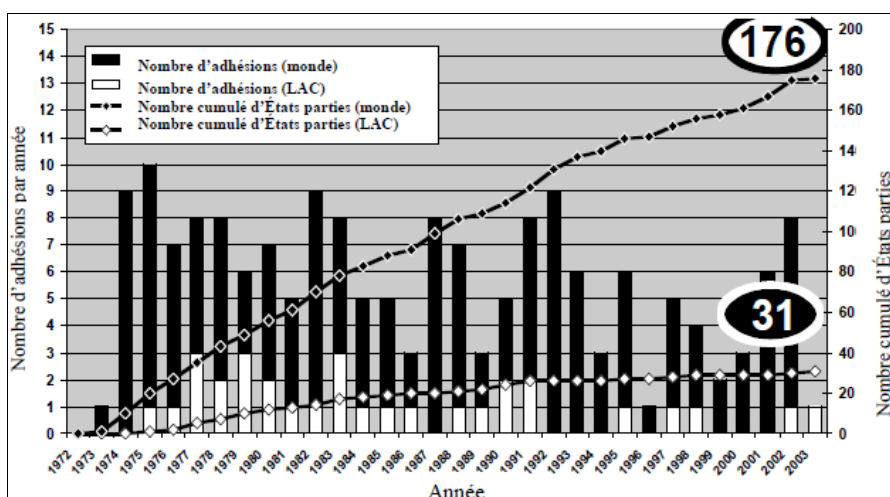


Tabela 03 - Fonte: UNESCO (2004, p. 25)

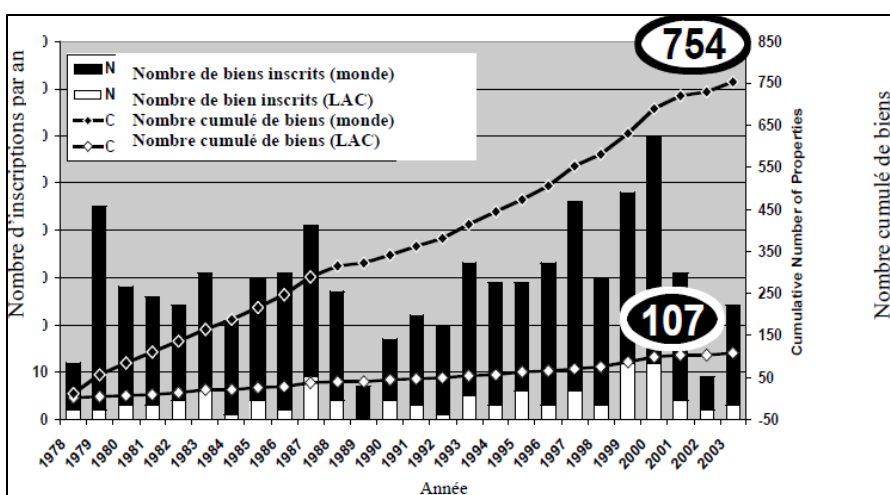


Tabela 04 - Fonte: UNESCO (2004, p. 29)

Nesse movimento global pela preservação e conservação do patrimônio, foram acordadas, entre os anos de 1979 e 2005, 361 demandas de assistência internacional ao patrimônio, na América Latina e Caribe. A América do Sul (cujo maior beneficiado é o

Brasil) recebeu 55% do montante dessa assistência, 30% a América Central/México e 15% o Caribe. O caso do Brasil é justificado pela UNESCO (2004) em virtude dos cursos de formação regionais especializados na conservação do patrimônio cultural e territorial, organizados em Salvador (CECRE – Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos), na Bahia, e em Recife (CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada), no Pernambuco. Entre os anos de 1979 e 2005, as demandas para o Patrimônio Mundial da América Latina foram as seguintes:

SUB-REGIÃO	NÚMERO DE DEMANDAS	MONTANTE ACORDADO (DOLÁRES)
América Central / México	109	2.100.332
Países do Caribe	54	1.112.889
América do Sul	198	3.824.855
TOTAL	361	7.038.076

Quadro 09 - Fonte: UNESCO (2004, p. 42) / Organizado por Everaldo Costa.

É interessante notar, ainda, a criação da Fundação Nórdica (composta por Dinamarca, Finlândia, Suécia, Islândia, Noruega), que objetiva a sustentar o trabalho da Convenção do Patrimônio Mundial e, mais uma vez, promover ações em prol do equilíbrio da Lista do Patrimônio Mundial, atuando nas regiões supracitadas (Ásia-Pacífico, África, Caribe). Dentre suas principais atividades está a sustentação técnica e financeira do Fundo Africano do Patrimônio Mundial, além do desenvolvimento de um *Plan Tourisme* para a África. Essa Fundação coleta os fundos de recursos bilaterais, multilaterais e privados; visa, pois, a regulamentar uma ampla política em matéria de doações e implementação da sensibilização pelas questões de desenvolvimento econômico atrelada ao trabalho da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2009i, p. 02-04, tradução nossa).

Marx e Engels afirmam que é empiricamente demonstrável o fato de que os indivíduos, com a extensão da atividade para uma atividade histórico-mundial, foram cada vez mais submetidos a uma estranha força, “uma opressão que representavam como uma travessura do chamado Espírito universal, um poder que se faz cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*” (*Ideologia...*, p. 64). Nesse sentido, pode-se afirmar que a aura dos lugares sofre mutações ao longo do processo histórico da sua existência, de forma a representar a riqueza e a precariedade das relações efetivamente postas no decurso do tempo, sobre os territórios. A *patrimonialização global* – da qual faz parte a UNESCO – favorece essas mutações.

Quando as ações da *Stratégie globale* abrangem os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), a África, os Países Nórdicos, o Pacífico e o Oriente Médio, na busca de um equilíbrio da Lista do Patrimônio Mundial, ou seja, globalizando a chancela da UNESCO, favorecem, simultaneamente, uma nova lógica territorial que, no caso de

despreparo do quadro técnico, humano e financeiro do Estado-parte, o mesmo é novamente chancelado e projetado universalmente, só que, agora, com a marca da *Liste du Patrimoine Mondial en Péril*. Ao observarmos os países que solicitaram assistência financeira à UNESCO, entre 2008 e 2009, ficam explícita e implícita, respectivamente, tanto a carência econômica quanto o despreparo técnico das regiões apontadas neste tópico, para a conservação de seu patrimônio. Há um predomínio de países africanos e latinos: Angola, Guiné-Bissau, Etiópia, República Democrática da Coreia, Ucrânia, Cazaquistão, Colômbia, Egito, Jordânia, Índia, Turcomenistão, Camboja, Vanuatu, Bósnia Herzegovina, México, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Cuba (3 assistências), Bangladesh, China, Camarões, Benim, República Árabe, Síria, Sudão, Samoa, Venezuela, São Vicente e as Granadinas, Malavi, Paraguai, Argentina, Srilanka, Afeganistão, Irã, Paquistão e Moçambique (UNESCO, 2009j, p. 09-14, tradução nossa).

Também faz-se importante notar que, o Brasil, nesse amplo quadro da *patrimonialização global*, da *Stratégie globale*, envolto pela tendência do “tudo é ou pode se tornar patrimônio”, manifesta-se favorável ante a UNESCO, encaminhando uma lista indicativa com 17 novos bens ao Patrimônio Mundial (UNESCO, 2009k, p. 26-27), o que, se fosse aprovada, teria duplicado nossos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. São apontados para uma possível inscrição os seguintes locais: Estação Ecológica Anavilhanas (arquipélago fluvial da Amazônia), Cânion do Rio Peruaçu (Minas Gerais), Cavernas da Área de Preservação Ambiental Peruaçu/ Veredas do Parque Estadual do Peruaçu (bem misto), Igreja e Monastério de São Bento (Rio de Janeiro), Conjunto Arquitetônico de Turismo e Lazer da Lagoa da Pampulha (Belo Horizonte), Rota do Ouro de Parati (*paysage culturel* - Rio de Janeiro), Conventos Franciscanos do Nordeste Brasileiro, Palácio da Cultura (Rio de Janeiro), Parque Nacional da Serra da Bocaina (São Paulo e Rio de Janeiro), Parque Nacional do Pico da Neblina (Amazônia), Rio de Janeiro Cultural (*paysage culturel*), Reserva Bilógica do Atol das Rocas (Rio Grande do Norte), Parque Nacional da Serra da Canastra (Minas Gerais), Parque Nacional da Serra da Capivara (bem misto), Parque Nacional da Serra do Divisor, Estação Ecológica de Taim (Rio Grande do Sul) e Estação Ecológica do Raso da Catarina (Bahia). Como vimos no tópico anterior, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Brasília, em 2010, o Conjunto Monumental da Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), foi o único bem inscrito, na Lista.

Longe de bestializar as ações da UNESCO, o que precisamos entender é a lógica que rege essas ações e os resultados advindos, ao criar mecanismos que dão suporte à *patrimonialização global*. É preciso fixar que ainda temos o Estado como reflexo, em forma condensada, das necessidades econômicas da classe que domina a produção. No Estado,

corporifica-se diante de nós o primeiro poder ideológico sobre os homens. A sociedade cria órgãos para a defesa de seus interesses comuns, face a ataques multilaterais (poder do Estado); órgãos que, por vezes, se convertem em instrumentos de determinadas classes e, mais diretamente, impõe o domínio de classe. Para Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, toda ideologia surge e se desenvolve tendo por ligação uma base material das idéias existentes, desenvolvendo-a e transformando-a por sua vez; se não fosse assim, não seria uma ideologia, isto é, um trabalho sobre idéias conhecidas como entidades dotadas de substância própria, com um desenvolvimento independente e submetidas tão-somente às suas próprias leis.

Assim, temos a Consagração do Patrimônio Cultural da Humanidade, que é produto acabado e em transformação pela universalização que parte de um centro de poder e decisões que é a Europa com seus organismos do “governo global”, suas agências multilaterais – caso da UNESCO, que, juntos, perfazem a capacidade de um *apoderamento territorial soberano*. Há uma espécie de consagração veladamente outorgada pelos centros hegemônicos do capitalismo avançado; uma consagração aceita pelas necessidades das governanças locais – que também velam os objetivos preponderantemente mercantis com o discurso da preservação de bens universais para o bem comum, na prática a teoria é outra. A história corrente aponta para o último reduto dos bens culturais do mundo, sua difusão pelo mercado global de cidades.

É interessante refletirmos sobre a análise de Hannah Arendt, em *Homens em tempos sombrios*. Diz a autora que a desintegração do mundo ou a dissolução dos valores é o resultado da secularização do Ocidente (no tópico 1.2 tratamos da ressignificação da arquitetura, nesse sentido). Ao longo desse processo, perdemos a crença em Deus. E mais, a secularização despedaçara a visão de mundo platônica que postulava um “valor” supremo, absoluto e, portanto, não terreno, o qual confere a todas as ações do homem um “valor relativo” estabelecido dentro de uma hierarquia de valores. Nesse sentido, o Patrimônio Mundial torna-se reflexo de cada fragmento remanescente da visão de mundo religiosa e platônica que agora reivindica o absoluto – o equivalente geral de valor, o dinheiro, que passa a representar o patrimônio. O Patrimônio Mundial acaba por integrar a “anarquia de valores” discutida por Hannah Arendt, onde cada um deve passar a seu bel-prazer de um sistema fechado e coerente de valores (locais) para um sistema mais especializado e pretensamente sinérgico (universal).

No limite, podemos dizer que a causa da UNESCO pelo patrimônio – assim, a promoção do *frénésie* dos países em desenvolvimento pela Lista do Patrimônio Mundial – conduz, seguindo os princípios e a tendência contraditória do capitalismo, à Lista do

Patrimônio Mundial em Perigo, para os continentes mais pobres do globo; da mesma maneira que, fazendo um trocadilho com Arendt (2008) –, a causa da filosofia da arte pela arte conduz, se tiver a coragem de seguir seus princípios até suas conclusões lógicas, à idolatria da beleza. “Se calhar de considerarmos o belo em termos de tochas ardentes, estaremos preparados, como Nero, para atear fogo a corpos humanos” (ARENDDT, 2008, p. 132).

Após essa análise das ações voltadas às regiões sub-representadas na Lista do Patrimônio Mundial, passemos à problematização da “boa” representação das mesmas regiões na *Liste du Patrimoine Mondial en Péril*. Contradição que resulta da tendência da transformação das paisagens em objetos de contemplação, da estetização do mundo que muda a natureza das relações dos grupos com o espaço, como faz referência Claval (2007). Às preocupações de funcionalidade econômica e social e às relações de mensagens simbólicas localizadas é acrescentada uma “dimensão simbólica global” – para usar um termo de Claval (2007) – o que envolve o Patrimônio Cultural da Humanidade, na perspectiva da relação entre o uso e a troca

Diz a *Convention du Patrimoine Mondial*, de 1972, que cada um dos Estados-partes deve reconhecer que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural, situado sobre seu território, lhe incumbe primordialmente. Tais países devem tudo fazer para esse fim, tanto por seu próprio esforço, utilizando o máximo dos recursos disponíveis, quanto mediante a assistência e cooperação internacional de que possa se beneficiar, notadamente nos planos financeiros, científicos e técnicos. O Comitê organiza, mantém em dia e publica, quando exigem as circunstâncias, sob o título de “*Lista do Patrimônio Mundial em Perigo*”, uma lista dos bens constantes da Lista do Patrimônio Mundial para cuja salvaguarda sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência. Nessa Lista do Patrimônio Mundial em Perigo serão incluídos bens do patrimônio cultural e natural que estejam ameaçados de perigos sérios e concretos, tais como risco de desaparecimento devido à degradação acelerada, projetos de grandes obras públicas ou privadas, *rápido desenvolvimento urbano e turístico*, destruição propiciada por mudanças de utilização ou de propriedade da terra (UNESCO, 1972).

A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo favorece o aumento das chances de obtenção de assistência do Fundo do Patrimônio Mundial. Os bens podem ser inscritos devido a catástrofes naturais, riscos naturais (como as mudanças climáticas), conflitos armados e ocupação militar, pressão ocorrida pelo desenvolvimento urbano agressivo, falta de interesse ou abandono. Conforme a UNESCO (2009, p. 05, tradução nossa), o desenvolvimento urbano agressivo constitui-se no maior problema para os bens

culturais do mundo. A duração da inscrição do bem na Lista em perigo pode durar de dois a mais de vinte anos. Jerusalém está inscrita na Lista desde 1982.

Conforme a UNESCO (2009I), entre os anos de 1994 e 2004 (período marcado por conflitos armados e grandes catástrofes naturais) um estudo do ICOMOS denominado *Menaces pour les sites du patrimoine mondial* apresentou a análise de 1570 ameaças assinaladas para 641 bens em relação ao estado de conservação. As ameaças são atribuídas à insuficiência da gestão e ao desenvolvimento econômico-urbano agressivo.

Para a UNESCO, a origem da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo deve-se à busca da gestão importante para salvaguarda dos bens expostos em perigo, facilitando o acesso aos recursos do Fundo, ou através do fornecimento de assistência técnica. No limite, a inscrição sobre a Lista em Perigo tem sido reconhecida como uma inscrição sobre uma “lista negra” e, em vários casos, os Estados-parte mostram-se pouco dispostos a se submeterem a um controle internacional dos problemas de bens situados sobre seus territórios, afirma a UNESCO (2009I, p. 07, tradução nossa). A Organização reconhece que as mudanças climáticas, a mundialização acelerada, as pressões do desenvolvimento e do comércio urbanos (incluindo o turismo e o crescimento populacional) são algumas tendências de uma economia de mercado que assola os bens culturais do mundo. O *perigo* para a UNESCO significa o bem estar ameaçado de perder as qualidades que justificaram sua inscrição sobre a Lista do Patrimônio Mundial, quer dizer, seu *valeur universelle exceptionnelle*, sua *authenticité et intégrité*.

As tabelas 05 e 06, abaixo, oferecem-nos um panorama da geografia da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, os bens do patrimônio cultural e natural que estão ou estiveram inscritos na Lista do patrimônio em perigo até 2008. Verificamos, nas duas tabelas, a ordem cronológica de inscrição de bens na LPMP. Na tabela 05, o ano de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial é indicado pela letra “L”; o ano de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo é indicado pela letra “D”; quando o ano de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial coincide com o ano de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, é indicado pelas letras “LD” (o que se dá em prol da busca de recursos para a preservação de um bem ameaçado de destruição). O “D em um quadro negro” indica a retirada da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Há de se observar que 10 bens foram inscritos simultaneamente sobre a Lista do Patrimônio Mundial e sobre a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Dezessete bens ainda figuram sobre a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. As tabelas 05 e 06 possibilitam-nos identificar 54 bens culturais e naturais já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo; dentre os mesmos, 30 permanecem na Lista (13 naturais e 17 culturais).

*Bens Culturais já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo*

Property	State Party	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Kotor	Montenegro	LD	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Jerusalem	Jerusalem			L	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Abomey, Royal Palaces	Benin								LD	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Chan Chan	Peru								LD	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Bahla Fort	Oman										L	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Wieliczka Salt Mines	Poland	L											D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Timbuktu	Mali											L	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Dubrovnik	Croatia	L														D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Angkor	Cambodia															LD	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Butrint	Albania															L					D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Hampi	India									L													D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Lahore, Fort and Gardens	Pakistan			L																				D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Zabid, Historic Town	Yemen																L							D	D	D	D	D	D	D	D	D	
Abu Mena	Egypt	L																							D	D	D	D	D	D	D	D	
Rice Terraces of Philippines	Philippines																		L						D	D	D	D	D	D	D	D	
Jam Minaret	Afghanistan																									LD	D	D	D	D	D	D	
Tipasa	Algeria			L																						D	D	D	D	D	D	D	
Bamiyan Valley	Afghanistan																										LD	D	D	D	D	D	
Walled City of Baku	Azerbaijan																						L			D	D	D	D	D	D	D	
Ashur	Iraq																										LD	D	D	D	D	D	
Kathmandu Valley	Nepal	L																									D	D	D	D	D	D	
Cologne Cathedral	Germany																			L								D	D	D	D	D	
Bam & its CL	Iran																											LD	D	D	D	D	
Kilwa Kisiwani & S. Mnara	Tanzania			L																							D	D	D	D	D	D	
Humberstone & Sta Laura	Chile																												LD	D	D	D	
Coro & its Port	Venezuela																L											D	D	D	D	D	
Dresden	Germany																												L		D	D	D
Kosovo, Medieval Monuments	Serbia																												L		D	D	D
Samarra Archaeological City	Iraq																															LD	D

Tabela 05 - Fonte: UNESCO (2009I, p. 28)

### Bens Naturais já inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo

Bien	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08
Aire de conservation de Ngorongoro		I												R																	
Parc national de la Garamba				I											R																
Parc national des oiseaux du Djoudj					I							R																			R
Réserve naturelle de Srébarna						I																									R
Réserve naturelle intégrale du Mont Nimba					I																										
Sanctuaire de faune de Manas								I																							
Réserve naturelle de l'Aïr et du Ténéré													I																		
Parc national Sangay						I																									R
Parc national Plitvice		I																		R											
Parc national des Everglades			I																												R
Parc national des Virunga				I																											
Parc national de Yellowstone		I																													R
Parc national du Simien		I																													
Réserve de biosphère Rio Plátano						I																									R
Parc national du Manovo-Gounda St Floris										I																					
Parc national du Kahuzi-Biega				I																											
Réserve de faune à Okapis																			I												
Parc national de l'Ichkeul				I																											R
Parc national de la Salonga								I																							
Parc national des Monts Rwenzori																I															R
Parc national d'Iguaçu										I																					R
Parc national de la Comoé						I																									
Parc national du Niokolo-Koba					I																										
Îles Galápagos	I																														

Tabela 06 - Fonte: UNESCO (2009L, p. 05)

**I** – Data de inscrição do bem natural na Lista do Patrimônio Mundial

**Negrito** – Data de inscrição do bem natural na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo

**R** – Bem retirado da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo

O gráfico 02 indica a porcentagem de bens, por região geográfica estipulada pela UNESCO, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, de forma que a África, Ásia / Pacífico e Europa (do Leste) possuem o maior número de bens encabeçando a relação.

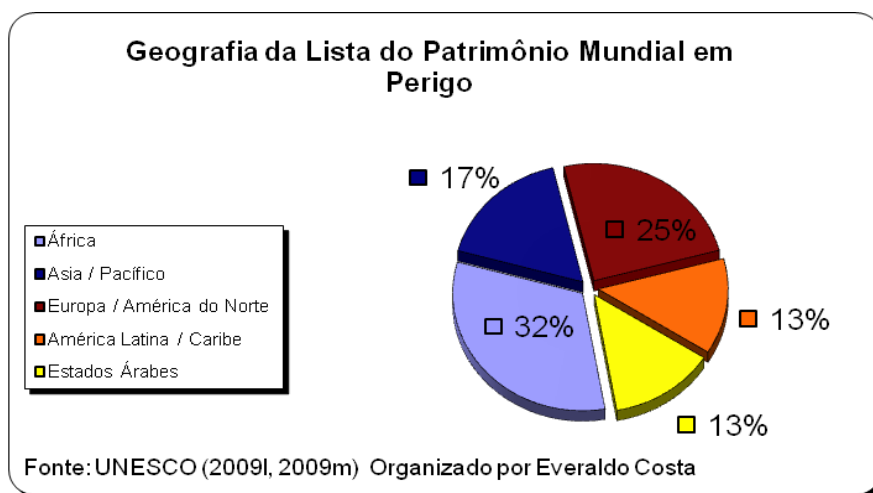


Gráfico 02

Adotamos uma visão dialética desses fenômenos, entendendo que a natureza não emerge como uma acumulação ocasional ou acidental de objetos, de fenômenos desconexos uns dos outros, isolados e independentes, mas como um todo uno e indivisível, coerente, onde os objetos estão ligados organicamente entre si e condicionando-se reciprocamente. A todas as ações da UNESCO estão vinculadas, direta ou indiretamente, os auspícios dos agentes de



mercado e governanças urbanas interessadas na verdadeira preservação de seu acervo arquitetônico – o que não pode ser negligenciado. Programas de patrimônio, estratégias de preservação, tentativa de equilibrar a Lista do Patrimônio Mundial, instrumentos de comunicação etc, estão a serviço tanto da preservação quanto da mercantilização dos bens culturais do mundo. É com esse olhar que tratamos da *patrimonialização global* e da *Geografia do Patrimônio Mundial*, neste capítulo. Processos em construção que rebatem sobre Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais – integrantes da *Rede do Patrimônio Mundial*.

Como na dialética nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se encarado isoladamente, fora do contexto dos fenômenos que o rodeiam, Ouro Preto esteve, também, na iminência de ingressar na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, e está inserida no contexto das cidades que já receberam auxílios internacionais para a conservação, devido aos sérios impactos sofridos pelo turismo. A tabela 06, acima, aponta o Parque Nacional de Foz do Iguaçu inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, entre os anos de 1999 e 2003. Também devemos considerar que há, além do contexto universal em que os lugares estão inseridos, na perspectiva do espaço geográfico como forma-conteúdo, a dependência da essência dos lugares em relação ao mundo material, tese central do materialismo histórico; e também a dependência das partes em relação ao todo, ponto de vista da totalidade (FOLQUIÉ, 1966, p. 61). Este olhar metodológico é o que nos auxilia a entender a projeção que as cidades-patrimônio galgam no século XXI. Como indica Marcuse (1968), a lógica dialética é um método que busca a verdade “concreta”; isso nos leva a indagar o Patrimônio Mundial, a face universal de nosso objeto particular, de todos os seus lados, com todas as conexões e mediações possíveis de se averiguar. Analisar o contexto mais amplo no qual se inserem Ouro Preto e Diamantina significa tomar nosso objeto considerando seu mais amplo movimento e no seu desenvolvimento, no seu auto-movimento, na sua modificação.

Quando Ouro Preto foi proposta para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, em 1980, o parecer da UNESCO (1980, p. 02, tradução nossa) sobre a realidade territorial e as medidas necessárias aos problemas que o sítio apresentava foi o seguinte,

A Direção informa ao Comitê sobre as ameaças que se apresentam sobre o sítio e sobre seus monumentos; de um lado, por causa dos movimentos de terra, que se produzem em intervalos regulares, e de outro lado, pelo fato da implantação projetada de um complexo siderúrgico importante. O Secretariado demandou ao Governo que tome as precauções necessárias para a salvaguarda ativa deste sítio.

Ao apresentar problemas estruturais sérios, os quais serão explicitados na terceira parte da tese, o sítio urbano tombado de Ouro Preto recebeu assistência internacional em 5 momentos distintos: dois auxílios em 1994 (39.250 dólares – cooperação técnica e Seminário

de gestão de Ouro Preto); duas assistências em 1999 (169.375 dólares – assistência técnica e para consolidação das vertentes das colinas entorno do conjunto); em 2003, o Comitê recomendou a elaboração de um plano de reabilitação integral da parte histórica da cidade, sob pena do sítio ser inserido na *Lista do Patrimônio Mundial em Perigo*, em razão dos danos causados ao patrimônio construído pelo turismo e pelo trânsito (quando recebeu 75.700 dólares), como se verifica nos documentos da UNESCO (2003, p.4, tradução nossa) e UNESCO (2003a, p. 72-73, tradução nossa).

O ano de 2003 é marcante para Ouro Preto, pois a UNESCO reconhece o precário estado de conservação da cidade devido à penúria dos recursos administrativos e institucionais. Foi, à época, produzido um documento denominado *Motion de préservation d'Ouro Preto*, que demandava ações coordenadas para sua preservação integral. Quando uma missão do ICOMOS esteve na cidade, entre 08 e 13 de abril do mesmo ano, apontou as dificuldades institucionais presentes entre a municipalidade e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no trabalho do plano de gestão do centro histórico. A UNESCO verificou, naquele momento, que o IPHAN não dispunha nem de meios técnicos, nem financeiros suficientes para tal tarefa. Afirma a UNESCO (2003a, p. 73, tradução nossa), “o centro histórico tem conservado sua homogeneidade, todavia, certas intervenções sobre os edifícios históricos têm transformado o agenciamento interior de origem. A urbanização dos bairros periféricos é mais problemática, sobretudo o desenvolvimento constatado sobre as colinas no entorno do centro, que deforma a paisagem urbana original cuja qual justifica a inscrição de ouro Preto sobre a Lista do Patrimônio Mundial”. Na terceira parte da tese, explicaremos a formação dos bairros de entorno ao centro, em Ouro Preto e Diamantina.

Dois dias após essa missão da UNESCO, um incêndio destruiu um edifício histórico situado na principal praça da cidade, a Praça Tiradentes (fotos 21 e 22). “Les dégats causes par l’incendie dénotent l’absence de plan d’urgence en de telles circonstances” (UNESCO, 2003, p. 73).



*Fotos 21 e 22 – Edifício histórico localizado na Praça Tiradentes acometido por um incêndio no ano de 2003. Fotos de Eduardo Trópia, 2003.*

Através de todos os documentos consultados e dos trabalhos de campo, não identificamos que Diamantina tenha sido objeto de assistência internacional, até o momento.

A Lista do Patrimônio Mundial em Perigo é, em verdade, um instrumento que favorece, dá visibilidade às cidades ou países que não apresentam uma propícia política nem uma economia de subsídio aos altos custos e às tramas de interesses que enredam a gestão do patrimônio (possibilitando que se angarie recursos em prol da conservação de bens assolados por impactos naturais ou antrópicos). Na corrida pela Lista do Patrimônio Mundial, faz-se necessária a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo; representa um instrumento de amparo à

*Stratégie globale* que visa a dar equilíbrio à geografia do Patrimônio Mundial. Contraditoriamente, ao estimular a corrida por sua chancela, nos países em desenvolvimento, a própria UNESCO se vê encurralada, quando tais países pouco podem fazer pelo patrimônio chancelado. Longe de ser uma ameaça aos Estados-parte, a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo é um mecanismo de auxílio à *Stratégie globale* que promove a universal patrimonialização dos lugares memoráveis e dos territórios da natureza.

Em certo sentido, os mecanismos apresentados da *patrimonialização global* têm sua potência na globalização. Em sua lógica, a globalização implica “acessos” mais amplos, mas não equivalentes para todos, mesmo em sua etapa teoricamente mais avançada. Da mesma maneira, a *Geografia do Patrimônio Mundial* faz-se de maneira desigual. Por isso, o problema da *patrimonialização global*, ao seguir a tendência da globalização, está em sua aspiração a garantir o acesso tendencialmente igualitário aos bens culturais, em um mundo marcado pela desigualdade e pela diversidade; é o que busca a UNESCO através de seus mecanismos que servem à patrimonialização, o que redundará na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Busca-se encontrar um denominador comum acessível a todas as pessoas no mundo, a fim de que possam obter coisas que naturalmente não são acessíveis a todos (HOBBSAWN, 2008). Contudo, o denominador comum é o dinheiro que, por sua essência no mundo capitalista, o patrimônio também passa a representar.

Por fim, consideramos que a grande questão que envolve a *patrimonialização global* associada aos mecanismos que a catalisam é o fato de os organismos internacionais de que dispomos só existirem graças à autorização dos Estados nacionais. Tais organismos, como a UNESCO, não possuem pleno poder próprio, mas apenas aquele que lhes são outorgados pelos principais Estados, isto é, pelos EUA e outras poucas potências, como a França, a Itália e a Espanha, que dominam a Lista do Patrimônio Mundial. Como aponta Hobsbawn (2008), desde a Grande Depressão e, sobretudo, desde a Segunda Guerra, alguns organismos internacionais emprenharam-se no controle dos fluxos de capitais: o *Bank for International Settlements*, existente desde 1929; o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas instituições, contudo, dependem, decisivamente, dos Estados nacionais, de forma que, na prática, são as únicas autoridades políticas que decidem sobre o Patrimônio Mundial. Assim, devemos entender a UNESCO e todos seus mecanismos que movimentam o Patrimônio Mundial como a própria existência de uma autoridade internacional fruto de uma decisão política que agrega, inexoravelmente, a tendência do desenvolvimento econômico e tecnológico. A Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, por sua vez, só pode ser entendida na perspectiva do que Harvey (2004) categorizou como “desenvolvimento geográfico desigual”.

A UNESCO representa uma estrutura institucional que adquire certo tipo de poder “independente” regido pelas potências. Ela assume um papel primário em determinar onde vão surgir novos empreendimentos, projetos e novos postos de trabalhos concretos, acompanhados das relações de classe, na nova tendência da economia urbana calcada na cultura, que os arquitetos do mundo favorecem. Tendência que pode, às vezes, dilatar padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e dos fluxos de capital em prol da renda de monopólio que se tenta auferir através da autenticidade ou universalidade impressa nos lugares.

As variações histórico-geográficas corporificadas nos territórios são reflexos de um movimento universal e incorporam legados materiais, históricos, culturais e políticos pretéritos, tornando-se um erro crasso supor que elas sejam relativamente estáticas, para não dizer imutáveis, como também analisa Harvey (2004), ao tratar do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Em qualquer escala do território, um mosaico geográfico está em movimento e a volatilidade da vida contemporânea deixa a impressão disseminada, mas estrategicamente superficial, de anarquia global (HARVEY, 2004).

A análise multiescalar, se assim podemos dizer, não trata apenas da dimensão espacial, mas, especialmente, multidimensional, ao considerar os fenômenos culturais e políticos ligados à primeira, diretamente. As ações que se dão no plano de um território são, quase sempre, resultado de intervenções diretas ou indiretas internacionais. Logo, as ações que se projetam sobre os lugares especiais de uma cidade – como seu sítio histórico, por exemplo – são produto da tendência monopolista da cultura e imprime um padrão de vida particular nas cidades. Como aponta Harvey (2004, p. 115), a globalização faz tudo isso ao mesmo tempo em que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas em umas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.

Logo, os mecanismos de preservação construídos universal-ideologicamente (a Convenção do Patrimônio Mundial, a Lista do Patrimônio Mundial, a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, a *Stratégie globale*, os Fundos de assistência internacional, além das instituições nacionais que atuam na preservação e conservação em nível local-regional) são encarnados pelos sentidos de extensividade e seletividade da globalização, e atuam na perspectiva de atenuantes dos reflexos territoriais do desenvolvimento geográfico desigual, ao mesmo tempo em que catalisam, direta ou indiretamente, tais reflexos.

Os mecanismos da *patrimonialização global* estão envoltos por forças contraditórias e necessidades que nos inspiram e nos atormentam – desejo de estar em algum lugar, de ser reconhecido, de poder entender as coisas, os objetos do mundo e o mundo, de

nos enraizarmos em um passado social e pessoal estável, o desejo de conhecimento, de crescimento (econômico e pessoal) e de reconhecimento. Mas é justamente esse crescimento que, quando alcançado, favorece a destruição de paisagens físicas e sociais do nosso passado e nossos vínculos emocionais com esses mundos, grupos e materiais que podem ou poderiam nos dar uma firme “identidade” e, ao lado disso, a internacionalização da vida cotidiana que espalha nossa “identidade” por sobre o mapa-mundi, como se refere Berman (1986).

Pensar os mecanismos da *patrimonialização global* exige-nos reconhecer que todas as formas estão impregnadas de seu conteúdo e, hoje, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Forma-se uma *Rede Global do Patrimônio Mundial* da qual nenhum lugar pode escapar, seja para seu bem, seja para seu mal, nem no mais remoto canto do mundo. Nesse turbilhão da patrimonialização, a crença é a de que a melhor forma de se alcançar o crescimento (econômico ou social) é recuando ao passado, buscando nas formas pretéritas uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, “pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante” (BERMAN, 1986, p. 35).

Ao deixar de isolar fatos e fenômenos, como propõe o método dialético, devemos reintegrá-los em seu movimento a partir desta lógica: movimento interno, que provém deles mesmos, e movimento externo, que os envolve no *devenir* universal – interação particularidade-universalidade-singularidade que justifica os mecanismos da *patrimonialização global* –, pois os dois movimentos são inseparáveis (LEFEBVRE, 1975, p. 238). Só a partir de um instrumento que capte a ligação, a unidade e o movimento que engendra as ações contraditórias, que as opõe, que faça com que se choquem, que as supere, pode-se ultrapassar a ilusão da realidade sobre os lugares ou as situações que os ressignificam. Esse instrumento – a dialética – favorece o conhecimento que não se limita ao mundo sensível (Ouro Preto e Diamantina) ou à sua representação e ao seu espírito (isoladamente), mas nessa contradição necessária que só existe enquanto simultaneidade do concreto e do pseudoconcreto (KOSÍK, 1976).

Em síntese, só teremos uma equilibrada e representativa *Geografia do Patrimônio Mundial* quando os múltiplos agentes da *patrimonialização* convergirem para o posicionamento de que não é o dinheiro – o equivalente geral do qual se aproximam as ações em prol do patrimônio urbano – que irá transformar o mundo, mas o amor próprio e a autoconfiança dos indivíduos, além da dignidade socioespacial nas cidades.

#### 4.5 – Da *authenticité et intégrité* do patrimônio na era do simulacro das cidades – análise a partir da dialética espacial

Tratamos, até aqui, do critério de *valeur universelle exceptionnelle* exigido dos bens submetidos à Lista do Patrimônio Mundial pelos Estados-parte na Convenção do Patrimônio Mundial, que ressignifica as cidades antigas do globo. Por fim, resta-nos problematizar sobre o segundo critério exigido do bem para receber a chancela da UNESCO. A segunda questão que o esclarecimento da *Geografia do Patrimônio Mundial* nos coloca, então, é sobre a *authenticité et intégrité* dos bens como critério da UNESCO para inscrição na Lista. Logo, o problema que cerca esse tópico é: O que leva à crença da autenticidade do patrimônio urbano na era dos simulacros e da espetacularização aceleradas pelas técnicas, pela ciência e pela informação, nas cidades?<sup>113</sup>

Para Gonçalves (2007), entre as modernas categorias de pensamento, poucas são tão presentes nos debates eruditos quanto a de *authenticité*. Poucos são os estudos produzidos com a intenção de pensá-la como um problema; muitos a tomam como um dado existencial ou histórico. Há um reduzido número de fontes sobre a temática, realmente.

O primeiro documento internacional que esbarra no conceito de autenticidade é a Carta de Veneza, de 1964. Tal recomendação aparece como um divisor de águas entre a noção *monumentalista* e a de *conjunto* do patrimônio<sup>114</sup> (UNESCO, 1965). Esse documento enfatiza a possibilidade do patrimônio adquirir função útil à sociedade. A Carta inova ao esclarecer que os conjuntos urbanos históricos podem ser adaptados às “necessidades modernas”, onde a revitalização do monumento propicia seu uso a despeito de sua função original, ou seja, permite sua refuncionalização (UNESCO, 1965).<sup>115</sup>

A Carta de Veneza, consequência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, representa documento chave da atualidade em termos de ampliação da preservação de patrimônio. Em seu primeiro artigo, a Carta define o termo *monumento* e diz que ele se estende não somente às grandes criações mas, igualmente, às obras modestas que adquirem, com o tempo, um significado cultural (nesse ponto, o documento apresenta uma concepção mais ampla do que seria *monumento*).

A Carta compreende a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio urbano ou rural que representam um testemunho de uma civilização particular, de uma trajetória

---

<sup>113</sup> A reflexão sobre o conceito de *patrimonialização global* realizada no primeiro capítulo da tese, que definimos como sendo o brusco movimento universal de espetacularização dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação, coloca em questão tal critério da UNESCO.

<sup>114</sup> Para o entendimento aprofundado do processo que consagra tais noções, ver Costa (2009).

<sup>115</sup> A década de 1960, com a Carta de Veneza, representa o marco simbólico inicial do processo de mercantilização do patrimônio (abrangendo a preservação, conservação e mercantilização dos conjuntos), em nível mundial.

significativa, ou de um acontecimento histórico (aqui, fica evidente a noção de conjunto). O patrimônio adquire, na Carta, dimensões temporal e espacial ao afirmar que o monumento é inseparável da história e do meio em que se situa. Quanto à necessidade de restauração ou apenas conservação, o documento coloca que a restauração deve ocorrer em caráter excepcional, e objetiva revelar o valor histórico e estético do bem; *baseia-se no respeito à matéria antiga e a documento autêntico; a restauração deve parar quando começam as problemáticas, de acordo com o documento*. Termina afirmando que as restaurações devem ser precedidas e acompanhadas por estudos históricos e arqueológicos do edifício. Quanto à preservação dos centros históricos, a Carta de Veneza reitera que esses devem ser objetos de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização. Essa Carta vem em contraponto à Carta de Atenas, da década de 1930, que desconsiderava a preservação dos centros históricos das cidades, valorizando monumentos isolados, numa visão reducionista do patrimônio (UNESCO, 1965, p. 02-09, tradução nossa).

Assim, é concebido, em 1994, o Documento de Nara sobre a autenticidade, elaborado a partir do espírito da Carta de Veneza, de 1964, e acrescenta-a em resposta ao aumento das preocupações com os novos interesses que recaem sobre o patrimônio cultural, no mundo contemporâneo.

Em um mundo que está cada vez mais sujeito às forças da globalização e da banalização, e num mundo em que a procura da identidade cultural é exprimida por nacionalismos agressivos e pela supressão das culturas das minorias, a contribuição primeira que é dada pela *consideração da autenticidade* consiste, assim, na conservação do patrimônio cultural e em lançar luz sobre todas as facetas da memória coletiva da humanidade. (UNESCO, 1994, p. 03, tradução e grifo nossos)

A Carta de Nara afirma que a percepção mais exata possível dos valores originais de um bem depende, dentre outros, da credibilidade das informações sobre o objeto. Seu conhecimento, sua compreensão e sua interpretação em relação às características originais e subseqüentes do patrimônio e do seu significado, fundamentam o julgamento da autenticidade do bem (UNESCO, 1994). Torna-se complexo pensar a credibilidade das informações em uma época em que a publicidade absoluta tende, eminentemente, à publicidade zero, como afirmou Baudrillard (1991).

Ao refletir sobre a simulação pela qual passam as cidades, a arquitetura urbana, Arantes (1989) afirma que, de uns tempos para cá, a última encontra-se na berlinda; ultrapassou o campo estreito dos especialistas e se tornou referência obrigatória na interpretação dos sentidos que tomam a cultura, na contemporaneidade. Para a filósofa, muito do Espírito do Tempo (acepção original apreciada pelos teóricos do pós-moderno) se exprime através da linguagem arquitetônica atual. Vivemos sob o signo do olhar, o império das



imagens, no âmago da civilização do simulacro, de forma que a chamada realidade pulverizou-se a golpes de estilização hiper-realista, diz Arantes (1989). Na sociedade do espetáculo, a cópia parece superpor-se ao original e tal eclipse se deve, especialmente, a uma avalanche de imagens de referências duvidosas; não há, portanto, informação propriamente dita, a comunicação tornou-se o caminho para a simulação.

Lembraria apenas (...) que essa tão celebrada (para o bem e para o mal) onipresença do simulacro também pode ser uma miragem que, ao consagrar o triunfo da pura visibilidade, na verdade arremata uma escravização do olhar à hiper-realidade imagética de caráter eminentemente tátil. E mais, diria que a marca registrada da cultura de massa reside precisamente nesta dominância do tátil na esfera mesma do ótico (...) é o contexto dessa conceituação que, entre outras coisas, permite reconhecer na arquitetura o arquétipo da arte de massa. (ARANTES, 1989, p. 257)

Continua a Carta de Nara sobre *authenticité* afirmando que todos os julgamentos acerca de valores reconhecidos às propriedades culturais, bem como a credibilidade das correspondentes aos recursos de informação, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo no seio de uma dada cultura. Logo, não é possível basear o julgamento de valores e de autenticidade em critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que cada obra seja considerada e julgada em relação aos critérios que caracterizam o contexto cultural ao qual pertencem (UNESCO, 1994, p.04).

Canclini (1995, p. 62) afirma que a autenticidade é ilusória, pois o sentido próprio de um repertório de objetos é arbitrariamente delimitado e reinterpretado em processos históricos híbridos. Além disso, prossegue o antropólogo, a mistura de ingredientes de origem “autóctone” e “estrangeira” é percebida, de forma parecida, no consumo dos setores populares, nos artesãos que adaptam seus saberes antigos para interagir com turistas, nos trabalhadores que se esforçam para adaptar sua cultura operária às novas tecnologias, mantendo suas crenças antigas e locais. A recriação das Vesperatas, em Diamantina, e a produção artesanal em pedra-sabão, em Ouro Preto, são casos ilustrativos da assertiva de Canclini (1995) sobre os processos históricos híbridos. Tais eventos representam faceta do processo de espetacularização já apontado pela Recomendação de Nairóbi (1976), esmiuçada no quadro 1 do tópico 4.0.

Lembremos que, numa perspectiva materialista dialética, tudo está em *devir*, tudo se transforma continuamente, tanto o mundo da matéria bruta como o da vida, e o próprio pensamento para o qual o repouso equivaleria à morte e não a uma “inércia dinâmica” caracterizadora do espaço em movimento (SANTOS, 2004). Torna-se confuso pensar na *authenticité* em um mundo que não representa um aglomerado de coisas prontas, acabadas, mas, um complexo emaranhado de *processos*, onde as coisas estáveis na aparência, tal como

as idéias, seu reflexo em nosso cérebro, passam por uma mudança brusca, ininterruptamente, num desenvolvimento progressivo de recuos e avanços.

Verificamos, nos documentos consultados, que a UNESCO apresenta, desde a elaboração da Convenção do Patrimônio Mundial, uma noção flexível de *authenticité*. Ao analisarmos a publicação de *Principes et critères d'inscription des biens à la Liste du patrimoine mondial*, de 1979, quando ocorreu a Terceira Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Luxor, República Árabe do Egito, fica explícita essa flexibilidade sobre o conceito, devido ao trato despendido à inscrição do Centro Histórico de Varsóvia, na Lista.

Em 1944, durante a resistência polonesa à Alemanha, Varsóvia teve mais de 85% do centro histórico destruído pelas tropas nazistas. Após a Guerra, seus habitantes investiram em uma campanha de reconstrução do sítio por cinco anos, através de uma restauração meticulosa de suas igrejas, dos palácios e da praça do mercado da velha cidade. A UNESCO (1979, p. 19, tradução nossa) reconheceu que esse centro é um exemplo excepcional de reconstrução quase total de uma seqüência histórica (XIII – XX), incluindo-a na Lista do Patrimônio Mundial através dos mesmos critérios que Diamantina fora inscrita: critério (ii) e critério (iv). A cidade é incluída na Lista mesmo com a consideração prévia do Comitê de que, tratando-se da característica *sine qua non* do critério de *authenticité*, não se poderia admitir uma cidade ou um bairro de cidade que, após uma destruição total, fosse inteiramente reconstruída, independente da qualidade dessa reconstrução.

Desde Varsóvia, impactada por um *évènement historique exceptionnel*, sublinha-se, na UNESCO, que a noção de *authenticité* deve ser aplicada de forma relativa com a natureza dos bens culturais envolvidos (UNESCO, 1979, p. 19, tradução nossa). No caso da cidade polonesa, tanto o evento que a destruiu como a qualidade da restauração foram considerados para a inclusão na Lista. Assim, a noção de “*authenticité peut être diversement appréciée*” (UNESCO, 1979, p. 19).

Nessa perspectiva de *authenticité*, conseguiríamos incluir São Luiz do Paraitinga, cidade histórica do estado de São Paulo, na Lista do Patrimônio Mundial, após sua reconstrução, dada a enchente e as fortes torrentes que a destruíram no verão de 2009? Parece que uma restauração eficaz da área do sítio destruída favoreceria a empresa.

Diamantina, Patrimônio Mundial desde 1999, cidade chancelada, também, por seu *valeur universelle exceptionnelle* e por atender aos critérios de *authenticité et intégrité*, teve a Igreja Matriz de Santo Antônio, do século XVIII (para dar apenas um exemplo, na cidade), derrubada para sua reconstrução, na década de 1930. A igreja localiza-se no coração do centro histórico e integra o conjunto “autêntico”. As fotos 23 e 24 são ilustrativas de tal descaracterização.



Fotos 23 e 24: Igreja Matriz, em Diamantina, reconstruída no início do século XX. Arquivo do IPHAN (foto 06) / Everaldo Costa, Jan. 2010 (foto 07).

Na ótica da teoria da conservação urbana, a autenticidade é a medida do grau com que os atributos do patrimônio cultural, forma e design, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, locação e assentamento, espírito e sentimento, e outros fatores, testemunham com credibilidade a sua significância (ZANCHETI *et al*, 2008). Não temos dúvidas de que, no caso das cidades, torna-se complexa a busca de sua autenticidade, devido a sua dinâmica construtiva e ao seu caráter de movimento histórico. Nesse sentido, a flexibilização da UNESCO sobre o critério de *authenticité* atende a dois objetivos, no nosso entender: 1 – possibilitar a inclusão de bens que sofreram impactos de catástrofes naturais ou humanas, assim, tornando a Lista do Patrimônio Mundial mais representativa, quando os países mais afetados são os menos representados na mesma; 2 – fomentar a dinâmica econômica dos lugares chancelados, pois, quando mundializados como de valor *universalle exceptionnelle* e atributos de *authenticité et intégrité* integram a rede global da nova economia urbana baseada no monopólio da irreplicabilidade e do “capital simbólico”.

Se o espaço é uma “inércia dinâmica”, “forma-conteúdo”, a “indissociabilidade de um sistema de objetos e de um sistema de ações” ou, ainda, a totalidade em movimento, na perspectiva da apregoada dialética espacial, torna-se impossível mantermos os objetos ou os lugares autênticos como em sua origem (de forma que já se transformam no primeiro contato com o mundo, estão em permanente modificação, num *devenir* local-global). A cada olhar, a paisagem é outra; tornada mercadoria, insere-se no movimento global da metamorfose do uso em troca. Torna-se polêmico tratarmos, pois, da autenticidade de um lugar ou de um objeto, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, no mundo da mercadoria que está sempre se destruindo para uma nova reconstrução. E não apenas a apropriação mercantil dos lugares deve ser tratada na ótica da transformação dos lugares e dos objetos. Lembra-nos Arendt (2010, p.171) que o uso contém, também, certo elemento de consumo, na medida em que o processo de desgaste ocorre por meio do contato do objeto de uso com o consumidor vivo, e

quanto maior o contato entre o consumidor (tanto no uso quanto na troca, que devem ser concebidos dialeticamente), mais plausível parecerá o equacionamento dos dois.

Sobre a troca, Appadurai (2008) diz que não é um subproduto da valoração mútua de objetos, mas sua fonte. Nesse sentido, vemos que a mercadoria deve ser compreendida no movimento que extrapola o mundo inerte e mudo, o mundo das pessoas e das palavras. Há de se relevar, porém que, se por um lado, as coisas não têm significados fora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas, por outro lado, esta verdade formal não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico (APPADURAI, 2008, p. 17). Isso quer dizer que o significado das coisas está inscrito em seu movimento, em sua trajetória, nas formas atreladas aos usos ou no movimento de processos culturais híbridos (CANCLINI, 2008). Logo, podemos dizer que são as próprias coisas hibridizadas que, vistas em seu movimento, apontam para o contexto humano e social que as constituem – na autenticidade, na verdade de seu movimento; autenticidade que só pode ser interpretada fora do repouso.

Assim, a troca preponderante nas cidades de Ouro Preto e Diamantina tem seguido a lógica do que Appadurai (2008) vai chamar de “arte turística”, em que objetos produzidos para uso estético, cerimoniais ou suntuários, são transformados cultural, econômica e socialmente pelos gostos, mercados e ideologias de economias maiores e distantes; no caso, pelos gostos dos principais emissores de turistas do país e do mundo. Logo, o patrimônio urbano entra na esfera do fluxo internacional de mercadorias “autênticas” e “singulares”, atendendo a busca não apenas do lucro, mas da renda de monopólio por parte dos agentes hegemônicos do mercado turístico de tais cidades, são produtos de tal monopólio.

Nesse movimento, nesse processo histórico que constitui o patrimônio, de símbolo da formação territorial a símbolo e ícone da apropriação urbana pelo turismo, o patrimônio e as cidades ganham *status* enquanto produtos exclusivos e autênticos, de forma que a exclusividade cede lugar, pouco a pouco, à autenticidade, à originalidade. Benjamin (1986) já traçou comentários sobre tal questão. Para o autor da Escola de Frankfurt, a aura de uma obra autêntica está ligada à sua originalidade e esta aura, que é o fundamento de sua autenticidade, é posta em risco pelas modernas tecnologias de reprodução. Nesse sentido, cópias, falsificações e versões “piratas”, que têm uma longa história, não ameaçam a essência do original, mas buscam compartilhar dela transformando-a. O turismo, nas cidades em tela, busca, cada vez mais, se apropriar de tal originalidade construída, no caso, também, pela UNESCO. A autenticidade do patrimônio urbano passa a ser, gradativamente, a do pastiche criado pelo mercado de cidades, no contexto em que a Antropologia propõe-nos deslocar o

objeto de estudo “da identidade para a heterogeneidade e a hibridação interculturais (CANCLINI, 2008, p. 23).

Assim, a autenticidade, o atendimento aos gostos e o estabelecimento de políticas de promoção perfazem a forja da relação entre produtores e consumidores que defendem, juntos, a “arte turística” (APPADURAI, 2008). Impõem-se formatos comerciais e estéticos atendendo ímpetos de desejos forâneos, que transcendem a escala local, regional e nacional, visando à satisfação de consumidores distintos e distantes que buscam, cada vez mais, a aura dos lugares tidos por autênticos, singulares e irreplicáveis.

Na leitura de Benjamin (1986), compreendemos que a aura diz respeito a tudo que sabemos que em breve não mais estará diante de nós. Tudo que traz consigo vestígios de um desaparecimento. A aura remete à “autenticidade”; é imagem que reconduz a fantasmas de épocas remotas, de objetos pretéritos. A aura não pode se restringir à estética, mas antes, ao olhar, seu correlato, pois estabelece relações sociais. A aura seria, pois, “relação aurática” a partir do instante em que, ao vermos, mirarmos algo, conferimos o poder de que ele, por sua vez, nos olhe em contrapartida. Troca que, para Benjamin (1986), se dá entre olhares sonhadores, aqueles que transportam, por sua potência e sonho, ao próprio sonho. “Enquanto houver sonho, haverá aura no mundo” e para o dialético, afirma Benjamin (1986), o sonho que desperta é aquele capaz de ver os monumentos da burguesia como ruínas, antes mesmo que sejam demolidos. Metaforicamente, o autor denuncia a base precária sobre a qual a burguesia se sustenta e mantém seu desenvolvimento, na replicação de suas tradições.

Os bens culturais, como produtos artísticos que são, em função mesmo da reprodutibilidade técnica e da busca do lucro e da renda com o turismo, tendem a perder sua aura, seu espírito, e a desenvolver o que poderíamos denominar *autenticidade híbrida* ou *autenticidade não-aurática* do patrimônio. Gonçalves (2007) nos oferece um exemplo de perda da aura ou da *authenticité* ao fazer uma análise comparativa entre Ouro Preto, em Minas, e Williamsburg, nos EUA. A segunda cidade passou por um sério processo de transformação. Os prédios e objetos não parecem vir de nenhum passado, mas de um eterno presente, afirma o antropólogo. “O desaparecimento da ‘aura’, de que nos fala Benjamin, parece aqui ter atingido um limite extremo”. Atores são contratados, inclusive, para perambularem pela cidade com trajes e costumes de uma época remota, de forma que o passado é desconectado de um presente, de um futuro possível. Para Gonçalves (2007), Ouro Preto mantém sua autenticidade, quando o convívio ou as relações estabelecidas correspondem ao elo que une os tempos e evidenciam o espaço mesmo transformado. Para o antropólogo, há de se manter, para se preservar a autenticidade, uma ligação orgânica com o passado, o fundamento último com a história, a natureza e a sociedade.

O conceito de autenticidade pertence à sociedade industrial por causa da escala social e da superabundância de objetos e de categorias de objetos que são gerados para o consumo e, o que ainda é mais significativo, em função dos processos culturais engendrados por tais objetos, conforme Spooner (2008). Ao que parece, a autenticidade tornou-se relevante no atual estágio da evolução social, devido à corrida por “mercadorias-clone industrializadas” – como referencia Spooner (2008) – o que nos leva a indagar o caráter único das coisas e dos lugares, tentando desvendar o facilmente substituível. Assim, “a autenticidade é uma forma de discriminação cultural projetada sobre objetos” (SPOONER, 2008, p. 284).

Não podemos nos esquecer que o que vamos considerar como autêntico ou não-autêntico está intimamente construído a partir da dialética que enreda nossa vida, continuamente, que diz respeito a nossa sociabilidade e nosso desejo de expressão individual, enquanto seres coletivos e individuais, com visão particular das coisas e visão dirigida pelos meios de comunicação de massa. Essa dialética que constrói a *authenticité* também evidencia a contradição dos patrimônios mundiais que deixam, gradativamente, de serem locais. Logo, como aponta Spooner (2008, p. 286), a resposta à questão “por que precisamos de autenticidade?” reside em nossa evolução social.

A autenticidade é elusiva por ser projetada não somente no exterior de nós mesmos, mas no exterior de nossa individualidade social, de nossa sociedade, da mesma maneira que a imagem do totem tribal fixa sua identidade na tribo por uma referência simbólica a algo exterior, na natureza (...) Estaria, portanto, na natureza das coisas que nossa busca por autenticidade seja continuamente frustrada pelos povos entre os quais nós a buscamos. (SPOONER, 2008, p. 287)

Assim, no processo produtivo das coisas, o produtor busca atender às necessidades do consumidor, formulando idéias acerca dos gostos dos mesmos, a fim de modificar seus produtos de um modo congruente a tais idéias. Essa lógica não é diferente nas cidades-patrimônio turistificadas. Porém, não podemos negligenciar a idéia de que estereótipos criados leva a discordâncias nas novas *formas criadas*, que tanto frustram quanto incentivam a busca pelo autêntico. É na própria produção das cidades e do urbano, na tentativa de atender a gostos distintos e distantes, que a autenticidade das coisas é forjada e colocada em jogo, na dialética de uma construção destrutiva.

Isso nos leva à hipótese de que a tentativa de imprimir uma “autenticidade” ao patrimônio que resta à população local das ditas cidades históricas coloniais mineiras – colocado à venda como mercadoria – não a ajuda a encontrar sua cultura, pois essa construção de “autenticidade”, a corrida pela forja das irreplicabilidades, representa o processo que causa os problemas latentes, refletidos no ordenamento do território urbano. Como afirmamos em nossa problemática e de acordo com a já considerada tendência de crise sobre a permanência

da cidade histórica que se “constrói”, se “fragmenta” e se “pulveriza” (COSTA, 2009), dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de *patrimonialização global*) são os mesmos que a fragmentam, simultaneamente. Nesse sentido, defendemos que não há uma efetiva preservação de patrimônio, muito menos a verdadeira inserção da população local no processo mercantil turístico que rebate sobre as cidades referenciadas, pois as mesmas são concebidas, tanto na prática do planejamento quanto nos estudos voltados à sua leitura, como a área delimitada para o tombamento, ou seja, o núcleo urbano tombado, dentro de uma visão distorcida e fragmentada de planejamento urbano, preservação patrimonial e mesmo de “cidade histórica”.

Precisamos fazer um breve parêntese sobre a noção de *authenticité* tratada pela Arquitetura. Henning (2007, p. 74) aponta que, desde o início de sua formalização, a preservação do patrimônio construído tornou-se um cabo de guerra entre duas formas contraditórias de pensar: por um lado, os adeptos da conservação pura e simples do objeto, inclusive deixando as marcas do tempo, suas transformações e sua deterioração inevitável; de outro lado, os que defendem intervenções que buscam reconstruir partes faltantes, uma “hipermanutenção”, ou que defendem o “regresso” a uma dada configuração formal do patrimônio, de algum ponto de sua história construtiva. Logo, aparecem, no século XIX, dois representantes dessa dualidade inicial, o inglês John Ruskin (1819-1900), adepto da pura conservação, e o francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), da corrente oposta. Henning (2007) trabalha, em seu mestrado, com os dois autores, que também nos fundamentam.

Para o primeiro, há de se buscar a mais pura conservação do patrimônio, com respeito aos limites da atuação do restaurador em um bem de valor histórico (princípio de uma intervenção mínima). Ruskin (1987) reconhece que a “restauração” pode acarretar na destruição de um bem, tornando-o uma farsa, uma mentira, quando comparado ao original. Para o autor, importa o cuidado periódico e não o descuido permanente para uma intervenção drástica. Conforme Ruskin (1987), os acréscimos que ocorrem no patrimônio construído apontam para “mentiras arquitetônicas”. A arquitetura seria tanto mais nobre quanto mais evitasse todos os procedimentos falsos, de maneira que a restauração constitui-se na destruição do bem, “é como tentar ressuscitar os mortos”, afirma o inglês.

Na contra-mão de Ruskin (1987) aparece Viollet-le-Duc (2000), para quem a restauração de um edifício deve restabelecê-lo em um total estado no qual ele possa nunca ter existido, em nenhum momento da história, ou seja, sua transformação completa é autorizada. Henning (2007) também vê essa contradição nos dois teóricos da *autenticidade*, afirmando que Viollet-le-Duc expõe suas idéias radicalmente contrárias às de John Ruskin, pois admite

que o restaurador aja sobre o edifício interpretando-o, reconstruindo-o e utilizando, também, as técnicas e materiais que eram desenvolvidos em sua época, como o ferro e a fotografia. Um adepto da arquitetura gótica, Viollet-le-Duc preocupava-se com a pesquisa e a documentação destas obras que poderiam ser destruídas. A história do edifício, e não apenas o bem em si, deveria ser objeto de estudo do restaurador, conforme o francês. Logo, mesmo com o uso de materiais novos na restauração, desde que “melhores que os originais” – além da alteração da função ser valorizada ou permitida pelo mesmo – haveria de se ter cautela na valorização da história do bem.

A preocupação primeira do francês teórico da autenticidade na restauração residia na busca de uma “verdade fundamentada”, em detrimento de hipóteses que poderiam levar a vias falsas do percurso da história. Contudo, há o desgaste dos séculos, do tempo, impossível de ser apreendida, de maneira que a restauração é comandada por uma “falseação” descritiva do bem deteriorado, o que exige um teor de “suposição”, afirma Ruskin (1987). Logo, o autor deixa uma questão inquietante ao problematizar sobre quais seriam as vantagens de se reconstituir o que já não é mais, de se refazer o “perdido” com o restauro, uma vez que no antigo havia uma vida específica, uma boa sugestão do que fora. Concorda o autor que a restauração oferece como “bom” resultado à minimização do trabalho antigo a “nada”, uma vil e fria imitação baseada em hipóteses.

Ruskin (1987) tangencia o problema do *autêntico*, considera o papel preponderante da conservação permanente em detrimento da intervenção “profunda” no bem, a fim de se evitar hipóteses e ação equivocadas sobre a arquitetura urbana; Ruskin tem uma visão positiva do tempo, na atuação sobre o objeto, de forma que “sua glória está em sua idade”, que por sua vez o torna pitoresco. Contudo, Henning (2007) aponta Camilo Boito como intermediário entre as idéias de Ruskin e Viollet-le-Duc. Boito (2002) foi o principal responsável pela projeção da restauração como disciplina, ao dar ênfase ao valor documental dos patrimônios construídos, das obras de arte. O autor discorda de Viollet-le-Duc que negligencia a historicidade dos bens construídos, dos monumentos e considera que Ruskin permitia o fim da história dos objetos ao defender a conservação parcial e não a restauração profunda, mesmo na iminente deterioração do bem.

A abordagem da *autenticidade* realizada por teóricos consagrados na Arquitetura e na História representa uma autenticidade que poderíamos denominar de “autenticidade da forma”. Porém, falta ênfase ao conteúdo que este termo nos remete e que vai dar sentido, em verdade, ao patrimônio urbano. Para tanto, nos é extremamente válida a abordagem colocada por Alois Riegel (1858-1905), filósofo e historiador da arte e autor de *O culto moderno dos*



*monumentos*. Seu trabalho define os bens construídos e aborda a saga do culto aos objetos antigos como um “fervor religioso”: um processo “prematureo” em sua época.

Alois Riegl organiza o livro em três principais capítulos; o primeiro apresenta os valores destinados aos monumentos e sua evolução no transcurso da história; o segundo capítulo faz referência aos valores de rememoração e sua relação com o culto dos monumentos e o último capítulo diz respeito a uma análise dos “valores” do mundo contemporâneo e sua relação com o “culto” aos monumentos. Sua análise nos é favorável ao fazer referência mais aos valores outorgados ao monumento com as novas dinâmicas que dão nova vida às cidades do que ao monumento em si, à intervenção material que caracteriza ou descaracteriza a *autenticidade*; busca sentido no termo “valor” entendido no processo histórico, pois, transformado freneticamente.

Riegl (2006) não trata da *autenticidade* dos monumentos como entendida na objetividade do mundo, apenas, mas discute os valores que nos levam a refletir sobre a conservação ou na restauração enquanto instrumentos que devem ou deveriam pensar o valor de antiguidade dos bens para o presente e para o futuro. Assim, conforme o filósofo, todo bem patrimonial guarda uma dimensão objetiva e estética, e uma dimensão representativa e histórica, além de valor artístico. É com esse olhar que analisamos Ouro Preto e Diamantina.

Henning (2007) diz que o valor de antiguidade tem o poder de agir sobre as massas, sendo imediatamente reconhecível e evocando um sentimento “vagamente estético” em todos através de sua aparência envelhecida. Prossegue a arquiteta afirmando que, por outro lado, o valor histórico é reconhecido por um grupo restrito de estudiosos, pois representa um estado particular, de alguma forma singular, irreplicável, dentro do desenvolvimento de um domínio da criação humana. Temos, em síntese, uma relação imbricada entre *valor de rememoração* e *valores contemporâneos*, indissociáveis. “Estes últimos são relativos ao juízo de valor do homem contemporâneo diante de uma obra histórica, e incluem o valor artístico, já mencionado, e o valor de uso, relativos às condições físicas utilizáveis do monumento”, afirma Henning (2007, p. 82).

Contudo, acrescentamos às idéias da autora o valor de troca inerente às práticas patrimoniais urbanas, ou seja, para além do valor artístico e valor de uso, o patrimônio é cercado pela lógica da mercadoria, cada vez mais, nas cidades. Por sua visão extemporânea, Riegl (2006) fala, em início do século XX, na conservação do patrimônio através do uso, especialmente na função original, que não leva à intervenção estrutural no bem. É justamente esse princípio o mais recomendado, hoje, como modelo de conservação em arquitetura – o uso original, como prescreve Henning (2007).

Os conflitos de valor de significação atinentes ao patrimônio/monumento histórico ao longo dos séculos são um problema da própria sociedade; conflitos que dizem respeito a cada caso particularmente, dependendo do contexto socioeconômico e cultural em que um patrimônio, monumento ou conjunto urbano se insere (RIEGL, 2006). Para nós, a autenticidade deve ser analisada na unicidade da obra em movimento, na sua materialidade única em contato com o mundo, no seu ‘aqui e agora’ que translada, como diz Walter Benjamin (1986). A leitura da autenticidade deve ultrapassar o visível do objeto, mas alcançar sua “concretude” (KOSÍK, 1976), a quintessência de tudo que foi transmitido pela tradição, desde sua origem, de sua gênese material, para sua duração até seu testemunho presente da história (BENJAMIN, 1986). A autenticidade do patrimônio urbano encontra-se na “aura” da cidade, que pode ser considerada como todas as relações estruturadas e estruturantes que nos remetem a um produto do processo histórico.

A autenticidade é algo que não pode ser revelada no objeto, puramente. Só é revelada à medida que o objeto existe (HENNING, 2007). Consideramos que a visão que defende uma idéia fixa e material de *authenticité*, em contraponto ao movimento que transforma a matéria, ao longo de sua existência cultural, perfaz-se em uma ideologia geográfica de vínculo ao passado, ao momento de ordenamento do território em um dado instante congelado, impossível de se reaver, ao passo que o espaço é uma “inércia dinâmica”. A *authenticité* atribuída a Ouro Preto e Diamantina é, em verdade, a simulação da realidade histórica inexistente no espaço-tempo do aqui e agora destas cidades; são um simulacro de sua origem, porque estão em movimento simultâneo e ininterrupto de construção e desconstrução.

Não podemos negar que a definição da autenticidade do patrimônio é fruto de escolhas e negociações no interior de nossa sociedade – como se dá com a UNESCO –, é uma construção político-ideológica que se faz com os olhos voltados para as possibilidades das ofertas dos lugares pretensamente especiais. Essa definição, afirma Spooner (2008), está ligada à construção de formas puras, ao mesmo tempo em que vão atender a um mercado de monopólio, o que se torna crucial para novas economias urbanas que se consubstanciam pela valorização dos objetos pretéritos.

Os objetos do passado são circunscritos por uma “irrealidade” generalizada experimentada na vida contemporânea. Para Arantes (1989), essa lógica rebate com mais precisão na própria cidade; é na arquitetura urbana (das grandes, médias e pequenas cidades, nas metrópoles ou nas cidades-patrimônio) que se encontra a matriz da sociedade do simulacro. É uma nova lógica cultural do capitalismo avançado que depende, de maneira

inevitável, da base territorial urbana, onde se aglomeram distintas classes; é nas cidades que a percepção arquitetônica ocorre coletivamente, no viés do lazer, do consumo e da produção.<sup>116</sup>

Considerar que uma cidade é capaz de emanar alguma “verdade” constitui-se em uma premissa básica para a discussão da autenticidade. Nesse sentido, para que nos aproximemos de tal verdade, é pouco significativo ater-nos na análise da cidade como dimensão espacial concreta, configurada por estruturas físico-naturais e construídas. Por mais que se afirme que “estas estruturas se representam como entidades significantes, relacionadas a um modo de construir, viver e ser específicos, sendo reconhecíveis enquanto parte essencial de um todo intelegível”, como trata em seu artigo Zancheti *et al* (2008, p. 06), é primordial considerar o sentido universal que consagra a forma das cidades ou de um tipo de cidade de determinado período histórico. Só nessa perspectiva poderemos falar no *valeur universalle exceptionnelle* ou na *authenticité et intégrité* de Ouro Preto e Diamantina.

A lógica é a de que a *authenticité* de uma cidade ou parte dela só pode ser capturada, em última instância, se formos capazes de interpretar as referências fundamentais de sua universalidade potencial. Buscar a concepção do espaço enquanto criação material (por emanar um estado de ser relacionado à sua formação), enquanto processo construtivo na história (um espaço enquanto perpetuação da criação) ou capacidade expressiva atual, pode representar uma frágil metodologia de busca do autêntico (ZANCHETI, 2008).

Para alcançarmos sua universalidade potencial e, assim, capturar sua *authenticité*, faz-se necessário o recurso à dialética espacial [a qual perpassa pela leitura de Soja (1993), Harvey (1980, 2004) e Santos (2004, 2002) e outros apresentados no primeiro capítulo], que nos conduz ao entendimento das cidades coloniais barrocas como projeção da sociedade sobre o território e, sobretudo hoje, a transformação da sociedade pelo espaço enquanto totalidade em movimento. As cidades coloniais abarcadas pela pesquisa são, pois, produto material, ideológico e político que se processa em âmbito global – são expressão concreta e virtual do movimento total da economia e da cultura mundiais –, além de síntese de uma lógica estrutural e conjuntural da realidade em transformação histórica e permanente no território.

Caminhando para o final deste capítulo, devemos ter em mente que a *patrimonialização global*, em seu sentido mais amplo, deve ser analisada a partir da dialética do possível e do real. Isso posto, afirmamos que, ao invés de ficarmos deslumbrados com o ofuscamento causado pela ostentação material dos monumentos, devemos tentar compreender a dinâmica na qual se inseriu e se insere o seu uso, cuja crítica nos leva ao seu sentido de

---

<sup>116</sup> Arantes (1989) apregoa que há uma reabilitação materialista da diversão que as massas procuram na arquitetura, nas obras de arte, aspiração que se costuma desacreditar em nome da abordagem circumspecta do *connaisseur*. Este se recolhe diante da arquitetura, da arte, a cuja contemplação se devota de maneira concentrada, enquanto a massa dispersiva exige da arquitetura e da arte uma intensa distração.

*universellité et authenticité*. Só assim captaremos as ações de agentes que enredam a cidade histórica e que, pretensamente, acreditam se apropriar de uma cultura autêntica.

Conforme Peixoto (1996), podemos falar sobre uma cidade de diferentes formas, uma delas é descrevendo-a; descrever suas torres, bairros, feiras, pontes, igrejas, todas as informações ao seu respeito, no passado, no presente e no futuro; nessa narração, trata o autor, a cidade pode desaparecer enquanto paisagem, pode se tornar opaca ao olhar, resistir a quem pretenda explorá-la. Prossegue o autor dizendo que uma simples panorâmica da cidade não dá mais conta de seus variados relevos, de seus rios subterrâneos, da vida latente de suas fachadas.

A descrição remete à quantificação, que não desvenda a verdadeira paisagem e, nesse movimento, quando tudo se torna visível demais com as novas técnicas, a literatura e a arte perderam a paisagem, a cidade perdeu um instrumento poderoso de divulgação para preservação através da construção da memória coletiva. Torna-se, nesse sentido, coerente a interpretação de Simmel (1996, p. 15) sobre a paisagem, que está para além do mundo sensível, para além do que a visão pode abarcar.

Para começar: que elementos visíveis num canto da Terra pertençam à 'natureza' – eventualmente com obras humanas que se integrem a ela – e não sejam traçados de ruas com grandes lojas e automóveis, isso ainda não faz de um lugar uma paisagem. Pelo termo natureza, entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterruptos das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal. (SIMMEL, 1996, p. 15)

Porém, como fazer o olhar recuperar a paisagem pulverizada? Como falar da paisagem que as novas ordens da economia urbana negligenciam por desconhecer? Há de se narrar a cidade sem ser pela descrição, pelos tributos ou pelas formas – como ressalta Peixoto (1996); sua *authenticité* não reside à vaga descrição. Ao que parece, o aspecto formal urbano tenta substituir a paisagem real. Peixoto (1996) afirma que não se pode dizer nada a respeito de uma cidade além do que seus próprios habitantes repetem, perdeu-se a essência das cidades pelo falseamento elaborado pelos meios de comunicação que as divulgam – por isso valorizaremos a fala dos residentes nas cidades em tela, bem como sua análise empírica aprofundada. Nas cidades, os olhos não veem coisas originais, mas representações dessas coisas que significam tantas outras coisas: tendência de que é capaz o turismo. Ícones, estátuas, tudo se torna símbolo, além do uso e da troca. Como é a cidade sob a égide do simulacro e da representação, os sentidos do que escancara e do que mimetiza, parece quase impossível saber, porém, esse é o esforço desta pesquisa sobre a cidade colonial barroca mineira.

As cidades Patrimônio Mundial, especificamente, em Minas Gerais, enquanto obras artísticas de uma era da colonização brasileira, esboçam a própria arte, no caso, a arte barroca e traços do urbanismo barroco. Se a arte representa, conforme Lévy (1997, p. 78), “um ápice da humanidade”, sua virtual universalidade surge da concepção de uma arte que emerge no seio da Europa e é transplantada, e então particularizada, para o Brasil; arte que ganha, em Minas Gerais, uma nova feição. Essas cidades são universais e fascinantes porque refletem a mais virtualizante das atividades, a prática artística humana; e por essas características despendemos estes quatro capítulos iniciais para, então, debruçarmos sobre a lógica do ordenamento territorial presente, em tais cidades.

Assim, podemos dizer que o barroco constituído em Minas Gerais e as suas singelas expressões urbanísticas, representam uma forma concreta importada, uma manifestação de emoções que se territorializa, sensações experimentadas no mais íntimo da subjetividade de seus construtores, movidos pela saga material do mundo moderno, com o bulionismo. Temos, assim, na materialidade das chanceladas “cidades históricas”, uma possibilidade de experiência subjetiva de outro momento histórico político-econômico, do pensar e do agir de outra era.

O *valeur universelle exceptionnelle*, a *authenticité et intégrité* do patrimônio urbano das *Geraes* são atributos ainda pouco tratados e problematizados na seara da Geografia; também, negligenciados na gestão dos sítios ou para a dinamização do turismo chamado “cultural” em tais cidades. As cidades coloniais barrocas de Minas Gerais, como particularidades de um *devenir* universal, têm seus centros requalificados e “recolonizados”. O território urbano passa por alguns processos de requalificação, renovação, valorização e precarização, dialeticamente. Em suma, os territórios totais de Ouro Preto e Diamantina apresentam uma realidade pouco conhecida, a qual pretendemos lançar luz a partir do capítulo que se segue.

A *patrimonialização global* discutida, os mecanismos internacionais de consagração dos lugares de memória (sobretudo a partir da UNESCO e dos documentos normativos internacionalizados) e os sentidos históricos universais de tais cidades já foram esmiuçados, a fim de vislumbrar o turbilhão total, a totalidade na qual se inscrevem Ouro Preto e Diamantina. Resta-nos ler, no território das cidades barrocas referenciadas enquanto totalidades urbanas, o rebatimento das ações resultantes dos “eventos” globais, que renovam ou “recolonizam” os centros. Como se apresenta o território urbano e como a sociedade se organiza em tais lugares, no presente, são os objetivos da terceira e última parte da tese.

Como o particular e o universal se imbricam, sintetizam uma dialética relacional, está sendo necessária a análise totalizante dos casos particulares. Consideramos, por exemplo,

que o baixo salário recebido por um artesão em Ouro Preto e Diamantina (particularidade), está ligado à monopolização buscada, hoje, nas cidades, uma renda cada vez maior e particular, que segue a lógica universal da circulação, acumulação, seleção e segregação promovida pelo capitalismo, à qual não escapam as cidades-patrimônio.

As ações em prol do desenvolvimento econômico e turístico, nessas cidades especiais, seriam um instrumento de preservação e de ordenamento socioterritorial? O turismo consome seus objetos de renda, contraditoriamente, mas favorece a manutenção da vida e do patrimônio nas cidades barrocas mineiras? Como o Programa Monumenta, após dez anos de atuação, influencia no ordenamento do território total de Ouro Preto e Diamantina? Para Henning (2007, p. 110), o primeiro efeito social da valorização do patrimônio acaba por desconsiderar a função desempenhada historicamente pelos edifícios que compõem um sítio histórico. Os usos tradicionais (residências, pequenos comércios, instituições), as relações entre os moradores, os acontecimentos cotidianos que, de certa forma, vinham sendo “preservados” pelo não-reconhecimento destas áreas, estão sendo substituídos de que maneira, em Ouro Preto e Diamantina? Contraditoriamente, o turismo que se dinamiza a custa de uma divulgação em cadeia de lugares pretensamente “autênticos”, transforma, pouco a pouco, as paisagens e os usos nas cidades.

Como salienta Marcelo Lopes de Souza, além das obras de embelezamento e renovação urbanas, também há a “colonização” das paisagens urbanas pelos interesses privados, com a utilização maciça de placas, cartazes luminosos e *out-doors* no mobiliário urbano (como em pontos de ônibus), em prédios e em transportes públicos, a transformação privada do patrimônio urbano; isso evidencia a permissividade do Poder Público, que aceita e até estimula essa “invasão” desenfreada dos espaços públicos pelos interesses comerciais (SOUZA, 2004, p. 56). Entretanto, a análise não deve focar apenas no centro, nas ações que rebatem sobre o núcleo tombado, mas na “cidade histórica” como totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”. Para essa análise, a paisagem não pode ser tratada como objeto neutro de uma observação desapaixionada (GANDY, 2004). Deve ser abordada como resultante social oriunda da inter-relação da cultura, da política e da economia que, no limite, redundam na ideologia social, na consciência materializada no próprio território.

Se, até meados do século XX, os estudos urbanos estavam centrados em abordagens empírico-descritivas, muito influenciados pela Escola de Chicago, como aponta Gandy (2004), com o desenvolvimento da análise marxista na Geografia, os estudos urbanos passam a interpretar o fenômeno dentro da dinâmica da acumulação capitalista (*O direito à cidade*, de Henri Lefebvre; *A justiça social e a cidade*, de David Harvey; *Estudos de sociologia urbana*, de Manuel Castells). Porém, de acordo com Gandy (2004), os marxistas

de meados do século XX negligenciaram o aspecto cultural da paisagem, como produto de intervenção e interação social. “A avaliação da diversidade social e espacial era ocultada pela pesquisa de novas metáforas explicativas, baseadas na economia política do marxismo” (GANDY, 2004, p. 84). E, por aspecto cultural da paisagem urbana histórica, entendemos o espectro complexo da cultura, da economia e da política, que reordenam o território de toda a cidade, de maneira que as ações focadas em qualquer escala ou direcionamento reflète no âmbito da cidade como um todo. Essa é a complexidade e o foco que o planejamento ou a gestão das denominadas “cidades históricas”, enquanto médias e pequenas cidades – e a escala favorece a proposta – não podem negligenciar. Não seriam as principais ações até hoje implementadas para tais cidades as motivadoras da *situação geográfica* vigente, em Ouro Preto e Diamantina, quer seja com o foco nos centros, quer seja através de ações em áreas periféricas? Essa noção de processo e de totalidade urbana faz-se fundamental para seu planejamento, e a noção de dialética do espaço favorece-nos nesse entendimento.

Se o planejamento urbano é um instrumento relevante no processo de desenvolvimento das cidades e diz respeito, acima de tudo, à coordenação de tomada de decisões e ações públicas no espaço-tempo, de maneira que, levando como ponto focal o problema urbano, “privilegia a promoção do desenvolvimento das cidades” (CARVALHO, 2009), levantamos a seguinte questão: como estão ordenados o território e a paisagem urbana com a operacionalização da preservação do Patrimônio Mundial atrelada ao planejamento, em Ouro Preto e Diamantina? Apontamos, até aqui, os mais notórios “eventos” e mecanismos globais que patrimonializam essas cidades e, por conseqüência, rebatem nos territórios e nas paisagens urbanas, na atualidade. Resta, agora, responder a essa última pergunta, cuja resposta perseguimos na tese, com o olhar centrado na dialética espacial (e, por conseguinte, na perspectiva do processo histórico e da relação universalidade-particularidade-singularidade), que nos favorece a interpretação das cidades em seu movimento de formação e transformação, ininterruptos, cujo momento é o da “recolonização” de seus centros e do reordenamento do território total que as abarca.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Para recordar, já tratamos dos três primeiros momentos da periodização proposta, bem como dos eventos principais a eles inerentes. Tais fases já evidenciadas são: as cidades barrocas como produtos de um *devenir* universal (fase da gênese colonial do patrimônio); as cidades barrocas como *territórios de identidade* nacional (fase de produção simbólica do patrimônio no Brasil); as cidades barrocas como *territórios de identidade do capital* (fase da projeção inicial do patrimônio no Brasil).

## 5.

### **Das abordagens teóricas unidirecionais à prática de planejamento uniescalar nas cidades barrocas: o Programa Monumenta no Brasil como produto e produtor dessa lógica**

Tratar do ordenamento territorial de Ouro Preto e Diamantina, bem como da caracterização paisagística dessas cidades enquanto totalidades urbanas exigiu-nos, até o momento, a compreensão do contexto mais amplo que as envolve – o que diz respeito à projeção histórica nacional e global das mesmas (gênese do barroco mineiro; territórios de identidade do Estado-nação; “construção” do Patrimônio Mundial). Contudo, para o alcance do objetivo geral da tese, duas problematizações se impõem: a perspectiva das abordagens teóricas unidirecionais sobre as chamadas “cidades históricas” ou sobre o centro antigo de cidades, e a prática de planejamento uniescalar vigente. Essas duas questões são entendidas como resultantes presentes de um longo processo histórico, o qual nos impôs a periodização tratada.

No momento em que a história da cidade ocidental pode ser balizada em termos de mudanças de escala da produção do território urbano e das modalidades funcionais correspondentes de suas modificações, a Geografia deve fazer frente ao entendimento de tais transformações. Logo, a cidade pode ser pensada em termos de redes relacionadas entre si e que correspondem à formulação de um espaço extra-urbano que vai designar um amplo território com novas modalidades técnicas e econômicas, mediado, hoje, por novos atores em escala global (BID, BM, UNESCO) e em escala local (governança urbana), na busca do lucro e da renda de monopólio pela “autenticidade” construída dos lugares – questão aprofundada no capítulo 4.2.

Choay (1994) afirma que, no século XX, a doutrina do movimento moderno e os CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna)<sup>118</sup> visaram à destruição da cidade tradicional em proveito dos grandes equipamentos que impactariam a escala local. Isso não ocorreu nas cidades abordadas na tese de forma direta, com a implantação de grandes equipamentos urbanos. Os avanços técnicos da modernidade, por outro lado, atingem essas

---

<sup>118</sup> Segundo Silva (2003), esses congressos eram instituídos por Lê Corbusier, expoente do Modernismo na arquitetura, e objetivavam reunir e sistematizar pesquisas de arquitetos internacionais.



cidades sim. A *accélération galopante de la communication et des transports* tomam conta de todos os interstícios de territórios possíveis. Essa aceleração vem associada à busca do desenvolvimento local necessário à sobrevivência de populações, o que, para Choay (1994, p. 224), favorece a transformação do cotidiano, quando da articulação de novas dimensionalidades econômicas e culturais, nas cidades. Surgem proposições para a catalisação e transformação das residências (realocação da população, em alguns casos), do lazer, das férias, do ambiente, quer dizer, uma distribuição (particularista) do *plaisir existentiel et esthétique*, que pode afetar todo o território de uma cidade.

Torna-se significativa a lógica moderna do sistemático movimento pela *nostalgie* do urbano, encontrada através da “recolonização dos centros” tradicionais das cidades e pela refuncionalização possível identificada com a preservação e a conservação dos centros históricos. Formula-se a produção de imagens e imaginários de cidades através dos chamados centros históricos, o que é favorecido pelo jogo da comunicação midiática. Forma-se, pouco a pouco, ao longo do século XX, uma engenharia patrimonial com a *médiation du tourisme*, diz Choay (1994), na perspectiva da tratada *patrimonialização global*. Um dos principais problemas desse movimento de patrimonialização é que as vias do prazer estético são imprevisíveis e não passam, necessariamente, por um enraizamento local – forja-se uma estética materializada, e uma estética das imagens, nas cidades. Podemos dizer que o olhar focado no centro histórico é incapaz de capturar os resultados e impactos dessa estetização do urbano. “D’ une autre façon, l’activité touristique s’accomplit le plus souvent par des ajustements d’images, de même que les aménagements post-modernes qui interpellent exclusivement l’oeil, à partir d’un intertexte médiatique” (CHOAY, 1994, p. 227). É inconcebível a ruptura completa da tradição do enraizamento local, na dinâmica propiciada no que Choay (1994) denomina *ère post-urbaine*.

Nessa perspectiva de tratamento das “cidades históricas” em sua totalidade (escalas pequena e média do urbano) – não apenas no centro antigo – identificamos ações público-privadas marcadamente concentradoras do capital, sobretudo a partir da consagração de Ouro Preto e Diamantina como Patrimônio Mundial e da implantação do Programa Monumenta, que contribuem para a transformação material e simbólica das cidades (quarto momento da periodização explicitada). Os problemas da fragmentação urbana e da elitização/mercantilização do patrimônio podem ser melhor identificados e interpretados quando da visão total da cidade, e não com o enfoque unidirecional, ou seja, voltado para o centro histórico, como se a pequena e a média cidade pudessem ser consideradas

exclusivamente por este<sup>119</sup>. A busca, então, deve ser a de novas dinâmicas propiciadas pelas “rugosidades” presentes no próprio centro, que favorecem novos fluxos capazes de transformar a realidade e o imaginário da população residente, não apenas no denominado centro histórico; uma análise focada e compartimentada pode não dar conta da realidade multidimensional e em movimento da formação de novas espacialidades acarretadas pelas novas estratégias do planejamento urbano e da gestão, no âmbito de estudos geográficos sobre o patrimônio ou a “cidade histórica”.

Nesse sentido, entendemos o planejamento urbano e a gestão urbana – ou gestão do centro – como complementares e não excludentes. Como qualquer tipo de planejamento, o urbano remete-nos para o futuro. De acordo com Souza (2004, p. 15), “é uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios”. Com um planejamento na perspectiva da totalidade urbana, há maiores chances das coisas darem certo nas cidades, tanto a preservação quanto a boa qualidade de vida na cidade barroca, indissociáveis.

Já a gestão é uma atividade que remete ao presente, ao aqui e agora, diz Souza (2004). É a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas. A gestão está ligada ao resultado no curto prazo, de forma que suas atividades foram planejadas anteriormente, daí a relevância teórica e prática de não separarmos a gestão do planejamento. A diferença básica entre ambas está em seu horizonte temporal. O planejamento é a preparação de uma futura gestão, diz Souza (2004). Nessa perspectiva, afirmamos que as práticas socioeconômicas do presente, em Ouro Preto e Diamantina, a gestão – que convergem para o centro destas cidades, sobretudo – pouco dialogam com o planejamento total das mesmas. Essas cidades são pensadas e “planejadas”, sobretudo, pelo centro e para o centro.

Como se a cidade fosse uma empresa, o Estado deixa de lado grande parte da sua função de regular (criando normas e leis e regulando instituições e empresas, no território) e passa a substituir o planejamento por uma prática administrativa ligada ao setor privado. “Ao invés de uma regulação do uso do solo que visa o bem comum, a busca febril de

---

<sup>119</sup> Longe de pretendermos banalizar os trabalhos que tem como foco o centro de cidades, pois agregam informações e conhecimentos importantes para uma análise total do urbano, o objetivo é apontar para a importância de um olhar total da cidade para a compreensão da dinâmica que assola o próprio centro, o que se consolida como uma visão dialética da produção do urbano e da resignificação do patrimônio. Não podemos conceber a “cidade histórica” pela gama de movimentos ou novas territorialidades que se consubstanciam no centro histórico ou na área de tombamento, apenas. O ordenamento do território fora do mesmo é produto e produtor, inclusive, de sua dinâmica. Como salienta Kosík (1976), a realidade é concebida como um *todo indivisível* de entidades e significados; a realidade não se exaure na imagem física do mundo.

investimentos da parte de grandes empresas com a finalidade de gerar empregos, elevar o *status* e melhorar a imagem da cidade” (SOUZA, 2004, p. 23). Isso pode ser um contrasenso, quando o Estado trata a administração de bens, serviços e espaços públicos como se fossem particulares, dentro da lógica de produtividade e de competitividade urbanas.

Sendo a gestão e o planejamento produtos de uma ideologia de classe, não são neutros, trazem inerentes interesses particulares de seus agentes, uma ordem econômica e política específicas. Mesmo que o discurso ou a retórica seja em nome de uma maioria, o planejamento e a gestão dizem respeito a relações de poder que se corporificam no território e conformam a paisagem das “cidades históricas” na lógica contraditória do capitalismo.

As obras urbanas, então, saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital (a cidade emerge como força de produção), diz Villaça (2002), de forma que as obras de infraestrutura e valorização da terra urbana são priorizadas enquanto as de habitação são negligenciadas pelas administrações. Tem-se, na perspectiva desse arquiteto, a desconsideração da melhora das condições de vida nas cidades para o enaltecimento da produção de cidades propagadoras de símbolos e produtoras de imagens. Da cidade do consumo emerge o consumo das cidades; aglomerados de novas produções mediadas pela reinvenção da arte urbana. O interesse pela renda, pelo lucro e pela especulação imobiliária fica latente no território e na paisagem. Se essa é uma lógica universal da reprodução do capital nas chamadas cidades Patrimônio Mundial, cabe-nos apontar quais as contradições não são reveladas por essa tendência, que é a da *patrimonialização global*, nas duas cidades objetos de estudo.

Parece que os planos diretores e as ações decorrentes dos mesmos – quando ocorrem – devem ser repensados, pois se tornam “inviáveis” ao atenderem os auspícios da classe hegemônica; se as obras atendem a uma pequena parcela das populações das cidades, os planos caminham para o discurso, pois a classe dominante não tem propostas para resolver os problemas urbanos que se agravam (VILLAÇA, 2002). As classes privilegiadas visam, pois, aos investimentos em territórios privilegiados, como o centro ou as novas zonas valorizadas de expansão urbana. Como diz Villaça (2002), os dilemas e os interesses a serem ocultados pelos novos planos estão claros, não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, pois estas não são de interesse popular. Há um movimento de requalificação generalizada do centro de cidades em detrimento da minimização da precariedade de outros bairros. E sobre o anúncio da realização de obras, ao ouvirmos a população de Ouro Preto e Diamantina, fica claro o desconhecimento da mesma em relação à operacionalização territorial do Programa

Monumenta, para dar um exemplo (ver gráficos de 03 a 06 – a localização dos bairros pode ser atestada nos mapas de 3 a 8).

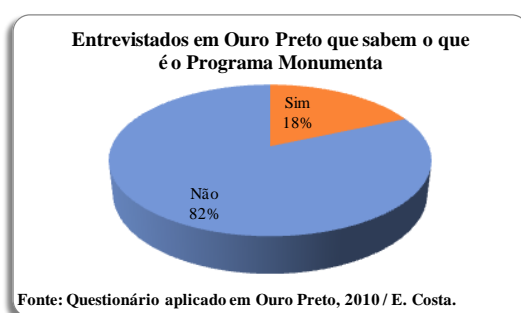


Gráfico 03

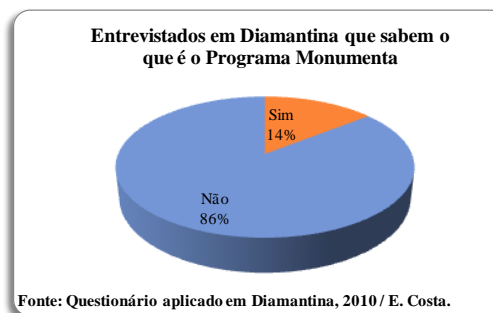


Gráfico 04

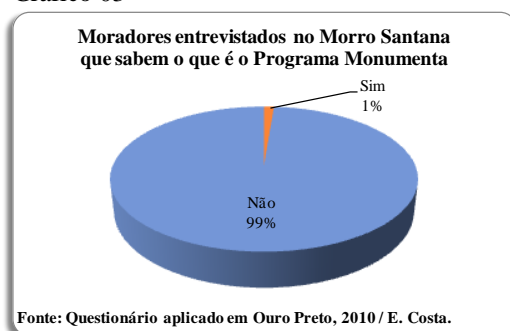


Gráfico 05

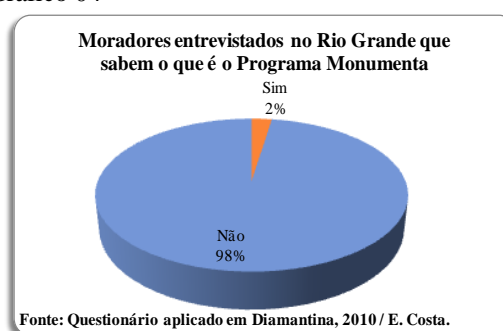


Gráfico 06

Faz parte do discurso corrente que, desde meados do século XX, a cidade é tratada como um organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional que pensa a cidade de forma setorizada. Então, “os planos não podem limitar-se a obras de remodelação urbana; *elas devem ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, integrando a cidade em sua região*” (VILLAÇA, 2002, p. 212).

É esvaziado de seu conteúdo e reduzido a discurso – e a um calhamaço de folhas e mapas, quando os tem –, alteram-se os conceitos de *plano* e *planejamento*, diz Villaça (2002). O planejamento urbano torna-se uma atividade intelectual de elaborar planos, encerrando-se em si mesma, “desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado” (VILLAÇA, 2002, p. 222). Em verdade, a busca é pela ocultação das políticas elitizadas implementadas, para não se escancarar o foco privado das mesmas – lógica das políticas públicas de patrimônio para a dinamização turística das áreas centrais de cidades, descompassadas da implementação de infraestrutura urbana em outros bairros (às vezes no próprio centro). Veremos, a seguir, qual é a verdadeira situação do mais atual e polêmico programa de patrimônio que operou, nos últimos dez anos, em 26 cidades brasileiras.

O que pretendemos enaltecer com a análise do planejamento e dos planos diretores em Ouro Preto e Diamantina – o que aprofundaremos no capítulo 6 – é a capacidade real destes em orientar a ação das prefeituras, sua lógica e coerência internas, sua operacionalização e diálogo com a gestão do centro histórico. Sabemos das dificuldades de se

desenvolver políticas em prol de uma maioria, nas cidades. Contudo, vale ressaltar a análise, mais uma vez, de Villaça (2002). Para o arquiteto, o planejamento urbano no Brasil tem sido caracterizado como discurso, cumprindo missão ideológica de ocultar os problemas das maiorias urbanas e os interesses dominantes no ordenamento do território, exceção feita ao zoneamento – único aspecto do planejamento urbano brasileiro que tem sido vivo e consequente, embora sabidamente elitista. Para além da esfera da ação do Estado, das políticas públicas, o planejamento urbano deve ser interpretado à luz da ideologia que o direciona. O território urbano é produto da ideologia do Estado e da hegemonia das classes dominantes, como propõe Villaça (1998 e 2002). Lembrando Marx e Engels, em *Ideologia Alemã*, não podemos partir do que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, na imaginação dos outros para, então, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir do seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital.

Os produtos específicos do ordenamento territorial intra-urbano não são os objetos urbanos em si; praças, ruas, edifícios, mas suas localizações, diz Villaça (1998). Se os edifícios representam objetos do ordenamento territorial, essa lógica só pode ser entendida e explicada a partir de suas localizações. Conforme Villaça (1998), a localização é, ela mesma, um produto do trabalho, que especifica o território intraurbano. “Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais” (VILLAÇA, 1998, p. 24).<sup>120</sup> Nessa perspectiva que falaremos em *situação geográfica urbana*.

Assim, faz-se necessário enaltecer as implicações e consequências das *localizações* – o que faremos com a cartografia e sua interpretação que serão esboçadas ao longo deste e do próximo capítulo da tese. Em síntese, é necessário explicar as localizações intra-urbanas para identificarmos as *possibilidades de empoderamento* dos bens culturais. A noção de dialética espacial proposta auxilia-nos nessa discussão, uma vez que não são apenas as esferas socioeconômicas as modeladoras do território, mas, especialmente, as características e as localizações paisagísticas e territoriais dos objetos que modelam, sobretudo, o modo de vida nos lugares. O barroco, por exemplo, emerge ressignificado para os sujeitos que se apropriam desses centros históricos, na perspectiva de seu já discutido *devenir universal*. Se a dinâmica de um regime de acumulação determina a forma de produção

---

<sup>120</sup> É nessa perspectiva que nossa hipótese central é a de que, dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-as globalmente) são os mesmos que a divide, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território urbano e um imaginário coletivo distorcido sobre o Patrimônio Mundial, quando as ações público-privadas convergem para a área de tombamento.

e de transformação do território ordenado, a paisagem também modela, simultaneamente, o regime de acumulação nas cidades totais.

O Programa Monumenta, então, é produto e produtor dessa lógica decorrente do que chamamos *patrimonialização global*. E, extrapolando o ordenamento territorial para a cidade total, são reveladores, também, o papel das indústrias [após a década de 1930, a siderúrgica e a de tecidos, em Ouro Preto, e a de tecidos, em Diamantina], das universidades [desde o início do século XX, em Ouro Preto, e após a década de 1960, em Diamantina] e do garimpo do ouro e dos diamantes, historicamente, como práticas econômicas modeladoras do território urbano, que redundam na formação de suas periferias. Ainda hoje, essas três atividades, acrescidas à dinâmica dos serviços e do comércio turísticos, rebatem no ordenamento de tais cidades. Será no sexto capítulo que nos dedicaremos ao entendimento do papel destas práticas econômicas na formação territorial e cultural de ambas as cidades. Por ora, trataremos do principal resultante da *patrimonialização global* em Ouro Preto e Diamantina, o Programa Monumenta.

Para estudarmos a dinâmica territorial e paisagística de cidades como Ouro Preto e Diamantina, a abordagem teórica unidirecional ou a prática de planejamento uniescalar são pouco satisfatórias, pois não dão conta das interações dos elementos da estrutura total correlacionada com todos os quadrantes do território da cidade. Se um centro histórico tem uma estrutura (aparentemente cristalizada, o que é um engano da prática do planejamento ou da gestão, e mesmo das abordagens que o trata assim), a mesma está diretamente vinculada à cidade como um todo; a prática do turismo, no centro, não é a única atividade modeladora da paisagem ou que vai ordenar o território urbano, é apenas um dos vetores. Segundo Milton Santos, em *Metamorfoses do espaço habitado*, os cortes no tempo nos dão situações em um determinado momento, não captam o movimento, são, apenas, uma fotografia.

Para desvendarmos, então, a dinâmica da chamada “cidade histórica” precisamos: identificar em quais partes do centro são feitos os investimentos, ou seja, quais as novas centralidades criadas na área tombada; decifrar a ocupação e o uso preponderantes da terra nos setores privilegiados do centro; localizar os pontos focais de atuação da municipalidade no território do centro e, é claro, da cidade como um todo; buscar o conhecimento de por que esses bairros, o centro e as novas centralidades exibem um arranjo territorial e não outro, qual a inter-relação socioterritorial entre bairros e centro ou quais são suas funções socioeconômicas e culturais particulares e totais. A busca desse entendimento remete-nos à apregoada dialética espacial, que envolve os binômios espaço-tempo ou espaço-sociedade, reciprocamente. Para entendermos a “concretude” desses fenômenos, partiremos para a leitura da espacialização do Programa Monumenta no Brasil, primeiramente.

## **5.1 – O Programa Monumenta no Brasil – entre a gestão dos centros e o planejamento de cidades.**

A dialética Estado-mercado fica explícita na prática institucional do governo brasileiro na área cultural, na década de 1990, representando o paradigma neoliberal como hegemonia da mentalidade política do país. Há uma alteração do quadro de financiamento da cultura a partir da inserção da iniciativa privada como gestora dos recursos de fomento, o que demonstra uma transformação radical no papel do Estado na área cultural; para Tozi (2007), essa foi a fórmula adotada como paradigma de gestão de cidades pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tornou as ações de recuperação urbana associados ao universo de valorização da cultura como modelo principal, o que exige entender esse processo inserido no cenário da política globalizada.

Tozi (2007) afirma que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) [1995-2002] foi o mais empenhado em estreitar as relações entre o Estado e a iniciativa privada, consolidando os preceitos de dissolução da estrutura tradicional do aparato estatal, característicos da proposta de gestão pública neoliberal. Esse modelo de gestão, voltado para a obtenção de “resultados”, tem como premissa a eficiência da administração, embasada no setor empresarial, ou seja, o “sucesso” da gestão pública funde-se aos mecanismos do universo do mercado.

Esse processo valorativo de áreas “especiais” de cidades casa com a proposta do governo de FHC, quando a cultura passa a ser o “produto” brasileiro posto para o mercado internacional. Esse governo justificou suas ações no campo do patrimônio através da retórica de que a cultura brasileira atrairia divisas econômicas através do turismo, investimentos e empréstimos internacionais, assim como movimentaria a economia interna ao gerar novos empregos. De acordo com Tozi (2007), a consolidação de um nicho de mercado cultural no governo FHC/Weffort (que foi o Ministro da Cultura durante sua gestão) foi apoiada pela criação de um sistema financeiro da cultura calcado, tanto no aprimoramento das leis de incentivo fiscal, como no apoio à difusão do *marketing* cultural entre as empresas, e no estabelecimento de acordos de empréstimos com o BID, cujos quais tinham o objetivo de fortalecer a infra-estrutura turística, investindo na consolidação da importância do turismo cultural para a economia brasileira. Ou seja, no fim do século XX, ocorre o coroamento da hibridização entre a cultura e o mercado, onde a primeira é direcionada ou alcançada por agentes econômicos (às vezes associados ao poder público, como se dá com o Monumenta) que estabelecem estratégias de negócios, convergindo a cultura tradicional e a cultura do

dinheiro, processo que Arantes (2005) denomina “culturalismo de mercado”, a propósito do papel desempenhado pela cultura (imagem mercadoria) nas novas gestões urbanas.

Desde a concepção do Programa Monumenta, a lógica foi a da generalização da tomada dos centros por meio da territorialização do capital financeiro, de forma a acompanhar o novo papel do Estado na transformação material e simbólica das cidades, a dispersão concentrada e concentradora do capital e a perceptividade dos agentes hegemônicos ávidos por novos investimentos urbanos. Como salienta Smith (2006), as primeiras realizações de iniciativa municipal, na retomada de centros de cidades, se desenvolveram como canais de investimentos financeiros no urbano; a parceria público-privada, relativa novidade no final dos anos setenta, tornou-se a norma, mas o equilíbrio dos poderes ligando os setores privado e público havia mudado no decorrer do processo. “Em lugar da razão política acompanhar a economia, ela agora se curva inteiramente diante dela (...) é fácil ver o novo afluxo de capital globalizado nos grandes projetos em centros urbanos” (SMITH, 2006, p. 76).

Assim como no governo FHC, o governo Lula também viu na cultura o “produto” brasileiro de exportação por excelência, e o próprio ministro Gilberto Gil reforçou, por várias vezes, a importância da valorização econômica dos bens culturais brasileiros, assim como a profissionalização dos recursos humanos na área, o que contribuiria para a construção de uma imagem positiva do país (TOZI, 2007). O autor considera que a área de preservação do patrimônio, no Governo Lula, permaneceu como ponto estratégico, porém como principal elemento de sustentação da identidade nacional, a memória coletiva recebe uma nova abordagem para os investimentos e projetos do governo federal. Para o autor, a prioridade de preservação da cultura *imaterial* (valorização do saber popular) completou a noção de bem patrimonial que sustenta o discurso da identidade nacional brasileira. “Ou seja, por mais inserido no contexto de economias globalizadas que a gestão Lula esteja, seus esforços se concentram na valorização de uma identidade nacional (...) As identidades locais se constituem na base para a identidade nacional”. No ponto de vista de Tozi (2007), a diferença essencial no enfoque da gestão FHC e de Lula, na área cultural, está em que o primeiro seguia à risca o modelo de retração das funções do Estado em detrimento da expansão do universo do mercado na esfera pública; enquanto o segundo adota uma política de convivência da lógica mercadológica na esfera pública, porém, regulamentada pela intervenção estatal, que assume o papel de instituição política protetora dos interesses populares.

Em verdade, o que se verifica é o continuísmo da prática mercadológica da preservação do patrimônio, que tem início já na fase que denominamos *projeção inicial do patrimônio cultural no Brasil*, na década de 1960 – no movimento de busca da *identidade*



*pelo território* à forja de *territórios de identidade do capital* – com as políticas de investimento nas áreas centrais de cidades coloniais brasileiras.

Na perspectiva mercantil de implantação do referido Programa, podemos afirmar, junto com Souza (2004), que a partir da década de 1990, ganha importância em várias cidades do Brasil, um tipo de planejamento voltado para o mercado, que é nomeado por Souza (2004) como *mercadófilo*, por estar extremamente vinculado aos interesses capitalistas. Esse tipo de planejamento não está preocupado com o ordenamento do território no que diz respeito à ocupação e uso da terra, mas está concentrado no aumento da competitividade econômica das cidades. No planejamento *mercadófilo* ligado à gestão dos centros de cidades, há a explicitação do enfoque direto de defesa dos interesses dos agentes hegemônicos que revaloram as cidades-patrimônio. “O que conta nesse novo estilo de planejamento é a capacidade da cidade de atrair investimentos: do oferecimento generoso de infra-estrutura para mega-empresarias até incentivos fiscais, passando pelo *marketing* urbano (...), vale tudo na hora de atrair investidores. (SOUZA, 2004, p. 54).

O novo planejamento está preocupado em atender mais aos interesses privados e menos aos interesses coletivos. Esse tipo de planejamento, em nosso entendimento, compreende a cidade em zonas, mas zonas descentralizadas e hierarquizadas, de forma que, nessa hierarquia, algumas são privilegiadas para os investimentos e implantação de projetos. Esse tipo de planejamento *mercadófilo*, pois, tem por foco estrito o embelezamento, a requalificação ou renovação (acompanhados da refuncionalização) de determinados lugares e paisagens, com apelo comercial-turístico; é o caso da intervenção do Programa Monumenta.

Síntese do processo de *patrimonialização global*, o Programa Monumenta é um instrumento da gestão que mascara o planejamento. Com uma visão imediatista, o planejamento do futuro do território é renegado; deixado de lado, o plano diretor é substituído – na prática, pois se consubstancia na elaboração do documento – pelos planos estratégicos, cujo programa enunciado é exemplar singular nacional. “Diferentemente de um plano diretor, um plano estratégico não contém regras e instrumentos com cuja ajuda se possa buscar uma organização espacial mais justa e mais de acordo com o objetivo de preservação ambiental; muito menos consiste em uma lei. Ele é um conjunto de intenções que contém metas, esboços de programas e onde são mencionados grandes obras e grandes projetos urbanísticos a serem concretizados, tudo isso embelezado com a ajuda de *slogans* e frases de efeito” (SOUZA, 2004, p. 59).

Em suma, no plano institucional, dentre as políticas oficiais de gestão, preservação e conservação de centros históricos ou do patrimônio cultural, no Brasil, celebra-se, em março de 1999, o maior acordo financeiro da história do país, através de uma parceria

entre a República Federativa (Ministério da Cultura) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desse consórcio, assinado em Paris, que envolve também a participação de empresas nacionais, surge, então, o Programa Monumenta/BID, cuja estratégia supera os aspectos arquitetônicos da preservação e marca o processo de “recolonização dos centros” de Ouro Preto e Diamantina, além de outras 24 cidades brasileiras contempladas pelo Programa.

### ***Caracterizações gerais do Programa Monumenta***

O Monumenta tem como composição financeira recursos externos oriundos do empréstimo e de contrapartida, esta última proveniente da União, Municípios, Estados e iniciativa privada. Os recursos do Projeto de cada cidade são constituídos de 70% de aporte federal, aí incluídos os valores referentes ao Contrato de Empréstimo junto ao BID, e 30% de contrapartida municipal ou estadual (em Ouro Preto e Diamantina, as prefeituras entraram com os 30% dos recursos investidos em seus Projetos).<sup>121</sup>

O Programa Monumenta tem como objetivos de longo prazo, de acordo com o seu Regulamento Operativo (BRASIL, 2006, p. 10):

- a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
- b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; e
- c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação.

O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto<sup>122</sup>.

O Programa alcançará seus fins quando as Áreas de Projeto mantiverem suas características restauradas sem a necessidade de recursos federais adicionais para sua

---

<sup>121</sup> Lembra-nos Tozi (2007) que o empréstimo do BID de US\$ 92 milhões, com taxa de 6,5% ao ano, não é a ‘fundo perdido’ para a União (com prazo de pagamento para 20 anos). A outra parcela do montante que prevê a mobilização – somado o empréstimo – atingirá aproximadamente US\$ 200 milhões, logo, parte do BID e parte do governo brasileiro (incluindo a participação dos estados e municípios). A participação dos municípios é condicionada à capacidade de fornecer a contrapartida de US\$ 20 milhões e de mobilização da iniciativa privada para sustentar a contrapartida que lhe confere o acordo (US\$ 12,5 milhões). Como crédito complementar, o Programa possui parceria com a Caixa Econômica Federal (para investimento em empreendimentos, aquisição de equipamentos e capital de giro para empresários das regiões selecionadas). A verba máxima destinada por Área de Projeto é de US\$ 8,5 milhões, na lógica de quem tem mais monumentos nacionais, tem mais verba e, portanto, mais impacto e visibilidade as intervenções propostas. A seleção da área de projeto e área de influência levou em consideração a lógica do “quanto maior a amplitude espacial da área a ser beneficiada, mais diluídos seriam os resultados de transformação urbana”, e por isso, optou-se por concentrar os bens, causando maior impacto na opinião pública (TOZI, 2007).

<sup>122</sup> Por Área de Projeto entende-se parte ou todo o Sítio Histórico Urbano Nacional (SHUN) ou a área que compreende Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, eleito pelo Programa como objeto de investimento. (BRASIL, 2006, p. 07)

preservação; quando for observado um aumento no grau de conhecimento público e de atitude favorável em relação ao patrimônio cultural do país; ainda, terá alcançado seus objetivos quando a estratégia usada para desenvolver esse Programa for, também, utilizada para recuperar sítios nele não incluídos, independentemente da participação do BID no financiamento, de acordo com as fontes documentais analisadas.

A faceta *mercadológica* do Programa fica evidenciada nos documentos consultados. Enfatiza-se a necessidade de uma ação integrada em relação à preservação – ação *integrada* que se refere mais à atuação de capitalistas e menos à *integração* popular efetiva (retomar gráficos de 03 a 06). Essa ação integrada deve incluir, além dos investimentos em preservação e reabilitação de bens, os investimentos complementares para melhorar o seu entorno e assegurar seu uso “sustentável”. “Os Projetos deverão incorporar a iniciativa privada desde a sua concepção, tanto na condição de potenciais operadores, como de parceiros em empreendimentos imobiliários e comerciais, com vistas ao esforço de revitalização das áreas de intervenção” (BRASIL, 2006, p. 36).

A Área de Projeto é o território no qual são aplicados os recursos do Programa, compreendendo imóveis públicos, privados<sup>123</sup> e logradouros. No caso dos conjuntos tombados, o Regulamento Operativo (BRASIL, 2006, p. 37) é categórico, o perímetro de intervenção deve possuir “o tamanho *mínimo suficiente* para assegurar a composição de um conjunto arquitetônico harmonioso e de um agregado sustentável de *atividades econômicas*”. Poderemos atestar essa estratégia na espacialização presente nos mapas 3 e 5, que serão apresentados nos tópicos seguintes.

O Regulamento Operativo (BRASIL, 2006, p. 37) entende por “sustentabilidade” a geração permanente de receitas suficientes para garantir o equilíbrio financeiro das atividades e manter conservados todos os imóveis da Área de Projeto, inclusive os bens cujas receitas sejam insuficientes para sua conservação. Tratando-se, via de regra, de áreas economicamente deprimidas, a “sustentabilidade” é tributária da intensificação do fluxo de freqüentadores e turistas à Área de Projeto, bem como da intensificação do uso de seus

---

<sup>123</sup> De acordo com o *Regulamento Operativo do Monumenta*, os imóveis privados situados na Área de Projeto são financiáveis visando recuperar suas características históricas, artísticas e cênicas. Nesse componente, são beneficiários do Programa pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de imóveis situados na Área de Projeto, ou seus parceiros, formalmente constituídos, bem como promitentes compradores, inquilinos ou ainda aqueles que comprovem a utilização dos referidos imóveis para fins residenciais e/ou comerciais nos últimos cinco anos. Os proprietários, mediante edital público, são convidados a apresentar propostas que serão classificadas de acordo com: 1) proporção de contrapartida do proponente; 2) interesse do imóvel do ponto de vista histórico, artístico, cênico ou estratégico para os objetivos do Projeto (ou seja, refira-se a um potencial *objeto* para a atratividade, investimentos privados e acessibilidade); 3) estado de conservação do imóvel (que também busca atender os princípios do Programa). O financiamento ao beneficiário é oneroso; seu retorno é, obrigatoriamente, depositado no Fundo Municipal de Preservação.

imóveis. Para tanto, as intervenções devem focar a melhoria da *acessibilidade* e da *atratividade* da Área, segundo o próprio Programa.

Três são os conceitos básicos do Programa Monumenta e que mais chamaram a atenção para sua análise: *participação privada*, *atratividade* e *acessibilidade*. Conceitos que, na prática, nos remetem à busca da fluidez territorial, à estetização da paisagem, à acumulação e à reprodução do capital – não fugindo de sua lógica contraditória, de maneira a propiciar novas centralidades no próprio centro contemplado pelo Programa, como veremos.

Conforme o Ministério da Cultura (BRASIL, 2001), o Programa tem como um de seus princípios fundamentais a *participação privada* na recuperação de imóveis privados e públicos e no estímulo a ações de promoção de atividades econômicas, culturais e turísticas. A *atratividade* implica na seleção de ações que melhor contribuam para dinamizar os fluxos turísticos para a Área do Projeto. A *acessibilidade* refere-se a melhorias das condições de acesso à Área, incluindo sinalização, estacionamentos, operação do sistema viário, transporte coletivo, melhoria de calçadas e demais espaços para pedestres, iluminação pública e segurança, produzindo efeitos diretos sobre a Área de Projeto.

Os recursos gerados, direta ou indiretamente, pelo Projeto, conforme o Regulamento Operativo (BRASIL, 2006), devem ser depositados em um fundo contábil criado pelo Município, chamado Fundo de Preservação. O mesmo, criado especialmente para esse fim, deve ser mantido pelo prazo mínimo de 20 anos. Seus recursos são oriundos de:

- a) receitas diretas, que consistem em remunerações de capital, aluguéis, concessões de uso, bilheterias etc;
- b) recursos de convênio;
- c) contrapartidas;
- d) receitas financeiras;
- e) receitas de aluguel e arrendamento;
- f) produto de alienação de imóveis; e
- g) doações;

Pelo exposto, fica claro que o Programa Monumenta tem, na sua origem, o objetivo de estabelecer uma recuperação “sustentável” do patrimônio urbano brasileiro sob tutela federal, e resulta do contrato de empréstimo entre um dos *arquitetos do mundo*, o BID, e da República Federativa do Brasil. Objetiva, no plano teórico, a execução de obras de conservação e restauro e de medidas econômicas, institucionais e educativas para ampliar o retorno financeiro dos investimentos do Programa, aplicando-os permanentemente em sua conservação. Quase não são identificadas referências, nos documentos, sobre a importância da opinião das comunidades locais sobre esse processo mercantil, ou sobre as ações voltadas

para as mesmas<sup>124</sup>; colocam-se à “venda” bens coletivos e inalienáveis, os bens culturais do mundo, pouco resgatando o sentido da história, da memória e da cultura que representam.

Ao contrário do que aparenta, as atividades de gestão e requalificação urbanas (com foco no centro das cidades) levam, em nosso entendimento, ao aumento das disparidades no próprio centro, entre os bairros da área de tombamento e entre esses e o resto da cidade, consubstanciando na fragmentação articulada do território e na distribuição desequilibrada da riqueza, também, nas chamadas “cidades históricas”. “Si por un lado se verifica cierta apertura hacia nuevas miradas sobre la ciudad, también es cierto que científicos sociales, políticos y empresarios terminan utilizando un mismo vocabulario y produciendo un nuevo discurso hegemónico caracterizado por un marcado culturalismo de mercado, que estetiza, para comerciarla, la diferencia” (SOSA, 2010, p. 14).

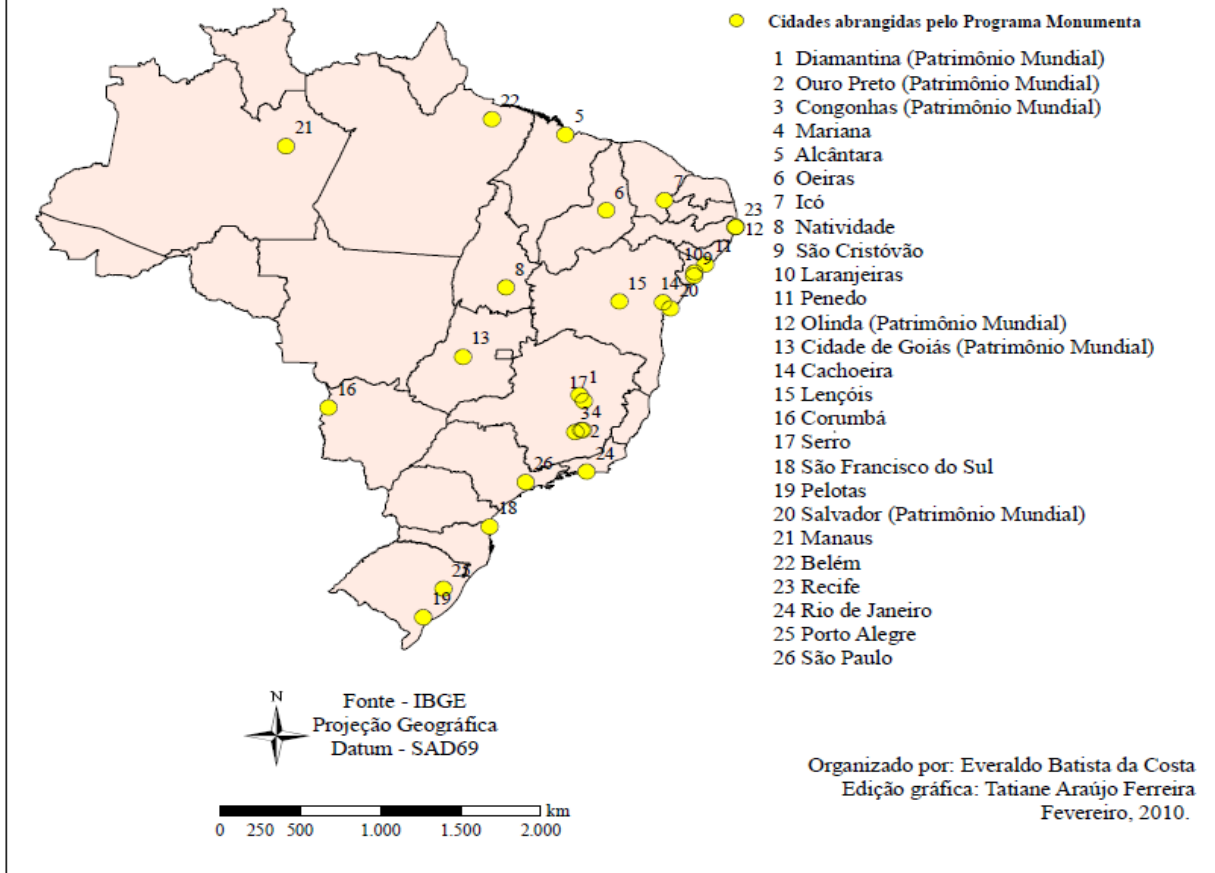
O Programa Monumenta foi implementado nas seguintes cidades brasileiras: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira, Lençóis e Salvador (BA), Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Serro e Mariana (MG), Corumbá (MS), Goiás (GO), Icó (CE), São Cristóvão e Laranjeiras (SE), Manaus (AM), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda e Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Pelotas e Porto Alegre (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC) e São Paulo (SP). Observemos que os estados da Bahia e de Minas Gerais foram contemplados, respectivamente, com três e cinco cidades; dois dos estados de maior fluxo oriundo do chamado turismo cultural do país. O mapa que se segue espacializa essas cidades brasileiras por estado da federação.

Essa espacialização que parece um resultado é, em verdade, um processo, pois a “história é sem-fim, está sempre se refazendo (...) um resultado hoje é também um processo que amanhã vai tornar-se outra situação”, afirma Milton Santos, em *Metamorfoses do espaço habitado*. Essa espacialização é causa e resultado do movimento universal pela preservação do patrimônio; se tomarmos tal espacialização como apenas um momento dado, perdemos a noção do todo em movimento.

---

<sup>124</sup> O Regulamento Operativo (Brasil, 2006, p. 14) faz referência à importância da capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo, além de programas educativos sobre o patrimônio histórico, de forma assaz e objetiva.

## **Cidades brasileiras contempladas pelo Programa Monumenta (BID/República Federativa)**



Tozi (2007) diz que o Monumenta contemplou todos os sítios urbanos brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e que, de acordo com seus defensores, surgiu com a preocupação de promover a conscientização da importância do patrimônio cultural, não somente como símbolo de identidade da nação, mas como elemento de sustentabilidade econômica, inserido na dinâmica da vida cultural, social e econômica da população. Visou a promover o desenvolvimento social de comunidades, pois, conforme Tozi (2007), a eficácia do Monumenta está na demonstração de que uma política pública de patrimônio bem coordenada, associada à revitalização econômica e social dos espaços restaurados pode provocar mudanças de atitude na população, com efeito direto nos residentes. Essa questão não se operacionalizou nem em Ouro Preto, nem em Diamantina, como verificamos nos questionários aplicados e sintetizados nos gráficos 3, 4, 5 e 6.

O Monumenta não contemplou todas as cidades brasileiras inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, ao contrário do que afirma Tozi (2007). Ficaram de fora: Brasília (DF), São Luis (MA) e São Cristóvão (SE). Em segundo lugar, o Monumenta, nem em Ouro Preto,

nem em Diamantina, buscou, efetivamente, preparar a população para a implantação do Projeto (o que demonstra a tendência da pouca participação e conhecimento das populações locais sobre as políticas de patrimônio implantadas, e do rumo que vêm tomando suas “cidades históricas”). Isso se reflete no pouco conhecimento que os moradores têm do Programa, como ficou evidente nas atividades de campo realizadas (a população pouco fica a par da dialética das ações e da situação de seu patrimônio edificado).

Para Taddei Neto (2003, p. 106), diferentemente de outros bens culturais, o patrimônio edificado agrega a seu valor simbólico, inerente a todos os bens culturais, o valor imobiliário, isto é, seu valor de mercado, que é eminentemente econômico (torna-se cada vez mais complexo mensurar o grau de relevância que se dá aos usos, às trocas ou aos símbolos que passam a refletir sobre os bens tombados). De acordo com o autor, esses valores, somados a outros atributos dos bens imóveis, tais como a infungibilidade<sup>125</sup> e a durabilidade, tornam esse patrimônio “bastante diferenciado no mercado”. A posição de Taddei Neto é claramente favorável à mercantilização dos bens culturais coletivos. Segundo ele, “para conservar e perenizar nossas edificações históricas, dependemos de sua boa utilização social e, em contrapartida, de sua boa utilização econômica. Entretanto, esse patrimônio constitui-se de bens imóveis que podem, a qualquer momento, ser retirados do mercado, fechados, trancados, à espera de exploração econômica mais rentável”.

Segundo Taddei Neto (2003, p. 109), forma-se um círculo vicioso, um problema crônico. Dispõe-se de um orçamento para a área da preservação de patrimônio incompatível com a dimensão do acervo patrimonial brasileiro. Afirma o autor que nenhum orçamento daria conta da manutenção permanente dos sítios já tombados e ainda da recuperação daqueles que passassem, ao longo do tempo, a integrar o patrimônio edificado. Nesse contexto, Taddei Neto (2003) destaca como um aspecto relevante da política de cultura do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a “valorização dos bens culturais representativos de todas as etnias, de todas as épocas e ciclos econômicos brasileiros, nas diferentes regiões do país”, bem como a recorrência ao compartilhamento entre as várias esferas de governo e o setor privado na gestão das ações voltadas para a cultura, como forma de enfrentar o problema crônico da falta de verbas (é importante dizer que o arquiteto Taddei Neto esteve diretamente ligado à implantação do Monumenta, no governo FHC, como coordenador nacional do Programa).

---

<sup>125</sup> São bens infungíveis aqueles que não são substituíveis por outros da mesma espécie, qualidade ou quantidade, ou seja, está ligada à irreplicabilidade, autenticidade e excepcionalidade das quais já fizemos referência. Os bens imóveis por exemplo, são legalmente considerados infungíveis, uma vez que possuem elementos diferenciais, de acordo com Taddei Neto (2003).

Não é verdadeira a afirmação de que a seleção das cidades para implantação do Monumenta tenha valorizado os bens representativos de “todas as etnias, de todas as épocas e ciclos econômicos das diferentes regiões do país”. A relação das cidades escolhidas pelo Programa mostra que se constituem mais nos principais destinos do turismo cultural brasileiro do que na diversidade ora afirmada. Se a seleção dos bens culturais a representarem a formação de um novo “Estado-nação”, no início do século XX, esteve ligada à preservação da cultura consagrada “branca, portuguesa e católica”, onde as referidas cidades foram escolhidas, a opção atual do Programa reproduz, novamente, essa seleção elitista, tendo Minas Gerais e Bahia como referenciais do Monumenta, como o foi com o barroco para o Estado, na busca de uma *identidade pelo território*, na década de 1930. Sendo 26 cidades as selecionadas pelo Monumenta, por que termos cinco em Minas, três na Bahia, duas em Sergipe, duas em Pernambuco, duas no Rio Grande do Sul e não uma cidade selecionada pelo Programa em cada estado da Federação? Se for considerado, conforme propõe Taddei Neto (2003), que a implementação do Monumenta constituiu um desafio graças ao “ineditismo de seus objetivos” (sustentabilidade, replicação ou reprodução dos projetos e diversificação do patrimônio protegido) vê-se aí uma grande contradição que não responde a interrogação colocada.

A análise do Programa Monumenta implantado nas cidades Patrimônio Mundial em Minas Gerais (Diamantina e Ouro Preto) visa, para além de tomá-las como casos ilustrativos, a oferecer subsídios que permitam refletir acerca dos processos de preservação e mercantilização que levam à “recolonização dos centros” e sobre a tendência de ordenamento das “cidades históricas” brasileiras em sua totalidade, quando aparecem dissociados o planejamento urbano das políticas públicas de preservação. A escolha de tais núcleos urbanos justifica-se para mostrar não somente as convergências e semelhanças atuais das políticas de patrimônio e planejamento vigentes nas duas cidades, mas para, através dos resultados, oferecer uma discussão que possibilite a extensão desta leitura a outras cidades, à luz da dialética e de um olhar geográfico sobre as cidades-patrimônio mediadas pelo espaço-tempo em movimento. Afirmamos que as desigualdades socioespaciais que impactam tais cidades também se dão, paradoxalmente, pela difusão de programas de requalificação ou refuncionalização de áreas urbanas centrais – pois os holofotes do Estado-mercado se voltam para esse novo “produto”, negligenciando outras áreas – e pela passividade dos que as habitam; vigora o silêncio da sociedade urbana, na perspectiva de uma “coerção consentida” (COSTA, 2009).

A questão imperante diz respeito à prática da gestão do centro em detrimento do planejamento total urbano. Como falarmos em democratização do patrimônio, acessibilidades



coletivas ao centro histórico, resgate da memória, sentimento de pertencimento, quando há bairros sem água encanada, esgotamento sanitário ou um eficiente transporte público?

O Programa Monumenta ou qualquer outro programa de patrimônio ou de renovação de áreas urbanas deve ser encarado não como fim, mas sim como meio de melhora de qualidade ambiental e de vida na cidade total. Se, como coloca Miranda Neto (1981), as principais características do processo de planejamento são a inerência, a globalidade, a unidade, o dinamismo, a viabilidade, a previsão e a participação, como explicar a incapacidade do programa em atingir a totalidade da cidade, não em nível de intervenção – pois não é seu objetivo –, mas, no mínimo, de informação? No mesmo caminho vai o planejamento, que tem como pressupostos básicos a totalidade, a racionalidade e o equilíbrio e pouco disso é atendido no âmbito do território ou da paisagem. O ordenamento do território urbano, ao fazer frente às atividades e necessidades humanas, deve se integrar em uma ação mais ampla, colocando-se como parte de um esforço diversificado, “no qual diferentes tipos de medidas de natureza econômica, política, administrativa, entre outras, se combinam e se complementam, para atender a todos os aspectos dessas atividades e necessidades. Esse esforço de conjunto, por sua vez, corresponde também, a uma contínua transformação da realidade existente” (MIRANDA NETO, 1981, p. 61).

O pretense desenvolvimento entendido por altos níveis de acumulação material sem o equilíbrio do mesmo com a integração comunitária, com a solidariedade nas cidades, com a dinamização ampla da vida cultural, com a capacitação geral profissional e com a abertura e entendimento do território para o mundo, é algo ilusório. O desenvolvimento desequilibrado remete à precarização de partes das cidades. O desenvolvimento socioterritorial exige, pois, a normatização de ações e decisões que respeitem e busquem o equilíbrio econômico, a equidade administrativa e a difusão generalizada dos equipamentos e infraestruturas urbanas, a fim de valorizar diferentes localizações e promover a ampla circulação e diversos acessos no território. Como concebermos o Patrimônio Mundial que, gradativamente, deixa de ser local?

Nessa perspectiva é que o espaço geográfico não pode ser considerado um receptáculo – como uma cidade representa – mas condição para uma operacionalização que agrega, sobretudo, conteúdo qualificado. Na dialética da forma-conteúdo que retrata o espaço como essência-existência, precisamos incluir, em nossos dias, o binômio ideologia e matéria concreta, que consubstanciam o que denominamos *dialética da memória*, através da imbricação dos usos, das trocas e dos símbolos que passam a agregar – o Monumenta está envolto por essa tríade controlada pela ideologia e pela hegemonia de classes. Como propôs Santos (2002, p. 126), a “ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente

subjetivos, como estando ‘toda apenas na cabeça’ dos outros, mas também a partir de sua realidade concreta, fátual”.

Os símbolos tomam vida nos objetos construídos por meio de particulares ideologias, constituindo a vida real; os símbolos, então, junto à ideologia, são dados da existência e da consciência. A ideologia e os símbolos estão, assim, na “estrutura do mundo e também nas coisas (...) é um fator constitutivo da história do presente”, diz Milton Santos, em *A Natureza do Espaço*. Podemos afirmar, então, que a totalidade do território urbano de Ouro Preto e Diamantina representa o híbrido da realidade concreta, da ideologia e da essência do mundo, representa a ressignificação dos objetos no percurso da história. O movimento do todo é, ao mesmo tempo, movimento dos elementos da “verdade” e movimento dos elementos ideológicos, que se espacializam pela ação concreta das diferentes classes no território. O Programa Monumenta é tratado aqui como produto e síntese da consagração dos lugares antigos do mundo e que, no Brasil, especificamente em Minas Gerais, resulta do movimento da totalidade que envolve a cidade barroca, que diz respeito à periodização já tratada.<sup>126</sup>

Em resumo, pensar Ouro Preto e Diamantina como totalidades urbanas inseridas na totalidade-mundo exige-nos um conjunto de três pontos: formas universais (cidade barroca), normas universais de regulação local (projeção particular-universal das cidades por meio dos mecanismos da *patrimonialização global*) e difusão de um discurso universal (sobre a requalificação, a renovação e a refuncionalização de determinadas áreas urbanas). À estratégia de investimento público-privado em determinadas áreas da cidade está vinculada a estratégia de não investimento em outros pontos do território urbano, favorecendo uma fragmentação articulada necessária à manutenção do *status quo* de uma elite urbana em detrimento da coletividade. Por isso, a materialidade do mundo é a expressão sensível da vida *humana alienada*. O movimento da vida atual – a produção e o consumo – representa a manifestação *sensível* do movimento de toda a produção anterior, é a realização ou a realidade do homem. Instituições como o Estado, a Família e mesmo a Arte constituem apenas modos particulares da produção e submetem-se a sua lei geral (MARX e ENGELS, *Manuscritos...*). Passemos à leitura da operacionalização do Monumenta nas cidades barroco-rococó.

---

<sup>126</sup> As cidades coloniais como particularidade de um *devenir* universal, cujo seu principal atributo caracterizador é a arte barroca implantada; as cidades coloniais como territórios de identidade nacional, com o resgate do barroco como símbolo do Estado-nação emergente; as cidades coloniais como territórios de identidade do capital, com a incipiente projeção mercantil do próprio barroco; as cidades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria, que conduz à reinvenção do barroco e à “recolonização” dos centros históricos, após a década de 1990, induzindo a uma nova dinâmica territorial nas cidades históricas, que urge serem entendidas como totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”; as cidades coloniais barrocas – como possibilidade de vir a ser - de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população.

## 5.2 – O Programa Monumenta na barroca Ouro Preto: eficácia estética da patrimonialização global

Para Ávila (1970), o *jogo* é, conceitualmente, um dado da cultura humana, representa eventuais tendências à ruptura ou suspensão da ordem *séria* da vida e da rotina orgânica da natureza. Ao pensarmos o jogo barroquismo, temos, em Minas Gerais, cidades esquadrihadas pela natureza do *jogo* e pelo *jogo* com a natureza, dialeticamente; são cidades representantes de uma lógica centrípeta e centrífuga de ordenamento do território. Assim, se são cidades produto de um *jogo* histórico, representam uma forma de plenitude existencial e material do homem, no cerne da necessidade da reprodução ampliada do capitalismo. Essas cidades trazem, na concepção de Ávila (1970), uma dimensão de valor ontológico, que vem em abono da arte do exímio jogador que foi o homem barroco e, ao mesmo tempo, nos encaminha para a assimilação mais franca da constante formulação lúdica que permeia a linguagem estética de nossos dias.

Assim, Ávila (1970) sugere que se *jogou* criativamente com as formas, nessas cidades, transfigurando e adaptando o real, a partir da intuição de uma nova realidade do mundo (material e existencial). *Jogo* no urbano que se aproxima do *jogo* propiciado pela comunicação de massa de nossos dias, no quesito comunicabilidade universal – o barroco foi e permanece arte de atração e persuasão global. Na relação produção / consumo da obra de arte é que nos interessa constatar a função efetiva que ele desempenha, aproximando e mediando, através dos canais de percepção e sensibilidade, a vontade de criação do artista e a nossa disponibilidade de fruição estética.

O Programa Monumenta em Ouro Preto não pode ser entendido como um artifício de requalificação de qualquer cidade, mas como política de patrimônio que se reproduz numa sociedade e numa cidade que viveu e vive o “drama” barroco em sua totalidade; além de erigida como “monumento nacional” e patrimônio cultural da humanidade.

Afirma o Monumenta (2008) que toda a área de investimento do Projeto, em Ouro Preto, encontra-se dentro do limite de tombamento do IPHAN. Contudo, ao observarmos o mapa 03, é notório que foi contemplado, também, a Casa dos Inconfidentes – imóvel pertencente à Prefeitura de Ouro Preto –, localizada no bairro Vila Aparecida, fora da área de tombamento (ver localização e foto 09, no mapa 3). Esse documento diz que a “primeira meta a ser alcançada com a execução do Projeto é a preservação sustentável do patrimônio cultural. A manutenção dos bens e as intervenções realizadas foram precedidas de uma série de procedimentos que visam à interação das ações, considerando e trabalhando os

significados atribuídos pela população a seu patrimônio, através da educação patrimonial e incentivo na preservação de bens, fazendo-a também perceber a dimensão socioeconômica deste patrimônio”. Os gráficos de 03 a 06, já apresentados, além dos gráficos 07 e 08, abaixo, provam o contrário do que afirma o próprio Programa, em relação à participação popular e à educação patrimonial a partir do mesmo. Como se pode ver, no próprio centro de Ouro Preto, mais de 50% dos residentes entrevistados desconhece as ações do Programa Monumenta e, em toda a cidade; quase 50% dos entrevistados reconhecem o significado do IPHAN enquanto órgão de preservação patrimonial federal.

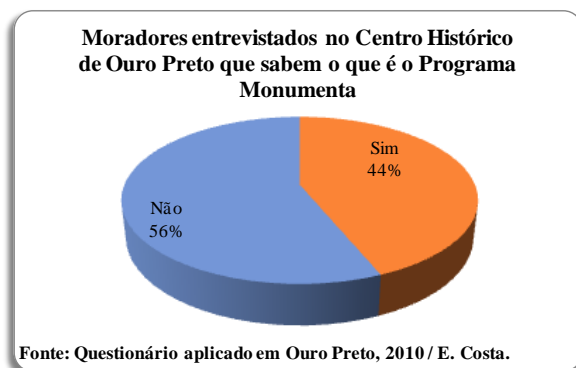


Gráfico 07

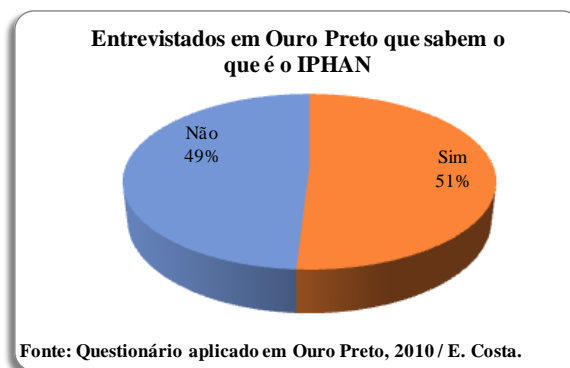


Gráfico 08

O Monumenta (2008, p. 03) afirma que os componentes do Projeto favorecerão, diretamente, a “sustentabilidade” e, por conseqüência, a preservação do acervo cultural. Esses componentes são: monumentos restaurados; recuperação de espaços públicos e áreas verdes; imóveis privados; incentivo à dinamização e promoção sociocultural; obras de infra-estrutura na área de tombamento.<sup>127</sup>

O poder municipal busca, através de convênios e parcerias:

(...) incrementar ações para o desenvolvimento cultural e econômico da cidade, otimizando a utilização dos bens culturais como fonte de receita e renda, da seguinte forma: Mudança nos valores cobrados para visitação dos monumentos, como também dos horários de visitação; Criação de áreas de estacionamento pago (arrecadação municipal); Instalação de lojas, banco de dados e outros, para venda de material publicitário, informações, *souvenirs*; Participação da prefeitura local (através do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural) nas receitas advindas do turismo (além dos tributos) e bilheterias provenientes de espetáculos coordenados pela Secretaria

<sup>127</sup> Foram destinados, inicialmente, R\$ 414.150,00 para despesas de engenharia e administração (incluída a criação e manutenção da UEP – Unidade Executora do Projeto). Para os estudos e projetos foram destinados, previamente, R\$ 694.650,00. Com a revisão do Perfil do Projeto, estes valores foram redefinidos, passando a perfazer a quantia de R\$ 738.956,45 para administração e supervisão, e R\$ 690.133,89 para estudos e projetos (9,49% do valor total do Projeto revisado). O montante inicialmente definido para os investimentos em imóveis privados perfazia a quantia de R\$ 773.850,00, considerando edificações participantes do edital de seleção. Com a revisão do Perfil do Projeto o montante do valor foi alterado para R\$ 979.807,79. O total das aplicações do Programa, em Ouro Preto, ou seja, o custo do Projeto, ficou na casa dos R\$ 13.000.000,00 [treze milhões de reais] (MONUMENTA, 2008).

de Cultura e Turismo (parte do calendário anual de eventos); Retorno da iniciativa privada, através de adoção de áreas verdes, concessão de espaços para locação e contribuições. Aumento dos valores de IPTU de imóveis privados localizados na área de projeto, através da reavaliação do valor venal (base de cálculo do imposto); Incremento do número de turistas conseqüente das atividades desenvolvidas para este fim, contidas no projeto. (MONUMENTA, 2008).

Com 39 imóveis tombados isoladamente, no conjunto urbano, o Programa Monumenta contemplou, até o momento, finalizando sua atuação de quase uma década de intervenções em sua área de projeto, as obras descritas no quadro 10, abaixo. Dentre suas mais importantes ações, o Monumenta / Ouro Preto restaurou 19 monumentos e 34 imóveis privados<sup>128</sup>; elaborou um estudo de tráfego urbano; implantou um mobiliário urbano – lixeiras, bancos e pontos de ônibus, na área de tombamento – que já se encontram deteriorados; desenvolveu o tratamento paisagístico do Horto Botânico e da Casa dos Contos; construiu o Terminal de Integração Barão de Camargos, próximo à Praça Tiradentes. Logo, em Ouro Preto, o Programa atuou tanto na recuperação de imóveis como na implantação de alguns equipamentos de infraestrutura, no centro.

Na perspectiva de negociações contínuas que articulam as diferentes esferas de governo [União / estado / municípios / BID – representante dos *arquitetos do mundo*], no quadro de fluidez do capital e da informação, administradores urbanos e agentes privados somam forças no planejamento de atuação urbanística de curto prazo, em prol do monopólio das originalidades dos lugares históricos postos a venda. A gestão e o planejamento urbanos adaptaram-se às exigências da competição nas cidades, voltando-se para suas áreas centrais. Os planos estratégicos urbanos permitem que o setor público estimule a iniciativa privada, bem como que os setores privados se convertam em beneficiários diretos dos processos de reestruturação urbana; o planejamento estratégico de áreas centrais emerge na década de 1990, junto ao rápido processo de transformação urbana que é derivado da intensificação da globalização (ROBIRA, 2006). Na competitividade internacional de cidades, as políticas urbanas são orientadas pela captação de fluxos de capital, tanto de consumidores (locais e turistas) quanto de investidores.

Os convocados ao centro – em sua maioria – são as classes médias e médias altas, para as quais tal território é controlado através de políticas específicas. “Falta no discurso da regeneração urbana (...) levar em conta o destino das pessoas deslocadas ou postas na rua

---

<sup>128</sup> As intervenções em imóveis privados na Área do Projeto visam recuperar suas características históricas, artísticas e cênicas. São elegíveis, no âmbito do Programa Monumenta, obras de recuperação de fachadas e coberturas, estabilização ou consolidação estrutural da edificação, reforma na rede de fiação elétrica, podendo ser admitidas reforma em interiores quando a renda familiar mensal do proprietário morador seja inferior a três salários mínimos (MONUMENTA, 2008).

graças a uma reconquista da cidade” (SMITH, 2006, p. 83). No limite, o Monumenta, em Ouro Preto, favoreceu a valorização imobiliária e se tornou uma peça central da estetização do centro, dado o elevado nível de conservação apresentado, no fim dessa primeira década do século XXI.

**OBRAS FINALIZADAS E EM ANDAMENTO PELO MONUMENTA OURO PRETO.**

OBRA/PROJETO	SITUAÇÃO	CONCLUSÃO	VALOR	PRINCIPAIS INTERVENÇÕES
Capela das Dores (ver localização e foto 03, no mapa 3)	Obra executada	09/09/2005	330.012,49	Restauração Integral do Monumento, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, prevenção e combate a incêndios, segurança, pintura e paisagismo.
Restauração da Casa da Baronesa (ver localização e foto 04, no mapa 3)	Obra Executada	08/02/2006	436.167,05	Restauração Integral do Monumento, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Restauração da Casa de Gonzaga	Obra Executada	08/02/2006	340.608,13	Restauração Integral do Monumento, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Ponte do Rosário	Obra executada	10/08/2006	101.272,35	Reforço estrutural, drenagem, pintura e limpeza de pedras em cantaria.
Estudo do Tráfego	Executado	30/12/2007	86.420,00	Estudo para melhoramento do trânsito e do tráfego em Ouro Preto.
Implantação de Mobiliário Urbano em Ouro Preto	Executado	26/07/2007	309.306,85	Aquisição e Instalação de mobiliário urbano, incluindo 44 bancos, 69 lixeiras, 4 abrigos passageiros e 80 balizadores.
Teatro Municipal (Casa da Ópera) [ver localização e foto 07, no mapa 3]	Obra Executada	07/07/2007	703.331,12	Restauração Integral do Monumento, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança, pintura e elementos integrados, novos equipamentos de iluminação e sonorização.
Teatro Municipal (Anexo) [ver localização e foto 07, no mapa 3]	Obra Executada	07/07/2007	138.698,49	Restauração Integral do Imóvel, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios,

				segurança e pintura.
Aquisição de Imóveis (Anexo Teatro)	Aquisição Concluída	12/03/2007	98.250,00	Aquisição do Imóvel para funcionar como apoio ao Teatro Municipal.
Recuperação e Tratamento paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos [ver localização, no mapa 3]	Obra Executada	06/07/2008	4.116.978,38	Recuperação Paisagística, saneamento do córrego, construção de trilhas, decks, área de lazer, anfiteatros, lanchonete, banheiros, quadra poliesportiva e cercamento.
Sinalização Interpretativa de Ouro Preto	Executado	16/05/2008	84.987,34	Aquisição e Instalação de Sinalização Interpretativa dos Monumentos
Paisagismo da Casa da Baronesa (foto 04, no mapa 3)	Obra Executada	24/03/2008	110.993,13	Paisagismo externo, e instalação de iluminação e bancos.
Ponte Seca [ver localização e foto 10, no mapa 3]	Executado	29/11/2004	140.500,00	Reforço estrutural, drenagem, pintura e limpeza de pedras em cantaria, Drenagem.
Ponte do A. Dias	Executado	12/05/2003	80.166,70	Reforço estrutural, drenagem, pintura e limpeza de pedras em cantaria. drenagem.
Adro e Largo da Igreja de Nossa Sra. da Conceição [ver localização, no mapa 3]	Executado	28/08/2003	90.918,07	Paisagismo e recuperação dos pisos
Restauração da Casa do Folclore	Executado	28/08/2003	149.221,17	Restauração Integral do Imóvel, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Restauração do Forro de Gamela da Casa da Baronesa	Obra Executada	21/05/2008	30.328,53	Restauração artística do Forro, com recuperação do tabuado e pintura artística e douramento.
Terminal de Integração Barão de Camargos [ver localização e foto 05, no mapa 3]	Obra Executada	07/07/2009	713.830,90	Terminal de Integração contendo prédio em estrutura metálica, com lanchonete, banheiros públicos, lojas e bancos com cobertura para passageiros do transporte



				coletivo.
Restauração Casa dos Inconfidentes [ver localização fora da área de tombamento e foto 09, no mapa 3]	Em andamento	Obra em fase final	345.475,28	Restauração Integral do Imóvel, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Restauração do Casarão Rocha Lagoa	Em andamento	Obra em fase final	445.900,28	Restauração Integral do Imóvel, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Restauração do Solar Baeta Neves	Em andamento	13/07/2010	373.529,31	Restauração Integral do Imóvel, incluindo telhado, pisos, forros, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndios, segurança e pintura.
Anexo do Teatro (2ª Etapa) [foto 07, no mapa 3]	Em andamento	Iniciada em 28/04/2010	128.061,99	Restauração da parte inferior do imóvel e construção de banheiros para o Teatro.
<b>OBRAS A CONTRATAR</b>				
<b>OBRA/PROJETO</b>	<b>ESTÁGIO PROCESSO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PRINCIPAIS INTERVENÇÕES</b>
Restauração da Ponte do Palácio Velho	Processo Licitatório em aprovação	A contratar	100.195,57	Reforço estrutural, drenagem, pintura e limpeza de pedras em cantaria.
Paisagismo da Casa do Folclore	Processo Licitatório em aprovação	A contratar	186.182,56	Paisagismo externo, e instalação de iluminação e bancos.
Paisagismo da área à montante da Ponte Seca	Processo licitatório em andamento	A contratar	333.893,58	Paisagismo da área a Montante da Ponte, com inclusão de área de lazer.

QUADRO 10 – Fonte: MONUMENTA (2008).

Diante do quadro geral do Programa, fora criado o Fundo de Preservação de Patrimônio, com a finalidade de cobrir os custos de conservação dos bens e espaços públicos da Área de Preservação. Esse Fundo é mantido com recursos gerados direta ou indiretamente pelos investimentos e ações do Projeto, que podem, também, receber doações, recursos orçamentários e outros. As receitas correntes advêm da cobrança de taxas de visitação e locação de espaços: cobrança de ingressos; concessão de uso; locação de imóveis; cobrança de taxa de estacionamento; aumento das receitas tributárias, conforme o quadro 11, abaixo.

<b>Componentes do Projeto</b>	<b>Origem da Receita</b>	<b>Natureza da Receita</b>	<b>Parâmetro p/ Cálculo da Receita</b>
Teatro Municipal Casa da Ópera	1-Realização de espetáculos e eventos	1-Cobrança de ingressos	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Anexo da Casa da Ópera	1-Terceirização do Café	1- Locação do espaço destinado ao Café	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Casa do Gonzaga	1-Realização de exposições 2- Realização de palestras e seminários	1-Locação de espaços de exposições 2-Locação de anfiteatro e área externa	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Casa da Baronesa	1-Espaço comercial	1- Locação de espaço comercial	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Capela das Dores	1-Visitação da edificação	1-Cobrança de ingresso	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Igreja de Antônio Dias	1-Visitação da edificação	1- Cobrança de ingresso	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Horto Botânico e Vale dos Contos	1-Terceirização dos espaços para café 2-Realização de eventos esportivos	1-Locação do espaço destinado a Café 2-Locação da Quadra poliesportiva	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Casa dos Inconfidentes	1- Visitação da edificação e entorno/ Mirante; Memorial dos Inconfidentes 2-Realização de eventos culturais	1-Cobrança de ingressos 2- Locação do espaço de exposições	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Casarão Rocha Lagoa	1- Terceirização da Casa de Chá	1-Locação do espaço destinado à Casa de Chá	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Quintal da Casa do Folclore	1- Realização de eventos culturais 2-Terceirização do Café	1- Locação do espaço da área externa 2-Locação do espaço destinado ao Café	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Solar Baeta Neves	1- Sala de Informática 2-Sala multi-mídia 3-Realização de palestras e seminários	1- Cobrança de taxa de uso 2- Cobrança de taxa de uso 3- Locação de sala	1-Preços já praticados em espaços congêneres
Terminal Barão de Camargos	1-Lojas e Lanchonete 2- Sanitários Públicos	1- Locação das duas lojas e da lanchonete 2- Cobrança de taxa de uso	1-Preços já praticados em espaços congêneres

Quadro 11 – Fonte (MONUMENTA, 2008) / adaptado pelo autor.

Como destaca Hidalgo (2010, p. 02), “bienes y servicios del centro tradicional crean áreas de concentración de lo que se ha llamado el terciario avanzado. Muchos de los cambios vividos están en directa relación con las renovadas estrategias del capital financiero que busca en los negocios inmobiliarios rentabilidades con mayor velocidad de retorno”. Essa tendência cria uma pressão sobre determinadas áreas das cidades, infla o setor imobiliário, ressignifica o público e o privado, tanto no centro quanto em outros bairros, além de criar novas modalidades funcionais e centralidades que dão novo caráter socioterritorial à economia urbana. É nesse contexto amplo que se implanta o Monumenta, tanto em Ouro Preto, quanto em Diamantina; os usos e apropriações a que se destinam os imóveis contemplados pelo Programa, apontados no quadro 10, atestam a possibilidade da difusão da terceirização e da especulação dos bens com a requalificação da área central da cidade.

A grande quantidade de igrejas, os palácios e edifícios privados na barroca Ouro Preto dão-nos a dimensão da significação de suas fachadas, historicamente. Portanto, a fachada continua como expressão da cidade, aspecto que pode e deve ser observado. “Esta concepción espectacular es la que se refleja simbólicamente en la idea de la fachada” (ROMERO, 2009, p. 163). Ouro Preto explode em um espetáculo teatral urbano por meio de suas edificações, e o Monumenta permeou, estrategicamente, essa malha. Todos os edifícios parecem se rivalizar, em todos os cantos de seu sítio original; há uma sinergia em movimento entre as igrejas e os volumosos sobrados difícil de se explicitar neste texto, nas fotografias ou na cartografia apresentadas. O *balanço*, o *volume* ou o *ritmo* da arquitetura representam um espetáculo de poder, de luxo e de arte, uma teatralização que traz, em seu bojo, a brutalidade dualista da cidade barroca historicamente dramática.<sup>129</sup>

Lembremos que, em Minas Gerais, a proliferação das construções leigas e religiosas representou uma necessidade de ostentação, controle socioterritorial, exaltação das rivalidades e disputas entre os diversos grupos que tentavam demonstrar seu poder social e econômico. Nesse aspecto, podemos dizer que o Monumenta, estrategicamente, atuou sobre Ouro Preto destacando os objetos de comunicação, símbolos da rígida organização do antigo sistema de poder persuasivo e de controle social constituído na paisagem urbana através de suas igrejas e casarões. O mapa 03 aponta-nos para sua operacionalização em três

---

<sup>129</sup> Bruno Zevi, em *Saber ver a arquitetura*, é taxativo quanto à necessidade do método para a análise dos conjuntos arquitetônicos. “Se (...) quisermos ensinar a saber ver a arquitetura, devemos, antes de mais nada, propor-nos a clareza de método” (ZEVI, 1978, p. 15). Assim, dentre os conceitos discutidos pelo autor, o *balanço* (ligado à altimetria proporcionada pela irregularidade topográfica e que influi, diretamente, na percepção do *movimento* do conjunto; na escala do edifício, representa seu equilíbrio, ou seja, massas equivalentes de um lado e outro da construção, a partir de um eixo central), a *densidade* (refere-se ao número de edificações, cuja percepção nos remete à escala do conjunto) e o *volume* (diz respeito à própria volumetria dos edifícios) tornam-se fundamentais para a leitura dos espaços barrocos, em nosso entendimento, como também aponta Scarlato (2008).

centralidades da área tombada, que propiciam, ainda hoje, a circulação e a fluidez no / do território, na pretensão histórica de controle e dominação socioterritorial. Se Ouro Preto resultou da fusão de, sobretudo, três arraiais: Padre Faria, Antônio Dias, e Ouro Preto, de maneira que sua praça cívica, a atual Praça Tiradentes, guardou a residência dos Governadores e, no final do XVIII, a Casa da Câmara e Cadeia – constituindo no divisor geográfico destes arraiais –, o Programa Monumenta se operacionaliza, especialmente, nesses três enclaves territoriais dos mais simbólicos da evolução urbana da cidade.

A legenda do mapa 3 – *O Programa Monumenta em Ouro Preto: operacionalização da patrimonialização global* –<sup>130</sup> indica-nos, através de manchas, as três principais centralidades e *eixos estruturantes* da área do Projeto, que contribui para um recente processo de valorização e especulação imobiliária, devido à estetização e melhora visual do ambiente urbano. Não há como negar o bom estado de conservação do patrimônio urbano em Ouro Preto, especialmente nessas três centralidades apontadas no mapa. Soma-se à atuação do Monumenta, as ações individuais de particulares em suas residências – identificadas por muitos imóveis em toda a área de tombamento – e a atuação isolada do IPHAN, ao longo das últimas décadas.<sup>131</sup>

Fica evidente, na leitura do mapa 3, que essas três centralidades da atuação do Programa constituíram-se convergindo para os principais bens tombados isoladamente, acompanhando o histórico *caminho tronco*: da Igreja de N. Sra. da Conceição (Matriz do antigo Arraial de Antônio Dias), passando pela Igreja de São Francisco e Museu da Inconfidência (Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Tiradentes) e atingindo a Igreja de N. Sra. do Pilar (Matriz do antigo arraial de Ouro Preto) e de N. Sra. do Rosário dos Pretos. De acordo com o proprietário de um dos imóveis privados contemplados pelo Monumenta, na rua das Flores, “a atuação do Programa foi muito interessante, porque ajudou tanto quem teria condições de realizar a recuperação do imóvel sem o auxílio financeiro, como quem tem pouco recurso”<sup>132</sup>. Em síntese, o Monumenta / Ouro Preto convergiu, estrategicamente, para

---

<sup>130</sup> A metodologia de elaboração de todos os mapas da tese está explicada na introdução do trabalho.

<sup>131</sup> Por iniciativa do IPHAN, a Igreja de N. Sra. do Pilar e de N. Sra. das Mercês de Baixo, encontram-se, nesse momento, em processo de restauração de suas fachadas e telhados (ver foto 06 do mapa 5). Em entrevista, um dos técnicos do Escritório do IPHAN, em Ouro Preto, afirmou-nos a inexistência de um arquivo que retrate o histórico das intervenções do órgão em imóveis na cidade.

<sup>132</sup> Entrevista de um dos contemplados pelo Programa, concedida ao autor, em 05 de julho de 2010. Cabe esclarecermos que os editais de seleção dos imóveis privados do Monumenta prescrevem o seguinte: “5.1. Poderão participar do processo de seleção de que trata este Edital as pessoas físicas e jurídicas de direito privado que sejam proprietárias de imóveis localizados dentro do perímetro definido no Anexo I deste Edital. 5.2. Também poderão participar do processo de seleção as pessoas físicas e jurídicas de direito privado que, mesmo não sendo proprietários legais, sejam promitentes compradores, inquilinos ou parceiros dos proprietários, ou ainda que estejam utilizando para fins residenciais e/ou comerciais, nos últimos cinco anos, os imóveis localizados dentro do perímetro descrito no Anexo I deste Edital; 5.2.1. Os locatários ou parceiros dos proprietários deverão apresentar manifestação expressa do proprietário autorizando a participação no processo seletivo”. É interessante notar que o edital prescreve que “As famílias com rendimentos inferiores a 3 salários



os pontos mais atrativos e significativos do conjunto, negligenciando os bairros Barra, Água Limpa, Cabeças e Santa Efigênia, como se averigua no mapa 3.

Podemos atestar, no mesmo mapa, que há um equilíbrio entre o número de imóveis privados de uso misto (comercial e residencial), imóveis privados de uso exclusivamente comercial, imóveis privados de uso particularmente residencial e bens tombados contemplados para investimento integrado do Monumenta, como a Capela das Dores e a Casa da Baronesa (ver localização e fotos 03 e 04, no mapa 3).

Não podemos negligenciar a tamanha importância que ainda guarda o centro de algumas cidades para toda a população, de forma que se cria o imaginário, especialmente em pequenas e médias cidades, de que o centro da cidade é a própria cidade. Então, diz-se, “-vou à cidade!”, quando, na verdade, o deslocamento é em direção ao centro urbano, por concentrar o comércio, os serviços, os equipamentos diversos etc. Apesar disso, nas últimas décadas, um processo de esvaziamento das áreas centrais de “cidades históricas” fica latente – caso de Tiradentes, banalizada por uma cenarização progressiva do patrimônio e pela expulsão de sua antiga população, especialmente após a década de 1980 (COSTA e CASTRO, 2008; COSTA, 2010). Em Ouro Preto e Diamantina, não podemos falar nesse esvaziamento, mas em uma tendência à transformação valorativa, dos usos e apropriações do acervo, que conduz a uma nova onda de terceirização. É simbólico o depoimento de Dotivo de Araújo, de 83 anos, um dos moradores mais antigos do bairro Saramenha, em Ouro Preto, ao tratar o centro histórico como “a cidade” e, ainda, apontar para uma das novas centralidades de ouro Preto, o bairro Bauxita, de enorme especulação imobiliária e representar uma nova área de expansão comercial e residencial,

Antes o bairro [Saramenha] tinha uma ligação muito forte com a cidade [o centro histórico], hoje o bairro tem padaria, açougue, mercearia, falta o banco. **Quando preciso de banco tenho que ir para Ouro Preto** ou para a **Bauxita**. Aqui, antes, tinha mais casa que o Bauxita, lá tinha uma lagoa e uma pista de pouso de teco teco, só. Acho que a cidade de Ouro Preto vai passar pra lá né? Porque Ouro Preto tá num buraco”.<sup>133</sup>

Se a centralidade urbana, outrora limitada a uma única área, foi pulverizada em vários outros *centros*, como apregoa, genericamente, Duarte (2001, p. 160), em parte das pequenas e médias cidades mineiras, o centro histórico ainda guarda distintas funções e emergem sim, novas centralidades, como em São João Del Rei (COSTA, 2010), Ouro Preto e Diamantina. Se, por um lado, o Programa Monumenta representa um vetor do processo de especulação e estetização de uma área eleita, decorrente da lógica universal da

---

<sup>133</sup> Entrevista do senhor Dotivo A. Araújo, 83 anos – morador mais antigo do bairro Saramenha de Cima – concedida ao autor, em 27 de agosto de 2010.

*patrimonialização global*, por outro lado, é latente, em Ouro Preto, a busca de novas áreas, quer seja para instalação de novas zonas residenciais, quer seja para consolidação de novos eixos ou ruas comerciais, o que favorece uma onda de valorização territorial para além das franjas do núcleo tombado, como podemos atestar no mapa 4 – *Comércio e Serviços em Ouro Preto: a articulação do território urbano em sua totalidade*, e no mapa 5 – *Caracterização dos usos da terra na totalidade do território urbano de Ouro Preto*. Com essa visão mais ampla do território urbano, não há como negar a saída das pessoas de menor poder aquisitivo, do centro, que não resistem à especulação – favorecida pela mesma refuncionalização de eixos determinados no centro –, de maneira a entregarem seus imóveis aos agentes de mercado; normalmente, forasteiros que implantam comércio turístico e/ou residência no bairro (ver gráfico 09). Soma-se a isso a especulação promovida pela implantação de repúblicas de estudantes da UFOP, sobretudo na Vila São José e Água Limpa, como averiguado em campo. Torna-se importante um olhar sobre Ouro Preto e Diamantina que contemple o comércio, os serviços, as áreas residenciais, as zonas de imbricação de usos e de expansão urbana, na totalidade do território – do centro histórico aos limites de tombamento e para além dessa delimitação, que é o contexto total de inserção do Monumenta.

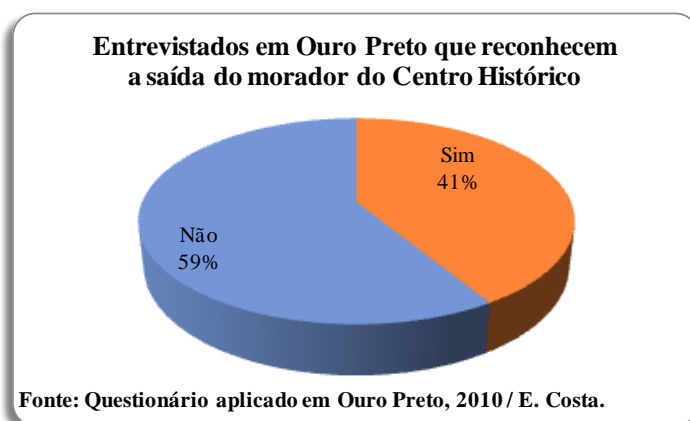


Gráfico 09

No caso de Ouro Preto, não podemos tratar apenas do centro histórico, precisamos entender que a área de tombamento extrapola, em demasia, os limites do bairro chamado Centro (ver mapa 3). Nessa perspectiva, o conjunto monumental barroco de Ouro Preto não perdeu e não está perdendo importância, muito pelo contrário, os holofotes estão voltados para o mesmo, de forma que, direta ou indiretamente, a população local reconhece o poder e o papel do centro [e de suas centralidades ressignificadas] nas suas vidas diárias. Podemos afirmar que, precariamente ou não, a área tombada de Ouro Preto atrai, de forma mesclada e para determinados eixos do território tombado, sua população local e turistas, quer seja para o consumo, quer seja para o lazer [precário, na cidade] e, sobretudo, para a venda da força de trabalho do morador. Ainda é símbolo de referência espacial e imaginária, apesar dos

problemas urbanos que a própria população da cidade reconhece, e da tendência atual de valorização da terra urbana e terceirização desta área patrimonializada articuladora do território. Os depoimentos fornecidos por moradores de diferentes bairros de Ouro Preto justificam tais afirmações.

Acho que está faltando a prefeitura olhar para a população, **esquecer um pouco o patrimônio e o cultural do turista**, uma gestão voltada mais para a população e menos para o turista. Pensa, **o valor que você compra um apartamento em BH, você compra um barracão em Ouro Preto.**<sup>134</sup>

**Nós estamos sendo expulsos de Ouro Preto, com a valorização imobiliária e o desenvolvimento do turismo e da UFOP.** Quem tem uma casinha aqui tá alugando ou vendendo caro, para ir morar em outras cidades mais baratas e viver do aluguel caro que fica aqui.<sup>135</sup>

Em Ouro Preto, **falta área de lazer para população**, falta festa que não seja mais para turistas ou só as dos estudantes e que não cobre muito caro.<sup>136</sup>

Quer saber o que é? **Os ouropretanos se torna turista em sua cidade**; tudo é caro, por causa dos turistas e dos alunos da UFOP. Não tem atendimento aos bairros, o prefeito só atende o centro e o turismo.<sup>137</sup>

Vejamos que os três primeiros depoimentos são de moradores que, apesar das críticas, residem em um dos bairros mais valorizados da cidade, onde se localiza a UFOP, que vive um atual e expressivo surto de implantação de novos usos (comércio e serviços) e de instalação de muitas moradias estudantis – é um bairro que atende, sobretudo, à universidade, com restaurantes, novos prédios de estudantes, novas pensões, casas construídas ou refuncionalizadas para atender a implantação do uso residencial de repúblicas, pequenos mercados, papelarias, salões de beleza etc. Esses moradores apontam para a lógica que identificam, em seu próprio bairro, o Bauxita, onde os residentes alugam parte de suas moradas [quartos ou o próprio sótão que se torna um quarto] para estudantes, formando uma gama de novas “pensões” e pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços.

Se o Programa Monumenta contribui para a valorização estética e imobiliária da área central da cidade – onde operacionalizou nas três centralidades apontadas no mapa 3 –, juntos a esses eixos, vigoram, também, outros centros que se adensam, custeados por pequenos empresários, por pequenos e médios comerciantes e pelo mercado – o setor terciário e imobiliário passa a dominar não só o território central da cidade, como outros pontos do

---

<sup>134</sup> Entrevista concedida por Flávio Ferreira, morador do bairro Bauxita, em Ouro Preto, em 03 de maio de 2010.

<sup>135</sup> Entrevista concedida por Luis Augusto Alcântara, morador do bairro Bauxita, em Ouro Preto, em 03 de maio de 2010.

<sup>136</sup> Entrevista concedida por Roselina Cláudio de Paula, moradora do bairro Bauxita, em Ouro Preto, em 03 de maio de 2010.

<sup>137</sup> Entrevista concedida por Eduardo Magalhães da Costa, morador do bairro São Cristóvão, em Ouro Preto, em 07 de fevereiro de 2010.



território. Segundo Prigge (2002), os grandes projetos são monitorados pelos setores público-privados, mas não atuam ou se desenvolvem sozinhos ou apartados no território.

Como destaca Prigge (2002), municípios desfazem-se de sua responsabilidade uniforme por toda a área urbana, introduzindo o gerenciamento enxuto do desenvolvimento urbano que se centra em fragmentos do centro – lógica da competição entre cidades e no viés dos critérios econômicos. Nessa perspectiva, o desafio urbanístico da fragmentação territorial é o de propagar a formação de novos centros, mais complexos, onde se juntam o trabalho, a moradia, a cultura e o consumo, além do esporte e do lazer – é uma questão de nova mobilidade e circulação urbanas, das quais tratam Prigge (2002), pensando nas cidades européias e da América Latina.

Os mapas 4 e 5, então, são esclarecedores da imbricação dos tradicionais estabelecimentos de usos territoriais comerciais, serviços e residências, em Ouro Preto. O bairro Centro – o qual aumentamos a escala nos mapas 4 e 5 (lembrando, o Centro não coincide com a monumental área de tombamento) –, que representa uma das centralidades do Programa Monumenta, apresenta-se eclético do ponto de vista da imbricação dos usos e das apropriações possíveis de se identificar. Indubitavelmente, a rua São José, junto à rua Reinaldo Alves de Brito, representam um eixo comercial dos mais importantes de Ouro Preto, que atende, sobretudo, a população local. Esse comércio local implantado historicamente, nesse eixo, faz-se um importante articulador socioterritorial, ao atrair moradores de toda a cidade; é o que mais converge os moradores para o centro histórico.<sup>138</sup> A rua Direita, junto à Praça Tiradentes agrega o comércio turístico / serviços, junto com o comércio local, porém, com prevalência do uso turístico da área. No centro histórico de Ouro Preto, só não se destaca o comércio local nas ruas Brigadeiro Mosqueiro e Costa Sena, no entorno da Igreja do Carmo, e também, na Rua do Ouvidor e Largo do Coimbra, no entorno da Igreja de São Francisco, onde predomina o comércio turístico.

O comércio turístico, ao se concentrar o mais próximo possível desses principais atrativos, nos faz perceber as relações entre a cidade e o comércio na sociedade pós-moderna, em que se faz imprescindível que incorporem na discussão a dimensão simbólica do consumo, dos espaços comerciais e da própria cidade barroca. “Uma observação atenta do sistema comercial urbano torna evidente que a sua reestruturação nos anos mais recentes tem como pano de fundo a passagem progressiva dos ‘espaços de comércio’ aos ‘lugares de consumo’” (SALGUEIRO e CACHINHO, 2009, p. 19).

---

<sup>138</sup> De farmácia, açougue e lojas de utensílios de cozinha a baixos preços, até pousadas caras, essa rua, junto à Rua Reinaldo Alves Brito, guardam um importante eixo do centro histórico de Ouro Preto. Computamos, em agosto de 2010, 22 lojas de vestuários, 17 residências, 5 agências bancárias, 4 pousadas e um hotel, além de restaurantes de baixo e alto preço e algumas repúblicas federais, nesse eixo.





O mapa 5 apresenta esse eixo descrito anteriormente – mais a rua Direita, rua Paraná e rua das Flores, todas no centro – como de uso residencial, comercial turístico e comercial local. Nesse sentido, por um lado, o Programa Monumenta e as ações mercantis sobre o patrimônio possibilitam uma estetização e promoção de eventos culturais divulgados e privatizados pela midiática, além de favorecer uma tendência à terceirização do centro – no contexto da chamada *patrimonialização global* e da mercantilização da cultura. Por outro lado, não podemos tapar os olhos ao potencial contra-hegemônico que o centro da cidade ainda guarda, por ser referência da vida cotidiana da população local, que depende do mesmo para quase tudo que envolve a produção e o consumo na cidade barroca, uma vez que apenas aos poucos novas centralidades se formam em outros bairros da cidade. Podemos afirmar que é incipiente, em Ouro Preto, a “superposição de espaços urbanos e virtuais que musealiza setores da cultura moderna, mas também desvaloriza a função simbólica integradora de elementos urbanos tradicionais, como a rua, a casa, o bairro” (PRIGGE, 2002, p. 55).

Paradoxalmente, a crescente transferência de funções urbanas para uma região circundante pode dismantlar, a longo prazo, a substância da cidade original barroca. Em uma visão dialética, podemos dizer que é essa cidade “original” a grande perdedora da *patrimonialização global* – caso a população seja alijada do centro. “A suburbanização progride com o trabalho em zonas industriais, com a moradia em condomínios campestres, com as compras feitas em hipermercados da periferia, com culturas urbanas em cinemas ou centros de diversão periféricos – onde fica a cidade em sua forma compacta e estrutura complexa?” (PRIGGE, 2002, p. 56).

No contexto mais amplo do território em que foi implantado o Monumenta, em Ouro Preto, na perspectiva de entendimento total da “cidade histórica”, a periferização não pode ser entendida apenas como o movimento de ocupação das franjas do núcleo tombado, mas também como o processo de segregação socioeconômica. Os sujeitos dessa periferização são, assim, aqueles que não têm condições financeiras de morar cerca da área chancelada, mas que dependem muito da mesma, ainda. Para Duarte (2001), essas são pessoas segregadas do usufruto pleno da cidade. Além dessa segregação, há o que o autor vai denominar auto-segregação, representada quando pessoas de alta classe se enclausuram em determinados pontos do território, distantes dos centros. São os habitantes dos condomínios de auto-segregação os que mais usufruem da cidade. Ouro Preto já apresenta essa mobilidade socioterritorial.

Ao sobrepor os mapas 4 e 5, fica evidente:

- a) A produção de seis enclaves comerciais e de serviços que se expandem a partir do centro e abastecem o município e, notadamente, os bairros de entorno; são eles: o eixo

central da rua São José e da rua Reinaldo Alves de Brito (fotos 7 e 8, no mapa 4). Três outros eixos que se superpõem à linha de delimitação do tombamento federal – um primeiro na rua Padre Rolim, que atende ao São Cristóvão e todos os bairros mais próximos; o segundo, que parte da Rua Conselheiro Quintiliano e vai até o final da rua Maciel (caminho de Mariana – fotos 01 e 02 do mapa 4), importante território que atende ao Alto da Cruz e aos morros periféricos da Queimada, Santana, N. Sra da Piedade e Taquaral; o terceiro, a rua dos Inconfidentes, no Barra, que abastece a parte sul da área de tombamento. O quinto enclave comercial e de serviços de Ouro Preto distancia-se da área de tombamento e se espacializa na rua Juscelino Kubitschek, entre a Bauxita, a Vila Itacolomi e o Bairro da Lagoa (foto 08 do mapa 5), abastecendo, junto com o sexto enclave comercial representado pelo maior supermercado da cidade – o Cooperouro, (foto 04 do mapa 5) –, o centro-sul de Ouro Preto, que pode ser considerado uma das áreas mais valorizadas da cidade, devido a dinâmica propiciada pela UFOP. O gráfico 10, abaixo, resultante das entrevistas realizadas com os ouropretanos, reflete a lógica socioterritorial do comércio local, na cidade, de forma que o Centro e o Bauxita vigoram como seus principais bairros comerciais. Cabe destacar a menção da população no que diz respeito a compras em Belo Horizonte, Mariana e Itabirito, uma vez que Ouro Preto apresenta – apesar das centralidades identificadas – precário atendimento em comércio e serviços. Conforme um morador da cidade, que nos dá importantes informações sobre a economia urbana, “O Bauxita é um bairro de estudantes, professores e aposentados, o que faz ser um bairro caro, e o aluguel e o comércio é muito caro por ser a única opção nossa, né? A mão de obra que ganha bem não compra em Ouro Preto, acha que professor vai comprar aqui, se não tem nada direito? O aluguel é caro, pois como não há consumo, as grandes redes não se instala aqui, não tem demanda. Os de maior salário não compra em Ouro Preto e a população num todo não ganha para consumir, ou são serventes de pedreiro ou trabalham na Alcan”.<sup>139</sup>

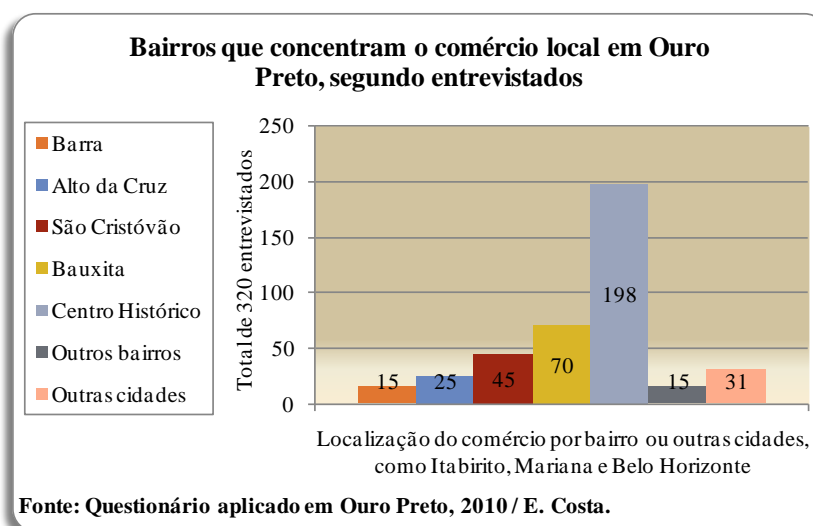


Gráfico 10

- b) Também fica notória, com a sobreposição dos mapas 4 e 5, a mescla do uso residencial e comercial local (caracterizando uma “vida de bairro”) em uma mancha

<sup>139</sup> Entrevista concedida por Antônio Paiva, morador do bairro Bauxita, em Ouro Preto, em 05 de abril de 2010.

territorial que parte de noroeste (bairro São Cristóvão), adentra transversalmente a área de tombamento (onde se mescla o comércio turístico, passando pelo Rosário, Vila São José, Pilar, Antônio Dias e Barra) e atinge o sudoeste da cidade (agregando o Bairro da Lagoa, a Vila Itacolomi, o Bauxita e, na parte extrema, à sudoeste, o Saramenha de Cima). Em realidade, essa mancha territorial de noroeste a sudoeste da cidade, com a presença de tal comércio e de alguns serviços, corresponde à possibilidade de abastecimento urbano através dos seis enclaves comerciais analisados acima.

- c) Observando o Centro em uma escala maior, nos dois mapas, vê-se que a rua Direita, junto à Praça Tiradentes (foto 05, no mapa 5), e a rua do Ouvidor, em direção ao Antônio Dias, representam a única área que agrega um forte comércio e serviço turísticos (pedras preciosas, jóias, artesanatos, restaurantes caros, pousadas, hotéis e outros). Fica claro o movimento dessas funções urbanas tanto em direção à rua Paraná, quanto ao Antônio Dias. Funções que se tornam mais rarefeitas à medida em que nos afastamos da Praça Tiradentes. Essa praça polariza e difunde o comércio e as pessoas, o turismo e os turistas; possibilita um movimento de convergência pela atratividade da arquitetura e difusão socioeconômica e territorial do comércio urbano na “cidade histórica” favorecido pela gradativa onda de terceirização dessa área, onde o Programa Monumenta age como um de seus vetores, junto com o importante papel que a UFOP imprime na economia urbana.
- d) De norte para o leste, atingindo o sul e o sudoeste de Ouro Preto – região que concentra os bairros São Francisco, São Sebastião, São João, Queimada, Santana, Piedade, Taquaral, Santa Cruz, N. Senhora do Carmo, Novo Horizonte, Vila dos Engenheiros, até o Tavares e o Santa Isabel, à sudoeste – temos um grande arco de entorno da cidade, caracterizado pela precariedade do comércio e dos serviços, em uma área predominantemente residencial. Característica que aponta para a função urbana extremamente relevante dos seis enclaves já apontados e do próprio centro, na vida da população de Ouro Preto. Se essas novas centralidades favorecem a permanência de parte da população em seus bairros, há serviços e mesmo especializados estabelecimentos comerciais [como lojas de vestuários que atendem a diferentes classes sociais] que só são encontrados no centro. Salienta Jordi Coll (2009, p. 63) que “el análisis del comercio en la pequeña ciudad es un elemento que permite entender no sólo el papel que el hecho urbano ejerce en el territorio, sino que también puede aportar algunas luces sobre la evolución futura de la ciudad, entendida como marco de relaciones sociales y económicas, y del propio sector terciário que en ella desempeña sus servicios”.
- e) É revelador o híbrido da monumental área de tombamento que, vista conjuntamente, aponta para o predomínio do uso residencial da terra e, mesmo, comercial local, em detrimento do uso comercial turístico; de forma que o Alto da Cruz, o Barra e a Vila São José, esboçam uma clara “vida de bairro”; perspectiva do próprio Antônio Dias (lembramos que o Antônio Dias [foto 03, no mapa 4] retrata uma das centralidades de atuação do Programa Monumenta).

f) Outra importante questão a ser destacada, neste amplo contexto urbano de comércio, serviços e consumo no qual se insere o Monumenta, diz respeito às novas áreas de expansão urbana, que se dão tanto pelo desenvolvimento turístico de Ouro Preto, quanto pela dinâmica atual impressa na cidade pela UFOP, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais [REUNI], promovido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O bairro N. Sra de Lourdes e o Jardim Alvorada [foto 03, no mapa 5], que tangenciam a área de tombamento, e o Bairro da Lagoa (de implantação recente), a sudeste da cidade, estão recebendo, nos últimos anos, moradores da classe média alta – professores universitários, altos funcionários da Alcan/Novelis, profissionais liberais de alta renda, funcionários públicos do poder legislativo, executivo e judiciário etc. O Morro São Sebastião [foto 07, no mapa 5], ao norte da cidade, também recebe uma nova população de alta renda, constituindo-se em outro eixo de ocupação recente. Identificamos, inclusive, bairros carentes, como o N. Sra. do Carmo e o Novo Horizonte [foto 04, no mapa 5], emergindo como recentes áreas de expansão para a classe média. Conforme depoimento de um dos moradores mais antigos do bairro N. Sra. do Carmo, “quem não consegue comprar lote na Bauxita ou outros lugares mais caros da cidade, vem pra cá, veja aí quantas casas mais novas e luxentas no alto de morro. Hoje tem engenheiro, médico, empresário que mora aqui, pois a terra fora é muito cara”<sup>140</sup>.

Em resumo, podemos dizer que, por um lado, temos um movimento universal de patrimonialização das cidades antigas do globo. Ouro Preto retrata um exemplo singular dessa lógica, ao ser capturada por um dos *arquitetos do mundo*, favorecedor da gradual tendência à terceirização de seu território central, também pelo turismo. Por outro lado, identificamos [quando do entendimento da “cidade histórica” enquanto totalidade urbana] uma *possibilidade e perspectiva* ante o *devenir universal-particular* apresentado ao longo da tese, que é o de *empoderamento*<sup>141</sup> dos bens materiais e simbólicos por parte da população, mesmo diante da lógica da preservação pela mercantilização do patrimônio cultural. A população depende da apropriação do centro e das funções que o mesmo ainda guarda; o chamado centro histórico de Ouro Preto constitui-se em “questão de sobrevivência” para uma significativa parcela da população, quer seja como local onde se auferem renda, quer seja enquanto *locus* da venda da força de trabalho, ou, ainda, como lugar de consumo simbólico e apropriação religiosa. No limite, Ouro Preto reflete a imbricação de usos, troca e símbolos que esbarra na tratada *dialética da memória*.

---

<sup>140</sup> Entrevista do senhor Pedro Nolasco Silva, 75 anos – um dos moradores mais antigos do bairro N. Sra. do Carmo – concedida ao autor, em 24 de agosto de 2010.

<sup>141</sup> Conforme Gohn (2004), o “empoderamento da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história, tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio”. O termo está ligado, então, à possibilidade de apropriação dos lugares ou mesmo práticas, por parte de comunidades, com a intermediação ou não de atores políticos.

O grande esforço deve ser o do encontro entre a teoria crítica e a as operações no território. Isso requer envolvimento coletivo e a concepção de que, na prática, as mudanças devem ser significativas, dada a dimensão das contradições que rebatem sobre essa cidade e o jogo de interesses que estão intimamente ligados à sua gestão. Lembra-nos Maricato (2001) que, no mundo globalizado, as cidades assumem um novo papel. Não há prefeitos que têm mais prestígio que muitos presidentes? Questiona a arquiteta, baseada em conferências da ONU. Os clientes, muitos prefeitos latino-americanos, buscam salvar suas municipalidades da insolvência promovida por crises fiscais, seguindo o modelo mais vendido na América Latina: Planos Estratégicos *à la* Barcelona, diz Maricato (2001).

O Monumenta, nessa perspectiva, veste uma roupagem democrática, da participação, e da salvação do patrimônio através de uma pretensa “sustentabilidade” e participação. Porém, segue na mesma direção dos “planos estratégicos”, vendidos às municipalidades dos países pobres ou em desenvolvimento, de forma a se combinar com o ideário neoliberal que orientou o *acerto* das políticas econômicas nacionais, através de investimentos estrangeiros. Podemos dizer que as cidades e esses programas são a síntese de uma nova reestruturação produtiva das cidades, em que a busca do monopólio sobre os símbolos dos lugares de memória faz frente ao mercado de tradicionais mercadorias; as cidades são tratadas como máquinas urbanas de se auferir renda, locais de investimento, incorporam uma nova noção que é a de “cidade-empresa” (MARICATO, 2001). São novas cidades corporativas imageticamente projetadas pela possibilidade de um “futuro promissor”.

O Monumenta esboça, em Ouro Preto, o casamento do plano estratégico para cidades com a valorização imobiliária e a eficiente estetização do urbano e da instituição urbana em si; nessa ressignificação do barroco, guarda-se, ainda, o papel original dessa arte, ou seja, “a transformação da imagem tátil em imagem visual, do ser em parecer, a concepção do mundo como impressão e experiência, a compreensão do aspecto subjetivo como o primário, e a acentuação do caráter transitório que leva em si toda impressão ótica, que se completam certamente no Barroco” (HAUSER, 1969, p. 100). O barroco ainda cumpre sua função, agora ressignificado.

Na “recolonização do centro”, o discurso é o da benfeitoria para toda a cidade. Mas onde estão tais melhorias quando temos a valorização simbólica de determinadas frações do território?<sup>142</sup> Como bem coloca Maricato (2001), é impossível negarmos que as cidades têm um novo papel diante da urbanização crescente da humanidade. No limite, as cidades têm um novo papel na aproximação dos mercados, do novo padrão de circulação do capital

---

<sup>142</sup> Essa questão será aprofundada no capítulo 6, onde buscaremos apresentar, inclusive, a articulação do centro com a formação das periferias tanto de Ouro Preto como de Diamantina, bem como as condições de moradia e de vida, em toda a cidade.



financeiro, das novas tecnologias aplicadas à produção e à fluidez do território, do comércio e do consumo urbanos. Essa lógica não é diferente em Ouro Preto. No entanto, impera uma possibilidade de fortalecimento de contra-hegemonia por parte da própria população, integrada que está com a vida e o movimento comercial, de serviços e religiosos da cidade barroca, ainda pautados no chamado centro histórico.

Se o discurso sobre os planos de ordenamento territorial sobre as cidades é sempre universal, suas implementações não o são. Ao contrário, são estrategicamente localizadas e focadas na gestão de áreas centrais, ou mesmo em selecionados enclaves de territórios, criando novas centralidades. Torna-se primordial a análise do território total das chamadas “cidades históricas” ante a “totalidade-mundo”, visto que a complexidade apresentada pelo território urbano de Ouro Preto – uma cidade média-pequena – retrata uma totalidade que está produzida ante a que está em produção, convergindo no mesmo momento e nos mesmos lugares. Assim, para o geógrafo, torna-se relevante distinguir, metodologicamente, os momentos de diferentes totalizações que rebatem sobre o território; “toda totalidade é incompleta porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico?” (SANTOS, 2002, p. 119). Por isso, a *patrimonialização global* – ou o Programa Monumenta como um de seus mecanismos, no Brasil – não é o único “evento” que rebate sobre a cidade como um todo complexo. Aprofundaremos, no capítulo 06, outras lógicas processuais de sua totalização permanente, que se constitui na função de uma cidade universitária e de exploração mineral.

Por fim, podemos dizer que temos a presença viva da arte barroca em nosso meio, não como uma permanência estática e passiva, mas como *produto de um devenir universal-local*. A Semana Santa, os Festivais de Inverno, o turismo crescente, a utilização da obra de Aleijadinho e congêneres, na publicidade absoluta difundida, na decoração de interiores e para outros fins, a institucionalização da arte, do artesanato e da pesquisa em Ouro Preto, dentre outros sinais marcantes, são eventos que envolvem essa arte da persuasão, da dissimulação e da ostentação, também em uma nova roupagem, a da terceirização. O barroco universal ganha nova dimensão, progressivamente, pelos instrumentos das técnicas, da ciência e da informação, que promovem a estetização urbana e da arte. Porém, a permanência e a dinâmica ainda dramática da sociedade barroca faz-se latente, emergente e simbólica, pois representa a possibilidade de empoderamento do patrimônio como uma potência de contra-hegemonia, quer seja pelo uso e apropriação dos bens institucionalizados, quer seja pelo fato de as cidades coloniais barrocas trazerem, pois, em sua origem, “uma só religião – a liberdade *sic*, que se cristaliza numa expressão cultural universal: o barroco religioso” (NEVES, 1986, p. 134). Isso quer dizer que, mais que mediação para o culto, o barroco ainda é, em si, objeto

de culto, expressão das diferenças de uma sociedade que se quer igualitária; enfrenta e aceita a diferenciação de horizontes espirituais; dialoga com a diferença socioeconômica vivida numa nova cidade que é Ouro Preto, ainda dramática. Vive-se, ali, a diferença de uma urbanidade fragmentada que se desenvolve entre pedras e montanhas; só por isso essa cidade já nasceu e se mantém barroca.

É nesse contexto – e só nesse contexto de imbricação de usos, apropriações e sentidos simbólicos – que podemos entender a lógica local mais ampla que se perfaz a *patrimonialização global* potente, porém, incipiente, na cidade. Necessidades endógenas (o consumo urbano popular) e o atributo de *localização* (função comercial e residencial do centro) fazem frente à patrimonialização enquanto verticalidade em potencial – o que nos permite falar em uma *recolonização parcial e gradual* do centro. São as necessidades urbanas coletivas, a busca pela sobrevivência nas cidades que, paradoxalmente, remetem-nos à *possibilidade* de empoderamento total do patrimônio cultural, pois “patrimônio cultural e território são pares inseparáveis de reprodução da vida”, como afirma Bernadete Castro, em *Leitura Histórica e Sociocultural do Sítio Histórico de Parati*.

Passaremos ao exame do Programa Monumenta em Diamantina.<sup>143</sup>

---

<sup>143</sup> Cabe lembrar, ainda, a criação do PAC Cidades Históricas pelo governo Luis Inácio Lula da Silva, em 2009. Diz o IPHAN que “esse Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. O programa é uma importante conquista e consolida significativos resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais em nosso país, em especial da implementação do Programa Monumenta (...) Ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, é o objetivo do PAC Cidades Históricas que abrange 173 municípios, de todos os estados da federação, com uma meta de investimentos iniciais de cerca de R\$ 250 milhões por ano”. Conforme o IPHAN, O PAC Cidades Históricas vai atuar em 173 cidades, localizadas em todos os estados brasileiros. Considera-se que “o grande diferencial do programa é a requalificação urbana das cidades, com investimentos não só nos imóveis, mas também na qualidade de vida dessas cidades”. O discurso é o de que, agora, a “visão do patrimônio é investir na qualidade urbana, na qualidade de vida do cidadão, sendo um vetor de desenvolvimento”, afirma o IPHAN. Fonte: site do IPHAN – [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), acessado em 30 de agosto de 2010.

### 5.3 – O Programa Monumenta na rococó Diamantina: perspectivas da dialética da memória

Ao entendermos o processo de *patrimonialização global* e desenvolvermos a análise na perspectiva da dialética espacial – universalidade-particularidade, forma-conteúdo, movimento da totalidade –, fica mais fácil concebermos que as mutações dos bairros centrais de uma cidade de qualquer parte do planeta segue as nuances de dois níveis complementares: tanto na manifestação das transformações de relações sociais globais na escala local, como nas características socioespaciais dos lugares que se transformam e, por vezes, resistem ao global que visa a se empiricizar. O Monumenta é produto e produtor dessa tendência universal.

O olhar cuidadoso sobre Ouro Preto permite-nos falar de uma *recolonização parcial e gradual* de seu sítio original, favorecendo uma marcante tendência à estetização e a terceirização do mesmo em três centralidades que coincidem com os pontos de maior simbolismo desse antigo território da mineração. Logo, buscaremos a lógica do Programa em Diamantina, sabendo que as transformações, em ambas as cidades, são fruto de diferentes combinações de operações privadas e públicas, localizadas, principalmente, em seus núcleos centrais, que seguem, rigorosamente, a tendência impositiva da *patrimonialização global*, representante de uma “lógica geral de apropriação prestigiosa do patrimônio antigo” (CRIEKINGEN, 2006, p. 106).

*Atratividade, acessibilidade e participação privada* são as noções que dirigem o Programa Monumenta no Brasil, como já enaltecido. Na busca de se constituir em um *atrativo turístico*, foram selecionadas as ações que melhor contribuiriam para esse fim, visando a aumentar a eficiência da aplicação dos recursos do Programa nas cidades, como reconhecem os documentos do Monumenta (BRASIL, 2002, p. 4).

Elegeu-se a Área de Projeto, em Diamantina, apoiada em trechos que abrangessem como foco principal (*coincidentemente*, estes são os bens culturais de maior prestígio simbólico do sítio original, tombados no conjunto e isoladamente – mesma tendência de Ouro Preto):

- 1) Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis [fotos 04 e 05, no mapa 6];
- 2) Museu do Diamante [foto 03, no mapa 6];
- 3) Mercado Velho [fotos 13e 06, respectivamente, nos mapas 6 e 8];
- 4) Igreja de Nossa Senhora do Carmo [localização no mapa 6];
- 5) Igreja de Nosso Senhor do Bonfim dos Militares [foto 18, no mapa 6];
- 6) Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário [foto 9, no mapa 6];
- 7) Capela Imperial de Nossa Senhora do Amparo [foto 15, no mapa 6];

Na Área de Projeto – cuja delimitação encontra-se no mapa 6 –, elegeram-se, em 2002, para investimentos integrados [identificar localização no mapa 6]:

- 1) a revitalização<sup>144</sup> do conjunto paisagístico da Praça Juscelino Kubitschek;
- 2) a restauração arquitetônica e revitalização do Mercado Velho;
- 3) a revitalização paisagística da Praça Barão de Guaicuí, que abrange o Mercado Velho;
- 4) a revitalização dos conjuntos paisagísticos das Praças D. Joaquim e Monsenhor Neves;
- 5) a revitalização do conjunto urbano constituído pela rua da Quitanda (palco de acontecimento das Vesperatas), e pelos becos do Alecrim, do Mota, da Tecla e da Pena;
- 6) a revitalização do conjunto edificado do Museu do Diamante e da Casa do Intendente, com respectivo conjunto paisagístico.

Nosso mapa 6 espacializa as ações do Monumenta em Diamantina. Hoje, decorrida uma década da proposta inicial do Programa, os bens culturais, enquanto *formas* pretéritas simbólicas de um longo *processo* de ordenamento territorial, são “capturados” por uma nova estratégia urbana que visa, incondicionalmente, o desenvolvimento de um turismo capaz de gerar lucros e rendas pela ressignificação simbólica do urbanismo barroco-rococó desta cidade encravada no meio-norte de Minas Gerais (com o apoio de um dos *arquitetos do mundo*, o BID).

O mapa 6 – *O Programa Monumenta/Diamantina: estetização da patrimonialização global* – traz a delimitação da Área de Projeto, feita em 2001, que, por sua vez está inserida na delimitação da área de tombamento do IPHAN, elaborada na década de 1930, e na área delimitada para a inclusão do sítio na Lista do Patrimônio Mundial, realizada em 1999. O Monumenta favorece a estetização da paisagem urbana na expectativa de venda de uma singularidade calcada na universalidade-excepcionalidade apontadas pelos órgãos de conservação e preservação. Isso nos possibilita dizer que a refuncionalização do patrimônio não é resultado de uma avaliação subjetiva de valores, mas de uma mudança política objetiva da relação dialética entre as verdadeiras necessidades sociais e o desejo de ordenamento mercantil do território.

Os imóveis privados beneficiados pelo Programa, bem como os bens tombados contemplados para investimento integrado também estão espacializados no mapa 6. Vê-se que a intervenção atual aproxima-se do que fora a proposta inicial, explícita acima. Nesse sentido, podemos considerar que o *eixo estruturante* do Monumenta, em Diamantina, estabelece uma única centralidade, pela própria história da evolução urbana da cidade, tratada no segundo capítulo, em que as igrejas do Rosário, das Mercês, de São Francisco e do Amparo, que serviram de elo para o adensamento do núcleo e eram referências de saída e chegada, respectivamente, de Vila do Príncipe, Minas Novas e Sertão Baiano, balizam o adensamento

---

<sup>144</sup> Os documentos do Programa Monumenta consultados tratam de *revitalização* e não de *requalificação* ou *refuncionalização* ou *renovação*, os quais damos preferência.

do sítio original. Esses bens simbólicos e atrativos turísticos delimitaram a operacionalização territorial do Monumenta, em Diamantina.



A tabela 7, abaixo, fornece-nos subsídios quanti e qualitativos para uma análise da dimensão socioespacial e da intervenção que se objetivava através do Monumenta, no centro histórico de Diamantina. O Programa pretendia, em 2002, atuar em 110 imóveis dos 406 existentes na Área de Projeto, o que equivaleria a 27% do conjunto. Isso não se processou, na realidade, conforme podemos observar no mapa. Nesta cidade, o Programa atuou, até este momento de fase final, em 30 imóveis privados – sendo apenas 5 de uso comercial e o restante de uso residencial –, além dos seis investimentos integrados identificáveis no mapa e descritos acima. É digno de nota que apenas 5 dos 30 proprietários contemplados têm renda abaixo de três salários mínimos<sup>145</sup>, apesar de, conforme o Edital de Seleção para Imóveis Privados do Monumenta, esse tipo de proprietário possuir inúmeros benefícios para serem contemplados pelo Programa.<sup>146</sup> Em suma, assim como em Ouro Preto, a maior parte dos proprietários de imóveis contemplados, em Diamantina, apresentaram renda superior a 3 salários mínimos. Indicamos três possíveis justificativas: a) a concentração de moradores de maior renda na área central de ambas as cidades; b) um favorecimento particular à elite residente em seus centros; c) o desconhecimento ou o desinteresse por parte dos moradores das “cidades históricas”, em relação ao Programa Monumenta, devido à negligência ou a um mau direcionamento da divulgação, como ilustram os gráficos abaixo.

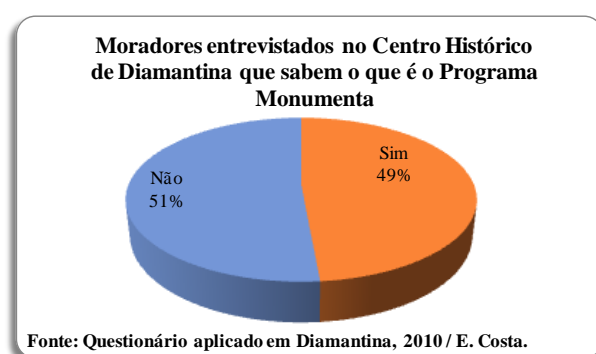


Gráfico 11

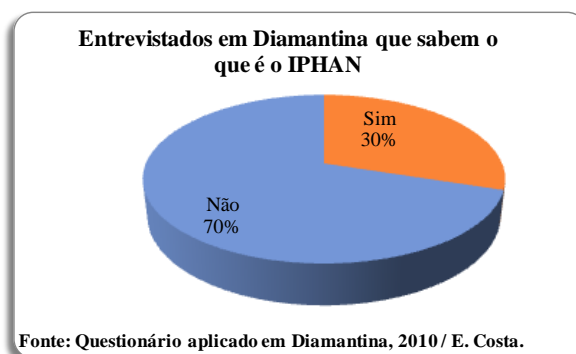


Gráfico 12

<sup>145</sup> Essas informações baseiam-se em trabalho de campo e na *Planilha síntese de intervenção em imóveis privados* (MONUMENTA, 2010).

<sup>146</sup> Seguem alguns exemplos de benefícios que os editais do Monumenta oferecem aos proprietários que possuem renda abaixo de três salários mínimos. “Prazos para amortização: I – até 10 anos para os imóveis comerciais; II – até 15 anos - para os imóveis habitacionais e mistos; III – até 20 anos - para os imóveis habitacionais e mistos, cujos proponentes/interessados comprovem renda familiar inferior a 03 (três) salários mínimos mensais. Juntamente com a prestação de retorno mensal, será cobrada da DEVEDORA, a Tarifa Operacional Mensal, para cobertura dos custos com a administração do contrato pela CAIXA, no valor de R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos), corrigido anualmente, pela variação do INPC, na data de correção da prestação. A referida cobrança não se aplicará nos casos dos mutuários com renda menor ou igual a 3 (três) salários mínimos. Poderão ser admitidas ainda obras de reforma nos interiores da edificação, desde que a renda mensal comprovada do proponente/ interessado seja inferior a três salários mínimos, a saber: obras, comprovadamente necessárias para atender às normas e à legislação sanitária brasileira, quanto à insolação, ventilação e instalações sanitárias; obras para adequação do imóvel à geração de renda”.

USO DO IMÓVEL	NÚMERO DE CASOS
<b>TOTAL DE IMÓVEIS NA ÁREA DE PROJETO</b>	
Comercial + Serviços	241
Residencial	91
Misto	71
Institucional	2
<b>Total</b>	<b>406</b>
USO DO IMÓVEL	NÚMERO DE CASOS
<b>INTERVENÇÃO DO MONUMENTA</b>	
Comercial + Serviços	66
Residencial	25
Misto	19
Institucional	1
<b>Total</b>	<b>110</b>
USO DO IMÓVEL	NÚMERO DE CASOS
<b>SEM INTERVENÇÃO DO MONUMENTA</b>	
Comercial + Serviços	176
Residencial	67
Misto	52
Institucional	2
<b>Total</b>	<b>296</b>

Tabela 07 – Fonte: (BRASIL, 2002, p. 18)

Fica-nos claro que as ações do Monumenta, em Diamantina, foram previamente dirigidas a pontos específicos da malha urbana, em uma tentativa de se agregar valor econômico aos bens cujo valor simbólico sobressai no núcleo tombado, como é o caso do Mercado Velho, do Museu do Diamante, da Igreja de São Francisco de Assis e da Cadeia Velha, formando um trajeto *obrigatório* de visitação, no centro histórico (ver mapa 6). “Este conjunto de investimentos transformar-se- o em a oes contínuas e concêntricas, já que se acredita no centro da cidade como referência de cidadania de Diamantina pelo seu poder de atra o e difusão de idéias” (BRASIL, 2002, p. 4). São não podemos nos esquecer que a distribui o da riqueza no território das cidades, a hierarquia e a estrutura do poder político, além da escala da posi o social (prestígio) são determinadas pelas leis que têm origem na estrutura econômica da ordem social em determinada etapa do desenvolvimento.

Tanto em Diamantina quanto em Ouro Preto houve investimento, por parte do Monumenta, em infraestrutura do centro. Porém, distintamente da barroca e dramática Ouro Preto, a brejeira e rococó Diamantina possui, em sua área de tombamento, vários espaços de encontros e sociabilidade, como as praças Barão de Guaicui, Monsenhor Neves, Juscelino Kubistchek e Largo do Rosário, enfraquecendo a intensa mensagem apologética e persuasiva própria da sistematiza o barroca, uma vez que, em Diamantina, cumpriu abrir espaço para o livre exercício da razão que emerge com o rococó, ou a última fase do barroco. Assim, se Ouro Preto traz o acúmulo de elementos e a profusa ornamenta o barroca, Diamantina apresenta espaços mais limpos e claros, onde dominam formas menos teatrais e dramáticas,



mais leves e soltas, abertas à totalidade da arquitetura e à totalidade dos vazios. O Monumenta soube aproveitar sua forma urbana e buscou, através do investimento em logradouros, promover uma convergente estetização desses espaços públicos, como se verifica em quatro importantes praças da cidade, supracitadas. Além da estetização e da incipiente terceirização turística propiciada pelo Programa, é digno de nota, também como em Ouro Preto, as iniciativas particulares em prol da recuperação de imóveis tombados, no centro. É o caso de dois edifícios na rua do Rosário, próximo à Igreja do Amaparo que, em 2007, encontravam-se em péssimo estado de conservação e foram recuperados pela iniciativa e pelo esforço de seus proprietários (seguem as fotos).



Fotos 25 e 26 – Dois imóveis extremamente deteriorados, em 2007, e recuperados, em 2010, por iniciativa particular. Funciona uma residência (o da esquerda) e uma nova pousada (o da direita). Fotos do autor / 2007 e 2010.

Se, por um lado, essa estetização dos espaços públicos favoreceu uma qualidade ambiental para a população diamantinense – que se apropria, diariamente, destes lugares – por outro lado, como afirma Paes (2010), não podemos negar que a concentração de investimentos de serviços e infraestrutura nos centros urbanos, por meio de projetos, ampliam a seletividade, a exclusão e a fragmentação no uso do território, podendo converter tradicionais espaços públicos em espaços coletivos privados, acessíveis apenas mediante o poder de compra de determinados grupos. Se esses lugares do centro de Diamantina ainda se mantêm como *locus* de sociabilidade urbana, o cuidado deve ser para que a sua *requalificação* por parte do Monumenta, não os tornem privatizados (por mais que isso já aconteça em grandes eventos, como é o caso do carnaval que se apropria, mercadologicamente, do Mercado Velho e da Praça Barão de Guaicuí, ou das Vesperatas, no Largo da Quitanda).

Por mais que as atuações do Monumenta tenham se difundido, também, por pontos que ultrapassam sua Área de Projeto, vão além do limite da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e alcançado a demarcação da área de tombamento federal [ver mapa 6] – muito inferior, em dimensão, se comparada ao núcleo monumental barroco de Ouro Preto [ver

mapa 3] –, essas atuações espalharam-se pelo conjunto e não adquiriram unidade fora da área do centro. Em Ouro Preto, o Monumenta conseguiu três distintas centralidades, como vimos. Em suma, os aportes financeiros convergiram para o centro histórico atrativo, na perspectiva de relações sociais e políticas determinadas. Como nos lembra Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*, “a observação empírica precisa pôr em relevo o nexo existente entre a estrutura social e política e a produção”, processo vital das cidades que se materializa no território, se corporifica na paisagem urbana histórica.

Desde o início, o Monumenta/Diamantina preconizou, no Perfil do Projeto (BRASIL, 2002), os benefícios econômicos contabilizados a partir de sua implantação: **a valorização imobiliária** dos bens da área de projeto (construções e áreas livres); **a concessão de uso de espaços públicos à iniciativa privada ou de monumentos destacados pelo IPHAN para a exploração privada**; **a disposição a pagar do visitante** pela preservação dos bens culturais, traduzida pelo valor estimado da cobrança pela visita aos imóveis recuperados. Se há, hoje, uma preocupação com o espaço público multidimensional, de ordem mais filosófica que geográfica, como diz Berdoulay *et al* (2001), entra em questão uma problematização sobre a valorização especulativa de praças, ruas, jardins e transformações concretas na “cidade histórica”, por se constituírem tais espaços em peças fundamentais de nosso “devenir social et politique” (BERDOULAY *et al*, 2001, p. 414).

O Perfil do Projeto (BRASIL, 2002) de Diamantina apontou, claramente, a valorização imobiliária da área como o **primeiro benefício** esperado pelo Monumenta. Estrategicamente, então, as ações centralizaram-se em quatro *eixos estruturantes* de uma única demarcação territorial, que atende à imbricação de usos, trocas, simbolismos resgatados e recriados, além de distintas apropriações: a rua Direita (imóveis privados e bens culturais tombados restaurados); a Praça Barão de Guaicuí / Mercado Velho e entorno; a Cadeia Velha, juntamente com a Igreja do Rosário e entorno e, ainda, a rua da Quitanda, que se constitui no palco do principal evento turístico de Diamantina (as Vesperatas) [ver mapa 6]. Esse primeiro benefício esperado pelo Monumenta esbarra, assim, na afirmação de Adorno (1970) sobre a especulação econômica da arte, que se “tornou complemento da cotidianidade burguesa nos tempos livres”.

O **segundo benefício** esperado do Monumenta é a concessão de uso de espaços públicos à iniciativa privada, de maneira que para os edifícios públicos em áreas tombadas ou para os bens destacados pelo IPHAN, dentre aqueles protegidos pelo Estado ou Município, considera-se a renda proveniente de aluguel ou uso do lugar. Lembremos que o espaço público não é um espaço sem qualificação material, social e cultural, o mesmo deve ser lido nessa multidimensionalidade, dentro da construção imaginária e da narrativa social. O espaço

público reforça a apreciação, mormente nostálgica, das diversas manifestações públicas de interações sociais observáveis através dos tempos, nas cidades (BERDOULAY *et al*, 2001). Essa análise nos dirige a um olhar indagador sobre os novos usos ou apropriações que se fazem dos lugares públicos nas “cidades históricas”. Para o Perfil do Projeto (BRASIL, 2002), as intervenções e os usos são os seguintes, de acordo com o quadro:

INTERVENÇÕES	USO ATUAL	USO FUTURO
Casa do Intendente	Sem uso	Museu de Arte Sacra
Mercado Velho	Mercado, Feira de Artesanato e Museu Vivo	Mercado, Feira de Artesanato e Museu Vivo
Museu do Diamante	Museu do Diamante	Pomar, café e lanchonete, Arena de espetáculos
Cadeia Velha	Teatro, Cinema e Café	Teatro, Cinema e Café
Praças	Praças de apropriação local e eventos privados ou públicos	Praças de apropriação local e eventos privados ou públicos
Logradouros Públicos	Logradouros de apropriação variada	Logradouros de apropriação variada
Igrejas	Culto religioso e visitação	Culto religioso e visitação

Quadro 12 – Fonte: (BRASIL, 2002, p. 8) / adaptado pelo autor em 2010.

O *terceiro benefício* esperado pelo projeto, segundo o Perfil do Projeto (BRASIL, 2002), é a *disposição a pagar* do visitante pela preservação dos bens culturais na Área de Projeto. A cobrança de ingressos pela visitação aos imóveis que sofrerão intervenção do Monumenta será a variável que caracterizará o aumento do bem estar do visitante, ou seja, a cobrança refletirá a disposição a pagar do mesmo. As ações implantadas foram observadas sob a ótica da viabilidade econômica e da “sustentabilidade” financeira, consideradas isoladamente e para o projeto como um todo (BRASIL, 2001).

Muitos estudos já mostraram que a renovação e a requalificação de áreas urbanas visa à dinamização econômica das cidades. Busca-se, dessa maneira, uma nova valorização social, econômica e funcional, como vem ocorrendo nas “cidades históricas” turisticadas. O movimento socioterritorial nesses lugares é catalisado com a implantação de museus, equipamentos culturais, centros de serviços e consumos, teatros, auditórios, sala de convenções e exposições, discotecas etc, casos de Diamantina e Ouro Preto. “Com a intenção de exaltar o valor dos centros históricos, se sustenta a primazia ideológica destes sobre os demais componentes da cidade e do território; e fazendo isto se esquece do perigo de ressaltar apenas os caracteres morfológicos dentre os essenciais do centro histórico” (ROBIRA, 2006, p. 441). Há mesmo casos em que a renovação ou a requalificação do centro histórico visa à restituição da população residente ou das condições de habitabilidade de suas moradias e de

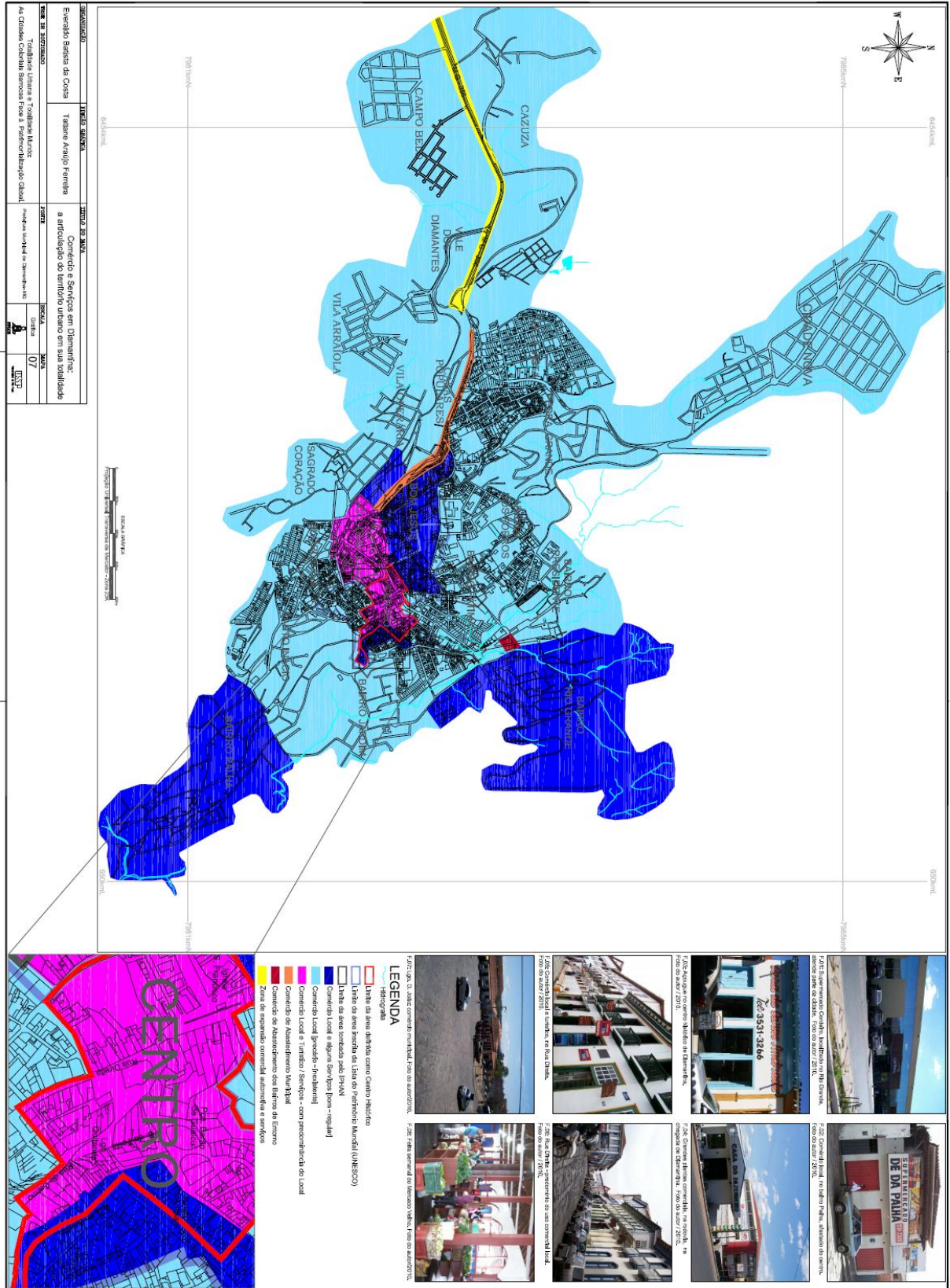
seu entrono, implantando atividades comerciais e de serviços complementares e também excludentes à função residencial. Em nosso entendimento, renovar ou requalificar um centro diz respeito à busca, sim, da estética, porém, não deve ser abandonado o conteúdo social que representa o patrimônio, ou seja, deve-se resguardar necessidades sociais coletivas e morfológicas do centro urbano em prol dos moradores do local, em primeiro plano. Não podemos abandonar a premissa de que “patrimônio cultural e território são inseparáveis na formação identitária de um povo” (CASTRO, 2009a, p. 16).

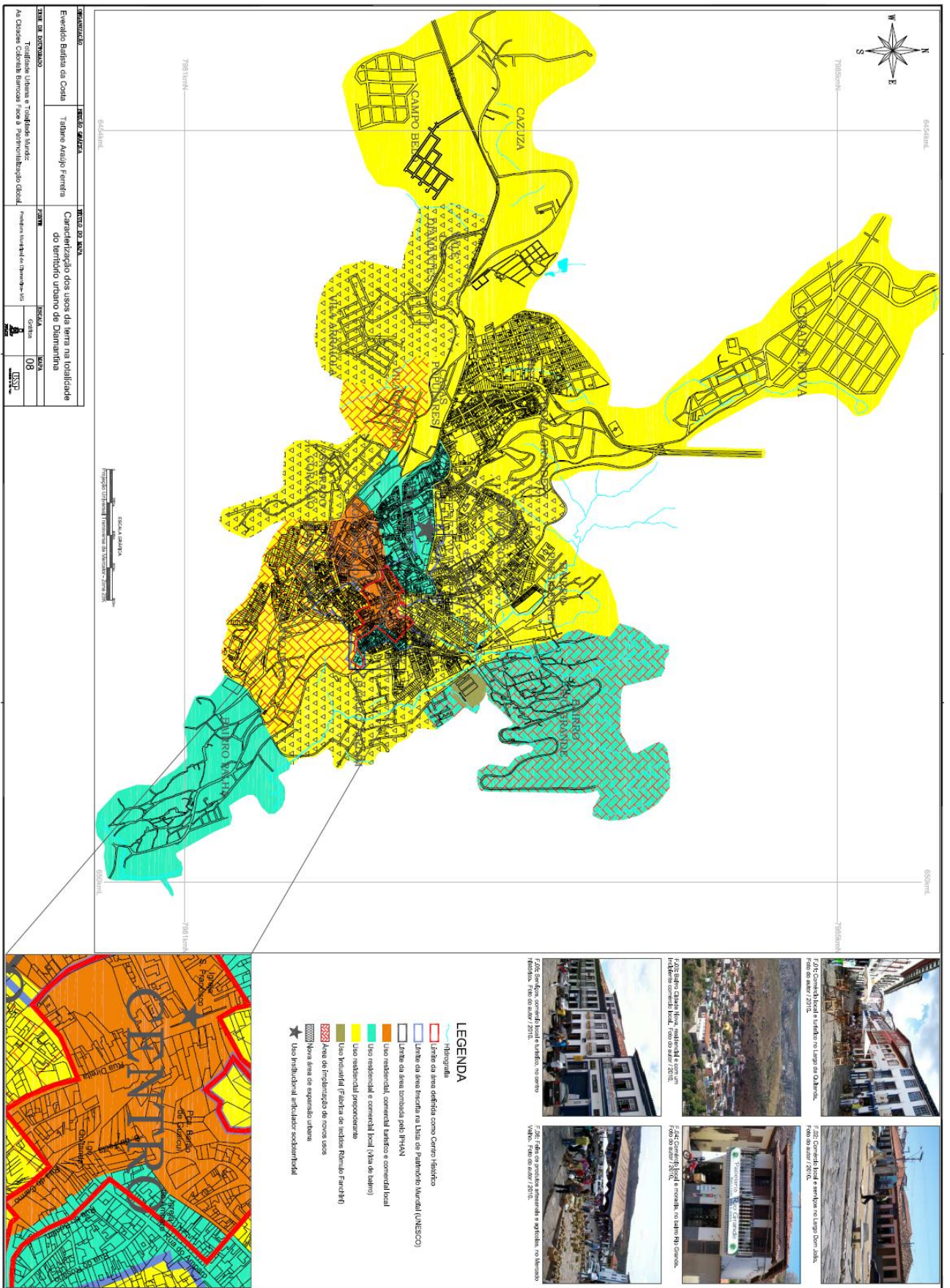
Devemos fazer frente ao planejamento urbano que se foca na gestão do centro da cidade e enxerga esse centro como valor de troca, negligenciando usos variados e sua concepção como ambiente signo de movimento da sociedade global no território. Uma renovação ou uma requalificação integrada (contingente a toda a população e agentes) implica em uma concepção de planejamento urbano que veja a cidade como um todo e como valor de uso, mais do que valor de mercado ou possibilidade de renda particulares sobre o capital simbólico construído. A rentabilidade da terra urbana não pode ser o foco do planejamento, mas a sua equanimidade; a reflexão sobre a rentabilidade deve estar direcionada à rearticulação do território em prol da massa segregada. “A estética da forma urbana apresenta-se agora como o urbanismo de prestígio e de qualidade que empreendem os poderes públicos locais. A imposição de determinada imagem estética, aquela própria da chamada era pós-industrial, não só dá caráter formal aos centros históricos e novas áreas terceirizadas, mas também supõe uma específica e única representação cultural do espaço simbólico da cidade” (ROBIRA, 2006, p. 443).

No limite, consideramos a relevância de interpretar o Programa Monumenta no contexto global das funções urbanas dessas cidades, sobrepondo o mapa 7 – *Comércio e Serviços em Diamantina: a articulação do território urbano em sua totalidade* –, ao mapa 8 – *Caracterização dos usos da terra na totalidade do território urbano de Diamantina*. Essa proposição visa a enaltecer “a importância dos estudos que se dedicam aos usos dos edifícios e dos espaços públicos nos núcleos históricos tombados, sobretudo tendo em vista que a normatização do tombamento restringe-se às questões formais e estéticas, tais como a preservação e a visibilidade do bem, sem considerar seu uso social” (PAES, 2010, p. 21). E mais, torna-se necessário entender a refuncionalização do patrimônio no seio da ressignificação do urbanismo barroco-rococó, como produto de um *devenir universal-local*, de forma a conceber a cidade colonial barroca enquanto totalidade urbana inserida na totalidade-mundo, pois “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2002, p. 328). Para escaparmos de tal alienação, a cidade colonial

barroca deve ser concebida como um presente que é passado, futuro imediato e passado inacabado, território usado e abusado, em constante renovação com a totalidade dinâmica.

Com a sobreposição dos mapas 7 e 8:





a) É latente a existência, na cidade de Diamantina, de cinco enclaves comerciais e de serviços que esboçam sua função urbana terciária, consolidada antes mesmo do dinamismo turístico alavancado pela inscrição da cidade na Lista do Patrimônio

Mundial ou da estetização propiciada pelo Monumenta. A escala ampliada do Centro, no mapa 7, aponta-nos para uma das mais significativas centralidades do comércio urbano local (fotos 03, 05 e 06, no mapa 7), cujo qual exerce predominância sobre o comércio turístico, inclusive; o Centro é uma das principais referências de toda a população no que diz respeito a essa funcionalidade, forçando o deslocamento quase diário de parte da população em sua direção, como indicam os gráficos 13 e 14, abaixo. Um segundo enclave do comércio e serviços locais é encontrado no Largo Dom João, que compreende uma zona limite com a área de tombamento à sudeste, concentrando desde lojas de vestuários à eletrodomésticos, açougues, supermercados e farmácias (foto 02, no mapa 8); esse Largo atrai, diariamente, uma grande leva de consumidores, podendo ser caracterizado como uma zona de abastecimento não apenas da cidade, mas do município, que concentra dez distritos. A terceira centralidade dessa função espacializa-se na Rua Sílvio Felício dos Santos, que atravessa os bairros Casas Populares, Vila Operária e Bom Jesus (na área central do território urbano); nessa rua, estão estabelecidos uma gama diversificada de serviços e comércio locais, que vão de oficinas mecânicas à supermercados e lojas de material de construção, dentre outros. Uma quarta e recente centralidade, a oeste da cidade, diz respeito ao eixo da Rodovia MG-356, na chegada à Diamantina, sentido Belo Horizonte, onde estão sendo implantadas casas de produtos agropecuários, comércio e serviços automotivos e pousadas (foto 04, no mapa 7). A quinta centralidade que identificamos corresponde à parte baixa do bairro Rio Grande, onde foi implantado o maior supermercado de Diamantina – o Cordeiro – de uma pequena rede municipal de mercados, além de outros estabelecimentos comerciais (foto 01, no mapa 7). Cabe destacar, com essa análise, que, se Diamantina é capturada pela *patrimonialização global*, o processo é incipiente, de forma que ainda prevalece um forte comércio local em sua área central, atendendo parte da população – a maioria dos bairros de Diamantina não possuem farmácias, bancos, correios, postos de saúde etc. Tais estabelecimentos se concentram no Centro ou em algumas das centralidades apontadas. No entanto, a terceirização e a especulação mercantil do território central faz-se sentir por alguns moradores de outros bairros, que os levam a dizer que “a administração atual não é boa, porque o prefeito afirmou, na candidatura, que investiria em cultura para o povo, para a comunidade, que ela participaria das decisões, mas isso não está acontecendo (...) O pobre não tem como viver em Diamantina, o centro está virando comércio para o turista e o que sobra, os produtos consumidos por nós, está só encarecendo”<sup>147</sup>. Paradoxalmente, por um lado, a população é extremamente dependente da área central de Diamantina, por outro lado, podemos afirmar que há um relativo “distanciamento” de parte da população dos bairros mais carentes, em relação ao Centro, tanto pela precariedade do sistema de transportes urbanos, quanto pelo inacessível valor de parte dos serviços e produtos oferecidos na área central da cidade.

---

<sup>147</sup> Entrevista concedida por Carina Melo, moradora do Rio Grande, em Diamantina, em 27 de abril de 2010.

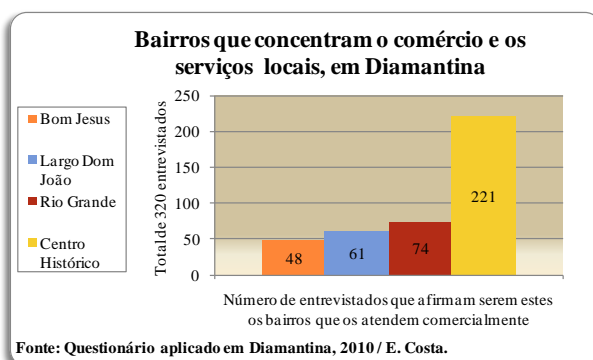


Gráfico 13

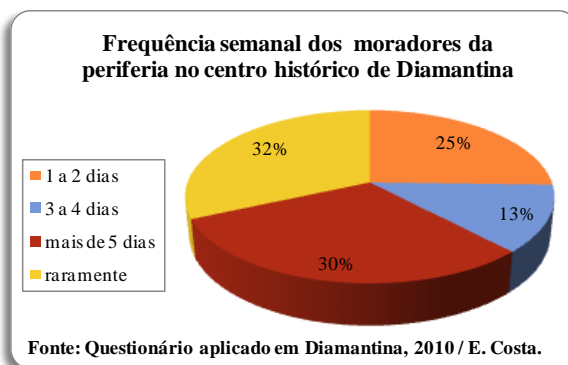


Gráfico 14

b) Com a sobreposição dos mapas 7 e 8, constata-se, também, a precariedade ou inexistência do comércio e dos serviços na quase totalidade do território urbano, situação verificável no mapa 7, que coincide, exatamente, no mapa 8, com a grande mancha de uso preponderante residencial, englobando a quase totalidade dos bairros da cidade, com exceção da área central (Bom Jesus, Centro, Largo Dom João), do Palha e do Rio Grande. Com a sobreposição dos mapas, verificamos, ainda, a correspondência de bairros com um regular comércio local e alguns serviços (mapa 7), que agregam uma particular “vida de bairro”, ou seja, são menos dependentes, materialmente, do centro (mapa 8). No entanto, a “vida de bairro” que caracteriza os bairros Palha e o Rio Grande está diretamente vinculada a uma segregação socioterritorial, devido à “distância” imposta a estes dois bairros em relação às centralidades comerciais apontadas, pois concentram a população mais carente de Diamantina, como apontamos no item acima. Esse “distanciamento” ou negligência geral para com a população destes bairros forçou-a a criar mecanismos de permanência e sobrevivência em seu próprio enclave territorial (fotos 02 e 04, respectivamente, mapas 7 e 8). Conforme um morador do Palha, “aqui no bairro tem tudo de comércio, hoje ta razoável, né? Mas foi muita carestia já, porque ninguém agüenta comprar coisa cara de outros lugar da cidade não”<sup>148</sup>. No limite, podemos dizer que essa lógica perversa é uma das conseqüências da terceirização [turística ou não] que se apropria de determinadas áreas valorizadas das cidades e promovem uma fragmentação socioespacial articulada e criadora de novas relações entre a “cidade histórica”, o comércio e seu patrimônio, ou melhor dizendo, entre os usos, as trocas e a ressignificação de símbolos, perfazendo a discutida *dialética da memória*. Como nos dizem Salgueiro e Cachinho (2009, p. 19), “a permanente necessidade de renovação, de *upgrading*, de substituir o velho pelo novo, informa-nos que os objetos de consumo e, por extensão, o espaço comercial e os diferentes cantos da cidade, além dos valores de uso e de troca, possuem também um valor simbólico que em muito condiciona a acção dos actores”.

c) Ao observarmos a escala ampliada do centro histórico, em ambos os mapas, identificamos a predominância do uso residencial e comercial local, neste território turístico. Logo, as ruas do Amparo, do Bonfim e do Rosário (que concentram três

<sup>148</sup> Entrevista concedida por Aparecido dos Santos, 77 anos – um dos moradores mais antigos do bairro Palha –, concedida ao autor, em 24 de setembro de 2010.



igrejas tombadas de mesmo nome) formam, juntas, o que resolvemos chamar de *quadrilátero do uso local em pleno centro histórico*. A presença de moradores no centro, em Diamantina, faz-se mais latente que em Ouro Preto, ou seja, se o processo de terceirização em Ouro Preto está ligeiramente voltado para o turismo, esse movimento, em Diamantina, está um pouco mais ligado aos serviços e comércio locais (fotos 1 e 5, no mapa 8). A mercantilização do patrimônio, em Diamantina, é mais incipiente que em Ouro Preto; a inscrição da primeira, na Lista do Patrimônio Mundial, ocorreu depois de vinte anos da segunda, como já anunciado, e foi a partir desse “evento” que Diamantina passou a investir mais na atratividade turística (COSTA, 2009). Conforme um morador, “eu sou pouco favorável ao turismo em Diamantina, pois o foco da cidade é no turismo e no centro, e esquecem dos bairros e das pessoas dos bairros; falta firmas, as pessoas são mal instruídas não atendem ao turismo, é contraditório isso né?”<sup>149</sup>.

- d) Podemos trabalhar com a hipótese, através da leitura desses dois mapas, que o Programa Monumenta encontra uma relativa resistência para alcançar seus objetivos de terceirização turística e valorização mercantil do patrimônio, devido à relevância da área central da cidade para a sobrevivência da população de outros bairros e, especialmente, para a população historicamente residente no próprio Centro e, notadamente, moradores de outros distritos. Essa força comercial de Diamantina foi analisada no capítulo 2, onde apresentamos seu papel articulador no norte mineiro, com outras províncias da Colônia, nos séculos XVIII e XIX (XX e XXI) – suas históricas funções de polarizadora comercial e de articuladora regional permanecem, dada a fragilidade socioeconômica do meio-norte do estado. Outra questão importante a ser destacada é que Diamantina, encravada no Vale do Jequitinhonha, encontra-se a 300 Km de Belo Horizonte, a 750 Km do Rio de Janeiro, a 1000 Km de São Paulo, a 730 Km de Brasília e a 1150 Km de Salvador (ver mapa 1), o que dificulta, relativamente, os acessos em direção à cidade (quer seja para a visita turística massiva, quer seja para o abastecimento geral da região). Distingue-se, nesses aspectos, de Ouro Preto, que localiza-se a 90 km de Belo Horizonte, a 700 km de São Paulo e a 300 km do Rio de Janeiro [servida de uma mais favorável malha rodoviária], além de sua proximidade e simbolismo em relação a outras cidades do denominado “Circuito do Ouro” [Diamantina caracteriza-se como principal cidade do chamado “Circuito dos Diamantes”].
- e) Nesta ampla perspectiva urbana de comércio, serviços, consumo local e turístico, no qual se insere o Monumenta / Diamantina, o mapa 7 ainda revela novas áreas de expansão caracterizadas mais pela nova dinâmica da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) do que pelo gradativo desenvolvimento da função turística da cidade. Como a UFOP, em Ouro Preto, a UFVJM, em Diamantina, está passando por uma nova reestruturação, pois também foi contemplada pelo REUNI, o que vem causando um significativo impacto socioterritorial na cidade, com a chegada de centenas de novos estudantes, a cada ano. Os bairros Jardim, Sagrado Coração, Fátima e Arraial dos Forros, todos no entorno do limite do tombamento federal,

---

<sup>149</sup> Entrevista concedida por Rodimildes Costa, moradora do bairro Rio Grande, em Diamantina, em 22 de janeiro de 2010.

fazem-se bairros de classe média que estão recebendo, nos últimos anos, novos moradores – profissionais liberais de média e alta renda ligados ao comércio e serviços locais e turísticos (como ex-garimpeiros donos de pousadas), funcionários públicos, professores universitários, dentre outros. O Santo Inácio e o Vila Romana, também próximos ao Centro e já consolidados, são bairros que recebem novos moradores da classe média, além da marcante implantação de repúblicas estudantis. O Vale dos Diamantes e a Vila Arraiola, em fase de consolidação, agregam condomínios de médio para alto padrão, e concentram a população de mais alta renda da cidade. Como destaca o Prefeito de Diamantina, “**sem dúvida, a prioridade da prefeitura é com o turismo**, nós vivíamos sempre do extrativismo vegetal e mineral, hoje é o turismo. Com a fiscalização ambiental e patrimonial, ficamos sem recursos, com isso o turismo é prioridade. **Estamos muito agradecidos e felizes, com a expansão da universidade**, e hoje a cidade vive dos serviços, e se tornando pólo da educação regional, pólo de gestão da saúde regional, estamos vendo muitas outras saídas, o que ajuda a questão do turismo, ele é uma força econômica, mas temos outras forças que entram auxiliando.”<sup>150</sup>

Podemos conceber uma *dialética da memória* – nos processos de requalificação e renovação urbana, inclusive, como vimos – quando abandonamos a essência e a própria presença física das coisas e, ao mesmo tempo, tentamos resgatá-las; lógica na qual Benjamin (2000, p. 43) percebe a destruição da aura no viés de uma *urbanité cannibale*, de uma atitude circunspecta na destruição e reconstrução dos objetos geográficos. Em uma palavra, o capital mobiliza, em sentido amplo, e cataliza, localmente, uma *dialética da memória* na perspectiva benjaminiana, quando se busca rememorar fatos e objetos no mesmo movimento da desconstrução das coisas fabricadas ao longo da história e alvos de tal recordação. Assim, na *dialética da memória*, o patrimônio passa a representar, pois, o movimento do basicamente útil para a rememoração coletiva ao fundamentalmente estético e mercantil para uma rememoração particular; é a simbiose de identidade coletiva e identidade do e para o capital que redundando, paulatinamente, numa diferenciação, num afinamento, numa abrangência e aprofundamento das emoções que passa a suscitar, como já anunciado. O Monumenta não foge dessa lógica.

A ação do capital financeiro que rebate sobre o território urbano segue lógicas individuais mascaradas pelo próprio Estado; é a dialética Estado-mercado a promotora do Programa Monumenta, que responde a uma inteligência global, representada por um *Governo Global* (no caso, o BID, além do FMI e o Banco Mundial – seus *arquitetos do mundo*), não nacional ou regional; *Governo* que escolhe lugares sendo cego; parece um paradoxo, é cego para seu redor e lógico, preciso, determinado para seus interesses; como assevera Santos

---

<sup>150</sup> Entrevista concedida pelo Prefeito de Diamantina – Geraldo da Silva Macedo – em 26 de abril de 2010.

(1999, p. 11) em referência a tais *Governos*, “cegos, sabem bem onde pisam, têm visão de mercado e de negócios”.

Por exemplo, a antiga cadeia de Diamantina foi reformada para se transformar em um teatro, café e auditório. Em um contexto mais amplo, os imóveis públicos restaurados atendem, primordialmente, ao turismo e aos agentes públicos. Não podemos desconsiderar que a *recolonização parcial do centro* – pois assim devemos tratá-la pela incipiência em Diamantina, caso também de Ouro Preto, como constatamos – acontece em paralelo com o reforço das linhas da fragmentação do território urbano tanto central quanto da periferia, onde desigualdades tornam-se cada vez mais latentes. As *re* – qualificações, vitalizações, novações, funcionalizações – de áreas urbanas forçam a polarização de atividades, usos e apropriações, no próprio centro, que reflete em outras partes da cidade, instigando novas tendências das áreas de comércio, moradia e lazer. Uma requalificação pode levar, então, à transformação tanto turística central, como comercial, residencial e econômica do território em seu conjunto. Como nos indica Débora França, arquiteta da Prefeitura de Diamantina,

Aqui na cidade, a gente precisa trabalhar pesado na parte de Educação Patrimonial; até há algumas atuações pela Coordenadoria de Patrimônio da Prefeitura; precisávamos atacar as escolas através da secretaria de educação, isso é necessário em Diamantina. O Monumenta, além da valorização histórica e arquitetônica, favoreceu a especulação imobiliária na cidade. Graças a Deus eu, enquanto arquiteta, estou despreocupada da expulsão do diamantinense do centro. São poucas pessoas vendendo o imóvel, o que a gente está vendo é a saída da casa para atender a república de estudantes, mas continua a posse do imóvel pelo antigo dono (...) Estamos buscando instrumentos para barrar repúblicas nessa área. É diferente de Ouro Preto, pois aqui as repúblicas são particulares, em Ouro Preto são federais, na área tombada. Aqui, o contato é com o proprietário, não com o Estado. Estamos iniciando o processo.<sup>151</sup>

No contexto da requalificação da área central de Diamantina, há resistências que se perfazem pela própria importância do centro na vida coletiva da cidade. O Mercado Velho, por exemplo, localizado na Praça Barão de Guaicuí (ver mapa 7), ambos contemplados pelo Programa, é um importante atrativo apropriado tanto pelo turismo quanto pela comunidade. É um lugar simbólico de forte dinâmica local, apropriado, diariamente, pela população, para compras, comércio e lazer. Aos sábados acontece uma feira, com o pessoal dos distritos e outros municípios, como Curvelo. Cada produtor paga o equivalente a R\$ 12,75 (doze reais e setenta e cinco centavos) mensais à prefeitura (um valor simbólico), para o aluguel da banca que utilizam no próprio mercado, onde disponibilizam à venda seus produtos oriundos de economia doméstica. Hoje, o Mercado Velho concentra 80 bancas de verduras, salgados, bebidas e artesanatos em geral, tudo produzido na região e comercializado aos sábados. “É uma coisa muito boa, agradeço todos os dias a Deus pelo trabalho que tenho aqui. Mas o

---

<sup>151</sup> Depoimento concedido ao autor em 25 de abril de 2010.

critério de seleção das pessoas para vender na feira não foi e não é claro. Tem até um estrangeiro rico aí que conseguiu a banca; o diamantinense não foi priorizado”<sup>152</sup>. Ao procurarmos o “forasteiro”, que não autorizou ser identificado, diz-nos: “eu mesmo furei fila, me olharam e deu certo, eu entrei, mas há alguns critérios como a qualidade do produto e a sua variação, a fim de diversificar a venda aqui no Mercado”.

O Mercado Velho, que guarda um híbrido de usos e apropriações, é o melhor dos exemplos para retratar a possibilidade de resistência e contra-hegemonia à mercantilização, terceirização ou especulação total do patrimônio – mesmo que guarde em seu interior ações particularistas –, o que indica a perspectiva de empoderamento pela população local do lugar de memória ou território de identidade (ver fotos abaixo). No cerne da *dialética da memória*, em que se hibridizam usos, trocas e símbolos, precisamos compreender que a memória, quer seja como história da sociedade, quer seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição (CHAUÍ, 1992). O caso do Mercado Velho aponta-nos para a necessidade de uma compreensão política da memória, atenta à diferença espaço-temporal entre o passado e a lógica do território usado ou ressignificado no presente. Ou seja, a perspectiva presente da memória deve estar “atenta à diferença das memórias sociais que constituem o presente (...) atenta à necessidade de liberar a memória e de explicá-la, para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir / inventar o futuro” (CHAUÍ, 1992, p. 43).



Fotos 27 e 28 – Feira semanal do Mercado Velho e um tipo de apropriação privada da Praça Barão de Guaicuí, de frente ao Mercado, contemplada pelo Programa Monumenta. Fotos do autor / respectivamente, out. 2010 e nov. 2009.

Outra espacialidade que nos remete a uma resistência à recolonização total do centro histórico de Diamantina e que consubstancia na *dialética da memória* apregoada, diz respeito ao que resolvemos chamar *quadrilátero do uso local em pleno centro histórico* em

<sup>152</sup> Entrevista concedida por Estael Dias, uma das donas de banca, no Mercado Velho, em 26 de setembro de 2010.

vias de terceirização turística. Com aproximadamente 150 imóveis – computados *in loco* pela ausência de dados oficiais –, as ruas do Amparo, do Rosário, do Bonfim e Praça Monsenhor Neves (ver mapas 7 e 8), juntas, apresentam como uso turístico, no fim dessa primeira década do século XXI, duas pousadas, a Secretaria de Turismo e quatro lojas de artesanato. O volume restante dos imóveis guarda o uso residencial (preponderante) e comercial local, que vai de barbearia a sacolão de verduras e açougue, além de vestuário e de serviços em geral [lotérica, consultórios, escritórios de advocacia, cartórios, correio e outros].

Outra importante espacialidade desta análise, identificada também no centro histórico de Diamantina – localizada na área densamente operacionalizada pelo Monumenta – agrega o seguinte trajeto: Beco da Tecla, Largo da Quitanda, rua Campos Carvalho, rua do Carmo, rua Direita até a Igreja de São Francisco (ver mapa 7). Totalizando cerca de 170 imóveis – computados *in loco* –, essas ruas concentram, no final desta década, 73 imóveis de uso comercial local, 35 imóveis de uso residencial, e 25 imóveis de uso turístico. A terceirização e especulação nesse eixo do centro histórico estão ligados tanto à dinâmica local, que não diz respeito apenas à tendência da *patrimonialização global*, quanto aos outros “eventos” diretamente vinculados a uma vida urbana total articulada com esse território (a economia da universidade, do garimpo e mesmo das atividades urbanas informais levam à perspectiva híbrida e de recolonização parcial do centro pelo terciário avançado).<sup>153</sup>

Se o “desafio a ser pensado na produção do espaço urbano contemporâneo (...) é a eleição da imagem que irá representar a memória que se quer preservar” (PAES, 2010, p. 21), podemos dizer que o sítio histórico de Diamantina, ao ser pensado no contexto da cidade histórica enquanto totalidade urbana, apresenta um latente potencial para o estabelecimento da antiga cidade colonial como possibilidade de vir a ser e de empoderamento dos bens materiais-simbólicos por parte da população. Frisamos: uma *possibilidade* ante a *dialética da memória*.

Como o mundo é constituído pela totalidade de “eventos” e não de coisas, um mundo de acontecimentos, como diz Santos (2002), podemos considerar que são os “eventos”

---

<sup>153</sup> Toma-se relevante observarmos a significância do centro de Diamantina ao guardar parte importante do comércio local da cidade, fazendo com o que o diamantinense [não de todos os bairros, pois há os que desenvolvem uma dinâmica “vida de bairro” pela negligência por que passam, como vimos acima] tenha necessidade de se deslocar, semanalmente, no mínimo, ao centro. Isso nos remete à mobilidade urbana e à articulação socioterritorial que o centro promove em Diamantina. Ao final desta última década do XXI, o referido eixo do centro concentra: *Beco da Tecla* – 1 ótica, 3 restaurantes, 1 livraria, 1 relojoaria, 2 cafés, 3 moradias. *Largo da Quitanda* – 3 moradias, Associação Comercial, 2 farmácias, 5 lojas de informática, fotografia e telefonia, 3 bares que atraem tanto aos turistas quanto ao diamantinense, 5 lojas de vestuário e 1 loja de brinquedos infantil. *Rua Campos Carvalho* – Galeria Comercial, 2 restaurantes, 1 loja de som, 1 pousada, 1 moradia, 1 padaria. *Rua do Carmo* – 1 papelaria, 1 pousada, 1 loja de informática, 1 Escritório de Advocacia, 1 Laboratório, 10 moradias. *Rua Direita até Igreja de São Francisco* – 4 residências, 2 agências de turismo, 2 Consultórios, e uma gama variada de lojas que atendem ao comércio e serviços locais dirigidos ao morador de Diamantina; de sapataria a lojas de aviamentos e de brinquedos.

a comunidade das atualidades no mundo, o agregado de todos os acontecimentos que ressignificam o patrimônio na perspectiva dialética universal-particular-singular, pois os “eventos” acontecem em dois níveis: o global e o local. Assim, toda a análise depreendida até o momento remete-nos para “eventos” que são causas de outros, mediados, nas cidades analisadas, pela via da universalidade da *patrimonialização global*. Esse processo é intermediador da ressignificação do barroco-rococó mineiro, enquanto arte *totalizadora da própria história*. Os reflexos desse movimento da patrimonialização, agregado a outros “eventos” – sobre os quais trataremos mais detidamente no capítulo seguinte – repercutem tanto em fatores de mudança global (pois os alimentam), como em níveis mais baixos ou “episódios” da escala local, em Ouro Preto e Diamantina.

Não podemos nos esquecer que o papel do centro urbano é o ideal da localização de atividades terciárias, é um centro de serviços, mas com condições formais e de conteúdo especiais: além de monumento nacional e mundial, devem guardar no imaginário coletivo seu valor simbólico, consolidando-se, então, no *local*. Concentrando as atividades terciárias, está em permanente processo de mutação e ajustes, o que acaba por afetar a estrutura não só do centro, mas da cidade como um todo; o esforço coletivo deve ser pela manutenção de seus valores simbólicos para a população local que ainda depende do mesmo. Como coloca Jaramilo (2006, p. 16), “a mudança de uso de áreas centrais, tanto no interior do centro inicial como em sua extensão, faz-se sobre um parque imobiliário que não foi construído para esses fins e o submete a uma grande tensão com resultados, frequentemente, tanto sobre os imóveis como sobre o espaço público”.

Não é das mais simples a definição de centro histórico para as cidades mineiras, dado o processo de desenvolvimento das cidades em seu conjunto, que receberam, após a década de 1950, migrantes oriundos dos pequenos e antigos povoados, normalmente ligados à pecuária e à agricultura que abastecia os núcleos mais dinâmicos da mineração, como São João Del Rei, Ouro Preto e Diamantina. Os critérios “materiais” relativos à antiguidade das construções, as qualidades arquitetônicas, históricas, estéticas, os arranjos urbanísticos não são suficientes para caracterizar um centro histórico, como nos lembram Cattedra e Memoli (2006). Não podemos medir a dimensão patrimonial da história ou da memória de uma dessas cidades históricas por metros, volumetria, densidade ou balanço do conjunto. “Assim, o componente social, frequentemente, se encontra afastado do debate sobre a delimitação do centro histórico” (CATTEDRA e MEMOLI, 2006, p. 177).

Essa tendência esboça uma sedimentação de interesses que rebatem sobre o território urbano de forma ampla, caracterizando, diferentemente, bairros antigos e recentes, retratando contradições da sociedade urbana total pensada e gestada aos fragmentos. Temos

uma estética e terceirização”, tanto em Diamantina quanto em Ouro Preto, em um movimento sutil que tende à “instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 1994, p. 148).

Essa análise leva-nos a dizer, com Villaça (1998), que a origem material do valor concreto dos centros das “cidades históricas”, a essência do valor de uso das localizações, está associada à otimização dos deslocamentos de toda a comunidade, é no centro histórico que se corporificou a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração, distintamente dos bairros mais recentes, que atendem a uma nova lógica hibridizada. Seguindo a análise dos centros de cidades proposta por esse arquiteto, significa dizer que nenhum outro ponto da cidade os superam em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, valor de troca e símbolos historicamente construídos e ressignificados, ou seja, é onde os acessos são permitidos e fechados.

As ações práticas em favor do centro são apresentadas como ações contra o declínio da cidade. Salienta Melé (2006) que a injunção “salvar o centro histórico” se aplica indiferentemente sobre o conjunto do centro, com um destino coletivo comum. O Programa Monumenta taxa que as ações nos centros representam uma política de retorno ao centro, de preservação da memória coletiva, quando temos, paralelamente, um refinamento comercial, paisagístico, terciário e de usos que se elitizam, tanto em Diamantina quanto em Ouro Preto. Sem uma visão total das chamadas “cidades históricas” fica impossível identificarmos, mais detidamente, o significado do próprio centro para a população global dessas cidades.

A citação seguinte representa uma boa síntese de nosso pensamento sobre a cidade colonial barroca enquanto totalidade urbana inserida na “totalidade-mundo”, que se consolidará no capítulo seguinte. *“Uma modificação em um quarteirão afeta outros e não só os vizinhos. Melhorar o trânsito em uma área repercute em outras positivamente ou negativamente caso não sejam alterados o traçado das vias ou a estrutura do movimento. Criar um sinal luminoso em um cruzamento repercute quilômetros mais longe (...) Não basta analisar eventos isoladamente, se não desintegramos sua estrutura, isto é, seu padrão”* (SANTOS, 2002, p. 162-193, grifos nossos).

A busca da preservação, democratização e mesmo da ressignificação da cidade barroca para o próprio mercado [uma heresia?], diga-se de passagem, não pode estar apartada da idéia de planejamento urbano total. Podemos dizer que, sob o *aspecto da população*, a infraestrutura urbana deve propiciar favoráveis condições de moradia, saúde, lazer, trabalho, educação, segurança e “acessos” ao centro histórico; como falarmos em patrimônio cultural para uma população sem condições de moradia ou circulação no próprio território urbano? Ao

que tange o *aspecto da economia urbana*, a infraestrutura deve subsidiar o desenvolvimento das novas e antigas atividades produtivas, ou seja, a produção e a comercialização de serviços e bens – as centralidades apontadas revelam-nos uma necessidade de investimentos no amplo território, que extrapolem os limites da gestão do núcleo tombado. Sob o *aspecto das instituições*, entende-se que a infraestrutura urbana deva propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas e educacionais, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade e as moradias estudantis.

O planejamento de Diamantina e Ouro Preto deve *encurtar distâncias*, contemplar essas infraestruturas para favorecer a gestão e a preservação democráticas, e o acesso ao patrimônio. É impossível planejar ou preservar as cidades barrocas sem o entendimento de sua totalidade histórica e em movimento, fora de uma concepção dialética do urbano, onde as políticas de patrimônio devem estar diretamente vinculadas e estruturadas com as políticas de planejamento territorial. Não podemos optar pela estrutura *imediate* do território em detrimento de sua gênese histórica ou de suas funções totais e conflitos internos imanescentes, “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (KOSÍK, 1976, p. 16).

Só nessa perspectiva ampla do território podemos identificar a essência da preservação como princípio teórico e prático da própria negação da “cidade histórica” enquanto totalidade urbana. Essa perspectiva da totalidade dialética da cidade barroca permite a leitura da preservação do centro como antítese e contradição da democratização do próprio patrimônio, quando a gestão se dá seletivamente no território e apartada de políticas urbanas mais amplas.

O Monumenta na cidade barroca integra uma estrutura constituída de partes que, ao longo do desenvolvimento de toda a cidade, se desdobrou em distintas centralidades que se diferenciaram e, de uma forma dialética, ganharam particularidade e autonomia umas sobre as outras, mantendo a integração e a totalidade sem fazer soma entre si, mas pela reciprocidade contraditória instituída entre elas. Assim, criam-se modos de vida particulares em ambas as cidades; estabelece-se uma divisão socioterritorial do trabalho orientada por diferentes práticas e não apenas pelo turismo; emerge a perspectiva incipiente da terceirização e especulação que tende à privatização de enclaves territoriais; aparece a possibilidade de uma *socialização tendenciosa* dos problemas urbanos. A antiga cidade colonial mineira ressurgiu, em nossa leitura, como *possibilidade* de vir a ser e de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população – uma *possibilidade* ante a *dialética da memória* e a *situação geográfica* dessas cidades



Por isso, precisamos recordar que, *dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-as globalmente) são os mesmos que a divide, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território urbano e um imaginário coletivo distorcido sobre o Patrimônio Mundial, quando as ações público-privadas convergem para a área de tombamento*. Os depoimentos abaixo, de moradores frente ao do Prefeito de Diamantina, são contrastantes.

Diamantina patrimônio? Eu acho que patrimônio não é isso não. Eu acho que **Diamantina não melhorou nada sendo Patrimônio da Humanidade. Melhorou para os ricos**, para os pobres, nada. Você não pode apanhar uma lenha em uma campina, tá tudo proibido, a gente não vai mais tanto no centro em período de maior visitação.   difícil, as coisas ficam mais caras um pouco.<sup>154</sup>

Na cidade falta emprego, lazer e cultura pro povo. **A prefeitura deveria olhar primeiro os bairros...** Na nossa rua, a rede de esgoto quebrou e nós que tivemos que consertar, a prefeitura não fez nada, por muito tempo. A maior parte da cidade t  abandonada.<sup>155</sup>

(...) **Quando falamos em acessos aqui, é doloroso, a cidade é organizada de forma centralizadora, que exclui pra valer as coisas e as pessoas também.**<sup>156</sup>

No último capítulo, buscaremos entender o planejamento urbano destas cidades coloniais barrocas e sua *situa o geográfica*, para um direcionamento social total ao patrimônio, ou seja, para uma leitura das *possibilidades* de efetiva o do *empoderamento* popular dos bens culturais que, gradativamente, são refuncionalizados na esfera do consumo simbólico turístico. No limite, discutiremos questões de *acessibilidades, mobilidades e localiza o* nas “cidades históricas”.

---

<sup>154</sup> Entrevista concedida ao autor por Maria Ant nia Concei o, moradora do bairro Palha, em Diamantina, em 24 de abril de 2010.

<sup>155</sup> Entrevista concedida ao autor por Juçara Aparecida Silva, moradora do bairro Bela Vista, em Diamantina, em 22 de janeiro de 2010.

<sup>156</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Prefeito de Diamantina – Geraldo Macedo – em 26 de abril de 2010.

---

*Terceira Parte*

**Simultaneidade da Totalidade Urbana e da Totalidade-Mundo**

**Enfoque Necessário à Preservação e ao Planejamento das Cidades Barrocas**

## 6.

### **Formação das periferias e planejamento urbano em Ouro Preto e Diamantina: a cidade histórica para além dos limites do tombamento**

Em *Economia Espacial*, Milton Santos afirma que, através das ações sobre formas novas ou *renovadas*, o planejamento urbano constitui, muitas vezes, “meramente uma fachada científica para operações capitalistas”. Quando isso se aplica, na íntegra, nas cidades-patrimônio, são minguadas as possibilidades de *empoderamento* popular dos bens culturais do centro dessas cidades. O planejamento como fachada não possibilita a efetiva preservação do patrimônio cultural, por não o deixar “alcançável” e “visível”. O fato principal é o de que nem sempre ocorre a articulação entre políticas culturais e políticas urbanas; acrescentamos, políticas urbanas que abranjam o território de toda a cidade-patrimônio ou que vise a entender suas totalidades e totalizações. A consideração da *dialética espacial* – universalidade-particularidade, espaço-tempo, forma-conteúdo, Estado-mercado, novo-velho – por parte da municipalidade (inclusive da teoria urbana) que se debruça sobre estas pequenas e médias cidades do interior, pode ser uma possibilidade de *empoderamento* dos bens culturais, levando as periferias ao centro e valorizando o caráter central das periferias na preservação.

Faz-se necessário, nessa perspectiva da dialética espacial, recordarmos que cada *situação* reúne variáveis de momentos distintos; não há a totalização apenas do novo ou apenas do velho. Em *Metamorfozes do espaço habitado*, Milton Santos explica que “a situação é uma combinação de elementos com idades diferentes”. O novo, nesse sentido, nem sempre é desejado ou aceito pelos agentes ou atores hegemônicos de um lugar. A periferização em Ouro Preto e Diamantina é um processo novo e indesejado, mas presente; e como só compreendemos uma *situação* através de seu movimento, cumpre analisarmos a formação dos bairros de entorno ao limite de tombamento dessas cidades para, então, averiguar as necessidades e as possibilidades da efetivação preservação/planejamento nas mesmas. A modo de introdução, não basta que museus estejam abertos para todos, que sejam gratuitos e promovam em todas as camadas sua ação difusora, na medida em que observamos, na diminuição de classe econômica e educacional, a correlata redução da capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por tais instituições (CANCLINI, 1999). A problemática do enfoque multiescalar do urbano se impõe à preservação e à memória.

## 6.1- O processo de periferização de Ouro Preto e sua *situação geográfica*

Entender o processo de periferização da cidade de Ouro Preto torna-se importante por alguns motivos estritamente correlacionados, tais como: 1) para lançarmos luz sobre a totalidade do território urbano de Ouro Preto face à *patrimonialização global*, que se operacionaliza, notadamente, no centro histórico e rebate na periferia; 2) no intuito de fazermos uma ponte entre o passado e a realidade socioterritorial do presente; 3) com o objetivo de problematizarmos sobre as possibilidades de *empoderamento* coletivo dos bens culturais ante a *situação geográfica*<sup>157</sup> do organismo urbano; 4) trazer à tona uma leitura da cidade barroca que não negligencie aqueles que vivem o drama de sua totalidade e o movimento de sua totalização; e 5) para contribuirmos com uma discussão negligenciada, sobretudo, pela Geografia e pela Arquitetura, que é a da formação e a função dos outros bairros das chamadas “cidades históricas”, ampliando, assim, a leitura da preservação e do planejamento destas cidades, que não podem ser vistos apenas pelo centro.

No limite, essas questões estão diretamente alinhadas com o método e o problema da tese, a saber: *Quais usos e apropriações evidenciam-se no ordenamento dos territórios da patrimonialização global em Minas Gerais (Ouro Preto e Diamantina na interface planejamento / preservação)? Ou seja, como esses territórios do Patrimônio Mundial mineiro, em sua totalidade, estão ordenados? Como a população dessas cidades do interior vêem e sofrem as conseqüências do reordenamento do território urbano dado o processo mercantil oriundo do movimento da patrimonialização global?* A resposta a esse problema – que perseguimos desde o primeiro capítulo – pode se constituir em uma contribuição do enfoque geográfico multiescalar e dialético ao pensamento (e à prática) uniescalar e unifocal que se tem feito sobre as “cidades históricas”.

A definição de periferia é utilizada de forma aleatória para designar os lugares afastados geograficamente do centro das cidades, na faixa externa do que se considera zona urbanizada e, em uma visão sociológica, são os locais onde a força de trabalho se reproduz em precárias condições de habitação (BONDUKI e ROLNIK, 1982). Preferimos tratar da

---

<sup>157</sup> Por *situação geográfica*, Mayer (1980) traça alguns entendimentos. Para o autor, os geógrafos dão ênfase, tradicionalmente, à consideração das correlações espaciais, nas cidades e entre as cidades, bem como às interações entre cidades e suas respectivas áreas externas, que afetam o tamanho, o espaçamento e as características inerentes às cidades, e da mesma forma diferenciam *sítio* e *situação*. *Sítio* diz respeito à área ocupada pela cidade. Dentre as características de particular importância do sítio estão: o relevo, a inclinação e a configuração das áreas caracterizadas (ou não) por água e das regiões costeiras; sua vulnerabilidade a deslizamentos de terra, terremotos, sua capacidade de sustentação e sobrecarga, em relação ao leito da rocha firme, à drenagem e às condições microclimatológicas. *Situação*, por outro lado, refere-se à localização relativa de uma cidade e suas interações, no que tange a áreas externas afetadas pela localização. Tratamos da *situação geográfica*, no entanto, considerando a questão da localização e das referências de articulação e imbricação centro-periferia, caracterizando o território intraurbano em sua totalidade.

periferia entendendo que essas duas definições convergem para uma única perspectiva, que é a da realidade de vida nas cidades enquanto totalidade, o que referenciamos como *situação geográfica*. Na ótica da dialética espacial, a *situação geográfica* retrata a imbricação da valorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, o que reproduz uma dialética centro-periferia. Logo, o atributo de localização é fundamental, tanto para a consolidação da renda da terra urbana, quanto para a caracterização das condições de vida na cidade, que estão diretamente vinculadas à dialética áreas valorizadas / áreas precarizadas. No limite, são os atributos de *acessibilidade*, *localização*, e *mobilidade* que caracterizam uma *situação geográfica* urbana.

Se a periferização refere-se ao processo de segregação socioespacial da classe baixa, que se dista da área urbana central, cumpre-nos entender o processo de formação e a *situação geográfica* na qual estão inseridas as pessoas residentes em áreas marcadas pela escassez de serviços e equipamentos de uso coletivo, em Ouro Preto. Deteremo-nos ao processo de consolidação de tal *situação geográfica*.

Até o início do século XVIII, a cidade tem sua efervescência ligada ao ouro, como analisamos no segundo capítulo. O século XIX é o de sua função político-administrativa que, a duras penas, manteve seu acervo arquitetônico e a vida econômica da cidade. A transferência da capital para a nova cidade de Belo Horizonte, em 1897, provocou outro declínio e esvaziamento urbanos, quando a função administrativa lhe é retirada bruscamente. Logo, em uma segunda fase de declínio (1900-1945), Ouro Preto assume a função de importante centro acadêmico e educacional. Com uma infraestrutura que competia com as melhores cidades de mesmo porte do país, além do seu prestígio de antiga capital, Ouro Preto firma-se como principal centro educacional do estado de Minas Gerais. “A presença de um correio de primeira classe e a inauguração do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, em julho de 1889, reforçavam suas condições privilegiadas. Desta forma, a Escola de Farmácia, o curso de odontologia do Instituto Profissional Domingos Freire, e a Escola de Minas e Metalurgia se viram alvo das atenções da população acadêmica de todo o país” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974, p. 12).

A fase seguinte, após a década de 1940, é marcada pela implantação de uma fábrica de alumínio, quando o grupo canadense *Aluminium Limited* assume o controle da fábrica-piloto existente de hidrato de alumínio. Esse “evento” favorece a evolução econômica e o aumento da densidade demográfica em Ouro Preto. Tem início, assim, um crescimento populacional de base migratória que se mantém constante até a década de 1980, por influência da indústria. O impacto que a cidade sofreu a partir da implantação da referida fábrica se faz sentir no ordenamento do território urbano. Há o adensamento inicial de Saramenha e do

Morro do Cruzeiro [que hoje é dinamizado pela presença da UFOP]. O núcleo histórico sofreu uma pressão para expansão, por ser dotado de áreas razoáveis para a ocupação. Foram adensados, também – para além do centro –, o Morro São Cristóvão, o Morro da Queimada, o Morro Santana, e o Morro São João, ao norte da cidade (a localização dos bairros encontra-se nos mapas 4 e 5). Já os bairros Novo Horizonte e Nossa Senhora do Carmo, também ao sul da cidade, se adensam após a década de 1970. Com a abertura da rodovia MG-56, o processo de adensamento no Água Limpa e no São Cristóvão intensifica-se. “Com 2.200 empregados na fábrica, 415 no setor de reflorestamento, 720 empreiteiros e gerando impostos que colocam a arrecadação de Ouro Preto em 8º lugar no Estado, a influência da Alcan atinge hoje diversas aglomerações vizinhas”, afirmava na década de 1970, a Fundação João Pinheiro.



*Foto 29 – Alcan / Novelis instalada no bairro Saramenha, em Ouro Preto, na década de 1940. O próprio bairro só se desenvolve com a implantação da fábrica. Foto do autor / agosto, 2010.*

Geógrafos e arquitetos apontam a periferização enquanto resultado de uma combinação de fatores como: a expulsão dos habitantes das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado imobiliário; o empobrecimento crescente das camadas mais baixas e da classe trabalhadora em geral; a crescente especulação imobiliária, além de fluxos migratórios. No caso de Ouro Preto, a consolidação dos bairros de periferia está diretamente vinculada ao dinamismo da indústria após a década de 1950 e da leva de migrantes que procuravam por melhores condições de vida na cidade, além da valorização da terra urbana (e do símbolo patrimonial) da área central da cidade, como vimos nos capítulos antecedentes. A industrialização, enquanto processo catalizador dos fundamentos desiguais da sociedade, pelos seus conteúdos politicoecômicos, promove a uma urbanização que se reflete na segregação. Como afirma o senhor Mozart dos Santos, de 79 anos, oriundo de Caeté e um dos moradores mais antigos do bairro Tavares, localizado à sudoeste da cidade e próximo ao Saramenha, onde se implantou a Alcan (ver localizações nos mapas 4 e 5),

(...) na década de 1950, quando vim para cá, para trabalhar na fábrica, aqui não tinha asfalto, era um corredor que só passava carro pequeno, perto da fábrica. **Aqui não tinha quase nada de casa, tinha uma mecânica, uma casa velha e o campo de futebol. No Tavares, só tinha essa casa velha e o moinho.** A companhia comprou a terra de um alemão para doar os terrenos para os funcionários, deu o lote, cada um fez sua casa. **Veio muita gente da roça, muitos dos funcionários eram de Mariana e Lavras Novas também, eram uns 4.000 funcionários e 12 fornos de alumínio, na época.** Aqui do bairro, quase 100% dos moradores foi ou é funcionário da companhia.<sup>158</sup>

Outro importante depoimento é o do senhor Dotivo Araújo, de 83 anos, um dos moradores mais antigos do bairro Saramenha, que sedia a Alcan. Sua fala é ilustrativa dos fluxos migratórios recebidos por Ouro Preto e do protagonismo da indústria de alumínio nesse fenômeno.

(...) vim de Ponte Nova para trabalhar na Eletroquímica Brasileira, em 1951. Não tinha nada no bairro, quem morava aqui era de fora. **O povo que vinha para Ouro Preto só tinha a fábrica para trabalhar, e era a esperança, né?** O povo vinha para o bairro e para a Vila Operária, da Companhia. Aqui só tinha umas 10 ou 15 casas e **o povo mais antigo, que veio na década de 30, vendia os seus lote para os mais novos que chegavam, como eu, em 1950.** Muitos desses vinham de Santa Rita [distrito de Ouro Preto], pode ver aí os sobrenomes Rioga e Mendes, é muita gente.<sup>159</sup>

Concomitante a esse *boom* urbano, causado pela indústria implantada, Ouro Preto, a partir da década de 1980 (ano de inscrição na LPM), recebe, cada vez mais, turistas, no contexto da referida *patrimonialização global*. Em meados da década de 1970, a Fundação João Pinheiro considerava que o turismo e as atividades educacionais se equivaliam em importância, na cidade. E se, do ponto de vista econômico, seus resultados não foram comparáveis aos da atividade industrial, sua influência já se fazia sentir nos costumes da população, nas diversas alterações da estrutura física da cidade e na implantação – precária – de novos equipamentos e serviços urbanos.

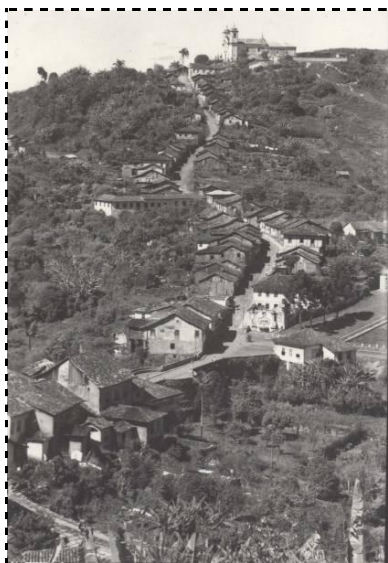
A análise de Motta (2002) revela-nos que, entre 1948 e 1985, quinhentos novos edifícios foram construídos em áreas ou lotes vagos ao longo das ruas mais antigas de Ouro Preto. Lembremos que, a partir da década de 1950, houve um significativo incremento da população urbana, com o advento da atividade industrial. Em 2002, o Programa Monumenta inventariou 1.104 imóveis na área tombada da cidade, em território pouco menor que o encontrado no inventário de Sylvio de Vasconcellos, de 1949, como afirma Vieira (2006). Logo, esse *boom* urbano resulta da nova dinâmica socioeconômica e territorial da cidade a

---

<sup>158</sup> Entrevista do senhor Mozart dos Santos, 79 anos – um dos moradores mais antigos do bairro Tavares – concedida ao autor, em 26 de agosto de 2010.

<sup>159</sup> Entrevista do senhor Dotivo A. Araújo, 83 anos – um dos moradores mais antigos do bairro Saramenha de Cima – concedida ao autor, em 27 de agosto de 2010.

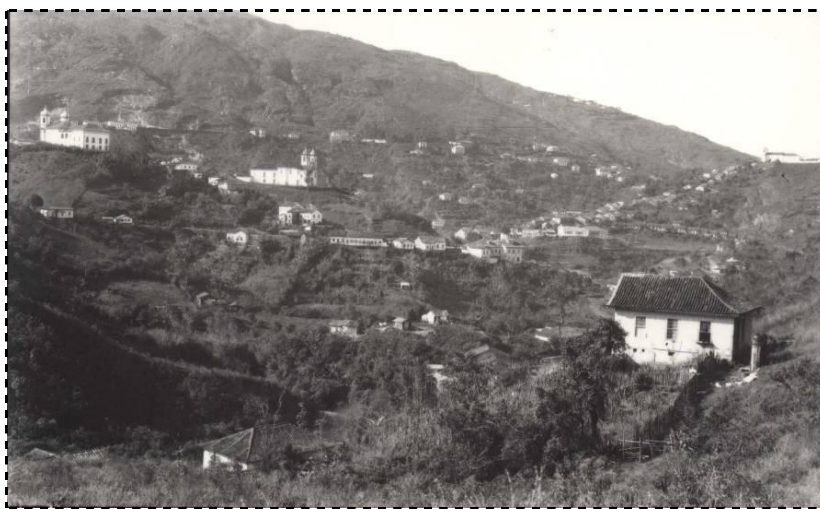
partir da década de 1950, favorecida tanto pelo protagonismo da Alcan, como pelo incremento da “indústria” do turismo e pela expansão da Universidade Federal de Ouro Preto, após 1970. As fotos abaixo ilustram o adensamento do próprio núcleo tombado, ao compararmos as da década de 1940 e as atuais.



*Foto 30 – Ladeira de Sta. Efigênia (Antônio Dias), na década de 1940. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947].*

*Foto 31 – Ladeira de Sta. Efigênia, no final da primeira década do século XXI. Foto do autor / 2010.*

Podemos observar tanto o adensamento residencial da Ladeira, para o fundo de cada lado da rua, quanto a abertura de novas vias à direita da própria subida. O que confirma o adensamento do núcleo tombado no período analisado.



*Foto 32 – Vista de todo o bairro Antônio Dias – desde a Igreja Sta Efigênia, ao alto à direita, que desce, pelo caminho tronco, até a igreja de São Francisco de Assis, ao alto à esquerda. O adensamento se concentrava, principalmente pelo caminho tronco. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947].*

*Foto 33 – Vista de todo o centro histórico. Ao fundo está o Antônio Dias (com a subida de Sta. Efigênia). O Morro da Queimada está acima e à esquerda, densamente ocupado, em contraste com a foto anterior. Foto do autor / 2010.*

Cabe observar o adensamento do Morro da Queimada e da área tombada, na foto 33, em contraste com a foto 32. Como nos lembra Motta (1987), o Arquivo central da SPHAN, no Rio de Janeiro, registra, para a década de 40, 15 pedidos para obras novas na cidade. Na década de 50 passam para 124, e na de 60, para 495. Em 1955, surge o primeiro pedido de aprovação de loteamento (quando muitas áreas já se encontravam ocupadas). Na década seguinte, constam, no mesmo Arquivo, 10 referências a parcelamento da terra.



Vieira (2006) realiza sua análise comparando o sítio histórico inventariado por Sylvio de Vasconcellos, em 1949, com o sítio histórico inventariado em 2002 pelo Programa Monumenta. Sua preocupação, então, restringe-se à área de tombamento, apesar de trazer



elementos importantes para a análise que extrapola os limites do território tombado. A arquiteta entende que, em 1949, a cidade chega ao seu pior momento em termos demográficos e de abandono, e em 2002, “parece que chegou, senão a sua estabilidade demográfica, pelo menos à saturação de sua ocupação central”.

Os trabalhos de Vieira (2006) e Motta (2002) são dois raros estudos que trazem elementos para a leitura da “cidade histórica” para além dos limites do tombamento. Vieira (2006) apresenta uma análise comparativa de dois períodos da cidade, visando a entender sua dinâmica urbana, sua evolução demográfica e espacial ao longo do século XX, destacando a importância do que denomina “ciclos industrial, universitário e turístico” da cidade, sua dinâmica socioeconômica, as tendências de desenvolvimento e sua evolução morfológica. Contudo, sua abordagem, ao estar centrada em dois inventários da área de tombamento, pouco aprofunda na perspectiva do território urbano em sua totalidade. Nossa hipótese é a de que a grande dimensão do conjunto tombado de Ouro Preto, bem como o seu valor simbólico, faça com que se negligencie a cidade em sua dimensão orgânica estruturada dialeticamente, que tem seu desenvolvimento, sobretudo, após a década de 1950. Vigora a cidade como a área de tombamento, no imaginário acadêmico e político.

O cadastro do arquiteto Sylvio de Vasconcellos, estudado por Vieira (2006), fez uma associação entre o nível de preservação das edificações, sua localização e o nível social das famílias que as habitavam. Ao dizer que “os *extremos da cidade*, ocupados por população de baixa renda, apresentavam casas que acompanham o aspecto e se valem de sistema construtivo tradicional”, Vieira (2006) reconhece como *extremos da cidade* os bairros que pertencem ao limite de tombamento (Cabeças, à noroeste; Padre Faria, à leste), constituindo-se, assim, em extremos do território tombado; os extremos da cidade, hoje, são outros, como podemos verificar nos mapas já apresentados. Em 1949, os extremos tratados por Vasconcellos poderiam sê-los, não hoje. Como destaca a arquiteta, “nos meios, as casas procuram salvar as aparências; e, no centro, ocupado por população de renda alta, as casas adotam inovações. O arquiteto constatou ainda o desaparecimento de casas nos extremos da cidade, onde a área apresentava-se mais ruidosa, com mais espaço disponível e casas mais instáveis; no meio foi remarcado a presença de acréscimos posteriores; e no centro a presença de edificações estáveis” (VIEIRA, 2006). O que precisamos entender é que, hoje, a *situação geográfica* urbana de Ouro Preto é retrato de uma dinâmica resultante do processo de formação dos bairros para além da área tombada, com uma população oriunda de diversos distritos de Ouro Preto (ver tabela abaixo) e mesmo de outras regiões de Minas Gerais; dinamismo que rebate, dialeticamente, sobre a própria área tombada.

***Dinâmica populacional do Município de Ouro Preto entre os anos de 1950 e 1980***

PERÍODO	1950-1960			1960-1970			1970-1980		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
Amarantina	591	883	1.473	463	968	1.431	689	1.015	1.704
Ant. Pereira	354	277	631	396	123	419	589	566	1.155
Cach. Campo	1.161	952	2.215	1.492	1.438	2.920	2.455	1.400	3.954
Eng. Correia	x	x	x	218	532	750	315	458	773
Glaura	482	419	901	491	529	1.020	415	672	1.087
Miguel Bournier	912	2.637	3.549	1.103	1.917	3.020	1.144	1.806	2.950
Rodrigo Silva	x	x	x	X	x	x	784	401	1.185
Sto. Ant. Leite	x	x	1.222	531	620	1.151	772	465	1.237
Sta. Rita	560	4.005	4.565	362	3.300	3.662	556	4.195	4.751
São Bartolomeu	305	1.924	2.229	228	1.702	1.930	238	1.599	1.837
Ouro Preto	8.751	3.127	11.878	14.722	2.892	17.614	25.252	2.203	27.455
<b>TOTAL</b>	13.116	14.224	28.229	19.906	14.021	33.927	33.209	14.879	48.088

Tabela 08 - Fonte: Fundação João Pinheiro (1974); Vieira (2006).

A tabela 8 remete-nos à diminuição da população rural do distrito sede e em parte de outros distritos; aponta-nos o brusco aumento da população urbana na sede Ouro Preto, após a década de 1950. Assim, podemos dizer que este crescimento urbano está associado às migrações da população rural de alguns distritos, sendo que, na década de 1960, o crescimento urbano da sede fez-se através de migrações de regiões extra-município em maior parte, pelo desenvolvimento da indústria de alumínio, como destaca Vieira (2006). Dessa forma, as taxas anuais de crescimento da população urbana justifica-se pela nova dinâmica econômica de Ouro Preto, após a década de 1950.

O depoimento de Pedro Nolasco, 75 anos, morador do bairro N. Sra do Carmo há 50 anos, aponta para alguns lugares de emigração com destino a Ouro Preto.

Quando eu vim pra cá, tinha de 8 a 10 casas de lata e pau-a-pique, na década de 60. As pessoas vieram do interior, de **Santa Rita, do Santo Antônio do Leite, de Rio Casca e aí vai**. O lote era trocado por cabritos, na época, era bem fácil adquirir um, era tipo uma invasão, antes. A ocupação foi feita nos anos 60, e quem pegou mais lotes passou a vender a parte que sobrava de suas casas.<sup>160</sup>

Contudo, não foi apenas a indústria de alumínio que favoreceu o dinamismo socioterritorial da cidade. Como já mencionamos, Ouro Preto passa a ser referência na área educacional desde a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876. Em 1969, através do decreto nº. 778, do Presidente da República, foi criada a Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, integrada por duas unidades já existentes (Ouro Preto e Mariana). É bom lembrarmos que, com a transferência da

<sup>160</sup> Entrevista do senhor Pedro Nolasco Silva, 75 anos – um dos moradores mais antigos do bairro N. Sra. do Carmo – concedida ao autor, em 24 de agosto de 2010.

capital para Belo Horizonte, a cidade passa a se sustentar através de seu quadro educacional e seu papel regional. Econômica e socialmente, a UFOP sempre desempenhou importante papel para o município, devido aos empregos que gera e à contribuição dos salários e transferências de renda a partir da dinâmica econômica propiciada pelos estudantes na cidade (gastos com alugueis, moradias, alimentação, lazer, transporte etc).<sup>161</sup>

As figuras abaixo, extraídas de *Vila Rica – Formação e Desenvolvimento*, de Sylvio de Vasconcellos e também apresentadas por Vieira (2006), apontam-nos para o adensamento da cidade desde a sua origem, em um movimento de convergência inicial, em sentido à Praça Tiradentes para, em seguida, se operacionalizar o avanço da periferização de Ouro Preto em sentido às encostas (lembramos, o sítio original de Ouro Preto localiza-se em um vale longitudinal, que vai do Padre Faria ao Cabeças, conforme as figuras abaixo).

*Figura 3 - Cabeças, Pilar, Antônio Dias e Padre Faria formaram a linha mestra do adensamento, seguidos por Piedade, Santana, São João e São Sebastião. São os primeiros núcleos povoadores de onde se espraiou a cidade. Fonte: VASCONCELLOS (1956).*

---

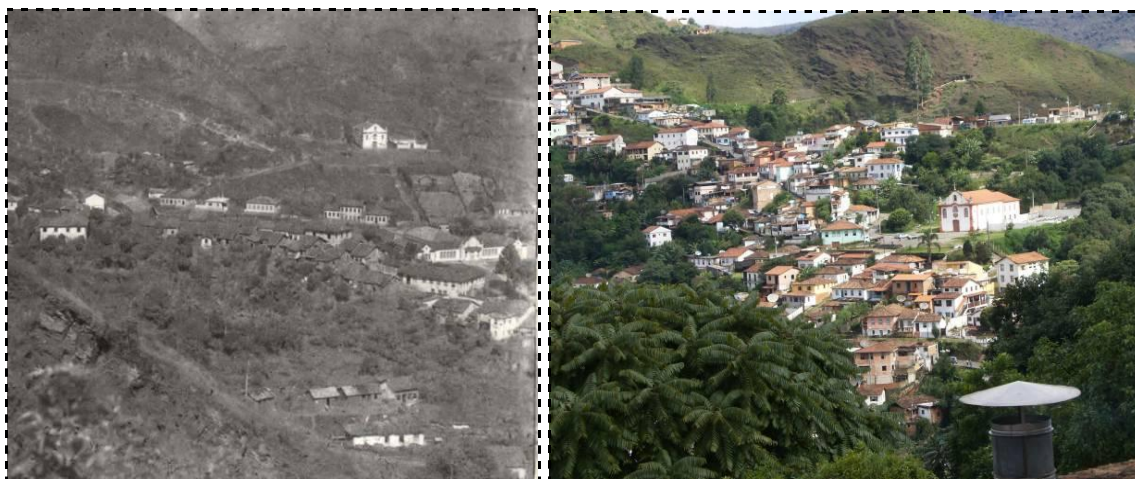
<sup>161</sup> Com 335 professores, 640 funcionários, um número próximo a 9.000 alunos de graduação e 500 alunos de pós-graduação, 58 repúblicas federais (imóveis de propriedade da universidade, localizados no bairro Morro do Cruzeiro e espalhados pela área tombada), um sem número de repúblicas particulares, não é da menor relevância o papel da instituição na cidade. Apesar de o setor industrial ainda ser o mais expressivo da economia municipal, a tendência delineada é de estagnação e retração: na década de 1940, a Alcan estipulava um prazo de funcionamento no município de 50 anos, limitada pela diminuição das reservas de minério. A Universidade Federal esboça dados recentes sobre o seu crescimento, embora faltem informações precisas sobre a origem dos estudantes a ela vinculados. Nesse processo, o próprio centro histórico, antes decadente, hoje evidencia uma saturação de sua ocupação central. Edificações novas foram construídas, outras reformadas, ampliadas, adaptadas para novos usos, sempre velando pelo aspecto colonial da cidade (VIEIRA, 2006, p. 50).

*Figura 3a- O desenvolvimento dos núcleos se dirigiu para a Praça Tiradentes, representando uma expansão convergente, como destaca Sylvio de Vasconcellos. Fonte: VASCONCELLOS (1956).*

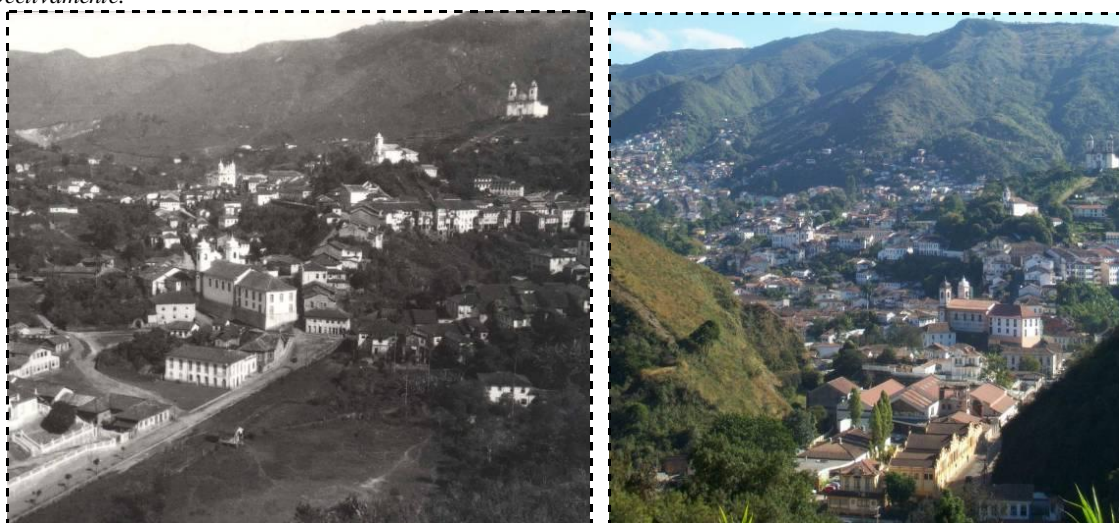
*Figura 3b- Com a tendência ao adensamento e à valorização da área tombada, a expansão tende para fora do núcleo tombado, na busca de novas áreas de ocupação urbana, numa perspectiva centrífuga. VASCONCELLOS (1956).*

O *boom* que a cidade viveu após a década de 1950, então, faz-se evidente no ordenamento do território urbano em sua totalidade. De acordo com Motta (2002), 500 edificações novas são acrescentadas na malha antiga e 3000 em áreas contíguas. Podemos dizer que a área tombada, que se manteve quase inalterada desde os fins do século XVIII, hoje, aproxima-se da saturação de sua ocupação. Na mesma tendência, a cidade foi impactada

pela expansão das áreas de periferia e morros, que ofereciam condições mínimas de ocupação. O padrão construtivo das edificações dessas áreas é precário e, não raras vezes, as habitações foram construídas clandestinamente, pelo baixo nível de vida da população que se dirigiu a Ouro Preto, desde a emergência da indústria de alumínio. Vigorou, então, a ausência de planejamento e controle urbanos eficazes, o que redundou em ocupações e assentamentos precários, de riscos geológicos, além de serem, em sua maioria, áreas com restrito acesso aos serviços urbanos de água, esgoto, transporte, com difícil acesso aos bens e serviços. Estão nessa situação os bairros: São Francisco, Novo Horizonte, N. Sra. do Carmo, Morro da Queimada, São João e Veloso, especialmente (mapa 4). Se Saramenha – local de implantação da Alcan – tornou-se um bairro com funções específicas e um dos principais indutores da estrutura urbana, uma vez que gerou novas ocupações e demandas habitacionais, como destaca Vieira (2006), acrescentamos que suas condições socioterritoriais são das mais precarizadas do território urbano.



Fotos 34 e 35 – Bairro N. Sra das Dores (Capela das Dores, ao alto) com ocupação rarefeita na década de 1940, frente um maior adensamento, no início do século XXI. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2010], respectivamente.



Fotos 36 e 37 – Na sequência, de baixo para cima, temos os seguintes bairros: Pilar, Rosário e, ao fundo, nas encostas, o Morro São Cristóvão. As duas fotos são ilustrativas do adensamento da encosta após a década de 1950, devido à migração. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2010], respectivamente.

Podemos dizer que a *situação geográfica* urbana de Ouro Preto (dialética centro-periferia e atributos de *localização, acessibilidades e mobilidade* que conformam o valor da terra urbana e do patrimônio cultural) é demarcada, inicialmente, pela convergência dos núcleos populacionais em direção ao divisor de águas que é a Praça Tiradentes e, em um segundo momento, pelo movimento centrífugo de ocupação, em sentido aos morros periféricos ao centro. A população dessas áreas ocupadas após a década de 1950, em sua maioria, são trabalhadores da indústria, uma população de baixa renda. Esse movimento de ocupação do entorno da área tombada deu-se, em um primeiro instante, pelo elevado preço da terra no Centro e, posteriormente, devido à saturação do mesmo por uma população de renda mais elevada, que busca, nos dias de hoje, novas áreas de expansão, como verificamos no mapa 5.

As tipologias construtivas seguiram as modificações do ordenamento do território urbano, tanto no entorno imediato ao núcleo tombado, por meio de parcelamentos ou desmembramentos, quanto na periferia (nos morros), através de parcelamentos e ocupações clandestinas das áreas públicas ou livres. Não podemos nos esquecer de que o processo de autoconstrução – edificação da casa pelo próprio ocupante do terreno, nas horas de folga, executada em etapas descontínuas – é que favorece a uma parcela dos trabalhadores a obtenção da casa própria, no país, de acordo com arquitetos, urbanistas e geógrafos. Essa tendência não foi diferente em Ouro Preto.

O depoimento seguinte, de um morador do Morro São Cristóvão (ver fotos a seguir), explica como essas casas foram e ainda são construídas na cidade, sobretudo nas encostas e áreas de risco,

Vimos para trabalhar, vender frutas, verduras compradas das mãos dos tropeiros. Meu pai trabalhava numa empreiteira da Alcan. O bairro não tinha água, não tinha esgoto, nem luz, isso aqui era tudo só mato. **As casas eram construídas com material carregado nas costas e nos burros, ainda hoje a gente tem isso aqui no morro.** Era tudo de lata, inclusive os muros. Na década de 1960 eram umas 8 casa aqui, cresceu depois por causa da Alcan. Eu mesmo fiquei na fila em 1973, lá na Alcan, com 200 pessoas tentando vaga.<sup>162</sup>

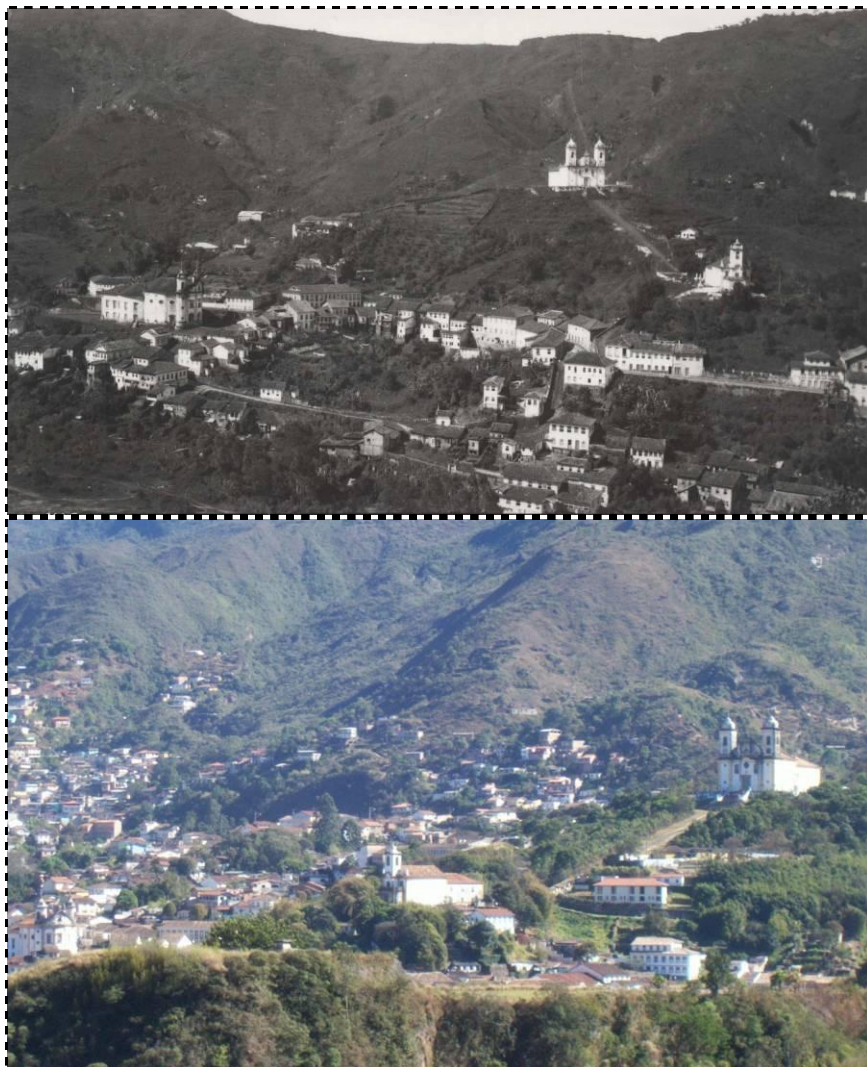
Outro depoimento significativo, que corrobora com a análise do processo de periferização de Ouro Preto, é o da senhora Jandira Tomé, de 79 anos, moradora das mais antigas da Vila Pereira. Seu relato aponta-nos para o principal atrativo da população dos distritos e outras cidades para Ouro Preto, ou seja, a Alcan,

(...) quando vim para cá tinha umas 5 casas, eram poucas. Era, na verdade, um terreno que meu pai comprou de Joaquim Fortes. Hoje, quase tudo aqui é moradia da minha família, por isso aqui é conhecido como Vila Pereira, foi

---

<sup>162</sup> Entrevista do senhor Milton Vitório, 72 anos – um dos moradores mais antigos do bairro São Cristóvão – concedida ao autor, em 27 de agosto de 2010.

meu pai quem deu o nome da vila, o seu sobrenome. O pessoal daqui do bairro veio da Fazenda Caieiras, que tinha muita tropa e tropeiro que concentrava produtos pra venda na cidade; a fazenda tinha capela, tinha terreiro, uma grande horta, armazém. Tinha muito pobre na fazenda, que trabalhava na lavoura de chá também, vieram muitos aqui para o bairro. Esse pessoal veio para trabalhar na Alcan e como pedreiro. Era difícil entrar na companhia, meu marido, por exemplo, aposentou por lá.<sup>163</sup>



*Fotos 38 e 39 – Temos um comparativo da ocupação muito rarefeita do Morro São Cristóvão, na década de 1940 (período de implantação da fábrica que viria a ser a Alcan), em contraste com uma mais densa ocupação atual, que se processou, gradativamente, após a segunda metade do século XX. Efeito da atração que a cidade exerceu e a repulsão do campo – por razões econômicas, sociológicas e psicológicas. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2010], respectivamente.*

Conforme o IBGE, a população empregada na indústria, durante a década de 1940, cresceu à proporção de 70%. Emerge, assim, o período que muitos chamam “ciclo do alumínio”, para Ouro Preto. Lembra Motta (1987) que, na década de 1950, o crescimento da mesma população foi de cerca de 20%, o que se intensifica mais ainda na década de 1960, com um recorde de 131%. Foi esse o período, então, de graves consequências para o território urbano, que se expande desordenado em um novo ordenamento, o das classes mais baixas, pelas franjas da área tombada.

Assim, por mais que hoje exista a formação de novos enclaves urbanos caracterizados pela conquista da terra por parte de “novos ricos” (como vimos no capítulo 5 – mapa 5 –, os bairros Vila dos Engenheiros, Bairro da Lagoa, N. Sra de Lourdes, Jardim Alvorada e eixos do Morro São Sebastião), a ocupação dos morros deu-se, via de regra, por uma população pobre, que não conseguiu ordenar a malha urbana dos bairros. As edificações estão construídas de frente para becos e escadarias edificadas pelos moradores, como relatado em campo; construídas mesmo em penhascos, de forma que áreas livres correspondem aos

<sup>163</sup> Entrevista da senhora Jandira Tomé Pereira, 79 anos – moradora mais antiga do bairro Vila Pereira – concedida ao autor, em 27 de agosto de 2010.

locais de maior risco geológico e, por isso, impossíveis para ocupação. Também identificamos a presença de muitos muros de arrimo para sustentar as casas em relevo fortemente acidentado e de alto risco ambiental. Mesclam-se usos residenciais uni ou multifamiliar, dadas as condições de vida dessa população, de forma a se agregar mais de uma família em uma só casa; a presença do comércio ou de algum serviço, mormente, associa-se ao imóvel, como observado nos bairros dos eixos norte, sudoeste e leste da cidade.

A irregularidade da ocupação, o risco geológico, os loteamentos clandestinos, obras sem licenciamento ou alvará de construção predominaram na história do ordenamento do território que concentra os morros São Cristóvão, São Francisco, Queimada, Santana, São João, Taquaral, Alto da Cruz (parte norte) e Sta. Cruz, que abarcam o eixo de noroeste a nordeste da cidade. Torna-se intrigante a observação tanto de Vieira (2006), quanto de Motta (2002), de que os construtores – a população local – utilizaram-se de elementos tipológicos do tipo colonial, inclusive nas periferias, uma vez que estes fazem parte do imaginário local, devido a imposição do IPHAN para novas edificações; caracterização tipológica do *estilo colonial* ou *estilo patrimônio* – como é denominado localmente – impregnada no modo de construir do ouropretano.

Para Bonduki e Rolnik (1982) a segregação socioterritorial é um reflexo da cidade capitalista. Essa segregação emerge junto à manutenção da propriedade privada sobre a terra urbana, como a forma hegemônica de ordenamento das cidades. Nesse sentido, os barracos são a primeira moradia que o indivíduo constrói nas áreas que lhes são acessíveis, quer seja pela compra de lotes a preços mais baixos (normalmente em áreas de risco), quer seja mediante a ocupação de terrenos públicos ou mesmo particulares. Afirmam Bonduki e Rolnik (1982) que a urgência em se verem livres do aluguel, ou de deixar a moradia cedida, justifica esse primeiro momento, uma vez que um barraco pode ser erguido em uma noite e custa pouco em relação a uma casa de alvenaria.

Nas regiões tratadas como “periferia fora dos morros” – como os bairros Jardim Alvorada, Nossa Senhora de Lourdes, Bauxita e Vila dos Engenheiros –, o território é ordenado em ruas, quadras, loteamentos que esboçam um padrão mais regular e emergem soluções construtivas mais caras, elevado nível de acabamentos, lotes mais amplos e mais planos. Esse padrão construtivo mais elitizado, então, representa um divisor de águas entre a estagnação e o desenvolvimento econômico (acompanhado da manutenção de áreas precarizadas e mais pobres), em Ouro Preto, após a segunda metade do século XX. A nova forma de construir e de morar nessa cidade barroca segue o padrão que se estabelece em função de uma economia urbana calcada no turismo, na indústria do alumínio e, sobretudo, na



elevada renda da terra urbana auferida com a dinâmica favorecida pela UFOP, como também identificou Vieira (2006).

O território urbano de Ouro Preto, em sua totalidade, adensa-se, no século XX, após um período de esvaziamento e estagnação econômica, com uma nova dinâmica resultante do turismo, do investimento industrial e da expansão da universidade; atividades estas que propiciam o fluxo responsável pela saturação na ocupação do centro histórico e pelo crescimento centrífugo da cidade em direção às encostas e às áreas de risco nos morros. Com tal dinamismo, o longo século XX, para essa cidade barroca, levou a uma reviravolta econômica, de maneira que o sítio original consubstancia-se como um centro dinamizado e eclético de comércio, de serviços, da administração municipal e, ainda, de uso residencial, como abordado no capítulo anterior. Ouro Preto, então, não pode ser tratada na perspectiva da banalização desenfreada, como uma cidade de fim de semana ou destinada, exclusivamente, para atender aos turistas, além de não sofrer influência da metropolização da capital, situação verificada em Sabará e Santa Luzia. A *situação geográfica* urbana de Ouro Preto esboça, então, um singular movimento de preservação das antigas “rugosidades” do centro histórico – na perspectiva da apregoada *patrimonialização global* –, ante a expansão dos bairros de entorno à área de tombamento – na tendência do desenvolvimento industrial, turístico e universitário da cidade –, de forma que o adensamento e a valorização da terra na área tombada favoreceram, paradoxalmente, a formação dos bairros de entorno, quando a população migrante buscava possíveis áreas para sua fixação – o que se deu, em grande medida, sob a forma de ocupações ou “invasões”.

A partir de Villaça (1998), podemos dizer que a ocupação de terrenos sem pagar por eles – as denominadas “invasões”, ou ocupação desordenada – facilita às classes populares um pouco de usufruto de vantagens do privilegiado território urbano, ordenado pela alta renda e lucratividade auferidas por meio da economia urbana. Para se usufruir das vantagens do sistema viário, do comércio e dos serviços – localizados, normalmente, fora dos bairros residenciais mais pobres –, a população paga elevado preço. Usfruem da precariedade produzida pela urbanização periférica como o subemprego ou desemprego, falta de saneamento básico e precariedade das moradias, como aprofundaremos no tópico seguinte. “O ‘longe’ para elas (camadas mais baixas) é produzido por vários processos: pelas dificuldades de acesso, inclusive econômico, a um sistema de transportes satisfatório; pelas crescentes distâncias em tempo e distância em que são impelidas suas casas e pela localização, sempre fora de seu eixo de acesso mais fácil, do emprego ou subemprego” (VILLAÇA, 1998, p. 238). Essas questões estão diretamente ligadas ao problema da preservação e democratização dos bens culturais.

A consulta aos Livros de Provisão de Aforamentos da Câmara Municipal de Ouro Preto revelam-nos informações da ocupação das periferias. Conforme informações de Helenice Santos, funcionária do Arquivo Público Municipal (Ouro Preto), “os livros de Provisão de Aforamento são os registros dos terrenos que estão dentro do limite da sesmaria concedida à Câmara Municipal de Ouro Preto, pela Coroa Portuguesa, quando da criação de Vila Rica, cedida aos cidadãos ouropretanos para que pudessem ser ocupados, com a condição de que pagassem o foro, que é o imposto sobre os terrenos aforados, é o chamado Regime Foreiro, que foi extinto por Lei Municipal em 1971”. A partir daí, criou-se outro mecanismo para a concessão de terrenos públicos dentro da sesmaria, que é o Título de Domínio. Nessa perspectiva, consultando o Livro de Provisão e Aforamento entre as décadas de 1950 e início da década de 1970, destacam-se como bairros que tiveram parte dos terrenos regularizados pela Prefeitura de Ouro Preto: 144 terrenos cedidos no bairro Barra; 171 terrenos concedidos no bairro São Cristóvão (Velooso); 29 terrenos no Antônio Dias (área tombada); 216 terrenos no Vila Aparecida; 79 terrenos no Morro da Queimada; 12 terrenos no Água Limpa; 03 terrenos no Pilar; 15 terrenos no Alto da Cruz; 12 terrenos no Padre Faria; 07 terrenos no Morro São Sebastião; 65 terrenos regularizados no Morro Santana, dentre outros bairros ou ruas da cidade, em menor número. Cabe destacar que não encontramos informação de regularização de terrenos no Morro São Francisco, no período analisado, pelo fato do bairro ser de ocupação mais recente.<sup>164</sup>

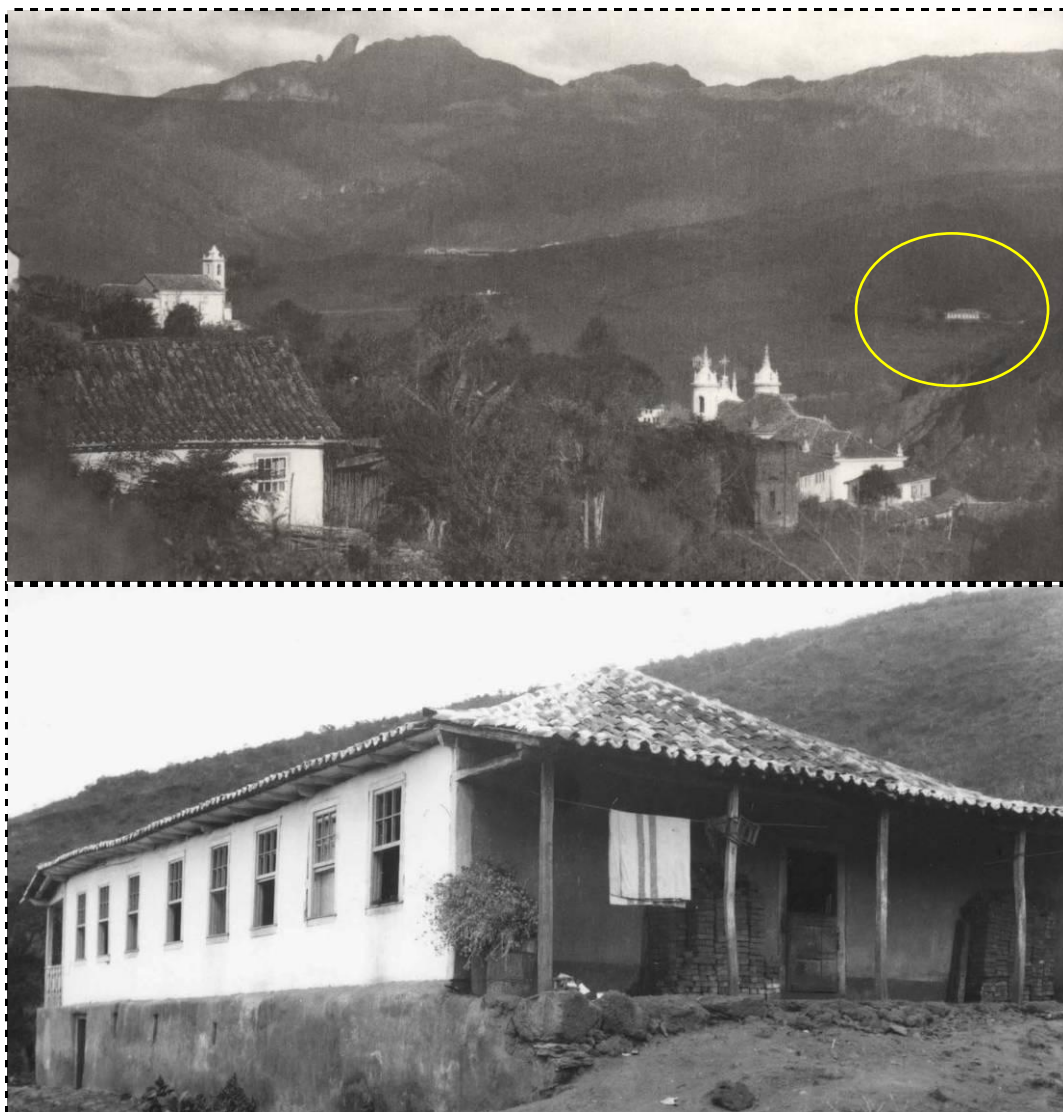
Com esses dados da década de 1960, como exemplificação, podemos dizer que, paralelamente ao desenvolvimento da indústria, ocorreu a desregulamentação – que se busca “regulamentar” – nas áreas periféricas de Ouro Preto e da elevação do preço da terra na área central (com maior presença infraestruturas). Cataliza-se o processo de crescimento desordenado na cidade, com a classe trabalhadora da indústria ou de outras atividades menos rentáveis empurrada para os morros de Ouro Preto – o que, no limite e na lógica capitalista da especulação da terra urbana, se explica como uma das contradições necessárias à própria especulação imobiliária, à qual a dinâmica propiciada, sobretudo, pela UFOP, vem respondendo a contento.

O bairro Vila Aparecida, facilmente identificado de vários pontos do centro histórico, é um dos mais significativos exemplos de bairros oriundos do processo de periferização de Ouro Preto, cujo adensamento se deu a partir da década de 1950, com a instalação da Alcan, em Saramenha. A primeira edificação do local é a denominada “Casa dos Inconfidentes” (fotos abaixo), contemplada, inclusive, pelo Monumenta (ver mapa 3, foto 09);

---

<sup>164</sup> Encerrada a Provisão de Aforamentos, no ano de 1971, fora instituído o Título de Domínio. Ao verificarmos a Relação dos Beneficiários com Título de Domínio concedido pela Prefeitura de Ouro Preto, para a década de 1970, destaca-se o Centro, com a concessão de 21 Títulos e o Saramenha, com a concessão de 6 Títulos.

casa que, conforme a Escritura de Doação, foi doada ao Município de Ouro Preto, na década de 1940.<sup>165</sup>



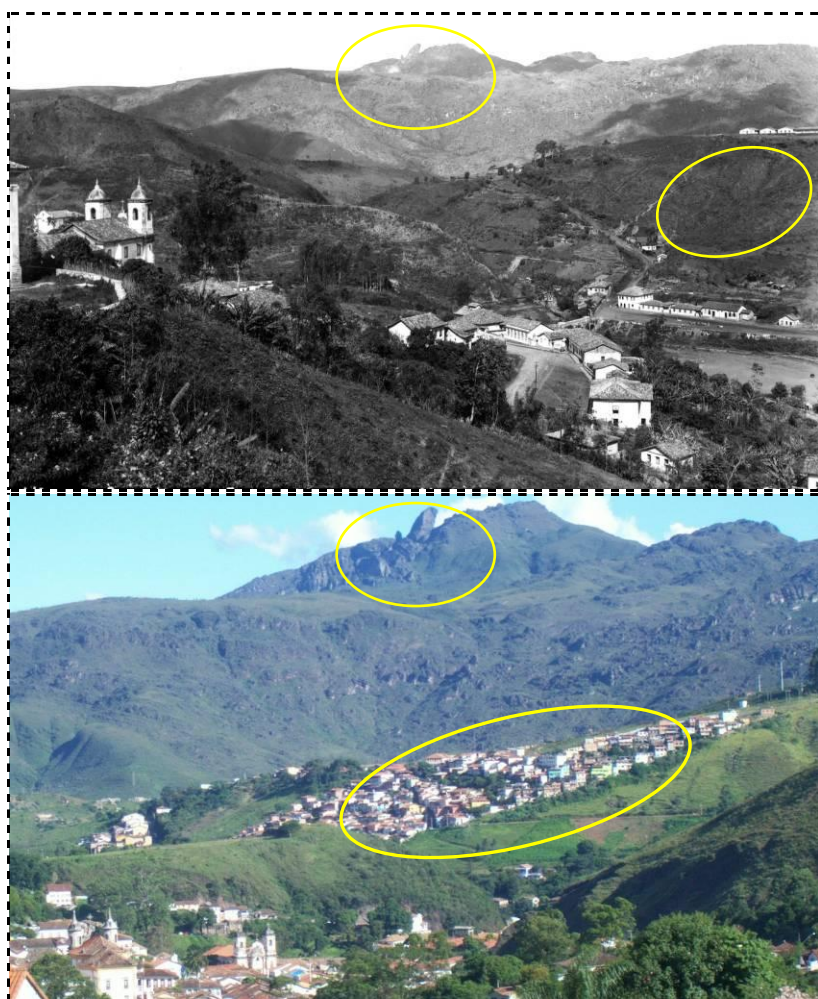
*Fotos 40 e 41: A Vila Aparecida, hoje, localiza-se ao centro e à direita da foto superior, onde tínhamos, em 1947, apenas a Casa dos Inconfidentes. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947]*

Como em outras áreas de adensamento do período, a ocupação da Vila Aparecida adensa-se em uma encosta que defronta o centro histórico, de maneira desordenada e irregular. O IPHAN, na década de 1960, era o órgão que fiscalizava a ocupação e o uso da terra em Ouro Preto, sem uma devida estrutura que atendesse à grande demanda de fiscalização, de forma que mesmo obras embargadas não eram impedidas de prosseguimento construtivo (VIEIRA, 2006). Conforme as entrevistas realizadas, essa situação gerava demandas judiciais que, pela letargia dos processos, faziam com que as decisões só

<sup>165</sup> PREFEITURA DE OURO PRETO. *Escritura de Doação da “Casa dos Inconfidentes”*. Estante 26, caixa 09, 1946.

ocorressem quando as obras terminavam. O bairro São Francisco, de recente ocupação, é um exemplo notório de que essa prática vigora pela necessidade de sobrevivência da população diante de uma gestão inerte.

Vale destacar, conforme o Código de Posturas de Ouro Preto – Lei nº 178 de 1980 – que os edifícios, de uma forma geral, e suas dependências, em particular, devem ser conservados pelos proprietários e ocupantes, especialmente quanto à estética, à estabilidade, à higiene, para não comprometerem a paisagem urbana, a segurança e a saúde da população em geral; exige-se o máximo dos moradores sem se fornecer o mínimo, nas periferias. Fica claro, através da pesquisa do Livro de Provisão e Aforamentos, bem como do Livro de Títulos de Domínio, que os terrenos da Vila Aparecida foram concedidos, por meio legal, a partir da década de 1960. Assim, podemos concluir que a Vila Aparecida adensou-se após tal período, com a omissão da municipalidade, não preocupada, nem com os possíveis impactos no horizonte da cidade, que já era considerada Monumento Nacional, muito menos com as condições de vida e moradia das famílias que se implantavam nas áreas de risco.



*Fotos 42 e 43 – As duas fotos oferecem-nos um comparativo da ausência de ocupação na encosta, no final da década de 1940, e quando se inicia esta ocupação da Vila Aparecida, após a década de 1950, com a implantação da Alcan. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2010], respectivamente.*

Há autores que afirmam que, geograficamente, “periferia” tem o significado de “as franjas da cidade”. Contudo, periferia significa mais do que a localização da população no território urbano, geograficamente (MAUTNER, 2002, p. 253). O indagar geográfico da periferia significa a interpretação das relações e práticas da sociedade através do ordenamento do território e da transformação da paisagem, que não se atém a formas do urbano, mas ao processo de recriação de formas-conteúdo na metamorfose das cidades.

O Brasil apresentou, nas últimas décadas, uma brusca transformação do campo e das cidades. Simultaneamente, uma dissolução da estrutura agrária que empurrou para as

cidades “camponeses sem posses, ávidos de mudança” (LEFEBVRE, 2001, p. 80-81). Foram as periferias em “construção” em Ouro Preto que receberam a população migrante e desempenharam o papel mediador entre a saída do campo e a chegada à cidade, oferecendo uma vida pouco digna aos novos abrigados. Essa lógica é retrato de uma crise mundial que assola tanto a agricultura quanto a cidade em constituição, pelo movimento social oriundo dessas transformações nos dois setores da vida do homem (o campo e a cidade); “produz-se uma mutação em escala planetária (...) A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de ‘cidade’” (LEFEBVRE, 2001, p. 81).



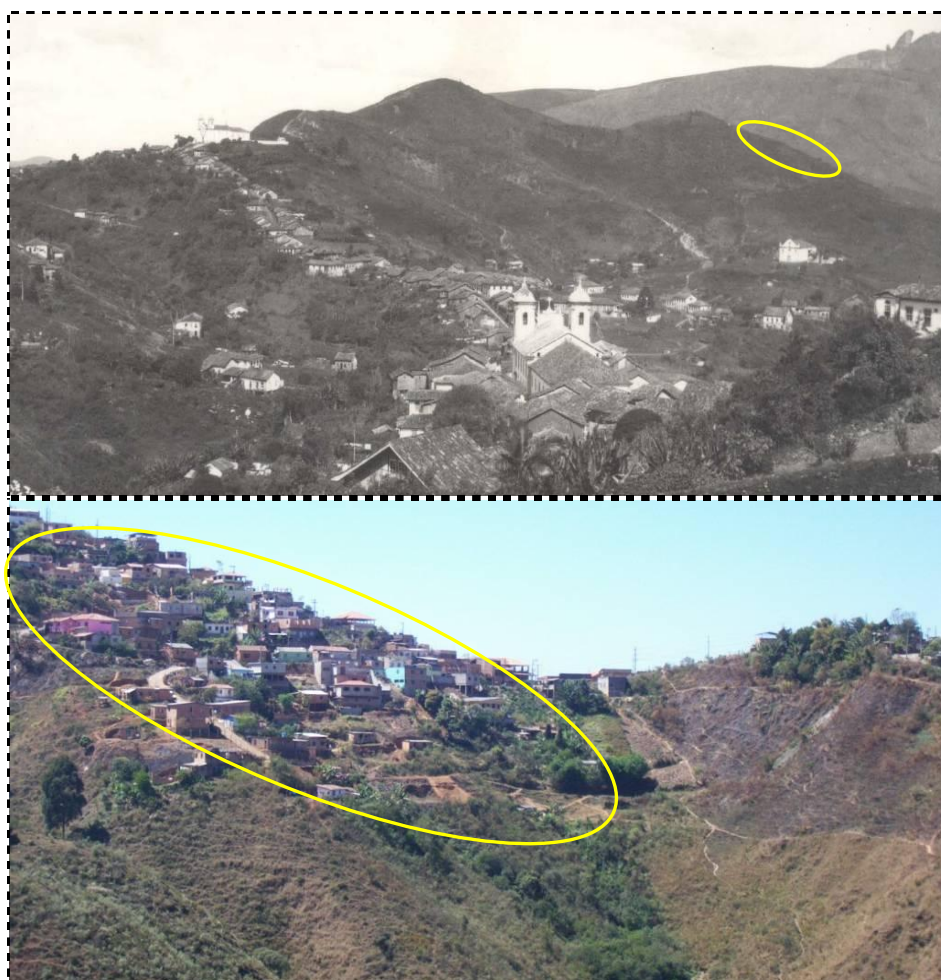
*Fotos 44 e 45 – Nas fotos, podemos averiguar o adensamento tanto da Vila Aparecida, à direita, quanto da Rua dos Inconfidentes, abaixo (um atual eixo comercial, como vimos no mapa 4), e subida do Barra, à esquerda. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2009], respectivamente.*

Parte das áreas de ocupação após 1950, em encostas, no entorno da área de tombamento do IPHAN, em Ouro Preto, são ilegais e surgem nas terras vazias até então desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por acaso que favelas se proliferam em áreas públicas ou de risco geológico. São inadmitidas as invasões em áreas privadas valorizadas, logo rechaçadas; “aí o poder de polícia municipal é exercido e as normas se aplicam (...) A ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei de mercado precede a lei/norma jurídica. Esta é aplicada de forma arbitrária. A ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo” (MARICATO, 2001, p. 83).

A lógica imanente ao processo de periferização urbana é acompanhada da negligência do poder público municipal na expansão das ocupações e loteamentos clandestinos em Ouro Preto, o que representou parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio migrante. Embora sem planejamento, essa ação foi se definindo, na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”,

barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores tanto da indústria, quanto informais. Conforme Bonduki e Rolnik (1982) a omissão do Estado no processo de periferização e consolidação de loteamentos clandestinos, representa uma estratégia que possibilita a sensação, falsa ou verdadeira, da população mais carente realizar o sonho de se tornar proprietária de um imóvel, nas cidades. O relato de um dos moradores mais antigos do bairro Santa Cruz é revelador da lógica da formação inicial do bairro,

(...) o povo invadiu; eu mesmo comprei de alguém que tinha invadido, o lote onde hoje está essa minha casa. **Com o tempo, a prefeitura fez encanamentos; antes era só uma mangueirinha que vinha de longe; pra eu construir eu enchia os tambor com água dessa mangueira. Depois de muito tempo é que surgiu a água do Pocinho, lá debaixo.** Os moradores desse bairro, e eu fui um dos primeiros, queria fugir do aluguel que encarecia lá embaixo, muita gente veio assim pra cá, inclusive de outros lugares e não apenas de Ouro Preto, era muito barato os lotes, muita gente veio pra cá assim, saindo do aluguel ou pra trabalhar de pedreiro ou na fábrica de tecidos ou na Alcan. Na verdade, o bairro começou a ficar mais povoado nos anos de 1980 e 1990. Quando eu vim era vazio, há 25 anos”<sup>166</sup>.



*Fotos 46 e 47 –Pode ser constatado a não existência do bairro Sta. Cruz, na primeira foto, e o ordenamento do território, na segunda foto, à sudeste do bairro; o mesmo consolida-se a partir da década de 1980. Acervo do IFAC - UFOP [foto de 1947] e Foto do autor [2009], respectivamente.*

Em Ouro Preto, a expansão da periferia (taxas positivas de crescimento) ocorreu por meio de loteamentos irregulares e ocupações de terrenos, sobretudo, em duas áreas: faixa norte – do Morro São Cristóvão ao Taquaral; e arco de leste a sudoeste – do Sta. Cruz ao Sta. Isabel e Saramenha.

<sup>166</sup> Entrevista do senhor Aristeu de Brito, 72 anos – morador mais antigo do bairro Santa Cruz – concedida ao autor, em 25 de agosto de 2010.

A expansão urbana de Ouro Preto é acompanhada de modificações notórias na morfologia urbana particular e em cada bairro, de maneira que parcelamentos, ocupações clandestinas (Morros Santana, Taquaral, São Francisco, Morro São João e outros), desmembramentos são mesclados a loteamentos planejados aprovados (Jardim Alvorada, Nossa Senhora de Lourdes, Morro do Cruzeiro, Vila dos Engenheiros e outros). O tecido urbano, nos bairros mais carentes, não se estabelece nem em ruas retilíneas, muito menos em quarteirões, de forma que as construções fazem frente para rampas, escadarias ou “estão em lotes encravados”, como salienta Vieira (2006). Como se deu no século XVIII, as novas moradias tentam acompanhar a topografia acidentada de Ouro Preto, com terrenos de pequenas dimensões, retangulares ou quadrados. No tópico seguinte, aprofundaremos a análise das condições de vida em cada bairro das cidades objetos da tese; condições de vida diretamente vinculadas à *possibilidade* da “boa” preservação do patrimônio urbano.

Se o desafio para a atual e futuras gestões das chamadas “cidades históricas” é o de entrelaçar políticas de preservação com os problemas comuns a todas as cidades brasileiras – expansão urbana, adensamento urbano e periferação – o mesmo deve ser encarado de frente, entendendo as múltiplas dimensões que representam a chamada “cidade histórica” – onde se evidencia, cada vez mais, a relação indissociável entre: uso, troca e simbolismos recriados, perfazendo a discutida *dialética da memória*.

Conforme Paes (2010), as estratégias de recuperação de centros históricos têm nos possibilitado conhecer mais a fundo os distintos conflitos entre os usos atribuídos a essas áreas, e avaliar quais são as intervenções mais importantes para incorporar, ao mesmo tempo, a produtividade espacial da economia urbana, o direito à memória assentada nas paisagens culturais, e o desenvolvimento de cidades que tenha como premissa a inclusão social, ou seja, “as contradições entre modernização, preservação e inclusão”, salienta a autora.

Por meio da perspectiva apontada por essa geógrafa, consideramos um possível caminho para identificarmos as estratégias de reafirmação do lugar de memória, o real entendimento das condições de vida na “cidade histórica” para além dos limites do tombamento. Pode ser reveladora a busca das “contradições entre modernização, preservação e inclusão”, a partir da paisagem e da dinâmica socioterritorial total da chamada “cidade histórica”, o que conforma a *situação geográfica* da cidade barroca capturada pela *patrimonialização global* e dinamizada por atividades que vão para além do turismo.

Com efeito, “deve a cidade ser um órgão de amor”, afirma Mumford (1991). E se a melhor economia das cidades é o cuidado e a cultura dos homens, a mesma só poderá ser preservada se tentarmos desvendar os segredos que guarda para além do que as paisagens retratam e, também, por meio de operações distantes dos territórios tidos por especiais, pois se

trata do resgate ou da manutenção da cultura nas cidades em sentido amplo. A perspectiva apontada vastamente é a de que a realidade que envolve os centros urbanos, sobretudo os que testemunham a origem das cidades, é a do turismo ou a de uma “tendência global, reflexo de estratégias da acumulação de capital na competitividade da economia urbana, e também da mundialização da cultura” (PAES, 2010, p. 23). No caso de Ouro Preto, como vimos, o sítio original guarda uma realidade só entendida no contexto de outros “eventos” que a ordenam, de forma que o par dialético centro-periferia não pode ser negligenciado, para que compreendamos a realidade ou a *possibilidade de empoderamento* do próprio centro pela população da periferia.

A preservação do centro ou a constituição de Ouro Preto e Diamantina como lugares de memória ou territórios de identidade é diretamente dependente do que se passa fora da área tombada, ou seja, das condições de vida para além dos limites dados pelo tombamento. Os fluxos de turistas, os residentes do Centro, os programas de renovação ou requalificação – como o Monumenta, analisado no capítulo anterior –, a implantação focada de infraestrutura urbana não constituem, isoladamente, fatores da preservação ou democratização local do Patrimônio Mundial. A *authenticité et intégrité* ou o valor *universelle exceptionnelle* de Ouro Preto e Diamantina – discutidas em todo o capítulo 4 – só podem ser resgatadas, mantidas ou difundidas quando a “cidade histórica” for entendida, na teoria e na prática, para além dos limites dados pelo tombamento. Como destaca Paes (2010), a suburbanização, ou a expansão fragmentada do tecido urbano, não cedeu lugar à nova forma de valorização da terra urbana. A suburbanização de Ouro Preto coexiste com a valorização do centro, com a requalificação da área tombada mediada pelo capital financeiro ou com a forte especulação de determinadas porções do território, o que consubstancia na cidade barroca total, ao serem estabelecidas zonas específicas da fragmentação articulada do território urbano, como trataremos no tópico seguinte. Essa dualidade da *situação geográfica* apresentada por Ouro Preto parece indispensável à internalização dos fatores externos analisados ao longo de todos os capítulos. Uma *situação geográfica* urbana deve ser lida nas contradições da operacionalização territorial do capitalismo, marcado pela estratégia de expansão geográfica e seletividade dos lugares; deve ser observada respeitando o movimento conflituoso entre as partes da cidade, sua totalidade e as “verticalidades” que ressignificam a instituição urbana em si.



## 6.2 - Ouro Preto: totalidade urbana e movimento das contradições entre o planejar e o preservar

Em *Economia Espacial*, Milton Santos afirma que os processos são uma expressão da totalidade, uma manifestação de sua energia na forma de movimento; são o instrumento e o veículo da transformação da universalidade em singularidade, pois perpassa a totalidade. “O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças”.

Finda um processo quando uma fração da estrutura total materializa-se em uma forma singular, com uma função particular; o que leva à emergência de um novo processo. É nessa concepção de movimento da totalidade, que chegamos a este capítulo: *planejamento* e a *preservação* em Ouro Preto e Diamantina. Todavia, por uma escolha de método que não foi casual, questionamos tanto a *preservação* quanto o *planejamento* nessas cidades, entendendo que a “concretude” desses processos, as formas fenomênicas da realidade urbana são diferentes e, muitas das vezes, contraditórias em relação às aparências paisagísticas e imediatas dessas cidades enquanto fenômenos urbanos históricos. A estrutura das mesmas deve ser pensada de maneira sistematizada e dialética.

Conforme Kosík (1976), o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário; a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. Por isso, nossa preocupação em realizar um *détour*, e não apenas um esforço para alcançarmos o objetivo geral desta tese, que é o de *analisar o ordenamento territorial urbano das cidades coloniais mineiras consagradas como Patrimônio Mundial (Ouro Preto e Diamantina – enquanto particularidades de uma formação socioespacial), compreendendo a “cidade histórica” para além dos limites do tombamento, ou seja, como totalidade urbana, e no contexto do que conceitualizamos patrimonialização global.*

Ao entendermos que o ordenamento socioterritorial de uma cidade corresponde a uma ordem global – na perspectiva dialética universal-particular-singular –, não hesitamos em reconhecer Ouro Preto e Diamantina como particularidades de um *devenir* universal. Nessa abordagem, o barroco emerge enquanto “evento” global que ganha uma feição particular, nas cidades da mineração no Brasil do século XVIII; tal particularidade projeta-as como *territórios de identidade* nacional para, simultaneamente, serem enaltecidas como *territórios de identidade do capital*. Será, então, a particularidade “criada” do barroco mineiro *setecentista* o atributo para sua ressignificação que, no limite, levou à “recolonização” parcial de seus centros históricos, após a década de 1990, como já analisamos. Nessa perspectiva local mediada pela *patrimonialização global*, resta verificar se as cidades coloniais barrocas

em tela apresentam uma *situação geográfica* como *possibilidade* de *vir a ser*, de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população. Com essa análise, alcançamos os cinco momentos da periodização proposta.

É a constatação de tal *possibilidade* que dedicamos este tópico, que analisa as condições de vida nas cidades coloniais barrocas consagradas como Patrimônio Mundial, já sabendo o significado material e simbólico de tal chancela. Partimos para a leitura de tais condições, na busca dessa *possibilidade*, lembrando que o presente é resultado de um processo com suas totalidades e totalizações. Por isso, se impôs a este estudo um esforço de periodização; o resgate da síntese de tal periodização tratada até aqui se impôs.

O arquiteto Cândido Malta Campos Filho, em seu trabalho *Cidades brasileiras, seu controle ou o caos*, considera que, nas condições atuais, a possibilidade de se obter uma qualidade de vida urbana depende do modo como se ordenam, no território, a moradia e as atividades correlatas a ela. Torna-se uma condição impositiva à articulação *preservação / planejamento*, a *acessibilidade* no sentido mais amplo do urbano: à moradia, aos bens e serviços urbanos, ao emprego, à informação, ao lazer, à cultura urbana, em síntese, à vida digna nas cidades. No caso das “cidades históricas”, lazer e cultura nos remetem, essencialmente, à acessibilidade ao chamado centro histórico e ao seu patrimônio cultural. Implanta-se a contradição quando se fala em *acessibilidade* ao centro ou em *democratização de patrimônio* para cidades ao apresentarem bairros desgovernados ou carentes de diversos equipamentos urbanos, permitindo pouca *mobilidade* e precárias condições pela *localização*.

Nesse sentido, as políticas de patrimônio, nas chamadas “cidades históricas”, não podem estar apartadas das políticas urbanas. A estruturação desses territórios implica em questões como: *localização* dos usos habitacionais, comerciais e dos serviços; *implantação* dos usos industriais; a *densidade* ou intensidade do uso da terra nos bairros; *interligação* de bairros entre si por um sistema de circulação que os torne comunicáveis e que propicie um centro histórico “chegável” ou “alcançável”, reciprocamente. O Plano Diretor Urbanístico, nessa perspectiva, deverá dar conta, na teoria e na prática, da *acessibilidade* global da “cidade histórica”.

A década de 1970 é marcada pelas primeiras políticas urbanas de maior monta, em Ouro Preto, pela defesa do patrimônio e da regularização do crescimento da cidade. O IPHAN, preocupado com os problemas que enfrentava na preservação, solicitou ajuda técnica à UNESCO, em 1968, que enviou ao Brasil o arquiteto português Alfredo Viana de Lima, encarregado de elaborar um relatório geral sobre a cidade (IPHAN, 1982). Entre dezembro de 1973 e janeiro de 1975, o conhecido “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto” é elaborado. Contudo, por questões políticoeconômicas, tal plano foi parar nas

prateleiras da prefeitura, e serve, apenas, de consulta a pesquisadores que tentam entender a dinâmica histórica da cidade<sup>167</sup>. Algumas outras políticas urbanas foram muito discutidas ao longo das décadas após 1970, porém, pouco implementadas. Muito discurso e pouca prática marcam o histórico da gestão municipal de Ouro Preto. “A maioria das proposições apresentadas restringem-se à operação do sistema viário, tendo em vista a impossibilidade de se implantar modificações que aumentem a capacidade de tráfego nas principais vias e a preocupação de se interferir o mínimo possível na paisagem urbana” (IPHAN, 1982, p. 07).<sup>168</sup>

Depois de um longo período de políticas urbanas pontuais e menos expressivas, tanto na área de tombamento quanto em outros bairros da cidade, a Prefeitura de Ouro Preto aprovou o Plano Diretor do Município e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, no ano de 2006. Além de uma cartografia da cidade em sua totalidade (estrutura viária, densidade demográfica dos bairros, topografia e áreas de risco) os documentos trazem o zoneamento municipal. Sobreponemos nossos mapas e análises de campo desenvolvidas ao conteúdo do Plano Diretor e à Lei de Ocupação e Uso do Solo, a fim de identificar, por meio do ordenamento territorial urbano, se essa cidade colonial barroca apresenta uma *situação geográfica* como *possibilidade* de *vir a ser*, de empoderamento dos bens materiais e simbólicos por parte da população.

---

<sup>167</sup> Nem a Prefeitura de Ouro Preto, nem a UFOP, muito menos outras instituições ou universidades, possuem informações precisas ou pesquisas aprofundadas sobre a formação dos bairros de periferia da cidade, o que se constituiu em uma grande dificuldade para elaboração deste capítulo da tese; o que nos levou a adotar a metodologia da pesquisa de campo seguida de relatos orais e da cartografia elaborada.

<sup>168</sup> Na década de 1970, conforme o próprio IPHAN (1982), é realizado o Seminário de Ouro Preto, face às fortes chuvas que repercutiram por todo o país e ocasionaram sérios acidentes geológicos na cidade, de forma que o documento oriundo de tal Seminário preconizou: Aprovação pelo poder público municipal de leis urbanas: Código de Obras, de Ocupação do Solo e de Posturas; Elaboração da Carta Geológica e Geotécnica de Ouro Preto; Imediata eliminação do tráfego de veículos pesados pelas ruas do núcleo histórico; Revisão dos Planos de conservação e restauração já elaborados; Revisão dos empreendimentos industriais previstos para a região, principalmente nos aspectos que interferem com a preservação do acervo cultural; Elaboração de projetos específicos para a proteção do meio ambiente; Definição e implantação imediata das zonas de expansão urbana; Identificação e motivação de outras entidades, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, que poderiam favorecer o alcance dos objetivos da preservação do patrimônio urbano. Conforme o IPHAN (1982), em 1950, a cidade já sentia o impacto do pesado trânsito em seu centro histórico, o que motivou à época estudos visando determinar, precisamente, os efeitos do mesmo. De acordo com o IPHAN (1982), foram realizados os seguintes estudos: Em 1974, emergiu a proposta da construção de uma “Via Periférica”, que ligaria a Rodovia Rodrigo Melo Franco ao centro histórico. Por seu elevado custo (dadas as dificuldades geológicas do trecho em que percorreria) a mesma não foi implementada. Em 1977, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto solicita apoio do governo estadual para a construção de um grande armazém de estocagem dos produtos que deveriam se dirigir ao centro histórico, evitando, assim, que grandes caminhões adentrassem o mesmo, e fazendo com que esses produtos fossem conduzidos por veículos menores. Os estudos para a implantação deste armazém não foram julgados suficientes para a construção. Também fora discutida a possibilidade de criação de uma área para traslado de mercadorias para caminhões leves e para estacionamento de caminhões vazios, além de postos de fiscalização nos acessos da cidade. Nada foi implantado. Em fevereiro de 1979, a cidade de Ouro Preto sofre duramente com as chuvas. Estudos solicitados pelo antigo SPHAN a professores da Escola de Minas da UFOP indicam claramente uma interligação entre alguns escorregamentos, ocasionados por infiltração de águas pluviais e o tráfego pesado. Desde a década de 1950 os professores da Escola de Minas já chamavam a atenção para os impactos do trânsito por sobre as encostas e o casario antigo.

Acreditamos que a busca de boas condições de vida nas “cidades históricas” – moradia digna, infraestrutura urbana, saneamento básico, empregabilidade, lazer, cultura, entre outros – devam ser tratadas como imperativos antecedentes ou práticas concomitantes ao desenvolvimento de políticas de patrimônio. Sem uma vida digna para a população, tornam-se pouco operantes e descontínuas as políticas voltadas ao centro histórico ou ao patrimônio cultural. Para averiguar tal situação, em Ouro Preto, realizamos campos que resultaram em alguns outros mapas, sendo estes: Mapa 9 – *Áreas residenciais em Ouro Preto: predominâncias do uso e enclaves de exclusão na totalidade do território urbano*; Mapa 10 – *Infraestrutura em Ouro Preto enquanto totalidade urbana*; Mapa 11 – *Zonas específicas da fragmentação articulada na totalidade do território urbano de Ouro Preto*. Por vezes, será necessário resgatar os mapas já apresentados.

O modelo espacial adotado por Ouro Preto aponta a subdivisão do território urbano em zonas, estabelecendo o chamado *zoneamento*. Por zonas, o Plano Diretor da cidade entende “aquelas definidas a partir de condicionantes geoambientais, da preservação do patrimônio cultural e natural, da capacidade de adensamento, da localização de atividades e da capacidade da infraestrutura existente” (PREFEITURA DE OURO PRETO, 2006, p. 15). As zonas estipuladas – e que serão sobrepostas à nossa análise – a partir do mapa da prefeitura (na página 352), são:

- Zona de Proteção Especial (ZPE – áreas que contém os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar)
- Zona de Proteção Ambiental (ZPA – área a ser preservada ou recuperada em função de suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico e paisagístico)
- Zona de Adensamento Restrito (ZAR – são áreas de ocupação e uso da terra limitados por: ausência ou deficiência da infraestrutura de drenagem, de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário; precariedade ou saturação da articulação viária externa ou interna; condições topográficas, hidrográficas e geológicas desfavoráveis; interferência sobre o patrimônio cultural ou natural)
- Zona de Adensamento (ZA – passível de maior crescimento populacional em virtude de condições favoráveis de topografia, ambientais e de infraestrutura existente)
- Zona de Especial Interesse Social (ZEIS – são áreas em que há o interesse público em: ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou ainda implantar empreendimentos habitacionais de interesse social)
- Zona de Intervenção Especial (ZIE – são áreas que demandam recuperação ambiental, em função da presença de processos erosivos ou de outras formas de degradação resultantes da ação do homem sobre o ambiente)

A Zona de Proteção Especial, conforme o mapa de zoneamento a ser apresentado (p. 351), compreende quase a totalidade da monumental área tombada. A Lei de Ocupação e Uso do solo de Ouro Preto reconhece a notabilidade do acervo paisagístico, urbano e arquitetônico, “pelo seu caráter de unidade e originalidade, pela qualidade do conjunto que constitui o patrimônio e pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere” (PREFEITURA DE OURO PRETO, 2006a, p. 22). Logo, o documento apresenta um capítulo voltado apenas para as diretrizes de intervenções urbanísticas e arquitetônicas na ZPE (Zona de Proteção Especial), o que não o faz para as outras. Segundo o documento, a notabilidade do conjunto deve-se: ao quadro natural e à paisagem envolvente; à morfologia urbana e aos traços dos logradouros; à unidade dos conjuntos urbanos; à relação entre as áreas edificadas e às não edificadas; às tipologias arquitetônicas; à diversidade e à multiplicidade dos usos; aos espaços públicos de reunião e de encontro; às manifestações culturais.

Ao resgatarmos a análise do capítulo 5, podemos dizer que a prefeitura consegue cumprir seu objetivo para a Zona de Proteção Especial, mantendo a diversidade de usos, com a compatibilização da função residencial com a de pólo administrativo, turístico, educacional, comercial e de serviços. “A função residencial é considerada prioritária e, nas quadras localizadas no perímetro da ZPE, será objeto de políticas públicas para incentivar a permanência da população” (PREFEITURA DE OURO PRETO, 2006a, p. 28).

Para Robira (2006, p. 439), a monumentalidade de um centro histórico incapacita-o para funções distintas das que se expressaram e expressam os poderes político, econômico ou religioso, de tal sorte que, se são utilizados para moradia, se “desencaixam, se degradam e se banalizam, perdem seu poder simbólico e, com isso, o conjunto do espaço histórico perde poder de representação”. Contudo, se os centros históricos são o fragmento do que eram as cidades antigas e devem manter as funções antigas e não distintas, não teriam que permanecer as residências? Ao que nos parece, ao mesmo tempo em que se “constroem” os centros históricos, após a Revolução Industrial, inicia-se a sua degradação, justamente pela minimização de sua função primeira, que era a da vida coletiva local. A própria Carta de Atenas (analisada nos capítulos anteriores) aponta para essa preocupação, ao pensar a *cidade funcional*, que deveria atender a quatro necessidades do ser humano: habitação, lazer, trabalho e circulação (COSTA, 2009). Em Ouro Preto, apesar da incipiente onda de terceirização, estetização e das políticas voltadas à mercantilização do patrimônio (como o Programa Monumenta tratado), a área tombada ainda guarda um relevante e potencial uso residencial.

Nosso mapa 9 – *Áreas residenciais em Ouro Preto: predominâncias do uso e enclaves de exclusão na totalidade do território urbano* – aponta-nos para seis níveis de áreas de moradia, conforme a legenda. Essas áreas foram classificadas segundo: a predominância

do uso residencial de cada bairro; a presença ou proximidade a equipamentos de educação, lazer e serviços no bairro; e o padrão construtivo predominante<sup>169</sup>. Temos uma análise muito particular ao sobrepor este mapa resultante das atividades de campo aos mapas de zoneamento e densidade demográfica da Prefeitura de Ouro Preto.

Indicamos como *Área Residencial de nível I* os bairros: N. Sra de Lourdes e Jardim Alvorada (foto 09, no mapa 9), que tangenciam a área de tombamento à sudoeste. Na área tombada, aparecem como *nível I* o N. Sra. do Rosário, o Pilar e um eixo do Centro que abrange a Rua das Flores (fotos 07 e 08, no mapa 9). Mais afastado desse eixo central, a Vila dos Engenheiros, a sudoeste da cidade, é o único bairro que classificamos, também, como de *nível I* (fotos 05 e 02, respectivamente, nos mapas 9 e 10). Essas são áreas cuja predominância do uso da terra é o residencial e concentram ou estão próximas a instituições educacionais, serviços e lazer; esses bairros apresentam um elevado padrão construtivo ou, na área de tombamento, representam zonas que tendem a uma homogeneidade do “estilo patrimônio”, por uma menor descaracterização. Essas áreas coincidem, no mapa 10 – *Infraestrutura em Ouro Preto enquanto totalidade urbana* –, com os territórios de *Marcante Presença da Municipalidade* (todos os subsistemas de infraestrutura urbana).<sup>170</sup>

Não podemos nos esquecer de que a paisagem urbana pode ser definida como o conjunto de aspectos materiais (acrescentamos, simbólicos), através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos, ao mesmo tempo, enquanto entidade concreta e organismo vivo, como coloca Milton Santos, em *Manual de Geografia Urbana*. No entanto, ao mesmo tempo em que a paisagem esboça um dado do presente, ela reflete o movimento da sociedade, a metamorfose do urbano, o movimento da totalidade, na perspectiva da dialética espacial. Cabe-nos, nesse sentido, um esforço para a compreensão das contradições inerentes à

---

<sup>169</sup> O padrão construtivo de moradias está classificado como alto, médio, baixo ou precário. Para esta classificação, foram observados: material utilizado no acabamento e a tipologia da construção (casa térrea, sobrado, dimensão dos lotes, presença de varandas e áreas livres).

<sup>170</sup> “A engenharia urbana é a arte de conceber, realizar e gerenciar sistemas técnicos. O termo *sistema técnico* tem dois significados: o primeiro enquanto rede suporte, isto é, uma dimensão física, e o segundo enquanto rede de serviços”, afirma Zmitrowicz (1997, p. 08). Nessa perspectiva integra-se, no conceito de sistema técnico, sua função no território urbano, o serviço prestado à população e seus equipamentos e rede física. A classificação a seguir, elaborada por Zmitrowicz (1997), fornece-nos a visão de como a cidade funciona; todos os subsistemas estão relacionados e, no seu conjunto, devem ser tratados como sistemas de infraestrutura urbana: a) Subsistema Viário: consiste nas vias urbanas para atender ao transporte coletivo e de cargas; esse subsistema deve favorecer a ligação dos bairros com o centro e de todos os bairros entre si; deve atender a outros subsistemas urbanos, a fim de propiciar maior fluidez no território; favorecer a racionalização de logradouros, praças, quarteirões; é o subsistema mais caro da infraestrutura urbana (50%, diz Zmitrowicz, 1997); ocupa de 20 a 30% da terra urbana; é o subsistema mais vinculado aos usuários, quando os outros conduzem fluídos e este, pessoas; b) Subsistema de Drenagem Pluvial; c) Subsistema de Abastecimento de Água em todo o território; d) Subsistema de Esgotos Sanitários para toda a população; e) Subsistema Energético que atenda a todos os bairros; f) Subsistema de Comunicações que envolva todo o território usado. Tratamos como marcante presença da municipalidade a presença de todos estes subsistemas de infraestrutura no bairro. Como Razoável presença da municipalidade, quando da presença de, no mínimo, 3 subsistemas de infraestrutura no bairro. Será frágil a presença da municipalidade, quando ocorrer 2 ou menos subsistemas de infraestrutura. Os bairros que não apresentam o mínimo de assistência municipal foram tratados com “ausência da municipalidade”, no mapa 10.

operação de tal movimento, na busca da interligação existente entre as diferentes partes do território urbano, uma vez que distintas paisagens esboçam o modo de vida urbano de díspares classes sociais.

Identificamos como *Área Residencial de nível II* todos os bairros que partem do meio norte da cidade (Morro São Sebastião), passam pela monumental área de tombamento (Alto da Cruz – foto 04, no mapa 9 –, Antônio Dias e Barra), atingindo o centro-sul da cidade (Bairro da Lagoa – foto 06, no mapa 9 –, Bauxita e Vila Itacolomi). A oeste, o Passa Dez de Cima e a Vila Pereira (ambos fora da área tombada), o Cabeças, o Água Limpa, a Vila São José e o eixo do Centro, que vai da Rua São José à Rua Reinaldo Alves de Brito (na área de tombamento), também se enquadram nessa classificação. Esses bairros formam um território em que o uso residencial equilibra-se com outros usos; apresentam ou estão próximos a áreas com equipamentos de educação, lazer e serviços, além de possuírem de médio para elevado padrão construtivo. Na área tombada, representam zonas que tendem a uma hibridez do “estilo patrimônio”, ou seja, a tipologia colonial pode ter sofrido interferências significativas de construções contemporâneas (caso dos bairros Cabeças, Água Limpa, Antônio Dias e Alto da Cruz). A sobreposição do mapa 9 – *Área Residencial* – ao mapa 10 – *Infraestrutura Urbana* – aponta, exatamente, para o território ouropretano com marcante ou razoável presença da municipalidade (todos ou os principais subsistemas de infraestrutura urbana são presentes nos bairros).

No contexto do capitalismo, a distribuição da população e das atividades econômicas na terra urbana segue a regra básica pela qual quem pode mais, em termos de poder aquisitivo, melhor se localiza na estrutura das cidades, em relação ao emprego, à oferta de serviços urbanos, ao comércio e serviços em geral, especialmente os de cultura e lazer (CAMPOS FILHO, 1989). Como nos lembra Marcelo L. de Souza (2004a), um ponto de partida metodológico relevante para a Geografia e o planejamento territorial é o de que, ao objetivar o desenvolvimento socioespacial como a qualidade de vida e a justiça social para determinado local, a Geografia recorre à pesquisa social básica, teórica e empírica, para pensar o planejamento como estratégia de desenvolvimento e de mudança social positiva. As necessidades da população de Ouro Preto, bem como a verificação das *possibilidades* de empoderamento dos bens culturais, então, devem ser analisadas a partir de um diagnóstico de seu território, interpretando, também, os discursos diversos que ressignificam a cidade barroca em sua totalidade. A Geografia pode contribuir, teórico-metodologicamente, com a atividade do planejamento urbano atrelado às políticas de patrimônio, na perspectiva de compreensão da política que se inscreve em distintas escalas espaciais e no viés estratégico da participação popular nas tomadas de decisão sobre os rumos da “cidade histórica”.







No mapa 9, acompanhando a legenda, identificamos um grande arco que parte do Morro da Queimada (ao norte da cidade), passa pelo Taquaral (ao leste), segue o sul da cidade, no sentido do Novo Horizonte e se encerra no bairro Saramenha, a sudoeste. Toda essa mancha caracteriza uma grande *Área Residencial de nível III*. Temos, nesse território, a predominância do uso residencial e um precário ou inexistente atendimento em lazer, educação e serviços. Predomina o padrão construtivo médio e precário. As partes sul dos bairros São Cristóvão e São Francisco adentram a área de tombamento caracterizando, a noroeste deste limite, uma mancha precária na própria área tombada; parte do bairro Padre Faria também é favorecedor dessa tipologia na área de tombamento, perfazendo o que resolvemos denominar como zonas híbridas do “estilo patrimônio”. O mapa 10 - *Infraestrutura Urbana* -, sobreposto ao mapa 9, aponta para toda esta mesma área como de frágil presença da municipalidade (alguns subsistemas de infraestrutura urbana).

São expressivos os depoimentos de dois moradores, respectivamente, do bairro Novo Horizonte e do bairro N. Sra. do Carmo, ao apontarem, mais uma vez, para o protagonismo da Alcan no processo de periferização ocorrida na cidade, após a década de 1950. A fala desses residentes também nos revela o quanto a história desses bairros está vinculada à ausência de políticas urbanas em prol de uma melhor qualidade de vida para a população residente fora do centro.

O terreno era de Maria Helena Pedrosa, que foi vendendo os lotes, sem nenhuma infraestrutura antes. Eu sou aposentado da Novelis (antiga Alcan) e vim na década de 1960, de Santa Cruz do Descalvado, próximo de Viçosa, bem distante daqui. **Aqui falta água, não tem bom esgoto, tanto que jogo o meu aí pra baixo, porque o terreno favorece, né?** O povo desse bairro vem da redondeza de Ouro Preto.<sup>171</sup>

(...) **fiquei 30 anos sem luz, tamanho o descaso com o bairro, alegava, lá na prefeitura, que a energia não podia atravessar o asfalto, além da água tratada no Itacolomi abastecer apenas parte desse bairro aqui, a maioria vai para a Bauxita, a de melhor qualidade.** A própria água atravessava o asfalto por mangueiras, cada uma para um conjunto de casas, até 1990, depois a prefeitura encanou. No tempo da Alcan, tinha uma catação de ferros que acontecia aqui perto, empregava a população do bairro, junto com uma panificadora, empregava até de menor.<sup>172</sup>

Não é novidade que as municipalidades têm por dever atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o de habitar com dignidade. Conforme Campos Filho (1989), isso está se tornando importante reivindicação política dos movimentos sociais urbanos. Isso quer dizer que ter o cidadão um casa singela, com transporte para o trabalho (e para o centro histórico) e algum lazer (no centro e em seu bairro), os serviços essenciais à saúde, como água

---

<sup>171</sup> Entrevista do senhor Antônio Neto, 70 anos – um dos moradores mais antigos do Bairro Novo Horizonte – concedida ao autor, em 23 de agosto de 2010.

<sup>172</sup> Entrevista do senhor Valdir Rodrigues, 51 anos – morador antigo do bairro N. Sra. do Carmo – concedida ao autor, em 24 de agosto de 2010.

potável, com a drenagem da água, tanto a insalubre como a destruidora de sua moradia (inundações), e os serviços essenciais à sua segurança, como ruas iluminadas e transitáveis o ano todo, *é o mínimo para que possamos falar em preservação ou democratização do patrimônio urbano* nas “cidades históricas”. As fotos 01, 02, 03 e 10 do mapa 9, junto às fotos 03 a 12 do mapa 10, apontam-nos para a realidade de parte dos bairros que classificamos como *Área Residencial de nível III*, em Ouro Preto.

Ainda nessas áreas de médio para baixo padrão construtivo e que apresentam uma frágil presença da municipalidade, identificamos o que tratamos como enclaves onde “*o morar se desempenha de forma não desejada e não própria para a vida digna, com baixíssimo padrão construtivo ou ausência mínima de infraestrutura urbana*”. Apontamos essa classificação para o bairro Sta. Isabel como um todo (que, inclusive, não aparece no mapa de zoneamento do município), e enclaves específicos no São Cristóvão, São Francisco, Morro São João, Morro Santana, Taquaral e Santa Cruz, como pode ser identificado no mapa 9.



Fotos 48 e 49 – Respectivamente, moradia em área de risco no bairro São Cristóvão e conjunto de casas construídas em área de risco no bairro Santa Cruz. Fotos do autor / junho de 2010.

Todos os bairros da faixa norte da cidade de Ouro Preto estão localizados em uma longitudinal e ampla área de risco, classificada pela própria Prefeitura de Ouro Preto, no Mapa de Risco do Distrito Sede, como “*Risco 3 – recomenda-se não construir*”. Na realidade, a característica topográfica do sítio em que Ouro Preto se desenvolveu, desde o século XVIII, com fortes acidentes de relevo, forçou a ocupação das melhores áreas, inicialmente, restando para o processo de periferização, no decorrer do século XX, as áreas de maior risco na cidade, que coincidem com a localização da população de baixa renda, ou seja, com as áreas ocupadas após a década de 1950.

A cidade em tela é, dentre as “cidades históricas” brasileiras, importante centro de produção material e de produção simbólica; lugar de reprodução e consumo imagéticos; representa um relevante nó da ampla *Rede do Patrimônio Mundial* tratada no capítulo 4. No

entanto, todas suas potencialidades e valores simbólicos devem beneficiar, em primeiro plano, a população local, para não termos um Patrimônio Mundial que deixe de ser, pouco a pouco, referência local. Como nos lembra Milton Santos, em *Por uma economia política das cidades*, “a cidade se torna ainda o meio de trabalho para a maior parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas”.

Carlos Nelson Santos, então arquiteto do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, em 1987, em uma mesa redonda de um evento do IPHAN, já afirmava a necessidade de políticas de preservação de áreas inseridas num uma consciência maior do urbano, “o que é verdadeiramente a política” (SANTOS, 1987, p. 123). Na mesma mesa redonda, Vera Bosi (1987) salientava o problema das ações pontuais, especialmente, nos núcleos tombados, considerando a importância de se analisá-los em sua globalidade, de maneira que o que deve ser preservado não é aquilo que os administradores acham que o deve, mas o que “os moradores e usuários acham que deve ser preservado”. Afirmamos, mais uma vez, que a *globalidade do núcleo tombado* encontra-se para além dos limites dados pelo tombamento.

No discurso do Plano Diretor – o documento em si – há um ponto importante denominado *Produção da Cidade*, em seu capítulo VI, onde se diz que o objetivo é a geração e a manutenção de assentamentos urbanos social e funcionalmente diversificados, dotados de adequadas condições de habitabilidade, sustentabilidade e possibilidade de desenvolvimento social e econômico. Para tanto, afirma-se o dever de procurar políticas de parcelamento, ocupação e uso do solo, expansão urbana e habitação de interesse social, em consonância com as diretrizes de proteção do patrimônio urbano. “Habitação é entendida como a moradia provida de infra-estrutura básica, de serviços urbanos e de equipamentos comunitários (...) habitação de interesse social é aquela destinada à população cujo poder aquisitivo familiar está abaixo das faixas de financiamento praticadas pelo mercado, ou para a população moradora em condições precárias de habitabilidade” (PREFEITURA DE OURO PRETO, 2006, p. 13).

Ora, por muitos momentos, o Plano aponta para a necessidade de políticas de ordenamento territorial atreladas à prática da preservação, o que é relevante. Contudo, nas observações de campo e nas falas da população, essas questões levantadas pelo Plano Diretor não são identificadas. Se uma diretriz para a Política Municipal de Habitação de Interesse Social é a “garantia a toda a população de condições dignas e seguras de moradia”, o que dizer da grande mancha de *Área Residencial de nível III e enclaves de nível IV*, passando pelo norte, leste, sul, sudoeste e nordeste da cidade? De pouco adianta teorizar sobre Programa de Urbanização de Assentamentos Precários; Programa de Regularização Fundiária; Programas

de Produção de Unidades Habitacionais de Interesse Social ou de parcerias entre setor público e privado para consecução de objetivos sociais, ou Programa de Arquitetura e Engenharia Públicas, como aponta o Plano Diretor, sem o efetivo ordenamento socioterritorial que atenda a toda a população, que extrapole os limites do tombamento, em prol do próprio patrimônio.

É interessante notar como o termo *planejamento urbano* designa – ou na prática ou no discurso – a ação do Estado sobre o território urbano, caracterizado por uma pretensa visão geral ou de conjunto; o planejamento urbano, então, pode ser visto, ora como um produto, ora como um processo (VILLAÇA, 2002). Os problemas que emergem nas chamadas “cidades históricas” são causados pelo seu crescimento desordenado – pela negligência ao planejamento –, de maneira que um planejamento “integrado” ou de “conjunto” – e não apenas a gestão do conjunto tombado –, tratando o tecido urbano e a sociedade em sua globalidade, seria fundamental para solucioná-los.

O planejamento urbano junto às políticas de patrimônio deve assumir, assim, o entendimento da “razão” que move e ordena as cidades, o papel da ciência em seu pensamento e a relevância do Estado no processo, na perspectiva de uma crítica que vise a cidade como um processo, como uma parte da “totalidade-mundo” em movimento; só com esse enfoque podemos captar o conteúdo de “verdade”, a “coisa em si”, que representa uma “cidade histórica”; só nesse entendimento poderemos caminhar para o *empoderamento* dos bens culturais por parte da população local.

São muito significativos os depoimentos de dois ouropretanos funcionários da Prefeitura de Ouro Preto, um arquiteto e outro diretamente ligado ao turismo, pois nos remetem à proposta da tese,

Aqui em Ouro Preto, a **prefeitura não tem um canal de diálogo com a população, falta consciência da população em relação à cidade, ao que a gente precisa. O modelo de administração é centralista como nos dos últimos 300 anos de história da cidade. Os grandes problemas da cidade hoje são o planejamento urbano como um todo**, especialmente a questão da água, do transporte e da participação social nas tomadas de decisão e organização do território.<sup>173</sup>

**Falta em Ouro Preto melhor divisão e distribuição de renda para o povo, que está sendo expulso da cidade. Falta infraestrutura urbana, cadê o transporte? Isso é transporte? Falta envolver também a comunidade com o turismo. Falta relação humana no turismo enquanto atividade econômica, e aí deve estar inserido o residente. Não se fala a língua de uma cidade tradicional de 300 anos de história.**<sup>174</sup>

Para não perdermos de vista a relevância deste segundo depoimento, ao dizer o funcionário público que “falta envolver também a comunidade com o turismo”, cabe um

---

<sup>173</sup> Entrevista concedida por um arquiteto ligado à Prefeitura de Ouro Preto, no dia 10 de abril de 2010.

<sup>174</sup> Entrevista concedida por um funcionário da Prefeitura de Ouro Preto, ligado ao turismo, em 11 de abril de 2010.

breve parêntese. Essa questão pode ser uma potencial estratégia não apenas econômica, mas uma das perspectivas para que se consubstancie o *empoderamento* popular dos bens culturais, quando essa mesma população afirma-nos ser favorável tanto ao turismo quanto à presença do turista em Ouro Preto. Os gráficos abaixo são reveladores, então, de uma possibilidade de *empoderamento* do patrimônio cultural da cidade por meio de ações que envolvam a comunidade, diretamente, com o turismo, uma vez que essa população só se sente incomodada com tal prática em determinados eventos, como o Carnaval – especialmente os moradores do Centro –, como indicaram os vários relatos.

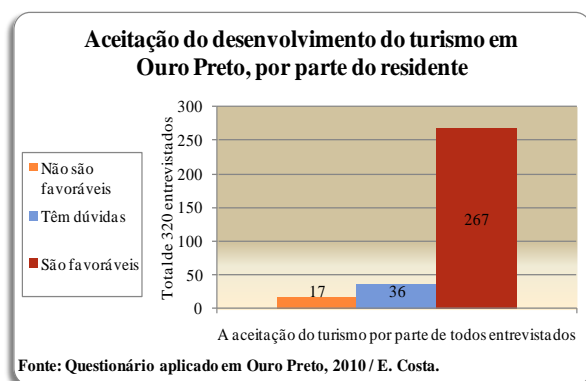


Gráfico 15

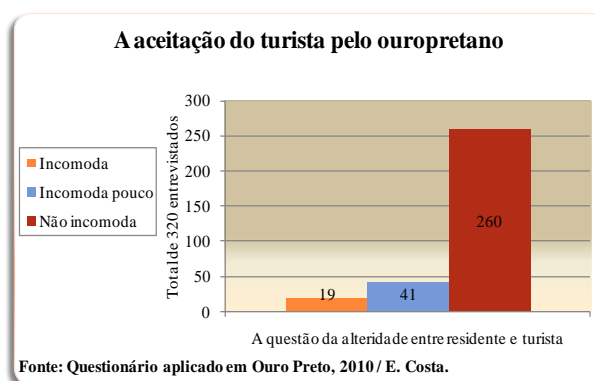


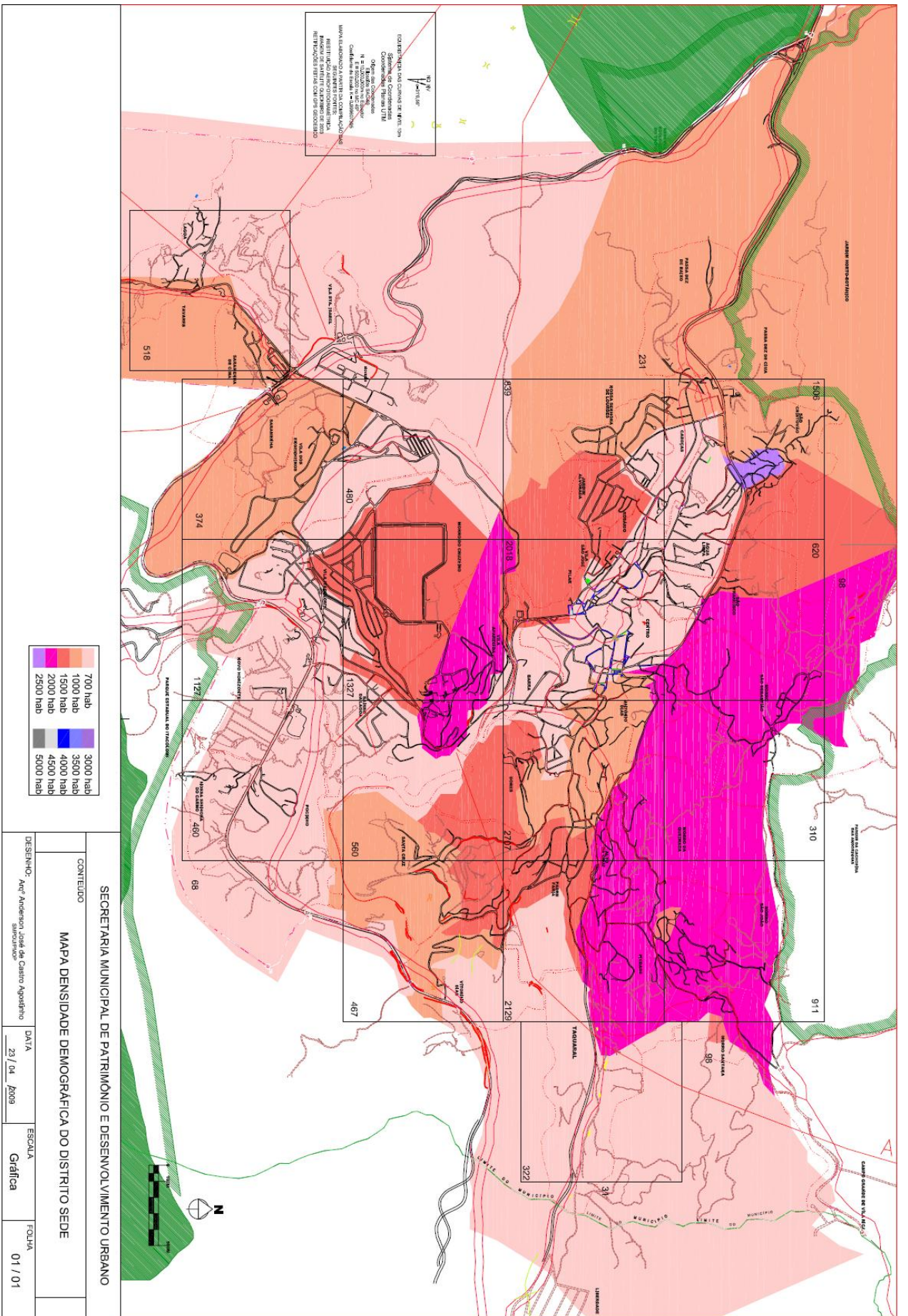
Gráfico 16

Conforme um morador do Centro, com uma visão crítica, inclusive dos problemas pelos quais passam a população das periferias da cidade, que foi e é atraída pela possibilidade de melhores condições de vida,

Em Ouro Preto falta segurança pública para os grandes eventos, você lota essas ruas estreitas, se alguém passa mal também, dá o maior problema. **Aqui a população paga pelo turismo, como o próprio turista. Agora, fazer o que? Essa indústria sem chaminé é a vocação da cidade, logo precisa ser cuidada, né?** A proximidade de Belo Horizonte é responsável pela depredação em Ouro Preto, especialmente no Carnaval. **Falta na cidade um trabalho mais sério nas periferias, pois estão concentrando os problemas mais graves da cidade, pois chegam aventureiros acreditando na cidade, no turismo, e acabam sendo jogados aí nos morros.**<sup>175</sup>

<sup>175</sup> Entrevista concedida por João Carlos de Mesquita, morador do Centro Histórico, em Ouro Preto, em 11 de fevereiro de 2010.







Pensar a “cidade histórica” em sua totalidade urbana exige-nos apontar as evidências do movimento das contradições entre o *planejar* e o *preservar*. Para tanto, sobreporos os mapas que elaboramos e já esmiuçamos aos mapas de zoneamento e densidade demográfica de Ouro Preto, propostos pela Prefeitura Municipal. Logo, para a imaginada e necessária imbricação planejamento urbano/políticas de patrimônio, para a realidade territorial ou a *situação geográfica* desta cidade Patrimônio Mundial apresenta-se:

- a) As áreas de maior densidade demográfica apontadas pelo mapa da Prefeitura são: todo o eixo longitudinal norte da cidade, que vai do bairro São Cristóvão e se estende até o Taquaral; mais o Padre Faria, o N. Sra das Dores, o Pilar, a Vila São José e o Rosário (esses localizados na área de tombamento); também a parte sul e sudoeste limítrofe ao núcleo tombado, que abarca a Vila Aparecida e o Jardim Alvorada. Ao observarmos os mapas 9 e 10 e sobrepondo-os ao mapa de densidade demográfica, fica claro que os bairros mais carentes (*Área residencial de nível III e IV e de frágil ou razoável presença da municipalidade*) são os mais adensados e que surgiram com o advento da indústria de alumínio em Ouro Preto. Alguns dos bairros menos populosos (Cabeças, Centro, Barra, Bairro da Lagoa) são os de melhores condições de habitabilidade (infraestrutura, relevo e padrão construtivo). As contradições entre o habitat, a habitação, os meios de transporte, a mobilidade urbana, a publicidade da e na cidade são alguns dos elementos que a compõe, são produtos e produção da cidade. Cidade que esboça, cada vez mais, diferenças qualitativas de locais de morada e do lazer, direcionadas cada vez mais a públicos seletos. “Processo inevitável de dissolução das antigas formas, sem dúvida, mas que produz o sarcasmo, a miséria mental e social, a pobreza da vida cotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional” (LEFEBVRE, 2001, p. 82).
- b) O mapa de densidade ainda traz algumas ruas da área central de Ouro Preto com elevado índice populacional, o que foi constatado no mapa 5 do capítulo anterior. Isso revela o significativo caráter residencial da área tombada de Ouro Preto. Cabe destacar, conforme a escala ampliada do Centro, nos mapas 9 e 10, a marcante presença da municipalidade neste território, além do caráter mais homogêneo do “estilo patrimônio”, na área tombada (foto 01, mapa 10). O “centro” da cidade, então, se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana mais complexa que nos setores ao seu redor. Dada a sua hibridez, no que diz respeito aos usos e apropriações, ele se constitui no nóculo principal da rede de vias urbanas – que acompanham o traçado longitudinal da cidade – e, por assim dizer, um referencial material preponderante do ouropretano. Afirmamos que “um referencial material – por vezes, simbólico” da vida do morador, pois, conforme depoimentos, “em Ouro Preto, as pessoas de baixa renda sofrem muito. Os bairros são esquecidos nos altos de morro, eles cuidam do meio da cidade né? Os cantos ficam a deus dará. No centro a gente vai para fazer algumas compras ou pagar coisas que a gente só consegue lá”.<sup>176</sup> Ou ainda, outro depoimento revela que “essa cidade não foi feita para as pessoas de Ouro Preto não, ela foi feita

---

<sup>176</sup> Entrevista concedida por Lucia Maria Trindade, moradora do bairro São Cristóvão, em Ouro Preto, em 07 de fevereiro de 2010.

para estudantes e para os turistas; de vez em quando eu vou no centro pra pagar conta ou comprar alguma roupa”.<sup>177</sup> “A cidade explora o turismo e a gente junto, a população paga o mesmo preço do turista, em tudo, tá ficando cada vez mais difícil ir no centro comprar as coisas, pra pagar, nem se fala”.<sup>178</sup> O gráfico seguinte revela-nos a representação do Centro Histórico no imaginário do ouropretano, nos indicando três principais perspectivas, na sequência: *espaço do turismo*; *espaço de comércio e serviços*; *espaço da história, da tradição e da cultura*. Logo, longe de tratarmos o centro de Ouro Preto como banalizado por uma cenarização progressiva – apesar de capturado sim pela *patrimonialização global* –, os próprios usos atinentes a ele ainda representam uma *possibilidade* de empoderamento por parte da população, pela própria necessidade coletiva (produção, circulação e consumo) em relação ao mesmo – por mais que isso se efetive precariamente para alguns. Como é na “interação social que se estabelece o valor dos bens culturais e que se produz um universo simbólico estruturado por sentidos e significados que irão legitimá-lo” (PAES, 2010, p. 21), podemos afirmar que falta uma abertura política ampla e de diferentes agentes e atores sociais para o *empoderamento* mais amplo do acervo cultural pela população total do município, pois a característica funcional do centro favorece as mais amplas interações sociais; ainda é um território propício ao *empoderamento* simbólico dos bens.

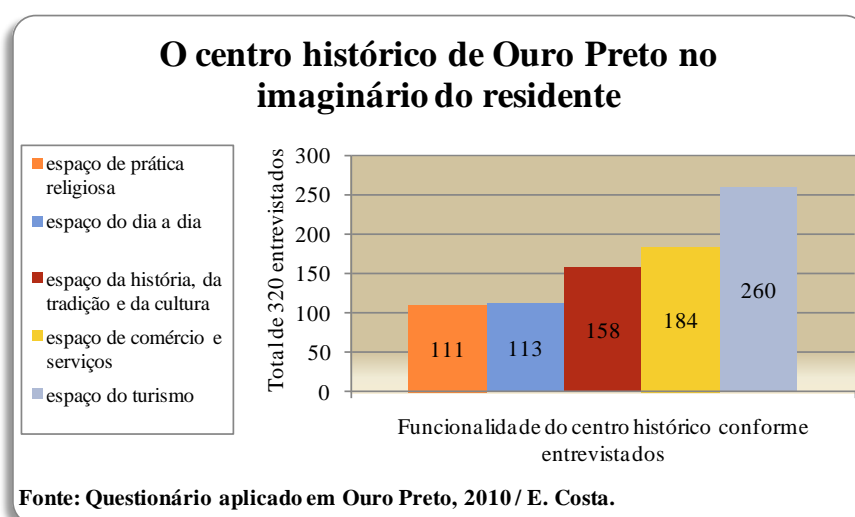


Gráfico 17

- c) O mapa de zoneamento aponta como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS – áreas em que há o interesse público em: ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou, ainda, implantar empreendimentos habitacionais de interesse social): o São Cristóvão, o Morro São João, o Morro Santana, o Morro da Queimada, o N. Sra. da Piedade, o Taquaral, o Alto da Cruz (parte norte) e o Sta. Cruz. Esses são bairros dos mais carentes de Ouro Preto, indicados em nossos mapas como de precária infraestrutura urbana e de baixo nível residencial (ver fotos dos mapas 9 e 10). Apesar do zoneamento tratar tais áreas como ZEIS, não verificamos,

<sup>177</sup> Entrevista concedida por Denilson Martins, morador do bairro São Cristóvão, em Ouro Preto, em 07 de fevereiro de 2010.

<sup>178</sup> Entrevista concedida por Henrique Costa Mariano, morador do bairro Bauxita, em Ouro Preto, em 03 de fevereiro de 2010.

até o momento, operações positivas em prol de melhorias das condições de vida nessas áreas. O nível de urbanização encontra-se mais precário, justamente, nesses bairros em que se afirma serem de “especial interesse”. Esta é a população mais próxima – geograficamente – e mais apartada – socialmente – da área central de Ouro Preto. Nessas áreas a operação *planejamento / políticas de patrimônio* deve atuar com maior vigor, para fazer do centro histórico um território “chegável” e “alcançável” para tal população. Conforme uma moradora do bairro São Francisco, “tem uns 15 anos que esse bairro foi mais ocupado. Não tem nada no bairro para as crianças brincar. **Curioso, né? É um bairro que não tem nada e é pertinho do centro, a gente conseguiu as coisas com muita dificuldade. Ângelo [o prefeito] fez um calçamento, quer dizer, a gente não pode queixar muito dele não, né? Falta água e esgoto sim, mas o bom é que a gente mora perto do centro né?”**<sup>179</sup>. A fala da senhora Maria de Lourdes indica-nos o referencial simbólico do centro para a mesma. A proximidade do centro representa um atributo de satisfação e identidade que suplanta, inclusive, as carências que não permitem uma vida digna na cidade, como a falta de água e esgotamento sanitário. Nesse movimento, que não permite a relação direta entre *planejamento urbano / políticas de patrimônio*, está a lógica do capital imobiliário e financeiro. A escassez de recursos públicos – ou o desinteresse político em equalizar sua distribuição nas cidades – vem acumulando um gigantesco déficit na oferta de infraestrutura e de serviços urbanos em Ouro Preto; as poucas áreas que recebem esses melhoramentos públicos – as mais centrais ou as novas centralidades da periferia, como vimos no mapa 5 – supervalorizam-se pela enorme diferença de qualidade que oferecem face às áreas precarizadas. A escassez ou a má distribuição dos recursos públicos destinados às cidades leva à ampliação da renda diferencial imobiliária, que se traduz na ampliação da diferença de preços de terrenos, de imóveis construídos e de seus aluguéis; reflete na paisagem urbana e nas *possibilidades* de acesso ao centro histórico e na democratização dos bens simbólicos.

- d) Cabe observar, também, que os bairros Vila Aparecida, Vila Pereira e São Francisco, figuram no mapa do zoneamento como Zona de Intervenção Especial (ZIE – são áreas que demandam recuperação ambiental, em função da presença de processos erosivos ou de outras formas de degradação resultantes da ação do homem sobre o ambiente). São bairros localizados em áreas de risco geológico e, os dois primeiros, encontram-se densamente ocupados. O bairro São Francisco é de ocupação mais recente e apresenta variados problemas de infraestrutura urbana, como já mencionado.
- e) Aparece como uma contradição, também, a Vila dos Engenheiros e o Morro São Sebastião por serem destacados no zoneamento como Zona de Adensamento Restrito (ZAR – são áreas de ocupação e uso da terra limitados por: ausência ou deficiência da infraestrutura de drenagem, de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário; precariedade ou saturação da articulação viária externa ou interna; condições topográficas, hidrográficas e geológicas desfavoráveis; interferência sobre o patrimônio cultural ou natural). Como se averigua nas fotos abaixo, nenhum dos dois

---

<sup>179</sup> Entrevista da senhora Maria de Lourdes Mendes, 68 anos – moradora mais antiga do bairro São Francisco – concedida ao autor, em 28 de agosto de 2010.

bairros esboçam precariedades ou as piores condições geológicas ao adensamento, ao contrário, são dois bairros que, segundo o mapa 5, configuram novas áreas de expansão urbana contempladas pela classe média e média alta de Ouro Preto. Não podemos perder de vista a noção de que o território urbano é ordenado desigualmente, de forma que a oferta de equipamentos e infraestrutura urbana, além do padrão habitacional, distoante entre áreas valorizadas e áreas precarizadas, é a mais latente desigualdade que se territorializa em nossas cidades.



*Fotos 50 e 51 – Vila dos Engenheiros e Morro São Sebastião, respectivamente, apontados no zoneamento da Prefeitura como Zonas de Adensamento Restrito. Contudo, são áreas de nova expansão urbana, apropriada pela classe média e média alta da cidade. Fotos do autor / junho de 2010.*

Nossos mapas 9 e 10 apontam os dois bairros como *Áreas Residenciais de Nível I e Nível II*. Apesar do bairro São Sebastião apresentar alguns enclaves de nível residencial inferior, a parte mais elevada do bairro vem sendo apropriada por uma nova elite de Ouro Preto, ligada à UFOP, à indústria e ao turismo. Se podemos pensar e planejar “cidades legais” e “cidades ilegais” – como destacam geógrafos e arquitetos – por um lado, por outro, devemos entender que mesmo a “cidade ilegal” é “real”. Se uma parcela da cidade segue o rigor da legislação do zoneamento e da construção civil, há a parcela na qual a grande parte da população urbana ocupa precariamente, onde vigoram os planos e a ordem possíveis a partir dos sujeitos que ali residem. O desenvolvimento de cidades legais para toda a coletividade, é condição primeira para a preservação e a democratização do patrimônio.

- f) A Zona de Proteção Especial (ZPE – áreas que contém os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar) engloba a monumental área de tombamento federal, indicada em todos os mapas apresentados. Por ser tratada como “área que contém os valores essenciais a serem preservados no conjunto urbano”, apontamos como uma grande contradição do movimento entre o *planejar* e o *preservar*. O zoneamento aponta essa área como prioritária da preservação, e os nossos mapas 9 e 10 apontam para a concentração da infraestrutura urbana, bem como para os melhores índices de áreas residenciais, justamente na ZPE. Podemos dizer que se operacionaliza, então, planejamento e preservação de patrimônio, especialmente, na área tombada, ficando os

demais bairros relativamente apartados da necessária articulação *planejamento urbano / políticas de patrimônio*. Pode ser inócua a tentativa de difusão de Políticas de Educação Patrimonial, por exemplo, em áreas precárias do ponto de vista da vida urbana. Como falarmos em patrimônio cultural para uma população apartada de sua cidade, com pouco poder de *mobilidades*? Como tratarmos do simbólico do patrimônio ou do valor do centro histórico com crianças e adolescentes mal nutridos, com déficits de aprendizagem ou com pouco ou nenhum acesso à recreação e ao lazer? Essa é a realidade dos bairros mais carentes de Ouro Preto. Preservação de patrimônio requer vida digna nas “cidades históricas”.



Foto 52 – Precárias condições de vida no bairro São Cristóvão. Foto do autor / jan. 2010.

- g) São integrantes da Zona de Adensamento (ZA – passível de maior crescimento populacional em virtude de condições favoráveis de topografia, ambientais e de infraestrutura existente) os bairros: Morro do Cruzeiro / Bauxita, Vila Itacolomi, Bairro da Lagoa, Nossa Senhora de Lourdes e o Jardim Alvorada. Conforme o mapa 5, esses são os bairros de maior valor da terra urbana, de grande especulação imobiliária – tanto pelo dinamismo impresso pela UFOP na cidade quanto pelo turismo e a indústria de alumínio. Logo, são passíveis de adensamento as áreas valorizadas, pois, pela lógica, localizam-se em terrenos mais favoráveis à ocupação na Ouro Preto que já “nasceu barroca pela própria orografia” (MACHADO, 1973). O Plano Diretor preconiza uma Política de Desenvolvimento Social, protagonizando “**o papel da democratização do acesso à moradia, à educação, à saúde, ao esporte, ao lazer, à cultura**, ao abastecimento e aos demais serviços e equipamentos públicos, **de forma descentralizada**, na busca da melhor qualidade de vida e o pleno desenvolvimento individual e coletivo da população, afirmando que promoverá ações na busca desses objetivos”. Porém, o que averiguamos em campo e está expresso nos mapas é a

concentração territorial das *possibilidades* de uma vida digna em Ouro Preto. “La no centro tem tudo, eles veem qui como favela, mas você acha que aqui é favela? É difícil, moço!”<sup>180</sup> “Ouro Preto é uma maquiagem, uma mentira, cadê o planejamento do trânsito dessa cidade, o cuidado com os morros?”<sup>181</sup> Frente a esses problemas apresentados pela população, o Secretário de Turismo de Ouro Preto afirma que “hoje nossa visão, missão, valores, é ser o **melhor município histórico brasileiro pra se viver, investir e visitar**, estamos com um trabalho para isso, estamos com muito trabalho para isso. Estamos prestes para ser uma cidade base de sede da copa de 2014. Hoje o turismo é uma prioridade para Ouro Preto.”<sup>182</sup>

- h) Parte da área caracterizada como Zona de Proteção Ambiental (ZPA – área a ser preservada ou recuperada em função de suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico e paisagístico), revelada no mapa de zoneamento, encontra-se densamente ocupada, ou seja, ao sobrepor os mapas de zoneamento e de densidade demográfica, aos de áreas residenciais e o de infraestrutura urbana, fica notório que a população mais carente de Ouro Preto reside nas áreas de maior risco geológico da cidade. Nesse sentido, se cada homem vale pelo lugar onde está ou se o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território, como afirma Milton Santos, em *O espaço do cidadão*, fica mais penosa a democratização ou a preservação do patrimônio, quando esses cidadãos encontram-se desvalorizados em seu território. A preservação do patrimônio ou a gestão do centro exige o positivo planejamento urbano total da “cidade histórica”. “A possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam” (SANTOS, 2007, p. 107).

Podemos enumerar alguns tipos de segregação urbana que caracterizam a *situação geográfica* de Ouro Preto, o movimento das contradições entre o *preservar* e o *planejar*:

- 1) Verificamos uma relação – que não é oposta, mas complementar – entre o centro e a periferia (ver gráficos abaixo), onde prevalecem as diferenças do preço da terra, do padrão e da tipologia das construções, dos usos e das ocupações. Podemos dizer que o debate da dialética valores de uso e valores de troca ganha uma nova dimensão nas denominadas “cidades históricas”. É impossível tratarmos desses pares contraditórios sem, contudo, repensarmos o papel do valor simbólico nesse *jogo*. É justamente o simbolismo incorporado, historicamente, pela área central dessas cidades barrocas que conduz tanto aos usos quanto às trocas, reciprocamente, nessas cidades. Logo, falarmos em *dialética da memória* torna-se significativo quando da necessidade de desvendamento dos sentidos que o patrimônio adquire, gradativamente, para a população local. Estariam os usos diversos, as apropriações, a

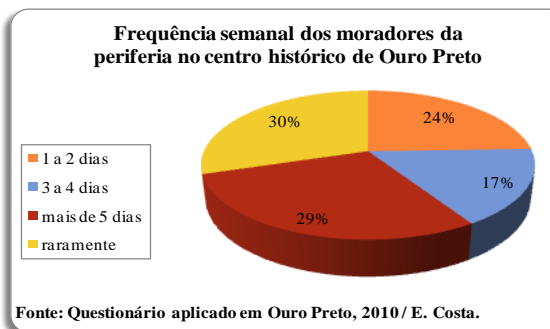
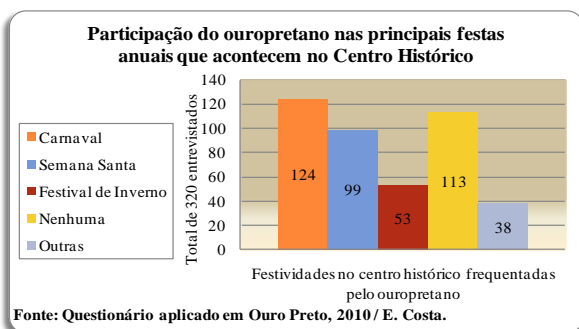
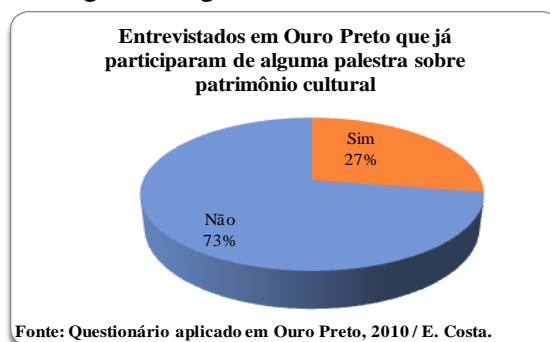
---

<sup>180</sup> Entrevista concedida por Igor Alvaro Oliveira, morador do bairro São Cristóvão, em Ouro Preto, em 07 de fevereiro de 2010.

<sup>181</sup> Entrevista concedida por Maria Antônia da Conceição, moradora do Centro Histórico, em Ouro Preto, em 09 de fevereiro de 2010.

<sup>182</sup> Entrevista concedida por Francisco de Assis (Secretário de Turismo de Ouro Preto), em 17 de agosto de 2010.

gestão do patrimônio (que busca projetá-lo, é claro) conduzindo, paradoxalmente, ao esquecimento desses bens por parte da população despossuída das periferias de Ouro Preto? As condições de vida na cidade barroca favorecem a ampla circulação e a possibilidade de vida digna no território urbano? O que podemos dizer é que, apesar de todos os problemas que a cidade apresenta, as atividades de campo e a cartografia levantada apontam-nos para a *possibilidade* de empoderamento do centro histórico e dos bens culturais por parte da população. É bom frisar, constitui-se em uma *possibilidade* a ser operacionalizada por meio do envolvimento coletivo, pois o chamado “centro histórico” apresenta-se enquanto território necessário à vida do ouropretano, de acordo com os gráficos 16 a 19, abaixo. Como vimos no capítulo anterior e nos mapas 3, 4 e 5, o centro é caracterizado por uma hibridez dos usos e das apropriações que nos remete a tal possibilidade, quando a cidade constitui um meio material para uma maior socialização das forças produtivas e de consumo, sobretudo, simbólico, envolvendo tanto turistas quanto parte dos moradores. Contudo, a falta de interesse de se criar melhores condições de vida nos bairros carentes de Ouro Preto, as ações isoladas e, por vezes, elitizadas de Políticas de Educação Patrimonial – por isso com pouco resultado –, a negligência dos agentes envolvidos com a gestão e a administração pública para com o potencial de empoderamento que representa o centro de Ouro Preto, são alguns dos entraves encontrados, hoje, para que se consubstancie a plena democratização dos bens culturais da cidade. Em suma, esses gráficos apontam para a *possibilidade* de se fazer do centro histórico um lugar de memória ou um território de identidade “chegável” e “alcançável” por toda a população local. Se, por um lado, 46% da população considera acessíveis as festividades que ocorrem no centro e participam das principais festas, especialmente as religiosas, além de boa parte da população acusar frequentar o centro pelo menos 4 dias durante a semana, por outro lado, apenas 27% dos entrevistados afirmaram ter participado de alguma palestra sobre o patrimônio cultural, ao longo de sua vida na cidade. Seguem os gráficos 16 a 19.



2) Outra questão identificada é o zoneamento que favorece a implantação de moradias reservadas a distintas camadas sociais mais ou menos privilegiadas, o que esboça o caráter político-hegemônico do planejamento da cidade. Isso foi identificado quanto ao bairro Vila dos Engenheiros que, com uma topografia favorável à ocupação e com a presença de todos os

subsistemas de infraestrutura urbana, aparece no zoneamento como Zona de Adensamento Restrito (ZAR) – como uma região predominantemente desocupada na qual as condições de relevo, as características de risco geológico e a desarticulação do sistema viário exige a adoção de parâmetros da ocupação de baixa densidade demográfica. Aparecem como Zonas de Adensamento (ZA) os bairros com uma presente pressão imobiliária, representantes dos eixos de expansão urbana da classe média e alta de Ouro Preto, sendo eles os bairros N. Sra. de Lourdes e o Jardim Alvorada. São duas análises que parecem convergir para interesses particularistas. Como nos lembra Villaça (1998, p. 355), “a segregação das classes dominantes é um mecanismo necessário para otimizar a apropriação, em proveito delas, das vantagens do espaço desigual”.

3) Ouro Preto reflete uma dispersão concentrada das funções urbanas por zonas geograficamente distintas e específicas no território: zona de comércio e consumo turístico e local de baixo e alto padrão – de forma híbrida – na área de tombamento (mapas 4 e 5); eixos comerciais e de serviços em determinados pontos estratégicos do território que favorecem a permanência da população em alguns dos bairros, sem a constante necessidade de deslocamento até o centro; grandes manchas urbanas de uso estritamente residencial, com precário ou inexistente atendimento em comércio e serviços, de forma que essa população necessita se deslocar até o centro e, contraditoriamente, é a população com menor poder aquisitivo para pagar pelo transporte coletivo (precário, quando existe) e circular na cidade. Essa análise possibilita-nos verificar que, na luta pela posição social e pela conveniente seleção espacial dentro da cidade, as diferenças e interdependências contribuem para determinar que território as pessoas consideram desejável, e até que ponto lhes é possível obtê-lo com a parcimônia da municipalidade (VILLAÇA, 1998).

Podemos ter, na mesma área urbana, um conglomerado de pessoas de mesmas características entre si, forjando uma segregação voluntária ou não, por opção de um grupo ou por força da *situação geográfica* em que se encontram os indivíduos ou uma classe na cidade – o que redundaria na morfologia de bairros ou áreas. A isso denominamos *zonas homogêneas* ou *zonas híbridas* do território urbano. A segregação ocorre pela disputa de classes por *localizações*; ocorre, às vezes, segregação étnica, por nacionalidade e por culturas; cumpre apontarmos a segregação induzida ou a auto-segregação, que se dá por poder aquisitivo (VILLAÇA, 1998); a segregação entre o centro e a periferia esboça uma segregação por classes. Porém, paradoxalmente, em Ouro Preto, tal segregação tem como força contra-hegemônica o próprio centro, por representar o *locus* de dependência diária da população – ou parte dela. Identificamos, nessa complexidade, mazelas no centro e centralidades positivas na periferia. A distância social expressa-se, pois, na estratificação urbana, tem expressão no território e na paisagem da cidade. Ao mesmo tempo em que a segregação urbana favorece uma homogeneidade de zonas distintas, como expressão espacial, permite a distinções socioqualitativas entre tais zonas; há uma diferenciação espacial, em Ouro Preto, que esboça, indubitavelmente, uma hierarquia intra-urbana. Por isso, alguns bairros tendem a uma homogeneidade socioespacial latente, formando territórios específicos; zonas homogêneas ou zonas híbridas a caminho de uma homogeneidade, onde os atributos *localização* e



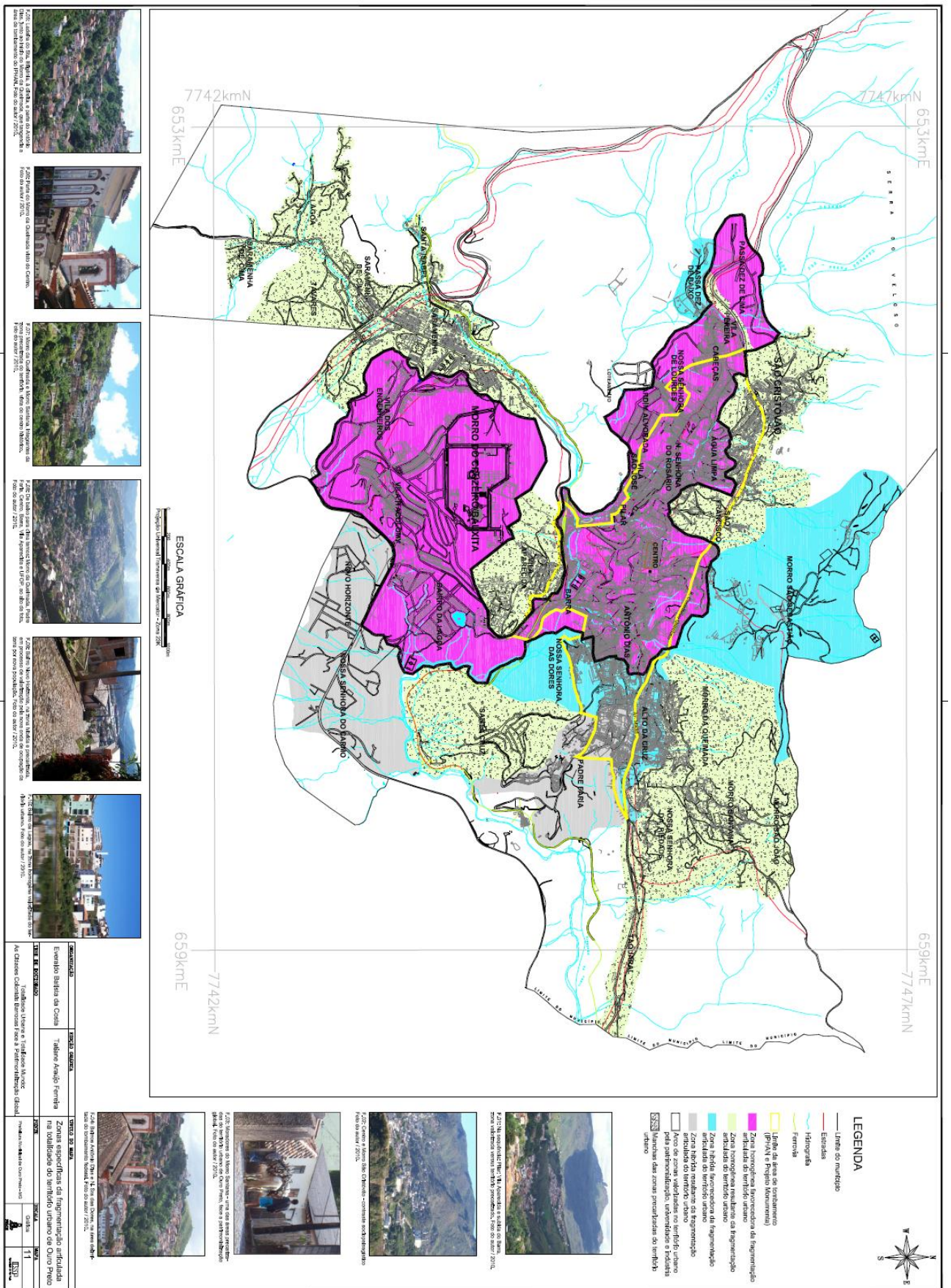
*acessibilidade* são determinantes – e devem ser entendidos para muito além de uma perspectiva geométrica ou arquitetônica do espaço.

Nosso mapa 11 – *Zonas específicas da fragmentação articulada na totalidade do território urbano de Ouro Preto* – é esclarecedor deste movimento entre a hibridez e a homogeneidade socioespacial intra-urbana, caracterizado pelo poder de *localização* e de *acessibilidades* na denominada “cidade histórica”. No lance de olhar para os morros de entorno ao centro histórico de Ouro Preto, vemos como as zonas diferenciadas de ocupação se correlacionam; formam duas únicas áreas com duas características paisagísticas: uma zona homogênea na periferia e uma outra zona homogênea no centro; o golpe de olhar, no entanto, é incapaz de desvendar o híbrido da forma-conteúdo dessas paisagens; há de se desvendar os interstícios do território adensado. Se a segregação é um processo necessário à dominação política, econômica e social nas cidades, a valorização de determinadas áreas corresponde a precarização de outras, produto do próprio *jogo* imobiliário. Quando os atributos de *localização* e *acessibilidades*, junto à valorização simbólica tendenciosa e classista, imperam como atributos de vanguarda do domínio público-privado do urbano, o planejamento não se efetiva com as políticas de patrimônio, tornando os discursos – e até as práticas – de Políticas de Educação Patrimonial, de democratização de patrimônio e de gestão do centro histórico com efeito de curta duração.

Mais do que identificar, em Ouro Preto e em Diamantina, áreas concêntricas de valorização do território, o que se explicita são manchas de valorização da terra urbana tributárias da precarização de outras áreas. Difundem-se zonas homogêneas e zonas híbridas *favorecedoras* da fragmentação articulada do território urbano, e zonas homogêneas e zonas híbridas *resultantes* da fragmentação articulada do território urbano. Todos os “eventos” apresentados ao longo da tese são produtores externos da lógica de ordenamento local do território, quer seja pelo capital imobiliário, quer seja pelos agentes econômicos da cultura, de maneira que as áreas mais valorizadas tendem para o centro de comércio e de lazer turísticos e de residências da classe média, alta e dos estudantes. Como os investimentos em infraestrutura urbana são enormes, sem possibilidades de retorno imediato, ou seja, o capital mobilizado nesse setor é totalmente desvalorizado, o Estado é o único agente capaz de assumir a sua produção, pois é sua função criar as condições gerais para a reprodução da força de trabalho e para a vida digna nas cidades (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

O mapa 11 – resultante da análise de todos os outros mapas apresentados até aqui – revela-nos um grande *arco de zonas valorizadas no território urbano*, por operação da *patrimonialização global*, da *dinâmica da universidade* e da *indústria* em Ouro Preto. Tal arco parte do bairro Passa Dez de Cima, a nordeste da cidade, adentra a área de tombamento

até o Antônio Dias e segue para a parte sul do território, atingindo o Bairro da Lagoa, a Vila Itacolomi, a Vila dos Engenheiros e o Bauxita. Esse mesmo arco coincide tanto com as zonas de mais elevados níveis residenciais do mapa 9, quanto com a mancha do território urbano dotado de marcante presença da municipalidade, no mapa 10 (de infraestrutura urbana).



Esse arco comporta uma área que resolvemos denominar como *zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano*. Essa caracterização se deve ao grau de homogeneidade interna de cada bairro deste arco e ao caráter “coerente” da

hierarquia estabelecida em relação ao centro – ou seja, sua articulação positiva e complementar a área central, no que diz respeito aos usos do território. O agrupamento e o elevado índice de equipamentos em serviços e a maior presença de infraestrutura urbana, então, denunciam uma qualidade de vida superior a outras áreas da cidade. Também se observa a presença de outras centralidades nesse arco, que não negligenciam o centro, mas o favorecem positivamente, fornecendo produtos de abastecimento, levando à fluidez do território pela implantação de melhores equipamentos de infraestrutura (comunicação, circulação, e localização), propiciando o deslocamento de pessoas e produtos para a área central da cidade e da área central em direção a tal zona homogênea.

A paisagem urbana traduz as relações socioeconômicas de que a “cidade histórica” é palco e, em seu movimento, retrata as transformações que interferem nas diferentes localizações e nas diferentes possibilidades de acessos que, no limite, dizem respeito à “aproximação” da área central desta cidade barroca. Na *situação geográfica* apreendida em Ouro Preto, o centro histórico perfaz-se como um território “chegável” e verdadeiramente “alcançável” pelos agentes e atores ligados, de alguma maneira, ao *arco* identificado no território urbano. Na realidade, essa grande mancha agrega uma paisagem urbana que, na perspectiva dos fluxos, guarda o funcionamento interno da economia urbana, tomada em sentido mais amplo, que extrapola as atividades ligadas ao turismo ou à *patrimonialização global*. Como destaca Milton Santos, em *Manual de Geografia Urbana*, a circulação é tanto um epifenômeno – resultante da distribuição espacial das atividades econômicas e do *habitat* das diferentes categorias sociais – como o motor da evolução urbana.

Se, por um lado, tem-se essa mancha que consolida a *zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano*, dialeticamente, seu produto e produtora é uma também consolidada *zona homogênea resultante da fragmentação articulada do território urbano*. Essa última é representada, também, como *zona precarizada do território urbano*; esse território comporta a população com menor poder de *mobilidade* e *circulação* na cidade. A sobreposição de todos os mapas apresentados (relativos a Ouro Preto) ao mapa 11 aponta, então, para a relativa mobilidade da população dessa zona precarizada, o que esboça um paradoxo, pois essas manchas correspondem às áreas mais necessitadas material e simbolicamente do centro, e mais: compreendem os bairros de maior densidade demográfica da cidade; são zonas de habitação de médio para baixo ou precário padrão construtivo; representam bairros com baixa presença da municipalidade (infraestrutura urbana); retratam áreas de uso predominantemente residencial com precário atendimento em comércio e serviços. Ou seja, a população dessas áreas são, por um lado, as mais dependentes do centro da cidade, por outro lado, as de menor poder de *mobilidades* e de *acessos* urbanos.

Portanto, os bairros São Cristóvão, São Francisco, Morro da Queimada, Morro São João, Morro Santana, N. Sra. da Piedade, Taquaral, Sta. Cruz, Vila Aparecida, Saramenha, Tavares, Saramenha de Cima, Lagoa e Sta. Isabel, constituem uma paisagem que tende à homogeneidade, pois é precarizada em seu conjunto. Isso resulta na valorização do arco supramencionado, confabulando em uma zona fragmentada do território, mas que é fortemente dependente da área central da cidade, o que tratamos como fragmentação articulada. Ora, a homogeneidade dessa zona resultante da valorização de outras áreas se deve ao fato de que a morfologia do tecido urbano reflete, fielmente, a realidade econômica e social definida historicamente. No caso específico, essa é a zona de formação periférica da cidade, constituída a duras penas, como salientam todos os moradores mais antigos destes bairros carentes de Ouro Preto,

Todo mundo do bairro São Cristóvão veio de Cachoeira, Rodrigo Silva, Antônio Pereira e outros distritos, que vieram para trabalhar na Alcan, que era chamarisco para o povo, junto com as empreiteiras. **Minha família veio com 4 pessoas, somos 30 na cidade hoje. So que com tanta gente, só 30% desse povo aí trabalha, está todo mundo atoa**<sup>183</sup>.

Moro tem 28 anos aqui no São Francisco, **quando cheguei aqui com meu marido, não tinha nada, água, luz, água, só tinha umas quatro casas, em 1982.** O povo veio dos distritos perto daqui. Aqui era da dona Felícia, que tinha um bom pedaço e vendeu, o resto foi ocupado.<sup>184</sup>

Eu tô aqui no Morro da Queimada desde que nasci, minha família veio para trabalhar na Alcan. O povo vinha para cá e ocupava parte do bairro, mas depois de 1970 é que aumentou o movimento de casas aqui. **Aqui não tinha estrada, nós moradores que abrimos a estrada, depois lá por 1976, a prefeitura calçou. Aqui do morro para cima é mais recente, essa parte de baixo é mais antiga.** O povo vem dos distritos né? Com as chuvas e a derrubada das casas de outros bairros, o povo veio para cá, na parte de cima.<sup>185</sup>

Foi meu avô, Guido dos Santos Ribeiro, um dos primeiros moradores do morro, eu nasci em 1929. O pessoal do bairro veio dos distritos, tem gente de muito lugar aqui. **O pessoal veio para trabalhar no “Perite”, meu pai trabalhava também com minério né?, além de colher chá, capim para fazer colchão. O povo veio para cá morar, era umas 20 casas quando eu tinha 10 anos, não tinha rua, era tudo trilha, picada, tudo mato.** Meu marido trabalho na Alcan, mas não tinha proteção nenhuma, era muita fumaça, ele aposentou lá, doente. Minha família trabalhou também em construção das casas em Ouro Preto.<sup>186</sup>

Vim para cá em 1962, vim de Rio Doce, perto de Ponte Nova. Todo mundo vinha da roça e dos distritos aí. Lá tava muito difícil, plantar, as enxurradas levavam tudo, muita tromba d’água. **A gente achou que na cidade era melhor e foi mesmo. Eu vim para trabalhar na Aluminas, mas não**

<sup>183</sup> Entrevista do senhor Milton Vitório, 72 anos – um dos moradores mais antigos do bairro São Cristóvão – concedida ao autor, em 27 de agosto de 2010.

<sup>184</sup> Entrevista da senhora Maria de Lourdes Mendes, 68 anos – moradora mais antiga do bairro São Francisco – concedida ao autor, em 28 de agosto de 2010.

<sup>185</sup> Entrevista do senhor Antônio Rosa Gonçalves, 63 anos – um dos moradores mais antigos do Morro da Queimada – concedida ao autor, em 28 de agosto de 2010.

<sup>186</sup> Entrevista da senhora Ivone de Lourdes Messias, 81 anos – moradora mais antiga do Morro Santana – concedida ao autor, em 29 de agosto de 2010.

**consegui porque a leitura era muito curta a minha. Era muita gente lá, muitos empregados. A Aluminas foi a mãe de Ouro Preto;** as donas dos homens da companhia tinham até empregada, as dos homens das empreiteiras eram mais pobres. Tinha também a fábrica de tecido que empregava o povo daqui. **Quando eu vim pra cá só tinha barraco de lata coberto de lona, era uns 30 barracos desses e quatro ou cinco casas pequenas. Tinha um chafariz que atendia todo mundo.** A gente ganhou o lote. Tudo aqui foi ocupado, depois a prefeitura foi regularizando, mas tem coisa irregular ainda. Aqui não tinha rua, era tudo trilhas que ia para as casas. Não tinha luz era lamparina. Depois de 1980, foi virando tudo casinha, com os anos. Essas escadarias aí para subir os becos dos morros foi construída por mutirão, com material parte nosso e parte da prefeitura, que doou.<sup>187</sup>

Acompanham esse movimento contraditório de ordenamento do território urbano mais dois tipos de zonas que se fazem, agora, híbridas: uma *favorecedora da fragmentação articulada do território* (por agregarem bairros que sofrem um incipiente processo de valorização, quer seja pelo comércio de abastecimento significativo implantado – caso do Alto da Cruz –, quer seja por se constituir como um novo eixo de expansão urbana para uma nova elite da cidade – caso do Morro São Sebastião); e outra *resultante da fragmentação articulada do território urbano*. Apesar de parte do bairro Padre Faria se encontrar na área de tombamento, suas condições de vida, de infraestrutura e de moradia não são das melhores, prevalecendo uma hibridez da forma-conteúdo que o caracteriza, do “estilo-patrimônio” a construções recentes de baixo padrão. Consideramos este bairro referencial da história da cidade, negligenciado na área de tombamento. Os bairros Novo Horizonte e Nossa Senhora do Carmo são outros dois núcleos carentes de Ouro Preto que se apresentam híbridos também por sua forma-conteúdo. Agregam famílias de baixas camadas sociais e, nos últimos anos, estão recebendo novos moradores da classe média e baixa que chegam à cidade de Ouro Preto.

A cidade barroca representa em seu território uma mescla de identidade e alteridade, que rege seu movimento e leva à instituição do que Berdoulay (1997) trata como “territorialité multiple”. Isso é revelado na constituição do lugar através, também, da narrativa dos moradores. Pensar Ouro Preto como um lugar de memória ou território de identidade exige-nos compreender que a identidade coletiva funciona como um meio de se conceber o universal e de se alcançar o plano mais particular do lugar, pois o universal não é dado como um *a priori* (BERDOULAY, 1997). A função da cultura deve ser colocada em paralelo com as condições do lugar. Por um lado, o lugar e a cultura são bases do cotidiano, constituem-no; a leitura do lugar e, por assim afirmar, o entendimento do ordenamento do território reflete-

---

<sup>187</sup> Entrevista do senhor Antônio Capistrano Neves, 79 anos – morador dos mais antigos da Vila Aparecida – concedida ao autor, em 28 de agosto de 2010.

nos os modos e as condições de vida desse mesmo lugar. Por outro lado, o lugar e a cultura são, para os moradores, *possibilidade* de abertura para o mundo, para a universalidade da consciência humana, para a busca dos valores universais.

Essa polarização nos remete à própria proposta da tese, que trata a “cidade histórica” como produto de um *devenir* universal, consagrada na simultaneidade de ações contraditórias e necessárias nessa constituição: cultura universal que se hibridiza com a cultura local; realidade local que se metamorfoseia com as perspectivas do impacto do global; ações particulares induzidas por lógicas universais; a construção de autenticidades que, no fundo, dizem respeito a autenticidades híbridas pelo próprio caráter do espaço geográfico em movimento; entendimentos da “pseudoconcreticidade” do lugar ao invés de sua real “concretude”. Nessa polarização, pensamos a “cidade histórica” enquanto produção e produto do homem, lugar de morada e de reprodução da vida, através da presença e da ausência do dinheiro no território.

Assim, a questão sobre a qual nos debruçamos diz respeito à institucionalização de partes da “cidade histórica” a serem preservadas isoladamente, a partir de ações que desconsideram a interação entre as partes e o todo urbano. As práticas do governo urbano analisadas não apresentam políticas que visem à totalidade urbana; os bairros mais carentes estão pouco articulados com o que se trata como território do patrimônio – a tendência que prevalece, não temos dúvidas, é a da preservação do centro ante a precarização das periferias. É essa dialética que promove o próprio território do patrimônio, que também é fragmentado e fragmentário, pois os organismos de preservação trabalharam, historicamente, em cima de problemas urbanos mal resolvidos. O grande problema é a impossibilidade de definição de uma política que reúna todos os órgãos na escala do urbano, dos órgãos que manipulam a cidade e, também, outras entidades de preservação (incluindo comunidades e ONGs); “quem deveria definir as regras seriam os representantes de todas as áreas, e aí estão incluídos os técnicos, as câmaras, os órgãos que trabalham em cada pedaço da cidade” (ARNAUT, 1987, p. 126). Logo, o grande novelo que é a preservação, só poderá se desenrolar com a participação coletiva das distintas partes da cidade, em prol do bem comum e do direito à “cidade histórica”, que não é apenas o centro ou o seu patrimônio. A desarticulação de políticas urbanas e políticas de patrimônio é o grande entrave à constituição do lugar de memória ou do território de identidade, em nosso entendimento.

Não podemos conceber que a preservação vá solucionar problemas socioterritoriais históricos, mas acreditamos que a solução de problemas urbanos das “cidades históricas” pode levar a uma democrática patrimonialização. A *situação geográfica* de Ouro Preto, ou seja, a dialética centro-periferia, a fragmentação articulada do território e a realidade

de vida na cidade enquanto totalidade, contraditoriamente, aponta-nos para uma verdadeira e potente *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais pela população local. Isso se deve, em primeiro lugar, pelo papel ativo que o centro histórico desempenha para a população de toda a cidade. No entanto, os grandes entraves identificados são:

- a) o grau diferenciado de *acessibilidades* apresentado por cada zona do território, que está diretamente ligado às *possibilidades* de circulação na cidade (precariedade da infraestrutura urbana e de transporte);
- b) o descaso público com os bairros mais periféricos que cria, pouco a pouco, um sentimento de revolta popular para com as ações concentradas na área central da cidade;
- c) a formação de novas centralidades mais afastadas da área central, que visam a atender a população mais distante geográfica e imaginariamente do centro histórico, que faz com que, pouco a pouco, essa população perca os vínculos com essa área central. Como nos lembra Prigge (2002, p. 56), “a crescente transferência de funções urbanas para a região circundante destrói, a longo prazo, a substância da cidade-núcleo”;
- d) O planejamento urbano em Ouro Preto, sua credibilidade e realidade, estão ligados ao avanço da consciência de classe; este é um processo moroso, pois a população ainda não se insurgiu e aceita a do avanço das condições de vida na cidade e a opressão pela qual passa. A institucionalização de frações do território urbano não pode se fazer como instrumento de dominação de classe.

Algumas das necessidades identificadas para que a Ouro Preto, ainda barroca e dramática, constitua-se em uma “cidade histórica” Patrimônio Mundial e bem cultural local, verdadeiramente, um lugar de memória coletiva, são:

- a) A difusão generalizada das condições da *cidade histórica real* e da *cidade histórica ideal*, através de dados cartográficos e empíricos locais, deixando claro à comunidade a verdade de sua condição de cidadão, para além do que apresenta o *city marketing*.
- b) A criação de lugares de debates coletivos sobre a cidade e o urbano: dar visibilidade aos conflitos socioterritoriais (participação social que explicita a divergência e convergência de interesses na *cidade histórica real*).
- c) A implantação de melhores equipamentos urbanos nos bairros mais carentes apontados na cartografia da tese, ou seja, nas áreas de ocupação mais recente que se deram de forma desordenada, com o objetivo de minimizar a segregação econômica, política e cultural, ou seja, fazer do centro histórico um lugar “chegável” e “alcançável” para esta população que depende do mesmo.
- d) O pensamento e o planejamento da “cidade histórica” em sua totalidade, de forma integrada entre agentes e processos, visando a minimizar a dialética da negatividade e da positividade dos atributos de *localização* e de *acessibilidade*, que criam disparidades na cidade. O caminho só pode ser o da prática de planejamento da pequena e média “cidade histórica” para além dos limites do tombamento.



- e) A democratização e o aperfeiçoamento da informação e da comunicação, reformulando ou criando cadastros urbanos socioterritoriais amplos. Ouro Preto não dispõe, nessa primeira década do século XXI, de um confiável banco de dados sobre comércios, serviços, formação socioterritorial, impactos das atividades econômicas na cidade.

No atual quadro dessa cidade barroca, não podemos conceber que seu planejamento seja apenas *coisa de arquiteto* – para usar uma expressão de Souza (2004). A melhor qualidade de vida nos bairros do eixo norte, leste e sul de Ouro Preto, a justiça socioambiental a ser implantada, estão para além de pranchetas e réguas que podem delinear os traçados da cidade – sobretudo quando o território dessas cidades é ordenado sob os auspícios dos interessados na dinâmica do consumo. Melhores condições de vida dizem respeito à redistribuição de renda, à preservação integrada do patrimônio urbano, ao desmantelamento de preconceitos contra certos tipos de lugares, como os morros de Ouro Preto, ao acesso a moradias e ao centro histórico, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, ao acesso à saúde e ao lazer, entre outros, para todos os bairros da cidade barroca e dramática. Pensar essa gama de *possibilidades urbanas* que levam à cidadania exige um árduo trabalho interdisciplinar ou transdisciplinar, além de uma prática política consciente. Como nos lembra Souza (2004), o planejamento urbano, assim como a gestão urbana, é, do ponto de vista técnico e científico, um campo interdisciplinar. Nessa atuação devem cooperar, além dos arquitetos-urbanistas, os geógrafos, os economistas, os juristas especializados em Direito Urbano, os historiadores, entre outros profissionais, afirma o autor.

Por fim, os centros não são centros por concentrarem os monumentos ou os bancos. O oposto também não é verdadeiro; não é correto que palácios ou catedrais se localizam nos centros porque eles são centros (VILLAÇA, 1998). A origem da centralidade está na possibilidade de reduzir o tempo despendido e os custos associados aos deslocamentos territoriais dos cidadãos, ou seja, o centro se constitui enquanto tal ao ser “chegável” e “alcançável”. Centro e periferia, ou centro e não-centro, são, dialeticamente, produzidos pelo mesmo processo, sob a égide de disputas e conflitos, pelo controle das possibilidades de deslocamento, das permanências e de melhores condições de vida urbana, lembra Villaça (1998). Em verdade, o que temos é uma fragmentação necessariamente articulada do território urbano, pois, como salienta o arquiteto, dominar o centro e o acesso a ele representa, não só uma vantagem material concreta, mas, também, o domínio de toda uma simbologia dos centros urbanos principais, por serem pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação histórica.

Logo, o entendimento dessas particularidades e dos problemas socioterritoriais de Ouro Preto é fundamental para o alcance de sua verdadeira e democrática preservação, normalmente discutida e operacionalizada em prol da difusão global de seletos enclaves da “cidade histórica” planejada e pensada pelo e para o centro. Milton Santos, em *A natureza do espaço*, diz que o conhecimento da totalidade pressupõe a sua divisão. O “real” da cidade barroca Patrimônio Mundial só pode ser captado no processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento de sua realidade material e simbólica, método com o qual conseguimos apontar a verdadeira *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais por parte da população dependente da área central da cidade – que o alcança com facilidade e com dificuldade. No limite, essa *possibilidade* corresponde à lógica da *situação geográfica* criada ou produzida por “eventos” históricos simultaneamente interdependentes, que fizeram dessa cidade barroca produto de um *devenir* universal. Devemos considerar que “o mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos, materiais ou não, com uma valorização diferencial dos lugares” (SANTOS, 2002, p. 158). As cidades barrocas mineiras estão inseridas em um mundo que se redistribui, que se regeografiza, que se faz a base de uma história geográfica dos lugares.

Passemos ao entendimento de Diamantina Patrimônio Mundial para além dos limites dados pelo tombamento, considerando que as *acessibilidades* nas cidades constituem não apenas a *possibilidade* de uma vida digna no meio urbano, mas são condições primárias da preservação e da difusão da cidade-núcleo.

### 6.3 – Apontamentos sobre a formação das periferias de Diamantina

São dois os principais objetivos em trazer Diamantina para uma nova discussão, nesta tese. Primeiro, para aprofundar e cobrir as lacunas deixadas em estudo anterior. Segundo, para tornar pública ou difundir uma análise negligenciada pelas ciências humanas, que diz respeito ao ordenamento territorial dos núcleos populacionais do meio-norte do estado de Minas Gerais; à economia urbana e às condições de vida da população dessa cidade do *sertão* mineiro; ao entendimento da operacionalização da *patrimonialização global*, neste rincão do país; e, por fim, à problematização sobre essa “cidade histórica” para além do limite do território tombado.

Se foi grande a dificuldade em encontrar referências sobre a formação dos bairros ou as condições de vida da população de Ouro Preto, em sua totalidade urbana, para Diamantina esse grau de dificuldade foi redobrado. Adotamos, para Diamantina, a mesma metodologia utilizada para analisar o caso da outra cidade-objeto deste tese, ou seja, a teoria que trata do processo de periferização e do planejamento de cidades, junto aos nossos trabalhos de campo (levantamentos cartográficos, depoimentos de moradores de todos os bairros da cidade, registros fotográficos de época e atuais), como os principais recursos para a compreensão do ordenamento socioterritorial de Diamantina em sua totalidade.

São apenas três os estudos encontrados que apontam para um breve histórico da formação dos demais bairros de Diamantina, para além do sítio original; o de Marcos Lobato Martins (2000, 2004a, 2004), o de Cláudia Neves e Sonaly Rezende (2006) e uma análise de 1994 da Fundação João Pinheiro, denominada *Minas Gerais. Monumentos Históricos e Artísticos. Circuito do Diamante*.

Diz Martins (2000) que a crise da mineração dos diamantes, a partir dos anos 1860, provocou a transição para novos padrões de vida econômica em Diamantina. O capital acumulado até aquele momento permitiu que as elites da cidade iniciassem um processo de diversificação da produção no município, investindo na atividade industrial, no comércio e na prestação de serviços. A partir da segunda metade do século XIX e até as três primeiras décadas do século XX, Diamantina tornou-se um dos centros mais ativos do comércio e da indústria de Minas Gerais, como indica o historiador.

Logo, podemos dizer que, no início do século XX, Diamantina firma-se como um importante entreposto comercial do meio-norte de Minas Gerais. Martins (2000) destaca que, em 1925, em número de estabelecimentos comerciais, Diamantina ficava atrás apenas de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Carangola, Caratinga, Cataguazes, Muriaé e Barbacena, cidades ligadas às áreas mais dinâmicas da economia mineira, naquele período. São as fábricas de

tecidos, na região, as empresas que vão dinamizar os novos fluxos de capital, mercadorias e pessoas, com matéria prima proveniente da própria região, comercializando sua produção no norte de Minas Gerais, ao longo dos eixos dos rios São Francisco e das Velhas, chegando a Belo Horizonte. Acompanhava esse “surto” industrial de Diamantina, atividades como a lapidação de diamante, curtumes de couro, fábricas de chapéus e outras, como lembra o historiador,

Em diversos locais do município, havia pequenas fundições de ferro, que fabricavam facões, enxadas, machados, pregos, fechaduras, *etc.* Eram muitas as “fábricas” de aguardente e rapadura. Em Gouveia e Diamantina, havia 19 lapidações de diamante na virada do século, além de curtumes de couro, fábricas de chapéus de couro e palha. Diamantina tinha ainda pequenas fábricas de sabão, de velas, de cigarros, de óleos e tintas, de pólvora, cerâmicas (produção de telhas e tijolos). (MARTINS, 2000, p. 289).

Desde 1858, Diamantina freqüentava exposições de mineralogia e, com os esforços da Escola de Minas de Ouro Preto, capitais estrangeiros foram atraídos para o Alto Jequitinhonha, visando à reanimação da extração de diamantes, afirma Martins (2000). No final do século XIX, a Companhia Boa Vista, organizada por capitais franceses, instalou-se em lavras de Curralinho, usando máquinas modernas e energia elétrica. Em seguida, uma companhia americana, *Pittsburg Brazilian Dredging* implantou a primeira draga para extração de diamantes em Lagoa Seca. Outra companhia americana, *Diamond King Mining*, instalou draga no Rio Jequitinhonha. Já na primeira década do século XX, duas dezenas de empresas estrangeiras de mineração operavam em Diamantina, a maioria, americanas (MARTINS, 2000). São essas as principais atividades que promovem a distribuição populacional no território da cidade, de forma não homogênea. Como “las ciudades son también los ciudadanos, y el uso que éstos hacen del espacio construido” (CAPEL, 2003, p. 12), as diferenças se instalam na morfologia urbana, caracterizam-se os bairros com maior ou menor número de residências e famílias por moradias, bairros mais abastados ou mais pobres, cada qual com suas características e necessidades, configurando a forma e o conteúdo urbanos.

O morador mais antigo do Rio Grande, um dos bairros mais carentes ao norte da cidade, indica-nos as principais origens e os mais notórios atrativos da migração para Diamantina, o que justifica, inclusive, a formação do bairro (ver localização nos mapas 7 e 8),

**Nasci em Felício dos Santos, vim para Diamantina tem uns 55 anos, meus pais veio pra trabalhar de cortar pasto e na Fábrica Mascarenhas (de tecido). Esse pessoal aí veio da Canastra, Tamarandiba, Mercês, veio tudo também dos distritos perto de Diamantina, é muito distrito, e veio pra**

trabalhar como ajudante de pedreiro também. Muita gente veio para trabalhar na fábrica.<sup>188</sup>

Diamantina também viu crescer o setor de serviços e passou a concentrar órgãos da administração pública e eclesiástica. Colégios, seminários e batalhões de polícias, além de órgãos públicos e serviços como o de saúde agregavam-se na cidade, favorecendo uma dinâmica nunca vista anteriormente. “Para se ter uma idéia do significado dessa concentração de órgãos públicos na cidade, em termos econômicos, basta lembrarmos que, em 1925, o 3.º Batalhão de Polícia possuía o segundo maior efetivo do estado. Seus armazéns eram abastecidos pelos comerciantes diamantinenses. Por outro lado, os soldados do 3.º Batalhão abriram, no início do século, a estrada de rodagem ligando o Serro a Diamantina” (MARTINS, 2000, p. 290).

A extensão dos trilhos ferroviários até Diamantina fazia parte do projeto de fortalecimento de sua posição como centro consumidor e ponto de distribuição de mercadorias para o norte/nordeste mineiro. Diz Martins (2000, p. 290) que, em 1914, foi inaugurada a estação ferroviária de Diamantina, entrando em operação o ramal Diamantina-Corinto, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Desde então, a cidade ligava-se, por estrada de ferro, à capital Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro, capital federal. “Os grandes comerciantes da cidade saudaram o fato, considerando-o a consolidação definitiva de Diamantina como ‘boca do sertão’ e entreposto comercial do nordeste mineiro”.

Segundo Capel (1975, p. 267), o nível de povoamento foi considerado por muitos estudiosos como característica precípua no trato do que vinha a ser uma área urbana, ainda que, em nível teórico, tenha sido utilizado junto com outras características. “Lo más frecuente es considerar la densidad de habitantes o de edificios”. Porém, esses critérios foram utilizados por geógrafos e sociólogos no início do desenvolvimento dos estudos urbanos. Hoje, podemos dizer que o movimento do aspecto forma-conteúdo do aglomerado deve ser enaltecido para a caracterização do urbano; formas mais ou menos construídas e ordenadas, agrupadas ao redor de um núcleo primitivo, ou por núcleos que se desenvolvem interligados a um sítio original, fácil de se distinguir e com aspecto variado, seguido de formas e conteúdos híbridos ou homogêneos de tradição e modernidade. Os homens se reúnem, produzem seus meios de vida e caracterizam, econômico e culturalmente, material e simbolicamente, seu território. Capel (1975, p. 269) afirma que “la ciudad es un agrupamiento cuyos medios de existencia normales consisten en la concentración de formas de trabajo que no están consagradas a la agricultura, sino particularmente al comercio y a la industria”.

---

<sup>188</sup> Entrevista do senhor Afonso Anjos Neto, 77 anos – um dos moradores mais antigos do bairro Rio Grande – concedida ao autor, em 23 de agosto de 2010.

Devemos entender o processo de periferização de cidades como Diamantina, também, na perspectiva de que a cidade e o campo, no Brasil, surgem no movimento de expansão da modernidade e do moderno (SUZUKI, 2007), no sentido amplo de sua história. Em nosso caso de análise, a estrada de ferro promoveu a reorientação dos percursos das tropas, encurtando caminhos; já as estradas de rodagem e os caminhões, após a década de 1950, causaram o desaparecimento delas. Mais do que isso, diz Martins (2000), as rodovias que alcançaram os Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce solaparam a primazia de entreposto comercial que possuía a cidade de Diamantina. Nos anos 50, cruzaram o nordeste mineiro a BR-116, a Rio-Bahia, pavimentada nos anos 60, e a BR-367, Diamantina-Salto da Divisa, passando por Araçuaí e Itaobim, completa o historiador. Tais estradas ampliaram as possibilidades de circulação da produção e pessoas (da cidade e do campo) de uma vasta área que, até aquela época, dependia do mercado de Diamantina e das tropas de muares para redistribuir suas mercadorias; toda essa dinâmica levou a um reordenamento do território urbano, diretamente ligado aos fluxos migratórios do Vale do Jequitinhonha, especialmente.

Com maior rarefação populacional, o norte e o nordeste de Minas Gerais apresentavam núcleos urbanos diminutos e distanciados. Seguindo a lógica de parte das cidades brasileiras, a parcela da população rural era muito superior à da população urbana. Nessas regiões, vivia-se uma forma pré-capitalista, com baixa circulação de capital e com o amplo predomínio de relações de trabalho voltadas para o pagamento em espécie, parceria ou colonato (MARTINS, 2000). As precárias condições de vida do campo forçaram parte da população de tais áreas a migrarem para as cidades mais dinâmicas, como se apresentava Diamantina ou mesmo outras cidades de Minas Gerais e outros estados.

Já com um número reduzido da população regional e de acentuada pobreza, as áreas norte e nordeste de Minas Gerais eram varridas por migrações de trabalhadores desde a década de 1870. Trabalhadores pobres do Jequitinhonha, do Mucuri e da Região São Francisco-Montes Claros emigravam para os territórios da expansão cafeeira na Zona da Mata e no Sul de Minas, no Oeste Paulista e no Norte do Paraná; além de tentarem se fixar nos núcleos de maior densidade econômica da própria região, caso de Diamantina. Diz Martins (2000), que a partir da década de 1880, nos jornais do norte mineiro, as reclamações são intensas e veementes contra as emigrações que impediriam o desenvolvimento da economia regional e “afrouxariam os laços da moral”.

Diamantina, a partir da década de 1930, presenciou o esgotamento do dinamismo econômico anteriormente vigente. Os investimentos em infraestrutura no Alto Jequitinhonha – que já eram diminutos e restritos a porções isoladas do território – cessaram. A função polarizadora do comércio e do setor de prestação de serviços perdeu força diante do

crescimento de cidades como Montes Claros, Teófilo Otoni e Governador Valadares, informamos Martins (2000). As rodovias fizeram com que as indústrias de Diamantina não resistissem à concorrência dos produtos importados. Também não houve a criação de novos empreendimentos que propiciassem a manutenção da dinâmica urbana na cidade. Por conseguinte, a mesma assistiu a estagnação da economia regional e a desindustrialização do “grande empório do Norte” (MARTINS, 2000). Restou o garimpo, o funcionalismo público, o comércio e os serviços, além da parca dinâmica da fábrica de tecidos localizada na cidade.

Então, a diminuição da produção do diamante, no fim do século XIX, e a força da industrialização de outras regiões brasileiras, no início do século XX, provocaram uma relativa estagnação do crescimento da região diamantífera. No entanto, parte da população que resistia na região, buscava os lugares possíveis para melhores condições de vida. Foi quando Diamantina passou a receber levas de migrantes, sobretudo de seus dez distritos<sup>189</sup>, iniciando o processo de formação de suas periferias.

A ocupação da parte sul da cidade começou no final do século XIX, com a construção do Seminário e a posterior inauguração da Estação Ferroviária, no Largo D. João. Surgiu a Vila Romana, em torno da estrada de ferro, e depois a Vila Operária. Mais tarde, surgiram os bairros de Fátima, Presidente e Bela Vista (a localização desses bairros pode ser identificada nos mapas 7 e 8). Destacando a origem das pessoas do bairro, salienta uma moradora do Vila Operária, “quando vim pra cá, não tinha nem um calçamento, daqui para baixo era só lama quando chovia. **O povo aqui é de Barão, Guaicuí, Extração.** Não faz idéia da dificuldade que era viver aqui, não tinha nada mesmo, e era difícil ir pro centro, hoje ainda é”.<sup>190</sup>

Nos anos 50, com a eleição do diamantinense Juscelino Kubitschek para a presidência da República, Diamantina passou a ser conhecida nacional e internacionalmente. Na época, a cidade representava a sede de algumas repartições públicas de interesse regional. A Comissão para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) foi implementada naquela ocasião (NEVES e REZENDE, 2006).

A partir da década de 1970, iniciou-se a utilização de dragas nos garimpos, modificando-se as técnicas de mineração – lembremos que o garimpo do diamante sempre foi

---

<sup>189</sup> A centralidade que Diamantina representa em relação ao nordeste mineiro, “como elemento de articulação dos municípios da Zona da Mata e do Sertão do Rio das Velhas” (ABREU, 1984), favoreceu a onda migratória para a cidade, que partia de seus dez distritos a saber: Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, Guinda, Inhaí, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão, Sopa e Extração. O distrito sede, Diamantina, apresenta-se como centro comercial, de prestação de serviços e como principal Pólo Turístico do Jequitinhonha, funções que articulam esses lugares e dão à cidade notoriedade regional.

<sup>190</sup> Entrevista de Cleuza Chaves – uma das moradoras mais antigas do bairro Vila Operária – , concedida ao autor, em 23 de setembro de 2010.

uma das principais atividades econômicas da cidade. A implantação de novas tecnologias alterou o caráter da extração, limitando, aos garimpos, o acesso daqueles que trabalhavam de modo tradicional. Isso fez com que essa população permanecesse na cidade de Diamantina e, assim, buscasse novas formas de sobrevivência. Dizem Neves e Rezende (2006) que, naquele momento, registrou-se um deslocamento de parte da população que se ocupava da atividade garimpeira para o setor primário. Porém, devido ao seu baixo dinamismo, tal setor não conseguiu absorver essa mão-de-obra, gerando um êxodo demográfico para a área urbana. Principalmente a partir dos anos oitenta, ocorreu a desaceleração na extração do diamante, mas, ainda assim, esta atividade continua ativa na região, sendo relevante para a economia da cidade – o garimpo é praticado, hoje, clandestinamente. Nessa perspectiva socioeconômica, temos que grande parcela da rede hoteleira é de propriedade de famílias mais abastadas ligadas ao garimpo, assim como ocorre com uma grande porcentagem das casas de comércio. Há, ainda, cerca de 17 escritórios de compra e venda de pedras preciosas na cidade. Parte dos diamantes é lapidada no município de Franca e no estado do Rio de Janeiro, e parte é exportada em estado bruto (NEVES e REZENDE, 2006).

O depoimento de um dos moradores do bairro Palha, um dos mais carentes de Diamantina, é revelador da lógica do garimpo e de seu papel para o adensamento populacional e para o processo de periferização da cidade.

Eu vim de Inhaí pra cá tem uns 25 anos e quando cheguei não tinha quase nada aqui, nesse lado de cá do bairro, só umas casinhas lá do outro lado. **O povo veio pra trabalhar no garimpo, a maioria do bairro; todo mundo aqui é de distrito, um pouco é daqui mesmo, porque o aluguel é mais barato**, o lote é mais barato aqui, o meu nem foi comprado. Depois que o garimpo foi proibido é que o povo novo começou a estudar, eu mesmo não estudei.<sup>191</sup>

No entendimento de Suzuki (2007), o campo e a cidade, no Brasil, passaram por brusca metamorfose, não somente pelas mudanças nos seus conteúdos e nas suas formas, mas, sobretudo, devido às possibilidades novas que foram se constituindo do estabelecimento de vínculos e da influência de um sobre a outra, ou vice-versa. É no contexto de metamorfoses sociais, econômicas e políticas que Suzuki (2007, p. 135) indica a análise das transformações socioespaciais da cidade e do campo – correlacionados –, no Brasil, como “fundamento da discussão da importância de sua reconceituação, na contemporaneidade, para dar conta de seus novos conteúdos e novas formas”.

---

<sup>191</sup> Entrevista de Aparecido dos Santos, 77 anos – dos moradores mais antigos do bairro Palha –, concedida ao autor, em 24 de setembro de 2010.





Fotos 53 e 54 – Essa área abarca os bairros Jardim e Santo Inácio (abaixo) e o início do bairro Palha, à esquerda e abaixo do cemitério, circulado. À direita, o círculo indica o Batalhão de Polícia da cidade. Com as duas imagens, temos uma dimensão do significativo adensamento ocorrido após a década de 1950, com a dinâmica, especialmente, do garimpo, do comércio e serviços e da fábrica de tecidos, em Diamantina. Acervo do IPHAN (década de 1950) e Foto do autor / setembro de 2010.

Na tabela abaixo, fica notório que há a redução, em números absolutos, da população rural de Diamantina. Evidencia-se a diminuição gradativa dessa população e o aumento da população urbana do distrito. A década de 1990 esboça uma fase de expressivo êxodo rural do município de Diamantina, é o período de maior fluxo. Para esse mesmo período, a população

total do distrito fica praticamente inalterada, com 44.259 pessoas, o que retrata um movimento migratório intra-regional, ou dos distritos para a sede. O maior fluxo migratório para a área urbana deu-se, então, entre as décadas de 1980 e 2000, quando o garimpo entra em declínio.

***Taxas de crescimento populacional de Diamantina, após década de 1970***

ANOS	RURAL	URBANA	TOTAL
1970	10.984	23.688	34.672
1980	9.412	26.514	35.926
1991	9.690	34.609	44.299
2000	6.485	37.774	44.259
2005	-	-	44.234
2007	-	-	44.746
2009			46.372

Tabela 09: Fonte – IBGE – Censos demográficos das décadas indicadas.

Neves e Rezende (2006) afirmam que uma significativa parcela da população que emigrou das áreas rurais de Diamantina não teve como destino a sede deste município. Porém, a diferença entre a população rural do início e do fim do período das décadas de 1990 e 2000, que é de 3.205 habitantes, é um valor muito próximo ao observado para a diferença entre a população urbana do final e do início do período, 3.165 habitantes. Uma parcela do crescimento urbano se deveu ao crescimento vegetativo da população, associado aos seus níveis de fecundidade e mortalidade. Isso possibilita considerar, sim, que a emigração das áreas rurais foi intensa e se correlaciona com o aumento da população da sede. Uma das possíveis explicações para essa dinâmica se assenta no esgotamento da atividade mineradora, que afetou fortemente o município. A proibição do garimpo, então, impactou, particularmente, a população rural, bastante dependente dessa atividade econômica tradicional na região. Sem muitas perspectivas, essa população não viu outra alternativa a não ser a da migração para as áreas mais urbanizadas, na busca de *possibilidades* de uma vida mais digna.

Diz Martins (2004a) que, na segunda metade do século XX, os quintais e as chácaras (suburbanas) de Diamantina experimentaram processo de contínuo declínio, praticamente desaparecendo a tradicional produção de alimentos que nelas ocorria, pelo impacto causado com a estrada de ferro. Mais do que isso, podemos afirmar que esses terrenos reduziram-se drasticamente devido ao crescimento urbano estimulado pelo declínio do garimpo e as novas levas de migrantes que chegavam à cidade. Porções do território urbano de Diamantina, antes preenchidas por “grandes terreiros usados para a produção de alimentos, começaram a sofrer parcelamento, e viram surgir novos bairros residenciais” (MARTINS, 2004a, p. 06). Tal fenômeno ocorreu na parte sul e, topograficamente, mais

elevada da cidade: o Largo Dom João e bairro Santo Inácio são dois exemplos de terrenos que sofreram parcelamento, ao sul da cidade; o Arraial dos Forros, o Palha e o Rio Grande, no sentido norte, representam as áreas de ocupação inicial clandestina; o Bom Jesus e o Presidente, na área mais central de Diamantina, são bairros de expansão recente e regularizada.

O grau e o impacto paisagístico da expansão das periferias em Diamantina não se comparam com os de Ouro Preto. A força urbanizadora da indústria de alumínio na cidade barroca suplanta em demasia o movimento socioterritorial promovido pela instalação da Estação Ferroviária, da lógica do garimpo dos diamantes e da fábrica de tecidos que empregava pouco mais de 600 funcionários no seu auge, no início do século XX, na rococó e brejeira Diamantina. O próprio adensamento do centro histórico de Diamantina se deu de maneira pouco expressiva, após a década de 1950, conforme pode ser observado nas fotos abaixo.



Fotos 55 e 56 – Sítio original de Diamantina, estabelecido em uma encosta. Estão marcados nas duas fotos: ao alto, o Largo do Sagrado Coração; ao centro, a Igreja Matriz; e à esquerda, a Rua São

Francisco. Observamos que, da década de 1950 aos dias de hoje, esta área que representa parte do núcleo tombado sofreu um relativo adensamento. Acervo do IPHAN (1950). Foto do autor / set. 2010.

Assim, na perspectiva de expansão urbana dada pela dinâmica comercial histórica de Diamantina, catalizada pela chegada dos trilhos à cidade, surgem os bairros Largo Dom João e a Vila Romana, que se desenvolvem margeando a linha férrea. Tal expansão favoreceu a emergência de novas áreas de habitação no Alto do Bom Jesus e na Vila Operária, anteriormente a 1955, surgindo, posteriormente, os bairros Fátima, Presidente e Bela Vista (ver fotos abaixo e localização dos bairros em mapas anteriores).



Fotos 57 e 58 – Por meio do Convento marcado na foto, podemos identificar o adensamento dos bairros Presidente e Arraial dos Forros, que abrangem toda a ampla encosta apresentada nas fotos. Apesar do ângulo da fotografia não ser o mesmo, não é difícil de se mensurar a força da formação desses bairros no intervalo de aproximadamente 60 anos. Acervo do IPHAN (1950). Foto do autor / set. 2010. Para Mautner (2002) o modelo empobrecido da suburbanização norte-americana, serviu de exemplo a periferação de parte das cidades brasileiras – independentemente de suas escalas –, estruturadas por meio da casa própria autoconstruída em lotes individuais, cuja posse, por sua vez, assegura o acesso ao crédito para a compra dos bens duráveis; a modernidade passa, então, a ser entesourada na precariedade urbana da periferia. Parte dos bairros de Diamantina não fugiram a essa lógica.

Pensar a formação dos bairros de uma cidade auxilia-nos na compreensão de suas funções internas atuais, bem como das suas condições socioterritoriais no presente, dadas pelo seu movimento histórico. As funções da cidade – de cada cidade – são ditadas pela

divisão social e territorial do trabalho, pela formação de redes diversas de relações e hierarquias administrativas e políticas que, no limite, agregam políticas urbanas e políticas de patrimônio, associadamente ou não. Como nos lembra Lefebvre (2001), existe a estrutura da cidade (de cada cidade, morfológica e social), depois a estrutura urbana da sociedade e, finalmente, a estrutura social das relações campo-cidade, que reproduz o tecido urbano.



Fotos 59 e 60 – A foto aérea aponta o sítio original e o local onde, mais tarde, se implantou o bairro Rio Grande, um dos mais carentes de Diamantina (imagem da década de 1950). A foto 55 indica o bairro Rio Grande, na primeira década de do século XXI. Acervo do IPHAN (1950) e Foto do autor / set. 2010.

Em resumo, a formação dos bairros periféricos de Diamantina está ligada à crise da mineração do diamante, ainda, ao longo do século XX; vários foram – e ainda o são – os serviços de lapidação desta pedra, junto a instalação de companhias estrangeiras mecanizadas, as quais, embora de atuação apenas temporária, representaram um esforço de reerguimento da atividade e fator de adensamento do distrito sede, como salienta a Fundação João Pinheiro (1994). Além da extração do diamante, a implantação de unidades têxteis dinamizaram a economia da zona ao longo do século XX. Hoje, as indústrias extrativas do diamante, do ouro e da sempre-viva, e a indústria têxtil, de tecidos de algodão cru, são consideradas as mais importantes atividades para a economia local; representam, juntamente com as atividades do setor de serviços (incluído o turismo), a parcela mais significativa das fontes de renda do município e fatores de movimento do território urbano.

A tratada *patrimonialização global* captura Diamantina, como vimos, nesse novo contexto de incipiência da terceirização e da estetização de sua área central. Os novos fluxos de pessoas para a cidade e a formação de novos eixos de expansão urbana (apontados no mapa 5) representam a necessidade de mercados cada vez mais extensos para a dinamização de produtos (bens culturais), que impelem os agentes hegemônicos do mercado para todo o globo terrestre; instalam-se em toda parte, criando vínculos por todos os lugares, inclusive neste “ponto luminoso” da vasta região carente do Vale do Jequitinhonha.

Conforme Berman (1986, p. 21), a moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades; o rico e singelo patrimônio de Diamantina, em uma nova fase econômica da cidade, é uma emergente *possibilidade* para o mercado e para sua população. Os lugares de memória, no mundo, vivem essa dialética, são vistos como *possibilidades* de desenvolvimento econômico local que, pelas ações, por vezes imediatistas e classistas, levam a uma *dialética da construção destrutiva* nos territórios de identidade. Assim, quando as políticas dirigem o patrimônio para uma ausência e vazio de valores, desconsiderando a importância da relação entre a vida digna nas cidades com os sentidos a serem construídos sobre a história e a memória que representam os bens culturais, temos reduzidas *possibilidades* de empoderamento do centro histórico por parte dos residentes das periferias.

Em suma, a questão sobre qual tipo de “cidade histórica” queremos não pode estar divorciada de questões urbanas que refletem o tipo de pessoas que desejamos ser, quais tipos de interações sociourbanas buscamos, que relações são estabelecidas com o patrimônio e quais condições de vida primamos nessas cidades, bem como o direito coletivo às mesmas. Na perspectiva de Lefebvre (2001, p. 117-118), o direito à cidade está para além do simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais, afirma-se como um apelo, uma exigência

que caminha lentamente, através de desvios como: a nostalgia, o turismo, o retorno para o centro da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas. O direito à cidade conduz ao direito à vida urbana digna, renovada para a coletividade em seu movimento histórico. No mesmo sentido, concordamos com Harvey (2009, p. 09), pois “o direito à cidade está, por isso, além de um direito ao acesso àquilo que já existe: é um direito de mudar a cidade mais de acordo com o nosso desejo íntimo”. E, para isso, precisamos entender seu movimento histórico, que remete às suas condições socioterritoriais e paisagísticas atuais.

A revalorização do centro ou do patrimônio não deve pesar mais que as necessidades habitacionais e simbólicas da população urbana; a preservação não deve suplantar a busca de melhores condições de vida nas “cidades históricas”.

#### **6.4 – Diamantina: totalidade urbana / totalidade-mundo e a possibilidade de empoderamento socioterritorial local do Patrimônio Mundial**

Já foi explicitado que a *patrimonialização global* representa um processo; assim, é indissociável do que chamamos *dialética da construção destrutiva*, para o esclarecimento da lógica universal da consagração do tratado Patrimônio Mundial. Se a *patrimonialização global* é destacada como o *brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação*, em síntese, *um processo de resignificação dos lugares em escala planetária*, devemos ter o cuidado de entender o rebatimento dessa lógica em cada caso particular. Esse cuidado deve-se ao fato de que, dialeticamente, no processo de construção e desconstrução que rebate sobre o patrimônio urbano, mundialmente, *situações geográficas* muito particulares podem fazer frente e resistirem a essa força catalizada pelo próprio capital, implantando uma contra-hegemonia.

Os cinco momentos da periodização proposta na tese retratam a totalidade na qual ambas as cidades em estudo se localizam, se movimentam e se transformam. Esses momentos são indissociáveis para a compreensão dessas “cidades históricas” como presente dado e em transformação permanente, enquanto totalidades urbanas inseridas na totalidade-mundo. Como analisado anteriormente, o barroco desenvolve-se como “evento” global que ganha um caráter muito particular, nas cidades *setecentistas* mineiras; particularidade que projetam essas cidades como *territórios de identidade nacional*, simultaneamente, para serem enaltecidas como *territórios de identidade do capital*, na década de 1960. Como *produto de um devenir universal*, Ouro Preto e Diamantina são chanceladas como Patrimônio Mundial após a década de 1980 e o barroco, mais uma vez, passa por um processo de resignificação que, no limite, favoreceu a “recolonização” parcial dos centros históricos dessas cidades, como já analisamos. Diante dessa totalização, resta-nos verificar a *possibilidade de empoderamento* total deste Patrimônio Mundial encravado no meio-norte de Minas Gerais, dada a sua *situação geográfica*, ou seja, sua realidade socioterritorial e paisagística mais ampla, que envolve a dialética centro-periferia, as periferias no centro e as novas centralidades da periferia. Essa análise também se baseia na sobreposição do Plano Diretor e da Lei de Ocupação e Uso do Solo, de Diamantina, às nossas análises teóricas e de campo, seguidas da cartografia elaborada.

Se podemos falar em algum marco simbólico ou histórico do planejamento urbano de Diamantina, o “evento” significativo constitui-se na inscrição da cidade na Lista do Patrimônio Mundial, em 1990. O interesse à candidatura a Patrimônio Cultural da



Humanidade partiu da Prefeitura, que teve o apoio do IPHAN, do IEPHA/MG, da Fundação CEBRAC (Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural) e do Ministério da Cultura, processo que durou de 1997 a 1999, quando a cidade foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial. Uma das exigências da UNESCO, na época, foi a elaboração do Plano Diretor da cidade.

Os responsáveis pela elaboração do Plano, finalizado em 1999, assumiram, em sua introdução, que o documento representa a última etapa da campanha iniciada em 1997, pela elevação da cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade, onde “sintetiza o conjunto de medidas e normas que os poderes públicos e a comunidade, através de seus representantes na Câmara, comprometem-se a adotar para a preservação de nossas riquezas históricas, arquitetônicas e naturais e para o planejamento de nosso desenvolvimento urbano futuro” (PREFEITURA DE DIAMANTINA, 1999). Prossegue a introdução do documento,

Às vésperas de um novo século, um novo milênio, é com orgulho que a cidade de Diamantina está a um passo de conquistar o seu reconhecimento internacional pela UNESCO. Este título, arduamente buscado nos últimos anos, abrirá certamente novas perspectivas para o desenvolvimento econômico, cultural e social não só de Diamantina, mas do Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais e do Brasil. E em nome do povo de nosso município, a Câmara dos Vereadores mostrou o seu compromisso com estes objetivos maiores aprovando o Plano Diretor.

É explícito, na introdução do documento, que a maior preocupação em sua elaboração estava na conquista da chancela da UNESCO, em detrimento de um comprometido planejamento que atingisse, de forma objetiva e prática, a periferia da cidade, apesar de enfocar, teoricamente, a totalidade do território urbano. O primeiro Plano Diretor de Diamantina estabeleceu-se como um documento fundamental de orientação do poder público e da iniciativa privada, em especial, como um instrumento primaz para a inclusão da cidade na Lista do Patrimônio Mundial (o que foi positivo para Diamantina, uma cidade de mais de 40.000 habitantes que adentraria o século XXI sem o mesmo).

Porém, pelo caráter de urgência que aquele Plano fora elaborado, a Prefeitura viu a necessidade de um novo documento. Finalizou-se, então, em 2009, a elaboração de um novo Plano de Diretor, junto à Lei de Ocupação e Uso do Solo Urbano de Diamantina. Esse novo documento, diferente do primeiro, não se centra na chancela da UNESCO e apresenta uma leitura mais detalhada do território urbano apontando a preocupação com um planejamento urbano integrado às características historicogeográficas da região em que a cidade está inserida.

Estabeleceu-se o zoneamento da Sede do Município de Diamantina, para orientar o planejamento territorial quanto ao uso e à ocupação da terra, delimitando zonas pelas suas

vocações e condições fisicoterritoriais, para a realização das ações previstas pelo Plano Diretor, “em prol do exercício da cidadania e da ordem ambiental” (PREFEITURA DE DIAMANTINA, 2009).

O zoneamento de Diamantina foi proposto de maneira mais detalhada que o de Ouro Preto; tal detalhamento pode ser averiguado no mapa de zoneamento que virá a seguir. Cabe destacar a leitura mais minuciosa que a Prefeitura faz, neste Plano, do território urbano, das funcionalidades apontadas e das prioridades estabelecidas. Após esta averiguação, passaremos ao entendimento da “realidade” territorial urbana para a mensuração da *possibilidade de empoderamento* total deste Patrimônio Mundial. Seguem as principais características do zoneamento indicados no Plano Diretor de Diamantina (ver mapa p. 387).

- Zona de Tombamento Federal (ZTF – abriga o uso residencial e o uso misto, com comércio, prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários restritos aos permitidos na Lei de Ocupação e Uso do Solo de Diamantina).
- Zona de Proteção Complementar (ZPC – é uma área contígua à Zona de Tombamento Federal, e seus terrenos possuem grande interferência visual na paisagem do centro urbano histórico; abriga o uso residencial e misto com densidade populacional atual de até 50 hab/ha, com comércio, prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários de baixo impacto para a ZTF e para a vizinhança).
- Zona de Proteção do Centro Histórico (ZPCH – é contígua tanto à Zona de Tombamento Federal quanto à Zona de Proteção Complementar; esta zona deve abrigar, conforme o Plano Diretor, os usos residencial e misto, comércio, prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários e atividades do setor hoteleiro de pequeno e médio porte [as pousadas e hotéis, hoje, encontram-se no centro histórico e não nessa zona]; essa zona deve, então, conforme o documento, garantir a integridade da paisagem do centro histórico de Diamantina inserida em seus limites e a paisagem urbana da Zona de Tombamento Federal; essa zona, ainda, visa a “preservar os bens históricos materiais e imateriais de Diamantina).
- Zona de Uso Residencial 1 (ZUR 1- área de predominância de uso por habitação unifamiliar e multifamiliar, para esta zona é permitida densidade populacional com até 120 hab/ha, atividades de comércio, prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes e compatíveis à ocupação residencial).
- Zona de Uso Residencial 2 (ZUR 2 – é uma área destinada ao uso predominantemente habitacional, de habitação unifamiliar, com comércio e prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais, equipamentos públicos e comunitários inerentes e compatíveis à ocupação residencial; nesta zona é permitida a densidade populacional com até 80 hab/ha).
- Zona de Uso Residencial 3 (ZUR 3 – área destinada ao uso habitacional e unifamiliar; esta área diferencia-se das anteriores por ser permitida a densidade populacional de até 50 hab/ha).

- Zona de Uso Residencial e de Interesse Turístico (ZURIT – é uma área de uso residencial com densidade permitida de até 50 hab/ha; onde é permitida a implantação de equipamentos turísticos de baixo impacto ambiental, de bases sustentáveis com vista a minimizar o impacto sobre o território urbano).
- Zona Residencial de Requalificação Urbana e Contenção (ZRRUC – área localizada ao sopé da Serra dos Cristais – sobretudo, bairro Rio Grande, de ocupação periférica clandestina; é uma área de uso predominantemente residencial e de preservação ambiental; possui áreas de ocupação em porção permissível e ocupação em áreas de preservação permanente e de interesse paisagístico em Diamantina [leia-se de interferência no conjunto tombado]; é objeto de implantação de política habitacional, considerando estudos para remoção de ocupações irregulares em áreas de preservação permanente ou em áreas inadequadas à instalação de infraestrutura de saneamento).
- Zona de Uso Misto 1 (ZUM 1 – destinada aos usos residencial, comercial, de serviços e aos usos institucionais, sendo permitida a instalação de pequenas indústrias que não causem prejuízo ao bem estar da vizinhança).
- Zona de Uso Misto 2 (ZUM 2 – destinada aos usos residencial, comercial, de serviços e institucional, além de configurar em subcentralidade urbana, possibilitando o desenvolvimento urbano e social, a indução ao crescimento local e regional e melhoria dos padrões de acessibilidade e mobilidade da população.)
- Zona Comercial (ZC – zona destinada aos usos comerciais e de serviços, deve se consolidar como pólo de desenvolvimento econômico pela agregação de empresas de comércio e prestação de serviços).
- Zona de Uso Institucional (ZUI – zona que se destina aos usos institucionais, de serviços e de lazer).
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) – são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidas informalmente, existentes, consolidadas ou propostas; tais zonas têm como objetivo promover a regularização fundiária e edificação de imóveis em situação irregular, bem como de produzir habitações de interesse social; serve, assim, ao planejamento da expansão urbana, de forma a se instalar equipamentos urbanos e comunitários consentâneos com a necessidade e as características socioeconômicas e culturais dos moradores das ZEIS.
- [ZEIS 1] - esta zona está localizada no bairro Cidade Nova e se destina a implantação de habitações para a população de baixa renda e a melhoria da qualidade de habitações existentes, quando configurada como precárias.
- Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS 2 – está localizada ao sul do perímetro urbano da sede municipal, é área para implantação de política habitacional para população de baixa renda, bem como de infraestrutura de saneamento e qualificação dos espaços urbanos; habitação para população de baixa renda, recuperação de áreas de proteção permanente impactadas, especialmente, dos córregos da Prata e Quatro Vinténs).
- Zona de Uso Industrial 1 (ZIN 1 – abriga usos industriais de pequeno, médio e grande porte, usos comerciais e serviços de apoio às atividades industriais, sendo permitida habitação de zeladoria ou para funcionários).
- Zona de Uso Industrial 2 (ZIN 2 – é destinada a abrigar os usos industriais de pequeno porte e de baixo impacto de vizinhança, usos comerciais e de serviços, sendo permitido o uso misto para a habitação de zeladoria ou para funcionários, bem como áreas de equipamentos públicos e comunitários).

- Área de Interesse Paisagístico (AIP – preservação de remanescente de vegetação dentro da área urbana consolidada, pelo incentivo à sua conservação).
- Área de Projetos Especiais (APE – em conjunto com as praças e parques da cidade, são definidas como um sistema integrado de áreas públicas livres, de preservação ambiental e de cunho social: passeios públicos, travessias para pedestres e ciclistas sobre corpos d’água, trilhas e praças para contemplação).

Ao buscarmos o prático-sensível da cidade, podemos capturar seus períodos e interstícios críticos do território (LEFEBVRE, 2001). Considera esse autor que reestruturações se sucedem no espaço-tempo, escritas no texto-urbano, mas provenientes de outro lugar: *da história* e do *devenir*. Assim lemos a cidade, pois é uma escrita e permanece como um texto a ser decodificado, por estar em constante modificação. Nesse movimento, temos os dois planos diretores apontados, elaborados no intervalo de dez anos. Como o de Ouro Preto, o Plano Diretor de Diamantina prescreve o objetivo de “assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente, promovendo o bem estar da população”.

No entendimento de Campos Filho (1989), a estruturação do território urbano, que implica em questões de *localização* dos usos habitacionais, comerciais e de serviços e os industriais, a densidade ou intensidade do uso da terra dos bairros, deve estar conectada a um sistema de *circulação* eficiente. No entanto, para além desse aspecto morfológico e funcional da cidade, podemos dizer que essa estruturação e a possibilidade de circulação não são as únicas questões para o entendimento das condições de vida, na cidade. Devemos buscar – para a efetivação políticas urbanas / políticas de patrimônio – as condições concretas de vida em cada bairro, indo para além do próprio zoneamento territorial genérico para alcançar os *sentidos* que o lugar de morada e da vida – a cidade – representa para seus cidadãos. Entender a dinâmica de cada bairro da cidade – na perspectiva dialética particular-universal –, o ordenamento territorial das moradias e das atividades correlatas a elas, pode-nos conduzir a entender os reais *acessos* da população, ao seu próprio bairro e ao chamado centro histórico. Nos bairros é que também averiguamos se o centro histórico é “chegável”, “alcançável” ou democratizado.

A elaboração de nossos mapas de Diamantina seguiram a mesma metodologia adotada para os de Ouro Preto, ou seja, a classificação de áreas residenciais, de subsistemas de infraestrutura e a caracterização de zonas homogêneas e híbridas do território urbano, já foram traçadas no tópico 6.2. O mapa 12 – *Áreas residenciais em Diamantina: predominâncias do uso e enclaves de exclusão na totalidade do território urbano* – aponta

para as áreas de moradia de distintos níveis. O mapa 13 – *Infraestrutura na totalidade do território urbano de Diamantina – fragmentação articulada do território urbano* – retrata a concentração dos subsistemas de infraestrutura, o que esboça as possibilidades de circulação e fluidez no/do território. O mapa 14 – *Zonas específicas da fragmentação articulada da totalidade do território urbano de Diamantina* – traz uma síntese de manchas urbanas especificamente homogêneas e híbridas da cidade e a realidade sobre os acessos da população total à cidade na sua totalidade.

A escala ampliada do centro histórico de Diamantina, tanto no mapa 12 (de áreas residenciais), quanto no mapa 13 (de infraestrutura urbana), indica-nos uma área central caracterizada, primeiramente, pelo significativo uso residencial e comercial/serviços local; seguem tais usos o comércio e os serviços turísticos. Fica explícita a marcante presença da municipalidade nessa zona central, ao apresentar todos os equipamentos de infraestrutura urbana. No capítulo anterior, foi possível verificar o bom estado de preservação que se encontra o centro de Diamantina, bem como o incipiente processo de terceirização e estetização turísticas do mesmo.

A relevância dos usos residenciais e comerciais do centro histórico da cidade torna-se simbólica por nos remeter à relação de dependência que sua população estabelece com esse território. As atividades de campo apontam-nos para uma elevada frequência dos moradores da maioria dos bairros da cidade ao centro, uma vez que as áreas periféricas não concentram os serviços especializados, como bancos, correio, serviços de saúde, financeiros etc – exceção feita aos bairros Rio Grande e Palha que, apesar de carentes, precisaram criar mecanismos de subsistência, uma vez que estão mais apartados do centro. No quinto capítulo, esmiuçamos o relevante uso comercial localizado no centro da cidade, bem como as novas centralidades para além do chamado centro histórico. Como o ouropretano, o diamantinense identifica, imaginariamente, o centro como espaço do turismo, do comércio e dos serviços, (ver gráficos) e mais, da história da tradição e da cultura.

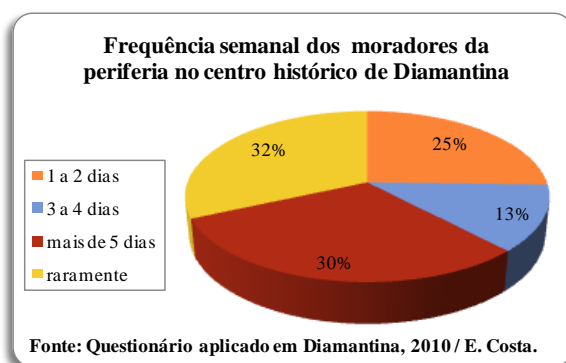


Gráfico 20

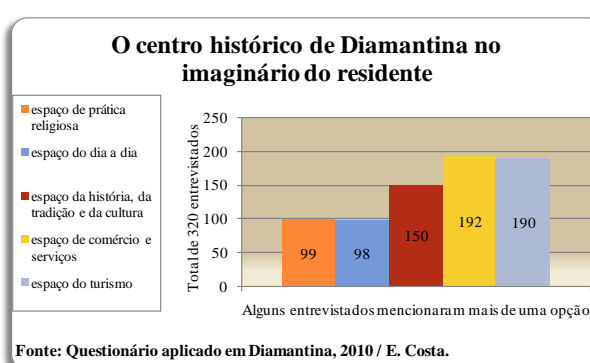
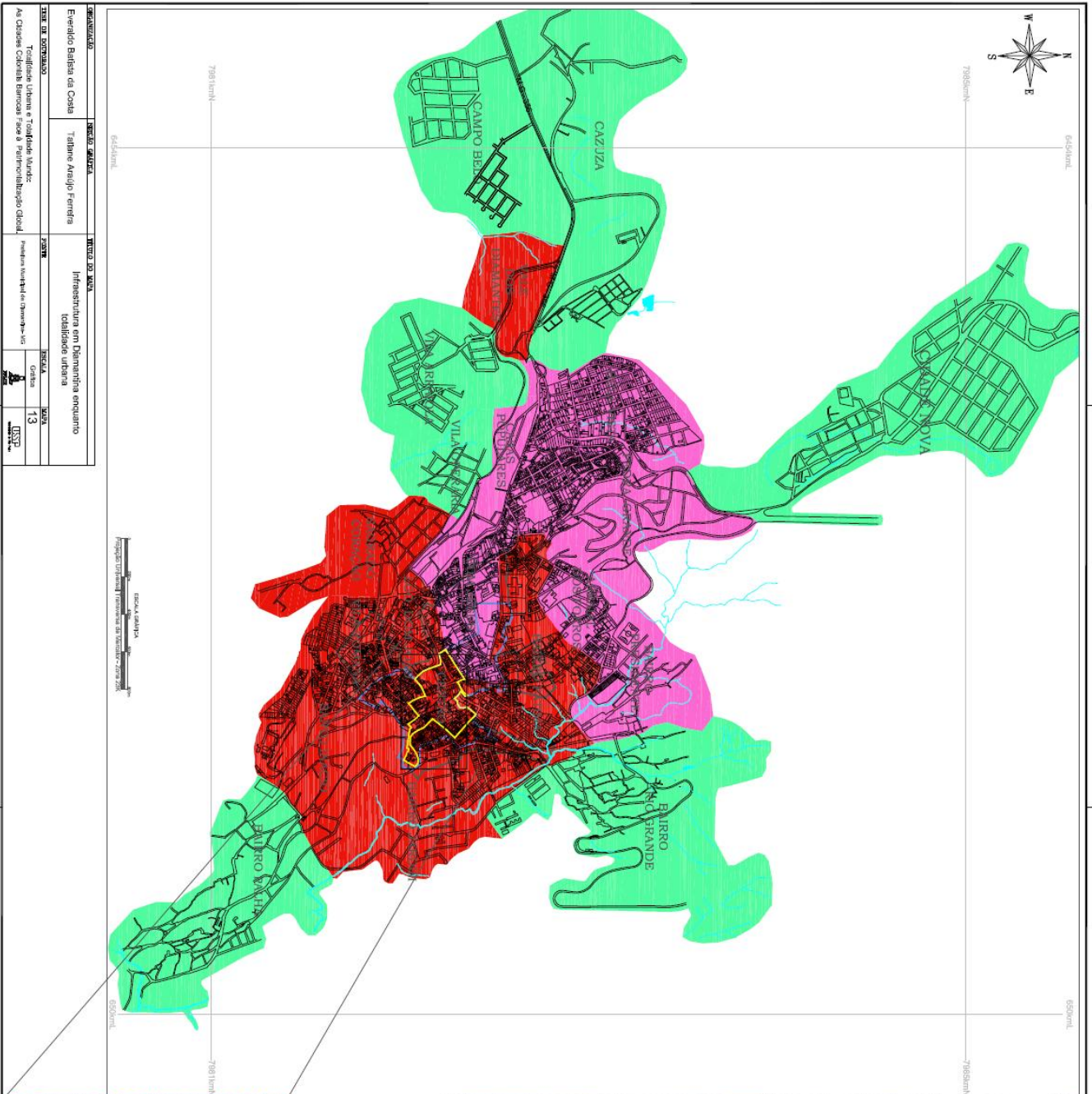


Gráfico 21





<b>ESPECIALIDAD</b>	Sociedad Urbana	TIPO DE MAQUETA	Infraestructura en Diamantina en un punto focal de la urbs
<b>OBJETIVO DE LA INVESTIGACIÓN</b>	Estudio de la Infraestructura Urbana y del Medio Ambiente	<b>FECHA DE ELABORACIÓN</b>	2013
<b>FECHA DE ELABORACIÓN</b>	2013	<b>FECHA DE ACTUALIZACIÓN</b>	2013
<b>FECHA DE ACTUALIZACIÓN</b>	2013	<b>FECHA DE ACTUALIZACIÓN</b>	2013

**LEGENDA**

- Zona de Reserva
- Zona de Desarrollo Urbano
- Zona de Transición
- Zona de Protección
- Límite de áreas definidas como Centros Históricos
- Límite de áreas inscritas en Lista de Patrimonio Mundial (UNESCO)
- Límite de áreas tombadas por INPC
- Muestreo presencia de municipalidades (puntos de sustentación de infraestructura urbana)
- Razonable presencia de municipalidades (puntos de sustentación de infraestructura urbana)
- Frágil presencia de municipalidades (puntos de sustentación de infraestructura urbana)

**CENQUIPO**

Mapa de Cuenca, Ecuador, con la zona de estudio resaltada en amarillo.

Fig. 277. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 278. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 279. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 280. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 281. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 282. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 283. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 284. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 285. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 286. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 287. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 288. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 289. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 290. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 291. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 292. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 293. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 294. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 295. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 296. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 297. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 298. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 299. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

Fig. 300. Calle de la Cruz, con la presencia de municipalidades. Foto de autor/2010.

No entanto, apesar da importância que essa área central tem para o morador de Diamantina – por concentrar o comércio e os serviços mais importantes da cidade –, verificamos, notadamente, questões que emergem como barreiras ao empoderamento dos bens culturais por uma considerável parte da população. Alguns depoimentos de moradores de outros bairros são significativos, pois acenam para o valor simbólico do centro para os mesmos, que reconhecem a incipiente tomada dessa área pelo turismo.

Tem coisa aqui na cidade, que não dá pra entender. **Por exemplo, a Vesperata [ver capítulo 4] não é para diamantinense e tem pessoa aqui, e é muita gente, que nasceu aqui, cresceu e morreram e nunca teve oportunidade de visitar um museu.** Diamantina é maravilhosa, sou apaixonada com a cidade e com o meu Rio Grande, mas tem muita coisa estranha. O que falta é trabalho digno em Diamantina, pra gente ficar feliz no final do mês com o salário.<sup>192</sup>

**A Vesperata é fechada só para turistas,** os guardas põem as pessoas humildes para fora, os catadores de latinhas que incomodam o turista; e olha que é na rua, lá no Largo da Quitanda; a gente pode até ficar de fora da fita zebrada olhando, mas só isso, enquanto os turistas ficam a vontade dentro do cercado, sentados nas mesas que compram.<sup>193</sup>

As Vesperatas deixaram de ser do povo pra ser pro turista, ela é paga pelos grandes empresários, a gente fica de fora do curral. **A área comercial do centro ta cada vez mais restrita, por exemplo, estamos sem transporte coletivo, ta correndo muito pouco.** Aqui no bairro passa quase de duas em duas horas. O atual prefeito só ganhou porque o prefeito anterior era um ditador construtor de praças, ele deixava a verba federal ir embora, acredita?<sup>194</sup>

Segundo Bourdieu (2007), quando os dominados (parte dos residentes), nas relações de forças simbólicas, entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana (alteridade entre turismo e dinâmica tradicional local) não há outra escolha a não ser a aceitação (submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade, ou ocorre a busca de sua nova assimilação. Nessa perspectiva, se, por um lado, o centro histórico representa um lugar simbólico e de apropriação diária do morador, já há evidências de uma tomada deste território de forma excludente em relação ao diamantinense. No entanto, o morador resiste e permanece no centro, alguns marcam presença na própria Vesperata, como analisado em campo.

Retomando o mapa 12 – *Áreas Residenciais* –, refletimos sobre o que afirma Santos (2007), ao dizer que a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está, pois, enquanto um lugar vem a ser condição de

---

<sup>192</sup> Entrevista concedida por Maria Lúcia do Carmo, moradora do bairro Rio Grande, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.

<sup>193</sup> Entrevista concedida por Eunice Mafra, moradora do bairro Rio Grande, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.

<sup>194</sup> Entrevista concedida por Regina Coeli, moradora do Centro Histórico, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.



sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.

Essa reflexão do geógrafo torna-se mais polêmica, quando analisamos que quase metade dos bairros de Diamantina classificam-se como *área residencial de nível III com enclaves de nível IV*, ou seja, precário ou inexistente atendimento em lazer, educação e serviços, de médio para baixo padrão construtivo, com parcelas do território onde o morar se desempenha de forma não desejada e não própria para a vida digna, com baixo padrão construtivo. Dentre os bairros desta classificação, apresentam-se em pior situação urbana: o Cazuzá (área ocupada a partir da década de 1990), o Rio Grande e o Palha, os dois últimos de ocupação mais antiga (comparar fotos no mapa 12). Conforme uma moradora do Rio grande, “para quem é de fora, Diamantina é uma cidade boa, é uma maravilha, mas **para o morador falta emprego, saúde, saneamento básico, nossa vida não é digna não, moço**”.<sup>195</sup>

Conforme Kosík (1976, p. 27), “a obviedade não coincide com a perspicuidade e a clareza da coisa em si; ou melhor, ela é a falta de clareza da representação da coisa”. Isso quer dizer que precisamos conhecer a latência da *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais por parte dos diamantinenses, não apenas por um esforço de pensamento, mas por meio de um *detour*, para seguir o direcionamento dado pelo filósofo. O fato do centro histórico de Diamantina ser um importante referencial material e funcional da vida do morador, não significa que haja o empoderamento coletivo dos bens culturais. Há um emaranhado de práticas e ações que se apoderam do patrimônio urbano, distintamente, resultante da própria lógica particular-universal do ordenamento territorial total da cidade.

Restam como áreas residenciais de *nível I e II*, os bairros contíguos ao centro histórico, formando uma ampla mancha, inclusive, de marcante presença da municipalidade, ou seja, com todos os subsistemas de infraestrutura urbana, como aponta o mapa 13 (ver foto 03 e 05, em contraste com as fotos 01 e 06, do mapa 13). Sobressai para além desse aglomerado dotado de marcante infraestrutura urbana, o Vale dos Diamantes, representante de um novo eixo de expansão urbana, dado pela classe mais alta da cidade.

Reconhecemos como condição do desenvolvimento pleno de políticas de patrimônio, nas chamadas “cidades históricas”, que todos os bairros possuam serviços de fácil acesso, que a comunidade os alcance rapidamente, e que haja condições de vida cercadas de tranquilidade pelo acesso aos subsistemas de infraestrutura urbana minimamente dignos. Os sentidos da morada na cidade devem se aproximar de seu papel enquanto lugar da vida aprazível, das possibilidades culturais e de lazer – para podermos aprofundar nos sentidos do

---

<sup>195</sup> Entrevista concedida por Jaiane Patrícia, moradora do bairro Rio Grande, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.

patrimônio. Assim, a tarefa é a de se “redesenhar” os bairros mais carentes das “cidades históricas”, para que essa população adquira condições mínimas de pensar, assimilar e se apropriar, material e simbolicamente, de seus bens culturais.

É digno de nota o posicionamento de Campos Filho (1989), de que a humanização das cidades só será obtida com o progressivo controle, pelos cidadãos, da ação do Estado, fazendo-o voltar-se para a produção de benefícios para a sociedade. Tais benefícios, se obtidos de forma isolada, desconectada da visão entrelaçada dos problemas, criam uma ilusão de solução e só agravam as distorções da sociedade, afetando a todos – caso do tratamento isolado das políticas urbanas e das políticas de patrimônio. Em suma, ações focadas, renovação ou requalificação urbana isolada, pouco minimizam os males das cidades-patrimônio, pois suas causas são multidimensionais, atuam, simultaneamente, em pontos-chave determinantes.

Sobre os pontos-chave a se atuar em Ouro Preto e Diamantina, nossos mapas decorrentes das atividades de campo já apontam. Logo, projetos urbanos isolados, por mais belos esteticamente que possam ser, na realidade, não solucionam os problemas básicos das cidades e podem até agravá-los (CAMPOS FILHO, 1989). Se ocorre em Diamantina uma grande mancha central caracterizada pela concentração de renda, moradias de melhor padrão construtivo e com a presença plena da infraestrutura (*áreas residenciais de níveis I e II*, conforme o mapa 12), há bairros, nos extremos da cidade, que apresentam uma imagem invertida e real em relação a essa lógica central, numa perspectiva que mantém o *status quo* da própria zona central. Se a repartição territorial das classes sociais é um fato que se observa na totalidade de um país e em cada região, ele é empiricamente identificado no fenômeno urbano. Logo, para tratarmos de políticas de patrimônio atreladas a políticas urbanas, precisamos apreender a espacialização das classes sociais nas “cidades históricas”, uma vez que a pobreza urbana correlaciona-se a uma relativa imobilidade no território, o que não permite se tornar o centro histórico “alcançável” e “chegável”.

As classes dominantes dão um grande valor aos centros das “cidades históricas”, que ganham, mais e mais, distintos sentidos e valores simbólicos de acordo com o real interesse da apropriação. A população suburbana de alta renda de Diamantina é muito menor que a central, o que já aponta para uma tendência da valorização das áreas centrais da cidade (os mapas são reveladores dessa afirmação). Ainda hoje, os centros da barroca Ouro Preto e da rococó Diamantina enaltecem a Deus, ao Estado e aos símbolos apropriados para o desenvolvimento da renda pela distinção que passam a representar. E não somente isso, Deus, o Estado, os símbolos e as funções urbanas ainda são potenciais referenciais centrais dessas



- a) Preocupada com a preservação da área central da cidade, a municipalidade estabelece três áreas concêntricas que agregam três zonas contíguas ao território do patrimônio: a ZPF (Zona de Preservação Federal), a ZPC (Zona de Preservação Complementar) e a ZPCH (Zona de Proteção do Centro Histórico). A localização dessas três zonas contíguas coincidem com o território de maior concentração de infraestrutura urbana e de melhor nível residencial da cidade, conforme mapas 12 e 13. Podemos dizer que essa espacialização esboça uma hegemonia de classe que promove um território fragmentado. Por um lado, cria enclaves de valorização da terra urbana e favorece a convergência do dinheiro e da atenção geral para a implantação de projetos urbanos focados, como o analisado Monumenta (ver gráficos abaixo). Por outro lado, e simultaneamente, à margem da legalidade urbanística, com apoio do trabalho irregular e recursos técnicos precários, emerge um território que se incorpora, marginalmente, à cidade – como tratar as políticas de patrimônio com os moradores desses territórios precarizados é o grande desafio. Nessa dubiedade, conforme Mautner (2002), o Estado aparenta, para a população segregada no território, um mito e uma realidade negligente que paira sobre sua própria realidade de relações e vida (observar o contraste das fotos dos mapas 12 e 13).

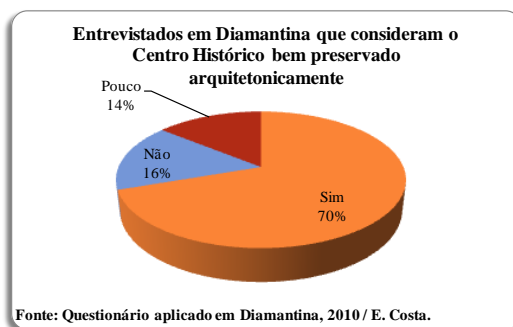


Gráfico 22

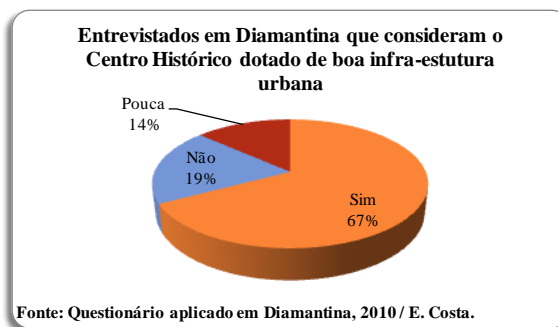
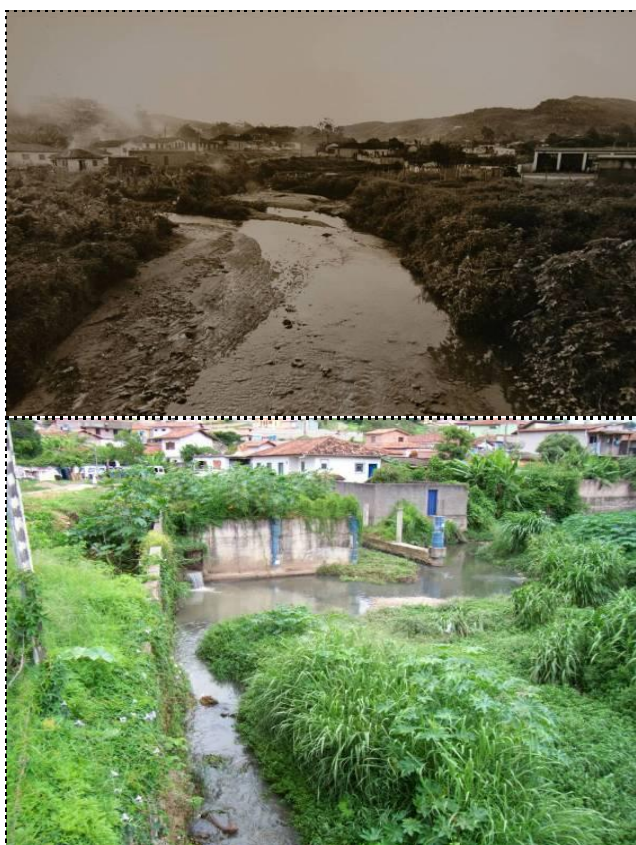


Gráfico 23

- b) O zoneamento concorda que todo o eixo sul da cidade, que parte do bairro Vale dos Diamantes até o Santo Inácio é uma Zona de Uso Residencial (ZUR 2) – caracterizada por ser destinada ao uso predominantemente habitacional unifamiliar, **com comércio e prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais, equipamentos públicos e comunitários inerentes e compatíveis à ocupação residencial**. Porém, identificamos, no mapa 7 – *Comércio e Serviços em Diamantina* –, que toda esta área apresenta comércios e serviços de precários a inexistentes. Esse eixo é abastecido pelo comércio concentrado no Largo Dom João e na Rua Silvio Felício dos Santos, conforme aponta o mapa 5. Essa zona de abastecimento é identificada, no zoneamento, como Zona de Uso Misto 1 (ZUM 1). A ausência de comércio e serviços em toda a parte sul da cidade força o deslocamento quase diário dessa população ao centro histórico ou em algumas das novas centralidades urbanas apontadas no mapa 4.
- c) Merece atenção a Zona Residencial de Requalificação Urbana e Contenção (ZRRUC – área localizada ao sopé da Serra dos Cristais – sobretudo, bairro Rio Grande, de ocupação periférica clandestina; é uma área de uso predominantemente residencial e de preservação ambiental, contraditoriamente; é uma área de interesse paisagístico em Diamantina (leia-se de interferência no conjunto tombado). Diz o Plano Diretor que esta zona é objeto de implantação de política habitacional, considerando estudos para remoção de ocupações irregulares em áreas de preservação permanente ou em áreas

inadequadas à instalação de infraestrutura de saneamento. No entanto, conforme todos os mapas apontados, o bairro Rio Grande já está consolidado, apresenta significativo comércio local (pois encontra-se apartado do centro) e precárias condições de vida, no que concerne desde infraestrutura urbana até o morar, que se desempenha de forma não desejada e não própria para a vida digna. Moradores de outros bairros identificam o Rio Grande como violento e inseguro, o que consubstancia na criminalização da pobreza. Ao que identificamos em campo, nenhuma política de habitação está sendo implementada. É digno de nota que o Córrego Rio Grande, no bairro de mesmo nome, junto a outros córregos da cidade, são tratados no zoneamento por Áreas de Projetos Especial (APE), contudo, as fotos abaixo apontam para uma caracterização histórica do Rio Grande como receptor do esgoto da área ocupada de entorno.



*Fotos 61 e 62 – Rio Grande, um dos bairros mais carentes de Diamantina, ainda hoje, apresenta seu esgotamento a céu aberto. Acervo do IPHAN (1950) e Fotos do autor / set. 2009.*

Nas periferias das cidades, vigora o baixo nível da produção, tanto de moradias quanto da educação, da nutrição, das infraestruturas e das necessidades básicas da sociedade. A extensão de infraestrutura à periferia (luz, água, drenagem, pavimentação, esgotamento) abre caminho para a entrada do capital, num processo que, segundo Mautner (2002), pode levar de 10 a 20 anos, dependendo do posicionamento do bairro no território e na estrutura urbana, para que essas áreas se tornem, propriamente, “espaço urbano”, conforme a arquiteta. Ora, se não são *espaços urbanos* o que são as periferias? Se, gradativamente, os lotes são retidos especulativamente, se são tomados por moradias, botecos, quitandas, mercadinhos, indústrias de fundo de quintal, em um processo gradual de mimetização do território urbano que se legaliza, precariamente, essas áreas ganham novas formas-conteúdos nas cidades.

- d) O bairro Palha é incluído nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS - áreas em que há o interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou, ainda, implantar empreendimentos habitacionais de interesse social). Não foram identificadas ações no sentido de empreendimentos habitacionais, no bairro. O Rio Grande, em nosso entendimento, deveria ser incluso nessa caracterização do zoneamento. Ao observamos os mapas 7, 8, 12 e 13, fica claro que tanto o Palha quanto o Rio Grande são bairros carentes de infraestrutura urbana e com baixo nível de padrão residencial, onde o morar, em alguns pontos, apresenta-se de forma imprópria para uma vida digna. No entanto, a necessidade de sobrevivência nesses dois bairros– dada a relativa *imobilidade* urbana – fez com que sua população buscasse formas particulares de consumo e serviços. A partir dessa análise, podemos afirmar que a cidade não pode ser concebida como um sistema signficante, determinado e fechado enquanto sistema sem contradições. Se sistematizada e

estruturada, isso se dá a partir da relação de partes e nexos contraditórios. Como afirma Lefebvre (2001), a cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e significá-las), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. Nesse sentido, a distância geográfica, ideológica e dos significados do centro histórico para essa população mais carente é redobrada pelo distanciamento político. As propostas fazem-se discursos e o território permanece fragmentado.

- e) O bairro Cazuzza – formado após a década de 1990 – é tratado como Zona de Uso Residencial 1 (ZUR 1- área de predominância de uso por habitação; para esta zona são permitidas atividades de comércio, prestação de serviços de caráter local, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes e compatíveis á ocupação residencial). No entanto, os mapas 7, 8, 12 e 13 apresentam o Cazuzza como desprovido de assistência em serviços e comércio, bem como integrante do rol dos bairros mais carentes de Diamantina (ver fotos dos mapas). Conforme umas das moradoras mais antigas do bairro, “o povo aqui trabalha no comércio. Com a chuva de 1977 que o povo ficou desabrigado em Diamantina, a Conferência de São Vicente de Paula fez umas casa junto com a Prefeitura de Diamantina, veio o pessoal de Felício dos Santos, de Sopa, de Extração, de Guinda e outros lugar. Antes só vinha gente mais pobre pra cá, agora vem gente com um pouquinho mais de dinheiro, gente que consegue guardar né, não é gente muito rica não, porque os lote são muito caro em Diamantina. **Tudo que preciso comprar tem que ir no centro ou no Lgo. D. João. Pra cá não tem nada, só a riqueza de uns**, porque aqui era pra ter até industria, vê aí a quantidade de empresa pequena de automóvel e peça de carro, tá cheio de loja de carro aí na frente. Nosso bairro é muito desprezado, ninguém vem pra cá visitar o bairro. Mas também, não tem nem esgoto nem calçamento direito. Tô até vendo quando uma criança vai ser atropelada, por causa da falta de quebra-mola. Ônibus aqui no bairro é de duas em duas horas. As crianças tem que ir a pé para a escola, correndo perigo aí na rodovia, na frente. Aqui é um bairro bem abandonado, veja aí as crianças na rua, não tem uma área de lazer pra elas. Tudo aqui pra gente é mais difícil.”<sup>197</sup>

Considera a UNESCO (2010) que *la gestion des valeurs patrimoniales* de um sítio é objeto essencial do planejamento territorial para um *tourisme durable*. O documento fala em *gestion basée sur les valeurs*, de forma que as decisões da gestão sejam baseadas na conservação dos valores materiais e imateriais dos bens culturais. No entanto, questionamos: como essa população mais carente de Ouro Preto e Diamantina – dos bairros São Cristóvão, Taquaral e São João, na primeira, e Cazuzza, Bela Vista e Rio Grande, na segunda, por exemplo – será inserida nesse processo que pensa a gestão de valores materiais e imateriais do centro, ante precárias condições de vida no seu bairro de moradia? Os documentos dos organismos nacionais e internacionais de preservação e conservação de patrimônio, a prática de planejamento urbano e a teoria que se desenvolve sobre as cidades turistificadas e

---

<sup>197</sup> Entrevista da senhora Iracema Guedes, 72 anos – uma das moradoras mais antigas do bairro Cazuzza –, concedida ao autor, em 25 de setembro de 2010.

patrimonializadas não podem negar a *localização* das pessoas no território, muito menos as condições de *mobilidade* nas cidades, pois são condições primeiras da manutenção tanto das funcionalidades tradicionais quanto do valor simbólico do centro. O grande impasse que vivemos é que essas duas questões redundam da combinação das forças de mercado e das decisões dos governos urbanos, que se dizem preocupados com a preservação e a conservação do patrimônio.

Sem investimentos urbanos e redirecionamentos de certas obras públicas para uma maior porção do território, na ausência de um diagnóstico mais aprofundado que o zoneamento apontado para Diamantina, e mesmo para Ouro Preto, sem investimento em serviços públicos de qualidade para a população de bairros, tem pouco efeito as indicações da UNESCO pela *synergies entre initiatives publiques et privées et la promotion de la participation de la communauté* no desenvolvimento do turismo local subsidiado pelo Patrimônio Mundial. O organismo considera que os benefícios que provem das atividades do turismo devem permitir a melhora da qualidade de vida e gerar uma repartição justa dos mesmos, em particular para as comunidades pobres de bairros. Concordamos com essa necessidade, porém, na realidade escancarada na leitura do território das cidades apresentadas, as populações dos bairros mais carentes estão apartadas do centro e procuram formas de sobrevivência em seus enclaves territoriais precarizados – ou, ainda, buscando o centro a duras penas –, pois tem menos poder de mobilidade nas cidades e o centro torna-se, para tais populações, menos “chegável” ou “alcançável”. A preservação ou o planejamento urbano devem primar, caminhando juntos, pela equidade socioterritorial.

Torna-se relevante o entendimento da *situação geográfica* urbana de uma cidade, para então pensarmos nas possíveis vias da democratização do patrimônio. Ouro Preto e Diamantina, pelo caráter híbrido de seus centros históricos – com uma tendência à predominância dos usos e da apropriação pelos moradores de ambas as cidades –, devido à simultaneidade da dependência centro-periferia, da formação de novas centralidades na periferia e da periferia localizar-se no centro, representam “cidades históricas” mineiras onde impera a *possibilidade* de *empoderamento* dos bens culturais por sua população total.

No caso de Diamantina, o mapa 14 – *Zonas específicas da fragmentação articulada da totalidade do território urbano de Diamantina* – espacializa as *possibilidades* e as *necessidades* de ações políticas em prol da realidade do empoderamento local deste Patrimônio Mundial. Apesar das zonas homogêneas e híbridas favorecedoras da fragmentação articulada do território (ver fotos do mapa 14), Diamantina representa, mais do que Ouro Preto, uma grande *possibilidade* de empoderamento, pela ligação necessária do morador com o pequeno centro histórico comercial e por apresentarem grau de terceirização turística menor

que o encontrado em Ouro Preto. Apesar da presença de eventos como a Vesperata (analisada nos capítulos 4 e 5) e o polêmico carnaval de Diamantina, que incomodam o diamantinense, as festividades religiosas ainda fazem do centro histórico um espaço simbólico para a população da cidade, onde as chamadas Festa do Divino e Festa do Rosário são demasiadamente mencionadas em vários bairros. Apesar dos problemas por que passam nas periferias e apartados que estão do próprio turismo, os residentes tanto, de Ouro Preto quanto de Diamantina, identificam nessa prática socioeconômica uma melhor possibilidade de vida nas cidades barrocas, como apontam os gráficos abaixo – os de Ouro Preto já foram apresentados. Aparecem, também, depoimentos que discordam da prática turística ou dos eventos turísticos nas cidades, mas prevalece a sua aceitação.

Falta empresas e empregos em Diamantina. Por exemplo, a Rômulo Franchini, a tecelagem, não dá cesta básica, nem plano de saúde, nem médico, péssima condições de trabalho e péssimo salário. **A solução para Diamantina tem sido o turismo, tem uns anos, só que eu mesmo não consigo emprego lá no centro, já tentei.**<sup>198</sup>

**Na cidade falta emprego, lazer e cultura pro povo. A prefeitura deveria olhar primeiro os bairros (...)** Na nossa rua a rede de esgoto quebrou e nós que tivemos que consertar, a prefeitura não fez nada, por exemplo, por bom tempo.<sup>199</sup>

Em Diamantina só tem botequim, esses bar de bairro. Lazer pra quem? Falta oportunidade de emprego isso sim! **O carnaval é um problema, pra mim. Depois da festa fica uma sujeira danada para o povo. O diamantinense entrega a cidade para o turista, isso é um problema.**<sup>200</sup>

**Eu não sou favorável ao turismo, porque no carnaval precisamos deixar a cidade para o turista, por exemplo, a Vesperata também é outra história.**<sup>201</sup>

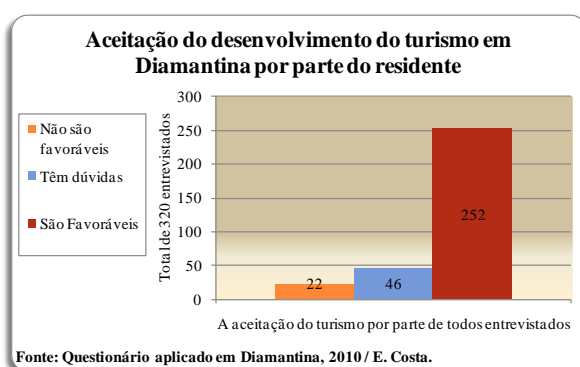


Gráfico 24

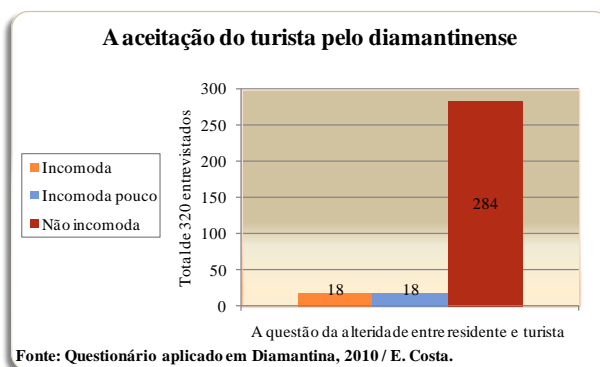


Gráfico 25

<sup>198</sup> Entrevista concedida por Ednaldo Jesus, morador do bairro Rio Grande, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.

<sup>199</sup> Entrevista concedida por Juçara Aparecida Silva, moradora do bairro Bela Vista, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.

<sup>200</sup> Entrevista concedida por Kessia Mota, moradora do bairro Palha, em Diamantina, em 25 de janeiro de 2010.

<sup>201</sup> Entrevista concedida por Magna Alves, moradora do bairro Bela Vista, em Diamantina, em 27 de janeiro de 2010.





Cabe um breve parêntese para considerarmos o quão é reveladora a visão positiva tanto do ouropretano quanto do diamantinense, em relação ao turismo e ao turista em suas cidades. Entendemos que essa visão positiva está relacionada à possibilidade de novas rendas nas cidades. No caso de Ouro Preto, o *estranhamento* é estabelecido em relação aos estudantes da universidade. Ao mesmo tempo em que reconhecem o aspecto positivo da presença dos estudantes na cidade (dinamização dos serviços, do comércio, da renda imobiliária e do emprego na construção civil), apontam para a negativa transformação do cotidiano urbano, com as inúmeras festas semanais e um notório *empoderamento* da cidade, fazendo com que se sintam invadidos.

O mapa 14 é significativo para uma síntese da análise. Como em Ouro Preto, no caso de Diamantina também identificamos duas zonas homogêneas na paisagem urbana, uma favorecedora da fragmentação articulada do território, e outra decorrente desta fragmentação. No entanto, em Diamantina, prevalece a valorização territorial de uma área central que se irradia do próprio centro histórico, com direção aos bairros mais afastados, de forma concêntrica, atingindo ao norte o bairro Fátima, ao sul o Santo Inácio, ao leste o Jardim e a oeste o Bom Jesus. Para além desse raio de valorização dos bairros, destacam-se como de grande valorização e homogeneidade de sua forma-conteúdo o Vale dos Diamantes e o Vila Arraiola. As zonas homogêneas e híbridas resultantes da fragmentação articulada do território urbano estão nas extremidades da cidade, são as mais afastadas geográfica e socialmente do centro histórico, de forma que essa homogeneidade é a da carência e a da precariedade difundidas nesses territórios. As zonas híbridas resultantes da fragmentação articulada do território passam por um inicial processo de valorização da terra ou melhoras das condições de vida, com a implantação de alguns equipamentos de infraestrutura urbana. O contraste das fotos apresentadas no mapa 14 é revelador desta análise.

Bourdieu (1998) leva-nos a refletir sobre a questão da precariedade, a instabilidade e a vulnerabilidade (também tratadas por Bauman, 2001) como uma característica difundida na contemporaneidade e que, indubitavelmente, são notórias no território para todos. A precariedade territorial torna-se, pois, uma condição mesmo de reflexão sobre as ações presentes da sociedade, na lógica incorporada nos lugares da vida cotidiana, fragmentando-a. Para Bauman (2001), o fenômeno que a precariedade capta e articula é a experiência combinada da falta de garantias (mesmo de sobrevivência), da incerteza (em relação à continuação de uma lógica local e estabilidade futura) e de insegurança (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade). A população incerta, insegura ou sem garantias, diante de tal *situação geográfica* que se constitui nessa precariedade do território urbano total – na dialética da fragmentação

articulada da valorização de zonas específicas diante da desvalorização de outras áreas das cidades – corre o risco de não capturarem o movimento pelo qual passam e, assim, não se apoderarem do que lhes é seu por direito, a “cidade histórica” em sua totalidade urbana. Negando o conhecimento dessa precariedade urbana, os governos dessas cidades atestam a *dialética da construção destrutiva* que impacta, inclusive, o que afirmam preservar.

Seriam as cidades, então, aglomerações de escrita histórica. É pobre sua descrição ou reprodução imagética da paisagem concreta. Devemos olhar a chamada “cidade histórica” como uma escrita particular de um *devenir* universal-local, síntese preponderante da saga de expansão das grandes metrópoles europeias do século XVIII. Essas cidades “avultam-se” ou “encolhem-se” diante de seus habitantes, como um pandemônio de textos, com turistas, grande quantidade de veículos movendo-se pelas estreitas ruas, um sem número de clicks de máquinas fotográficas, olhares atentos e desavisados de forasteiros, patrimônio apropriado pelos de fora e, também, pelos residentes, propagandas, consumo diverso do que se consagra em sua possibilidade, isso incorpora essa nova escrita.

A “cidade histórica”, enquanto escrita superposta por escritas de distintas línguas (pois é o que faz o movimento sobre o território), recebe o olhar próximo do *desejo* mercantil e o olhar distante das *necessidades* da vida, que atingem o âmago dos objetos-patrimônio. A complexidade de sua apropriação deve-se, por um lado, ao poder da publicidade absoluta discutida por Baudrillard (1991), por outro, às necessidades de sobrevivência nas cidades, o que imbrica uso, troca e símbolos criados e recriados.

Alegoria ou olhar póstumo? O que é pertinente a essas cidades históricas, uma espécie de alegoria do patrimônio (tratada por Françoise Choay) ou um olhar saudosista e nostálgico pelo distanciamento de alguns? Identificamos uma coisa e outra ante o processo de uma *construção destrutiva*. Resultados do espaço em movimento, da dialética espacial, essas cidades são produto de um *devenir universal-local*, de um querer e vir a ser que se consubstancia no plano do território e pode ser decifrado pela “concretude” (KOSÍK, 1976) das paisagens: mesclam-se *possibilidades* e *entraves* ao empoderamento dos bens culturais pela população total.

Para usar de uma metáfora, enquanto uma “paisagem de letras” – expressão de (BOLLE, 1992) –, a “cidade histórica” pode se tornar indecifrável ou não “alcançável” ou não “chegável”, quando da “ignorância” ou da “pseudoalienação” de seus contempladores e gestores. A escrita da cidade deve ser compreendida como o direito ao passado, ao seu entendimento por parte de seus verdadeiros donos, os que nelas permanecem por toda a sua vida – perspectiva de Bolle (1992). Mas é claro que esse direito ao passado deve ser entendido hoje. Seria o passado uma possibilidade para se enxergar mais claramente o presente, as

transformações, as diferenças, as perdas e os ganhos. Compreender, reconhecer a “cidade histórica”, suas ruas, a paisagem urbana, a dinâmica do território, é ler a cidade como um amplo espaço público, o espaço de toda gente, de encontros e possibilidades de sobrevivência digna ou não. Lembremos, com Bolle (1992), que a rua se tornou, para o cidadão de hoje, um texto de decifração tão difícil, como sempre fora para os analfabetos a cultura letrada; para o autor, da nossa capacidade de decifrar esse texto difícil depende a qualidade de nossa cidadania.

Por falar em cidadania, é impossível concebê-la sem a interpretação dos interstícios territoriais da cidade. O *empoderamento* do patrimônio está aí, nesses enclaves da vida diária na cidade barroca e ainda dramática. O grande potencial das cidades analisadas ainda é o seu centro histórico, representante da cidade-núcleo, impregnado no imaginário dos moradores, que são extremamente dependentes do mesmo para a produção, o consumo e, ainda, as práticas religiosas. Por um lado, então, temos o potente movimento de *patrimonialização global* que captura, sim, essas cidades, produzindo uma incipiente onda de terceirização e estetização do centro. Por outro lado, dialeticamente, em Ouro Preto e Diamantina, a função do centro na vida diária dos cidadãos representa um reduto para a resistência local a essa lógica global; o Patrimônio Mundial faz-se, também, não-mercadoria, não-universal, guarda a possibilidade do pertencimento, de identidade, uma marca local para parte da população.

Essa resistência, então, caracteriza-se pela própria *situação geográfica* da dialética centro-periferia, das novas centralidades periféricas e da dependência da periferia em relação ao centro, o que esboça a complexidade da vida nessas cidades. O ordenamento territorial-paisagístico apresentado, junto à visão da população sobre sua “cidade histórica”, acompanhado da perspectiva teórica de uma dialética espacial – universalidade-particularidade, espaço-tempo em movimento – apontam-nos para duas cidades da mineração brasileira em que pode se tornar realidade a verdadeira *democratização do patrimônio*, pois a população depende do mesmo para a sua sobrevivência. Este é o momento para o corporativismo público-privado reconhecer que não alcançará seus plenos objetivos – pois desconstrua, pouco a pouco, a “matéria-prima” que julga construir e lhe servir indefinidamente – apartando os que podem ser os principais atores da preservação, o diamantinense e o ouropretano. Um dos caminhos é a melhoria das condições de vida urbana concomitante a políticas de patrimônio, nos bairros mais necessitados apontados na cartografia apresentada.

O discurso parece competente, mas as operações no território são incondizentes, por ora. Diz a Prefeitura de Diamantina que está associado à busca de estratégias para se

assegurar os direitos e a qualidade de vida dos cidadãos diamantinos, a “valorização da memória cultural e do patrimônio cultural material e imaterial do Município, inscrito pela UNESCO entre os bens que compõem o Patrimônio Cultural da Humanidade, na perspectiva de incentivos a ações educativas e às manifestações artísticas, folclóricas e religiosas típicas (...) planejamento e realização, com a efetiva participação da comunidade, dos eventos culturais e religiosos tradicionais de Diamantina, buscando a concretização de parcerias entre o Poder Público, os organismos não governamentais e a iniciativa privada” (PREFEITURA DE DIAMANTINA, 2009, p. 19). A narrativa da população nega essa afirmação.

A crise da cidade é acompanhada pelo desmantelamento da instituição urbana em si, o que pode conduzir à banalização da paisagem urbana significativa e simbólica. A crise acompanha o resultado da mescla entre o Estado e novas empresas, que tem na cultura, hoje, seu mote propulsor; apoderam-se, mutuamente, de funções, atributos, prerrogativas da sociedade urbana. “Ao mesmo tempo em que é lugar de encontros, convergências das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 84-85).

Em suma, a dialética enquanto método possibilita-nos pensar as contradições da cidade e do urbano, do *preservar* e do *planejar*, na sua concepção material-sensível (que envolve a valorização, a dominação do território) e em sua característica simbólica (que nos dirige à representação do território, melhor dizendo, às novas representações dos lugares dos cidadãos na cidade). O mundo urbano, a apropriação da cidade, hoje, está intimamente ligado ao mundo da mercadoria, com a generalizada forma do dinheiro e do valor de troca. A simultaneidade dos encontros e das contradições, nas cidades, perfazem novos lugares e novas apropriações. Cabe ao geógrafo desvendar as *possibilidades* de empoderamento mais amplo da “cidade histórica” por sua própria população, identificar *acessibilidades, localizações, mobilidade e fluidez* que perfazem a *situação geográfica* urbana da “cidade histórica”; são questões relevantes para o encaminhamento da preservação e do *empoderamento* dos bens culturais. Esse caminho ainda é possível para Ouro Preto e para Diamantina.

Não podemos negar que as políticas de patrimônio contemporâneas podem promover tradições locais, favorecer adesões e contribuir para que se perpetuem características históricas, ritos, costumes, que distinguem o lugar e os habitantes de uma cidade; essa é uma faceta da *dialética da construção destrutiva* dos lugares do patrimônio. Diz Canclini (1995) que os imaginários urbanos continuam sendo constituídos pela memória de cada cidade e de bairros emblemáticos, por circuitos e cenários idealizados, rituais em que os habitantes se apropriam do território urbano, narrativas singulares que o consagram.

É possível dizer que o patrimônio que identifica Ouro Preto e Diamantina pode ser exposto como a representação realista de um território e de uma história. Sem sombra de dúvidas, é exposto dessa forma e uma das vertentes de interpretação identifica-o dessa maneira. Porém, parte dos “contempladores” não o vê dessa maneira, não consegue interpretá-lo como marca do processo histórico de formação territorial histórica brasileira, distantes que estão do pretense território de identidade. Talvez, o fato de que todo patrimônio e toda narrativa histórica ou literária seja a metáfora de uma aliança social, como aponta Canclini (1995), sintetize a idéia de que o que cada grupo hegemônico estabelece como patrimônio nacional e relato legítimo de cada época é o resultado de operações de seleção, encenação e combinação, que mudam conforme estratégias e objetivos das forças que disputam a hegemonia e a renovação de alianças ou pactos socioterritoriais.

Canclini (1995, p. 126) é taxativo ao afirmar que em todas as épocas houve políticas desiguais em relação aos bairros nobres e os marginais, os bens culturais distintos e os ‘vulgares’. Mas essas diferenças, em parte, foram subordinadas a uma experiência de busca das unidades nacionais que alguns lugares apresentam de modo mais ou menos coerente – como tivemos no Brasil, na década de 1930 (análise do capítulo 3).

Enquanto as políticas urbanas não operarem junto às políticas patrimoniais nos bairros mais distantes do centro, efetivamente, imperará a dialética da fragmentação articulada do território urbano nas cidades históricas analisadas. Deve-se, então, além de adotarmos uma visão de controle estético, estilístico e fachadista, entendermos que a cidade como um todo é um documento. Se cada parte de uma cidade traz uma história peculiar, é no seu conjunto e inserida na totalidade-mundo que devemos decifrar seu movimento. Como já dissemos, não podemos acreditar que a preservação vá solucionar, sozinha, problemas urbanos históricos, mas que a solução das problemáticas socioterritoriais da “cidade histórica” para além dos limites do tombamento, pode levar a uma democrática patrimonialização.

*Localização, acessibilidades e circulação* são atributos de uma dada *situação geográfica* urbana e urge serem interpretadas; o que não fazem a maioria das análises ditadas das “cidades históricas” ou das cidades-patrimônio. Sem o real entendimento dessas questões e a operacionalização em prol de sua positiva e ampla efetivação, as políticas patrimoniais fazem-se de curto efeito em qualquer “cidade histórica”. É com esse olhar que o geógrafo pode contribuir com o pensamento e o planejamento destas cidades. Podemos dizer, então, que os variados acessos são produzidos no curso do ordenamento do território urbano.

Caminhando para a conclusão deste trabalho, cabe uma menção a Affonso Ávila (1971), pois seu raciocínio vai de acordo com nossa tese. Diz o autor que o processo de descaracterização que vem ameaçando a cultura brasileira, em todas as suas manifestações,

deve-se, em parte, sem dúvida, à falta de integração dos projetos coletivos ou individuais ao contexto em que são executados ou implantados – dizemos mais, falta uma interface entre o planejamento urbano e os programas de patrimônio. A cidade colonial é pensada e planejada como um objeto opaco, inerte, localizado quando se afirma ser universal, mundial e inserida na dinâmica dos fluxos internacionais – um grande paradoxo. O tratamento impelido às mesmas não condiz com a lógica por que passam. Nessa contradição, a *possibilidade* latente de empoderamento dos bens culturais por parte da população, pode ser perdida. A *situação geográfica* de Ouro Preto e Diamantina ainda é favorecedora de um empoderamento dos bens culturais de forma ampla, pois o centro dessas cidades faz-se “chegável” e “alcançável” por uma parcela da população local, ante a *patrimonialização global* – ou seja, ainda há uma resistência. A estética favorecida por esse processo universal ainda encanta visitantes e uma parte dos moradores que dependem, no seu dia a dia, do centro dessas cidades.

Por fim, uma instigante proposição marxiana é a de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida material dos sujeitos que determina a consciência; o pressuposto desta análise parte das próprias classes em seu real processo de desenvolvimento, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, afirmaram que “tudo que põe os homens em movimento tem, necessariamente, de passar por sua cabeça; mas a forma que adota dentro delas depende muito das circunstâncias”. No entanto, podemos dizer que a refuncionalização das “cidades históricas” é fruto da totalização de relações materiais e ideológicas hegemônicas dos agentes sobre o território total e a ampla paisagem urbana, onde as circunstâncias atuais são produto e produtoras do que chamamos de *dialética da memória*, em que o resgate do passado via mundo material se dá através da negligência com a própria matéria e seus reais significados. Se tudo que põe os homens em movimento tem, necessariamente, de passar por sua cabeça, mas a forma que adota dentro delas depende das circunstâncias, como nos afirmam Marx e Engels, as circunstâncias estão aí não apenas para os agentes hegemônicos; não podemos desconsiderar as totais *circunstâncias* socioterritoriais – ou a *situação geográfica* urbana – dos negligenciados nas cidades, suas reais *possibilidades* e suas *necessidades*; só aí reside a positividade ou a negatividade da preservação e, por assim dizer, do *empoderamento* local do Patrimônio Mundial.

Não apenas o uso e a troca, mas é a tríade uso, troca e ressignificação simbólica do patrimônio edificado que constitui o ordenamento socioterritorial da totalidade urbana das cidades-patrimônio. A dialética da fragmentação articulada analisada expressa sim, paradoxalmente, *possibilidades* de empoderamento ante a *hegemonia* das apropriações, das práticas socioespaciais e das relações de produção nas “cidades históricas”. Só o casamento entre políticas urbanas e políticas patrimoniais poderá minimizar os prováveis futuros

impactos mais danosos da *patrimonialização global* ou da *dialética da construção destrutiva* nas cidades analisadas. Vigora uma mediação ideológica e material que conduz à produção da universalidade imaginária e à unidade socioterritorial ilusória, que esconde a divisão interna inter e intra-classes da sociedade no território, o que se escancara na leitura minuciosa, tanto do próprio território, quanto da paisagem urbana. Concordamos com Chauí (1987), ao apontar que o conceito gramsciano de *hegemonia* inclui o de cultura como processo social global que constitui a ‘visão de mundo’ de uma sociedade e de uma época, onde temos que a hegemonia dos agentes capitalistas representa uma cultura que se quer e necessita ser universal para se impor perante as classes, nas cidades; além de que o conceito de ideologia, “como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata”, está na base de tal dominação e, como vimos, está embutido no planejamento das cidades.

Para Chauí (1987), o próprio conceito de *hegemonia* ultrapassa o de cultura e o de ideologia, pois representa a capacidade das relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação. *Hegemonia*, então, é a práxis que caracteriza, para além de simbologias, as representações, as normas e os valores das classes sociais dominantes e determinadas no território e na paisagem. Se a hegemonia “é uma cultura numa sociedade de classes” (CHAUÍ, 1987, p. 21), não é de menor significância a *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais que ainda sobrevive em Ouro Preto e Diamantina para seus mais antigos moradores, os descendentes dos protagonistas da história dessas cidades barrocas. Resistem ante a força avassaladora da *patrimonialização global*, como um *processo de ressignificação dos lugares em escala planetária*.

Na dialética da revisitação do universal ao particular, e vice-versa, identificamos que os principais “eventos” que capturaram Ouro Preto e Diamantina, ao longo de suas histórias, não foram capazes de destroçar o barroquismo material e simbólico da sociedade da mineração. Essas cidades fazem-se, ainda, respectivamente, barroca e dramática, rococó e brejeira. Sua espetacularização caminha para a mercantilização e fica aquém deste processo, pois o espetáculo que vigora é o da vida cotidiana, o do concreto vivido pelos homens comuns dentro do processo histórico que ressignifica o barroco como materialidade e representação. A cidade barroca ainda faz-se barroca por guardar as *possibilidades* contraditórias de um *devenir* universal.

A fala do Secretário de Turismo de Ouro Preto é-nos fundamental para uma reflexão sobre as contradições identificadas nas cidades Patrimônio Mundial mineiras e em outras cidades analisadas em estudos anteriores. Sua narrativa converge tanto para as possibilidades do uso coletivo dos bens culturais – em São João Del Rei, um diferencial de



“cidade histórica” (COSTA, 2010) –, quanto para o valor de troca inerente aos mesmos (especialmente, na banalizada Tiradentes) e para a ressignificação simbólica da arte urbana barroca, em voga, notoriamente, em Ouro Preto e Diamantina. O depoimento permeia, sutilmente, a tratada *dialética da memória*, em que a representação simbólica do lugar passa a ser atributo fundante da *dialética da construção destrutiva* e da *patrimonialização global*, enquanto processos verticais recentes de “recolonização” das áreas centrais das “cidades históricas” mineiras revaloradas.

**A cidade não está pronta para o turismo, ela está pronta para viver do turismo selvagem que sempre viveu**, de forma desrespeitosa inclusive com o turista. Ouro Preto é um lugar em que um proprietário fala que a pousada tá cheia, daí o outro aumenta o preço da dele, isso é um capitalismo selvagem, a gente precisa conscientizar o empresário local. A diferença do turismo em algumas cidades, como em Ouro Preto, São João Del Rei, Tiradentes e Diamantina é que Ouro Preto, São João, Diamantina mantiveram seus moradores no centro, Tiradentes não. São João Del Rei é uma cidade híbrida, lá faltou um direcionamento de memória [valorização mercantil?] pra alavancar o turismo. Ouro Preto não tem a musicalidade de São João Del Rei. **São João virou as costas para o Concílio do Vaticano, há missas em latim, você vê *te deum*, você vê meninos pequenos falando tudo em latim e sabendo o que falam, meninos com missal na mão, na torre, tocando os sinos, isso a gente perdeu, em Ouro Preto.** Eu brinco que, no século XVIII, a primeira derrama foi a do ouro, a próxima será a do turismo (...) **A derrama será a do turismo porque quem fecha o caixa do restaurante mora no morro, quem acerta os pagamentos no hotel mora no morro**, a gente precisa dar **legitimidade a essas pessoas, aos prestadores de serviços, dar vida digna para eles.** Precisamos conscientizar a população. Hoje, o turismo emprega 15% da mão de obra e serviços; Ouro Preto tem 1.680 empregos formais ligados ao turismo, fora a sazonalidade dos empregos informais. Eu acredito que a população beneficiada com o turismo, também é aquela da mão de obra braçal, que não entende direito o significado do patrimônio. A população mais beneficiada é a população do centro com maior desenvoltura, e a população da periferia é com serviços de mão de obra marginal, marginalmente.<sup>202</sup>

---

<sup>202</sup> Entrevista de Francisco de Assis – Secretário de Turismo de Ouro Preto – concedida ao autor em 17 de agosto de 2010.

## 7.

### **À Guisa de uma Conclusão: As cidades coloniais barrocas e as possibilidades contraditórias de seu *devenir* universal-particular**

Ao pensarmos que o barroco – e por assim dizer, as cidades mineiras eivadas dessa arte e de singelos traços desse urbanismo – teve por objetivo espiritual e material o esplendor persuasivo e de ostentação, suas obras não poderiam se diluir no contexto físico em que se implantavam. Os casarões e as monumentais igrejas deveriam ser o foco polarizador da atenção visual. Tanto Ouro Preto quanto Diamantina (guardadas as devidas proporções da forma urbana barroco-rococó em cada cidade) apresentam essa morfologia que, no limite, adquiriu, no território da mineração, uma condição *sui generis*, como vimos na primeira parte deste estudo. Os traços se mantêm, mas envoltos por uma nova dinâmica do urbano inscrita no espaço enquanto “acumulação desigual do tempo”. As ações de “recolonização” dos centros históricos, estrategicamente, atuam considerando os traços do urbanismo e da arte barroca, propiciando uma incipiente terceirização e estetização turísticas da área central, tanto de Ouro Preto quanto de Diamantina.

Nessa perspectiva de formação singular, Ouro Preto – que esboça no urbano as competições de prestígio que resultou em construções de igrejas suntuosas, cada qual em seu mais digno promontório, além de expressar as finalidades anti-absolutistas por meio da competição entre as irmandades e dos trabalhos artísticos resultantes de tais conflitos – é erigida, no início do século XX, em Monumento Nacional (diga-se de passagem, sua área de tombamento é monumental). Se, nos primórdios das cidades barrocas mineiras, os monumentos deveriam reagir à agressividade da topografia e abrirem casos particulares para si próprios, destacando-se na paisagem em movimento, esses mesmos monumentos – representantes da elite – tornam-se, posteriormente, signos da construção da identidade brasileira por meio do território. Esses mesmos monumentos são os principais atrativos da conquista de renda monopolista, ao longo do século XX, nas chamadas “cidades históricas”.

Nesse movimento de formação e ressignificação do urbano e da arte que o acompanha – e da instituição urbana em si – Diamantina, por exemplo, é erigida como Patrimônio Mundial, por *offre le témoignage d'une entreprise culturelle et artistique de l'Homme sur son cadre de vie*, como destaca a *Proposition D'Inscription de Diamantina sur la Liste du Patrimoine Mondial*. No limite, esses são os mais notórios “eventos” – a gênese e a institucionalização desses núcleos antigos em distintas escalas geográficas – que diluem

quatro dos cinco momentos da periodização proposta na tese para essas cidades antigas da mineração brasileira: 1. as cidades coloniais como particularidade de um *devenir* universal – *gênese e movimento histórico do patrimônio*; 2. as cidades coloniais como *territórios de identidade* nacional – *produção simbólica do patrimônio*; 3. as cidades coloniais como *territórios de identidade do capital* – *projeção inicial do patrimônio* e; 4. as cidades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria na fase mais notória da *patrimonialização global*, que tende a uma *banalização pela cenarização progressiva do patrimônio*, conduzindo à reinvenção do barroco e à “recolonização” dos centros históricos, de maneira mais marcante, após a década de 1990, no Brasil.

No entanto, não podemos ser negligentes ou radicais na análise ao ponto de não identificarmos saídas positivas ante a *situação geográfica* vigente, nessas cidades. Há diferenças que demarcam, distintamente, o território; há *possibilidades* de empoderamento em diferentes graus e por diferentes grupos em cada “cidade histórica” mineira – incluímos nesse rol São João Del Rei, Tiradentes e Congonhas do Campo, cujas quais já tivemos a oportunidade de analisar em estudos anteriores –, de forma que não é possível negar tais *possibilidades*. Ante a *patrimonialização global* e sua potência de ressignificação dos lugares ou de *banalização pela cenarização progressiva* de sítios históricos, as cidades coloniais barrocas em tela resistem, firmemente, a tal banalização. Os espetáculos que vigoram – junto ao da patrimonialização – são os espetáculos da vida cotidiana. São as necessidades urbanas coletivas localizadas, ainda, em ambos os centros históricos (com destaque para Diamantina) – morada, comércio, serviços, lazer (precário), festividades sagradas (algumas turistificadas) e eventos profanos –, e a busca pela sobrevivência nas cidades que, paradoxalmente, remetem-nos à *possibilidade* de *empoderamento* dos bens culturais. Fica a *possibilidade*, pois os atributos de *acessibilidade*, *circulação* e *mobilidade* são negligenciados pelas políticas urbanas em tais cidades. A preservação e a democratização local dos bens culturais da humanidade requerem planejamento de bairros específicos e ações que partam desses mesmos bairros em sentido ao centro histórico, material e simbolicamente.

A prática mercantil sobre as “cidades históricas” tem sido firmemente criticada, especialmente por intelectuais marxistas e conservadores. Crítica desferida, pois se acredita que o Estado capitalista está a serviço das classes dominantes, o que faz das operações urbanas, da prática de planejamento, dos programas de patrimônio um benefício para tal classe, caracterizando a governança urbana mantenedora de um *status quo*. Porém, mesmo integrando essa ala dos pensadores críticos, não pretendemos, nesta tese, vendar os olhos para as reais *possibilidades* de uma contra-hegemonia emergente da própria *situação geográfica* identificada em tais cidades, pois talvez essa seja uma das únicas saídas para além da crítica; o

que nos conduz, então, a uma crítica propositiva. Apesar da crítica e para além da crítica, não podemos ter como premissa que não vale a pena perder tempo com o planejamento ou com as políticas de patrimônio, adotando uma postura de rejeição a essas práticas. Muito pelo contrário, a saída para a democratização dos bens culturais está, paradoxalmente, nas *possibilidades* contraditórias do *devenir* universal das cidades barrocas, que envolve a relação dialética da fragmentação articulada do território urbano.

Diante desse quadro, apresentamos o que, verdadeiramente, não sabíamos e deveríamos saber sobre a *patrimonialização global* e as *possibilidades* de empoderamento nessas cidades-patrimônio; quais as contradições não reveladas e quais os horizontes para além do óbvio foram discutidas ao longo da tese e sintetizamos.

As facetas do fenômeno urbano, na concepção dialética da matéria e da significação do mundo ou dos símbolos urbanos são, significativamente, produtoras e tributárias de novas “representações e vontade” – para usar uma concepção de Pierre Bourdieu. Daí podermos falar em espaço-tempo, material-simbólico, na tríade uso, troca e simbolismo, que ressignificam as cidades barrocas em sua totalidade urbana. O simbólico precisa ser difundido nas e a partir das periferias. A dialética do uso e da troca não dá conta da análise das cidades-patrimônio, quando a valorização simbólica representa o atributo fundamental, inclusive, para se agregar tanto valor de mercado quanto valor de uso aos bens culturais, o que consubstancia em uma *dialética da memória* – em que a tentativa de rememoração é construída na mesma via de ações que conduzem ao esquecimento da própria história. Como nos indica um agente público de Ouro Preto, “hoje o turismo que se pratica em Ouro Preto é um *turismo mítico*, **pois se sobrevive do mito de Ouro Preto**, além de termos uma *mídia espontânea* inacreditável, isso atrapalha mais do que ajuda; **é tudo desordenado, o turismo que se pratica é um turismo que, nas mãos de miseráveis e com muitos guias de turismo despreparados, apresenta visões diferentes da história, muitas, desconfiantes**, há muitos guias despreparados e não credenciados”<sup>203</sup>. Devemos caminhar, pois, no movimento da realidade da representação dessas cidades à representação de sua realidade socioterritorial. Essa é a dialética – tributária da dialética do espaço geográfico –, que nos possibilita desvendar as *possibilidades* de empoderamento local do Patrimônio Mundial, cujo resultado encontra-se no território ordenado, na paisagem urbana histórica produzida e no imaginário construído.

A totalização da cidadania nas “cidades históricas” – e, por assim dizer, da democratização do patrimônio cultural – está diretamente ligada, em nosso entendimento, a

---

<sup>203</sup> Entrevista concedida au autor pelo Secretário de Turismo de Ouro Preto – Francisco de Assis – em 17 de agosto de 2010.

duas questões-chave: aos direitos socioterritoriais (que dizem respeito à vida digna nas cidades) e aos direitos socioculturais (que envolvem desde o direito à própria cultura urbana, ao direito – e dever – de expressão nas cidades). Direitos territoriais e direitos culturais remetem-nos, em síntese, a *possibilidades de acessos, de localização e de mobilidade* urbanas – em uma palavra, à vida digna na “cidade histórica”. A busca da preservação de patrimônio desarticulada da difusão generalizada das *possibilidades* de empoderamento dos bens culturais pela população, e apartadas das políticas urbanas para os bairros, favorecem que, dialeticamente, a “*cidade histórica*” se universalize e se decomponha, pois, os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-as globalmente) são os mesmos que a divide, simultaneamente, favorecendo a fragmentação articulada do território urbano e um imaginário coletivo distorcido sobre o Patrimônio Mundial em âmbito local, pois os investimentos convergem para a área de tombamento. Tendência que se confirma nos casos apresentados.

No movimento que transita da dominação e valorização do território à sua representação e precarização, é que se encerra e se inicia, simultaneamente, o trânsito do universal ao particular concreto que é a “cidade histórica”. Nessa interpretação dialética do território, prevalece, sim, a *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais, tanto em Diamantina quanto em Ouro Preto, por parte de sua população local. No entanto, o caminho da preservação deve ser invertido, de forma que as ações desfoquem do território central dessas cidades. As intervenções urbanas de maior monta devem tomar um novo sentido, que é o das periferias para o centro, e não a tentativa de conscientização ou ordenamento territorial do centro para as periferias – pouco alcançando-as. Na perspectiva das intervenções adotadas, hoje, a terceirização turística e a estetização (incipientes) da área central tanto, de Diamantina quanto de Ouro Preto, tem como resistência à banalização ou à cenarização turística completa dos bens culturais, paradoxalmente, a própria precarização dos bairros de entorno e a vida urbana tradicional que resiste nessas áreas centrais. A população dos bairros afastados das centralidades existentes nas periferias e mesmo aquela abastecida por tais centralidades, ainda se apropria materialmente (e parte, simbolicamente) do centro histórico de Ouro Preto e, sobretudo, de Diamantina (lembramos da área que denominamos, nessa cidade, *quadrilátero do uso local em pleno centro histórico*). Faltam melhores condições urbanas para a difusão das informações de seu conteúdo significativo, o que deve acontecer nessas periferias. As palavras-chave para o intento, em nosso entendimento são: *mobilidade, acessibilidade e localização*. São conceitos fundamentais para a busca de uma vida mais digna nas cidades analisadas, de forma que o planejamento de bairros deve ser acompanhado de políticas de patrimônio ou o que muitos chamam *Políticas de Educação Patrimonial*, no movimento das

periferias para o centro. É a partir do lugar de morada – onde se encontra seu primeiro patrimônio: a *vida humana digna* – que o cidadão tem condições de pensar o conjunto da cidade. Como destaca o Prefeito de Diamantina, Geraldo da Silva Macedo, “**deixamos muito a desejar com a educação patrimonial**, temos mais fiscalização de preservação do que educação patrimonial, isso é algo a ser construído. Nós temos muitos órgãos fiscalizadores, mas não houve preparação da comunidade, falham as próprias secretarias municipais. **Quando se fala em IPHAN, quando se fala em órgãos fiscalizadores da prefeitura, há uma rejeição por parte da comunidade**”.<sup>204</sup>

A população esclarece-nos o papel do centro em suas vidas diárias, aceita o turismo e o turista em suas cidades e estabelece uma relação de identidade com o território em que vive, quando relata – mais de 80% dos entrevistados em cada cidade – serem “felizes e esperançosos” em Ouro Preto e Diamantina (apesar de, contraditoriamente, admitirem a insatisfação com a gestão pública vigente, reconhecerem a precariedade do urbano e a onda incipiente de apropriação turística das áreas centrais, além de visualizarem os problemas advindos do elevado custo de vida que os acometem em ambas as cidades, de forma que a frase corrente entre os ouropretanos é a de que “somos turistas em nossa própria cidade”, remetendo à especulação imobiliária, do comércio e dos serviços urbanos). Lembra-nos David Harvey, em *Espaços de Esperança*, que o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades democratiza a miséria e prejudica a esperança. Logo, se há esperança mesmo diante do quadro socioterritorial urbano identificado pelo morador, ou seja, da miséria democratizada e da vida extremamente precarizada em parte dos bairros dessas cidades – e a análise apresentada localiza, exatamente, os pontos necessitados de intervenção –, a única justificativa plausível para essa contradição é a permanente identidade com o território, os laços permanentes de relações horizontais, o sentimento de pertencimento que guardam nessas tradicionais cidades do catolicismo. Essa *esperança* constitui-se em germe da *possibilidade* de *empoderamento* dos bens culturais. Ainda vigoram – apesar da mercantilização dos próprios templos – importantes festas religiosas anuais que atraem os moradores (e uma onda de turistas), alguns eventos turísticos em que o morador participa ativamente (como o Festival de Inverno e o Carnaval) e as principais funções tradicionais dessas áreas centrais. Nesse movimento contraditório, nos é revelador a narrativa de uma funcionária da Secretaria de Turismo de Diamantina,

No chamado turismo cultural, o ganho econômico que deveria ser compensatório, não é compensatório. **O lado comercial da cultura não atende a cultura, atende ao dono de mercado, do restaurante, do comércio (...)** **O retorno não é para a banda de música das serestas, por exemplo,**

---

<sup>204</sup> Entrevista concedida pelo Prefeito de Diamantina – Geraldo da Silva Macedo – em 26 de abril de 2010.

**para seu investimento cultural pessoal. Eu acho que há uma compensação muito desigual ao se usar as práticas culturais como produtos turísticos.** Há investimentos na prática e não há investimentos nos rituais preparatórios, o investimento se dá na apresentação do espetáculo, não na organização (...) **Meu olhar é pela defesa da cultura e até onde encontrar equilíbrio entre a mercadoria e tradição, como cuidar da Festa do Rosário como produto turístico?** Mais importante é tratá-la como ritual local, se o turista chega e acha um artifício, isso pode desgastar até o turismo. A seresta perdeu muito de prática cultural, passou a ter menos usos comunitários e se localiza para apresentações para turistas.<sup>205</sup>

Em face das contradições identificadas, cumpre-nos entender corretamente o comportamento da sociedade no território, o seu movimento, pois a análise pode não sair da abstração se não a considerarmos a partir do território. Como indica Milton Santos, em *Região: Globalização e Identidade*, a ação dos homens está sempre ditada pelas características dos lugares, pelas formas que os lugares têm.

Entendermos o imaginário coletivo nas “cidades históricas” para definir o trabalho de sua urbanização, pode ser um dos caminhos para transformar a *possibilidade* de empoderamento total dos bens culturais na *realidade* de sua democratização. A partir da interpretação desse imaginário, junto a operações urbanas nos bairros mais afastados da zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território, pode uma cidade, além de edificada e imaginada, também ser “reconstruída” a partir da imagem e do real que temos dela.

As funcionalidades econômicas e sociais analisadas nos centros históricos de ambas as cidades, junto às mensagens simbólicas localizadas e difundidas, criam uma dimensão simbólica global de Ouro Preto e Diamantina, cuja síntese está na captura das mesmas pela *patrimonialização global* e na especulação imobiliária estabelecida por suas funções universitária e turística. A busca da valorização do território faz com que os problemas da preservação entrem na moda, comprometendo, às vezes, a eficácia funcional de parte dos espaços humanizados, como lembra Paul Claval, em *A Geografia Cultural*.

As zonas específicas identificadas nos territórios das cidades Patrimônio Mundial *universelle exceptionnelle* de Minas Gerais são resultados de seu *devenir* universal-particular. Nesse sentido, zonas homogêneas ou zonas híbridas favorecedoras ou resultantes da fragmentação articulada do território urbano das cidades barrocas são produtos, em última instância, de intervenções universais que não podem existir nem existem independentemente de pessoas políticas localizadas, que as sustentam e que agem com base nelas. Dados, ações ou “eventos” universais não têm existência autônoma, nem se estabelecem como absolutos

---

<sup>205</sup> Entrevista da Secretária de Turismo de Diamantina – Márcia Betânia de Oliveira –, em setembro de 2010.

abstratos, passíveis de serem levados a atuar sobre territórios humanizados – a precariedade ou a valorização de um bairro é fruto de decisões políticas universais e locais. Como diz David Harvey, em *Espaços de Esperança*, os universais são onipresentes em todas as práticas; “não obstante, na medida em que começamos a lhes dar forma e a organizá-los para determinados propósitos, os universais assumem a aparência de princípios abstratos a que aderimos”.

As zonas identificadas em ambas as cidades – síntese da análise dialética da totalidade urbana / totalidade-mundo – são produtos locais precários e também valorizados por universais que formaram agregados e que convergiram como paradigmas territoriais nessas cidades, propiciando: a estetização e a terceirização encaminhadas pelo Monumenta; as novas centralidades comerciais e serviços identificados no território total; o arco e o anel de zonas valorizadas do território, frente aos bairros com manchas ou enclaves de vida precária – propiciando a fragmentação articulada do território urbano. Essa complexidade que perfaz o território dessas cidades, na qual identificamos a *possibilidade* de empoderamento dos bens culturais pela população local, em resumo, esboça a dialética universal-particular-singular que é social e politicamente construída, longe de ser dada *a priori*.

Logo, enquanto a sociedade não se organiza, com eminente força política, para exigir de seus representantes, nessas cidades, que desenvolvam ações de Estado planejadas e democráticas, e não clientelistas e paternalistas (que se dão através de práticas unidirecionais ou unifocais – apresentadas como soluções para a crise urbana), as *possibilidades* de *empoderamento* coletivo dos bens culturais entendidas nas “cidades históricas” não se tornarão *realidade* efetiva, ficando, tanto o planejamento urbano, quanto as políticas de patrimônio, mal resolvidos. Se o Zoneamento ou o Plano Diretor de ambas as cidades não identificam as carências reais dos cidadãos, se não visualizam os pontos mais necessitados de intervenção urbana em prol de uma vida digna na cidade barroca e pela democratização do patrimônio urbano, levantamentos cartográficos e estudos que tratem da cidade em sua totalidade urbana esboçam uma metodologia para se fazer da *possibilidade* de *empoderamento* dos bens culturais, por parte da população dessas cidades, uma realidade.

Os *acessos*, as *localizações* e as *mobilidades*, em suma, a *situação geográfica*<sup>206</sup> de Ouro Preto e Diamantina reflete a coerência do desacordo com as exigências presentes das populações, que pode comprometer o futuro do próprio patrimônio urbano. As desigualdades

---

<sup>206</sup> Na ótica da dialética espacial, a *situação geográfica* retrata a imbricação da valorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, o que reproduz uma dialética centro-periferia – devido à simultaneidade da dependência centro-periferia, da formação de novas centralidades na periferia e da dependência do centro. Os atributos de *localização*, *acessibilidades* e *mobilidades* são fundamentais, tanto para a consolidação da renda da terra urbana, quanto para a caracterização das condições de vida na cidade, que estão diretamente vinculadas à dialética áreas valorizadas/áreas precarizadas e às *possibilidades* de *empoderamento* do patrimônio urbano.



sociourbanas são, em primeira mão, desigualdades paisagísticas, territoriais e de *acessos*, uma vez que decorrem do lugar em que cada indivíduo se localiza (e das ações dirigidas a cada lugar). De acordo com Milton Santos, em *Espaço do Cidadão*, “a República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam”.

Falar em *empoderamento* dos bens culturais por parte da população vai para muito além da requalificação ou da “recolonização” de centros; significa, de fato – diante do quadro que se implanta pela *patrimonialização global* e tendência à terceirização das áreas urbanas por novas atividades econômicas –, tratar do inalienável direito a uma vida digna para todos nas “cidades históricas”. Então, mais que o “direito à cidade” tratado por Henri Lefebvre, a problemática que se implanta é a do direito a obter do Estado os bens e serviços minimamente condizentes para uma existência digna para todos nas cidades. Se sem isso “não se dirá que existe o cidadão” – como trata Milton Santos –, vamos para além dessa proposição; sem isso, não existe democracia, muito menos preservação urbana, e o planejamento sintetiza medidas mitigadoras incapazes de confabular a cidadania concreta. No limite, a economia urbana e a vida digna nas “cidades históricas” não se fazem profícuas se não for difundido o que Roberto Guidicci trata por “terciário social”, que deve abarcar as áreas de instrução em todos os níveis, de assistência, de turismo e de lazer, de administração democrática, de habitação, de pesquisa e de saúde. São os principais elementos que devem acompanhar a preservação de patrimônio direcionada das periferias para o centro das cidades, pois é necessário “asumir críticamente el valor histórico del centro de la ciudad en relación con todos los servicios necesarios para una vida digna” (CANCLINI, 1999, p. 22).

A junção políticas urbanas e políticas de patrimônio, em síntese, para se fazerem eficazes, devem tratar, conjuntamente, do fenômeno urbano em sua globalidade, e não de partes isoladas. O discurso patrimonial sobre o centro não pode estar separado do discurso territorial total, nas cidades barrocas. O barroco não se faz presente, ainda, nessas cidades, apenas por sua materialidade síntese do absolutismo português, que foi um dos motivos da reprodução do estilo, junto à força e feições anti-absolutistas adquiridas em Minas Gerais, com o papel social e a competição entre as irmandades. O barroco e o modo de vida barroco, nessas cidades, fazem-se presentes – na operacionalização dialética de uma *construção destrutiva* – pelo absolutismo da busca do capital excedente e da renda monopolista, ante a contra-hegemonia imperante através das *possibilidades* de empoderamento dos bens culturais.

As cidades coloniais barrocas como produtos de um *devenir* universal-particular são, a um só tempo e no movimento da totalidade dinâmica, historicamente, *possibilidades* absolutistas e iluministas. Serviram e servem ao(s) *absolutismo(s)* e se enquadram em uma

nova função que não é menos sua, a das *luzes*, a do esclarecimento e a do controle coletivo e territorial, em seu movimento histórico. A pompa que convergia para e do barroco converge para o centro histórico das cidades mineiras. O esforço deve ser o de fazer da apropriação histórica dessas cidades – vinculadas a políticas *absolutas* – realidade do *empoderamento* de seus atributos contingentes. A democratização do patrimônio está para ser construída, junto à implantação de *acessos*, à compreensão ou à justificativa das *localizações* e às possibilidades de *mobilidades* nessas cidades. O caminho a ser percorrido é o do ponto de vista da totalidade, da essência interna das cidades barrocas aos seus aspectos fenomênicos da realidade, de suas partes e de seu todo, de seus produtos e de suas produções, de sua realidade e do imaginário construído, dos impactos de sua preservação e de sua mercantilização, e assim por diante.

Conforme orienta Francisco Capuano Scarlato, em *Ouro Preto. Cidade Histórica da Mineração no Sertão Brasileiro*, faz-se necessária uma transcendência na reconstrução imaginária de momentos históricos, sem a qual toda materialidade do território torna-se um amontoado de edificações de pouca significação; precisamos levar em conta que as diferentes formas de representações e construções simbólicas que se faz de uma cidade estão intrinsecamente relacionadas com as práticas espaciais. É nessa dialética que identificamos as *possibilidades* contraditórias de seu *devenir* universal-particular, uma vez que a explicitação dos fenômenos culturais deve partir da atividade prática objetiva do homem histórico no território. A *situação geográfica* de Ouro Preto e Diamantina é um produto histórico, político e social, prescreve suas fortunas e destinos, esclarece o que fomos, aponta o que somos e elucida as contradições que direcionam a “cidade histórica” ao que ela pode ser. Eis o quinto momento de análise desta tese: a cidade colonial barroca como *possibilidade* de *vir a ser*, de *empoderamento* dos bens culturais pela população local. O caminho está aberto, resta percorrê-lo lembrando que uma *situação geográfica* particular e o cidadão são os elementos constitutivos da práxis, são condições primeiras de superações em prol da qualidade de vida nas cidades. Os homens agem dentro da *situação* dada e na ação política conferem significados ao mundo; da compreensão de sua histórica resignificação e apropriação, emerge a *possibilidade* de empoderamento local dos bens culturais *universelle exceptionelle*.

Para o antropólogo Néstor García Canclini, muitos estudos ignoram de que modo as pessoas se apropriam do patrimônio urbano e quais dificuldades encontram para relacioná-lo com a sua vida cotidiana. Esta tese foi no sentido inverso dessas análises ao apontar entraves e *possibilidades* sociourbanas para o *empoderamento* das cidades mineiras capturadas pela *patrimonialização global*, o que só foi possível com a abordagem dialética totalidade urbana / totalidade-mundo, ou seja, da cidade histórica para além dos limites do tombamento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Adilson Avansi. *O Planalto de Diamantina: Um setor da Serra do Espinhaço em Minas Gerais*. Instituto de Geografia USP, Revista Orientação, 1984.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1970.
- AGUIAR, José. *A cidade do futuro já existe hoje*. Lisboa: ATIC Magazine, nº 24, p.1-17, 1999.
- AMARAL, Aracy. Da terra: madeira e barro como suporte para a cor e o ouro. In: ÁVILA, Affonso (org.). *Barroco Teoria e Análise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- ANDRADE, Mário de *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª edição. Brasília: Martins Editorial, 1975.
- ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Editora Experimento, 1993.
- APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARANTES, Otília B. Arquitetura Simulada. In: NOVAES, A. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARANTES, Otília B. A virada cultural do sistema das artes. In: JINKINGS, I; NETO, A. (ed.). *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ASSUMPÇÃO, Livia R. *Diamantina: Uma Formação Urbana Original*. In: Revista Barroco anos 1993 / 1996, nº 17, p. 261-272.
- AUGUSTIN, Jean-Pierre. *Geographies culturelles et imaginaires urbains: les cultures périphériques bousculent les cultures légitimes*. Revista Sociopoética, UEPB, vol 1, nº 3, p. 1-11, 2009.
- ÁVILA, Affonso. *O elemento lúdico nas formas de expressão do barroco*. In: Revista Barroco ano 1970, nº 2, p. 07-17.
- ÁVILA, Affonso. Resenhas e Notas. Quadro da Arquitetura no Brasil (Nestor Goulart Reis Filho). In: Revista Barroco ano 1971, nº 3, p. 07-16.
- ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo. *A representação espacial das Minas Gerais do Século XVIII. Relações entre a Cartografia e a Arte*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 441-446.
- AZEVEDO, Aroldo. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia n. 33, 1956.
- AYMONINO, Carlo. *O Significado das Cidades*. Lisboa: Coleção Dimensões - Editorial Presença, 1984.
- BARREIROS, Eduardo C. *As Vilas Del-rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1976.

- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation: ses mythes ses structures*. Paris: Ed. Donel, 1970.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Ed. Antropos, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAZIN, Germain. *Le Barroque - Un Etat de Conscience*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 15 – 20.
- BEAUVOIR, Simone. *Pour une morale de l'ambiguïté*. Frankfurt, Éditions Gallimard, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Destruction et memória. In: *CEuvres Tome I*. Traduit de l'allemand par Maurice de Candillac. Frankfurt, Éditions Gallimard, 2000.
- BERDOULAY, Vicent; CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C. C. *L'espace public entre mythe, imaginaire et culture*. Cahiers de Géographie du Québec, Volume 45, nº 120, p. 413-428, 2001.
- BERDOULAY, Vicent. *Le lieu et l'espace public*. Cahiers de Géographie Du Québec, Volume 41, nº 114, p. 301-309, 1997.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- BOLLE, Wille. A cidade como escrita. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico / DPH, 1992.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- BOSCHI, Caio. Sociabilidade religiosa laica: as irmandades. In: BETHENCOURT, F; CHAUDHURI, K. (org.). *História da Expansão Portuguesa, vol. III, O Brasil na Balança do Império (1697-808)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BOSQUE, Joaquín Morel. O Patrimônio da Humanidade. In: YÁZIGI, E, CARLOS. A. F, CRUZ. R. C. A. (orgs). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.
- BOSI, V; PINHEIRO, A; SANTOS, C. N; COLAGROSSI, F; ARNAUT, J; FRANCO, L. *Mesa Redonda. Patrimônio Edificado II – sítios históricos / núcleos urbanos / entorno*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux : Propôs pour servir à la résistance contre l'invasion neo-liberale*. Paris : Liber, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio L. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Les Editions Arthaud, 1985.

- BRAUDEL, Fernand. Veneza. In: Os Homens e a Herança no Mediterrâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável. Metodologia de Planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *O Triunfo Eucarístico: Hierarquias e Universalidade*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 461-466.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- CANCLINI, Nestor G. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.
- CANCLINI, Nestor G. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnação (org.). *Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 1999.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CAPEL, Horacio. *La definición de lo urbano*. Revista Estudios Geográficos, Madrid, nº 138-139, p. 265-301, 1975.
- CAPEL, Horacio. *A modo de introducción: los problemas de las ciudades. Urbs, Civitas y Polis*. Coleção Mediterrâneo Econômico no. 3: Cidades, arquitetura y espacio urbano. Almeria: Fundacion Cajamar, p. 09-22, 2003.
- CARDOSO, Jorge de Jesus. *Patrimônio Ambiental Urbano e Requalificação: Contradições no Planejamento do Núcleo Histórico de Santos*. São Paulo: DG/USP - Tese de Doutorado – FFLCH, 2007.
- CARVALHO, Sônia. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento. In: VITTE, C; KEINERT, T. (orgs.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CASTEDO, Leopoldo. *El barroco y su decoración – de Roma al mestizaje americano y a la identidad brasileña*. In: Revista Barroco anos 1993 / 1996, nº 17, p. 261-272.
- CASTELLS, Manuel. *A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos*. São Paulo: Revista Espaço e Debates, NERU, nº 6, 1982.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, Antônio Barros. A herança colonial no desenvolvimento brasileiro. A região das Minas – retrocesso e dispersão após a Crise. In: *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*. São Paulo: Ed. Ferrense, Vol II, 1979.
- CASTRO, Bernadete. Patrimônio Cultural e Território: Turismo e Inclusão Social. In: SARTI, A; CERDAN, L. (orgs.). *Turismo e arqueologia: múltiplos olhares*. Piracicaba – SP: Equilíbrio, 2009.
- CASTRO, Bernadete *et al.* *Leitura Histórica e Sociocultural do Sítio Histórico de Parati*. Relatório Técnico elaborado para o IPHAN/Parati, 2009a.
- CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- CHAUI, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Hist. In: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.
- CHOAY, Françoise. Six thèses en guise de contribution à une réflexion sur les échelles d'aménagement et le destin des Villes. In: BERQUE, A. *La Maîtrise de La Ville: Urbanité Française, Urbanité Nippone*. Paris: Éd. d l'École des Hautes Études em Sciences Sciales, 1994.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- CLAVAL, Paul. *Lieux de memoire*. Revista Espaço e Cultura, UERJ, nº 19, p. 89-106, 2005.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- CLAVER, Núria. A *Ciutat Vella* de Barcelona: renovação ou gentrificação? In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- COLL, Jordi Domingo i. La calle comercial en ciudades pequeñas. Una reflexión sobre las actividades comerciales y el modelo de ciudad. In: PACHECO, S; CARRERAS, C. (org.). *Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.
- COLVERO, Adriana A. *A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: Políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004*. Campinas: IG/UNICAMP - Tese de Doutorado em Geografia, 2010.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Edunesp, 2005.
- COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: ROZENDAHL, Z; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- COSTA, Everaldo B. *Município de Tiradentes (MG): reflexo presente de uma imagem pretérita*. Rio Claro/SP: Anais do XVII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2005.
- COSTA, E. B. *Turismo e organização socioespacial no centro histórico de São João Del Rei – MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo: TGI, Departamento de Geografia (USP - FFLCH), 2007.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*. Revista Olam – Ciência e Tecnologia, Rio Claro, Vol. 8, nº 1, p. 160-183, 2008.
- COSTA, Everaldo. B. *O protagonismo do negro na formação socioespacial brasileira*. In: Revista Política Democrática. Caderno de Debates. Ano I, nº 2. Brasília, 2008a, p. 72-74.
- COSTA, E. B. *Turismo, comércio e patrimônio em São João Del Rei – MG*. In: Colóquio Internacional sobre o Comércio e a Cidade, n. 2, 2008, São Paulo. Anais do Colóquio (FAU/ USP), CD, 2008a.
- COSTA, E. B.; CASTRO, Bernadete. C. *O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG*. Revista Geografias, Belo Horizonte, Vol. 4, p. 33-56, 2008.

- COSTA, E. B.; SCARLATO, Francisco. C. *Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas*. Revista Geografar, Curitiba, Vol. 3, nº 2, 2008, p. 34-58.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. *As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil*. Revista Olam Ciência & Tecnologia, Rio Claro, Vol. 9, nº1, 2009, p. 62-102.
- COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. *Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia*. Revista Acta Geográfica, Roraima, Ano III, nº5, 2009a, p. 07-21.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina*. São Paulo: DG/USP – Dissertação de Mestrado em Geografia– FFLCH, 2009.
- COSTA, E. B. *Comércio e Consumo Turísticos nas / das cidades coloniais mineiras: os casos de São João Del Rei e Tiradentes*. In: III Colóquio Internacional sobre o Comércio e a Cidade, n. 3, 2010, São Paulo. Anais do Colóquio (FAU / USP), CD, 2010.
- CRIEKINGEN, Mathieu. *A cidade revive! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas*. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Valencia: Pre-Texto, 2008.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia / IBGE, 1944.
- DIAS, Fernando Correia. *Para uma sociologia do barroco mineiro*. In: Revista Barroco ano 1969, nº 1, p. 63-74.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- DUARTE, F. *Planejamento Urbano*. Curitiba: Ibepex, 2007.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2005.
- FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- FONSECA, Maria Cecília. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ – Minc, 2005.
- FOULQUIÉ, Paul. *A dialética*. Trad. Luís Caeiro. 1ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Nacional, 1974.
- FRANCO, Afonso Arinos Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Publicações do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 1944.
- FREITAS, Cláudia Lamounier. *Turismo, Política e Planejamento – Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais*. Belo Horizonte, IGC / UFMG, Tese de Doutorado, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14 Ed – São Paulo: Global, 2003.

- GANDY, Matthew. Paisagem, Estética e Ideologia. In: ROZENDAHL, Z. CORRÊA, R. *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GEIGER, Pedro P. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas / MEC, 1963.
- GOMES, Paulo C. Costa. Cultura e Civilização: A renovação de um importante debate. In: ROZENDAHL, Z.; CORREA, R. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- GONH, Maria da G. *Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais*. Revista Saúde e Sociedade, nº 13, vol. 2, p. 21-31, 2004
- GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: NOVAES, A. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOULÃO, Maria José. *Os Estudos de História da Arte Portuguesa na América Latina*. In: Revista Barroco anos 1993 / 1996, nº 17, p. 61-67.
- GULLAR, Ferreira. Barroco - Olhar e Vertigem. In: NOVAES, A. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUIDICCI, Roberto. *A cidade dos cidadãos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROZENDAHL, Z.; CORREA, R. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. Tradução de Anselmo Alfredo *et al.* Revista Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 26, p. 09-17, 2009.
- HAUSER, Arnold. *Historia Social de la Literatura y el Arte - Maneirismo, Barroco, Rococó, Classicismo e Romantismo*. Madrid: Ediciones Guadarrame, 1969.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é uma coisa? Doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Trad. Carlos Morujão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- HENNING, Priscila. *Memória, preservação e autenticidade: a colônia alemã-bucovina no Paraná*. São Paulo: FAU / USP. Dissertação de Mestrado, 2007.
- HIDALGO, Rodrigo. *Los centros históricos y el desarrollo inmobiliario: las contradicciones de un negocio exitoso en Santiago de Chile*. In: Anais do XI Colóquio Internacional de Geocrítica, Buenos Aires, 2010.



- HOBBSAWM, Eric. *O novo século. Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009.
- HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- JARAMILLO, S. *Reflexiones sobre las políticas de recuperación del centro (y del centro histórico) de Bogotá*. Bogotá: CEDE - Universidad de los Andes, Documento CEDE, 2006.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.
- LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1991.
- LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio. *Minas: Cidades Barrocas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / lógica dialética*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. São Paulo: Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEITE, Rogério Proença S. *Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora da UFS, 2004.
- LENCIONI, Sandra. *Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano*. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 24, pp. 109 – 123, 2003.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- LUKÁCS, Georg. *Estética: La peculiaridad de lo estetico*. Barcelona, México, D.F., Ediciones Grijalbo, 1967.
- LUKÁCS, Georg. *Prolegomenos a una Estética Marxista*. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1965.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco Cidade de Diamantina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARCUSE, Herbert. *Materialismo Histórico e Existência*. Trad. Vamireh Chacon. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades. Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios de diamante e os homens de fortuna na Praça de Diamantina, Mg: 1870 – 1930*. São Paulo: USP / Tese de Doutorado – FFLCH, DH, 2004.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX*. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, FAFIDIA / UFMG, 2004a.

- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política; Livro 1, vol 1*. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã. Feuerbach – A Contraposição Entre as Cosmovisões Materialista e Idealista*. Trad. Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARX, Murillo. *Arraiais Mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 389-393.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 2002.
- MAYER, Harold M. Perspectivas da Geografia Urbana. In: HAUSER, Philip; SCHNORE, Leo. *Estudos de Urbanização*. São Paulo: Pioneira Editora, 1980.
- MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- MIRANDA NETO, M. J. *A crise do planejamento*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1981.
- MOHEN, Jean-Pierre. *Les Sciences du Patrimoine: identifier, conserver, ressaureur*. Paris. Éditions Odili Jacob, 1999.
- MORAES, Antônio C. R. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil – O território brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, 1987.
- MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, L. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.
- NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica*. Urbana, v. 1, p. 1-25, 2006.
- NATAL, Caion Meneguello. *Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação*. Campinas: Revista de História Social da UNICAMP, nº 13, p. 193-207, 2007.
- NEVES, Joel. *Idéias Filosóficas no Barroco Mineiro*. São Paulo: EdUSP, 1986.
- NEVES, Cláudia; REZENDE, Sonaly. *Aspectos sociodemográficos do município de Diamantina na transição da atividade mineradora para as atividades turística e*

- educacional*. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, FAFIDIA / UFMG, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- OLIVEIRA, Franklin. *Morte da Memória Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- OLIVEIRA, Melissa. A gestão do patrimônio em Ouro Preto. In: PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. S. (org.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.
- OSMONT, A. *Le banque mondiale et les villes: Du développement à l'ajustement*. Paris: Karthala Éditions, 1995.
- PAES (LUCHIARI), Maria T. D. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. (org). *Da cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico*, 1998.
- PAES (LUCHIARI), M. T. D. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, 2005.
- PAES (LUCHIARI), M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e perspectivas brasileiras*. Brasília: Letras e Imagem, 2008.
- PAES (LUCHIARI), M. T. D. Apresentação. In: PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. S. (org.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC, 1996.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, 1969.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 29ª Edição. Brasiliense, 1983.
- PRIGGE, Walter. Metropolização. In: PALLAMIN, Vera. *Cidade e Cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: ÁVILA, Afonso (org.). *Barroco Teoria e Análise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora UCG, 2006.
- ROBIRA, Rosa Tello. Planejamento Urbano: Discurso Anacrônico, Práticas globalizadas. In: CARLOS, A. F; OLIVEIRA, A. U. *Geografias das Metrôpoles*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROMERO, José Luiz. *La ciudad occidental - culturas urbanas en Europa y América*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.
- RUSKIN, John. *Las siete lámparas de la memória*. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1987.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viajem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1974.
- SALGUEIRO, Tereza Barata. *Oportunidades e transformação na cidade centro*. Revista Finisterra, Universidade de Lisboa, Portugal, XLI, 81, p. 9-32, 2006.
- SALGUEIRO, T. B; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: PACHECO, S; CARRERAS, C. (org.). *Cidade e*

- Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977, p.81-99.
- SANTOS, Milton. *Espacio y Método*. Barcelona (Espanha). GeoCrítica (Universidad de Barcelona), 1986.
- SANTOS, Milton. *Materiais para o Estudo da Urbanização Brasileira no Período Técnico Científico*. Boletim Paulista de Geografia, nº 67, 1989, p. 05-16.
- SANTOS, Milton. *Los espacios de la globalización*. In: Anales de geografía de la Universidad Complutense. Barcelona, 1993.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Rio de Janeiro: Revista Território, IV, nº 6, UFRJ, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz (org.). *Conhecimento e reconhecimento*. Fortaleza: EDUCE, 2003.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: EdUSP, 2003a.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2004a.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: EdUSP, 2008a.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- SANTOS FILHO, João. Ensaio Sociológico sobre o Fenômeno do Lazer em Karl Marx e Paul Lafargue. Revista Turismo em Análise, CRP-ECA-USP: v. 15, n. 2, p. 150-165, 2004.
- SASSEM, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- SCARLATO, Francisco C. *Ouro Preto. Cidade Histórica da Mineração no Sertão Brasileiro*. In: Anales de Geografía de la Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense. Madrid, 1996.
- SCARLATO, Francisco C. Revitalização do Centro Antigo: O Espaço da Memória de São Paulo. In: CARLOS, A. F. CARRERAS, C. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

- SCARLATO, Francisco C. *População e Urbanização Brasileira*. In: ROSS, J. (org.) Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.
- SCARLATO, Francisco C. *Geografia Regional do Brasil II - Região Sudeste*. In: Notas do Curso elaboradas por Everaldo Costa. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia / USP, 2008.
- SCIFONI, Simone. *A construção do Patrimônio Natural*. São Paulo: DG/USP - Tese de Doutorado – FFLCH, 2006.
- SILVA, Fernando F. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr R. *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SIMMEL, George. *A filosofia da paisagem*. Revista Política & Trabalho, João Pessoa, nº12, 1996.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalização: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.
- SOSA, Victoria Ayelén. *Planificación urbana y políticas de representación, el patrimonio como recurso de renovación urbana y espacio de confrontación em el casco histórico de Buenos Aires*. In: Anais do XI Colóquio Internacional de Geocrítica, Buenos Aires, 2010.
- SOUZA, José Moreira. *Cidade: Momentos e Processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais*. São Paulo: Edunesp, 2004.
- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand-Brasil, 2004a.
- SPOONER, Brian. A autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.
- STASTNY, Francisco. *Sintomas Medievales en el 'Barroco Americano'*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 21-28.
- SUZUKI, Julio C. *Campo e Cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação*. Revista Nera, ano 10, nº 10, p. 134-150, 2007.
- TADDEI NETO, Pedro. Preservação sustentada de sítios históricos: A experiência do Programa Monumenta. In: *Políticas Culturais para o desenvolvimento*. UNESCO BRASIL, 2003.
- TELLES, Augusto Carlos S. *A ocupação do território e a trama urbana*. In: Revista Barroco ano 1978/1979, nº 10, p. 39-51.
- TELLES, Augusto Carlos S. *Alguns aspectos da arquitetura na segunda metade do século XVIII no Brasil*. In: Revista Barroco ano 1974, nº 06, p. 07-16.

- TELLES, Augusto C. S. Preservação dos Bens Culturais Ontem e Hoje; e Amanha? In: GUTIERREZ, Ângela e TELLES, Augusto C (orgs.). *O Território do Barroco no século XXI*. Belo Horizonte. Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural, 2000.
- TIRAPELI, Percival. *Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2000.
- TOLEDO, Benedito Lima. *Ouro Preto e Viana do Castelo: Considerações a Propósito da Praça Tiradentes em Ouro Preto*. In: Revista Barroco anos 1993 / 1996, nº 17, p. 189-193.
- TOZI, Desirée Ramos. *Primavera de Estações: o Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação de Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz / São Paulo*. São Paulo: DH / USP, Dissertação de Mestrado – FFLCH, 2007.
- TRINDADE, Jaelson B. *Arte e Sociedade: O Barroco no Brasil*. In: Revista Barroco anos 1990 1992, nº 15, p. 365-368.
- VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica – formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: INL, 1956.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *A arquitetura colonial mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1957.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *A arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Arquitetura, 1959.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Formação Urbana do Arraial do Tijuco*. São Paulo: Revista do IPHAN, FAU/USP e MEC-IPHAN, 1975.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *A arquitetura colonial mineira*. In: ÁVILA, Affonso (org.). *Barroco Teoria e Análise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- VIDELA, Gabriel *et al.* *Arquitectos del mundo? Acerca de la centralidad del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo en la planificación territorial desde 1990*. In: Anais do XI Colóquio Internacional de Geocrítica, Buenos Aires, 2010.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- VIEIRA, Liliane de Castro. *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX – estudo comparativo entre o inventário de 1949 e 2002*. Dissertação de Mestrado (Arquitetura) FAU / UFBA, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 2002.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauração*. São Paulo: Artes e Ofícios, 2000.
- ZANCHETI, Sílvio, *et al.* *Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Olinda, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1978.
- ZMITROWICZ, Witold. *Infra-estrutura urbana*. São Paulo: EdUSP, 1997.

## FONTES PRIMÁRIAS

- BRASIL. *Parecer Técnico do IPHAN/Monumenta sobre a Carta Consulta do Projeto Diamantina*. Ministério da Cultura, 2001.
- BRASIL. Projeto Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Diamantina. Perfil do Projeto / Caderno 2/5. Monumenta / BID / República Federativa do Brasil, 2002.
- BRASIL. *Regulamento Operativo*. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Ministério da Cultura, 2006.
- BRASIL. *Edital de Seleção de Imóveis Privados para o Programa Monumenta / Ouro Preto*. Ministério da Cultura, 2008.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1974.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Minas Gerais. Monumentos Históricos e Artísticos: Circuito do Diamante*. Belo Horizonte: Revista Barroco, nº 16, 1994.
- IPHAN. *Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – OEA*. 1967.
- IPHAN. (GUEDES, Dimas Dario). *A preservação da cidade de Ouro Preto*. Documento Mimeografado, 1982.
- MONUMENTA. *Estudo de Viabilidade Financeira do Projeto Monumenta Ouro Preto*. Ouro Preto, 2008.
- MONUMENTA. *Planilha síntese de intervenção em imóveis privados*. Diamantina, 2010.
- PREFEITURA DE DIAMANTINA. *Plano Diretor do Município de Diamantina*. Diamantina, 1999.
- PREFEITURA DE DIAMANTINA. *Plano Diretor do Município de Diamantina*. Diamantina, 2009.
- PREFEITURA DE DIAMANTINA. *Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Diamantina*. Diamantina, 2009a.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Índice de Provisões de Aforamento 1961-1967-1969 (8) n.º de registro - 1441 - 4*. Arquivo da PMOP. s.d.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Livro de Títulos de Domínio (1970-1980)*. Arquivo da PMOP. s.d.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Escritura de Doação da “Casa dos Inconfidentes”*. Arquivo da PMOP - Estante 26, caixa 09, 1946.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Código de Posturas de Ouro Preto – Lei nº 178 de 1980*. PMOP, 1980.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Plano Diretor do Município de Ouro Preto*. Ouro Preto, 2006.
- PREFEITURA DE OURO PRETO. *Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano de Ouro Preto*. Ouro Preto, 2006a.

- UNESCO. *La Charte de Venise – Charte Internationale Sur la Conservation et la Restauration des Monumentos et des Sites*. Paris, Siège de l'UNESCO, 1965.
- UNESCO. *Recomendation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine. Actes de la Conférence générale Dix-neuvième session*. Siège de l'UNESCO, Paris, 1976.
- UNESCO. *Point 6 d'Ordre du jour provisoire: Principes et critères d'inscription des biens à la Liste du patrimoine mondial*. Siège de l'UNESCO, Paris, 1979.
- UNESCO. *Point 4 de l'ordre du jour provisoire: propositions d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial*. Siège de l'UNESCO, Paris, 1980.
- UNESCO. *Document de Nara sur l'authenticité. Réunion d'experts tenue du leur au 6 novembre 1994*. Siège de l'UNESCO, Paris, 1994.
- UNESCO. *Proposition D'Inscription de Diamantina sur la Liste du Patrimoine Mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 1998.
- UNESCO. *Rapport sur la décision de l'Assemblée générale des Etats parties concernant les 'Moyens d'assurer une Liste du patrimoine mondial représentative'*. Paris, Siège de l'UNESCO, 1999.
- UNESCO. *Rapport de synthèse de la Réunion sur 'les paysages culturels: concept et mise en oeuvre'*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2000.
- UNESCO. *Stratégie globale de la formation pour le patrimoine culturel (ICCROM)*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2000a.
- UNESCO. *Convention européenne du paysage*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2000a.
- UNESCO. *Document de synthèse sur l'application du critère culturel (vi)*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2001.
- UNESCO. *Discussion sur les relations entre Le Comité du patrimoine mondial et l'UNESCO*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2002
- UNESCO. *Rapports sur l'état de conservation: Biens inscrits sur la Liste du patrimoine mondial et la Liste du patrimoine en péril. Un aperçu général de l'Etat de conservation du patrimoine mondial*. Siège de l'UNESCO, 2003.
- UNESCO. *Point 7B de l'ordre du jour provisoire: Etat de conservation des biens inscrits sur la Liste du patrimoine mondial*. Siège de l'UNESCO, 2003a.
- UNESCO. *Rapport périodique: Etat du patrimoine mondial en Amérique latine et dans les Caribes*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2004.
- UNESCO. *Adoption de la Déclaration sur la conservation des paysages urbains historiques. Le patrimoine mondial et l'architecture contemporaine – Gestion du paysage urbain historique*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2005.
- UNESCO. *Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2007.
- UNESCO. *Proposition pour la préparation d'une nouvelle recommandation concernant les paysages urbains historiques*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2008.
- UNESCO. *Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2008a
- UNESCO. *Réflexion sur l'avenir de la Convention du patrimoine mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009.



- UNESCO. *Election au Comité du Patrimoine Mondial. Liste des candidats au Comité du Patrimoine Mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009a.
- UNESCO. *Rapport du Président du Groupe de travail sur les élections des membres du Comité du patrimoine mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009b.
- UNESCO. *Examen de l'état de conservation des biens du patrimoine mondial. Rapport d'avancement sur la préparation d'une Recommandation concernant la conservation des paysages urbains historiques*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009c.
- UNESCO. *Rapport sur l'exécution du budget 2008-2009 et adoption du budget 2010-2011. Préparation du budget du Fonds du patrimoine mondial proposer pour exercice biennal 2010-2011*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009d.
- UNESCO. *Stratégie globale pour une Liste du patrimoine mondial représentative, équilibrée et crédible. Stratégie globale de formation*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009e.
- UNESCO. *Rapport sur le Programme du patrimoine mondial pour les petits États insulaires en développement (PEID)*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009f.
- UNESCO. *Rapport d'avancement sur la création du Fonds du patrimoine mondial pour le Pacifique*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009g.
- UNESCO. *Rapport d'avancement sur les initiatives de financement. Rapport d'avancement sur le Fonds pour le patrimoine mondial africain*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009h.
- UNESCO. *Rapport du Centre du patrimoine mondial sur ses activités et sur la mise en œuvre des décisions du Comité du patrimoine mondial. Rapport de la Fundación nordique pour le patrimoine mondial sur ses activités en 2008*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009i.
- UNESCO. *Assistance internationale. Informations actualisées concernant la nouvelle base de données sur l'assistance internationale. Demande d'assistance internationale traitées par le Centre du patrimoine mondial au cours de l'exercice biennal 2008-2009*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009j.
- UNESCO. *Etablissement de la Liste du Patrimoine Mondial et de la Liste du Patrimoine Mondial en Péril. Listes indicative des États parties soumises au 15 avril 2009, conformément aux Orientations*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009k.
- UNESCO. *Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle. Patrimoine mondial en péril*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009l.
- UNESCO. *Examen de l'état de conservation des biens du patrimoine mondial. Liste des rapports sur l'état de conservation proposés pour discussion*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009m.
- UNESCO. *Avenir de la Convention du Patrimoine Mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009n.
- UNESCO. *Stratégie globale pour une Liste du patrimoine mondial représentative, équilibrée et crédible. Etudes Thématiques*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2009o.
- UNESCO. *Rapport sur les programmes thématiques du patrimoine mondial*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2010.

## **SITES CONSULTADOS**

[whc.unesco.org](http://whc.unesco.org) – (site consultado ao longo de toda a pesquisa relativo aos documentos da UNESCO).

[www.iphan.org](http://www.iphan.org) (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

**APÊNDICE 1**  
**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO EM DIAMANTINA E OURO PRETO – MG**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

1 – Profissão: \_\_\_\_\_ A atividade é relacionada ao turismo? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não.

2 – Conhece alguém que já morou no centro histórico e se mudou? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não. Qual a causa, no caso de mudança? \_\_\_\_\_

3 – Você acha que há a expulsão do morador do centro histórico? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não. Qual a causa? \_\_\_\_\_

4 – Vai \_\_\_ dias por semana ao centro histórico, com a finalidade de \_\_\_\_\_

5 – Quais as principais festividades realizadas no centro histórico durante o ano? \_\_\_\_\_

Participa de quais? \_\_\_\_\_

6 – Há algum evento voltado especificamente para a atração turística? \_\_\_\_\_

O residente tem acesso livre a estas atividades? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Algumas. Por que é difícil o acesso a estas atividades? \_\_\_\_\_

7 – Vê o centro histórico como espaço de: \_\_\_ práticas religiosas \_\_\_ comercial/serviços \_\_\_ espaço do dia a dia  
\_\_\_ espaço do turismo \_\_\_ espaço símbolo da história, tradição e cultura.

8 – Em qual bairro estão localizados os estabelecimentos comerciais que atendem ao morador da cidade? (vestuário, sapatarias, padarias, restaurantes, supermercados etc.)? \_\_\_\_\_

9 – Sabe o que é o Programa Monumenta e o IPHAN? \_\_\_\_\_

10 – Já teve alguma palestra ou instrução sobre o significado do centro histórico / patrimônio? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não.

11 – Considera o bairro em que você mora dotado de boa infra-estrutura? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Pouca.

12 – O que falta no bairro? \_\_\_\_\_

13 – Considera o centro histórico dotado de boa infra-estrutura? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Pouca.

14 – Considera o centro histórico bem preservado (do ponto de vista arquitetônico)? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Pouco.

15 – O que falta no centro histórico? \_\_\_\_\_

16 – É grande a movimentação de turistas na cidade por todo o ano? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Alguns períodos.

17 – É favorável ao desenvolvimento turístico na cidade? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Talvez. Por que? \_\_\_\_\_

18 – A presença do turista incomoda? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Pouco. Por que? \_\_\_\_\_

19 – A administração atual é positiva? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Pouco. Por que? \_\_\_\_\_

20 – A cidade é boa para se viver? \_\_\_ Sim \_\_\_ Não \_\_\_ Razoável. Porque, o que falta para ser uma cidade melhor? \_\_\_\_\_

